



Assembléia Legislativa de São Paulo

# Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se Manifesta

## Recursos Naturais e Meio Ambiente



Assembléia Legislativa de São Paulo

# Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se manifesta

## Recursos Naturais e Meio Ambiente

### índice

19.08.1999	003
13.12.1999	079
14.02.2000	121
20.03.2000	165
05.04.2000	190
02.05.2000	245
09.05.2000	299
17.05.2000	429
31.05.2000	465
28.06.2000	524

## Recursos Naturais e Meio Ambiente

**19.08.1999**

- Vanderlei Macris – Deputado Estadual. Presidente da Assembléia Legislativa
- João Carlos de Souza Meirelles – Secretário de Estado da Agricultura
- Antônio Carlos Mendes Thame – Secretário de Estado de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras
- Ricardo Trípoli – Secretário de Estado do Meio Ambiente
- Maria do Carmo Piunti – Deputada Estadual
- Junji Abe – Deputado Estadual. Presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária
- Jilmar Tatto – Deputado Estadual. Presidente da Comissão de Defesa e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa
- Edson Gomes – Deputado Estadual
- Duarte Nogueira – Deputado Estadual
- Arnaldo Jardim – Deputado. Relator geral do Fórum São Paulo Século 21
- Jamil Murad – Deputado Estadual
- Carlos Zarattini – Deputado Estadual
- Nivaldo Santana – Deputado Estadual
- Rodrigo Garcia – Deputado Estadual
- Cláudio Antônio de Mauro – Prefeito de Rio Claro e presidente do Comitê de Bacias Hidrográficas
- Humberto Simões – Prefeito de Itapevi
- José Vicente Prado – Prefeito de Bom Jesus dos Perdões
- Vicente Cintra – Prefeito de Santa Rosa do Viterbo



## debates - a sociedade se manifesta – Recursos Naturais e Meio Ambiente

- Antônio Carlos de Aguiar – Prefeito de Viradouro
- Maria Carlota Rocha – Prefeito de Jaboticabal
- Carlos Colombo – Prefeito de Itapiraí
- Benedito Lecione – Prefeito de Jacareí
- Clóvis Teixeira Coelho – Prefeito de Santa Cruz do Rio Pardo
- Alcides Casava – Prefeito de Paulistânea
- Roque Joner – Prefeito de Pratânea
- Germínia Venturoli – Prefeito de Araçatuba
- Ricardo Yamauti – Prefeito de Praia Grande
- Néelson Scorsolini – Prefeito de de Santa Rita do Passa Quatro
- Décio Ventura – Prefeito de Ilha Comprida
- Luiz Walter Ferreira – Prefeito de Altinópolis
- Jorge Assad Chabur – Prefeito de Jaborandi
- Ângelo Albiero Filho – Diretor Titular do Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da FIESP
- José Rezende – Deputado. Líde
- Luiz Gonzaga Vieira – Deputado
- Luis Carlos Gondim – Deputado. Líder do PV
- Reynaldo de Barros Filho – Deputado
- Miguel Rossi – Prefeito de José Bonifácio
- Jorge Maluli – Prefeito de Mirandópolis
- Carlos Arruda – Prefeito de Paraguaçu Paulista
- Ida Françoso – Prefeita de Pedrinhas Paulista
- Nilson Palharini – Representante da Sabesp no comitê Turvo Grande
- Andersom Crepaldi – Secretário de Planejamento de Suzano



- .Ederval Antunes – Secretário da Agricultura e Meio Ambiente de Araçatuba
- .Antônio Silva Cavalheiro – Prefeito de Maracáí
- .Umberto Simões – Prefeito de Itapevi
- .José Vicente Prado – Prefeito de Bom Jesus dos Perdões
- .Donisete Barbosa – Prefeito do município de Apiaí e presidente do CODEVAR, - Conselho de Desenvolvimento do Vale do Ribeira
- .Umberto de Campos – Prefeito de Piracicaba, e presidente do Consórcio Piracicaba-Capivari
- .Mário Mantovani – Presidente da Fundação SOS Mata Atlântica
- .Jorge Roco – Cetesb de Americana
- .Walter Feldman – Deputado estadual, líder do governo
- .Roberto Moraes – Deputado
- .Vaz de Lima – Deputado
- .Samuel Barreto – Fundação SOS Mata Atlântica
- .Luciana Martins – Secretária da Agricultura e Meio Ambiente de Pilar do Sul
- .Adolfo Moraes – Secretário de Urbanismo e Planejamento da Prefeitura Municipal de Salto
- .Tomás Nitche – Presidente do Sindicato Rural de Mogi das Cruzes
- .Sérgio Hieda – Projeto Margem Verde, da Associação Paulista de Proteção e Conservação Ambiental de Araras
- .Sérgio Hazera – Coordenador de Projetos do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos rios Piracicaba e Capivari
- .Laurinda Molitor – Coordenadora do Centro de Referência e da Comissão do MeioAmbiente da OAB
- .Elza Ferreira – Coordenadora do Meio Ambiente da OAB
- .Dalto Broshi – Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas
- .João Pedro Apolinário – Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo



## debates - a sociedade se manifesta – Recursos Naturais e Meio Ambiente

- .Naemi Tomita – Conselho Regional de Biologia da 1ª Região
- .Eduardo Paschoaloti – Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí
- .Clodoaldo Gazeta – Coordenador Adjunto do Programa do Ribeira
- .Milton Flávio – Deputado
- .Luís Succhi – Vice-Presidente da Faesp - Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, representante do presidente Fábio Meirelles
- .Antônio Miranda da Costa Neto – Presidente da Assemae - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento
- .Heraldo Marcon – Representante do Dr. Antônio Miranda da Costa Neto, Presidente da Assemae - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento
- .Élvio Nicolau Moisés – Representante do Cepam
- .Claudia Polto da Cunha – Assessora do Procurador Geral do Estado
- .Viviane Nabinger – Comitê de Bacias do Rio Grande do Sul
- .Ubiratan Ribeiro Maia – Fundador do Comitê de Bacias, pela sociedade civil
- .Benedito Giudice – Vereador de Juanópolis
- .Francisco Carlos Castro La Rós – Coordenador do Consórcio Intermunicipal da Bacia dos Rios Piracicaba e Capivari
- .Décio Ventura – Prefeito de Ilha Comprida



**MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Convidamos o Exmo. Deputado Estadual Vanderlei Macris, presidente da Assembléia Legislativa, para compor a mesa, o Exmo. João Carlos de Souza Meirelles, Secretário de Estado da Agricultura, o Exmo. Antônio Carlos Mendes Thame, Secretário de Estado de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, o Exmo. Ricardo Trípoli, Secretário de Estado do Meio Ambiente, a Exma. Deputada Estadual Maria do Carmo Piunti, o Exmo. Deputado Estadual Junji Abe, presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária, o Exmo. Deputado Estadual Jilmar Tatto, presidente da Comissão de Defesa e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa.

Dando continuidade à agenda do Fórum São Paulo Século 21, será discutido hoje o Projeto de lei nº 20/98, sobre o Uso sustentável da água, projeto este enviado pelo Executivo e que dispõe sobre o uso múltiplo das águas e dos recursos hídricos do Estado.

Para darmos início, ouviremos as palavras do Exmo. Deputado Estadual Vanderlei Macris, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

**SR. PRESIDENTE VANDERLEI MACRIS** – PSDB – Exmo. José Carlos Meirelles, Secretário de Estado da Agricultura, Exmo. Antônio Carlos Mendes Thame, Secretário de Estado de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, Exmo. Ricardo Trípoli, Deputado Estadual e Secretário de Estado do Meio Ambiente, Exmo. Deputado Estadual Jilmar Tatto, presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, Deputado Estadual Junji Abe, presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária, Deputada Maria do Carmo Piunti, Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Nivaldo Santana, dentro de mais alguns instantes o chefe de cerimonial estará anunciando as entidades presentes a este ato.

A Assembléia Legislativa tem procurado dar uma dinâmica de debates sobre os temas mais importantes do Estado e um assunto dessa envergadura não poderia deixar de estar sendo analisado em detalhes pelo Poder Legislativo de São Paulo. O projeto 20/98, remetido a Casa em dezembro de 1997, tem merecido uma



preocupação especial na medida em que, se estabelecendo uma política de recursos hídricos para o Estado de São Paulo, que vem não só desse projeto mas de legislações anteriores aprovadas por este parlamento, vem desaguar numa mensagem como esta que dará uma dimensão diferenciada à política de recursos hídricos do Estado de São Paulo. Todos entendemos a necessidade de se juntar à sociedade os poderes constituídos, o Executivo, o Legislativo, na busca efetiva de estabelecermos uma política de recursos hídricos capaz de dar uso sustentável para as águas. Esta é a razão principal que tem o Legislativo de São Paulo em um momento como este, quando a Assembléia de São Paulo se junta à sociedade para pensar o futuro do Estado. São Paulo é um Estado poderoso, diferenciado, que ao longo do tempo não só se constituiu no carro chefe do país mas que agora, e necessariamente neste momento, na virada do século, precisa estabelecer metas de programação e planejamento de seu futuro, capazes de garantir que São Paulo continue sendo um Estado importante, um Estado que realmente mereça de todos uma atenção especial no sentido desse planejamento.

A Assembléia está vivendo um momento importante na sua vida, na direção de construir o futuro de São Paulo. Dou as boas-vindas aos senhores e peço desculpas pelas condições em que os estamos recebendo neste momento. Estamos instalando a TV Assembléia, que vai garantir a possibilidade de que esses debates sejam levados à sociedade. Estamos em um processo de mudança interna capaz de garantir essa interação com a sociedade nas discussões dos grandes problemas. Dou por aberto este seminário e quero dizer que o PL 20/98, que trata do uso insustentável da água já tem um andamento bastante avançado nesta Casa e a idéia de realizarmos este seminário, juntamente com outros que se seguirão, patrocinado pela Comissão de Meio Ambiente da Casa, com a programação já distribuída, nos próximos dias 25, 26 e 27, para os quais convidamos todos os senhores. Este projeto, nos próximos sessenta dias, será amplamente debatido por este Legislativo. A idéia que temos, como presidente da Assembléia, a mesa diretora e os deputados da Casa, membros dessas comissões, é discutir





amplamente este projeto a fim de que possamos ter uma legislação capaz de dar conta das necessidades de um momento importante que vivemos no Estado da política de recursos hídricos. Estamos dando um passo significativo para sair na frente como Estado de São Paulo no estabelecimento dessa política de recursos hídricos.

Agradeço a presença de todos os senhores e passo a palavra aos Secretários de Estado, que farão uma exposição inicial, após a qual teremos um período de discussão sobre os interesses desse projeto. Antes, porém, anuncio a presença dos nobres Deputados Edson Gomes, Duarte Nogueira, Jamil Murad, Arnaldo Jardim, relator geral do Fórum São Paulo Século 21, e Carlos Zaratini.

Passo a palavra ao Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo, José Carlos Mendes Thame, para que faça sua exposição inicial.

**SR. JOSÉ CARLOS MENDES THAME** – Deputado Vanderlei Macris, presidente deste Poder Legislativo, Deputado Jilmar Tatto, presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, Deputado Junje Abe, presidente da Comissão de Agricultura, Deputada Maria do Carmo Piunti, Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Nivaldo Santana, Deputado Edson Gomes, Deputado Duarte Nogueira, Deputado Carlos Zarattini, demais deputados presentes, Secretário da Agricultura João Carlos Meirelles, Secretário do Meio Ambiente Ricardo Trípoli, prefeitos presentes, vice-prefeitos, vereadores, integrantes dos comitês de bacias hidrográficas, dos consórcios, estimados amigos, a discussão do PL 20/98 não é a discussão de uma lei que institua a cobrança pelo uso da água.

A cobrança pelo uso da água já faz parte da nossa legislação. Os dispositivos legais que embasam a cobrança advêm de 1934, com o Código das Águas, expressamente com a Constituição paulista de 89, e com a Lei 7663, que instituiu a política e o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, de 30/12/91. O PL 20 complementa a legislação, que já caracteriza a água de uma forma mansa, pacífica,

no arcabouço jurídico, como um bem econômico, um bem público, portanto, um bem que não pertence a um particular, mas é de todos, e regido pelo conceito econômico da escassez relativa, pelo qual cabe um preço público.

A cobrança, já constando da legislação, da Constituição e da 7663, poderia ser instituída por um decreto do governador. Não há necessidade, segundo a grande maioria dos juristas, de uma lei. No entanto, dentro da filosofia, dos princípios que caracterizam a administração do governador Mário Covas, optou-se por uma lei, até porque no bojo desse projeto de lei, submetido à elevada consideração do Poder Legislativo, dos deputados estaduais que aqui representam a população do Estado, enfatizou-se um rol de princípios que são, sem dúvida alguma, caracterizadores da mais democrática proposta de cobrança pelo uso das águas que já vimos até agora em qualquer um dos Estados que já estão se preparando para essa cobrança, ou mesmo do que a proposta timidamente apresentada a todos de legislação federal. Quais são esses princípios que norteiam a lei? O primeiro princípio é o princípio que delega aos comitês a opção de indicar o preço a ser cobrado. Isso é um avanço extraordinário. É o princípio da descentralização, da regionalização, da adequação a cada uma das regiões, às suas características, às peculiaridades de cada região do Estado. Os comitês é que irão adequar o preço a ser cobrado, e esse princípio é um lado da moeda. O outro lado é a disposição de que todos os recursos sejam aplicados na bacia de onde eles advieram. Claro que poderá ser aplicado, desde que isso seja consensualmente decidido, em uma bacia montante. Mas, de qualquer forma, os recursos advindos de uma bacia voltam como um benefício casado, carimbado, adstrito a uma aplicação para beneficiar o processo de reversão dessa degradação que caracterizou os cursos de água a partir da metade deste século em que estamos vivendo. Esses dois princípios estão casados, são irmãos xifópagos, um não vive sem o outro. Se os recursos puderem ser aplicados fora, não haverá nenhum estímulo para que o comitê decida por um valor mais substancial para a cobrança pelo uso das águas. Por outro lado, se não tivermos essa aquiescência e se o preço não for



acordado pelos três segmentos que compõem os comitês, a sociedade civil, o governo estadual e os governos municipais, todos com um terço cada, não haverá recursos, até porque a própria consubstanciação jurídica dessa cobrança precisa ser muito bem definida para que não haja uma enxurrada, tão a gosto dos advogados, de ações na Justiça para não pagar. Por outro lado, esse princípio de que os recursos sejam aplicados na íntegra na Bacia são vitais para nós de São Paulo, porque, já nesse seminário que houve em São Paulo, na discussão da ANA – Agência Nacional das Águas, postulamos de forma veemente que seja respeitada na lei estadual, explícita a disposição de que os recursos serão utilizados na Bacia onde foram arrecadados, porque senão assistiremos a mais uma drenagem de recursos do Estado para aplicação em outros Estados. Se não utilizarmos esse princípio na lei estadual, estaremos sendo incoerentes com aquilo que postulamos em nível federal. Quando houve a aprovação da lei das agências, a lei não permitiu um dispositivo que dizia que o recurso ficaria nas agências. As agências, depois de criadas, poderão ser a secretaria executiva dos comitês. Os comitês é que vão discutir, mas o órgão executor será a agência, nas bacias onde houver interesse em criar as agências. O comitê é um parlamento, uma assembléia, o parlamento das águas em cada uma das bacias; não tem CGC, não tem personalidade jurídica. Quem vai ter é a agência, mista, não é pública ou privada, é híbrida. Por isso, quando foi votada a lei das agências, estabeleceu-se que os recursos advindos da cobrança, já previstos nessa lei, iriam para o Fehidro, órgão público. Um recurso arrecadado como pagamento de um preço por um bem público teria que ir, na íntegra, para o Fehidro, 100% para o Estado. Só que o que queremos é a subconta e a compulsória aplicação na bacia de onde esses recursos advieram. Quem vai aplicar, na nossa avaliação, não é questão relevante. Podem ser aplicados em algumas bacias 100% por órgãos como o DAEE, por convênios dos recursos hídricos, o dinheiro do Fehidro repassado para as prefeituras, ou pelas agências. Quem vai aplicar, é um fator secundário. O fundamental é onde eles serão aplicados. A cobrança está ligada em primeiro lugar à aceitação pela comunidade,



pela bacia de pagamento desse preço público. Esse é o critério mais democrático que vimos em qualquer uma das propostas relacionadas com essa lei. O que induz a essa aceitação? O conceito de escassez. Nas regiões onde a água é extremamente abundante, onde há usuários, há irrigantes, ninguém sentiu ainda a escassez, com certeza os comitês determinarão preços simbólicos, praticamente inexistentes. Nas regiões onde há escassez, onde a disponibilidade de água por habitante/ano já se faz sentir, a situação é outra. Os próprios usuários estarão dispostos a contribuir com alguma coisa para que possa haver recursos permanentes, ali, garantidos, para que possam ser aplicados para que mude o quadro de escassez. Quando o presidente da República Jânio Quadros renunciou, a notícia da sua renúncia repercutiu no mundo inteiro. Naquela época o premier de Israel era Ben Gurion, que deu uma declaração a uma dessas CNN dizendo: “como pode renunciar o presidente de um país onde há tanta água?”. Era o conceito da escassez quase absoluta, a dificuldade dos países onde não há água. Parte das terras tomadas dos países vizinhos não são devolvidas porque nessas terras estão as nascentes: a nascente do Jordão, de outros rios que são quase tão importantes quanto o petróleo, o ouro, dada a escassez. Quando falamos no Brasil em escassez de água, é claro que chegou à memória que somos mesmo a maior reserva de água doce da humanidade, só que a situação não é bem essa. Se regionalizarmos as demandas, vamos observar que em São Paulo temos, na região metropolitana hidrográfica chamada Alto Tietê, uma escassez muito grande por habitante. Os dados internacionais mostram que a disponibilidade, que é a linha de corte para dizer se um país tem disponibilidade ou não de água, é de 1.500 metros cúbicos por habitante/ano. Temos, no Estado de São Paulo, três regiões que estão abaixo dessa disponibilidade que é considerada limite nos estudos internacionais. Na realidade são quatro, uma no limite e três abaixo. No limite temos a unidade hidrográfica de Mogi Guaçu, com exatamente 1.547 metros cúbicos por habitante/ano, e abaixo, a de Turvo Grande, com 960 metros cúbicos, a região do Piracicaba, que engloba os rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, toda a região



conturbada de Campinas, que tem uma disponibilidade de 400 metros cúbicos por habitante/ano, portanto, 25% do mínimo, daquele limite, e a região de São Paulo, no Alto Tietê, com 200 metros cúbicos por habitante/ano.

No fim do ano passado é que se conseguiu acabar com o rodízio, e estamos no limite da disponibilidade. Duzentos significa dividir por sete e meio o mínimo disponível, considerado o limite crítico para disponibilidade de água por ano. Vivemos o segundo conglomerado humano de todo o globo.

O lugar de maior densidade demográfica do mundo é Hong Kong, somos o segundo, em habitante por metro quadrado, portanto, tenho absoluta convicção de que em algumas regiões a cobrança pelo uso da água é uma fonte renovadora, que vai significar a saída para que revertamos, ainda nesta geração, a situação que estamos vivendo. Na região de Piracicaba estamos vendo dificuldades entre Indaiatuba, Salto, Itu, por água, e a discussão é: “vai captar água? Vai faltar na minha cidade”. Com certeza naquela região não haverá problema, porque sabe que esse recurso está carimbado, vai ficar ali, permitir mais uma barragem regularizadora, vai permitir que essa cobrança se transforme em fonte de vida, de qualidade de vida para a população. Não sei como fica a situação nas regiões onde não temos nenhum problema. Temos regiões onde temos 1 milhão e 700 mil metros cúbicos por habitante/ano, como é o Estado de Roraima. Difícil imaginar que vai conseguir a cobrança nesse Estado. Aqui no Estado temos regiões onde não há problema algum de escassez ainda. E quando imaginamos que haverá diferença de uma região para outra, a primeira questão que surge é: mas então haverá uma diferente condição de uma região para outra de atrair indústrias? Como fica o custo-São Paulo? A competitividade do Estado em relação aos outros Estados não vai ficar diminuída? É mais um tributo que a agricultura não vai poder pagar? Que a indústria não vai poder pagar? É a esse respeito que considero que vale a pena uma reflexão muito especial.

Em primeiro lugar, porque o Estado de São Paulo é um Estado que, por determinação expressa do Governador, abomina a guerra fiscal, considera que ela



só beneficia as indústrias, não beneficia o povo, porque no limite todos os Estados acabam tendendo a dar as mesmas isenções, e se todos derem as mesmas isenções, haverá uma renúncia fiscal considerável e menos recursos para aplicar em políticas sociais, em educação, em saúde e até em políticas sociais compensatórias.

São Paulo tem atraído indústrias com base nas suas vantagens naturais. Quais são essas vantagens? O fato de ter a melhor rede de transportes, os melhores meios de comunicação, o maior mercado consumidor, a mão-de-obra mais qualificada, os melhores centros de pesquisa de geração de tecnologia. Hoje grande parte das indústrias só têm lucro se trabalharem no horizonte do conhecimento humano sistematicamente com pesquisas, tecnologia. É esse fato de ela estar a alguns milímetros à frente das suas concorrentes que lhe permite, durante algum tempo, auferir um lucro extra para poder investir e crescer. Fora essas cinco vantagens, a vantagem de São Paulo ter, longe dos outros Estados, a melhor condição em saneamento ambiental. É o Estado que tem a maior percentagem de água encanada para toda a população, a maior percentagem de esgoto recolhido e, longe dos outros Estados, a maior percentagem de esgoto tratado. Esta situação nos dá uma condição comparativa muito forte, porque essas condições de saneamento ambiental refletem queda da mortalidade infantil, melhores condições de saúde e uma série de outras conseqüências intimamente ligadas à saúde e à qualidade de vida da população. Portanto, esses recursos com certeza vão permitir que se aumente a competitividade do Estado de São Paulo pela disponibilidade desse recurso, que vai ser o mais precioso a partir de cada ano, que vamos partir nas próximas décadas. A ONU já está alertando: a população mundial cresce 20% em 25 anos. Até o ano 2025 a população do mundo vai crescer 20%, e, nesse período, eles não estão enxergando nas prateleiras tecnologia disponível para fazer com que o estoque de água doce, água potável, cresça os 20%, o que mostra que vai se tornar cada vez mais escassa, em algumas regiões, crítica a situação, em alguns pontos, até condicionante da existência de condições de vida.



Temos a certeza de que o bom senso, tratar os desiguais de uma forma desigual, para fazer justiça e equidade, os irrigantes, as pessoas que utilizam essa água na agricultura devolvem esta água ao solo, não podem ser tratados da mesma forma que uma fábrica de bebidas, que usa e trata esta água para transformá-la numa bebida. Temos convicção de que esse projeto de lei, com diversas emendas que o aperfeiçoam, tem condições de contemplar um tratamento desigual para aqueles que usam desigualmente esse produto precioso que é a água. Aqueles que fizerem a reutilização, economizarem a água, caminharem no sentido da racionalização também deverão ter algum estímulo.

Por último, acreditamos que há condições dessa cobrança pelo uso da água se transformar em algo positivo para o Estado, que não onere excessivamente; que isso seja discutido consensualmente nos comitês. Contamos com o discernimento dos deputados no sentido de preservar os princípios básicos que norteiam esta lei, que são esses da descentralização, do fortalecimento dos comitês e da aplicação dos recursos na própria bacia. Temos convicção de que a competência, a experiência, o bom senso, o espírito público, a sensibilidade social do poder legislativo de São Paulo vai permitir que apresentemos um modelo de cobrança que sirva realmente de paradigma para os outros Estados e para o País e nos dê a certeza de que estamos avançando no sentido de oferecer mais desenvolvimento humano para o Estado. Cada real aplicado em saneamento, aplicado nesta área, segundo os dados da Organização Mundial da Saúde, reverte-se em cinco reais economizados nos 10 anos seguintes. O cálculo é esse: cada dólar aplicado em saneamento ambiental, em saneamento básico, economiza-se meio dólar por ano durante 10 anos em hospitais, em postinhos de saúde, em atendimento médico à população. Muito obrigado, agradeço a oportunidade e a presença de todos que aqui estão interessados, acima de tudo, na reversão desse processo de degradação dos rios.



**MESTRE DE CERIMÔNIA** – Gostaria neste momento de comunicar que no próximo dia 25 de agosto daremos segmento a este seminário, com a Comissão de Defesa e Meio Ambiente, ouvindo Ana Lúcia Brasil, membro do conselho consultivo da ABES, e Secretária do Conesan. Também ouviremos nesse mesmo dia 25, às 10 horas da manhã, Maria Carlota Rocha, prefeita de Jaboticabal, bem como Rubens Bor, coordenador e diretor da Leade Brasil e coordenador da Vita Civilis.

Dia 25, às 14 horas, continuando o seminário, estaremos ouvindo o Hugo Marques da Rosa, presidente do comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, Sylvio Martini, autor do substitutivo nº1, do PL 20/98, Rui Falcão, autor do substitutivo nº 2, do PL 20/98.

Dia 26 de agosto, às 14 horas, estarão presente Fábio Sales Meirelles, presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, Ângelo Albiello Filho, diretor do Departamento de Meio Ambiente e Uso do Solo da Fiesp, Heraldo Marcon, presidente do Serviço de Saneamento de Santo André e Sérgio Parreira, diretor de Gestão de Assuntos Corporativos da Sabesp.

Por último, no dia 27 de agosto, às 14 horas, ouviremos Cláudio Antônio de Mauro, prefeito de Rio Claro e presidente do comitê da Bacia Hidrográfica de Piracicaba, Capivari e Jundiaí, José Bernardo Ortiz, superintendente do DAEE e João Paulo Capobianco, coordenador do Programa da Mata Atlântica do Instituto Sócio Ambiental.

Peço licença a todos e passo a presidência à Deputada Maria do Carmo Piunti, uma vez que vou presidir outra sessão em outro plenário desta Casa. Desejo aos senhores um bom trabalho.

(Assume a Presidência a Sra. Maria do Carmo Piunti.)

**MESTRE DE CERIMÔNIA** – Gostaria de ressaltar que passaram a compor a mesa os Exmos. Deputados Rodrigo Garcia, Jamil Murad, Nivaldo Santana, Arnaldo Jardim e Edson Gomes.





Queremos registrar e agradecer as presenças dos seguintes Prefeitos: Cláudio Antônio de Mauro, de Rio Claro, e presidente dos comitês de Bacias Hidrográficas, Humberto Simões, de Itapevi, José Vicente Prado, de Bom Jesus dos Perdões, Vicente Cintra, de Santa Rosa do Viterbo, Antônio Carlos de Aguiar, de Viradouro, Maria Carlota Rocha, de Jaboticabal, Carlos Colombo, de Itapiraí, Benedito Lecione, de Jacareí, Clóvis Teixeira Coelho, de Santa Cruz do Rio Pardo, Alcides Casava, de Paulistânea, Roque Joner, de Pratânea, Germínia Venturoli, de Araçatuba, Ricardo Yamauti, de Praia Grande, Nélon Scorsolini, de Santa Rita do Passa Quatro, Décio Ventura, de Ilha Comprida, Luiz Walter Ferreira, de Altinópolis, Jorge Assad Chabur, de Jaborandi, e Ângelo Albiero Filho, Diretor Titular do Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Fesp, e aos demais secretários aqui presentes, que não foram citados, agradecemos as presenças.

Tem a palavra o Secretário da Agricultura João Carlos de Souza Meirelles.

**SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES** – Nobre Deputada Maria do Carmo Piunti, presidente desta sessão, nobre Deputado Ricardo Trípoli, Secretário Estadual do Meio Ambiente, Secretário de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, companheiro Antônio Carlos Mendes Thame, nobre Deputado Jilmar Tatto, presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, companheiro Deputado Junji Abe, presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, nobre Deputado Nivaldo Santana, Deputado Rodrigo Garcia, Deputado Edson Gomes, Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Duarte Nogueira, Deputado Carlos Zarattini, Prefeitos, Vereadores, presidentes de comitês de bacias, senhoras e senhores, o contexto em que esta discussão se faz é da maior relevância para a história democrática do país. Até alguns anos atrás essas coisas eram decididas pelos técnicos do gabinete, algumas muito bem resolvidas e outras muito mal resolvidas.



O Secretário Mendes Thame salientou o conceito da efetiva ação democrática do governo, quando podendo resolver critérios e modos de cobrança da água, resolveu-se fazê-lo através de uma ampla e democrática discussão, por intermédio da Casa de Leis de São Paulo. Esta reunião é o exemplo disso, é a presença dos especialistas em água, dos usuários, dos agricultores que se preocupam legitimamente com a cobrança da água, é a própria sociedade discutindo o seu destino, e não mais apenas a delegação para que alguns resolvessem. E aí se completa um segundo quadro. A Casa do povo de São Paulo resolveu ampliar a discussão, sair do plenário, das comissões, da tribuna para realmente convocar os interessados para formar uma idéia exaustiva ouvindo em Assembléia os agentes, os usuários, os especialistas. Mais uma vez a Assembléia Legislativa se engrandece, porque poderia estar evitando esse trabalho enorme de várias reuniões para discutir um tema dessa relevância. É assim que se faz a democracia, e a Assembléia Legislativa de São Paulo, que pensa não mais hoje no horizonte estrito da discussão da pauta da Ordem do Dia, que cria uma agenda para o século 21 e insere nela a discussão dos recursos hídricos e do uso da água no Estado de São Paulo.

Em segundo lugar, gostaria de abordar um aspecto que normalmente não é levado em conta em discussões dessa natureza. O mundo atual está caminhando numa velocidade absolutamente impressionante para exigir novos regramentos com relação a tudo aquilo que o homem usa, especialmente consome. Discutir se deve cobrar ou preservar a água, precisa ser acrescentada a essa discussão um dado inteiramente novo, de uma circunstância atual. Todos os alimentos que passam a ser consumidos em alguns países do mundo, e essas regras estão se transformando em regras absolutamente mundiais, exigem uma certificação, desde a sua origem de produção até o processo final do seu consumo. Este processo se chama modernamente rastreabilidade. Os Estados Unidos, mudando a legislação de proteção de alimentos no ano de 1996, alterando uma legislação que era de 1902, diante do surgimento de uma série de doenças originárias de verduras, de



legumes, de frutas, de carnes, de todos os alimentos, identificaram o que precisava: implantar na legislação de alimentos a mesma condição que eles já estavam utilizando para a produção dos alimentos dos astronautas. Esta metodologia chamada “HACCP” é a análise dos pontos críticos das cadeias produtivas, porque era preciso saber o que provocou aquela salmonela naquele morango que chegou a matar crianças em escolas da Califórnia. Onde é que surgiu? Surgiu do plantio, do manuseio, da irrigação daquele morango? Disso surgiu a legislação nos Estados Unidos que obriga que todos os alimentos tenham uma identificação da sua origem, o que vai obrigar alguns países, dentre eles o Brasil, grande produtor e exportador de alimentos, sejam manufaturados, sejam *in natura*, que façam a rastreabilidade da produção dos seus alimentos. Isso vai impor curiosidades como as seguintes: a partir de primeiro de janeiro do próximo ano, para exportarmos carne – lembrando que o Brasil é o terceiro maior exportador mundial de carne, exportaremos este ano mais de 500 mil toneladas de carne – vamos ter de dizer onde nasceu o bezerro, onde foi criado, que água bebeu para podermos identificar no final qual a qualidade da carne que estamos vendendo, caso contrário não se exporta mais. E não poderemos mais dizer: bom, se não exportarmos, a gente consome. Não é mais assim. O Brasil tem três foros internacionais, que são assessores da organização mundial de comércio, ou seja, aquela entidade que hoje estabelece o regramento das relações comerciais entre os países. A Organização Internacional de Epsoetíase, a Convenção Internacional de Proteção de Plantas, e o Codex Alimentarius. O primeiro para dizer sobre a saúde dos animais, o segundo das plantas e o terceiro dos alimentos. E há uma exigência de que se tenha definitivamente registrada a origem de tudo, com um corolário que é exatamente o ponto complementar do que estou dizendo. Se é imprescindível dizermos que água bebeu o animal, que água irrigou a planta, como é que aquela planta foi lavada e que processo industrial utilizou, que tipo de água, temos um outro confrontante desse problema que se chama certificação ambiental, que exige que os países que pretendem, não só a ISO-14.000, que é apenas o início dessa grande discussão, é



a ISO-21.000, e as que vêm sucessivamente, que vão exatamente dar o regramento daquilo que está na essência da discussão dessa legislação que se chama Desenvolvimento Sustentável. O desenvolvimento sustentável é a base sobre a qual vamos edificar o novo mundo. E esse desenvolvimento sustentável exige que os três fatores essenciais à vida humana, o solo, a água e o ar tenham condições de permanente uso social e econômico. E é nesse quadro macro, que caracterizará sem dúvida alguma a grande discussão do século 21, que vai superar o uso arbitrário, aleatório, predatório dos recursos naturais para substituir por regras universais. E são condições também hoje parte dos regramentos das relações internacionais.

Dou alguns exemplos para que possamos ir inserindo a importância e o peso dessa discussão sobre a cobrança do uso da água numa visão absolutamente internacional. Hoje não se exporta para alguns países do mundo produtos que não tenham certificação ambiental. Alguns fabricantes de móveis não exportam mais móveis para a Alemanha, por exemplo, se não dissermos “certificadamente” de onde vieram as madeiras que constituem aquilo, não só o compensado, mas qual foi o laminado que cobriu aquilo; vem de um reflorestamento? Muito bem. Esse reflorestamento está em condições de ser certificado pelo Ibama, pela Secretaria do Meio Ambiente? Ele está preservando a natureza? E aquela cobertura feita por uma lâmina de mogno, de cerejeira ou de qualquer outra madeira, de onde veio? Tinha licença ou é fruto de degradação ambiental, de espoliação da floresta e assim por diante?

Portanto, a discussão do desenvolvimento sustentável é o marco quatro dentro do qual temos de discutir o problema da água. Não é apenas imaginarmos que a função do Secretário Trípoli é extremamente penosa, ele tem que cuidar do Meio Ambiente, só problemas. Ao contrário, o Meio Ambiente passa a ser o parâmetro fundamental dentro do qual vamos ter que discutir o futuro, e onde a preservação do solo, a manutenção das condições de uso permanente desse solo com a agricultura, portanto, um solo que não se degrade, um solo que não sofra



erosão, a erosão que não venha a assorear os rios, como os rios de São Paulo estão assoreados, pelo mau uso, especialmente nas estradas vicinais rurais, porque são elas o grande vetor de carreamento do assoreamento das terras lindeiras para as águas. Sobrevoa-se a parte oeste do Estado de São Paulo e verifica-se de avião o escândalo do assoreamento das terras. Portanto, é nesse quadro que devemos discutir o problema dos recursos hídricos e da sua subsequente utilização enquanto instrumento do desenvolvimento humano. É com essa visão que a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento trabalha, em absoluta sintonia com a Secretaria de Recursos Hídricos, com a Secretaria do Meio Ambiente e com os demais agentes do Governo, com as entidades privadas, para que possamos identificar o modo de fazer as coisas.

A existência de uma lei que passe a regular e o modo pelo qual se cobre o uso da água, não como um ímpeto cobrador de impostos, não é esse o sentido, é um ímpeto de disciplinar, de sistematizar o uso do recurso finito chamado água e de dizer às pessoas que uns têm direito de usar, sempre adequadamente a água, e aqueles que usam inadequadamente a água não terão o direito de utilizá-la, não apenas pelo diferencial do preço, e sim pela capacidade do uso da água. Posso fazer irrigação fazendo uma tremenda inundação, com quantidades absolutamente irracionais de uso de água, ou posso fazer aquela mesma irrigação por métodos e tecnologias mais modernas que me permitam efetivamente economizar água, patrimônio comum.

Na semana passada tive o privilégio de lançar a pedra fundamental em Ribeirão Preto da primeira fábrica construída na América do Sul para microgotejadores, tecnologia israelense, para abastecer a América do Sul. E são essas diferenças, um canhão de irrigação, que de repente não era tão necessário, ou o uso de irrigações adequadas, naturalmente segundo conceitos que o Secretário Thame grifou com absoluta clareza. Nós, agricultores, usamos água para agregar valor. Esse produto é mais viável para que possamos vender melhor, mais barato o produto final se utilizarmos adequadamente a irrigação. Esse produtor que



assim fizer haverá de ter um valor de pagamento muito próximo do zero, apenas uma contribuição, meramente cadastral, e não numerário importante, porque ele está criando riqueza, protegendo o solo, produzindo alimentos, este é o sentido. Isso não pode ser cobrado se não tivermos o cadastro completo e final dos agricultores e dos irrigantes no Estado de São Paulo. Por isso conversávamos com o Deputado Junji Abe sobre algumas coisas que estão acontecendo hoje de forma errada com alguns irrigantes. O Deputado sempre tem chamado a atenção disso. Mede-se pela vazão da bomba quando esse irrigante só usa meia hora pela manhã e meia hora no pôr do sol, porque não se irriga com o sol quente. São critérios justos, objetivos e nada melhor do que dar um prazo folgado para que se inicie o processo de cobrança no caso da agricultura, um longo prazo. A partir de 2004, e se necessário for até mais do que isso, se não estiver engendrada uma forma cadastral adequada.

Em segundo lugar, é preciso que tenhamos com absoluta clareza que este desenho como está proposto, não há nada mais democrático do que isso, que é o desenho de que vamos ter que explicitar as formas de atuação dentro dos comitês de bacia. Nada melhor, mais democrático, mais descentralizado, com a co-responsabilidade dos gestores do uso, das prefeituras, dos sindicatos, de todos aqueles que usam a água, e aí essa sociedade, num novo modelo de democracia que São Paulo está demonstrando poder ser possível praticar, vamos ter condições efetivas de inclusive sugerir a criação de uma comissão técnica de agricultura dentro de cada comitê para que trate especificamente da peculiaridade conjuntural daquela região para dar tratamento aos diversos usos da água, seja da água urbana, de consumo doméstico, do pequeno indivíduo, que tem menor poder aquisitivo, seja dos diversos usos industriais, sobretudo deste, que é o zelador da natureza, o agricultor. Terá que pagar um valor simbólico, especialmente aquele que está melhorando a natureza, de repente em algum lugar, é tão importante a participação de um agricultor, que fez barragens, que fez tratamento, que faz



adequadamente uma contribuição que ao invés de pagar, ele tem que receber alguma coisa por esse agregar de valor à água que temos naquela região.

Portanto, o que tem que presidir o conceito da cobrança não é aquele horror que todos temos ao tributo, à cobrança, ao imposto. Temos que fazer que o que presida isso, a engenharia do desenvolvimento, para que se consiga aquilo que desenhei como marco quadro, que é o desenvolvimento sustentável. Ele só será sustentável se as terras continuarem férteis como devem ser, protegidas e não erodíveis; que as águas continuem tão capazes de suprir as necessidades quanto o desenho do desenvolvimento que temos para fazer, porque assim estaremos dando um exemplo para o mundo.

Parece-me que este projeto exemplar, da própria grande discussão, da agenda que a Assembléia Legislativa criou na segunda-feira desta semana ainda, ao abrir a grande discussão da agenda para o século 21.

Portanto, esse grande fórum São Paulo no século 21 me parece que definitivamente insere a grande discussão. Não temos a menor dúvida de que o modo de fazer é este, trazer para a Assembléia, como mandou o Governador. A Assembléia abrir para a comunidade que queira discutir, e depois na sua soberania de representantes, decidir, num quadro novo, moderno, e passamos a dar um exemplo ao Brasil.

Finalmente, precisamos superar uma certa visão que vem presidindo no Brasil o interesse dos diversos estados. Há cinco ou seis anos, falávamos de guerra fiscal. E no ano passado falávamos de guerrilha fiscal entre os estados. Hoje estamos assistindo ao terrorismo fiscal entre os estados. Não me eximiria de colocar a discussão deste tema do uso e da cobrança da água neste quadro, porque já ouvi em outros lugares pessoas dizendo: “Ah! Está bom. Se cobrarem a água em São Paulo vou para outro estado”. Se imaginarmos que não somos um País sério, essa discussão até serviria para uma noitada em algum botequim. Mas, acho que temos que ser um País sério, e uma das responsabilidades de um estado, como o Estado de São Paulo, que tem uma população e um PIB iguais ao da Argentina, não é o de



sermos caudatários de discussões absolutamente do passado, antiquadas. Temos que ter a responsabilidade de construir o futuro, e a Assembléia Legislativa e o governo de São Paulo estão com os senhores, abrindo a oportunidade para juntos construirmos um novo caminho.

**SR. PRESIDENTE VANDERLEI MACRIS** – Queremos registrar e agradecer as presenças dos Deputados José Rezende, Luiz Gonzaga Vieira, Luis Carlos Gondim, Líder do PV; Reynaldo de Barros Filho e os prefeitos Miguel Rossi, prefeito de José Bonifácio; Jorge Maluli, prefeito de Mirandópolis; Carlos Arruda, prefeita de Paraguaçu Paulista; Ida Françoso, prefeito de Pedrinhas Paulista; Nilson Palharini, representante da Sabesp no comitê Turvo Grande; Andersom Crepaldi, Secretário de Planejamento de Suzano; Ederval Antunes, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente de Araçatuba; Antônio Silva Cavalheiro, prefeito de Maracá; Umberto Simões, prefeito de Itapevi; José Vicente Prado, prefeito de Bom Jesus dos Perdões; Cláudio Antônio de Mauro, prefeito de Rio Claro e presidente dos comitês das bacias hidrográficas; Donisete Barbosa, prefeito do município de Apiaí e presidente do Codevar – Conselho de Desenvolvimento do Vale do Ribeira; prefeito Umberto de Campos, de Piracicaba, e presidente do Consórcio Piracicaba-Capivari; Mário Mantovani, presidente da Fundação SOS Mata Atlântica; e Jorge Roco, da Cetesb de Americana.

Passo a palavra à Deputada Maria do Carmo Piunti.

**SR. JOÃO CARLOS MEIRELLES** – A Deputada me permitiu pedir desculpas a todos, nobres Deputados, nobres secretários, porque tenho um compromisso às 14 horas em Ilha Solteira, que não é tão perto assim, peço desculpas porque tenho de sair, e pediria ao engenheiro Goghi Susuki, meu assessor, que fique aqui em meu lugar, por gentileza. Desculpem-me e desejo muito sucesso nesta reunião.



**SRA. PRESIDENTE MARIA DO CARMO PIUNTI** – Agradecemos a participação do secretário João Carlos Meirelles e pedimos ao engenheiro Susuki que passe a representá-lo a partir deste momento que tome assento à Mesa. Gostaria de pedir licença ao Plenário para fazermos uma pequena inversão na nossa programação. Embora o Secretário Trípoli vá permanecer conosco até o final dos trabalhos, passaremos a palavra primeiro aos secretários e depois às representações das entidades aqui presentes, conforme programação em anexo. Passo a palavra ao Secretário de Meio Ambiente, deputado estadual Ricardo Tripoli.

**MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Se o deputado Trípoli me permitir, gostaria de registrar a presença do deputado estadual Walter Feldman, líder do governo, e solicitar aos presentes a gentileza de desligarem os seus *paggers* e telefones celulares. Muito obrigado, Deputado Trípoli, secretário.

**SR. RICARDO TRÍPOLI** – Bom-dia a todos, quero agradecer a nossa presidenta Deputada Maria do Carmo Piunti, aos Deputados Gondim, Arnaldo Jardim, Edson Gomes, Nivaldo Santana, Jamil Murad, Carlos Zarattini, Reynaldo de Barros, Junji Abe, presidente da Comissão de Agricultura, José Rezende, Luiz Gonzaga Vieira, Walter Feldman, líder do governo nesta Casa. Aos presidentes de comitê de bacias, prefeitos, vereadores, companheiros de secretariado Mendes Thame e João Carlos Meirelles, que teve que se ausentar em função de compromissos já agendados, e falar um pouco sobre a área de meio ambiente, e a interferência que tem junto a este projeto de uso sustentável das águas do Estado de São Paulo. É um projeto de grande dimensão. Diria até que extrapola alguns projetos que já verificamos aqui na Assembléia Legislativa. Projeto que recebeu de cerca de 94 deputados estaduais, mais de 220 emendas, o que demonstra o alto interesse do Legislativo na participação, na discussão desse projeto de lei encaminhado pelo Governador a esta Casa. Seria importante retomar um pouco como é que essas coisas ocorreram e por que esse projeto hoje se encontra em

discussão aqui na Assembléia Legislativa. Tudo isso tem origem muito clara quando, em 1982, a Organização das Nações Unidas resolve fazer um grande encontro mundial de meio ambiente com a participação de vários estados ali representados, em função de um grave problema que era a chuva ácida que ocorria na Alemanha. Depois disso, tivemos um outro grande encontro patrocinado pelas Organizações das Nações Unidas, em Nairobi. Fechando esse ciclo, o último grande encontro do século, organizado pela ONU, foi realizado no Brasil, no Estado do Rio de Janeiro, que todos tivemos conhecimento, foi a Rio 92, a ECO 92, onde esteve presente o maior número de representantes, chefes de estados, presidentes de repúblicas, enfim, a grande representação do planeta se encontrava nesse grande fórum. Tínhamos na época dois grandes núcleos de debates, das governamentais no Rio Centro, e das não governamentais no aterro do Flamengo. Vários documentos foram surgindo desse encontro. Mas o que chama a atenção é que um único documento foi subscrito por ambos os fóruns, foi a chamada Agenda 21, agenda voltada para o século 21, que trata de vários assuntos dentre eles a grande preocupação com a questão do solo, com a questão do ar e com a questão da água. Não foi à toa que obviamente se destacou a discussão da tese da água em todo o planeta. É muito provável que seja do conhecimento de todos que temos hoje disponível apenas 3% de água para a humanidade. Não há mais condições de se buscar água fora desses 3% de água em condições de ser servida à humanidade.

Os países desenvolvidos têm tido grandes problemas a respeito do consumo de água. Alguns inclusive conseguiram importar geleiras para que pudessem, no degelo, utilizar essas águas para atender algumas cidades de países da Europa. Aqui no Brasil não é muito diferente não mas no Estado de São Paulo, onde se utilizou durante muitos anos água de superfície, hoje se procura o projeto dos aquíferos, ou seja, a utilização das águas subterrâneas.

As cidades em São Paulo, como Ribeirão Preto, usa em grande quantidade os seus aquíferos, ou seja, as suas águas subterrâneas, porque tem dificuldades, tem demandas que não são supridas com as águas de superfície.



Verifica-se assim o grande problema que estamos enfrentando e, mais do que isso, a responsabilidade do julgamento e da votação desse projeto de lei pela Assembléia Legislativa., que vai direcionar não só a utilização mas a reutilização desse bem que é comum, mas é finito, a qualquer momento pode faltar, e obviamente ele é vital para o consumo do ser humano sem contar o projeto produtivo que utiliza em larga escala esse bem. Acredito e verifico pela fala dos parceiros que utilizaram bastante o enfoque e o apelo da questão ambiental que essa lei com certeza, da maneira como foi elaborada, da maneira como vem sendo discutida, e da maneira como vai ser gerenciada no futuro, não será como temos hoje no Congresso Nacional tramitando a lei do imposto verde, que na verdade de verde só tem o nome. É um imposto que está sendo criado para que se fizesse estradas de rodagem, vicinais. Não estou tirando o grau de importância desses empreendimentos, mas é muito comum que se tipifica imposto verde, ele tem o charme da votação do imposto verde, tem o apelo ambiental de se estar votando imposto verde, mas na prática esses recursos na verdade sabemos que mais de 80% deles não serão destinados a projetos que tenham visibilidade ambiental, ao contrário do que ocorre aqui. Essa preocupação está estampada na visibilidade com que os deputados têm se preocupado e muito na Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Recebemos várias solicitações de parlamentares no sentido de receber documentação da Secretaria para realmente poderem se inteirar de que maneira estaria interagindo a votação desse uso sustentável da água com a preocupação de que a humanidade pudesse estar suprindo as suas dificuldades, e a Assembléia Legislativa obviamente fazendo o grande papel que tem que é o de ser na verdade o grande prestador de serviços à comunidade, interlocutor nesse caso em que o Governador tem essa preocupação. Não vou fugir a uma responsabilidade que acho extremamente importante. A primeira delas é uma tese que acredito ser extremamente importante e vou pedir permissão aos deputados porque já não é mais da minha alçada hoje, mas na votação do projeto entendo que esse produto deva ser cobrado de todos aqueles que utilizam as águas, em pequena proporção,



em média proporção e em uma maior proporção. Acho que a isenção de qualquer um que esteja nesse grande cenário vai fazer com que haja, diria privilégios, no sentido de fazer com que socialmente se pudesse, cobrando um valor menor daquele que utiliza bem menos e um valor muito maior daquele que obviamente trabalha na linha produtiva e auferir grandes lucros com a utilização desse bem comum.

Outra questão importante é a da gerência e da aplicação desses recursos. O Governador determinou uma coisa muito interessante que era o incremento e o incentivo dos comitês de bacias e, nada mais justo, na minha opinião, que eles gerenciem esses recursos, que façam uma destinação da aplicação desses recursos nessas bacias que terão obviamente os seus benefícios.

Pelo motivo que diz o governador Mário Covas, eles têm o conhecimento prático e objetivo do problema que eles têm nos seus municípios.

Em 1991 apresentei um projeto de lei nesta Casa, que ainda tramita aqui, que fala sobre a questão da sustentabilidade dos mananciais. Cada manancial que serve água a um número de municípios, esses municípios deveriam retornar algum recurso para que, aquele município que detém o manancial possa mantê-lo em condições de servir às águas, evitando adensamento na região, a descarga de lixo orgânico, de lixo químico nos mananciais, enfim, ele teria que ter um atrativo pelo fato de ter o município que tem o manancial e a obrigação de manter aquele manancial muitas vezes com um custo muito alto de ver o seu desenvolvimento em termos econômicos bloqueados pelo fato de ter que preservar uma área que é extremamente fundamental para toda a humanidade.

Considero esses dois itens de fundamental importância: o gerenciamento pelo comitê de bacias e a cobrança por todos os segmentos obviamente na proporção e na limitação do que deva ser. Isso faço como uma sugestão, pois essa deliberação será dos deputados, esse debate ainda irá a plenário. Acho extremamente importante e como membro desta Casa vejo que houve um grande salto de qualidade para que os deputados possam, depois dessas informações que serão



dadas aqui pelos demais componentes da mesa, no sentido de que esse projeto tenha na sua elaboração, no seu processo laboratorial um resultado final extremamente positivo. Entendemos que dentro do princípio do contraditório o resultado final será o melhor que podemos ter no Estado de São Paulo. Sob o aspecto da preservação ambiental fala-se muito e é muito comum, Meirelles costuma muito brincar com essas coisas, diz que a Secretaria do Meio Ambiente tem sempre duas grandes coisas para oferecer à comunidade: multa e fechamento administrativo. É verdade. Mas, gostaria de deixar todos tranqüilizados no sentido de que a Secretaria tem elaborado vários debates a respeito dessa e de outras questões que têm uma interação com toda a sociedade. Produzimos inclusive um material que fala sobre cobrança do uso da água, subsídios para que possamos na verdade, sob o aspecto de meio ambiente, de recuperação de águas, termos um enfoque com uma visibilidade nova, com uma visibilidade moderna, e não aquela tradicional.

Outro dia discutia com empresários da região de Cubatão, uma região tida como altamente poluidora durante muitos anos. Hoje já há um aperfeiçoamento daquela região onde algumas empresas já assinam os seus TACs – Termos de Ajustamento de Condutas –, algumas estão recebendo certificação da ISO 14.001, o que não significa dizer que todas elas já estejam despoluídas. Mas percebemos quanto à questão das águas que algumas indústrias utilizavam de forma muito violenta o uso das águas que vinham da Usina Henry Borden, e cobravam do Estado a possibilidade de utilizar cada vez mais. Hoje, diria que 50% das indústrias reaproveitam as águas, ou seja, não só consomem e demandam que as águas caminhem para o mar, mas reaproveitam num processo de reutilização desse bem que é extremamente importante para todos. Vou finalizar a primeira fase da minha fala aguardando a interferência dos demais membros que estarão aqui discutindo esse projeto de lei, no sentido de que possamos com os técnicos e cientistas da Secretaria do Estado de Meio Ambiente, conjuntamente com os parceiros, Secretários de Recursos Hídricos e Agricultura, fornecer aos deputados as



informações que forem necessárias para que o resultado final desse projeto seja aquele que, na verdade, a sociedade espera.

Muito obrigado a todos e agradeço a oportunidade de a Secretaria poder fazer as considerações no que diz respeito à sustentabilidade das águas.

**SRA. PRESIDENTE MARIA DO CARMO PIUNTI** – Esta Presidência agradece a participação do Secretário Ricardo Trípoli, do Meio Ambiente. Neste momento vamos passar a ouvir aqueles que estão inscritos para darem a sua contribuição neste importante evento. Chamamos para fazer uso da palavra, Cláudio Antônio de Mauro, prefeito de Rio Claro e presidente do comitê de bacias hidrográficas do Piracicaba-Capivari-Jundiáí.

A Presidência efetiva da Casa deu a cada secretário 30 minutos para a fala. Os secretários foram extremamente corretos, inclusive o secretário Deputado Ricardo Tripoli gastou menos do tempo previsto, e gostaria de pedir àqueles que forem usar a palavra de agora em diante, se puderem, se restringir a 10 ou 15 minutos, para que possamos ter oportunidade de, após ouvirmos os deputados que estão presentes à Mesa e que queiram se pronunciar, e também as outras entidades civis, organizações não governamentais que queiram se inscrever para falar.

Com a palavra o prefeito Cláudio Antônio de Mauro, de Rio Claro.

**SR. CLÁUDIO ANTÔNIO DE MAURO** – Agradeço ao Presidente Vanderlei Macris pela oportunidade que nos atribuiu, para participarmos desta atividade e aproveito o ensejo para cumprimentar os secretários de Estado presentes, Trípoli, Thame, Deputados estaduais presentes, Exma. Coordenadora da Mesa, Deputada Maria do Carmo Piunti, prezados companheiros, amigos.

Em primeiro lugar gostaria de fazer uma referência ao fato de que tenho aparecido como presidente dos comitês de bacias hidrográficas. Na verdade foi um equívoco, sou presidente do comitê das bacias do Piracicaba-Capivari-Jundiáí.



Portanto, um dos 20 comitês instalados e implantados no Estado de São Paulo A nobre Deputada falou corretamente. Em alguns documentos apareço como presidente dos comitês. Ressalvo e peço desculpas aos demais presidentes de comitês, não estou absolutamente com essa responsabilidade.

Gostaria de dizer que nós do comitê de Piracicaba-Capivari-Jundiaí, em conjunto com o consórcio das bacias do Piracicaba e Capivari, cujo presidente Umberto de Campos, prefeito de Piracicaba se encontra presente, estamos muito contentes em relação aos debates a respeito desse assunto, com a implantação de um projeto de lei que se preocupa com a cobrança pelo uso da água, e que tenha ganho esse destaque e essa importância nesse momento. É muito importante que se diga que esta é uma rara oportunidade em que um projeto de lei foi elaborado com caráter de ampla participação democrática. Embora tenha sido elaborada uma minuta por parte do Executivo, em verdade todos os comitês participaram dos debates, fizeram suas reuniões plenárias, tivemos reuniões específicas para tratar do assunto, e portanto, a redação final acabou acontecendo a partir do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O que demonstra a amplitude e as possibilidades de discussão que esse projeto de lei apresentou.

Deve-se destacar que os 20 comitês existentes no Estado de São Paulo são formados por uma grande e diversificada gama de representantes da vida social. Além dos municípios que compõem os comitês, temos também os órgãos de estado que ali estão representados. Temos também a representação da sociedade civil através da Ciesp, dos sindicatos de proprietários rurais, dos sindicatos dos trabalhadores, de maneira que os comitês representam uma gama de entidades que garantem a democracia na discussão estabelecida dentro dos comitês. Dessa forma podemos dizer que o Projeto de lei nº 20 é um projeto que tem origens na própria sociedade e portanto foi democraticamente discutido. O Estado está organizado em 20 comitês implantados, e no caso específico do comitê das bacias do Piracicaba-Capivari-Jundiaí, agora no começo do mês tivemos a oportunidade de fazer o lançamento e a apresentação, inclusive com a presença do DD. Secretário de



Recursos Hídricos, do plano de aplicação de recursos ou plano de investimentos desse comitê que prevê uma necessidade de aproximadamente um bilhão e quatrocentos milhões de reais, para que haja uma recuperação adequada dessas bacias, e conseqüentemente o oferecimento das mesmas em qualidade para o abastecimento das cidades e para o uso produtivo tanto na área rural quanto nas áreas urbanas. Dessa maneira, recursos para aplicação na área de recuperação dos mananciais são fundamentais. Já vivemos em algumas regiões especificamente do comitê, circunstâncias de grande falta de abastecimento. Temos municípios, como o de Piracicaba, que não pode mais captar as águas no rio Piracicaba, e que foi obrigado a investir 30 milhões de reais para captar água na sub-bacia do rio Corumbataí. Assim temos outros municípios como Sumaré, Hortolândia que estão vivendo situações extremamente difíceis no que diz respeito ao abastecimento de água para as suas populações. Não há dúvida, todos sabemos da gravidade da situação em que se encontram os recursos hídricos no Estado de São Paulo e a necessidade de que eles sejam tratados de uma outra maneira. E para que isso aconteça, há necessidade fundamental de recursos financeiros.

O Projeto de lei nº 20 tem, além das origens da discussão democrática na sociedade, um outro componente que é fundamental e que foi muito bem ressaltado pelas falas anteriores, que é o processo de descentralização. Hoje se trabalha para que haja descentralização. A descentralização nas mais diversas áreas das atividades principalmente aquelas exercidas pelos governos, haja vista o que acontece nas áreas de saúde, de educação, de trânsito, uma tentativa e um trabalho no sentido de descentralizar.

Evidentemente que todos temos opiniões e reflexões críticas a respeito desses processos de descentralização e de como eles são feitos. Mas, podemos dizer que no caso específico das bacias hidrográficas e conseqüentemente da descentralização dos recursos, atribuindo aos comitês a responsabilidade de administrá-los e gerenciá-los, é alguma coisa que é a ansiedade que faz parte da ansiedade da sociedade organizada. De maneira que a implantação de parques





industriais, cujas empresas dependem da água para produzir, está na dependência da qualidade e da quantidade de água disponível em todos os lugares. Algumas pessoas falam a respeito do custo em São Paulo, preocupadas, porque poderá dificultar a instalação de novas empresas se tivermos um aumento, e conseqüentemente alguns recursos a mais para serem despendidos pelos setores que são os usuários. Ocorre que da maneira como estamos indo, corremos o risco de perder empresas, porque as condições das águas não são satisfatórias. As empresas que precisam, que dependem da água, têm que gastar recursos financeiros muitas vezes elevadíssimos para que possam permanecer no Estado. E está absolutamente limitada a possibilidade de implantação de novos projetos industriais e agrícolas, especialmente nas áreas onde as águas já se encontram num nível de contaminação.

Destaque-se que o projeto foi elaborado durante diversas rodadas de discussão, com a participação dos municípios, da sociedade civil, das entidades estaduais e organizadas de usuários. Devo destacar que mais uma vez queremos a aprovação e solicitamos dos deputados estaduais a aprovação do projeto original, do projeto de lei nº 20, como está na sua redação original, porque já temos a possibilidade e a garantia de que os setores do Estado compõem os comitês, e deles participam, portanto, para tomar a decisão de onde os recursos serão utilizados.

Portanto, não tem sentido os recursos ficarem centralizados apenas na mão de setores do Estado, ao invés de serem descentralizados, para que sejam discutidos pela sociedade como um todo, principalmente porque o Estado compõe os comitês e terá a possibilidade de participar ativamente e de se posicionar a respeito da maneira como são conduzidas as aplicações desses recursos.

Outro conceito fundamental é a aplicação dos recursos dentro das bacias. Entendemos que é fundamental que se pense que precisamos, no momento em que instituímos a cobrança pelo uso da água, não como taxa, porque não é taxa, e poderá ser questionada judicialmente, poderá trazer conseqüências a aprovação de



um projeto que leve em conta a taxa. Mas, possivelmente como preço público, temos que identificar que a utilização desses recursos e a aceitação, por parte da sociedade, trará obrigatoriamente a necessidade de que os recursos sejam aplicados dentro da bacia. Porque a sociedade está vendo que os recursos que está despendendo estão sendo aplicados em melhoria na qualidade de vida e na qualidade da água, que é colocada à disposição dos serviços, da produção e do consumo por parte da população.

Outro conceito fundamental é o de que os recursos fiquem nas mãos dos comitês e sejam utilizados, na medida em que captados, na própria área em que forem captados, daí fortalecendo o conceito da descentralização. Outra questão é que quando a bacia quiser estabelecer valores distintos, o projeto de lei oferece tal possibilidade. Ou seja, cabe aos comitês definirem quais serão os valores cobrados em seu âmbito. Dessa maneira, a sociedade civil, os setores agrícolas, os setores produtivos industriais, os municípios, os departamentos de água, a Sabesp, que administra um número significativo desses serviços poderão participar da decisão de qual vai ser o valor necessário.

Evidentemente esses valores serão diferenciados não apenas por setores, de acordo com sua possibilidade produtiva e a qualidade daquilo que fazem, mas também de acordo com a localização no Estado de São Paulo. Há setores no Estado de São Paulo em que uma atividade industrial ou agrícola tem maior ou menor importância, e evidentemente esses setores poderão, participando dos debates, influenciar na decisão do valor que será estabelecido para a cobrança da água. Por isso a posição dos comitês, especificamente do Comitê das Bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiá é para que não sejam aprovadas isenções generalizadas na lei. Ao contrário, que essas isenções possam ficar sob a responsabilidade dos comitês, para que discutam com a sociedade, com aqueles que reconhecem a necessidade de isenções para seus setores possam participar e debater dentro dos comitês, conseqüentemente definindo valores que sejam compatíveis com as necessidades de arrecadação dos recursos e com a



possibilidade que esses setores terão de despender algum recurso para que tenhamos água com qualidade no Estado e possamos garantir o futuro da comunidade. Dessa maneira a descentralização, a garantia dos recursos nas mãos dos comitês, a não aprovação de isenções generalizadas – porque poderemos tomar essas decisões conjuntamente, dentro dos próprios comitês – são fatores fundamentais que nos fazem falar em favor da aprovação do projeto original, do projeto como foi apresentado. Os setores que querem discutir possibilidades de isenções específicas terão seu fórum adequado, dentro dos comitês, para tratá-los.

Entendemos e reconhecemos a importância colocada pelos digníssimos deputados estaduais para tratarem do assunto nesta oportunidade. Devemos ainda, para finalizar, destacar que temos de pensar no futuro da comunidade e no seu presente. Não há mais como se pensar na modernidade e na pós-modernidade se não se pensar que a questão ambiental, não sob o ponto de vista apenas da preservação do verde e dos animais, mas da preservação da espécie humana, do trato efetivo das populações mais pobres, que devem receber os apoios necessários, e que, através das discussões regionalizadas, terão a possibilidade de participar como prioridade.

É fundamental que tenhamos uma compreensão ambiental ampliada, que leve em conta as necessidades da sociedade e a preservação da vida humana, mas é necessário também que tenhamos cada vez mais um discurso em favor do desenvolvimento da cidadania, e cidadania implica, obrigatoriamente, em descentralização, implica, obrigatoriamente, em não tutelação do Estado para todos os setores que querem se organizar e que estão em condições de fazê-lo. Destaque-se ainda que o Projeto de lei tem grandeza, porque admite a hipótese de que, quando o comitê não estiver suficientemente organizado ou abrir mão, caiba ao Estado fazer a definição adequada para a aplicação dos recursos e definição das políticas dentro do comitê.

Em contrapartida, os comitês que estão organizados e que têm, reconhecidamente, qualidade de trabalho respeitada pela sociedade, precisam

também ser respeitados. Temos certeza de que o projeto original será aprovado porque os Deputados querem nos ajudar a construir a sociedade do terceiro milênio, a sociedade do Séc. 21, fundamentada em princípios humanos, racionais, mas que levem em conta a necessidade ambiental e o desenvolvimento da cidadania em favor de um mundo melhor, de um mundo que seja, efetivamente, o mundo dos sonhos.

**SRA. MARIA DO CARMO PIUNTI** – Gostaríamos de agradecer a importante contribuição de Cláudio Antônio de Mauro, Prefeito da cidade de Rio Claro e Presidente do Comitê de Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

**SR. PRESIDENTE VANDERLEI MACRIS** – Queremos registrar e agradecer as presenças dos nobres Deputados Roberto Moraes e Vaz de Lima, assim como de Samuel Barreto, da Fundação SOS Mata Atlântica, de Luciana Martins, Secretária da Agricultura e Meio Ambiente de Pilar do Sul, de Adolfo Moraes, Secretário de Urbanismo e Planejamento da Prefeitura Municipal de Salto, de Tomás Nitche, do Sindicato Rural de Mogi das Cruzes, de Sérgio Hieda, do Projeto Margem Verde, da Associação Paulista de Proteção e Conservação Ambiental de Araras, de Sérgio Hazera, Coordenador de Projetos do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos rios Piracicaba e Capivari, de Laurinda Molitor, Coordenadora do Centro de Referência e da Comissão do Meio Ambiente da OAB, de Elza Ferreira, também Coordenadora do Meio Ambiente da OAB, de Dalto Broshi, da Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas, de João Pedro Apolinário, do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo, de Naemi Tomita, do Conselho Regional de Biologia da 1ª Região, de Eduardo Paschoaloti, do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, de Clodoaldo Gazeta, Coordenador Adjunto do Programa do Ribeira. Quero registrar também a presença do nobre Deputado Milton Flávio.



**SRA. MARIA DO CARMO PIUNTI** – Dando seqüência à programação, gostaria de pedir que fizesse uso da palavra Luís Succhi, vice-presidente da Faesp – Federação da Agricultura do Estado de São Paulo –, representando também, neste momento, Fábio Meirelles, Presidente da entidade. Com a palavra Luís Slucchi.

**SR. LUÍS SLUCCHI** – Secretários, e Deputados, infelizmente o Presidente não pôde estar presente, por encontrar-se em Brasília, tomando providências em nome da entidade.

Prefeitos e integrantes dos comitês de bacias, como representante da parte rural, depois de ouvir as palavras do Secretário seria louco se falasse em perdão e isenção. Ele disse que quando vê um produtor ele vem logo pedindo, mas não é bem o caso e gostaria de deixar isso para os Deputados. A federação representa 235 sindicatos e faço parte do Comitê de Bacias e do Conselho de Recursos Hídricos. Acompanho o assunto desde o início no que diz respeito ao andamento e a como estamos sentindo o nosso lado. Não poderia, de forma alguma, haver unanimidade onde há 200 e poucas entidades. O que poderia dizer é que tenho uma parte que fala em isenção. Em isenção, no entanto, pelo que conheço – não sou advogado – nem se pode pensar, porque tornar-se-ia um projeto inconstitucional, pois a Constituição reza que “todos somos iguais perante a lei”. Não seria justo que a classe ficasse de fora. Quero mostrar onde esbarro. Há uma gama que concorda em pagar, e dentro do princípio de que somos iguais perante a lei, falam em “por que não nós, produtores, com água tratada e servida?”. Houve um Secretário – talvez João Carlos – que mencionou a preocupação em relação à exportação. Falou em códigos alimentares. Concordo, porque fiz parte da Alca. Isso é um problema para nós, mas é um problema que já existe. Por isso o Comitê bate na linha de que poderá haver cobrança em relação aos recursos hídricos, imediatamente. Por que? Porque temos, dentro do Estado de São Paulo, na cidade, supermercados que exigem de nós e fazem supervisão em nossas propriedades,



para ver que tipo de água estamos usando. É a condição para que os alimentos sejam comprados. Eles querem ver de onde extraímos a água, e isto é muito preocupante. É muito mais preocupante, no entanto, o modo que será usado para se fazer isso. O que será feito de nós? Houve um outro Secretário do Meio Ambiente que disse que o meio ambiente está sempre se modificando. É também uma das grandes preocupações no uso de recursos hídricos. Há possibilidade de o Estado dar condições a todos irrigantes e a todos os produtores naquilo que for sendo exigido pela lei? Dou um exemplo: a outorga. Fala-se em outorga e gostaria de saber quanto o DAEE demora para expedir um direito de outorga. Consta que a demora é superior a três meses, isso quando o produtor é atendido. E se isso passar a constar de um desses projetos? Então temos medo, sim, quando o Secretário fala, pois daqui a pouco estaremos sendo multados novamente. Isso já existe nas leis do meio ambiente. Elas nem foram promulgadas, mas já estamos sendo multados nas bases e não temos a quem recorrer.

Os senhores vão dizer: “esse homem representa a Federação, ele também poderia ser um órgão.”

A preocupação está justamente no modo pelo qual a lei será aprovada e por isso pedimos o 2004. Não é por privilégio, pois não precisamos disso.

Um outro Secretário disse que “se estiver muito caro, iremos para outro estado”. Não me preocupo com isso, porque temos agricultores que têm várias propriedades, talvez até em outros estados. Mas olhem o que pode acontecer: onerar o custo. Os senhores não vão dizer que isso não acontecerá, porque irá onerar sim – em São Paulo tudo é mais caro. É uma outra preocupação minha: a de ficarmos fora da concorrência em função da oneração do custo. Os senhores dirão: “mínimo, é mínimo”, mas não sei de quanto será esse mínimo.

Foi muito bem colocada pelos nobres Deputados a parte dos comitês de bacia, o que sanou nossa preocupação nesse sentido. Essa parte é muito importante, principalmente para este segmento. A Faesp, através de Fábio, tem-se empenhado muito para que os sindicatos rurais façam parte dos comitês, para que



depois não nos venham criticar. Se este projeto for aprovado como no original – ou com algumas emendas –, já foi bem estudado por este segmento. Já estamos “por dentro”. Nos locais a que tenho sido chamado para falar sobre recursos hídricos e a que tenho comparecido, não tenho tido dificuldades com os produtores quando há uma explicação adequada: de que haverá cautela na introdução da lei. Em relação a ficarmos fora jamais foi pensado. A história de perdão e isenção foi transformada em compreensão. Pedimos compreensão e somente isso. Não sei se consegui colocar-me adequadamente nessa parte em que quis frisar esta preocupação, devido ao que temos constatado. Gostaríamos que levassem em conta, também, a diferenciação dos recursos hídricos entre nós. Cada produtor rural tem um tipo de uso para os recursos hídricos. Se pegarmos um irrigante de flores, ele foi tomado por base, para o projeto, de forma errada: pegaram um “aparelhinho”, que normalmente é utilizado pelo produtor por meia ou uma hora por dia na irrigação das flores, e multiplicaram por vinte e quatro. A mesma coisa acontece com um irrigante de feijão. São essas pequenas particularidades que preocupam a agricultura. O produtor fica preocupado. Não é pelo fato de estarmos cansados de injustiças e multas – não é isso. Há os que merecem e eu me rendo: existem os que merecem, mas não são todos. Esse 2004, então, é muito importante para que possamos ter mais tempo de esclarecimento para esse pessoal. A Faesp, desde já, está à disposição, junto com os outros órgãos. Tame sabe disso, porque já foi Presidente do Conselho de Recursos Hídricos, e sabe que sempre nos pusemos à disposição, e vamos continuar fazendo isso. Duvido que haja um produtor rural que não queira preservar sua nascente de água. É impossível, ele não é louco. Ele quer e necessita daquilo. Os senhores não sabem o quanto uma nascente de água valoriza uma propriedade, o quanto se luta para possuir tal nascente. É um dos primeiros itens de prioridade de um produtor rural. Duvido que ele vá prejudicar ou estragar aquilo ou que vá usar inadequadamente. Estamos tendo um problema sério na piscicultura, que se utiliza de uma água que entra e sai. Eles estão preocupados, mas temos insistido no sentido de que não haverá desleixo na cobrança. Temos medo em



relação a essa imposição por parte de uma lei que não seja bem estudada e que não dê essa oportunidade a todo segmento.

Gostaria de deixar bem clara uma coisa, como economista, produtor rural, presidente de sindicato e homem do interior: a importância desses recursos serem canalizados para os comitês de bacias. Vou dar um exemplo e terminar: o projeto do Conselho de Recursos Hídricos federal não tem representante da área de agricultura. Saiu o decreto e não consta um representante de um segmento. Não sei qual é a intenção e aqui fica um ponto de interrogação.

**SRA. MARIA DO CARMO PIUNTI** – Agradecemos a participação d Luís Slucchi, vice-presidente da Faesp, e chamamos, para que faça uso da palavra, Antônio Miranda da Costa Neto, Presidente da Assemae – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento.

**SR. HERALDO MARCON** – Meu nome é Heraldo Marcon. Estou representando Antônio Miranda da Costa Neto, que, por compromissos assumidos anteriormente em Brasília, não pôde comparecer a este seminário.

Exma. Deputada Maria do Carmo Piunti, representando o nobre Deputado Vanderlei Macris, Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Exmo. Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo, engenheiro Antônio Carlos Mendes Tame, em nome dos quais cumprimento as demais autoridades presentes. É com grande satisfação que vimos realizar-se um evento da importância deste seminário que, de certa forma, consolida as discussões sobre o Projeto 20/98, já debatido no âmbito dos comitês de bacias e das instituições representativas do setor de saneamento no Estado de São Paulo. Nos debates ocorridos nessas instâncias prevaleceu sempre a preocupação de quais seriam os impactos econômicos, da cobrança pelo uso da água sobre os usuários que a utilizam como fonte de saneamento básico. Todos sabemos das condições precárias de saneamento em que vivem algumas populações e principalmente do



alto grau de pauperização a que têm sido submetidas pelos longos períodos de recessão atravessados pelo país. Mais importante do que interesses de segmentos sociais é o interesse público de que se reveste tal projeto de lei. Certamente esta Casa, mais do que qualquer outra, e até por responsabilidade, saberá colocá-lo em primeiro lugar. Um dos avanços no sentido de garantir-se a saúde pública dos usuários é priorizar-se a outorga de exploração de recursos hídricos para abastecimento. Temos conquistado importantes marcas nesse sentido. Em todas as esferas de poder já não se considera a produção de energia elétrica como meta prioritária para a exploração de recursos hídricos. Lembremo-nos de que trata-se de uma mudança bastante recente no conceito de outorga. Avançaremos tanto mais quando tomarmos a iniciativa de criar instâncias exclusivas e democráticas para a concessão de outorgas.

A propósito dos avanços, gostaríamos de ressaltar um que nos parece fundamental ao sucesso de qualquer cobrança, e principalmente da gestão dos recursos arrecadados dessa cobrança: a composição tripartite entre o estado, municípios e sociedade civil na agência de bacias. Essa qualidade pode ser mais valorizada se a compararmos à proposta do Governo Federal para a criação da ANA – Agência Nacional de Águas –, para a qual se propõe uma composição semelhante à das agências hoje em funcionamento, representada por um conselho de intocáveis.

O Secretário de Recursos Hídricos esteve em um seminário, em Brasília, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e parece ali haver-se manifestado dessa forma. Não é esse o modelo para a regulação do setor de saneamento e nem para a regulação de outros setores de infra-estrutura que gostaríamos para o Estado. Felizmente aqui os rumos foram outros.

Um dos objetivos primordiais da gestão democrática e participativa que defendemos é garantir que os recursos apurados no saneamento ambiental – em um conceito o mais amplo possível de saneamento ambiental, que incorpora a questão dos recursos hídricos – sejam revertidos a esse setor, de modo que seus

operadores e órgãos executivos tenham a oportunidade de proporcionar salubridade ambiental ao cidadão. Muito nos constrange, como brasileiros, constatar episódios como o da CPMF, emblemático de como impostos, taxas ou tarifas podem ser criados sem a devida conversão em benefícios imediatos à população.

A respeito da aplicação dos recursos, a Assembléia Legislativa e as câmaras municipais terão papel fundamental na fiscalização e controle das ações. A preocupação no tocante ao binômio cobrança-aplicação não é fortuita. Ela se justifica porque a visão de muitos setores, baseada nos conceitos trazidos pela globalização, é de que a água é um bem econômico e deve ser tratada como qualquer outra *commodity*. Erram os que assim pensam. Diríamos que a água tem seu valor econômico, mas isso é muito diferente. Sem dúvida ela carece de usos racionais e jamais deve ser desperdiçada, dada sua escassez. É por essa e por outras razões que se cobra tarifa progressiva por seu consumo, e tantos operadores investem significativamente em controle de perdas, mas todas essas iniciativas decorrem do conceito cristalizado entre sanitaristas e profissionais do setor de saneamento – notadamente os que militam nas prefeituras, nos serviços autônomos de saneamento – de que a meta de universalizar-se o saneamento é levar saúde pública às populações e condições dignas de sobrevivência.

Agradeço a todos e em especial à Presidência da Assembléia Legislativa de São Paulo por esta oportunidade.

**SRA. MARIA DO CARMO PIUNTI** – Esta Presidência registra os agradecimentos a Heraldo Marcon, que representou a Assemæ – Associação Nacional de Serviços Municipais de Saneamento – e gostaria de chamar, para fazer uso da palavra, Ângelo Albiero Filho, Diretor da Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

**SR. ÂNGELO ALBIERO FILHO** – Nobre Deputada Maria do Carmo Piunti, na presidência dos trabalhos, Secretários, nobres Deputados, Prefeitos, senhoras e



senhores, este pronunciamento corre o risco de receber uma vaia, ao final – e estamos preparados para tanto. Vamos nos posicionar em nível do que a Fiesp e o setor produtivo entendem do assunto.

Novamente nós, que produzimos, deparamo-nos com mais um ônus imposto pelo Estado, que insiste em criar tributos e taxas, enfim, uma carga cada vez maior lançada sobre os ombros de quem gera as riquezas e os empregos, dando a impressão de que trabalhar e produzir é um mal a ser debelado. Este Projeto de lei que, se aprovado, onerará ainda mais o custo São Paulo, intensificando os efeitos já negativos do custo Brasil, e contribuindo negativamente contra a competitividade dos produtos em um mercado globalizado extremamente competitivo. Apesar de todas as justas queixas, é a unidade federativa melhor estruturada sob o ponto de vista do poder de polícia, quando comparada a outros estados da federação.

No Estado de São Paulo, a aplicação da lei é efetiva quando comparada a outros estados, e tal fato tem contribuído ainda mais para o êxodo de indústrias aqui sediadas para o outro lado da fronteira do Estado, pois não conseguem resistir aos incentivos da falta de fiscalização e facilidades ambientais que encontram fora do território paulista. Aquelas que estão estudando o Estado de São Paulo como alternativa, simplesmente descartam de imediato essa possibilidade. Não bastasse a guerra fiscal, a efetiva fiscalização promovida pelos órgãos ambientais – a promotoria pública, a polícia florestal e a Delegacia do Consumidor – Decon –, hoje temos, diariamente, essa pressão. Não estamos pretendendo que a fiscalização deixe de existir. O que não podemos é suportar a desigualdade da fiscalização em relação a outras unidades da federação. Somos contra a cobrança da água por princípio, por ser mais um ônus a todos os que produzem, principalmente pelo fato de que essa cobrança, em tese, só será implantada neste Estado. Até fazemos uma proposta: no dia em que 65% dos estados brasileiros estiverem pagando, o Estado de São Paulo poderá entrar. Acho que essa proposta seria viável para que não ficássemos sozinhos, mais uma vez, em relação a essa cobrança. Criando esse novo imposto – e não adianta dizer que não será imposto, pois para nós é mais um



tributo e não importa o que digam os tributaristas sobre tal nomenclatura. Como não podemos escapar dele, é imposto. Não bastassem essas razões de ordem conceitual, por uma leitura superficial ao Projeto de lei nº 20/98 verificamos que a intenção do legislador é criar toda a ordem de embaraços ao processo produtivo, a pretexto de proteger os recursos hídricos, pois em vez de definir claramente os direitos e obrigações a que os usuários da água estariam sujeitos, criam um sem-número de possibilidades a ser definidas *a posteriori*, trazendo um verdadeiro desassossego àqueles que têm na água o insumo básico desse processo produtivo. Não bastasse essa incerteza, o Projeto de lei nº 20/98 cria desigualdade entre os usuários, pois em seu Art. 4º, parágrafo 2º isenta a geração de energia de sua abrangência, remetendo-a à legislação federal, enquanto que todos os outros usuários ficam sujeitos à cobrança por ela instituída.

E o que é pior, não define o quanto será cobrado, deixando esse preço ser fixado *a posteriori*, em regulamento, pelas bacias. Finalmente, no capítulo seguinte, onde são fixados os critérios gerais para cobrança, no art. 8º, cria-se uma miscelânea de critérios que só servirão para criar dificuldades para os usuários, e possibilitar a oferta de facilidades por parte daqueles que detêm o poder de decidir sua aplicação.

São tantas as variáveis, que a aplicação dependerá do zelo do agente aplicador, criando aquelas condições ideais para soluções heterodoxas.

O art. 9º, então, é um primor, pois diz que as entidades responsáveis pela outorga do direito de uso e pelo licenciamento de atividades poluidoras, assim como as agências de bacias, manterão um cadastro de informações a serem fornecidas pelos usuários, em caráter obrigatório, de forma a se identificar as quantidades sujeitas à cobrança, facultado ao usuário o acesso as dados cadastrais.

O art. 10, por sua vez, vem completar a situação de absoluta sujeição do usuário, pois diz que o volume consumido será avaliado em função do tipo de autorização dessa mesma água, pela multiplicação do volume captado, extraído ou derivado por um fator de consumo a ser definido em regulamento.



E não pensem os senhores que terminaram as indefinições, pois o art. 11 diz que o valor a ser cobrado por captação, extração, derivação e consumo resultará da multiplicação dos respectivos volumes captados, extraídos, derivados e consumidos pelos correspondentes valores unitários e pelo produto dos coeficientes que consideram os critérios estabelecidos no art. 8º, a serem definidos também em regulamento.

Novamente, a lei não define os critérios a serem adotados, que serão fixados depois, por regulamento. E essa situação vai se repetir nos arts. 11 e 13, que tratam da diluição, transporte e assimilação de afluentes e da carga lançada, que serão definidos em regulamento a ser editado também *a posteriori*.

O art. 14 e seu parágrafo único, que deveria criar os parâmetros para cobrança pela utilização dos recursos hídricos, diz apenas que esses valores resultarão da soma dos parâmetros, os quais ainda não existem e serão criados no futuro, também por regulamento.

O art. 15 é totalmente inútil e redundante, pois afirma que se alguma das partes envolvidas não concordar com os valores cobrados, pode pedir a revisão, o que ocorre independentemente desse artigo, já que decorre de um direito constitucional, que garante a revisão pelo Judiciário de qualquer ato lesivo a um direito.

O capítulo IV trata das sanções, que são por demais draconianas, onde o usuário dos recursos hídricos é tratado como bandido em potencial, pois o simples atraso do pagamento do preço fixado implicará na suspensão ou na perda do direito de uso outorgado pela entidade competente, a critério do outorgante, em forma a ser ainda definida em regulamento.

Novamente estaremos à mercê de um futuro regulamento e ao pagamento de uma multa de 10% sobre o valor de débito, acrescido de 1% de multa ao mês.

Finalmente o art. 17 diz que a afirmação falsa da vazão captada, extraída, derivada ou consumida, e da carga lançada pelo usuário, sem prejuízo das sanções, acarretará, primeiro, no pagamento do valor atualizado do débito apurado, acrescido

de multa de 10% sobre seu valor, dobrada a cada reincidência, segundo, na cassação do direito de uso, a critério do outorgante em regulamento. Numa presunção de que todo usuário de água é um fraudador em potencial.

As disposições transitórias contidas na lei criam em seu parágrafo único discriminação contra os usuários urbanos e industriais, que estarão sujeitos ao pagamento a partir do ano 2000, em detrimento do que a lei chama de demais usuários, que só estarão obrigados ao pagamento a partir do ano 2004. Uma flagrante discriminação, pois o que diferencia os outros usuários dos usuários urbanos e industriais?

Neste instante quero lembrar aos senhores que, a continuar essa política de penalizar aqueles que trabalham, estaremos condenando o Estado de São Paulo a perder sua capacidade de investimento, pois, não bastasse a luta dos outros estados em levar para seu território as nossas indústrias, oferecendo toda sorte de vantagens, o Governador sente uma vontade enorme de criar todo tipo de dificuldades para este processo produtivo.

Não estamos pedindo incentivos ou vantagens, mas somente que nos deixem trabalhar. Que esta Casa não seja instrumento de sucateamento do parque industrial, o qual tem gerado riquezas para o Estado, sustentando também o lugar de destaque que temos ocupado no País. Não podemos destruir a capacidade de produzir. Temos de nos manter à frente como o estado mais industrializado da Nação.

Semana passada, tentou-se criar um incentivo para as indústrias, micro e pequenas, obrigando-se a compra de insumos do Estado, o que foi suficiente para que, em nome do regime federativo, todos gritassem contra esse ato de incentivo à indústria paulista. Não pode agora a Assembléia Legislativa aprovar um projeto que rompe o Estado Federativo justamente contra nós.

Gostaríamos de discutir muito mais esse assunto, mas o tempo já se esgotou. Essa é a posição da indústria paulista.



**SRA. PRESIDENTE** – Neste momento, gostaria de dar início às palavras dos Deputados, aos quais solicito serem objetivos, para que possamos permitir que a sociedade civil presente possa se inscrever, usando a palavra. Temos aqui profissionais da Casa, do Cerimonial, que podem anotar a inscrição daquelas entidades, ou prefeitos, vereadores, enfim, aqueles que quiserem falar.

Passo a palavra ao nobre Deputado Junji Abe, Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa.

**SR. JUNJI ABE** – Nobre Deputada Maria do Carmo Piunti, presidindo os trabalhos e representando neste ato o Presidente desta Casa, o nobre Deputado Vanderlei Macris, queria cumprimentar os Exmos. Secretários do Meio Ambiente, nobre Deputado Ricardo Tripoli, dos Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, Engenheiro Agrônomo Mendes Tame, da Agricultura e Saneamento, João Carlos Meirelles, que se ausentou instantes atrás.

Gostaria de, ao cumprimentar o nobre Deputado Walter Feldman, líder do Governo nesta Casa, cumprimentar e saudar todos os nobres companheiros deputados desta Casa. Queria também cumprimentar o engenheiro Uki Suzuki, que está representando o Secretário de Agricultura e Abastecimento, o Diretor da Faesp, Leissuti, representando Fábio César Meirelles, Ângelo Albeiro, representando a Fiesp, como vice-presidente daquela entidade, os prefeitos aqui presentes, presidentes de câmaras, vereadores, presidentes de comitês de bacias hidrográficas, presidentes de subcomitês, e demais dignas representações aqui presentes.

Se não me falha a memória, foi na segunda quinzena de 1997, neste mesmo Auditório Teotônio Vilela, que o então Secretário de Recursos Hídricos, Hugo Marques da Rosa, antes do envio desse projeto a esta Casa, que realizamos a primeira audiência pública. Aliás, não era ainda um projeto, e sim um anteprojeto. Da mesma forma como hoje, esta Casa estava lotada, e neste auditório não havia lugar para todos que queriam participar.



Independentemente do cargo de parlamentar que ocupamos nesta Casa, mas no papel de cidadão, de uma pessoa que tem uma vinculação muito forte com o setor produtivo, quero fazer menção de que, apesar da minha ligação muito robustecida com a atividade produtiva rural, coloco-me como uma pessoa preocupada com o setor produtivo de maneira geral.

Naquela audiência pública, ficamos extremamente preocupados, porque o então Secretário Hugo Marques da Rosa, hoje Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto-Tietê, além das exposições de todo anteprojeto, passou uma transparência de alguns exemplos da cobrança de água, não só de atividades industriais, mas também agrícolas.

E a maioria se manifestou, opondo-se aos números daquelas cobranças. E nesse sentido, muito particularmente nós, que estamos trabalhando há muitos anos na agropecuária, ficamos estupefatos, porque a situação da classe já é, há muitos anos, de total inadimplência.

Aliás, sem perder tempo para a objetividade dessa discussão, poderíamos até dizer que lamentavelmente estamos sendo até castigados pela desinformação da sociedade, quando existe um projeto no Congresso Nacional, tentando aplicar um deságio de 40% em prol do desendividamento dos agricultores, que aparecem perante a sociedade como se estivessem pedindo o perdão ou a anistia da dívida.

Pelo contrário. A securitização acontecida há quatro anos atrás, que deu direito a endividados de até 200 mil reais pagarem em sete anos, resultou no seguinte: 50% não conseguem sequer pagar as prestações, porque ao longo dos anos a sociedade como um todo e os governantes não têm tido a sensibilidade de entender que, efetivamente, como disse o Secretário Mendes Tame, temos de tratar os desiguais com desigualdade. Como isso não acontece, ao longo dos anos estamos perdendo renda.

Essa é uma matéria que teremos, então, de discutir diante desse projeto, sem manifestar total oposição, pois a estrutura que se armou, o arcabouço desse projeto é magnífica. Pela primeira vez, a sociedade civil envolve-se na discussão com total



transparência, juntamente com as prefeituras municipais e os órgãos representando o Governo de São Paulo. Quanto a isso, estamos extremamente satisfeitos, e é exatamente essa discussão que vai nos levar a um denominador comum.

Dentro desse prisma, é evidente que, quando Ângelo Albeiro, representando a Fiesp, traz aqui as preocupações da indústria, muito mais do que a indústria, ficamos preocupados. A indústria, de alguma forma, ainda tem condições de estabelecer preços de atacado e de varejo, através do comércio.

Nós, da agricultura, principalmente da agricultura de mercado interno, que não depende de preços internacionais, das grandes *commodities* – estamos falando do feijão, de uma parte do arroz, dos legumes, das verduras, dos frutos, da agricultura, da criação – em muitas dessas atividades, sazonais e perecíveis, não temos condições de estabelecer preço de mercado. É a lei da oferta e da procura que gerencia e administra esse mercado em termos de comércio.

Por isso é que cada vez que sofremos uma preocupação de ônus maior ficamos preocupados. Apesar do companheiro Lessuti ter dito que uma parte dos companheiros que congregam a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, através dos sindicatos, manifesta-se até desejosa de que haja, se for pequeno, um imposto sobre a cobrança da água, contra aqueles que não são favoráveis, gostaria de dizer que, ao longo dos anos, acompanhando a renda desses próprios produtores, não temos condições de, neste exato momento, cobrar alguma coisa dessa atividade, diferentemente da maioria dos países, em que a média dos impostos que recaem sobre produtos agrícolas é de 7%. No Brasil, entre impostos diretos e indiretos sobre os produtos agrícolas, ficamos com 33%.

Basta isso para a competição na globalização já ficar prejudicada. Ainda mais se tivermos dentro do processo federativo brasileiro um ônus maior para uma atividade que a cada momento aumenta em complexidade, em função de termos aí grandes cidades, cidades metropolitanas, que, crescendo, fazem com que nossas atividades tenham ônus maiores. É o caso de Suzano, de Biritiba-Mirim, de Salesópolis, de Mogi das Cruzes.



Temos muita água. Aliás, são mais ou menos seis ou sete represas que estarão prontas daqui três ou quatro anos, já que três já estão prontas, fornecendo água para São Paulo, e duas estão para ser construídas. Apesar de termos muita água, não temos nenhuma compensação devido a esse fato. Estamos até brigando para que um município como Salesópolis, apesar de não ter possibilidade de trabalhar mais em termos de produção, pelo menos tenha da sociedade um reconhecimento em termos de compensação.

Esse tratamento desigual para os desiguais, entendo, é uma meta primordial de todos os companheiros da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, nobres companheiros Deputados.

Em se falando de desiguais, é por esse aspecto que gostaria de levar essa discussão. Não somos efetivamente contrários, quando o imposto recai igualmente sobre a sociedade, mas não de uma forma diferenciada. Não queria me opor às considerações de Ângelo Albeiro, que diz que, nas discussões transitórias, a atividade agrícola poderá pelo uso da água a partir de 2004. O que ocorre é que na época, após a audiência pública do então Secretário Hugo Marques da Rosa, preocupados com praticamente não podermos ter atividade agrícola no Estado, juntamente com a Federação Agrícola do Estado de São Paulo e com a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo, nos mobilizamos, e solicitamos aos órgãos, especialmente à Secretaria de Estado do Governo daquela época, para que houvesse uma revisão daquele anteprojeto.

Por essa razão, no anteprojeto foi confirmado, durante as discussões transitórias, a retirada da atividade agropecuária para colaborar no subsídio ao pagamento da água a partir de 2004. No entanto, efetivamente estamos preocupados, ainda que seja apenas a partir de 2004.

Entendo que, democraticamente, ainda estamos discutindo esse projeto de lei, apesar de ele já estar praticamente para ser votado. Apesar de sermos de um partido aliado do Governo, não podemos com clareza, neste instante, dizer que,

principalmente a atividade da agricultura, seja penalizada com essa cobrança de água.

E faço votos, sim, para que, por exemplo, se o agricultor, ao invés de usar uma irrigação por aspersão, que é o método convencional, que muitas vezes não tem o controle da necessidade precisa para irrigar as culturas, se o agricultor pudesse trocar esse equipamento ultrapassado por microaspersão, ou então irrigação por gotejamento, evidentemente ele estaria colaborando com o gerenciamento de recursos hídricos.

Nesse caso, entendo que, ao invés de pagar algo, esses agricultores deveriam ter alguma compensação, até um prêmio, pois estariam colaborando com a economia de uso da água. Esse exemplo, no meu entender, serviria até para as indústrias fabris. Há indústrias que utilizam água abundantemente, mas há outras que colaboram, talvez até não utilizando a água da forma como a maioria da sociedade pensa utilizar.

Então, é dentro desse contexto, de analisarmos os desiguais, que gostaríamos, sim, que esse projeto fosse votado, com a determinação de que aqueles responsáveis pelos comitês e subcomitês tenham a competência, a inteligência e a coerência para estabelecer critérios extremamente justos para que no Estado de São Paulo não tenhamos mais desemprego, e para que o setor produtivo continue gerando riquezas e, evidentemente, empregos.

É isso que queria colocar nesse instante. Agradeço a companheira Maria do Carmo Piunti pela oportunidade.

**SRA. PRESIDENTE** – Neste instante, passo a palavra ao próximo deputado inscrito, que é o nobre Deputado Arnaldo Jardim, também Relator do Fórum São Paulo Século 21, instalado na Assembléia Legislativa na última segunda-feira.

**SR. ARNALDO JARDIM** – Muito obrigado. Quero cumprimentar minha querida amiga e coordenadora deste debate, a nobre Deputada Maria do Carmo



Piunti, cumprimentar o nobre Deputado Junji Abe, que preside a Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa, o nobre Deputado Carlos Zaratinni, o nobre Deputado Luís Carlos Godinho, o nobre Deputado Milton Flávio e o nobre Deputado Nivaldo Santana. Quero também cumprimentar aqui Mendes Tame, Secretário de Recursos Hídricos, e também cumprimentar o Representante do Secretário da Agricultura.

Tenho algumas certezas e muitas dúvidas, e tenho aqui tido a oportunidade privilegiada de, num fórum como esse, em que estudiosos do assunto, prefeitos municipais, vereadores, vice-prefeitos, em que aqueles que estão na labuta cotidiana de constituir e organizar o sistema hídrico do Estado de São Paulo, que compõe a platéia, deu-me a oportunidade de muito aprender neste debate. É o que estou tentando fazer.

A primeira certeza que tenho, e falo na condição a que se referiu a nobre Deputada Piunti, de Relator do Fórum São Paulo Século 21, interpretando aquilo que tem sido a tônica das preocupações na Assembléia. Temos a certeza de que estamos falando aqui de um recurso estratégico, daquilo que vai se tornar um dos focos de disputa inclusive internacional, daquilo que poderá ser a diferença na competitividade do País em escala internacional, e aquilo que é estratégico para o futuro das gerações. Falo, portanto, da água.

E é com essa dimensão que acredito que estamos discutindo essa questão aqui. E isso me gera uma segunda certeza. Sou a favor de que aqueles que utilizam esse bem, que é da natureza, mas que também é da sociedade, devam arcar com o custo e pagar por isso. Sou francamente favorável a que isso ocorra. Minhas dúvidas começam no instante em que temos de, partindo dessa concepção estratégica, botar o pé-no-chão e ver como isso se estabelece.

Primeira certeza que tenho ainda neste instante: o fato de que aqui no País, bem sabemos, existem leis e leis, leis que pegam e leis que não pegam, e que a condição para que uma legislação se transforme em realidade, para que seja



efetivamente respeitada, é que ela seja fruto de um amplo consenso, de uma vontade muito expressa da maioria da sociedade, e é isso que devemos construir.

Não há como impor, não há quem acredite que um decreto, de alguma forma adotado, com o rigor técnico que possa ter, com a boa intenção que possa lhe caber, vá resolver ou dar conta disso. O caminho pode ser mais penoso, pode ser até mais demorado, mas é o caminho do debate, da reflexão, do sentido social ser claramente estabelecido. É isso que vai garantir alguma eficácia ao instituto que podemos gerar aqui. Vale a pena, então, gastarmos tempo, para que a gente possa afinal ter algo que efetivamente seja cumprido.

Tenho um grande entusiasmo em relação à questão dos recursos hídricos. Acompanho isso. Não só na condição de deputado, mas na condição de engenheiro de formação. Tive uma satisfação muito grande quando fui relator do anteprojeto da Constituição do Estado de São Paulo, em 88, e pudemos lá, pela primeira vez, incorporar conceitos atuais, mesmo em termos nacionais ainda pouco exercidos, como, por exemplo, justamente a gestão por bacia.

Era aquele um momento em que, no Governo Montoro, havia um processo de reorganização do DAEE, e conseguimos incorporar no texto constitucional esse conceito, não só para se rever a redistribuição territorial do Estado, mas para se instituir mecanismos de gestão das bacias. Os comitês, que estão aqui representados, os comitês, que de uma forma paritária estão sendo estabelecidos, os comitês, que, bem sabemos, ainda não cumprem na integralidade sua função, mas que avançam de uma forma mais destacada.

Saúdo e festejo isso. Esse é um caminho em que temos de persistir, um caminho que temos de construir.

Quanto às minhas preocupações, vou ser muito claro, e vou passar a enumerá-las. Mas não sem antes me referir à certeza de algo que foi dito por vários aqui, de que os recursos que advirão dessa cobrança deverão, de uma forma transparente, clara, tocados pelos próprios comitês de bacia.

Primeira questão. Não há, no meu entender, condições para avançarmos de forma totalmente explícita e definida no Estado de São Paulo, se não houver alguma compatibilidade com a legislação federal. Isso em algum momento foi colocado, e até me pareceu até choradeira – permitam-me dizê-lo assim – de um ou outro setor da produção. Mas não há como avançarmos com uma legislação claramente estabelecida, se não houver essa compatibilidade.

Em primeiro lugar, isso pode se tornar efetivamente um instrumento de disputa, de vantagens competitivas entre os estados. E, em segundo lugar, por uma própria questão legal. Estamos falando do Rio Grande, do Rio Paraná, do Vale do Paraíba. Temos uma série de cursos de água e de bacias que integram estados limítrofes ao nosso. E quanto a isso, portanto, é fundamental termos clareza.

Acho que a consequência disso não é ficarmos aguardando. Temos de avançar. Mas temos de avançar no *front* da definição aqui e no *front* da cobrança da pressão, para que a ANA possa caminhar finalmente e o Governo possa definir isso de forma mais clara.

Segunda questão e preocupação minha é com relação a algumas garantias, como a manutenção dos investimentos públicos federais e estaduais no setor de recursos hídricos e de saneamento. Em algum instante já foi citada a questão da CPMF, como tributo, mas não me referiria a ela nessa condição. Quero me referir à questão da CPMF sob outro ângulo. Ela, no meu entender, e é um fato mais grave, acabou liberando recursos orçamentários que vinham antes para o setor da saúde. E temo muito que isso ocorra.

Acho que temos instrumentos, que são o plano plurianual do Estado, o plano estadual de recursos hídricos, que deveriam ser claramente estabelecidos nesse sentido. Algumas projeções falam em arrecadações em torno de 450 milhões de dólares, ou de reais, anualmente – essa foi a primeira especulação, parece-me, salvo erro, que alguém me corrija. Isso, sendo feito, será um recurso a mais para a gestão de recursos hídricos e saneamento, ou vai significar o Governo do Estado e

dos municípios se desincumbirem da aplicação de recursos no setor? Será uma mera substituição, ou isso vai significar uma agregação?

Uma questão que me parece uma consequência natural, caro Mendes Tame, Secretário de Recursos Hídricos, e que talvez inclusive fosse oportuna para que a gente possa promover a discussão com essa dimensão, retirar uma proposta que existe aqui na Assembléia Legislativa, de plano estadual de recursos hídricos, que é uma proposta que já está aqui há um certo tempo, anterior.

Pelo projeto que está em vigor, Lei nº 9.034, temos até uma série de pré-requisitos, aliás explicitados nela, para que se possa fazer a cobrança da água, o que me parece em desacordo com o PL nº 20. Se formos examinar, podemos até ter um confronto de legislações. Acho, então, que a retirada do plano de recursos hídricos, já nesta Casa, com o envio de um novo plano estadual de recursos hídricos, poderia nos dar condições de compatibilizar esses dois instrumentos legais de que estamos tratando neste instante.

De resto, quero me referir a algumas coisas que, acredito, talvez até sejam de consenso geral, mas ao mesmo tempo em que avançamos nessa conceituação, nos critérios efetivos de cobrança, de medida de vazão, de como é que isso faz, não podemos avançar no instrumento legal, é indispensável, se não tivermos par e passo muito claro um cadastro de outorgas e licenças e um avanço no sistema de monitoramento, sob pena de termos o instrumento sem as mínimas condições para ele ser efetivamente aplicado.

São essas algumas certezas, convicções e o entusiasmo, que transmito aqui pela qualidade da discussão que estamos tendo aqui, e por outras que faremos. A Assembléia está pensando de uma forma mais larga. A forma como Vanderlei Macris tem conduzido a Assembléia nos orgulha muito, e digo isso, acredito, em nome de todos os Deputados. Gostaria de dizer que vamos enfrentar juntos com os senhores essa discussão, mas gostaríamos também de que essas outras medidas pudessem estar sendo acompanhadas, pela sociedade de forma geral, e mais especificamente pelos órgãos públicos, referindo-me ao nobre Deputado Tripoli,

que, não obstante no momento não estar presente, nos honra aqui com sua participação.

**SRA. PRESIDENTE** – Tem a palavra o nobre Deputado Estadual Nivaldo Santana.

**SR. NIVALDO SANTANA** – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa, os Secretários, Parlamentares, a nobre Deputada Piunti, e todos os presentes de forma geral para economizar tempo, já que está meio tarde.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que este evento é de extrema importância, e, antes que a lei seja discutida e finalmente votada aqui na Assembléia consigamos avançar para alguns consensos, superar algumas dúvidas e alguns problemas que têm suscitado esta matéria. Todos os deputados desta Assembléia têm recebido documentos de prefeitos, de entidades, parlamentares, entidades da sociedade civil posicionando-se em relação ao Projeto de lei nº 20/98, que são opiniões legítimas e democráticas, na medida em que representam opiniões de diferentes segmentos da sociedade e muitas opiniões são conflitantes, antagônicas. Daí porque acredito que o debate, a discussão, a própria Comissão de Meio Ambiente a semana que vem vai realizar um novo debate, acho que é importante para que se exija um grau de maturidade e consenso o mais amplo possível de definição.

O Secretário disse que a cobrança pelo uso da água estava prevista no Código de Água de 1934, estava embasada, a Constituição de 89 também consignou primeiramente essa questão, a política estadual de Recursos Hídricos ratificou e o fato da cobrança ainda não ter sido implementada mostra que a matéria é controversa. Não sou adepto daqueles que pensam que seja matéria pacífica e que já estejamos em condições de votar o projeto sem discutir as emendas e outras propostas. Só queríamos lembrar o princípio de quem usa paga, que é um princípio justo e razoável, mas quando é aplicado sempre gera alguma controvérsia. Vou só



dar um último exemplo, mais recente, que é o pedágio, revogou-se o princípio de quem usa paga e estamos vendo os problemas que a cobrança do pedágio tem suscitado. E no caso da cobrança pelo uso da água, as vezes parece que existe um consenso no qual todos defendem a cobrança desde que ele não pague. É igual à reforma tributária, a reforma tributária também está sendo discutida no Congresso Nacional e todas as correntes, os partidos, defendem a reforma tributária, mas o governo quer arrecadar mais e quem paga imposto quer pagar menos, é por isso que a conta de chegada, as vezes, fica mais difícil. Mas gostaria de dizer que temos algumas emendas ao projeto, temos discutido, vamos ouvir, participar dos próximos seminários, mas o que a gente acha importante é considerar o seguinte: realizamos aqui na semana passada na Comissão de Serviços e Obras Públicas um debate com o professor Eron do Carmo, da Fipe; os nobres Deputados Arnaldo Jardim, Carlos Zarattini também participaram, a Fipe fez uma retrospectiva das tarifas públicas de 94 até hoje, em relação à evolução inflacionária. E praticamente todas as tarifas públicas teve um incremento superior à inflação do período. Então, quando se propõe a cobrança pelo uso da água, que vai incidir, por exemplo, em tarifa de água, as empresas de saneamento vão ter que repassar de alguma forma essa tarifa, acredito que vamos ter que discutir como vão ser tratados os diferentes setores e segmentos da sociedade a partir de sua capacidade de pagamento. Advogo aqui também a tese definida pelo Deputado Jungi Abe, que tem que tratar os setores desiguais de forma diferente, principalmente no setor de saneamento básico, que não existe investimento, praticamente investimento público, Caixa Econômica Federal, recursos originários do Fundo de Garantia. Não são mais usados para financiar o saneamento básico, as empresas de saneamento são obrigadas a recorrer a empréstimos no mercado interno com juros altos, no mercado internacional fica sujeito a variações cambiais e o custo financeiro dessas empresas, cada vez mais elevados, tem como contrapartida uma prática tarifária que está em contradição com o poder aquisitivo e com a realidade social da maioria da população. Então, resumidamente, consideramos que o projeto tem condições



de ser aprovado, desde que alguns mecanismos de aperfeiçoamento sejam a ele incorporados. Achamos que precisa sair bastante explicitado na lei, que os recursos vão ter uso exclusivo no setor de saneamento básico e não deverão se dispersar em outros usos, como já foi dado o exemplo da CPMF, cria-se uma taxa, uma contribuição numa determinada área, depois ela migra para outra, de acordo com conveniências conjunturais, acho que a lei deve explicitar bastante isso. Acredito também que os segmentos sociais têm que ter um tratamento de acordo com a capacidade de pagamento e pelas características de uso, quem polui mais, quem degrada mais o meio ambiente, teria que responder por uma contribuição maior.

Eram esses os princípios mais gerais que quisemos abordar e colocar que o debate está avançando para que possamos finalmente deliberar aqui na Casa.

**SRA. PRESIDENTE MARIA DO CARMO PIUNTI** – Passo a palavra neste instante ao Deputado Carlos Zarattini.

**SR. CARLOS ZARATTINI** – Bom-dia a todos, queria cumprimentar os Secretários, à Mesa, os deputados e entrar no assunto para a gente não esticar demais, gostaria de fazer mais uma reflexão sobre algumas coisas que me chamaram a atenção nesse debate de hoje. Uma exposição do Secretário Antônio Carlos de Mendes Thame sobre toda questão da água, a importância, que acho que é uma consciência que vem aumentando, que vem crescendo cada vez mais, não só no Estado de São Paulo, mas no País, a importância dessa questão do uso da água e até mesmo da cobrança da água e da escassez que estamos observando. Mas o que me levou a fazer essa reflexão foi que a exposição do Secretário Meirelles, na qual coloca toda a questão do controle que vem sendo feito sobre alimentos, a legislação americana, a própria legislação da Organização Mundial do Comércio, que tem colocado a investigação de onde vem a água, uma série de controle sobre o produto final, que a meu ver vem levando a uma exclusão setores produtivos inteiros do mercado mundial e até mesmo do mercado nacional. Falo

isso, porque a cada vez que se fala em aumentar os controles, os custos e as cobranças, estamos tendo uma exclusão de setores cada vez maiores. Se é correto garantir a preservação da água e estamos discutindo, ainda não há o projeto aqui das leis de ocupação das bacias, das represas, que complementa a lei de preservação dos mananciais, ainda não está aqui na Assembléia, mas já vem se discutindo e se discute, inclusive, a questão da ocupação das áreas em torno das represas. A gente avalia que alternativa o Estado dá a essas pessoas que foram morar naquela região das represas, que ali estão, elas foram morar ali porque acharam muito bonito o local ou porque realmente não encontraram terra capaz de ser adquirida pelo poder aquisitivo que detêm? Da mesma forma, passando na questão aqui da agricultura, o Deputado Jungi colocou o problema da depressão dos preços agrícolas. Hoje ele citou aqui vários preços, essa questão das manifestações que estão ocorrendo em Brasília, o problema que queria citar também do leite, o produtor de leite está produzindo aquele leite, vendendo para a Parmalat a um preço reduzidíssimo, mas a que ponto ele vai conseguir manter a sua produção?

Na questão da indústria, logicamente, podemos falar da Brahma, a Brahma utiliza a água, mas quantas indústrias de refrigerante que não têm a produção no limite da produção, produzindo com uma pequeníssima margem de lucro. Falo isso, porque temos que caminhar para isso, estou em perfeito acordo com o espírito desse projeto, mas ao mesmo tempo acho que a gente tem que considerar a democratização, a distribuição de renda, a valorização da produção, o Estado no Brasil não tem garantido essa manutenção. Ao contrário, estamos vendo cada vez mais largos setores da população excluídos, temos visto cada vez mais setores produtivos, pequenos produtores, seja agrícola, industriais, comerciais, afastados. Então, temos que ver que essa lei não pode ser uma lei que contribua para agravar ainda mais esse processo. Falei aqui do pronunciamento do Secretário Meirelles, quando ele colocou a questão da ISO 14000, ISO 21000, o processo de qualidade, temos que exigir mais qualidade dos produtos, mas o Estado tem que garantir as



condições do que é ser industrial, as condições para que o agricultor seja capaz de produzir nesse nível de qualidade, porque o pequeno não tem essa condição, porque o morador, o habitante que vai morar ali na beira da represa, não tem condições de ter outra alternativa habitacional. Acho fundamental que façamos essa discussão. Quando pensamos no século 21 temos que trabalhar nessa questão da preservação da água, mas temos que garantir também a forma e aí acho que temos que trabalhar muito nesse projeto, que formas poderíamos ter de garantir que a produção do pequeno não fosse excluída.

Queria por fim dizer – e foi bem levantado aqui pelo representante da Fiesp, Ângelo – a respeito da cobrança da água das empresas geradoras de energia, temos tido um debate nesta Casa sobre a questão da privatização da CESP e desse debate apresentamos um projeto, que é o Programa do Uso Múltiplo das Águas, que está em tramitação em regime de urgência, no qual colocamos que as geradoras de energia deveriam contribuir com 2% do faturamento, exatamente para preservação dos mananciais e das águas, em perfeito acordo com a Lei nº 7.663 e a Lei nº 9.034. Achamos que não podemos separar, afinal são produtoras de energia, que vão ter enormes lucros, que vão estar usando as águas, mais do que isso vão estar controlando o nível das águas em muitas regiões e que é necessário que esse benefício que elas detêm seja devidamente distribuído para o conjunto da sociedade.

Queria colocar isso também e acho que era possível também, a gente no bojo desse projeto, discutir também a questão das usinas hidroelétricas, da contribuição, antes que sejam privatizadas e depois se digam “olha, agora não se pode cobrar mais nada, porque os contratos já foram feitos e não se pode alterar o equilíbrio econômico-financeiro”, e, caso seja aprovado, e se altere o equilíbrio econômico-financeiro, quem tenha que pagar essa diferença seja a população, através do Estado, através dos impostos já pagos. Portanto, acho que devemos decidir essas questões antes da privatização da CESP e das usinas hidroelétricas.



**SRA. PRESIDENTE – MARIA DO CARMO PIUNTI** – Antes de darmos a palavra ao último deputado inscrito, gostaria de anunciar que o Deputado Jungi Abe, Presidente da Comissão de Agricultura, vai deixar o plenário, porque às 14 horas preside a Comissão de Agricultura e inclusive quero estender a todos os senhores o convite para estarem presentes no auditório José Bonifácio, que é aqui mesmo no 3º andar, os plenários menores, onde será discutido o setor sucroalcooleiro, inclusive com a presença do Secretário Mendes Thame, que é Presidente da Associação dos Municípios Sucroalcooleiros do Estado de São Paulo.

O Deputado Jungi Abe nos deixa neste momento para preparar a reunião das 14 horas. Também gostaria de justificar a saída do secretário Ricardo Trípoli, que nos deixa também neste momento, porque às 13 horas tem um compromisso inadiável.

Quero dizer também que encerramos as inscrições das Organizações Não Governamentais, prefeitos que já estão inscritos, para que a gente possa pelo menos, em princípio, cumprir o horário estabelecido do encerramento desta discussão, que será feito pelo Secretário Mendes Thame. É, neste momento, passo a palavra ao Deputado Milton Flávio.

**SR. MILTON FLÁVIO** – Queria cumprimentar a nossa Presidente, Deputada Maria do Carmo Piunti, em nome dela saudar os deputados, queria saudar os secretários presentes e representados, amigos prefeitos, presidentes de Comissão de Bacia, vou ser bastante curto, estou acostumado a falar bastante, vim mais para ouvir, até porque na condição de vice-líder do governo recebi a incumbência de daqui para frente, nesse afunilamento que teremos do projeto na Casa, ser exatamente aquele deputado que vai conduzir as negociações, os entendimentos que se farão daqui para frente. Nessa condição, não me parece justo, nem adequado que me posicione, até porque na medida em que me posicionar, vou trabalhar na direção daquilo que seja o meu pensamento. E a partir de agora não é mais essa a minha função. Mas, de qualquer maneira, acho fundamental, ressaltar

sempre aquilo que me parece consensual, de que todos entendemos que a água é o bem maior que o planeta tem ainda a preservar, que não nos resta outra alternativa que não seja encontrar mecanismos para preservar a existência do planeta e sem água não temos condições de continuar sobrevivendo enquanto cidadão.

Queria deixar uma outra análise ou uma outra reflexão, como disse o Deputado Zarattini, que me parece muito importante, quando você legisla parte do princípio de que o homem necessariamente é o instrumento da atuação, é bandido. Mas não podemos negar e aí assumo o ônus e a responsabilidade individualmente, do que foi demonstrado ao longo da existência, que o homem é um predador natural e negar essa condição é absolutamente negar a existência dessa ação ao longo da história. Infelizmente, se não disciplinarmos o cidadão e o homem, ele vai continuar como predador do planeta, sempre naquela preocupação ou naquela premissa de que alguém não fará isso por ele. Já cansamos de ver os países mais desenvolvidos, que fizeram tudo aquilo que não querem que o Brasil faça agora, mas já fizeram ao seu tempo. Infelizmente ou felizmente, ainda temos condições de preservar o nosso espaço e temos obrigação de fazê-lo. Acho que a dificuldade maior que vamos ter que enfrentar é de compatibilizar uma legislação necessária, com as condições que eventualmente tenhamos para executar esse projeto.

Queria deixar registrado isso e acho que a Casa tem essa responsabilidade, vai cumprir com ela e espero que a gente não demore muito para encontrar esse acordo, que seguramente será aprimorado nas várias audiências que se sucederão daqui para frente. Essa não foi a primeira, como disse o Jungi, já tivemos outros debates aqui na Casa, continuaremos tendo esse debate e a partir da semana que vem, vamos começar a tentar conversar com cada partido, individualmente, para tentar buscar as divergências para superá-las e reforçar as coincidências que seguramente já existem na Casa.

**SRA. PRESIDENTE – MARIA DO CARMO PIUNTI** – Gostaria de citar as presenças de Élvio Nicolau Moisés, que representa o Cepam; de Claudia Polto da Cunha, assessora do Procurador Geral do Estado e também de Viviane Nabinger, que é do Comitê de Bacias do Rio Grande do Sul. Agradeço a presença de todos.

Chamo neste momento para fazer uso da palavra o primeiro inscrito, Ubiratan Ribeiro Maia, do Comitê de Bacias da Baixada Santista, membro titular, representando a Prefeitura de Cubatão.

**SR. UBIRATAN RIBEIRO MAIA** – Sou fundador do Comitê de Bacias, pela sociedade civil e fui vice-presidente na gestão do Prefeito Mourão, como Presidente do Comitê e atualmente, há dois anos e meio represento a Prefeitura no Comitê de Bacias. Tenho só uma pequena discórdia do que foi colocado até agora, de um modo geral a Mesa colocou e todos que se apresentaram colocaram, há um consenso e tenho quase certeza de que vai ser aprovado e de que o comitê vai ser realmente o gerenciador dos recursos e aquele comitê que quiser vai criar as bacias hidrográficas. Então, isso certamente vai ser aprovado e acho que o caminho é esse mesmo. Apenas discordo quando na disposição transitória querem discriminar segmentos sociais, ora por que os urbanos e os industriais devem pagar a partir de janeiro. E aqui ninguém subiu, veio ao microfone defender o usuário doméstico, todos somos usuários domésticos e por que determinados segmentos têm que começar a pagar em janeiro e outros segmentos só em 2004. Sou muito bem relacionado com o pessoal da Ciesp, de Cubatão, com as indústrias e com todos os segmentos sociais, porque também sou líder comunitário. E falo com muita tranquilidade que as indústrias têm que pagar, o comércio tem que pagar, todos têm que pagar indistintamente.

O que queria propor aos nobres Deputados presentes é que analisassem a possibilidade, no mínimo, de diminuir esse tempo, 2004, todo mundo veio aqui e reclamou da crise, dos problemas urgentes, que tem que ser resolvidos, até do pessoal da agricultura, que muitos rios estão contaminados, todo mundo sabe e que



eles precisam rapidamente recuperar essas águas. Se precisa rapidamente nada mais justo que começar a pagar mais rápido. Então, a minha proposta é somente neste sentido, o restante é consensual, como foi colocado pelo nobre Deputado Nivaldo Santana, muita coisa é consensual, o nobre Deputado agora também falou nisso. Não vejo nenhum problema, mas não é justo que determinados segmentos sociais paguem a partir de janeiro do ano que vem e outros só em 2004.

Como realmente a agricultura é mais complexa, para chegar a esse entendimento, mas que reduza esse prazo, porque muita gente – e vocês sabem que há milhões de seres urbanos – vai chiar em cima disso, a gente vai ajudar a aprovar uma lei lá no Comitê de Bacia, vamos discutir da Baixada o preço e já vou avisando, na minha opinião o comércio e a indústria têm que pagar mais do que o usuário doméstico. Apenas não podemos inviabilizar as empresas, então temos que ter também consenso nisso, não inviabilizar a indústria, o comércio, etc. Mas eles vão ter que pagar mais do que nós. Então, é só isso que queria propor, que analise a possibilidade de diminuir esse tempo, se precisa de um ano para se adaptar que seja um ano, mas o projeto está aqui há dois anos. Estamos há dois anos discutindo lá no Comitê da Baixada, agora ficar mais quatro anos esperando cobrar, ou seja, vão continuar com os problemas deles mais quatro anos, então é só antecipar um pouco isso aí para chegarmos ao consenso.

**SRA. PRESIDENTE – MARIA DO CARMO PIUNTI** – Tem a palavra o segundo orador inscrito, Samuel Barreto, da SOS-Mata Atlântica.

**SR. SAMUEL BARRETO** – Bom-dia a todos, vou ser rápido na minha fala, queria cumprimentar os companheiros de Mesa e todos aqui presentes. Acho que é inegável que no Estado de São Paulo temos vários avanços no que diz respeito à gestão dos recursos hídricos, pela própria criação da Lei nº 7.663, a implantação dos seus comitês de Bacias e que esses avanços são significativos, porque começa a haver alguma coisa no país, que não estamos muito acostumados, que é o





planejamento. E mais do que um planejamento só do poder público, um planejamento participativo, que envolve vários segmentos da sociedade, que começa a colocar órgãos de governo para estarem falando sobre uma bacia hidrográfica, que é a unidade de planejamento, começa a colocar a sociedade civil para estar participando desse processo, interferindo nos processos decisórios e uma parte do tripé desse sistema é o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, que hoje recebe recursos dos *royalties* gerados pela energia elétrica. Esses recursos são insuficientes.

Portanto, defendemos aqui pela Fundação SOS-Mata Atlântica a cobrança pelo uso da água e o que acho que estamos aqui discutindo é mais do que um projeto de lei, é um processo de co-responsabilidade, porque desde a Rio 92, que se começa a conversar isso mais efetivamente, porque todos têm que estar assumindo a sua responsabilidade. Esse é o momento de ver os segmentos colocarem o seu papel na gestão do meio ambiente, na preocupação com o ambiente.

O que vi hoje aqui por algumas apresentações deixou-me bastante preocupado, porque alguns segmentos ainda colocam como se isso fosse prejudicar aquele segmento ou então alguma atividade industrial, agrícola, etc. e, na verdade, não é nada disso, é um projeto que vai proporcionar uma conscientização maior de todos os usuários. E por isso desde 98, a Fundação SOS-Mata Atlântica, em conjunto com outras entidades ambientalistas, começam a organizar o Fórum da sociedade civil nos comitês de bacia. E nessa primeira reunião encaminhou uma moção à Presidência desta Assembléia, e aqui vou deixar novamente essa moção, pedindo para que o projeto seja aprovado na íntegra e que desconsidere os substitutivos que estão ali colocados. E tem uma outra coisa, que estamos hoje lançando aqui, que é a campanha 100% na bacia. Ou seja, que o recurso fique na bacia hidrográfica. Então, gostaria só mais uma vez de estar ressaltando a importância da discussão dessa proposta, que agora é o momento de cada



segmento estar assumindo aqui a sua responsabilidade. E já que a Assembléia está lançando esse fórum de desenvolvimento para o século 21, acho que é importante ter a clareza do entendimento do que significa essa cobrança, que não é um tributo para trazer mais um prejuízo para os diversos segmentos aí, que têm atividade no Estado. Mas fundamentalmente que isso seja utilizado como fator de racionalização do uso da água. Porque sou biólogo, limnologista, não trabalho há muito tempo na área, estou estudando aproximadamente há dez anos sobre o assunto. E o que a gente observa a cada dia mais é a degradação dos recursos hídricos por mau uso do solo, pelo desmatamento, pela erosão, quem anda pelo interior do Estado de São Paulo sabe disso, vai pela região de Bauru afora, vê como estamos perdendo o rio por assoreamento. É importante, fundamental essa grande coalizão, esse grande entendimento do que significa esse projeto, é um projeto de co-responsabilidade, não vem para penalizar nenhum segmento. E agora é o momento de cada segmento estar assumindo a sua responsabilidade. Então, só queria concluir que defendemos a aprovação desse projeto na íntegra e que esse recurso fique 100% na bacia. Está lançada a campanha.

**SRA. PRESIDENTE – MARIA DO CARMO PIUNTI** – Esta Presidência recebe a moção da sociedade civil e vai passar à Presidência efetiva da Casa.

Gostaria de chamar para fazer uso da palavra Benedito Giudice, Vereador de Juanópolis.

**SR. BENEDITO GIUDICE** – Nobre Deputada Maria do Carmo Piunti, Secretário Thame, Deputados, prefeitos, vereadores, senhoras e senhores presentes, procurarei ser brevíssimo. Gostaríamos de ao reconhecer a importância do debate acerca desse projeto de lei nº 20, entendendo necessário haja vista as circunstâncias, enfim, ambientais e de escassez de água, que assistimos hoje. Ao aplaudir a iniciativa da Assembléia Legislativa de trazer esse debate a público, como se faz hoje nesse seminário, gostaríamos de ao consignar isso levantar uma



questão que já fora levantada quando da fala do Secretário Trípoli e que é importante, a questão da regulamentação do Artigo 212 da Constituição Estadual.

O Artigo 212 da Constituição Estadual garante aos chamados “municípios inundados”, ou seja, aqueles municípios que cederam parte dos seus territórios para a implantação de sistemas de abastecimento hídrico, como é o caso do município de Juanópolis, onde está o berço do sistema Cantareira de Abastecimento Hídrico, assim como Piracaia, Nazaré Paulista, Bragança Paulista, Vargem, Mairiporã e outros municípios. Por problemas que advieram dessa perda de território, houve reflexos evidentemente no orçamento do município, houve reflexos de natureza social, já que esta população que ocupava essa área rural fora desapropriada e acabou migrando para a zona urbana sem uma orientação necessária, ou permaneceu na condição de caseiros de pequenas propriedades rurais, enfim. Além dos problemas de dificuldade desenvolvimentista, que nos trouxe esta tomada das águas, está a implantação das represas, já que uma série de restrições ambientais são colocadas para a continuidade de seu desenvolvimento.

Por todas estas razões, os Deputados ao estabelecerem a Constituição Estadual de 89 sabiamente garantiram a estes municípios inundados o direito ao ressarcimento por esta perda territorial que tivemos e por estarmos agasalhando esta bacia hídrica. Contudo, até a presente data este dispositivo não foi regulamentado. Temos um projeto de lei de autoria do Deputado Tripoli desde 1991 em andamento na Assembléia, e que até a presente data não foi votado. Já tivemos outrora um projeto de lei, do Deputado à época, e agora retornando à Assembléia, Arnaldo Jardim, que fora aprovado mas que fora vetado pelo então governador Fleury, e até a presente data não vimos ainda regulamentado o artigo 212 da Constituição Estadual. Estes municípios que tiveram as perdas, já elencados, até o presente momento não foram ressarcidos. Ao contrário do que acontece com os chamados municípios energéticos, que identicamente aos municípios hídricos também tiveram as suas áreas territoriais inundadas, mas para o fornecimento de energia elétrica, e esses municípios energéticos, por força de legislação federal, já



recebem os seus *royalties*. Já estão sendo ressarcidos em virtude desta perda territorial. E, os municípios hídricos não. Então, trazemos aqui, nobres Deputados, um apelo à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, para que enfrente esta questão, sendo, no contexto da discussão do Projeto de Lei nº 20, sendo separadamente, e votando efetivamente este projeto que já se encontra pronto, segundo notícias que temos, para votação. O projeto é de autoria do nobre Deputado Ricardo Tripoli, que se encontra tramitando desde 1991 e já teria passado por todas as comissões temáticas desta Casa, com pareceres favoráveis.

Portanto, trazemos o apelo dos municípios da região bragantina, que tiveram parte dos territórios inundados para agasalhar bacias hídricas, para que a Assembléia Legislativa sensibilize-se com o preito, enfrente a questão, e de fato nos garanta este ressarcimento que a Constituição do Estado já prevê.

**SRA. PRESIDENTE – MARIA DO CARMO PIUNTI** – Tem a palavra o engenheiro Francisco Carlos Castro La Rós, Coordenador do Consórcio Intermunicipal da Bacia dos Rios Piracicaba e Capivari.

**SR. FRANCISCO CARLOS CASTRO LA RÓS** – Boa tarde a todos. Agradecemos pela oportunidade e parabenizamos por este evento.

Conforme disse o representante da Fiesp, o assunto tem que ser muito discutido. O consórcio, como todos os comitês de bacias, está aberto para esta discussão.

O Consórcio Piracicaba Capivari é uma associação de usuários que atua na Região Metropolitana de Campinas. Congrega 40 municípios e 23 empresas. Ratificamos plenamente as palavras do presidente do Comitê das Bacias do Piracicaba Capivari, de Jundiaí, Cláudio Antônio de Mauro, em toda a sua fala, e reforçamos que já encaminhamos para esta Casa, para todos os Deputados, uma

moção de apelo e uma Carta de Santa Bárbara, na qual reforçamos que o PL 020 deva ser aprovado na forma original, pelos assuntos todos já aqui abordados.

Nossa região quando concorda, inclusive as empresas, com a cobrança, e com o PL, é porque estamos próximos ao caos. Então, entendemos que a matéria-prima, água, tem suma importância para garantia da sobrevivência regional. Fazia um relato histórico. O sistema de gestão francês, que é modelo inclusive para inspiração da 7663 e da 9433, quando foi implantado nos seus primeiros 10 anos de funcionamento, quem deu o exemplo do cumprimento, do pagamento com a Redevance, foram justamente as indústrias. Porque elas estavam fechando as suas portas porque não tinham a matéria prima água, e as pessoas estavam ficando desempregadas por este motivo, também. Depois que os peixes voltaram ao Rio Sena é que toda a sociedade aderiu ao Redevance, e temos hoje o sistema francês como modelo de gestão. Então, encerro a minha fala neste sentido. Estamos abertos à discussão, e o nosso consórcio neste ano está completando, com muito orgulho, 10 anos de gestão descentralizada e participativa dos municípios em recursos hídricos, em parceria com quase todos os organismos do Estado, com todos os comitês e organismos de bacias. Congregamos, inclusive, a Rede Brasil de Organismos de Bacias. O colega Adauto infelizmente não vai poder se manifestar. Mas, através da Rede estamos abertos para promover, juntamente com as iniciativas que já estão aqui, um amplo debate.

Precisamos do PL 020 aprovado, na sua forma original.

**SRA. PRESIDENTE – MARIA DO CARMO PIUNTI** – Tem a palavra o orador inscrito, o Prefeito de Ilha Comprida, Décio Ventura.

**SR. DÉCIO VENTURA** – Queria agradecer à Presidente da Mesa, nobre Deputada Maria do Carmo Piunti, Secretário, representante do Secretário da Agricultura, o que me traz aqui é uma preocupação bastante grande relacionada à bacia, principalmente naquilo que falava o Secretário dos Recursos Hídricos, que



uma bacia no Estado já se encontra no limite, e três já se encontram abaixo do limite. A nossa região é o Vale do Ribeira, uma região onde a oferta dos recursos hídricos é bastante grande, inclusive superior à capacidade de crescimento da região, uma região que devido às questões ambientais tem o crescimento delimitado. Então, os recursos hídricos dessa bacia são superiores à utilização que ele vai ter. Mas, o que percebemos é uma preocupação grande no tocante à reversão deste recursos hídrico para uma outra bacia. Já existe efetivamente um projeto de reversão de um dos rios da nossa bacia para a Grande São Paulo. E, o que a gente não encontra neste projeto de cobrança do uso da água é como se daria, de que forma se daria o pagamento pela reversão desses recursos hídricos. Isto era um assunto extremamente importante por conta da determinação disto seria dado pelos comitês, mas na verdade a reversão para outra bacia são multiusuários. Não é, na verdade, quem está revertendo que vai estar fazendo uso desta água. Ela é transposta de uma bacia para outra. Nesta outra bacia são vários usuários. Então, a pergunta que fica é: de que forma e como se daria a cobrança desta utilização dos recursos que na nossa bacia pode ser uma grande contribuição para a nossa região?

A segunda preocupação vem um pouco com a questão que estamos vendo que está acontecendo junto ao governo federal, e é o que se nota aqui, quando se fala em não cobrar de uns e cobrar de outros, ou cobrar muito pouco de uns e cobrar muito pouco de outros.

O problema que estamos vendo hoje no governo federal é a questão dos agricultores, temos lá que 50% daquela dívida é de 1% dos produtores, e a gente não pode correr este risco também quando da cobrança dos recursos hídricos. Não tenham nem dúvida que o nosso interesse é que isto seja equânime, que todos paguem um pouco para que possamos, de fato, recuperar a qualidade das águas.

Uma outra preocupação, a terceira e última para encerrar minha fala, normalmente todo mundo fala, a montante do rio, da utilização destes recursos hídricos, a manutenção da qualidade, para manutenção destes recursos hídricos.



Tem mais gente aqui que é do litoral. Temos que ter uma preocupação também com a laguna, lá onde se descarrega esta água, porque lá poderíamos estar produzindo algumas coisas, e o que se joga nessa água quando chega lá embaixo talvez não possamos produzir, como realmente não estamos produzindo, porque chegam águas na laguna com metais pesados, chegam águas em que não podemos praticar a apicultura e dessa forma alavancar a economia dos municípios. Então, se tem o direito quem está a montante, direito também tem quem está a jusante.

Era isto o que queria colocar.

**SRA. PRESIDENTE – MARIA DO CARMOS PIUNTI** – Tem a palavra o nobre Deputado Jilmar Tatto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia.

**SR. JILMAR TATTO** – Boa tarde a todos, Secretários, Deputados, prefeitos, vereadores, membros da sociedade civil, representantes das empresas, da agricultura, infelizmente não pude participar de todo o debate em função de ser Presidente da CPI da Telefônica e tinha que aprovar o relatório hoje. Queria aproveitar, até para não repetir, possivelmente se eu fosse falar algo em relação ao projeto poderia estar repetindo coisas que os oradores já falaram, mas queria convidá-los, a todos, para nos dias 25, 26 e 27 a Comissão de Meio Ambiente tem uma programação relacionada a este Projeto de Lei nº 20/98, às 10 horas, com o tema “A Importância da Água e Sua Cobrança”.

No dia 25, às 14 horas, o projeto de lei e os substitutivos. Temos dois substitutivos, já falaram sobre eles aqui, e existem mais de 100 emendas ao projeto.

No dia 26, às 14 horas, “A Água como Recurso Natural e os Usos a Serem Onerados”.

Por último, no dia 27 de Agosto, às 14 horas, “A Aplicação e a Administração dos Recursos Gerados”.

O evento acontecerá aqui, neste mesmo plenário, na semana que vem.

Portanto, a idéia, hoje, evidentemente que até pela exposição dos Secretários, é dar importância política ao projeto e ao evento. Vamos procurar, no seminário, entrar um pouco no detalhamento. Porque as intervenções que vi no final já tiveram posicionamentos bastante diferentes.

O companheiro do SOS-Mata Atlântica falou que 100% dos recursos têm que ficar na bacia. Tem uma emenda relacionada a isto. Há outros que dizem que têm que ficar 50%, outros dizem que não têm que ficar nenhuma. Ou, então, quem paga a água? O uso doméstico paga? A agricultura paga ou não paga? A indústria vai pagar ou não vai pagar? Quem paga o uso da água? Enfim, a idéia é entrar um pouco no detalhamento.

Para encerrar, queria dizer o seguinte. O Brasil é um país privilegiado do ponto de vista dos recursos hídricos, também. Temos em torno de 20% dos recursos hídricos do planeta Terra, que ficam no Brasil. É bastante. Agora, isto não significa que isto vai ficar a vida inteira assim. Porque um terço dos recursos hídricos já foi para o ralo. Temos dois terços que precisam ser preservados. O grande debate que temos que fazer é o seguinte: cobra-se pelo uso da água ou não? Este é o primeiro debate que temos que fazer.

Existe o projeto do Executivo, e já na Constituição Estadual há dois capítulos, um que trata dos recursos hídricos, outro sobre meio ambiente, já apontando naquela época a necessidade de cobrança ou de ter mecanismos de controle relacionados ao uso da água. Isto quando da Constituição Estadual. Este vai ser o debate: se cobrar o uso da água ou não. Se não for cobrar, está encerrado este debate, vamos todo mundo para casa, e os Deputados não precisam votar este projeto. Se for cobrar, quem paga? Este é o debate fundamental. Todos pagam? Ou só quem tem uso?

(Vozes no Plenário.)

**SR. JILMAR TATTO** – Então, é uma opinião de alguém do Plenário. Ou, só quem faz da água o uso econômico? Tem gente que lucra usando a água, e tem



gente que bebe a água e também às vezes lucra. Este é o debate que está colocado. Vamos procurar colocar pela Comissão de Meio Ambiente.

Agora, queria colocar uma questão. Acho que o governo, isto é fundamental a meu modo de ver, o governo não pode de uma hora para outra querer votar isto a toque de caixa. E, a Casa aqui também não pode. Este evento é importante. Verificam os senhores a quantidade de gente que veio para cá. Vamos organizar na semana que vem. E, se for preciso, vamos organizar outros. Vamos abrir o debate na sociedade paulista relacionado a este projeto. Porque não é uma lei qualquer. Se for perguntar se deve pagar taxa, é evidente que ninguém gosta de pagar. Mas, pela importância estratégica que tem, vital para o país, para a humanidade, não podemos votar isto de uma hora para outra.

Portanto, tem que abrir o debate para valer, começou hoje, na semana que vem tem outro debate, e vamos, se for preciso, vamos nos alongar mais. Não pode ser a toque de caixa. Está aberto o debate, e neste sentido quero parabenizar a Presidência da Casa por ter iniciado este debate, só agora, mas iniciou, e no segundo semestre, vamos tentar debater o máximo possível a ponto de que, se for cobrado, que esses recursos sejam revertidos para a população que bebe água, porque o risco é ser mais uma taxa, ou mais um imposto, e essa taxa, e esse imposto, ficar no tesouro, entrar naquele buraco, e não voltar para a população e para a recuperação dos rios. Este é o alerta que queria fazer. E dizer que a Comissão de Meio Ambiente está à disposição de todos os senhores e senhoras para aquilo que precisar.

**SRA. PRESIDENTE – MARIA DO CARMOS PIUNTI** – Vou passar a palavra ao Secretário Mendes Thame. Mas, gostaria de, por uma questão de justiça, como o nobre Deputado Jilmar Tatto iniciou os trabalhos nesta Casa, neste ano, dizer que esta Casa já debate este projeto desde 1997.

No primeiro semestre de 1997 foi realizado o primeiro debate nesta Casa, e já fizemos vários. Esta Deputada, inclusive, na Comissão de Meio Ambiente já teve a



oportunidade de patrocinar mais de um debate sobre a elaboração do PL 20. Isto, por uma questão de justiça queria esclarecer que já estamos debatendo desde 1997.

**SR. JILMAR TATTO** – É verdade, só que no primeiro semestre não foi debatido. Não falei que não foi debatido anteriormente.

Para ser justo, também.

**SRA. PRESIDENTE – MARIA DO CARMO PIUNTI** – Gostaria de passar a palavra ao Secretário Mendes Thamer, para o encerramento deste debate.

**SR. MENDES THAMER** – Em primeiro lugar queria ressaltar a importância de uma presença tão significativa e tão representativa, como a de hoje, neste debate que foi anunciado pelo Deputado Jilmar Tatto nos dias 25, 26 e 27 deste mês. Tenho dito, e peço até licença para falar novamente, que a gente só consegue um resultado significativo na reversão deste processo tão perverso de degradação dos recursos naturais se conseguirmos o concurso de quatro fatores. Acho que aqui temos algo em comum. Todos nos preocupamos, não apenas, com a manutenção da competitividade deste Estado para que ele possa continuar, e até mais, volte novamente a ser um pólo que consiga atrair empresas, gerar empregos, renda, e melhorar a qualidade de vida para o povo paulista. Mas, também nos une o fato de que todos temos consciência e participação com os recursos naturais para a presente e as futuras gerações. Acho que todos que estão aqui têm também esta preocupação. As quatro condições para a gente conseguir reverter, estou sempre dizendo isto, são as seguintes. A primeira, ter uma legislação eficiente e uma fiscalização também rígida e atuante.

A segunda é gestão, gestão dos recursos. Neste sentido, há necessidade de um investimento muito grande no capital mais valioso que um país possui, que é na capacitação dos seus recursos humanos. Gente com competência para gerir, para



administrar, para aplicar o conhecimento que temos já adquiridos nos resultados que perseguimos.

O terceiro, são vultosos investimentos. Não basta uma legislação que proteja, que preserve para o futuro. Temos que reverter o que já foi degradado, e para isto temos que alocar recursos. Recursos públicos, recursos municipais, estaduais, federais, recursos da comunidade, recursos das empresas, tudo que pudermos para conseguir fazer este processo caminhar no sentido inverso.

E, por último, consciência, consciência ambiental. Na minha opinião tenho sempre dito, este quarto aspecto é o determinante. Porque com consciência ambiental conseguimos fazer com que os parlamentos, que são o mais democrático dos três poderes, porque o que está em contato com o maior número de pessoas permanentemente, e além disto pelo seu processo, pela pluralidade, pelo fato de eleger ao mesmo tempo pessoas que pensam de uma forma plural ao mesmo tempo, não é um jogo de tudo ou nada, um parlamento tem a representação dos diversos segmentos, das diversas formas de pensar concomitantemente, portanto, aí se dá a possibilidade de uma discussão dialética e permanente para se alcançar um resultado e perseguir aquilo que uma comunidade quer em determina do momento da sua história. Estes quatro fatores são determinantes, e estão contemplados aqui, neste caso. Com consciência ambiental consigo legislações mais eficazes. E, este é o exemplo de uma lei. Exemplo de uma lei que prevê recursos, prevê um redimensionamento dos usos, uma racionalização e uma disciplina maior no uso dos recursos públicos. Prevê uma compensação. Foi dito pelo prefeito de Ilha Comprida, há uma compensação clara no artigo 8º. Ele disse consumo. E, uma reversão é como se o consumo fosse 100%, todo mundo que usar esta água vai ter que realmente compensar. Há uma compensação pelas áreas de proteção ambiental. Há todo um processo que aumenta a justiça, e a equidade, no uso destes recursos.

A região de Piracicaba durante décadas tem tido as águas desviadas, revertidas aqui no processo Cantareira, para abastecimento da Grande São Paulo.



A partir da aprovação desta lei, haverá a compensação. A compensação pelo uso desta água, pelo desvio desta água.

Em segundo lugar, este processo dos quatro, esta lei, ao mesmo tempo ela prevê no bojo da lei esta evolução na administração dos recursos, em segundo lugar, se ela prevê os comitês gerindo os recursos hídricos, ela vai induzir a um aprimoramento. Não vai haver comitê que queira ficar para trás, que não queira evoluir a ponto de querer ter a sua própria agência ali, no processo de proximidade, no processo quase que de imersão total, usando o imersão apropriada para recursos hídricos, com os problemas da região determinando aquilo que é prioritário. Vai prever recursos.

E, por último, é este processo que vai aumentar a conscientização para enfrentar estes problemas.

Quero citar um exemplo, não foi citado por La Rós, poderia ter citado quando falou aqui do Comitê Piracicaba Capivari. O Comitê de Piracicaba já determinou a cobrança. Voluntariamente já estão cobrando pelo uso da água, um centavo por metro cúbico. Um centavo por metro cúbico. Precisa um metro cúbico, mil litros, para cobrar um centavo. Quanto seria arrecadado no Estado se fossem cobrados um centavo por metro cúbico no ano? Seriam arrecadados 95 milhões. Com um centavo, 95 milhões. Se fossem dois centavos, 190 milhões.

Portanto, tenho absoluta convicção de que não há nenhuma necessidade dos setores produtivos ficarem preocupados que seja uma nova derrama. Ao contrário, vai permitir que nas regiões onde a cobrança se faça pela necessidade, pela escassez, onde existir um clima consensual, como houve na França, como foi tão bem colocado, a França enquanto não chegou a um consenso não conseguiu cobrar, havia questionamentos jurídicos, quando se chegou a um consenso naquelas regiões onde a situação era crítica, automaticamente e de uma forma natural foi se resolvendo, e o exemplo daquelas regiões que tinham os recursos para mais aceleradamente se reverter a situação, serviu para que outras regiões também o adotassem e hoje é modelo de gestão dos recursos. Tenho convicção de



que com estes recursos, o Estado não deixando de aplicar os recursos orçamentários, que são aprovados aqui nesta Casa, se esta Casa continuar dispondo, provendo os recursos, as regiões onde há mais dificuldades, como o caso do Vale do Ribeiro onde temos que fazer a complementação das obras do Valo Grande, são 12 milhões para acabar, isto tudo vai ser possível. Locais onde há excesso de água nas cheias, com problemas de macrodrenagens gravíssimos, tudo isto poderemos vir conseguir a atingir. Tenho absoluta convicção de que em nenhuma região dos comitês, porque têm uma garantia de terem um terço da sociedade civil, um terço dos municípios, um terço do Estado, em nenhuma delas estes comitês chegarão a propor valores que sejam realmente impossíveis de serem pagos. Tenho convicção de que o discernimento desta Casa, depois do trabalho que terão durante três dias, destacando cada emenda, discutindo cada emenda, e depois o processo nas lideranças, tenho certeza de que a Assembléia Legislativa que discute este projeto há dois anos vai dar um exemplo, um exemplo de um projeto democrático que vai forçar o governo federal a seguir estas normas. Normas de transparência, de descentralização, de participação e de integração. E, estaremos num dos projetos, por ficar aqui dois anos, mais bem elaborados, dando uma contribuição para que o Estado possa continuar gerando empregos, gerando renda, e acima de tudo, desenvolvimento humano e qualidade de vida.

Quero agradecer a todos que hoje conosco consideraram que de tudo que tinham para fazer em suas vidas acharam que o mais importante era estar aqui conosco discutindo este projeto pelos seus impactos, pelas suas ilações, pelos seus efeitos na qualidade de vida do povo.

**SRA. PRESIDENTE – MARIA DO CARMO PIUNTI** – Após tão brilhantes oradores, após as palavras do Secretário Mendes Thamer, nada mais nos resta a acrescentar a não ser em nome efetivo desta Casa, quem convocou esta reunião, nobre Deputado Vanderlei Macris, agradecer a todos, e enfatizar o convite para que, na próxima semana, estejam conosco novamente na Comissão de Meio Ambiente,



debates - a sociedade se manifesta – Recursos Naturais e Meio Ambiente

conforme convite do nobre Deputado Jilmar Tatto, para darmos continuidade à discussão deste projeto tão importante.

Está encerrada a sessão.



**13.12.1999**

- .Roberto Lajolo – IPT
- .Nelson Luiz Rodrigues Nucci –
- .Lotufo –
- .Alaor Caffé – Professor da USP
- .Ana Lúcia Brasil –
- .Heraldo –
- .Sérgio Zarattin –
- .Sônia Lima – Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo
- .Carlos Zarattini – Deputado

**SR.** - Sou coordenador, o Lúcio Gregori, da CETESB, é o relator e tem representantes do Estado, dos municípios e da sociedade civil. No caso específico, mesmo sendo funcionário da SABESP, sou representante e, no caso da sociedade civil sou obrigado, nesse caso, a falar mal da empresa onde trabalho e tenho que correr atrás.

Para elaborar o Relatório de Insalubridade Ambiental fui procurar na lei a definição sobre insalubridade ambiental. “É a qualidade ambiental capaz de prevenir ocorrências de doenças de vinculação do meio ambiente e promover o aperfeiçoamento das condições mesológicas e, podemos dizer, ecológicas favoráveis à saúde da população urbana e rural.” Podemos então notar que no próprio artigo da lei adotamos esse material.

Quando você tem a obrigação de fazer um relatório sobre insalubridade ambiental do Estado de São Paulo, que tem 645 municípios, 22 bacias diferentes, cada uma com uma situação diferente, a situação estava meio crítica se você não disciplinasse como fazer esse relatório.

A primeira coisa que nós fizemos foi criar um indicador com a finalidade de medir de maneira uniforme, identificando as causas nas variáveis disponíveis e fáceis da população no sentido de facilitar a elaboração do relatório ambiental do Estado de São Paulo e de políticas públicas do setor. Por exemplo, nas políticas públicas ela tem um sentido não só uma diretriz para a aplicação de recursos como também pelo fato de estarmos reunidos com vários comitês de bacia. Pegamos todas as demandas deficientes e passamos para o Conselho Estadual de Treinamento para facilitar a elaboração de políticas públicas.

A composição do indicador de insalubridade ambiental pegou praticamente três grupos. O primeiro grupo é relativo aos serviços, tanto na qualidade como na quantidade do serviço de abastecimento de água, dos resíduos sólidos, sistema de esgoto sanitário e, depois, os indicadores de controle de vetores no segundo grupo e da própria qualidade dos mananciais e, por último, o indicador socioeconômico para que as pessoas pudessem propor alternativas compatíveis com o poder





econômico e poder social da nossa população, porque não adianta nada nós colocarmos coisas além da nossa capacidade.

Ao desenvolver o trabalho elaboramos alguns princípios para a estrutura do “Misa”. Primeiro, porque tinha que ser uniforme entre todos os municípios, ou seja, vão ser analisados de acordo com os mesmos critérios e comparar a situação entre os municípios, a possibilidade de representar os estados de insalubridade com base, oferta da infra-estrutura, a situação dos controles de vetores e as condições socioeconômicas localizadas. Como é que eu posso comparar a Região Metropolitana com a Baixada Santista já que aqui o problema é a falta de água e lá o problema é o das praias? Ou seja, além do indicador para que possa ser elaborado o relatório de insalubridade ambiental no estado inteiro, será necessário que os comitês de bacias nos dê as semanas locais específicas de cada local. Por exemplo, a bacia de Piracicaba e a Região Metropolitana todos sabem que têm falta de água. Outra coisa é a possibilidade de ser arbitrado os valores e pesos para cada um dos integrantes do indicador da insalubridade ambiental.

Outra coisa importante que foi verificada é a necessidade de limitar os dados e informações. A partir do momento que se começa a fazer o trabalho e o número de informações começa a aumentar, essa base de dados passa a ser mais importante do que o objetivo do serviço e temos que limitar a existência de dados, ou seja, passamos a pegar só dados que sejam pertinentes à tomada de decisão dos executivos e não fazer um sistema muito grande com a tomada de decisão do Estado, que não é relevante. Por exemplo, fizemos a eletricidade limitada em informações porque seria um mundo sem fim pois cada estudo universitário seria mais um item.

Dentro das variáveis verificadas identificamos o abastecimento de água, esgoto sanitário, resíduos sólidos no item serviços e para cada um deles identificamos as variáveis. No caso da água, seria índice de atendimento de água, a qualidade da água fornecida e a saturação dos sistemas produtores de água. Cobertura, seria buscar a universalização do saneamento em todos os casos.

Qualidade da água, hoje o maior problema de abastecimento de água no Estado de São Paulo, é que não se tem o controle adequado da qualidade da água porque todas as vezes que a vigilância sanitária e a Secretaria de Saúde fornecem as informações disponíveis gera uma guerra entre os operadores e a Secretaria da Saúde devido à falta de controle e acompanhamento adequado. Os sistemas produtores, a idéia é nossa, dentro desse indicador é que se prevê o início da produção dos sistemas produtores ou programas de redução de perdas antes que acabe a água e não depois que a água acaba. Na parte de esgotos, a filosofia é a mesma: cobertura, esgoto tratado e saturação do tratamento. O lixo tem o mesmo conceito: coleta, tratamento final e saturação da disposição final dos resíduos sólidos. Na parte de controle de vetores, se tivéssemos feito uma sindicância há dez anos, provavelmente a cólera seria uma das variáveis identificadas no controle de vetores. Identificamos a dengue, esquistossomose, leptospirose como controle de vetores ligados às ações e ao saneamento. Há necessidade de outros vetores, mas as ações não são ligadas a saneamento porque não colocamos nossos indicadores. Visto de recursos hídricos nos preocupamos com a qualidade da água bruta, a disponibilidade dos mananciais e as fontes isoladas. Temos na área rural e em alguns bairros de alguns municípios em que a água fornecida à população não tem um único controle, portanto, colocamos isso como recursos hídricos que estão fora do sistema público de abastecimento de água ou mesmo sistemas privados de abastecimento de água e foram colocados como fontes isoladas, ou seja, vamos querer analisar a qualidade da água das escolas rurais e, por último, o indicador socioeconômico: saúde, renda, educação. Por exemplo, o de saúde para indicar a possibilidade dos serviços inadequados. Pegamos os indicadores de saúde naquilo que é diretamente ligado ao setor de saneamento. O de renda seria para indicar a capacidade de pagamento da população e a capacidade de investimento dos municípios. E, por último, educação para identificar a linguagem que o setor de saneamento vai ter com a população a partir do momento que dou um serviço por



exemplo, para uma favela, ou para uma população de renda mais alta, tenho que identificar que tipo de linguagem vou levar a essa população.

Como nós criamos esses indicadores, tivemos que propor a ponderação dos pesos e assim criamos indicadores com todos aqueles indicadores e aquelas variáveis. Priorizamos a pontuação, primeiro a saúde pública, segundo o controle ambiental, terceiro sustentabilidade econômica já pensando no sistema auto-suficiente do ponto de vista econômico financeiro. Que nos desculpem os advogados, etc. mas chegamos a uma fórmula matemática onde pesamos 25% do indicador para abastecimento de água, 25% para serviços de esgoto sanitário, 25% para resíduos sólidos, 10% para controle de vetores, 10% para recursos hídricos, e apenas 5% de indicador socioeconômico. Como socioeconômico é consequência e não causa, colocamos apenas para poder dentro do mesmo indicador a pessoa ter indicação dos dois sistemas, tanto dos serviços, como da parte socioeconômica da população.

No caso de abastecimento de água, o indicador passaria a ser a média das três variáveis: cobertura, qualidade da água distribuída e sistema de saturação. Para cada um desses sistemas identificamos uma forma de pontuação do sistema e uma forma de cálculo para ser homogêneo para todo mundo. A primeira coisa é o critério de cobertura de abastecimento de água. Para cobertura de abastecimento de água é tudo o que está relacionado com um prefeito, como ele tem fundo de participação nos municípios, ele nunca concorda com a população do IBGE ou nunca concorda com o crescimento da Fundação Seade, ou seja, para poder relacionar de maneira adequada com os prefeitos e também por causa do limite do IPTU todos os anos, colocamos domicílios urbanos atendidos dividido por domicílio urbano totais, portanto, o índice de atendimento é feito simplesmente sobre os domicílios e com isso facilita o pessoal do litoral para não ser contado duas vezes. É contado uma vez quando a pessoa está na cidade dele e outra vez quando está no litoral. Ou seja, além da cobertura como vamos pontuar cada um desses itens de abastecimento de água?



O sistema da qualidade da água distribuída, como já falei, existe uma guerra entre a Vigilância Sanitária e os operadores de abastecimento de água. O Ministério da Saúde fez a portaria em 1990 exigindo que todos os sistemas de água tivessem uma quantidade de amostras a serem executadas anualmente, portanto, colocamos o índice da qualidade de água como “ $K = \frac{\text{número de amostras realizadas}}{\text{número de amostras exigidas}}$ ”. Se a pessoa fizer a mais do que o necessário o  $K = 1$ . Se fizer alguém do necessário o  $K > 1$  e o indicador é o número de amostras adequadas com o número de amostras realizadas. O principal item de abastecimento de água, hoje, no Estado de São Paulo, uma vez que os municípios autônomos e os municípios operados por operadoras privadas como os municípios operados pela SABESP têm 100% de atendimento de água. Hoje, os não atendidos são exceções, em todos os casos. No caso de pontuação apenas uma colocação de pontuação com o percentual que colocamos, pelo índice, uma pontuação colocada para se ter um número absoluto.

Agora uma desculpa séria, porque vou apresentar um item de logaritmos na apresentação: a saturação dos sistemas produtores. É que tivemos que fazer a publicação e junto ao nosso grupo havia matemáticos e professores como o Nucci e não podíamos fazer um texto muito simples e procuramos respeitar o resto do grupo. Na realidade queremos determinar quando esse sistema produtor vai saturar. Até quando vai existir água, quais municípios têm água sobrando e esses municípios que têm água sobrando a idéia do grupo é que quando formos discutir desenvolvimento no Estado de São Paulo, por municípios, e se houver intenção por parte de qualquer município de instalar indústrias, saber exatamente onde está sobrando e onde está faltando água. Os sistemas mais complicados que seriam os integrados, ou sejam, os da Baixada Santista e Região Metropolitana de São Paulo, com antecedência de cinco anos, já se sabe que há um tempo necessário para implantar o sistema, que é o de planejar, fazer o projeto e executar a obra, não é possível fazê-lo em menos de cinco anos. A pontuação se já tivesse saturado hoje é

zero, se vai saturar além de cinco anos e no intervalo vai interpolando, por isso a taxa de crescimento dos municípios acontece de forma exponencial.

No caso de sistema superficial, seja município não autônomo ou autônomo com serviço municipal, tem que prever no orçamento, fazer empenho para o ano seguinte e teria que resolver em três anos porque não é possível fazer em menos de três anos, levando em consideração inclusive o tempo necessário para os trâmites internos do ponto de vista da burocracia municipal. No caso de poço é possível prever num ano, faz-se o empenho no ano seguinte e já perfura o que seria dois anos o número necessário da pontuação.

No indicador de esgoto sanitário, a filosofia é a mesma, cobertura de serviço de água e esgoto. Aqui estamos admitindo que o Tanque-7 bem projetado é uma solução técnica aceitável do ponto de vista sanitário. Percentagem de esgoto tratado mais Tanque-7 e saturação do sistema de tratamento de esgoto a mesma coisa.

No caso de esgoto, como não tínhamos 100% de atendimento nos municípios, propusemos uma solução “dégradé”, quer dizer, quanto maior o município maior seria a exigência num primeiro estágio indicador de insalubridade ambiental. Como o nosso segundo item era disponibilizar políticas de aplicação de recurso, já estávamos prevendo alguma coisa, ou seja, municípios até cinco mil habitantes a cobertura de esgoto por pessoa seria zero ponto; com menor de 50% por cento, cem pontos acima de 85%. Oitenta e cinco por cento quando isso foi feito coincide com a meta do governo do Estado que fala em 85% de atendimento.

Para a população acima de cem mil habitantes estamos aceitando como município salubre acima de 90%, acima de quinhentos mil. Quando fizemos a simulação, municípios como São Caetano colocamos como sendo Região Metropolitana e todo com acima de 500 mil habitantes, exceto municípios isolados, como Biritiba e Salesópolis, que não fazem parte da mesma malha urbana.

Na parte de atendimento de resíduos sólidos foi tratado também a média dos três itens: atendimento, tratamento de disposição final e saturação da disposição



final. O índice médio de tratamento, no caso seria cobertura de lixo, adotamos o Censo de 91 como informação, uma vez que todos os levantamentos que têm sido após o Censo 91, são feitos pelo município quando fala que tem de 95, 100%, vamos verificar qual é o critério adotado para determinar que é 95% de coleta, não sabe qual é o critério, não sabe identificar, ele fala que é sentimento dele que está atendendo 95% da população, isso aconteceu dentre os 50 municípios testados, 35% não sabiam dizer por que o índice que colocou para a Fundação Seade era aquele número, portanto, resolvemos pegar a contagem de município por município de 1991 que é um item que é preciso colocar pelo menos pegar os IPTUs dos municípios para fazer essa análise. No caso específico da pontuação de disposição final, a CETESB começou a verificar e pontuar os aterros sanitários no Estado de São Paulo. Portanto, adotamos para disposição final o IQR = Índice da Qualidade do Resíduo, onde fala que abaixo de uma pontuação seis, ou seja, ou o resíduo não está cercado, não tem balança ou mesmo disposição a céu aberto, precisa ter determinadas condições para obter uma pontuação superior a seis quando receberia cem pontos. Quando temos uma pontuação acima de oito porque está cercado, com balança, com oficinas de caminhões tem pontuação acima de oito e receberia cem pontos, e nós interpolamos a pontuação deles.

Para se ter uma idéia, de acordo com o Censo de 91, temos 342 municípios no Estado de São Paulo com índice de coleta inferior a 72%, e em 71 e 95 vinte e seis ponto, e acima de 96%, 277 municípios. Portanto, falta programa e disciplina na parte de coleta de resíduos sólidos.

Pesquisamos todos os pequenos municípios, todas as vezes que quebra o caminhão de algum outro serviço, o caminhão do lixo é desviado para levar terra ou qualquer outra coisa e menos para coletar lixo. Quando falo em termos de qualidade do resíduo no levantamento de 1997 feito pela CETESB, temos apenas 43 municípios em condições adequadas de resíduos sólidos. Temos 102 municípios com pequenos investimentos, pequenas adequações, esses aterros sanitários passam a ter condições controladas. Temos 500 municípios que são uma tragédia



do ponto de vista da qualidade de resíduos. Esse trabalho foi feito em 97, e em 98 a CETESB fez um novo levantamento e só o fato de a CETESB estar medindo percebe-se uma melhora em vários aterros. Os prefeitos passaram a procurar a CETESB no sentido de obter instruções técnicas para melhorar a qualidade da disposição final dos seus resíduos.

Na parte de controle de vetores foi identificada a dengue e a esquistossomose e o critério de pontuação leva em conta quanto maior o risco maior a pontuação. Os municípios sem manifestação dos mosquitos transmissores nos últimos 12 meses recebem cem pontos, e os municípios com risco de dengue hemorrágica recebem zero pontos. Na parte de esquistossomose os municípios que registraram nenhum caso nos últimos cinco anos receberam cem pontos e os municípios com incidência anual maior é igual a cinco nos últimos cinco anos zero ponto e, no meio, temos os diversos estágios dos municípios .

No caso específico da leptospirose está em desenvolvimento e o indicador já tem um critério de pontuação, mas ainda não tabulamos as informações. A responsabilidade é do Centro de Vigilância Sanitária, e os municípios sem enchentes e sem casos de leptospirose nos últimos cinco anos cem pontos. Os municípios com enchentes e com casos de leptospirose nos últimos cinco anos cem pontos. As pontuações intermediárias demonstram apenas a evolução desse estágio.

Os resultados da dengue demonstram a área de infestação uma vez que a situação é regional, ou seja, São Paulo e Região Metropolitana têm muito transporte de doenças, então pega alguma coisa. Verificamos quais regiões precisam de ações preventivas e quais são as regiões que precisam de ações corretivas por parte do Estado no controle de vetores.

No caso da esquistossomose podemos observar o eixo da Dutra com grandes incidências e alguns casos isolados. Nesses casos isolados que pesquisamos junto à Secretaria da Saúde muitos são de pessoas que passaram temporada no litoral ou

seja, quase todos exportados. Na maioria dos municípios não foi encontrado o caramujo que transmite a esquistossomose.

Na parte socioeconômica, na área de saúde pública, em termos de renda e educação temos a média aritmética dos três indicadores e fizemos o seguinte: a composição do indicador, com o envelhecimento da população de São Paulo passamos a trabalhar não apenas com a mortalidade infantil, começamos também a prestigiar as pessoas acima de 65 anos, e colocamos duas coisas: o indicador de mortalidade infantil com doenças de vinculação hídrica. É um trabalho muito bom de estatística da Fundação Seade que tem peso de 70% na mortalidade infantil. Para identificar não só os fumantes, mas também a poluição do ar, colocamos o indicador relativo à respiração e idosos ligados a doenças respiratórias.

Como o saneamento não vai fazer nenhuma ação específica, pegamos todos os municípios, pegamos os 25 melhores municípios e colocamos pontuação de cem pontos. Os 25 piores pontuação de zero ponto. No segundo e terceiro quartis houve uma interpolação da pontuação.

No caso de renda colocamos até dois salários mínimos, 70%, 30% de renda média, para medir a capacidade de pagamento da população para que se possa propor soluções adequadas para essa população, e a renda média do município, a capacidade de investimento e de participação do município nos investimentos necessários no setor de saneamento. E o critério de pontuação foi o mesmo dividido em quatro quartis.

Na parte de educação, pegamos 60% sem nenhuma educação, 40% com o primeiro grau completo e fizemos também o mesmo critério de pontuação, que vai identificar qual o tipo de linguagem que o setor de saneamento vai ter com as populações beneficiadas por setor de saneamento.

De posse desses dados, foram tabulados e coincidentemente peguei a Bacia de Piracicaba porque moro lá e o Secretário também mora lá. Era o que tinha a dizer.





**SR.** - Teremos que compatibilizar preservação e a recuperação do ambiente com a capacidade de desenvolver a economia, o que é um desafio para o Estado à medida que sentimos que há todo um deslocamento de indústrias não poluidoras, mas também poluidoras para outros estados que têm controle menos rigoroso dos componentes ambientais o que talvez ajude, estejam mais de acordo com o caráter do fórum, alguma coisa que aponte caminhos. Dentro do guarda-chuva: meio ambiente e saúde poderia se abordar um, dois ou três temas, enfim, dentro do tema meio ambiente e desenvolvimento econômico também outros temas cabem na discussão dentro do setor produtivo da indústria.

Não sei como equacionar essa idéia, mas até o dia 01 de fevereiro o tempo corre e estamos todos parados. Não podemos também começar a proliferar um monte de seminários porque depois vão ocupar um espaço que não vamos ter em março e também tratar de temas que vamos descobrir sejam mais relevantes. Fica só uma reflexão. Desculpem se não temos ainda a solução.

**SR.** - No meio dessa aparente falta de objetivos, dessa dispersão, talvez até por um pouco de comodidade, estou restringindo a minha participação especificamente não nos resíduos minerais, mas sim recursos minerais. Nesse caso, para contribuir ou esclarecer um pouco, talvez para aumentar a confusão, estou vindo de específico sobre estabelecimento de rumos, tendências, desafios do setor mineral, organizado pela Sociedade Brasileira de Geologia. Há dois anos organizamos na Escola Politécnica um fórum sobre Buscas de Rumo para o Setor Mineral no Estado de São Paulo. Nesse caso específico, além de ser delimitado o assunto às prioridades, os problemas estão muito batidos, enfim as soluções estão tardando a acontecer. Tenho a impressão que se fizermos um seminário, vou ver as mesmas pessoas, as pessoas já estão cansadas de ouvir cada participante falar sempre a mesma coisa e para evitar que ficasse alguma coisa muito distante da comunidade, poderia ser feito através de um *site*, ou através de uma carta, um documento elaborado e fazer uma consulta, nesse caso específico. Ou colocar

linhas gerais no *site* ou fazer alguma carta pedindo manifestação para as instituições, universidades, enfim, uma lista grande de interessados no assunto. E mais especificamente ainda, não sei como isso entra nas ações do grupo, mas temos ações que poderiam ser tomadas de imediato e nem é preciso esperar o relatório até agosto. Por exemplo, para o setor mineral existe uma pulverização das entidades que atuam no setor do estado que está requerendo uma ação em conjunto com dois ou três secretários de estado para estabelecer uma ordem e centralizar tudo num órgão só.

A sonegação de impostos no setor estima-se que seja da ordem de 90%, portanto, o setor fica com falta de recursos e a sonegação é grande e a área federal está insistindo em nível de Estado um convênio de fiscalização ou algumas medidas que reduziriam drasticamente essa sonegação, enfim, são dois exemplos de ação imediata. Reconheço que fica mais simples e melhor definido no meu setor, mas é interessante colocar para ter alguma ajuda no rumo dos trabalhos. Obrigado.

**SR. NUCCI** - Gostaria de dar a minha opinião sobre o que ouvi. Com certeza precisamos ter uma visão centralizada a partir dos recursos naturais e do ambiente. A idéia sugerida pelo Dr. Lajolo de pegarmos ambiente de desenvolvimento econômico, ambiente e qualidade de vida, ambiente violência, enfim, qualquer coisa que possa surgir, é sempre uma forma boa de começar a organizar a discussão entre nós, e atende também um pouco a minha ansiedade de organizar a discussão, mas é preciso fazer aquilo que o deputado falou e o Marcos também falou: que coloquemos esses temas sobre o enfoque que a sociedade vê como demanda. Não sei se será exatamente o Tietê, mas será, por exemplo, a qualidade de vida, a cidade alegre ou a cidade agradável ou a cidade não sei o quê que possamos, dentro dessa organização, caracterizar a discussão, focar a discussão, seja ambiente de desenvolvimento econômico, seja ambiente de qualidade de vida, em alguns temas que tenham apelo. Não me ocorre outra lembrança, mas não se poderia ser só o Tietê, mas a Billings, a Guarapiranga, o lazer público dentro da

cidade, a recreação ou o verde, enfim, alguma coisa desse tipo para que possamos identificar, comprar essas discussões como a sociedade sente a discussão, para não correr o risco de voltar a ser um seminário entre técnicos.

Concordo plenamente quando disseram que podemos colocar de imediato isso num *site* com idéias básicas para começar a receber contribuições. Seria a primeira tentativa de sair de dentro dessa sala, ou seja, ouvirmos o que o pessoal pensa. Pode ser que comece a aparecer tantas idéias que estamos procurando, não conseguimos, e com a ajuda de mais gente vamos conseguir. Depois fazer os seminários específicos sobre os temas, mas já fazer os seminários específicos com essas contribuições que virão da sociedade a partir de um *site*, no mínimo, e as discussões regionais numa etapa posterior.

Seria interessante ter um mínimo de organização, como por exemplo: Ambiente de Desenvolvimento Econômico, Ambiente e Educação, Ambiente e Qualidade de Vida, enfim sempre focar em cima do ambiente como tema básico, para não nos dispersarmos, senão começamos a entrar em detalhes demais. Obrigado.

**SR.** - Por enquanto estamos centralizando os dados no meu gabinete até que a Assembléia defina outra forma de centralizar esses dados. Por outro lado, aguardarei essa questão da Secretaria Executiva até fevereiro. Com referência à questão do *site*, pergunto se algum dos órgãos presentes têm condições de organizar esse *site* para o grupo? Quem teria condições de organizar ou fazer qualquer forma de comunicação para colocar na Internet e dinamizar o nosso diálogo?

**SR.** - Gostaria de fazer uma sugestão. Mesmo que pudéssemos correr para instalar o *site*, não tenho a menor idéia de prazo. Se todos nós trocássemos os nossos endereços eletrônicos, cada um de nós que fizesse uma contribuição, espalharia para o grupo e para outros conhecidos que têm interesse no tema.



**SR.** - Sim, já estamos providenciando os e-mails de todos os participantes. O Nucci falou uma coisa mais ampla que é a relação do grupo com o mundo dos internautas técnicos que pudesse dar a sua contribuição, que seria uma maneira de maior visibilidade dentro da Internet. O pessoal com o qual venho discutindo essa questão para montar essa idéia disse: olha, ficar no bate-papo não tem sentido. Sentar todos na mesma hora em frente ao computador para ficar debatendo não faz sentido. Na verdade precisamos de um endereço para jogar informações. Precisamos de alguém que capitaneie essa idéia.

A questão do temário e na minha opinião não vamos multiplicar seminário, mas precisamos mobilizar a comunidade científica e a sociedade por fora.

Desculpem discordar. Nunca participei de um seminário, não sei o que pensar do seu setor, certamente muita coisa que ele pensa é como o meu, pensa sobre viés que mexe com água. Quero saber como se comporta o seu setor discutindo com a gente aqui. O que pensamos sobre o tirador de argila? Porto de areia? Mas do ponto de vista desse conflito. O que o produtor de porto de areia pensa isso já sei. Até já imagino o que seja. O conflito que existe entre produção, desenvolvimento econômico e meio ambiente, essa contrapartida que é interessante dessa mistura. Primeiro, que o setor ambiental vai escutar as dores, os vários setores mais ou menos envolvidos com o desenvolvimento econômico, com a produção ou com o meio ambiente, enfim vamos ouvir esse setor que vai participar dessa discussão. É a mesma coisa na produção porque as indústrias têm muita preocupação com o rigor ambiental e esse rigor do controle ambiental leve à destruição da própria produção. Por exemplo, a cobrança pelo uso da água. Cobra-se pela água em São Paulo e não se cobra em nenhum outro Estado. Dependendo de quanto se cobrar o que vai acontecer com as indústrias? Essa discussão é que queremos travar no processo para poder ver o que podemos trazer de essência.

A questão do Rio Tietê que tem apelo popular muito forte por causa da discussão da sua despoluição mas também ser mais uma grande exposição de



obras a serem feitas, da boa vontade e uma série de coisas que vamos ver apesar do apelo popular da sociedade, embora pouco criativo.

A minha proposta é mobilizar a comunidade técnica especializada em cima dos seus interesses, das suas discussões específicas e ao mesmo tempo mobilizar a apresentar para a sociedade a discussão que gira em torno da qualidade de vida da cidade que vai envolver o Rio Tietê, vai envolver as enchentes, vai envolver o acesso ao trabalho, a questão da arborização, enfim, temos que preparar tudo isso para ser discutido e aí é que precisamos ser criativos na interface com a sociedade. Temos que fazer dois tipos de mobilização, mas certamente não vamos fazer os 40 seminários, mas precisamos para poder andar alguns. Por exemplo, seminário sobre o Rio Tietê, na minha opinião, seria sobre recursos hídricos, para movimentar a comunidade que está à nossa volta precisamos operacionalizar a questão da discussão. Primeiro movimento, sair de dentro dessa sala e, a partir dessa discussão, uma certa massa crítica do ponto de vista de toda essa discussão abrir para a sociedade. De nada vai adiantar sair correndo para um lado só e só nós nos reunirmos para falar do Rio Tietê pode virar uma festa.

**SR.** - Gostaria de esclarecer a minha posição. Realmente foi uma questão provocativa porque estava vendo a discussão se encaminhar para um lado e resolvi colocar o outro lado, porque precisamos pensar no foco mídia, no foco sociedade, senão vamos ficar fechados no nosso foco. Quando falei no Rio Tietê não é porque uma discussão nesse sentido vá ser produtiva, pode ser que não seja, mas vai ter repercussão, por isso é que precisamos encontrar um meio termo que tenha apelo porque numa megacidade como São Paulo acontece tanta coisa que se o assunto não tem apelo, não tem repercussão e se perde.

Por exemplo, ontem estive no Parque do Ibirapuera e a SABESP está fazendo o projeto desse parque. Do ponto de vista do saneamento da cidade esse projeto não tem tanta importância. Quanto à repercussão que isso vai ter na sociedade, a importância vai ser imensa.



**SR.** - Vou falar em nome de um setor que tem sido deixado de lado no Estado, só que existe uma grande vontade nesse setor que essa situação mude. Portanto, quando falei em partir para ações imediatas foi no sentido dessa ansiedade em tentar mudar essa situação e aceito perfeitamente a colocação desse seminário e me candidato a organizar o primeiro seminário, talvez do grupo em fevereiro ou uma mesa-redonda sobre o setor.

Não estou preocupado com esse assunto específico sem os chamativos porque os demais estão preocupados com o aspecto do desenvolvimento econômico do setor mineral. Provavelmente, é um assunto que não é muito conhecido da população e não vai dar “ibope”, mas se conversarmos mais tempo vamos sentir a importância desse setor que fornece toda a matéria-prima para a indústria paulista no seu desenvolvimento. Obrigado.

**SR.** - Gostaria de formalizar uma proposta de encaminhamento da abertura da janela para a sociedade.

Primeiramente, poderíamos elencar os grandes temas: recursos naturais, ambiente, desenvolvimento econômico, recursos naturais, ambiente e qualidade de vida, violência urbana, recursos naturais, ambiente, educação, formação profissional, enfim, estou sugerindo apenas para dar uma idéia do que poderíamos fazer.

**SR.** - Uma vez que você já está sugerindo já coloque o que você acha importante para decidirmos hoje.

**SR.** - Primeiro, seria aceitar o método, ou seja, grandes temas. Dentro desses grandes temas podemos identificar aqueles que seriam objeto de seminários específicos. Poderíamos, ainda, associados a esses grandes temas as palavras-chaves, os temas chamativos, a forma como seriam apresentados à sociedade. Ou seja, seria uma grade de informações que seriam colocadas num *site* da Internet

como uma mensagem. Em seguida, vamos começar a solicitar que o pessoal se manifeste em cima dessa organização para que não haja uma dispersão muito grande para que possamos organizar em cima dessa visão.

**SRA.** - Gostaria de resgatar o que falou o companheiro do setor mineral. Não sei se entendi bem, mas me pareceu que você estava sugerindo uma perspectiva de uma consulta popular, alguma coisa como uma discussão mais ampla na sociedade sob o ponto de vista da mobilização que precisamos estabelecer, ou seja, que visão é essa que queremos para o Estado de São Paulo no Século 21.

Estamos falando a partir da nossa realidade, da macrometrópole que é São Paulo, mas me parece que o proposta deste Fórum é pensar o Estado de São Paulo em geral. Desde as barrancas do Rio Grande até o centro da Cidade de São Paulo, enfim toda essa complexidade e diversidade de problemas para os quais deveríamos apontar uma perspectiva.

Quando o Piza fez a sua apresentação, o ponto nevrálgico que ficou foi a qualidade da água. Quando mostrou a situação do Estado de São Paulo com a destinação final de resíduos é um absurdo. Nem 10% das cidades paulistas destinam adequadamente os seus resíduos. Nem 10%. Se considerarmos que mais de 90% da destinação de resíduos diversos estão em cabeceira de drenagem dá para inferir por que a questão da potabilidade da qualidade é um aspecto nevrálgico de difícil definição justamente porque é algo sério, é algo perigoso. Se formos analisar realmente a potabilidade da água que consumimos vamos encontrar sérios problemas. E por quê? Porque nessas montanhonas e montainhas de lixo existentes por aí têm muitas substâncias que são solubilizadas, lixiviadas e levadas para as águas de abastecimento.

Esse fórum precisa ter amplitude estadual e precisamos encontrar um mecanismo ágil e eficaz para podermos manter uma discussão no seio da sociedade para capturar esse anseio de que Estado queremos realmente viver no século 21 ou como podemos contribuir para melhorar a qualidade de vida dos



paulistanos ou quem sabe produzir uma metodologia interessante de envolvimento, de corresponsabilização na perspectiva da melhoria da qualidade de vida com desenvolvimento sustentável. Quer dizer, não dá para pensar na questão do desenvolvimento econômico, mas sim num pensamento mais global. A metodologia recomendada a meu ver é a da consulta. Não sei se era isso o que o colega estava querendo sugerir. Hoje, vejo um espaço que reúne condições que possam nos assegurar fazer essa discussão, no tempo que queremos fazer, seria aproveitar os sistemas de recursos hídricos, ou seja, a organização dos comitês nos quais reúne o Estado, os municípios e a sociedade civil. É possível se fazer uma mobilização através desses fóruns que já estão organizados e que têm essa capacidade abrangente de reunir o conjunto da sociedade, tais como, setores econômicos, empresariais, os não-governamentais, os ambientalistas, políticas sociais, setores públicos, enfim, é possível construirmos essa agenda básica de discussão para o futuro do Estado de São Paulo. Por outro lado, gostaria de sugerir que examinássemos a possibilidade de utilizar o fórum já montado dos comitês de bacia hidrográfica para que possamos cumprir a primeira etapa de discussão dessa agenda. Obrigada.

**SR.** - Aquele “K” de amostras realizadas, a maioria dos municípios têm na ordem de 5%, 6%, ou seja, se fosse tornado público iria alarmar em termos de saúde pública. Estamos tentando resolver junto às Secretarias de Recursos Hídricos e da Saúde a criação de um programa de controle de qualidade de água no Estado de São Paulo e também treinamento de todo o sistema de água do Estado.

Através dos levantamentos constatamos que o abastecimento no Estado de São Paulo está muito bom em termos estatísticos. Não colocamos dados sobre a qualidade da água porque existe controvérsias sobre esses dados.

Na parte de esgoto sanitário, temos poucos municípios com coleta e tratamento adequados, temos também vários municípios com coleta adequada e percebemos que o investimento necessário para o sistema de esgoto sanitário está



vinculado ao tratamento de esgoto, mas a situação não é tão calamitosa como a dos resíduos sólidos. Podemos dizer que apenas 50 municípios possuem condições adequadas, o resto depende de investimentos, de treinamento de pessoal. Só para dar uma idéia, um caminhão de coleta de lixo trabalha num município de duas a três vezes por semana, ficando muitas vezes 15 dias sem fazer coleta porque o caminhão quebrou e o município não tem recursos nem para consertar o caminhão, nem para pôr combustível e acaba não fazendo a coleta de maneira adequada. Do ponto de vista estatístico, o indicador de insalubridade ambiental teria mais ou menos esse perfil que os matemáticos deram, essa distribuição normal de graus.

Estamos aguardando que todos os comitês de bacias montem as suas câmaras técnicas de saneamento que vai substituir o Cresam para podermos fazer o aperfeiçoamento ou implantar como está, um primeiro indicador. Esses dados dessa análise foram baseados na PMU-95 que foi um trabalho contratado pela SABESP, com dados operacionais da SABESP e um fato interessante ocorreu. Devido a termos uma regra de procedimento, ou seja, se a CETESB tem um indicador de qualidade dos resíduos sólidos, não devemos criar um novo indicador. Vamos pontuar o indicador feito pela própria CETESB. Se a CETESB tem um indicador da qualidade de água que é um item que ainda não está totalmente desenvolvido, vamos pegar as informações do índice ideal de vida aquática para colocá-lo no indicador. Portanto, a nossa idéia é não concorrer com os indicadores existentes e sim apenas pontuá-los e identificar quais são as demandas dos serviços. Numa primeira etapa vamos avançar num determinado estágio, quando for feito o plurianual de esgoto vamos criar um novo estágio, ou seja, vamos subindo os patamares porque a demanda de recursos é da ordem de três, quatro bilhões. Se for deixado em aberto vai ser muito difícil priorizar, a briga por recursos vai ser dar mais no campo político do que no campo da saúde pública e assim estamos procurando equalizar as informações da maneira mais rápida possível. Obrigado.



**SR.** - Bom-dia a todos. Primeiramente gostaria de justificar a ausência do Secretario do Meio Ambiente, Dr. Ricardo Trípoli, e do Dr. Dráusio Barreto uma vez que foram convocados pelo governador para participarem de um evento no mesmo horário. Gostaria também de informar ao Dr. Roberto Lajolo que o IPT também vai fazer parte do nosso grupo através do Dr. João Carlos Mesquita que declinou do nosso convite.

Depois da nossa conversa inicial vamos ao longo do processo conversar individualmente com cada membro do grupo para podermos discutir com mais facilidade algumas idéias. De qualquer forma, o que estou sentindo e precisamos definir são algumas coisas operacionais para a condução dos trabalhos. Ficou muito claro que precisamos ter um espaço para que o grupo de recursos naturais possa propor questões ligadas ao aspecto global, ou seja, para podermos desenvolver um trabalho no campo do setorial temos que propor ao Fórum Século 21 qual é o nosso entendimento em todos os campos que estão sendo discutidos nessa Casa, ou seja, aquilo que vale para todos. Não recebemos uma definição, um guarda-chuva para trabalharmos em baixo com coordenadas já definidas. Talvez agendamos uma reunião só para começar uma discussão em relação a essa questão.

Um ponto que ficou muito forte é que esse grupo tem muitas facetas, com uma variabilidade de temas e questões a serem abordadas muito grande, tanto que deveríamos fazer alguns seminários especializados. Senti que devemos fazer uma discussão que o pessoal chama grupo da produção, ou seja, com o setor industrial em relação às questões do meio ambiente, às questões das matérias-primas, à questão da legislação ambiental. A Fiesp se propôs a montar um grupo para nos ajudar a elaborar um seminário na área da produção e também o que for necessário em termos de sustentação que envolve a área industrial.

Outro aspecto é que deve haver uma discussão específica e um seminário na área de resíduos sólidos. Por ser a primeira reunião ficou claro que devemos ter um ganho de eventos e uma grande discussão em relação à qualidade de vida na cidade de São Paulo que é uma megacidade do ponto específico, mas também em



relação aos recursos naturais, do meio ambiente e do meio ambiente urbano. Precisamos definir as datas desses seminários específicos e também ficou claro que devemos promover essa discussão junto à sociedade. Ou seja, precisamos fazer seminários porque de nada vai adiantar ficar falando só para técnicos e intelectuais, temos que colocar essa discussão na sociedade. Depois de algumas discussões, quando tivermos alguma massa crítica acumulada, vamos discutir com a sociedade tanto em termos regionais, enfim, procurando a interface com a sociedade.

A nossa discussão agora é como conduzir tudo isso. Tenho uma idéia e abro a discussão com todos vocês para podermos operacionalizar o grupo a partir de 01 de fevereiro quando voltaremos a nos reunir nesta Casa.

**SR.** - Face ao intervalo de tempo que vai da data de hoje, que é a última reunião do ano deste grupo até fevereiro, de certa forma pode prejudicar essa união e essa preocupação do grupo com o tema. Seria oportuno sugerir qualquer que tenha sido a contribuição já recebida talvez pudesse, além da cópia do índice de insalubridade ambiental, também essas contribuições fossem distribuídas para os elementos do grupo como material para que até fevereiro possam dar uma lida, fazer alguma reflexão em cima do que foi discutido e assim por diante, para quando retornarmos em fevereiro todos estejam em condições de reiniciar o processo.

Outra coisa que gostaria de salientar é que esse indicador Uisa deverá ser bastante utilizado na área de saneamento ambiental, mas poderia ser um componente desse indicador de desenvolvimento humano. Não sei se isso é possível, mas é uma sugestão que o Uisa faça parte também do índice de desenvolvimento humano. Obrigado.

**SR.** - De acordo com a sua proposta em relação à contribuição do índice global é que o Uisa participe, apenas estamos esperando que seja consolidado o trabalho que está sendo feito.

Está muito claro também que vai ser preciso fazer um seminário neste Estado sobre resíduos minerais, ou seja, é uma maneira de entrarmos mais nos setores e homogeneizar os nossos conhecimentos trazendo contribuições de outros companheiros nos vários setores.

**SRA.** - Gostaria de sugerir que esses três temas que vão ser motivo de eventos preliminares ficassem definidos a partir de agora, ou seja, quem vai cuidar disso, quem vai ser convidado e não ficar até fevereiro nesse sufoco.

**SR.** - Estão de acordo com esses grupos que foram propostos? Gostariam de propor mais algum? Com certeza vão aparecer outras questões tipo ambiental ou a questão da água, enfim estou propondo alguns iniciais, mas é uma boa tarefa para ser organizada.

**SRA. ANA LÚCIA** - Esses três são bem gerais e já poderíamos ir trabalhando no sentido de qual é o foco.

**SR.** - Tem mais uma coisa. Vamos gastar a reunião buscando o tal do mote, tentando pegar a marca do nosso grupo e do fórum, e trazer as contribuições que nós queremos para poder levar aos outros coordenadores, levar ao coordenador geral, enfim, qual é a contribuição que o nosso grupo quer dar.

**SR.** - A questão da cidade em relação a esses temas que vamos abordar se resolve mais no plano regional, ou seja, que fosse associada essa questão da cidade com a questão da organização regional. Não precisa um debate específico, apenas lembrar de acrescentar a cidade e a organização regional. A rede de cidades e a junção das cidades para operar determinadas políticas, inclusive porque existem instrumentos que não estão sendo acionados o que talvez fosse proveitoso lembrar em função da nossa temática.

**SR.** - Deputado, dividiria em grandes temas a abordagem. Por exemplo, produção é um grande tema e é bastante específico. A gestão da cidade ou gestão regional separaria uma coisa da outra. Resíduos sólidos poderia ser discutido como item dentro dos dois temas: Gestão da Cidade e Gestão Regional, assim como saneamento básico, a questão ambiental, enfim, não tenderíamos a discutir temas específicos por tópico, mas seriam discutidos dentro de um grande tópico. Essa é a minha sugestão.

Outra sugestão seria estabelecer prazos para que cada entidade representada no seminário remeta um documento, um texto sobre cada assunto e assim teremos em linhas gerais o que cada um pensa a respeito dessas grandes questões, esses grandes temas. Porque se não estabelecermos prazo, não estabelecermos uma meta não vamos conseguir cumprir o *dead line* de junho/2000. Aproveitando a sugestão da Ana Lúcia, poderíamos estabelecer datas para esses seminários ou mais ou menos o período que vão ser realizados e os possíveis convidados para proferir as palestras.

**SR.** - Os temas da forma como foram colocados não sei se vamos continuar fazendo uma discussão só para nós. Quer dizer, podemos começar a falar sobre gestão regional, mas na verdade são temas frios. Na verdade, não vamos fazer novamente um seminário voltado para o próprio umbigo? Por exemplo, o tema Rio Tietê é um problema que galvaniza, ou seja, esse tema já ocupa espaço na sociedade e na mídia. Os seminários da maneira como estão sendo colocados me parecem um negócio meio frio. Qual é o objetivo desse seminário? Se é fazer uma discussão com a sociedade vai ser preciso colocar de outra forma.

Algumas coisas que foram discutidas, como por exemplo o *site*, é preciso ter algumas coisas operacionais mínimas para podermos nos organizar, ou seja, tendo o *site* não vai ser preciso fazer toda essa circulação de papéis que vai começar a partir dessa reunião. Cada participante coloca as suas contribuições no *site* e todos os participantes vão ler. Porque senão vai começar a circular uma papelada que não

vai ter fim e não sei se vai valer a pena. Portanto, esses problemas operacionais mínimos vão ter de ser resolvidos com uma certa urgência. Por outro lado, vai ser preciso ter alguma secretária executiva ou algum setor encarregado que centralize os e-mails. Por exemplo, a Dra. Ana Lúcia é a secretária executiva dessa reunião e sendo assim vamos nomeá-la, não é?

**SR. LAJOLO** - Já foi falado sobre a questão do meio ambiente que na verdade é um universo. O tema meio ambiente é tão amplo quanto se destina. Se quisermos reduzir a discussão a resíduos pode-se reduzir, se quisermos envolver educação, saúde, também podemos envolver. Fico preocupado com o prazo que pressiona em começar a lançar um ponto, dois pontos, três pontos porque daqui há pouco para cobrir minimamente uma pauta vamos acabar tendo que realizar 40 seminários. Digamos, exagerando um pouco, um seminário seria sobre resíduos urbanos, outro seria sobre resíduos minerais, outro sobre efluentes e a coisa vai acabar entrando na atmosfera e nós não acabamos mais.

Poderíamos pensar em temas dentro de algumas grandes abordagens e, honestamente, ainda não tenho a solução clara para isso. Por exemplo, a palestra sobre o índice me dá uma abordagem importante sobre a questão qualidade de vida. Portanto, meio ambiente e qualidade de vida que podem ser expressos pelo índice, aliás, muito bem expresso.

Outra grande abordagem seria meio ambiente e desenvolvimento econômico. Quer dizer, vamos ter que compatibilizar.

**SRA.** - É a discussão dessa agenda mínima que estamos propondo. Obrigada.

**SR. LOTUFO** - Acho fundamental a abertura, mas nós não temos ainda claro a metodologia e como é que vamos chegar a algum lugar. O meu receio é abrirmos sem termos as regras predefinidas ou bem definidas. Concordo com a sugestão de



definir temas importantes, mas qualquer tema que for escolhido primeiro precisamos ter um diagnóstico e temos que identificar e é o nosso grande objetivo, se existem políticas para o setor. Se não existe, o que deveria existir. Se existe e não é cumprida, quais são os instrumentos que não são usados. Ou seja, montar esse processo de convergir a partir das aspirações que todos nós temos e qual vai ser o boneco desse embrião que vai surgir em junho, se não sentarmos e tentar materializar tudo isso, tenho receio que vai ficar muito difícil essa convergência. Esse esforço inicial é uma etapa crítica nesse processo e quanto mais investirmos nesse fechamento para delimitar esses itens através de um quadro, inclusive poderíamos tentar criar um subgrupo ou delegar duas ou três pessoas, de dois ou três setores para fazerem um esforço conjunto de montar esse jeitão do boneco, ou quais seriam os temas.

**SR. ALAOR CAFFÉ** - Não fiz nenhuma intervenção desde a primeira reunião até agora, mas tenho a mesma preocupação que o Lotufo acabou de mencionar. Apenas trago uma referência que nós não tomamos em conta que é a resolução aprovada pela própria Assembléia Legislativa a respeito do assunto. Nessa resolução a Assembléia não só estabelece a criação do Fórum como a competência do Fórum, os membros componentes do Fórum e também alguns itens correspondentes aos trabalhos que o Fórum deve desenvolver. E parece que está havendo um desvio, pelo menos em relação àquela proposta que foi colocada pela Assembléia Legislativa, relacionada com a Resolução aprovada no dia 15 de maio de 1999 a respeito do Fórum.

Por exemplo, a questão dos seminários o Fórum não está prevendo nenhum seminário. Não quer dizer que seja mau ter o seminário, mas não está prevendo porque talvez está pensando exatamente que não vamos ter tempo pra fazer tudo isso, enfim, trabalhar nesse sentido mais amplo porque parece que o Fórum é constituído de *experts*, pessoas conhecidas do setor, ou que trabalharam, que têm experiência no setor, exatamente para discutir as temáticas para definir certas



políticas ou aproveitar políticas já existentes do governo estadual, porque o governo estadual não é a Assembléia Legislativa. É muito mais do que ela. Tem todo o Poder Executivo com todo conjunto de propostas, de andamento, de processos de trabalho, planos, projetos, programas bastante verticalizados. Não seremos nós, individualmente, singularmente que vamos conseguir, a não ser dar uma certa ordem a isso, até certo ponto.

Apenas para lembrá-los, inclusive acredito que não tenham trazido o *folder* em que está incluída a resolução, diz o seguinte: “Fica criado, em caráter temporário, o Fórum Parlamentar de São Paulo...” e diz ainda que o Fórum funcionará até dezembro do ano 2000. Praticamente temos um ano para fazer tudo. E lá diz ainda da competência. Dentre os sete itens de competência, três são itens de cognição e três são itens referentes à pragmática daquilo que se conheceu. Por exemplo, um, dois e três: discutir políticas públicas de desenvolvimento sustentável do Estado. Primeiramente, se admite que não vamos fazer política nem estabelecer políticas. Se diz que vamos discutir as políticas públicas, provavelmente, são aquelas que já existem, já foram elaboradas ou já foram propostas, o que não impede que nós também façamos alguma sugestão, mas na verdade são coisas que já estão em andamento. Provavelmente. Dois: promover a aproximação dos setores públicos e privados especialmente da sociedade civil organizada em todo o debate sobre o desenvolvimento econômico, político, social e cultural do Estado com vistas a obter maior equidade social. É uma função programática, mas na verdade é aproximar os setores públicos e privados, e aqui temos a questão dos recursos naturais. Temos o terceiro que ainda é de cognição: debater as distinções regionais com o fim de compatibilizá-las. Quer dizer, parte do pressuposto que existem já distinções regionais e que nós teremos que verificar os problemas relacionados com as relações entre essas regiões.

Finalmente, os quatro últimos itens e competência do Fórum estão exatamente na linha pragmática desse Fórum. Quarto: discutir as funções públicas nas suas formas de atuação no âmbito das competências constitucionalmente





atribuídas ao Estado, ou seja, saber exatamente qual é o quadro institucional que o Estado tem para poder fazer valer as políticas públicas, o que obviamente deve ser isso de acordo com a proposta que aqui está colocada. Quinto: promover o debate entre os diversos órgãos estaduais. Não é seminário. Portanto, debate entre os diversos órgãos estaduais objetivando relacionar programas e planos a serem implantados. De certo modo, a Assembléia Legislativa sendo um instrumento para promover, ou melhor, mais um instrumento para promover a coordenação entre os órgãos estaduais também.

Promover as soluções e sugerir proposições legislativas aos poderes competentes com escopo de adequar as funções estatais às necessidades do desenvolvimento sustentável do Estado conforme conclusões desse Fórum. Quer dizer, deve ser talvez o objetivo principal porque se é o Fórum estabelecido pela Assembléia Legislativa a proposta que eles querem é exatamente algumas contribuições no sentido objetivo de sugestões, enfim de leis, projetos, qualquer coisa desse tipo em função dos problemas que forem discutidos nas temáticas do Fórum.

Finalmente, utilizar todos os mecanismos legais e regimentais para a concepção dos seus objetivos.

Portanto, são três grandes objetivos do ponto de vista da discussão da cognição, conhecimento da situação, da temática e quatro itens referentes aos propósitos para o qual o Fórum está sendo constituído, ou seja, sugerir aos deputados, aos seus membros aquilo que é necessário para que eles possam implementar em conjunto com todo o esquema que for estudado, inclusive com a própria atuação do governo estadual, uma vez que o governo estadual não é só a Assembléia Legislativa, mas também é o Executivo do Estado.

Depois no artigo terceiro vem todos os membros, são vários membros, entidades, pessoas que vão ter que participar do Fórum para essa discussão abrangente, inclusive vários itens, dentre os quais chegar a um relatório final. O Fórum tem que chegar a um relatório final a partir de temáticas que forem



abordadas por diversos grupos e subgrupos, depois deverá haver uma consolidação dessas sistemáticas que a meu ver deve ser um estudo dos problemas básicos correspondentes às políticas públicas que foram sugeridas naquele artigo primeiro.

Portanto, há toda essa questão que foi mencionada pelo Lotufo que é uma questão de metodologia para que possamos realmente chegar a um fim. Aqui diz que o relatório final aprovado pelo Conselho e pelo Fórum compatibilizará os relatórios temáticos. É isso que está dizendo, incluindo também as conclusões produzidas nos simpósios sobre temas gerais.

Se nós formos atuar no sentido de fazer vários seminários não vamos chegar no final mesmo porque seminário seria com a população, e não é bem esse o propósito. Claro que o Fórum não está negando a possibilidade de participação da população, o que é óbvio, vindo de uma Assembléia Legislativa democrática. O fato é que a metodologia pode ensejar uma grande quantidade de tempo que nós não temos e aí vai ser um problema para nós. É preciso saber muito bem o que vamos fazer e as temáticas que a serem colocados devem ser naquela linha dupla que o Marcos colocou que é a de sensibilizar os pontos básicos fundamentais que importam agora atuar, que importam discutir como também a questão colocada pelo Lotufo, qual seja, a de saber exatamente a problematização. Porque não adianta temas. Temas é uma coisa. O problema dentro do tema é outro. Temas são gerais como foram colocados vários, por exemplo, cidade e a qualidade de vida ou a felicidade ou o que seja, enfim são genéricos. Existem problemas na cidade de São Paulo? Quais seriam os problemas básicos que prioritariamente devemos discutir? Talvez para isso seria interessante a constituição de um grupo de pessoas, três ou quatro, que possam alinhar as políticas públicas ou pelo menos estejam próximas de conhecer as políticas públicas do Estado, as questões mais graves, mais candentes e levá-las a frente, porque os temas são tão amplos, tão abrangentes que é impossível captarmos toda a universalidade dessa questão, portanto, é preciso buscar os problemas fundamentais básicos em torno desses temas que vão ser desenvolvidos e, para isso, é necessário que realmente se constitua um grupo



de pessoas que possam identificar já quais são os problemas básicos em torno dos quais o Fórum irá discutir fundamentalmente. Era o que tinha a falar. Obrigado.

**SR.** - A única diferença que eu estava imaginando que nós iríamos tirar esse tema desse grupo de 21. Gostaria de definir logo alguns, mesmo que tenhamos que corrigir mais na frente. Algumas coisas vão ficar de fora mas certamente é uma agenda que teríamos que cumprir. Com certeza não serão 40 temas, mas serão temas importantes que podem mobilizar a comunidade técnica envolvida no processo que pode trazer uma série de discussões e um certo embasamento para discussão com a sociedade. Eu defendo a discussão com a sociedade e por que? Porque estamos na Assembléia Legislativa e talvez a grande vantagem desse trabalho estar sendo feito nesta Casa que é uma Casa absolutamente política e relacionada com a sociedade. Se formos chamar o reitor da USP tenho certeza que ele fará um Fórum para o Século 21 mais técnico do que nós, mais preciso do que nós. A vantagem do apelo desta Casa é tentar extravasar alguns direcionamentos para a sociedade. Nesse sentido, a discussão com a sociedade é muito importante. Não sei se o Fórum colocou dentro da sua.

**SR. ALAOR CAFFÉ** - Não, não colocou. É isso que eu digo.

**SR.** - Na verdade ficou entendido que todos os grupos farão alguns temas e já estão acontecendo sobre a organização do Fórum Século 21 aberto à sociedade para discutir uma série de coisas, inclusive já aconteceram alguns. Não devemos apostar nisso o resultado do trabalho. Não é isso que vai nos levar à conclusão, o que o senhor tem razão. Não pretendemos aqui discutir com a sociedade para chegar às conclusões. Podemos discutir com a sociedade para divulgar o que está se discutindo e não pegar as contribuições, mesmo porque não temos essa representatividade, mas divulgar o que for definido através do relatório porque não vai poder ficar guardado, vai ser uma coisa muito importante.



**SR. ALAOR CAFFÉ** - Não, não, não há dúvida que vai ser divulgado. O problema não é esse. Uma vez definidos os temas, deve haver uma estratégia de prioridade de temas, para começo de conversa.

**SRA. ANA LÚCIA** - É importante discutirmos meio ambiente de uma maneira até um pouco filosófica porque precisamos cada vez mais abrir o leque dessas discussões. Gostaria de insistir que precisamos objetivar onde queremos chegar com este Fórum. Se pensarmos que vamos propor um plano de desenvolvimento vamos falar nas grandes políticas públicas e fazer uma discussão mais ampla nesse sentido ou vamos procurar trazer soluções que sejam mais pontuais nesse momento, com respostas mais rápidas.

Claro que o professor Alaor Caffé tem toda razão no momento que precisamos estar inseridos dentro do que estabeleceu a resolução que criou o Fórum. Não acho que não possamos fazer essa discussão pública dentro daquilo que está colocado nessa resolução, mas deveríamos trazer algumas soluções imediatas, por exemplo, o problema dos resíduos. Ficou claro na apresentação que do ponto de vista de saneamento do Estado resíduos sólidos sem dúvida nenhuma é o primo pobre do saneamento que nunca teve uma maior atenção de como receber atenção. A CETESB há dois anos está fazendo um diagnóstico sobre isso e de um ano para outro houve um avanço exclusivamente no momento que fizemos algumas discussões e conseguimos com que alguns municípios tivessem uma gestão integrada de resíduos. Portanto, poderemos contribuir com formas e soluções não sei se através de um texto ou de um seminário, enfim alguma solução que pudesse ajudar a resolver o problema dos resíduos.

Do ponto de vista de proposição de legislação, temos três projetos de lei em tramitação só para falar de propostas de política estadual de resíduos sólidos que mereceriam ser discutidos. Além disso, temos alguns problemas sob o aspecto de soluções legislativas que poderíamos discutir, não sei se a competência seria estadual, mas de qualquer maneira poderia ser uma contribuição importante saber

como vai ser cobrada, por exemplo, a taxa de lixo, porque temos vários casos fazendo com que não se possa cobrar taxa de lixo. Por exemplo, existe uma decisão do Tribunal que a prefeitura da cidade de São Paulo deve devolver o dinheiro cobrado da taxa de lixo de cinco anos atrás. Temos vários estudos realizados em relação à correlação da taxa de lixo para ser cobrada junto com a taxa da água. Se poderíamos sair, numa hipótese de tarifa, o que seria uma sugestão a ser encaminhada para uma reforma fiscal que está sendo discutida em nível nacional. Essas poderiam ser contribuições importantes só para falar de resíduos. Se falarmos apenas em desenvolvimento vamos acabar ficando só na Região Metropolitana, com os problemas da Represa Billings, do Rio Tietê, mas temos assuntos no Estado sobre desenvolvimento que são fundamentais para serem discutidos até do ponto de vista de legislação, como por exemplo, a região do Vale do Ribeira, que foi considerada uma das regiões mais pobres do Brasil. O nível de pobreza está muito abaixo dos índices de desenvolvimento econômico e precisa de uma ação de desenvolvimento sustentável que passa pela garantia da preservação de recursos naturais, pois é onde temos a maior reserva da Mata Atlântica do Brasil a ser preservada. Para que ela continue preservada precisamos dar uma opção de desenvolvimento para essa região. Também devemos pensar no litoral norte, onde a abertura da Rio-Santos trouxe uma possibilidade de loteamentos o que vai fazer com que tenhamos duplicação absolutamente irregular e de repente poderíamos estar discutindo nesse Fórum. Além dos grandes temas, podemos também eleger temas mais pontuais que possam ajudar e no caso dos resíduos me parece que o preceito é tentar colocar o ovo em pé em algumas situações que não são da Região Metropolitana, mas em alguns municípios essa solução poderia ser mais fácil através de pequenos encaminhamentos.

**SR.** - Gostaria de reportar uma experiência quando apresentamos em alguns comitês de bacia o indicador de insalubridade ambiental quando falamos que era um facilitador para formulação de políticas públicas. E em todos os lugares onde



nós falamos perguntaram: de onde vêm os recursos? Uma das coisas que foram discutidas é que o setor do saneamento está vinculado ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço ao qual o Estado de São Paulo não detém nenhuma influência sobre a sua aplicação. Por exemplo, no ano de 99 todos os recursos foram contingenciados. Uma coisa que foi feita foi a criação dos 2% do ICMS para aplicação do Fundo de Garantia, apesar de ter sido mal aplicada uma vez que foi centralizada em cima do Planasa. Inclusive foi sugerida a aplicação de 1% para a habitação e transformar em desenvolvimento urbano com a aplicação de 50% na habitação, 30% no transporte urbano e 20% no setor de saneamento e todos eles teriam 4% para a elaboração dos planos diretores, uma vez que a Constituição de São Paulo prevê planos diretores para todos os municípios.

Portanto, era essa a contribuição que gostaria de passar para o pessoal sabendo de antemão que na ponta, quando você vai com o indicador, querem saber de onde virão os recursos para que essa idéia seja viabilizada. A minha sugestão como provocação é tentar buscar dinheiro fiscal desde o início da proposta, ou seja, tantos por cento da receita primária do Estado para esse programa, em cima iríamos estabelecer as políticas públicas. Obrigado.

**SR. HERALDO** - É fundamental o pragmatismo na condução do nosso seminário cuja vantagem é nos levar rapidamente a uma conclusão. O único problema é que essa condução pode ser errada, se tomada só por técnicos como muitas vezes já aconteceu. É de suma importância existir mecanismos de acompanhamento do que a sociedade nos retorna. Por exemplo, se eu perguntar para o cidadão de Santo André qual problema é mais importante a ser resolvido, com certeza responderá: enchente. Depois talvez emprego. Como técnico que sou e várias pessoas que estão aqui também sabem que o problema dos resíduos sólidos daqui há um ano vai ser muito sério na cidade e é claro que a população não sabe, mas cabe a mim discutir esse problema e também dizer o seguinte: não vai dar para



resolver o problema de enchente no momento, apesar do seu ponto de vista ser prioritário mas vamos ter outro problema daqui para frente.

O mecanismo de *feedback* com a sociedade é fundamental. Reitero mais uma vez que devemos dividir essas discussões em grandes temas apesar de que certamente vão aparecer os conflitos que existem entre o setor de saneamento, o setor produtivo, o setor de saneamento, o setor de produção mineral, estação, enfim, vários setores de onde surgirão as soluções ou apontadas as soluções. E o objetivo final desse fórum, no meu entender, é como o cidadão de São Paulo poderá viver melhor no Século 21 ou daqui a cinco anos, daqui a dez anos, ou seja, quais ações devemos ter para vivermos melhor. Será que uma das soluções seria plantar flores em frente da sua casa? Certamente não é só essa solução, porque existem problemas mais importantes. Não adianta fazer assembleismos, convocar a população do Estado de São Paulo para participar dessas discussões, mas temos que ter mecanismos, termômetros na sociedade para indicar o que ela quer, senão vai virar discussão tecnocrática.

**SRA.** - Sugeriria também um tema global que seria Recursos Naturais e Meio Ambiente e a participação da sociedade. No Estado de São Paulo temos avançado com essa participação que é de direito uma vez que já está nos comitês, nos conselhos e poderíamos discutir para ver até onde ela é válida, quanto temos que aperfeiçoar porque faz parte, como diz o Professor Alaor, de todo um arcabouço jurídico institucional público.

Dentro de todos os temas: Recursos Naturais, Meio Ambiente e Qualidade de Vida vai ficar evidente o que não funciona. Sabemos que o sistema de controle do meio ambiente é falho, o que é público e vai ter que aparecer. Todos os temas que foram sugeridos que são importantes nessa discussão e gerarão subtemas que são os principais, como a questão dos resíduos sólidos e, a meu ver, no Estado de São Paulo essa questão dos resíduos sólidos empata com o tratamento de esgoto por



ser um dos maiores problemas ambientais, talvez em outros estados a questão seja o abastecimento, mas vamos estar discutindo o Estado de São Paulo.

Portanto, na minha opinião, são fundamentais nessa discussão: Recursos Hídricos, Meio Ambiente, Qualidade de Vida e Desenvolvimento Econômico. Com esses temas chegaríamos nos grandes problemas e depois poderíamos fazer, não em forma de seminário, porque o fórum apóia por exemplo todo o programa da Unicef de tirar a criança do lixo. O que poderíamos fazer nesse ano de 2000 enquanto o fórum estiver instalado e aconteça algum evento. O Fórum parlamentar apóia que sejam montadas estruturas da potabilidade da água nos 625 municípios? Claro que apóia. Poderíamos, inclusive, lançar uma campanha e não é preciso que seja seminário o que dará visibilidade ao próprio Fórum.

**SR. SÉRGIO ZARATTIN** - Quem fala no fim tem as suas vantagens e as suas desvantagens. A vantagem que pode prolongar em cima de muita coisa que foi falada e desvantagem porque fica com pouca coisa para colocar.

O enfoque que cheguei a partir da reflexão ensejada pela participação desse grupo é muito semelhante ao apresentado pelo Professor Alaor Caffé, a Ana Brasil e Sonia Lima.

Metodologicamente podemos trabalhar tranqüilamente em duas frentes. Uma explorando essa vertente de saber quais temas e quais subtemas devemos abordar. No meu trabalho profissional estou acostumado a tentar partir de cara com a visão de qual é o produto. E nós temos o produto e temos o relatório final para ser entregue e tomei a liberdade de fazer o sumário desse trabalho que ofereço para a análise dos colegas e também porque devemos saber onde queremos chegar.

Coloquei o título provisório de Versão Preliminar Exploratória e o que ele traz é o enfoque apresentado pelo Professor Caffé, Ana Lúcia e Sônia. Em relação à questão de recursos naturais do meio ambiente, não partimos do zero porque não inventamos a roda e temos um certo nível de percepção. É preciso que tenhamos a noção, a meu ver talvez filosófica, mas essas questões só existem na medida em



que nós conscientemente as reconhecemos e as reportamos. Quer dizer, não existia meio ambiente antes que nós percebêssemos o meio ambiente, ou seja, é uma coisa meio perversa, mas é assim. Ele existia como um fato material inerte físico, mas não existia como uma realidade, objeto de ação do governo, objeto de ação da sociedade, objeto até das nossas pesquisas, das nossas indagações, das nossas reflexões e começa a existir daí. Lógico que a nossa atuação deve atuar em cima desse bonde que está andando, como o Professor Alaor Caffé falou. Existe toda uma estrutura institucional montada, existe toda uma ação feita e nós não vamos repropor essa ação para começar tudo do zero. O que nós temos que fazer nesse fórum e essa é a perspectiva correta é reorientar essa ação e temos e podemos ter propósitos fundamentalmente na linha de meio ambiente e recursos naturais até como elementos que são partes de governo. Além do mais, reconhecendo que definições mais claras dessas políticas não têm sido abundantes, e como já disseram, ausências de políticas também é uma política. Talvez esta política que é igual a ausência de políticas deva ser vista por nós se estamos sendo justos nessa visão que não há política, possivelmente haja mais do que a gente conhece. Ao fazer essa abordagem subtemática estaríamos necessariamente aflorando essas questões e, por isso, não conflitiva com a natureza desse trabalho um pouco cínico que eu faço hoje, e na minha opinião, devemos começar pelo relatório final porque a vida me levou a isso. Portanto, o conceito fundamental é ter a noção de qual quadro partimos. Isso é ambicioso porque o território todo do Estado, e não pode ser diferente, pois estamos na Assembléia Legislativa do Estado sob pena de frustrar a nossa missão nesse grupo de trabalho pegar dois ou três temas e dizer: é isto. Porque não consubstanciará em virtude de termos um quadro global de recursos naturais e meio ambiente que existe no Estado, que está conscientizado pela nossa estrutura estadual de comunidade e governo e sob o qual há meios jurídicos institucionais estabelecidos e há um programa de atuação de ações concretas e tudo isso em cima de um quadro físico natural do Estado inteiro desbravado que tem uma rede urbana inteiramente estruturada comandando todo o



seu assentamento cujo processo de exploração dos recursos naturais e no meio ambiente que é heterogêneo. Em algumas áreas é mais forte, predatório, criou ambições novas que precisam ser concebidas especialmente em ambiente urbano difícil até de equacionar completamente porque é mais fácil equacionar o ambiente não urbano.

Portanto, esse quadro é o nosso ponto de partida e é a minha visão. A análise que eu fiz e está acompanhada de algumas anotações que seriam o conteúdo desses diversos capítulos levaria o título de: Fórum Século 21 - Grupo Temático Recursos Naturais de Meio Ambiente - Relatório Final - Roteiro e Sumário Para Apresentação - Versão Preliminar Explatória. O sumário que anotei seria com os seguintes capítulos: I) Introdução. O Enfoque do Grupo de Trabalho - Subtemas Abordados e Conceito Geral do Relatório. Quer dizer, estamos nos explicando. É a nossa comissão de frente. A que viemos e como equacionamos essa questão e como é que interpretamos essa missão que nos foi conferida. II) Assentamento e Exploração Econômica no Território Estadual e o Uso dos Recursos Naturais e Meio Ambiente. - Quadro Geral. Quer dizer, isso é ambição máxima, mas é possível colocar porque temos elementos para tal. III) Enfrentamento das Questões Ligadas aos Recursos Naturais e ao Meio Ambiente - Organização Estabelecida e Meios Disponíveis. Essa é a outra parte do ponto de partida. Uma é a problemática em si e a outra o aparelhamento para enfrentá-lo porque ela existe. É preciso que reconheçamos como está porque não estamos partindo do zero. Haveria espaço para o capítulo IV que seria as Idéias e Conceitos Centrais e os Paradigmas Orientadores da Ação, porque toda essa organização que se tem e esta maneira com a qual enfrentamos as questões como recursos naturais e meio ambiente não se faz sem o recurso de algumas idéias centrais e alguns paradigmas só que é preciso nessa reflexão da qual temos um longo tempo que são seis meses ou até mais, que repassemos um pouco esses paradigmas até para saber se são bons, se são os melhores. Por exemplo, acabei de ler um artigo de uma professora de turismo que questiona muito o modelo de parques nacionais norte-americanos como



áreas intocadas, áreas que não podem ser absolutamente mexidas como o Parque de Yellowstone e ela coloca isto como contraponto ao que acontece no nosso terceiro mundo, com todas as suas realidades tão diferentes e faz uma crítica interessante a esse conceito. Mas é um paradigma e não sei até quanto nós nos movemos nas nossas ações em relação e dentro desse paradigma. Portanto, numa reflexão como essa a discussão desses paradigmas cabe e vai nos dar a densidade crítica no nosso trabalho e é o que queremos.

Imaginei que no Capítulo V poderíamos falar do Equilíbrio e Desníveis no Avanço da Ação Desenvolvida...

**SR.** - Professor, apenas para tirar uma dúvida. Esses paradigmas seriam as grandes linhas que gostaríamos de ter como contribuição?

**SR.** - Não. Até agora estamos dizendo o que vem sendo feito? Quais as idéias, conceitos centrais e quais paradigmas têm sido orientadores da ação? Quer dizer, estamos reconhecendo e colocando a noção uma coisa que é meio mascarada às vezes. Algumas coisas e esse período é fértil em colocações desse tipo, coisas que são colocadas como verdades óbvias para todo mundo, mas no entanto são históricas. Por exemplo, a necessidade de privatizar na nossa sociedade está colocada com uma coisa incontestável, mas é absolutamente histórica na minha maneira de ver e não é de nenhuma maneira infensa a qualquer manifestação, pode sim e deveria ser contestada. Na questão do ambiente há outros paradigmas que podem merecer uma contestação. Eu não considero que eles estejam todos bons até porque se estivessem suficientemente bons teríamos mais eficácia na ação. A minha impressão é que nunca se desmatou tanto os recursos naturais e o meio ambiente no Brasil quanto nesse período que estamos atravessando que vai desde a Amazônia até o Estado de São Paulo. Portanto, esses paradigmas mereceriam uma visão crítica, inclusive porque não são de um governo porque eles vieram evoluindo historicamente e fazem parte da cultura da

sociedade e nós poderíamos, a meu ver, oferecer uma contribuição boa fazendo essa reflexão em cima desses paradigmas. Ao abordar cada um dos temas vamos trazer essa questão, e vale como uma lembrança, que o paradigma que preside a organização da ação junto àqueles subtemas poderiam ser abordados.

O capítulo V, que chamei Equilíbrio de Desníveis no Avanço da Ação Desenvolvida é isso exatamente o que eu quero dizer. Não é igual. Não é homogênea. Por exemplo, temos institutos como a gestão por bacia que avançam de maneira ao que tudo indica bastante concreta, bastante material, só que a reserva da biosfera está em banho-maria desde mil novecentos e nada. É justo? Como fazer? É um instrumento interessante e principalmente nessa questão que tanto nos ocupa de relacionar a ação de governo com a comunidade? É o cerne do conceito da reserva da biosfera. No entanto, ele está completamente escanteado na hora e nas preocupações correntes de governo. É justo? Esses desníveis, a meu ver, têm que ser colocados. Por isso é importante que trabalhemos naquilo que só deu certo porque estaremos mascarando exatamente o que não deu certo. E o que não deu certo é muito revelador de possíveis alternativas de políticas.

Deveríamos também ter um capítulo específico sobre as bases institucionais para atuação do ponto de vista de adequação, eficácia e questões pendentes porque temos talvez questões pendentes. A própria reserva da biosfera é uma delas. Sabemos que nunca tivemos anteparo institucional tão sólido para a questão do meio ambiente no nosso país, o que se deu a partir da Constituição de 1988. Tornou-se moda hoje dizer que essa Constituição é um absurdo, que ela é alucinada, que ela é delirante, mas ninguém se lembra de dizer que foi a primeira que colocou a questão do desenvolvimento urbano, da política urbana como objeto da ação de governo, do meio ambiente como ação traduzida numa competência concorrente entre os níveis de governo. Colocou materialmente essas questões e hoje temos uma base institucional sob a qual trabalhar. Isso tudo é suficiente? Não. Não é. Do ponto de vista de política urbana o congresso chafurda 11 anos na incompetência para definir uma lei de diretrizes gerais de política urbana. Acabou de



fazer a primeira conferência das cidades, como instrumento para agilizar essa política porque se tem no relator uma pessoa responsável, um homem de espírito público que tocou essa coisa para diante só que até agora o congresso foi totalmente omissivo nisso e se ocupou de outras questões provavelmente de muito menos importância.

Portanto, essas bases institucionais no seu uso, na sua eficácia não são homogêneas e é preciso fazer uma diferenciação para que possamos ser críticos.

Na minha opinião, poderia existir um capítulo, o VII, que eu chamei de Sensibilidade e Propostas da Comunidade e chamei propositadamente porque algumas coisas que a gente percebe que é capaz de captar no contato, na discussão pública, etc. na verdade ainda não vem formatada como propostas, mas vem como pontos-chaves, como elementos os quais a comunidade reputa como valores. Ou seja, não precisamos trabalhar só com aquilo que foi germinado em termos desses temas pela comunidade enquanto propostas, mas também enquanto fatores de sensibilização, pautas de sensibilização que poderíamos elencar.

Isso feito e seria praticamente aquela coisa que bani do meu trabalho que é o diagnóstico, mas de certa forma teríamos feito esse famoso diagnóstico, entraríamos com as partes que seriam propositivas. Imaginei que a primeira seria “Os Fatores Estratégicos para Alavancagem de Programas de Ações.” Porque imagino o seguinte: se nós somos capazes de perceber esses avanços e essas faltas de avanços ou esses retrocessos ou esses desvios ou os vícios que se inseriram, seremos capazes de identificar os nossos que são os fatores estratégicos. Onde estão imperando? É na relação comunidade e governo? É na ação entre o Executivo e o Legislativo? É na ação Administrativa? É no corporativismo? É a falta de pesquisa e tecnologia? É falta de pesquisa e desenvolvimento tecnológico? Esses fatores poderão ser elencados e sendo estratégicos se soubermos identificá-los com clareza teremos elementos para superarmos a situação atual e caminhar para um linha de maior eficácia que é exatamente o que proponho no Capítulo IX chamado Linhas para Uma Política.



Naturalmente, não vamos formular a política de meio ambiente mas podemos sugerir linhas que são inerentes à nossa função nesse grupo sugerir linhas para uma política porque senão será melhor ir pra casa, não é? Se tudo está bem, se tudo está caminhando no melhor dos mundos nada a fazer nesse fórum. Mas não é assim. E todos nós sabemos que não é assim. Portanto, temos que formular linhas para uma política e essas linhas, sinto muito, serão uma grande medida alternativa.

Se formos capazes de formular essas linhas podemos ter um Capítulo X denominado Agentes com Linhas de Implementação Visualizados, podendo entrar essa questão de eventuais mudanças jurídicas institucionais, por que não?

Finalmente, o Capítulo XI trataria da Programação de Efluentes, Continuidade dos Trabalhos do Grupo e Interfaces para os Demais Grupos. Se nós terminarmos tudo isso até junho, supondo que o grupo trabalhe até dezembro, faz sentido incluir esse capítulo XI, não é? Quer dizer, se formos capazes de amearhar, sistematizar e colocar na rua até junho teremos condições de nos programarmos para o semestre seguinte possivelmente com bastante eficiência e bastante eficácia. Era o que tinha a dizer. Obrigado.

**SR.** - Muito boa, muito boa a sua sugestão. É um grande avanço essa proposta do Professor Zarattin. A minha preocupação nesse guarda-chuva que ele arrumou é se vamos conseguir encaixar a questão Operacional.

Voltando aos aspectos práticos, primeiro que o Marcílio e Lajolo vão atrás do *site* que é fundamental para todos os participantes e o professor Zarattin vai preparar esse documento para ser distribuído aos participantes, inclusive falou uma coisa muito importante porque não adianta chegarmos na Assembléia Legislativa e dizer: olha, temos três linhas importantes. Ou ela é representativa da área de recursos naturais e do meio ambiente ou não vamos chegar a um resultado, quer dizer, podemos trabalhar o seminário de algumas áreas, mas temos que fazer propostas e linhas, se não todas mas que sejam representativas das áreas que estamos atuando.



Num determinado momento creio que todos concordam que teremos que passar tudo isso para a sociedade. Não podemos perder a chance de fazer um trabalho dessa envergadura na Assembléia Legislativa porque o eco que pode gerar para a sociedade, em termos de apelo, pois fazendo com que os resultados do nosso trabalho possam ser competitivos à medida que passam a ter apelo popular e entendidos pela população é mais fácil de serem realizados.

**SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Bom-dia a todos. A Fundação Seade tem um convênio com a Assembléia Legislativa para fazer pesquisa, a minha proposta seria para os grupos apresentarem uma sugestão da importância de uma metodologia para o Estado dentro de tudo isso que foi discutido nesse fórum que é fundamental para termos uma base científica do que vamos produzir no futuro para o Estado de São Paulo.

**SR.** - Para seu conhecimento, o Marcos e a Ana participaram de uma reunião com o Seade para discutir essa questão dos dados.

**SR. MARCOS** - Na reunião com a Fundação Seade foram discutidas uma série de dados que já estavam em andamento quando ficou acordado que ela faria essa adaptação, ou seja, entre o que já tem do Isa e o que estão pretendendo levantar, inclusive já tinham uma lista de todos os elementos que vão levantar e vão apresentar no relatório no dia 23 de dezembro os dados do meio ambiente. Por outro lado, como não estavam por dentro como o Isa já tinha começado a ser lançado, para eles foi uma experiência valiosa ficar conhecendo porque iam partir do zero, quando na verdade já tinha meio caminho andado.

**SR.** - Estou muito otimista com a avaliação da nossa reunião e gostaria de dizer que todos os presentes são feras nas respectivas áreas de atuação e, para mim, é um orgulho muito grande participar desse grupo coordenando tantos craques nessa tarefa e com certeza vamos elaborar um trabalho muito bonito. Parabéns a

debates - a sociedade se manifesta – Recursos Naturais e Meio Ambiente

todos que estiveram presentes nessa reunião. Muito obrigado. Está encerrada a reunião.





**14.02.2000**

- Rodolfo Costa e Silva – Deputado estadual. Coordenador do grupo temático Recursos Naturais e Meio Ambiente
- Ricardo Trípoli – Secretário do Meio Ambiente
- Sara Santos – Fundação SEADE
- Heraldo –
- Dráusio Barreto – Presidente da CETESB
- Luci Montoro – Conselheira
- Emília Wanda Rutkowski – Reitoria da Unicamp

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Bom-dia, é um prazer abrir mais uma reunião do Fórum São Paulo Século 21. Temos a honra de registrar a presença do Deputado Ricardo Trípoli, ex-Presidente desta Casa e Secretário do Meio Ambiente. Hoje apresentaremos o resultado do trabalho da Fundação Seade, contratada por esta Assembléia Legislativa especificamente para o Fórum e para o nosso grupo temático.

Como é a primeira vez que o Secretário do Meio Ambiente, Deputado Ricardo Trípoli, participa do nosso grupo, vamos fazer um resumo dos nossos trabalhos. Hoje é a terceira reunião do nosso grupo. Já definimos algumas estratégias que vamos discutir e em todo começo de reunião fazemos a exposição de alguma coisa de interesse para que possamos analisar no nosso grupo temático. Na reunião passada tivemos o Pizza, que falou sobre o ISA—Indicador de Salubridade Ambiente. Vamos abrir a reunião com este tema e depois entraremos com outras questões constantes da agenda.

**SRA. SARA SANTOS** – Bom-dia, sou da Fundação Seade e vou fazer uma apresentação resumida, uma vez que os senhores têm em mãos o caderno feito pelo Seade sobre recursos naturais e meio ambiente, destacando alguns pontos que achamos importantes. Estão presente também alguns consultores da Fundação Seade que contribuíram conosco na elaboração deste trabalho, para tirar dúvidas que, porventura, os senhores tenham após a apresentação do resumo do nosso trabalho.

Esse trabalho é o resultado de uma primeira abordagem que fizemos com relação à questão dos recursos naturais e do meio ambiente com bases em informações existentes na Fundação Seade. Esta fundação tem uma pesquisa municipal unificada, que é feita a cada dois anos, quando se faz uma visita a todos os municípios do Estado de São Paulo e as respectivas prefeituras respondem a questionários sobre diversos temas, entre os quais saneamento ambiental e limpeza pública. Temos uma base com dados dos anos 92, 95 e 97. Trabalhamos

basicamente com essas informações e também com informações de outras instituições do Estado que a Fundação Seade tem sistematizado ou sob encomenda de alguma Secretaria. A própria Secretaria do Meio Ambiente nos contratou para fazer um trabalho no ano passado e ano retrasado e usamos todas essas informações que também tínhamos sistematizado em nossos produtos para elaborar este trabalho.

Esse trabalho trata, basicamente, da questão da água, enquanto recurso natural finito, questões de saneamento básico, dos resíduos sólidos e do controle ambiental. Optamos por trabalhar informações que existiam para todo o Estado de São Paulo, justamente com o intuito de dar uma panorâmica da situação no Estado. Privilegiamos as informações que tínhamos para o conjunto do Estado de São Paulo. É uma primeira abordagem, e não pretendemos, em hipótese alguma, esgotar a questão. Estamos enfocando algumas questões relativas ao saneamento básico, ao resíduo sólido e questão da água e sobre o controle ambiental.

Na primeira transparência podemos ver o sumário do nosso trabalho. No primeiro item temos a água, numa abordagem mais ampla. Depois falamos sobre o saneamento básico, tratando basicamente da questão dos mananciais utilizados no sistema de abastecimento público, das formas de contaminações existentes nos principais mananciais superficiais de água, do atendimento do sistema de abastecimento de água e de coleta de esgoto e dos tipos de tratamento de esgoto. No terceiro item, resíduos sólidos, tratamos basicamente do atendimento do serviço de coleta de lixo, da questão da concessão do serviço de coleta de lixo. Depois um trabalho sobre as formas de destinação final dos resíduos sólidos comerciais e domiciliares e, por fim, as formas de destinação, também dos resíduos industriais, com item à parte. Por fim, a destinação final com risco de contaminação dos cursos d'água. Todo esse trabalho foi feito com base nas informações fornecidas pelas prefeituras. No quarto item, que trata do controle ambiental, temos subitem sobre as unidades de conservação e os riscos potenciais, um outro sobre ações contra a natureza e os recursos hídricos, que é um item que trata dos autos de infração do



DPRM. Depois um outro sobre licenciamentos industriais, desmembramentos de loteamentos e novos loteamentos. Trabalha com as licenças fornecidas pela Cetesb, que faz a estatística disso e um quarto item sobre licenciamentos ambientais. O último item trata das questões de recursos minerais, em que fazemos um panorama sobre as ocorrências minerais no Estado de São Paulo.

Para começar, vamos colocar um mapa do Estado de São Paulo com as unidades de gerenciamento de recursos hídricos que são definidos por lei. Todas as informações foram organizadas segundo as unidades de gerenciamento de recursos hídricos, que são as unidades básicas para qualquer trabalho relativo a meio ambiente.

Nesse mapa, além das unidades, temos no fundo a divisão municipal do Estado, para podermos fazer uma comparação, por exemplo, com as RAs e com as RGs, que são as regiões administrativas e as regiões de governo do Estado. No trabalho que vocês têm em mãos temos a lista dos municípios que pertencem a cada unidade de gerenciamento de recursos hídricos.

O que verificamos no Estado de São Paulo? Na tabela 1 do trabalho temos uma caracterização dessas unidades com uma classificação. No Estado de São Paulo, basicamente no entorno da Região Metropolitana e da Capital, temos cinco unidades de gerenciamento que são classificadas como industriais e que são aquelas que concentram maior parte da população. Também vamos observar ao longo do trabalho que são as unidades onde encontramos a maior concentração dos problemas por serem as unidades onde existe concentração de população e, também, concentração das atividades econômicas do Estado. Temos cinco unidades que podem ser classificadas como unidades industriais que são o Alto Tietê onde está a Capital, a Bacia do Piracicaba, onde fica Campinas, Paraíba do Sul, onde fica São José dos Campos, depois temos a Sorocaba-Tietê e a Baixada Santista.



Outro grupo de unidades, classificado como de industrialização, seria a região do norte até o leste, pegando todas estas bacias e que também vão apresentar problemas de conflito de uso e de poluição.

Depois temos as unidades que são consideradas de conservação, compreendendo o Litoral Norte, o Vale do Ribeira e Itapeva: a Mantiqueira, onde fica Campos do Jordão, Litoral Norte, Ribeira do Iguape no Litoral sul e Alto do Paranapanema que são as unidades de conservação. Quando formos mostrar a questão do controle ambiental, poderemos ver bem, através de um mapa, onde se concentram as unidades de conservação do Estado.

As outras bacias são as do Oeste, onde a atividade predominante é a agropecuária. Nas unidades industriais, os aspectos relevantes seriam a questão do conflito de uso, a poluição das águas, em algumas as enchentes, proteção dos mananciais, como é o caso do Alto-Tietê que compreende a Capital de São Paulo. No caso da Baixada Santista, temos o problema da conservação ambiental também. Nas unidades de industrialização o aspecto relevante seria sempre o conflito de uso e a poluição. Nas unidades de conservação, o aspecto relevante seria a questão da conservação ambiental. Nas unidades classificadas como agropecuárias, existem os problemas da erosão do solo, em alguns casos o do conflito de uso e da irrigação. Vamos observar que os problemas vão realmente se concentrar no entorno da Grande São Paulo. O mapa dos mananciais mostra os mananciais utilizados para o sistema de abastecimento público no Estado de São Paulo. O azul mais escuro mostra os municípios que utilizam 100% da água subterrânea, o azul médio entre 50 e 99,9% da água subterrânea, o azul claro seriam aqueles onde predomínio é a utilização da água de mananciais superficiais e o cinza seria os municípios que utilizam para o abastecimento público os mananciais superficiais.

Percebemos que toda essa região sobre a qual falamos, que concentra a população próxima à Capital, se utiliza basicamente dos mananciais superficiais. Vemos que a disponibilidade de água no Estado de São Paulo é bastante generosa, se considerarmos os aquíferos subterrâneos da parte Oeste. No entanto, a intensa



utilização urbano-industrial da região Leste, que é completamente dependente dos mananciais superficiais, como podemos ver, acaba gerando uma disponibilidade efetiva preocupante. Acaba mostrando uma situação crítica, apontando para uma necessidade de controle.

Podemos falar ainda com relação a esse mapa que se considerarmos a população atendida pelo sistema de abastecimento que utilizam 100% da água subterrânea, vamos ver, notadamente, que Azugres, Aguapeí, Tietê-Batalha, São José dos Dourados e Pardo, por exemplo, onde destacamos o município de Ribeirão Preto, são os que mais utilizam água subterrânea. No entanto, 45% da população do Estado é atendida por sistema de abastecimento com 100% de captação superficial. Podemos ver esse contraste.

Com relação à contaminação existente dos mananciais superficiais de água, cerca de 50% dos municípios que realizam captação superficial apontaram, na pesquisa, a existência de contaminação nesses mananciais. No trabalho que vocês têm em mãos, o mapa 3 e a tabela 4 mostram bem a distribuição dos municípios que afirmaram que existe contaminação dos mananciais dentro de seu território. Dentro desse conjunto, 36% indicaram que a contaminação era por outros cursos d'água; 30% indicaram que era por recebimento de esgoto; 20% por despejo industrial; 19% por contaminação por agrotóxico; 16% contaminação por destinação inadequada de lixo; e 5% outras formas. Mais adiante, poderemos ver esse mapeamento dos municípios que afirmaram que a disposição final do lixo no seu território oferece riscos à contaminação dos cursos d'águas. Neste caso, a situação mais preocupante é a do Alto Tietê, com a sua dependência quase absoluta dos mananciais de superfície e a grande intensidade do uso da água disponível. Podemos destacar também o caso da UGRHI (Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos) Paraíba do Sul, porque é uma UGRHI industrial e apresenta esta situação como vocês podem ver no mapa.

Falando agora do saneamento básico, elegemos alguns temas para mostrar algumas situações preocupantes. A questão do abastecimento de água e da coleta



de esgoto, a questão do saneamento básico, vemos que os índices de atendimento, apresentados na tabela 5 e nos mapas 4 e 5 mostram uma situação razoável no Estado de São Paulo. Na verdade, os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário têm, respectivamente, uma cobertura de 90% e 70% do total da população urbana do Estado. É uma situação confortável. No saneamento é preocupante a questão do tratamento do esgoto sanitário. Com relação ao tratamento dos efluentes urbanos, fica evidente a situação crítica em que se encontram as principais UGRHs, mais uma vez as UGRHs que já comentamos, a exemplo de todo território brasileiro.

Para o conjunto do Estado, temos apenas cerca de 23% dos domicílios cobertos pela coleta de esgotos, com os seus efluentes tratados. O mapa 6 mostra todo o Estado de São Paulo, a distribuição dos municípios com esgoto sanitário sem tratamento. Quanto mais escura a cor, maior porcentagem de esgoto sem tratamento. Nesse mapa, uma outra coisa que podemos destacar é o asterisco que mostra população acima de 100 mil habitantes. Ainda temos muitos municípios com população acima de 100 mil habitantes que possuem 100% do seu esgoto, ou quase, entre 75% a 100% do esgoto coletado sem tratamento. Nesse mapa, os municípios que estão com asterisco têm diversas faixas, mas verificamos alguns ainda na faixa mais crítica. É uma situação preocupante.

Com relação aos resíduos sólidos domiciliares e comerciais, temos uma situação parecida, porque a coleta é generalizada e a grande parte dos municípios coleta os seus resíduos sólidos na sua área urbana. A questão vai ser preocupante justamente com relação à destinação final. Vamos ver que 74 municípios paulistas, ao final de 97, destinavam a totalidade dos seus resíduos sólidos domiciliares e comerciais a aterros sanitários e 242 afirmaram que destinavam a totalidade dos seus resíduos sólidos a lixões ou aterros a céu aberto. Esses municípios de destinação final 100% a céu aberto são, em sua maioria, de pequeno porte. Esse mapa mostra isso. A pinta azul aí também o gradiente é de volume/tonelada, é a quantidade de lixo coletado. A situação onde tem maior quantidade são os mais



escuras. A bolinha azul mostra aqueles municípios em que a destinação é 100% a céu aberto. Verificamos que os municípios menores apresentam mais essa situação de destinação 100% a céu aberto. Os municípios menores, muitos deles até 10 toneladas, que é representado por essa cor mais clara, onde poderiam haver soluções alternativas. Ou seja, vocês têm outras soluções não complexas que poderiam sanar o problema. Na verdade, no caso do lixo, as piores condições são quase sempre esse quadrante oeste e sudoeste, mas são também aqueles menos populosos, ou seja, com menor quantidade de lixo coletado. Nos municípios onde é maior o volume, mesmo tendo uma disposição em aterros sanitários, o problema maior é o do controle, porque alguns desses aterros têm vida útil que se esgota e a sua localização, muitas vezes, é inadequada. Quando se fala da questão da contaminação, vamos ver que 21% dos municípios que afirmaram que as suas destinações finais oferecem riscos de contaminação aos cursos d'água, grande parte está nesta região mais populosa, ou seja, nas UGRHs Alto Tietê e Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Continua sendo preocupante a questão da poluição dos cursos d'água pela contaminação através da destinação inadequada dos resíduos sólidos. Oitenta e dois municípios do Estado afirmaram que existe algum tipo de disposição final de resíduos sólidos que oferece risco de contaminação de cursos d'água em seu território.

Todos esses dados que trabalhamos foram obtidos da Pesquisa Municipal Unificada, que é a declaração do município através de questionários que enviamos a cada dois anos. É interessante lembrar que a Secretaria do Meio Ambiente publicou um inventário da Cetesb sobre os resíduos sólidos domiciliares recentemente, um trabalho completo que também trata de todos os municípios e a da situação de cada bacia. Este nosso trabalho corrobora esses dados. Os dados batem, muito embora a fonte seja outra. A nossa fonte é uma declaração da prefeitura. A fonte da Cetesb foi uma pesquisa na qual foram a campo verificar a condição. Eles classificaram essas destinações finais segundo uma série de critérios. Essa pesquisa está indo a campo, mais uma vez, este ano, para levantar





as informações de 1999. Temos uma série histórica. Esta série mostra que melhorou a condição, ou seja, de 92 para 97 diminuiu o número de municípios que afirmavam que tinham lixões. Aumentou o número de municípios que afirmaram que têm aterros sanitários.

O item 4 trabalha a questão do controle ambiental. É apresentada a situação das unidades de conservação do Estado, um sucinto diagnóstico dos instrumentos de controle, a partir dos autos de infração do DPRN, que é o Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais e dos processos de distanciamentos tramitados na Cetesb e no Departamento de Avaliação de Impactos Ambientais da Secretaria do Meio Ambiente.

Esse mapa mostra a concentração das unidades de conservação do Estado de São Paulo. Aí estamos tratando de áreas de proteção ambiental, parques estaduais, parques ecológicos, estações ecológicas, reservas biológicas, reservas estaduais e florestas estaduais. Na verdade, esse mapa trata de áreas federais e estaduais. Vamos ver que existe uma concentração nessa região onde temos todo o complexo da Serra do Mar, Bocaina, Paranapiacaba e Mantiqueira, no Vale do Ribeira e Alto Ribeira, onde predomina a cobertura de Mata Atlântica e nos municípios litorâneos. No Oeste, vemos que se destacam apenas três municípios na região no Pontal do Paranapanema que possuem reservas e parques estaduais.

Esse mapa mostra apenas as unidades de conservação federal e estaduais, mas teríamos que lembrar que muitos municípios possuem também unidades de conservação municipal, como por exemplo o caso de Santos que possui área de proteção. Quer dizer, por lei municipal você pode também definir áreas de proteção. Esse mapa se restringe a unidades estaduais e algumas federais.

O que podemos mostrar com relação aos autos de infração contra a natureza e recursos hídricos, que são expedidos pelo DPRN? No período de 90 a 98 eles totalizaram pouco mais de 90 mil notificações, sendo que 88% são relativas a ações contra vegetação; depois temos 5% relativas à fauna; e 3,8% relativas a recursos hídricos. Das ações contra a vegetação, o gráfico 2 mostra que 76% referiam-se à



supressão; 14% ao comércio da flora; 7% a impedimento a regeneração; e 2,5% à queima. É gritante não só o número de autos com relação à questão da vegetação, como também nesse conjunto a questão da supressão de vegetação. Vamos ver que isso acontece em todas as regiões, mas é óbvio que o maior número está concentrado onde existe maior número de unidade de conservação e onde a vegetação se encontra. A distribuição dos autos de infração sobre a vegetação localizam-se principalmente nessa região mais litorânea.

Com relação aos licenciamentos da Cetesb, vale a pena destacar que a grande maioria dos processos da Cetesb de 90 a 98 referem-se à solicitação de licença de instalação industrial, com 52%. Em seguida, o funcionamento industrial, 42% e aí a questão dos loteamentos e desmembramentos é bem menor, 1% , 1,3%. O destaque é para o licenciamento industrial.

Agora vamos falar um pouco sobre os licenciamentos ambientais. Temos o mapa que mostra como isso está distribuído. Na verdade, esse mapa mostra a natureza dos empreendimentos, quer dizer, tanto os pedidos de estudo de impacto ambiental, os EIA-Rima, quanto os pedidos de relatório ambientais preliminares, os Raps. Vamos ver que a grande maioria dos processos que tramitaram entre 95 e 98 eram de Raps, sendo que 23% possuíam licenças concedidas no período. E 64% estavam em análise e os 12% restantes são de EIA-Rimas.

Nesse mapa podemos ver a distribuição. O maior número da parte colorida vemos que o verde mais escuro são aquelas regiões onde há mais de 5% dos processos da Secretaria do Meio Ambiente no total do Estado. Justamente as áreas mais industrializadas são as que concentram os pedidos de licenciamento ambiental. As áreas mais a oeste, até 1%. Na outra parte da legenda, podemos ver a distribuição entre os pedidos, ou seja, a natureza do empreendimento, se são públicos ou privados. Na Região Metropolitana predomina os Raps privados e os EIA-Rimas públicos. Na bacia de Mogi já vemos um equilíbrio maior. Aí, podemos ver a distribuição dos processos de licenciamento ambiental, segundo a categoria RAP ou EIA-Rima e se são empreendimentos públicos ou privados.



Por fim, vou falar muito rapidamente da questão dos recursos minerais. Na verdade, desde a década de 70, a participação da produção mineral do Estado de São Paulo no cenário nacional tem oscilado entre 10% e 13% dos recursos produzidos, só sobrepujados por Minas e Bahia, mais recentemente pelo Rio. Entretanto, quase toda a produção paulista é de minerais não-metálicos que tem a maior parte destinada à indústria da construção civil. A tabela 17 mostra a distribuição das ocorrências minerais segundo as unidades de gerenciamento de recursos hídricos. Os dados, apesar de serem da década de 80, mostram essa tendência. Podemos verificar que a UGRHI Ribeira do Iguape, no Litoral Sul, é a província em que há uma diversificação maior das ocorrências minerais, com elevado potencial tanto na área de minerais metálicos, quanto minerais não-metálicos. Podemos destacar, também, com relação aos minerais, a UGRHI do Alto Tietê, em especial a Região Metropolitana que é caracterizada pela produção de minerais não-metálicos, relacionados com a indústria da construção civil. Distribuimos um mapa com as ocorrências de minerais do grupo N, que é o grupo dos materiais de construção, demais matérias-primas industriais, ardósia, argila, areia, arenita, cascalho. O mapa 17 vai mostrar esta distribuição no Estado.

Destacamos isso porque a intensificação da demanda por esses minerais, nas duas últimas décadas na Bacia do Alto Tietê, tem ocasionado um aumento nos danos ao meio ambiente impostos pela atividade mineração. Na verdade, a extração mineral sempre acontece com a remoção da cobertura vegetal, associada a cortes no relevo. Por isso, ela é preocupante. Vale lembrar também que a CPRM acabou de produzir um estudo sobre os problemas vinculados à produção e utilização de areia na Região Metropolitana de São Paulo. É um estudo que não foi incorporado a esse trabalho, mas que é interessante, porque justamente a questão mais preocupante com relação à exploração desse tipo de mineral, são justamente as grandes aglomerações que ocorrem em torno, prejudicando o meio ambiente. Ao mesmo tempo, se vamos explorar muito distante esse material, ele encarece. É um problema crítico, importante a ser destacado neste caso.



Destacamos apenas alguns pontos, para não ser extensa demais. Estamos abertos ao debate, porque o trabalho tem mais coisa que podemos esclarecer. Muito obrigada.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Agradecemos a exposição da Dra. Sara Santos, analista do Seade, Dr. Moisés Tesle, Dr. Antônio Carlos Galami e Dr. Gustavo.

Vou dar alguns informes e depois abrimos para algumas perguntas sobre o trabalho do Seade. O *site* deve estar pronto esta semana. O Marcílio preparou junto com o meu gabinete e vocês vão ter que fornecer uma fotografia e um breve currículo. Isso vai ficar no *site* da Assembléia. Clicando em cada conselheiro, aparecerão todas as suas contribuições, as propostas todas encaminhadas, a parte de debates, agenda de trabalho. Esta semana o *site* entrará em teste; com um pouco de atraso, mas de qualquer maneira muito bem-vindo, porque é uma coisa muito importante. O meu assessor vai estar atrás de vocês para completar os dados para colocar no ar.

Estão sendo entregues as contribuições dos membros do nosso Conselho, da Dra. Lucia, Dr. Sérgio Zarattin, D. Luci Montoro e da Isabel Muroi. Já estamos com a contribuição apresentada pelo Dr. Marcílio, que não pôde vir hoje, porque tem uma reunião emergencial na Sabesp e Dr. Asto Boreti de Almeida. Quero destacar a presença da Dra. Emília, que é a primeira vez que vem aqui, indicada pelo reitor da Unicamp. É um prazer tê-la aqui entre nós.

Vamos abrir a palavra para ver se vocês têm algumas questões a colocar sobre o trabalho do Seade, embora temos que dar uma lida minuciosa nessa coisa toda, para ver se vale a pena voltar a fazer uma discussão aqui. Está aberta a palavra aos conselheiros.

**SR.** – Gostaria de pedir esclarecimento a respeito da unidade Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, se ela coincide ou não com a totalidade dos municípios



da Região Metropolitana da Grande São Paulo. Se há mais municípios ou menos municípios integrantes dessa bacia.

**SRA. SARA SANTOS** – Não coincide exatamente, mas basicamente coincide com algumas diferenças. Basicamente é a Região Metropolitana.

**SR.** – Há mais municípios ou menos municípios? O total de municípios na Região Metropolitana é de 39. A bacia tem menos.

**SRA SARA SANTOS** – Apesar de ter menos municípios, existem outros municípios que não estão na Região Metropolitana, mas estão na bacia. Inclui os que não são da Bacia do Alto Tietê, mas em compensação agrega outros.

**SR.** – Há municípios dentro da bacia que não pertencem à Região Metropolitana e vice-versa. Há uma discrepância entre o conceito jurídico e o conceito urbanístico. Havia possibilidade de opção dos vários municípios se integrarem a esta ou aquela bacia?

**SR.** – Mais ou menos, porque tinha problemas de limites. O importante é que houvesse um certa homogeneidade do ponto de vista administrativo dessas bacias.

**SRA. SARA SANTOS** – Na verdade, se observarmos o mapa 1, ele mostra justamente o limite das bacias que é o limite da UGRHI, ele corta, em alguns casos, algum município. Na verdade, o que ele está falando é a questão do comitê de bacias. Na hora de se integrar ao comitê, o município que tinha em seu território mais de uma bacia, optou por integrar este ou aquele comitê, porque a bacia é o limite geográfico e corta os limites administrativos dos municípios. Por isso, também

que não existe a coincidência perfeita com os municípios da Região Metropolitana. Parte inclui e parte não inclui. Essa é a diferença.

**SR.** – A base de dados utilizada para o cálculo do indicador de saneamento ambiental é do próprio Seade. Queria saber se a atualização adversidade, a base de dados utilizada para o indicador de saneamento ambiental e aqui é a mesma. Ou aqui os dados são mais recentes?

**SRA. SARA SANTOS** – Os dados que trabalhamos aqui são de 1997. Trabalhamos os resultados da Pesquisa Municipal Unificada neste caso. Nessa pesquisa, todos os dados de saneamento, quer dizer existe um acordo, a Cetesb inclusive participou muitas vezes com a gente nesta pesquisa. Como íamos usar os dados da pesquisa municipal para resíduos sólidos e para todos os outros temas, usamos os dados de 1997. A Fundação Seade publica anualmente o “Anuário Estatístico” e esses dados são atualizados anualmente. Os dados de saneamento, alguns dos dados que estão aqui, são publicados também no “Anuário Estatístico”. Nesse trabalho usamos os dados de 1997, que são os dados da pesquisa municipal.

**SR.** – Indicador de saneamento e saúde são mais recentes. Mas não são todos, porque não tem base de dados. Por exemplo, a Sabesp tem dados dos municípios que são atendidos pela Sabesp.

**SRA. SARA SANTOS** – Por isso optamos por trabalhar esses dados da pesquisa municipal, porque temos um mesmo grau de consistência, com o mesmo grau de sistematização para todos os municípios do Estado. Essa pesquisa, como já disse, está indo a campo de novo, agora no ano de 2000, para coletar dados de 99. Esse dado também nos permite uma série histórica, 92, 95 e 97.

**SRA.** – Sara, esse trabalho sobre as unidades de conservação, vocês têm dados sobre a área territorial?

**SRA. SARA SANTOS** – Na verdade temos esse dado publicado no *Anuário Estatístico do Estado*, no capítulo do meio ambiente. Esse anuário tem ganhado força devido a alguns trabalhos em conjunto com a Secretaria do Meio Ambiente. Fomos contratados para fazer um trabalho pela Secretaria do Meio Ambiente e consolidamos esse capítulo de meio ambiente no Anuário Estatístico. Este ano sai a tabela com todas as unidades de conservação, com a área delas e com os municípios que essa unidade abrange. Muito difícil é calcular a área por município. Ainda não temos isso.

**SRA.** – Com relação ao esgoto sem tratamento tem um outro trabalho que vai tratar da questão de saúde. Existe o dado que correlaciona as doenças e veiculação hídrica com a falta de saneamento?

**SRA. SARA SANTOS** – No texto deste trabalho temos uma observação colocando que as doenças têm diminuído no Estado de São Paulo. Quer dizer, os esforços com relação a saneamento têm gerado conseqüências positivas no sentido que a doença por veiculação hídrica já caiu muito na série que temos no Seade. Entretanto, o que a gente realça são outros fatores. Mas existe essa correlação sim.

**SRA.** – No trabalho sobre resíduos sólidos sinto a falta de um estudo para agregar aí a componente social, porque prevalece a destinação final inadequada e ela tem junto o problema social, da catação, de pessoas vivendo de lixo. Esse problema não está iluminado aqui.

**SRA. SARA SANTOS** – Temos que trabalhar em cima dos dados que temos. Optamos por trabalhar dados que já tínhamos sistematizado principalmente dos que

coletamos, que são esses da pesquisa municipal. O questionário de limpeza pública não tem essas questões.

**SRA.** – Desculpe, você disse que a declaração dos municípios e o trabalho da Cetesb batem. Mas quando a gente vê lá a situação do Estado de São Paulo, é predominantemente inadequada na decisão final e também levantaram a existência do catador, de pessoas nas áreas de descarga. A declaração do município nem sempre corresponde à verdade, porque o município não declara a verdade. Vimos as pesquisas financiadas pelo governo federal do Prosabs, que foi uma pesquisa amostral no país, que não corresponde de jeito nenhum à realidade. Vimos nos resultados finais que os municípios não declaram que têm lixão. Por exemplo, eu fui ver o questionário que o serviço de limpeza urbana do meu município respondeu. Ele declarou que não tem lixão. No entanto, São Bernardo, que é o município onde trabalho, abriga o maior lixão da Região Metropolitana de São Paulo em área de manancial, uma coisa extremamente perigosa para as áreas superficiais. Mas o município não declara, porque no momento não está usando, mas ele está, existe e está sendo usado por usuários clandestinos.

**SRA. SARA SANTOS** – Na verdade, esses são os limites da pesquisa, muito embora ela tenha uma série de questionários e existe todo um sistema de consistência interna dos questionários e entre questionários. Então, faço uma pergunta no questionário de defesa pública, num determinado setor e faço uma outra pergunta no questionário de saúde que vai me dar a consistência ou não da resposta. A gente tem esse tipo de consistência interna que pode vir justamente dar nisso. Como falou que tem disposição inadequada se outro setor da prefeitura disse que tem contaminação dos cursos d'água, como disse que tem problema de doença de veiculação hídrica, etc. Temos esse tipo de cruzamento que poderia ser um processo de consistência entre os questionários. Mas, realmente, a nossa pesquisa é de declaração, embora tenhamos todo um trabalho de ir à prefeitura, porque



mandamos o questionário, mas o pesquisador vai fazer uma entrevista para checar o que está sendo dito. Mas realmente é a declaração da prefeitura.

**SR.** – Na página 13, no mapa nº 2, coincidentemente existe uma concentração da utilização de águas subterrâneas no oeste do Estado, que é exatamente o oposto, na utilização superficial no leste. Existe alguma razão para isso?

**SRA. SARA SANTOS** – Os aquíferos subterrâneos estão localizados a oeste.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – A Sabesp chega a ir buscar 2 km de profundidade na região de Presidente Prudente, para acessar o aquífero Botucatu de excelente qualidade, com algumas manchas de flúor. Na região do Pontal de Paranapanema tem uma área que não pega água subterrânea, exatamente onde está a mancha de flúor do aquífero Botucatu. Esse aquífero chega na região de Ribeirão Preto, até 200 metros só da superfície. É muito barata essa água, quando chega na região do Ribeira, do Vale do Paraíba, começa falhar os poços. Fura-se três a quatro poços para encontrar um aquífero com uma vazão muito baixa. Quando você chega nesses de Botucatu abastece uma cidade inteira. Mas os poços aqui não, além de você ter um risco de perda no investimento enorme, as vazões são baixas. Por isso essa região já é mais para água superficial.

**SR.** – A captação superficial na região oeste é algo excedente, que poderia ser aproveitado

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Muitas vezes no fundo do Estado, na região onde você tem utilização de aquíferos subterrâneos, em grande escala, você teria o Paraná inteiro para utilizar como água superficial. Mas água subterrânea já vem pronta da natureza. É só bombear. Não tem nenhum custo com pessoal,



porque você automatiza o poço. Você precisa só aplicar cloro. Não filtra nada. Já vai cloro, com índice de PH e abastece uma cidade inteira. O custo de manutenção é muito baixo. Às vezes você tem até mananciais muito próximos, mas mesmo assim você prefere a perfuração do poço.

**SR.** – Em tese, há um excesso de água que poderia ser aproveitada para outros fins ou não?

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Veja bem, São Paulo se desenvolveu com rio que corre no interior do Estado, na direção do Paraná. Estamos nas cabeceiras dos rios. Os grandes mananciais estão no fundo do Estado. Podemos trazê-los para cá. No Piracicaba, por exemplo, a questão da água é muito problemática, como é aqui o Alto Tietê, mas temos o custo de transporte dessa água.

**SR.** – No caso estamos transportando água de um lugar onde não há água subterrânea, só água superficial, para suprimento daqui. Estou imaginando na possibilidade, quando há excesso de água, subterrânea ou superficial, que se pudesse aproveitar a superficial no caso, para fazer este tipo de proposta. É uma questão de política hídrica do Estado.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – É possível.

**SR.** – Também tem o lado bom da natureza. O déficit hídrico para agricultura cresce na direção Oeste. A grande demanda de água aqui é por irrigação e cresce. A sua idéia é muito interessante e há uma correspondência na natureza. O déficit hídrico para a agricultura vai ser atenuado por existência de água superficial.



**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Tanto é que está sendo projetado um grande canal na região de Jales, para irrigar a região de Jales e Fernandópolis, puxando do Paraná, exatamente para atender o processo de irrigação daquela região.

Vou passar a palavra para o Sr. O SR. Secretário do Meio Ambiente que dentro desse trabalho tem uma série de observações e informações com relação ao que a Secretaria esta desenvolvendo, a estratégia da Secretaria e o que pode contribuir para o nosso trabalho aqui.

**SR. RICARDO TRÍPOLI** – Bom dia a todos, inicialmente queria agradecer a gentileza do coordenador deste grupo temático do Fórum São Paulo Século 21 sobre as questões do meio ambiente, mais especificamente sobre os recursos naturais e meio ambiente. Quero cumprimentar todos os membros desta comissão e eu faço isso na figura de D. Luci Montoro, precursora do movimento ambientalista feminino, porque do movimento masculino foi o Dr. André. Na verdade, na época que militávamos o movimento ecológico, e o Rubinho lembra bem disso, o Governador Montoro foi um dos que teve ouvidos para que pudéssemos encontrar definitivamente o início de uma política do meio ambiente para o governo do Estado de São Paulo.

Acho extremamente importante o trabalho realizado pelo Seade. Essa aerofotogrametria, que tem uma dimensão ampla sobre o aspecto de vários temas ligados à área do meio ambiente, é importante sob o aspecto de reflexão que a gente possa estar fazendo e exatamente o que ocorre aqui. São as questões que cada um de nós obviamente vai ter para poder levantar sobre os temas a serem discutidos. A questão ambiental é extremamente difusa e por conta disso tem uma facilidade em termos de imaginação para soluções de problemas que ainda não foram encontrados. Mas é isso que movimenta essa grande massa que tem a preocupação com a melhoria de qualidade de vida das pessoas que estão sobre o planeta, mais especificamente no Estado de São Paulo.



Queria fazer pequenas abordagens sobre a interferência, por determinação do Governador Mário Covas, que a Secretaria tem tomado em algumas áreas. A primeira delas é a questão dos resíduos sólidos. O governador, quando assumimos a Secretaria, fez uma solicitação que fizéssemos um inventário dos resíduos sólidos dos 645 municípios do Estado de São Paulo. A nossa agência ambiental, Cetesb, se pôs a campo, junto com os funcionários dos escritórios regionais distribuídos pelo Estado e trouxeram essas informações também alicerçadas no trabalho que o Seade vinha fazendo.

Como foi dito aqui, procuramos aprofundar um pouco mais essa discussão, porque sabemos das dificuldades que os prefeitos têm, principalmente num ano eleitoral como este, de fornecer dados corretos para sabermos a quantas andam a questão do tratamento dos resíduos sólidos dos seus municípios.

Verificamos que a grande maioria dos municípios do Estado de São Paulo tem uma condição inadequada. Para solução rápida e com as dificuldades obviamente financeiras que existem hoje, o governador determinou que tentássemos abordar municípios que tivessem menos de 20 mil habitantes e, com isso, estaríamos abrangendo um universo de cerca de 80% dos municípios do Estado de São Paulo. Trabalhamos numa linha de estudos em que existe a possibilidade de, num aterro convencional, nos grandes ou médios municípios, existência de uma coisa que, até então, não era muito utilizada que era um procedimento do convênio. Ou seja, vários municípios se conveniam e, obviamente, elegem um único município para receber a deposição dos resíduos sólidos. A nossa primeira reunião foi no município da Baixada Santista, organizado pelo Condesp, que é a associação que reúne os municípios da Baixada Santista. Essa reunião aconteceu no município de Bertioga e lá surgiram idéias do município de Cubatão, Santos e São Vicente de utilizarem o mesmo aterro sanitário para depositarem os seus resíduos sólidos, porque o volume é muito grande. Lá eles têm um grave problema, porque um é localizado na região de São Vicente, que é o aterro sanitário de Humaitá e outro localizado na região de Santos, que é o lixão de



Alemoa. O levantamento foi feito, contratamos uma empresa que pudesse nos auxiliar nesse aspecto e levamos a proposta para que os prefeitos pudessem discutir uma solução conjunta e, em função disso, observar os termos que eles assinaram conosco na Secretaria, dos chamados TACS, que são os termos de ajustamento de conduta, que dá a possibilidade, num período de até dois anos, de adequação dos seus resíduos sólidos, cumprindo as regras por etapas estabelecidas pelo TAC.

A outra sistemática que vai poder atender os ditos municípios menores é o sistema de aterro em vala, que é um processo extremamente engenhoso, fácil de ser implantado, porque na verdade é uma cava de 3 x 3 ms, com a extensão de um quilômetro, onde a Secretaria do Meio Ambiente, através da Cetesb, faz juntamente com a prefeitura, a localização de uma área que seja apropriada, onde não haja contato com lençol freático, com outras interferências ambientais e, com isso, a prefeitura pode, na implantação desse projeto, fazer manutenção, segundo avaliação da nossa Secretaria, com um recurso em torno de 500 a 600 reais por mês, o tratamento e adequação desse lixo.

Outro trabalho que estamos desenvolvendo paralelamente a esse é a possibilidade de recuperação de boa parte do material. Ou seja, o processo de reciclagem desse lixo. Sabemos que hoje o Brasil é o maior reciclador de alumínio, porque estamos reciclando cerca de 80% do alumínio em todo o Brasil. Basicamente no Estado de São Paulo há uma empresa denominada Latasa que vem adquirindo essas latas de alumínio de cerveja e de refrigerantes. Na semana passada, visitando a operação “Verão Limpo”, verificamos “in loco” a eficiência desse trabalho, ou seja, a possibilidade de recuperar boa parte desse material, o que vai fazer com que os aterros sanitários tenham uma vida útil mais longa, com menos absorção de lixo. O grande vilão, ainda, por incrível que pareça, são os “pets”, ou seja, os plásticos derivados que acondicionam os refrigerantes em todo o Estado de São Paulo. Há um estudo e hoje li uma matéria de que já se pretende processar um trabalho voltado para o setor sucroalcooleiro, para que haja um tipo



de “pet” biodegradável e que tenha uma vida útil. Por exemplo, que depois de dois anos ele comece a se degradar e possa se incorporar na vida de um aterro sanitário e se desincorporar da mesma maneira que os resíduos sólidos e material orgânico.

Esse trabalho dos aterros em valas já foi disponibilizado pelo Sr.o Sr. Governador. Há uma liberação de recursos da ordem de 6 milhões e meio de reais para aplicação nesse projeto. A Secretaria já tem esse diagnóstico levantado. Fizemos uma operação piloto na região do Vale do Paraíba, onde foram entregues 11 diagnósticos para os municípios. Na última semana, o município de Potin já iniciou o trabalho de aterro em vala. Pelo que tivemos de informação, é um projeto que está fadado ao sucesso em função da facilidade e da agilidade que ele tem de não ter que absorver um aterro convencional que é muito caro para um município de pequena proporção.

Sobre a questão dos resíduos sólidos, pretendemos no final do nosso governo concluirmos 80% de atendimento dos resíduos sólidos em todo o Estado, objetivando o projeto do aterro em vale e estimulando, também, o aterro convencional nesse sistema de consórcio.

A segunda questão levantada aqui é sobre a Mata Atlântica, das unidades de conservação dos parques e das florestas. Temos uma dicotomia muito grande. Primeiro o privilégio de termos no Estado de São Paulo cerca de 21 mil quilômetros de Mata Atlântica preservada, um dos maiores berços da biodiversidade em todo planeta, que para nós é um grande orgulho. Concomitante a isso temos um problema muito sério que são as chamadas desapropriações ambientais. Temos hoje em torno de 50 bilhões de reais de dívidas judiciais e precatórios ambientais. Isso é absolutamente impossível ser pago, visto que não há a menor possibilidade do Estado, primeiro aceitar essas desapropriações ambientais por conta de que as topografias não são exatamente aquelas apresentadas nos laudos dos peritos que oferecem ao juiz para que eles possam lavrar as suas sentenças. Estamos recorrendo e 12 delas já conseguimos reverter, sendo que uma no valor de um



bilhão e 300 milhões de reais. Já fizemos o recurso que foi aceito pelo Supremo Tribunal Federal.

Bem lembrado pelo Deputado Rodolfo Costa e Silva, coordenador deste grupo temático, que há uma CPI na Assembléia Legislativa, inclusive fiz o primeiro depoimento, trazendo uma vasta documentação à CPI, para que possa o Legislativo colaborar com o Executivo no sentido de minimizarmos esses recursos que são completamente improcedentes em função das áreas apresentadas. Para os senhores terem uma idéia, uma área na região da Serra do Mar, mais proximamente a área de Ubatuba, o metro quadrado fica mais caro que um metro quadrado na Avenida Paulista. Entendemos a preocupação e a importância da questão ambiental, mas acho que no mercado financeiro ela não tem essa valoração. O valor que estamos estipulando é muito mais amplo. As nossas florestas têm um valor muito grande. O mercado internacional já discute hoje a questão das *commodities* de absorção do monóxido de carbono. Os países que tiverem florestas como as nossas florestas tropicais, terão um passivo ambiental e *royalties* a serem recebidos por conta da absorção do monóxido de carbono que faremos. A questão das nossas florestas é extremamente importante, bem como a parceria com vários segmentos, com a sociedade civil organizada.

A terceira questão diz respeito aos licenciamentos ambientais. A grande dificuldade que existia nos licenciamentos ambientais e era uma reclamação terrível, Dr. Alaor Café deve ter passado por isso, é que, nós, do meio ambiente, travamos o desenvolvimento no Estado de São Paulo. Ficou uma coisa muito fácil. A questão ambiental tem costas largas, porque absorve todo tipo de pancada. Verifiquei isso na época em que o Sr.o Sr. Governador foi fazer uma inspeção na região de Ribeirão Preto, na concessão das estradas. Toda desculpa que se dava pelo atraso da construção das estradas era questão ambiental. Verificamos que, na verdade, não era isso que ocorria, porque os licenciamentos ambientais tinham sido concedidos. Os EIA-Rimas tinham sido analisados, o Consema tinha dado o seu aval para que essas obras ocorressem. O que existia era um passivo ambiental que



tinha que ser cumprido pelas empresas e que elas, muitas vezes, não queriam despende dos recursos suficientes para poder cumprir a sua contrapartida. Por conta disso, diziam que a questão era ambiental.

Hoje, verificamos que existia por parte da Secretaria, mais especificamente pelo DPRN, a dúvida de alguns técnicos na aprovação de alguns projetos. Determinamos o seguinte: naquilo que eles tivessem a certeza que poderia ser aprovado, que dessem a aprovação imediatamente. Aquilo que estivesse em dúvida que negassem e o interessado iria incorporar aos documentos, documentos que dessem condições de que o empreendimento pudesse ter prosseguimento. Por conta disso, determinamos à Secretaria que fosse feito um grupo de licenciamento único em que a Cetesb e a Secretaria, através do DPRN, pudesse juntar. Mais do que isso, vamos oferecer a partir do mês que vem cursos aos municípios, de forma consorciada, ou seja, por regiões para que as prefeituras, através dos seus departamentos do meio ambiente ou através dos departamentos de obras, possam oferecer ao empresário, ao munícipe, informações sobre que tipo de documento deve ser juntado. Muitas vezes, as pessoas juntavam os documentos, faltando algum outro e ficava aguardando o comunique-se da Secretaria. Na Secretaria dizia tal documento precisa ser preenchido de tal forma, precisa comprovação de titularidade da área. A pessoa juntava e sempre ficava faltando alguma coisa. Estamos fazendo um curso com os órgãos da Secretaria, DPRN, Cetesb e outros órgãos para que as pessoas possam, nos seus municípios, saberem como instruírem os processos que devem ser encaminhados para deliberação ou até para que sejam negados se não houver condições. Existem casos assim. Tivemos um projeto na Secretaria em que o sujeito se intitulava proprietário de uma área extensa de mangue onde ele pretendia implantar um projeto. Não há mínima possibilidade de se implantar um projeto industrial numa área de mangue. A resposta tem que ser “não” muito claramente, especificando o por quê da resposta negativa.

Por isso, talvez, esse levantamento do Seade em termos de 12% de EIA-Rimas, 23% de RAPS e outras deliberações feitas. Como todos sabem, temos





alguns critérios a serem observados e disso não podemos abrir mão, porque é uma determinação de ordem legal. Dentro da linha determinada pelo governador Mário Covas, de observarmos o desenvolvimento juntamente com a sustentabilidade, a possibilidade de estarmos aprovando ou rejeitando os processos.

Por fim, gostaria de fazer uma colocação a respeito das águas subterrâneas e das águas de superfície. No mês de maio estivemos na Alemanha e fechamos um acordo com o governo da Bavária que detém uma tecnologia extremamente avançada nessa linha de tratamento de águas. Fizemos um acordo sobre a questão dos aquíferos guaranis. É um tema extremamente interessante a ser discutido principalmente sobre a perspectiva jurídica. Os aquíferos, logo depois de serem identificados já causaram uma polêmica política terrível. O governo de Minas Gerais disse que ia fechar os seus aquíferos guaranis e que não passariam por lá se os *royalties* não fossem antecipadamente apresentados ao governo de Minas Gerais. Com isso se travou uma luta e as pessoas começaram a perceber a existência dos aquíferos guaranis que, na verdade, não pertencem só ao Estado de São Paulo, mas pertencem também a outros Estados e a outros governos. Há um aquífero que, se não me falha a memória, vai até o Uruguai, Paraguai. É um aquífero de extensão que supera o nosso Estado e o nosso país. A coisa mais importante dos aquíferos, discutimos um pouco esta questão das águas de superfície. Há uma tese nova extremamente importante que é a questão do reuso das águas. Estamos passando por algumas modificações de procedimentos que têm uma longa vantagem sob o aspecto ambiental. Por exemplo, estamos trabalhando hoje no processo de dutilização do gás, através do gás Bolívia-Brasil, o gasoduto que está passando hoje por aqui e a utilização dessa matriz energética como uma nova solução para problemas do nosso Estado. Algumas turbinas são utilizadas e necessitam de resfriamento e com isso necessitam de água. Nem sempre as águas de superfície estão adequadas para atenderem a demanda não só da comunidade para serem utilizadas, mas também no que diz respeito à utilização empresarial dessas águas. Isso já existia inclusive na Billings. Eu me lembro quando votávamos o projeto



proibindo o bombeamento das águas do Rio Pinheiros para a Billings, por conta da geração de energia na Hening Borden que também, por consequência, era utilização das águas na região de Cubatão onde as indústrias Rhodia, Cosipa, Ultrafértil e outras empresas utilizavam essas águas para resfriamento dos seus equipamentos, e depois abriam as suas comportas e essas águas iam para o mar. Hoje já há o reuso dessas águas, o que é extremamente importante sob o aspecto ambiental. Embora tenhamos ainda a possibilidade e a perspectiva da utilização das águas dos aquíferos, das águas subterrâneas, é fundamental repensarmos um pouco a questão do reuso das águas de superfície. Todos sabemos e as informações estatísticas e científicas mostram que a questão da água é o assunto mais importante sob o aspecto ambiental. Não sei exatamente o percentual, porque esqueci, mas dizem que o corpo humano é formado de mais de 60% de água. Nessa viagem que fiz à Alemanha, me dizia um representante de um congresso do qual participamos, que as grandes guerras ocorreram no planeta com uma visão extremamente equivocada. As pessoas lutavam por territórios que tivessem petróleo, mas não verificaram que o homem sobrevive sem o petróleo, mas não sobrevive sem a água e que deveriam ter lutado por territórios que tivessem água. O que foi a nossa sorte, porque se não eles teriam virado a guerra para o Brasil e não para o Golfo Pérsico.

Agradeço a oportunidade da nossa participação, colocando a Secretaria do Meio Ambiente à disposição, uma vez que temos aqui os nossos representantes da Secretaria neste fórum, como eu também faço parte dele por uma deliberação do presidente e dos demais conselheiros. É uma grande honra estar aqui, mais especificamente na Assembléia Legislativa, onde, na verdade, aprendi muito com os meus companheiros, deputados estaduais, e na militância ambiental com alguns ambientalistas que eu revejo hoje aqui. Para nós é de fundamental importância essa luta, que é de todos, e não uma luta individual, como também não é uma luta inglória. Temos muita coisa para fazer. A agenda ambiental é extremamente positiva. Temos que tomar cuidado porque, às vezes, os ambientalistas costumam



trabalhar com agenda voltada com os seus retrovisores. Aquela visão esquizofrênica que existia no passado, aquela queda-de-braço entre o setor produtivo e ambiental já não existe mais. Isso é extremamente bom para nós, ou seja, o Muro de Berlim que existia no século passado, neste século já não existe mais. A responsabilidade cabe a todos nós, agora, de apresentarmos um projeto de visibilidade, de viabilidade para que a humanidade possa, na verdade, compartilhar dos bens e dos recursos naturais. Muito obrigado e bom dia a todos.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Esqueci de falar uma coisa sobre o trabalho do Seade que acho interessante. Quando falamos de tratamento de lixo, vejo que as pessoas qualificam essa coisa, falando em céu aberto, vala. O tratamento de esgoto também é assim. A pessoa fala que ali é tratado o esgoto, então beleza, ótimo, para resolver o problema. Não é bem assim. Temos vários níveis de tratamento de esgoto. No interior, às vezes, temos regiões que têm apenas fossa sobrecarregada, com um percentual pequeno do esgoto coletado, é importante e útil mas não é a mesma coisa um tratamento de esgoto por lagoa ou um tratamento secundário. Muitas vezes, o que aconteceu no Estado de São Paulo, nos últimos anos, foi a substituição dessas fossas por lagoas de estabilização em grande número de municípios de pequeno porte. A estatística não muda, isto é, os estatísticos falam que não houve mudança de qualidade do ponto de vista do tratamento. Esta é uma observação importante quando falamos de tratamento de esgoto, porque o esgoto também tem níveis de tratamento.

**SRA. SARA SANTOS** – Só para lembrar, na tabela 6 colocamos por unidade de gerenciamento, quem teve tratamento primário, secundário e outros tipos. Colocamos no texto que em alguns lugares o índice alto de tratamento é por conta das lagoas de estabilização. Isso, então, está um pouco detalhado.



**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Na última reunião estabelecemos dois grupos, um de qualidade de vida e meio ambiente e outro de meio ambiente e desenvolvimento urbano. Durante esse tempo ficamos preparando o material para poder estabelecer os seminários para os dois temas. Estávamos pensando também na palestra sobre a “Agenda 21”, com uma exposição do Dr. Rubens, da Secretaria do Meio Ambiente. Acredito que seja melhor fazermos isso no início da próxima reunião, porque teríamos um melhor aproveitamento do que fazemos ao final de uma reunião.

Heraldo, por favor, fale um pouco da questão do lixo, em discussão no teu grupo.

**SR. HERALDO** – Tivemos uma série de dificuldades para nos reunir, porque todo mundo estava de férias, eu particularmente, a Ana e a Sônia também. Pensávamos antes do final do ano produzir algum documento em nome do grupo para poder lançar algumas idéias a serem discutidas até o final do primeiro semestre. Esse documento vai chegar um pouco atrasado, porque não conseguiremos aprontá-lo no prazo estabelecido, mas ele sai.

Antes do final do ano discutimos uma proposta de seminário de resíduos sólidos. Colocarei aqui algumas idéias sobre os temas a serem abordados, sobre os quais podemos discutir e deliberar. Depois de aprovado, eles ficarão imediatamente disponíveis no *site*. Trata-se de um seminário previsto para a segunda quinzena de abril. Assim sendo existe tempo hábil para prepará-lo.

Dividimos o seminário em duas partes. A primeira parte do seminário analisaria ou faria um diagnóstico do quadro atual. Seria uma parte de choradeira. A segunda parte seria de propostas. Nessa parte que faz o diagnóstico, o primeiro tema é “Diagnóstico da situação da disposição final dos resíduos sólidos Estado de São Paulo”. Mas podemos estender um pouco mais. Depois a Ana pode complementar. Tem um trabalho da Opas que foi fechado, que dá um quadro da situação de resíduos sólidos nas Américas. Seria interessante trazer o



representante da Opas para agregar informações a esse tema. Depois, convidaríamos Cetesb, a própria Fundação Seade para poder veicular esse trabalho que está sendo exposto.

Num segundo momento, ainda analisando o quadro atual, teríamos a análise da gestão municipal dos resíduos sólidos. Temos hoje uma metodologia bastante desenvolvida para analisar disposição final. Mas não temos um quadro das prefeituras no que concerne à coleta, varrição, etc. Seria interessante termos um quadro geral para todos saberem como anda essa situação. Os expositores seriam as prefeituras.

Na parte de propostas, o primeiro tema é “Sustentabilidade econômica da gestão de resíduos sólidos, formas de remuneração de serviços e alternativas de fomento ao crédito”. Aí participariam governo do Estado, os governos municipais e o governo federal. Estaríamos discutindo um tema muito importante para o setor. Hoje se lamenta muito a ausência de dinheiro para investir e até tocar algumas tarefas do custeio do dia-a-dia. No tema seguinte teríamos o controle social como forma de garantir uma gestão de qualidade, ou seja, como garantir que os investimentos que sejam feitos nos municípios ou no setor, dando frutos, tenham a garantia de continuidade e não sejam exclusivamente mérito de uma gestão municipal ou de uma gestão estadual e morra por aí. No nosso entender, o controle social é fundamental para garantir a continuidade de bons projetos. Aqui deve haver uma predominância da sociedade civil, sugerindo formas de controle.

Um último subtema é a “Gestão dos serviços integrada à gestão do saneamento ambiental”. Teríamos aqui universidades, governo e sociedade civil participando. Aqui a participação das universidades também é fundamental.

Já que estamos discutindo hoje, interação, integração, como a gestão dos resíduos deve interagir com a gestão do saneamento ambiental de modo geral, discutiríamos o papel dos Comitês de bacias na discussão da gestão dos resíduos, porque existe uma controvérsia, uma vez que o lixo fundamentalmente não é exclusivo de uma bacia, como aproveitar essa organização para também discutir de



forma integrada a gestão dos resíduos sólidos. É isso que coloco agora em discussão. Se alguém tiver sugestões ou complementações pode apresentá-las.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Vou ter que dar uma entrevista com o Secretário Ricardo Trípoli, na TV-Assembléia, peço ao Sr.O SR. Dráusio para assumir a coordenação dos trabalhos.

**SR.** – Gostaria de fazer complementações à proposta. No fundo acabamos não fazendo reuniões pela dificuldade de nos encontrarmos na época de férias. O importante é que tivemos informações que em junho vai ser realizado em Brasília um Fórum de todas as UPS da América sobre a questão de resíduos sólidos. Nesse nosso seminário de abril convidamos a UPS para vir fazer uma exposição do que ela tem do material relativo ao Estado de São Paulo. Certamente este material deve ser baseado em informações da Secretaria do Meio Ambiente e do próprio Seade. No fundo, as informações são as mesmas. No entanto, seria mais uma entidade a apoiar esse seminário que estamos propondo fazer na segunda quinzena de abril.

Essa formatação que o Heraldo deu está manuscrita, vamos pedir ao pessoal da Secretaria datilografar e mandaremos por e-mail para cada um. Hoje, após a discussão, poderíamos acrescentar, melhorar. Mas com um texto escrito fica mais fácil vocês darem sugestões.

**SR. DRÁUSIO BARRETO** – Quero fazer uma indagação a vocês que estão organizando esse capítulo dentro desta câmara. A questão do resíduo industrial também vai ser abordado, em particular o resíduo perigoso, tido como classe 1. É uma questão que coloco para nós todos aqui refletirmos. Quem sabe hoje em São Paulo, junto com a disposição do resíduo domiciliar, o grande desafio, a grande preocupação ambiental é com o chamado resíduo industrial classe 1, que é contaminante, e temos tido uma geração cada vez maior. Sabemos que por uma questão de disputa de preços com Estados que fazem fronteira com São Paulo, boa

parte desse lixo está saindo do nosso Estado. Além disso suspeitamos que eles não estejam sendo tratados nas empresas para onde deveriam estar sendo destinados. Devem ser lançados pelos caminhos, talvez dentro do nosso próprio território, à medida que a fiscalização dessa atividade existe, porém não é perfeita. Não sei se vocês pensaram, se não pensaram gostaria de colocar esta preocupação que temos com este resíduo industrial, em particular o contaminante, classificado como classe I.

**SR.** – Essa discussão cabe nos dois momentos. Primeiro, no diagnóstico da situação, ou seja, o problema pode ser levantado. Não adianta só levantar o problema. Temos que ter o segundo momento, aqui no final, quando se discute a gestão integrada do saneamento ambiental, quando vamos estar discutindo também meio ambiente, cabem aqui propostas para solucionar o problema levantado. Nesses dois momentos é possível pinçar um subtema e discutir esse assunto.

**SR.** – Essas propostas são feitas pelos que vão argüir ou pelo plenário. Não entendi bem esse momento da proposta.

**SR.** – O grupo temático faz a proposta. Colocamos aqui em discussão, para agregar sugestões e aprovar.

**SR. DRÁUSIO BARRETO** – Dentro desse subgrupo as propostas serão encaminhadas por todos os conselheiros, os que fazem parte deste trabalho. Não sei bem se entendi que as contribuições poderão ser feitas através do seu e-mail, não registrei bem o início da sua fala, que dentro desse seminário para a primeira ou segunda quinzena de abril, as pessoas que quiserem sugerir algum tipo de encaminhamento, de discussão poderiam fazer através de um e-mail seu. É isso?

**SR.** – O momento aqui é discutir se todos concordam com a realização do seminário. Em concordando, produziríamos aqui um documento preliminar,

distribuiríamos a todos ou disporíamos no *site*, de alguma forma os membros teriam acesso e contribuiriam. Aí fecharíamos num outro momento o elenco de temas para discutir.

**SR. DRÁUSIO BARRETO** – A nossa secretaria está nos informando que as contribuições que não forem feitas de forma direta, deverão ser feitas através do *site* específico da Assembléia do nosso grupo temático.

Não sei se seria também o momento de definir essa data ou se posteriormente será fixado. Seria bom encaminharmos datas, propostas, quem já puder formular para reflexão de vocês que vão estar coordenando esse subgrupo.

**SRA.** – Esse seminário vai ser realizado aqui na Assembléia? Teríamos que ver a data. Na reunião anterior tínhamos de quatro a seis membros do grupo temático e no fim reuniram duas pessoas. Queríamos tentar fazer uma nova reunião com mais pessoas, até agregando outras que não sejam só os conselheiros, para viabilizarmos esses convites, essas vindas, as datas. Poderíamos definir uma data aqui, mas nada impede que a gente consiga marcar ainda uma reunião de discussão e de detalhamento, porque o tema de resíduo sólido é muito grande. Na questão da poluição, tanto dos cursos d'água, como da qualidade de vida é um dos mais importantes, é uma questão que a parte institucional não é muito bem resolvida, porque é um serviço que tem uma arrecadação muito baixa ou quando tem pelas prefeituras. A própria postura de solução desse problema tem que ser discutida, não só o lixo industrial, que é gravíssimo, mas o lixo doméstico. Muitas vezes temos a informação de que a coleta é feita, mas ela não é feita todos os dias. A coleta é feita a cada 15 dias. A qualidade da informação pouco a pouco temos que aprofundá-la. Por exemplo, o município tem aterro mas dentro da capacidade dele não atende a produção do município todo. Avançaríamos nestas questões, traríamos mais elementos nessa discussão para termos propostas do próprio Fórum.



**SR.** – Queria fazer uma observação a respeito da colocação feita pelo Herald. Especificar com toda clareza e projeção os problemas institucionais, porque nessa área a questão de competência entre Estado e município é uma complicação imensa. Agora pouco ouvimos a fala do Sr.O SR. Ricardo Trípoli, Secretário do Meio Ambiente, a respeito da questão do lixo em Santos, Cubatão e São Vicente, a respeito de um convênio que esses três municípios estabeleceram. Por que convênio se ali é um região metropolitana composta de vários municípios, dentro os quais esses três? Não tem sentido convênio. É função pública e de interesse comum que precisa ter um tratamento específico singular e não através de mero convênio. Mesmo porque há uma questão importante e fundamental, porque a questão do lixo está muito relacionada com a questão do uso do solo. Uma política global, integrada, tem que resolver a questão do lixo dentro do contexto mais abrangente que é exatamente a política do uso do solo. Pode-se fazer isso não através de um convênio, mas através de meios adequados, porque já existe a Região Metropolitana da Baixada Santista pela Lei complementar 815, de 1996. Portanto, já existe toda uma estrutura. Gostaria de ter perguntado ao Sr.O SR. Secretário sobre isso, mas infelizmente não houve espaço para isso. Mas de qualquer forma, isto é um problema fundamental, a relação institucional tem que ser clara. Como fazer isso em regiões metropolitanas e fora das regiões metropolitanas no caso. Isto tem que ser muito específico, muito projetado para que se possa realmente resolver questões institucionais como colocou no caso a Ana Lúcia.

Outra questão fundamental é a da remuneração. Hoje se questiona, polemiza muito em torno da taxa ou tarifa. Isto é complicadíssimo. Deve ser muito claro quando falarmos remuneração, se é taxa ou tarifa e que circunstâncias vão determinar isso, para que o seminário venha de encontro a algumas preocupações muito essenciais do ponto de vista da remuneração e do ponto de vista institucional.

**SRA.** – Quero fazer um comentário sobre a preocupação do Dr. Dráusio com relação a resíduos industriais. A proposta do seminário tem uma primeira parte de

diagnóstico e uma segunda de proposta. Acho que é uma oportunidade, que nós que somos uma instância diferenciada, de ressaltar a diferença e inovar. Porque na verdade, historicamente, sempre se deu importância diferenciada a resíduos industriais e a resíduos domiciliares e outros resíduos urbanos. Temos defendido há muito tempo nas nossas entidades que militamos no setor de saneamento, a importância de se construir uma gestão urbana de resíduos. Essa valoração diferente nos levou talvez a caminhos equivocados. Hoje temos todos os resíduos muito mal gerenciados. A cidade muito distante de uma co-responsabilidade social por uma qualidade ambiental e o conhecimento do problema decorrente dessa gestão inadequada de resíduos ou a inexistência de uma gestão. Deveríamos abordar a questão do resíduo na cidade. A cidade tem todas as atividades econômicas comerciais, industriais, etc. gerando resíduos, dentro de uma dinâmica e há um desconhecimento dos cidadãos sobre que metabolismo é esse que ocorre da sua cidade, que grau de conhecimento tem o cidadão sobre isso, inclusive, por exemplo, a região mais rica da região metropolitana exporta todos os seus resíduos para fora do Estado a um custo altíssimo. Isso é que gera uma discussão no seio do setor produtivo sobre a viabilidade de se ficar ou não numa região. A Mercedes-Benz é um exemplo que sempre comentamos. Esta empresa montou a sua fábrica do Classe A, em Minas Gerais, por várias razões. Uma delas era o compromisso com o prefeito que ia prover um sistema de administração de resíduos no município de Juiz de Fora, onde ela se instalou. Mais que isso, o metro de cúbico de água lá custava 32 centavos, quando ela paga em São Bernardo do Campo 8 reais o metro cúbico. Quando a Mercedes-Benz chegou lá a coisa não é era bem assim. Tudo começou a encarecer, a água já não custava 32 centavos o metro cúbico e o sistema de destinação de resíduos também não aconteceu. Eles têm problemas seríssimos de exportação. Alguns exportam para longe, outros exportam a 600 quilômetros e a maior parte deles é exportado para fora do Estado. Temos que conduzir uma discussão do problema de resíduos urbanos, seja ele qual for a sua origem. Essa segmentação entre industriais, porque claro o volume dos resíduos



domiciliares e comerciais é muito superior. O volume de resíduos industriais é menor, mas muito mais importantes sob o ponto de vista da sua periculosidade. Temos que transformar isso numa discussão única. Esta é uma preocupação que temos dentro da Abe e da Semai.

**SRA.** – Eu também gostaria de fazer alguns comentários sobre a proposta que estava colocando. Já que a Sônia falou em inovar, é fundamental que a gente abra neste seminário uma discussão em cima de prevenção, geração, de minimização de resíduos de consumo sustentável. Por melhores que sejam as propostas de gestão de resíduos sólidos, se não estivermos pensando em diminuir o volume de resíduos sólidos não vamos conseguir nunca geri-lo de uma maneira adequada. O consumo sustentado, prevenção de geração e responsabilização pós-consumo é fundamental e que apareçam neste seminário como um assunto destacado para que realmente tenha, a partir de então, uma importância fundamental nas discussões de gestão de resíduos.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Heraldo, vocês vão tratar também da questão da viabilidade econômica e a tecnologia adequada?

**SR.** – Quero fazer uma observação daquilo que este seminário se diferencia de qualquer outro seminário setorial dos resíduos sólidos. Porque ele é um seminário que deve estar no âmbito no Fórum 21, a serviço do Fórum 21. A primeira reunião que tivemos do grupo temático, a partir de uma observação feita pelo Marcos, eu também concordei com a observação que ele fazia e o Dr. Dráusio deu a forma final. É preciso que todos os trabalhos sejam focados por uma ou várias bandeiras comuns que sejam idéia-força do Fórum 21. Aí, Heraldo e Ana é um desafio sério. Não sei se a gente vai dar cabo, mas em cada ata deveríamos estar amarrando essas grandes bandeiras, essas grandes idéias-força. Se bem me recordo nessa primeira reunião do grupo temático, achávamos que São Paulo tinha

perdido as suas grandes bandeiras de desenvolvimento. Dr. Dráusio depois melhorou essa idéia que o Marcos e eu apresentamos. Uma das idéias que se poderia colocar dentro do Fórum 21, considerando a importância do termo ambiente na economia, na sociedade, na política, etc. que a gente conseguisse dar no Fórum 21 o espaço que cabe o ambiente como força de desenvolvimento da região do Estado de São Paulo, como força de retomada de uma liderança no processo de desenvolvimento do país, a partir das idéias ligadas ao ambiente. O que isso gera em termos de ganhos de qualidade de vida, em termos de ganhos de desenvolvimento econômico, em termos de ganho no setor produtivo, seja ele desde a fase da geração da idéia, da concepção de serviços, até a fase de produção do equipamento, da consultoria, da mão-obra aplicada nesses serviços todos, um esforço para destacar isso e mostrar que potenciais existem na área de resíduos sólidos para que São Paulo assumira essa bandeira, usando uma outra locomotiva para o Fórum 21 assumir a efetividade que é descobrir novos caminhos para o Estado. É um desafio. Não tenho nenhuma proposta, só estou levantando um anseio, que foi da primeira reunião. É isso que vai diferenciar o seminário de resíduos sólidos de qualquer outro seminário de resíduos sólidos que se venha fazer.

**SR.** – Achei que o trabalho do Seade está muito interessante. Com esse estudo podemos, numa primeira fase, que é a de levantamentos, apesar de que não fomos nós que fizemos, mas o Seade, mas podemos considerar concluída. A próxima fase é de conflito. O relatório mostra que existe uma série de conflitos. O meu raciocínio é marxista porque precisamos fazer o conflito para conseguirmos no final chegar a uma síntese. Esse relatório já mostra uma série de conflitos. Por exemplo, conflito entre desenvolvimento industrial e recursos naturais, conflito entre unidades de conservação e desenvolvimento. Quer dizer, os lugares onde há unidades de conservação são os lugares mais pobres do Estado, esses lugares querem se desenvolver. É preciso dar uma resposta para isso. Conflitos entre



agricultura e recursos naturais, que é a região oeste do Estado. Conflito que ainda não está estabelecido na região do desenvolvimento que é o próximo desenvolvimento do Estado que é aquela região de Ribeirão Preto onde o conflito ainda não está estabelecido, mas é lógico que se persistir a linha do desenvolvimento que a gente levou até agora, esse conflito rapidamente vai se estabelecer. Essa região necessariamente não precisa repetir os mesmos erros da região metropolitana, etc. Mais ou menos, o levantamento do Seade estabelece um tipo de conflito na região metropolitana, o entorno da região metropolitana, a região de Ribeirão Preto que é o desenvolvimento industrial está se implantando, a região agrícola do Estado de São Paulo e a região de conservação. Todos os mapas que vocês apresentaram mais ou menos integram o Estado em alguns conjuntos. O Estado é diferenciado e por isso o raciocínio da região metropolitana tem que ser um e do Vale da Ribeira tem que ser outro. Agora poderíamos começar a estabelecer e analisar os conflitos. Essa seria a próxima fase dos trabalhos para, no final, conseguirmos chegar a alguma síntese.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Tinha um outro grupo sobre qualidade de meio ambiente e desenvolvimento urbano que não conseguiu se reunir. Mas está previsto outro seminário nessa linha e é importante dar uma acelerada, porque isso ficou para trás.

Foram entregues vários trabalhos que colocamos à disposição dos senhores, mas um especialmente é muito importante, que é o trabalho do Sérgio Zarattin, porque é organizativo do nosso relatório final. Devemos dar uma atenção especial para fechar o roteiro do sumário do nosso trabalho. Proponho discutir sobre o trabalho do Sérgio logo no início da próxima reunião. E depois voltamos na discussão metodológica dos conflitos, das idéias-forças virão dentro do trabalho do Sérgio.

**SRA. LUCI MONTORO** – Gostaria apenas de fazer uma lembrança porque desejo que esse trabalho todo se execute e o seminário também, e falando de lixo, há lixo comercial e o lixo doméstico. O lixo doméstico quem cuida são as donas de casa. Muitas donas de casa não são funcionárias públicas e também não estão envolvidas na coisa pública. Talvez as senhoras dos políticos sejam mais envolvidas. Mas a grande maioria não está muito envolvida. O que acontece? Ela se queixa, fala mal de tudo, do governo e positivamente não tem o meio de contribuição. Vocês devem lembrar, há alguns anos em São Paulo, dividíamos o lixo. Na minha casa eu também fazia isso. Mas acabou e não sei por quê. Naquele tempo não tinha conhecimento suficiente do meio ambiente. Nunca perguntei e nem procurei saber por que acabou, porque era um movimento interessante. Separávamos o lixo e em frente do nosso apartamento havia um depósito grande onde recebia o lixo. Não sei se alguém pode me responder essa pergunta. Mas podemos pensar um pouco e neste seminário colocar uma parte específica para as donas de casa, são elas que ajudam e colaboram.

**SR. RICARDO TRÍPOLI** – D. Luci, bem lembrada a questão da senhora para o grupo temático. O projeto de coleta seletiva foi um projeto que, na minha opinião, não prosperou na cidade porque estava dissociado. Era um projeto solidário, mas também era um projeto que não tinha a possibilidade de fechar o circuito. Por que falamos em fechar o circuito? O que aconteceu na prefeitura de São Paulo foi que eles puseram todo equipamento para separar o material, alumínio, plástico, papel, madeira e as pessoas se prontificavam. Até que um dia alguém bem intencionado resolveu perseguir o caminhão que buscava esse material e verificou que ele era todo jogado no aterro sanitário. Era um despropósito, porque todos separavam o material e ele não estava sendo destinado à recuperação da matéria-prima. Falei do alumínio porque foi uma das experiências que deu certo. Eles transformaram o lixo num processo econômico rentável. Com isso fez com que houvesse a procura desse tipo de matéria-prima. Há duas semanas nessa operação “Verão Limpo” que



a Secretaria do governo do Estado vem patrocinando com as prefeituras em todo o litoral, verifiquei em algumas cidades que a empresa que recicla alumínio instalou lá umas barraquinhas com uma balança. Os catadores apanhavam as latinhas, colocavam num saco plástico e iam vender por um real e 50 centavos o quilo dessas latinhas. Pelo menos este é o preço na praia de Ubatuba. Não sei se é o mesmo em Caraguatatuba. Um rapaz me disse que na sexta, sábado e domingo, que é o período que tem veranista e bastante latinhas, chega a ganhar em torno de 150 a 180 reais por mês. Há duas grandes indústrias de recuperação de alumínio localizadas na cidade de Pindamonhangaba, utilizando uma tecnologia muito interessante. Assisti um evento na Fiesp em que eles recuperam inclusive a tinta da latinha. Então, o reaproveitamento é total. Quando falamos em fechar um circuito é exatamente isso. Quer dizer, temos hoje o material a ser reciclado, a facilidade de criarmos cooperativas que possam absorver esse material, mas temos que ter, na verdade, quem o introduza esse material novamente no mercado. No caso do “pet” já existem algumas experiências, que estão engatinhando. Outro dia tive contato com pessoal que fabrica vassouras de “pet”. Ele entra por um local, sai aquele fiapo da vassoura tipo piaçava que as pessoas costumam e aquilo se transforma numa vassoura. Já estão fabricando tecido de “pet”, o que para nós é muito importante, porque absorve boa parte desse material.

Esse trabalho de recuperação de matéria-prima deve ter uma dimensão muito grande nos próximos anos. Mas para começar a correr precisamos primeiro aprender a andar. O trabalho das pessoas nas suas residências em separar o material e forçar com que aquele que recolha o material e dê destinação para ele, é fundamental. Por exemplo, deve haver um encontro aqui na Assembléia Legislativa no dia 13 de março, do qual vamos participar, onde o setor automobilístico está iniciando um processo de reciclagem do veículo por inteiro. Pega-se um automóvel e não se retira nada. Ele é inteirinho triturado e por imantação é feita a separação de plástico, metais, vidros e isso vai para uma recuperação. Estamos coordenando esse trabalho sob o aspecto do meio ambiente. O governador Mário Covas está



intermediando junto ao governo federal para que haja um bônus na compra desse veículo que deve ficar em torno de 1.500 reais. A pessoa vende o veículo, a carcaça ou o que ele tenha e pode comprar um outro veículo mesmo de segunda mão, mas em melhor estado. Uma pesquisa feita pela agência ambiental, Cetesb, o Dr. Dráusio Barreto está aí, apresentou que um veículo ano 1980 polui igualmente a 28 veículos zero quilômetro. Há um grande ganho de causa para nós sob o aspecto ambiental o fato da recuperação desses veículos de 1980 para trás, porque que não tem catalisador, injeção eletrônica e outros equipamentos.

Temos que trabalhar nas duas pontas da linha e não só no grande projeto. D. Luci tem conhecimento de causa. A senhora começou com as hortas comunitárias quando ninguém pensava ainda sobre isso. Hoje já se fala em matéria orgânica. Todo mundo quer comprar verdura tratada com produto orgânico e não com agrotóxico. É extremamente interessante a idéia que a senhora coloca aqui para o grupo temático. Deputado Rodolfo, acho importante incorporar essa tese, inclusive elaborando uma cartilha. É uma sugestão que se faz aqui para que as pessoas separem o material e forcem a iniciativa privada que faz a coleta do lixo a dar uma destinação final que não seja o aterro sanitário.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Isso é extremamente importante. A maioria dos projetos não só na área ambiental, mas na área de segurança e outros projetos relativos a políticas públicas, no trato daquilo que é coletivo, fracassa porque não se consegue envolver a sociedade. Na verdade, envolver as donas de casa, as pessoas no processo de gestão. Já que estamos falando em criar, quando se fala em controle social temos que chegar até o envolvimento das pessoas como a senhora colocou, porque isso é fundamental. Se não vamos conseguir aquela proposta da Lúcia da prevenção no uso do desperdício, gerando resíduos sólidos inadequados em quantidade que não se quer, se não fizermos esse trabalho na habitação, na família, pela dona de casa que é responsável na questão do lixo. É muito importante isso que a D. Luci Montoro colocou. Se não tivermos o cuidado de





envolver a sociedade de forma competente, não conseguiremos resolver nenhuma questão dentro das políticas públicas e nem a questão dos resíduos sólidos também. O que a senhora colocou é o mais importante, que é o envolvimento da sociedade.

**SR.** – É uma satisfação estar presente pela primeira vez neste grupo. Sinto-me estimulado pela provocação da D. Luci e pela resposta do Sr.o Sr. Secretário, em relação à idéia que estava sendo colocada de controle social. Estamos aqui inclusive representando duas ONG's nas quais atuamos como diretor e achamos que a perspectiva do controle social não é somente da fiscalização do Executivo ou do Legislativo, mas de assumir a sua parte, o conjunto de deveres enquanto cidadãos, portanto neste componente seja o controle social participação e responsabilidade social. Ou seja, vários aspectos de como sociedade, Estado, o poder público com o setor privado na gestão não somente dos resíduos sólidos, mas da limpeza pública. O enfoque tem que ser maior do que os resíduos sólidos. A limpeza pública talvez possa permitir um conceito um pouco mais amplo do que simplesmente lidar com resíduos sólidos. Não obstante, estimula a participação, acho que tem dois componentes. O deputado Rodolfo Costa e Silva mencionou um deles, que é o engajamento da participação, mas esse lado da equação pode ficar sem solução se o outro lado, o lado público, não for resolvido. Ou seja, não basta promover atitudes de indivíduos, das donas de casa, de funcionários, se a organização pública não tiver resolvido. Sempre dou o exemplo do conjunto de cidadãos paulistanos que se utilizam do metrô de São Paulo. Dentro do metrô tem uma atitude coerente com aquilo que a gente coloca como paradigma de limpeza pública. Ao sair da estação do metrô, o ponto de ônibus mais próximo está repleto de resíduos no chão. São os mesmos indivíduos, mas há uma sensibilidade para um tipo de atitude, mas a organização do lado da rua talvez não foi suficiente para estimular uma atitude coerente com as necessidades de limpeza pública. Portanto, a promoção de atitudes individuais por si não basta, se a questão pública não



estiver equacionada. Aí me parece importante, tanto neste seminário, como no trabalho do Fórum e no trabalho deste grupo, pensar nos programas de educação e capacitação continuada. Tanto na área de recursos hídricos, resíduos sólidos, limpeza pública, as campanhas tipo “Verão Limpo”, “Praia Limpa”, todas elas são extremamente importantes porque se aproveitam de momentos específicos do calendário ou de eventos, mas os programas de educação continuada e educação continuada para mobilização cidadã são muito importantes. Podemos deixar aqui a nossa modesta contribuição. Temos uma cartilha que se chama “Conexão, participação e mobilização social” que foi feita e está sendo utilizada por multiplicadores e educadores para envolver a população na questão dos comitês de bacia. Inclusive o exemplo que se dá é como dentro de um condomínio residencial pode-se gerar economia de água e talvez a mesma metodologia poderia ser feita para a questão de resíduos sólidos. Eu passarei mais tarde para todos os membros da comissão, trouxe uma hoje para o presidente, mas no sentido de dar uma contribuição, de que a questão da participação e responsabilidade social é extremamente importante e isto tem que estar refletido em programas de educação e capacitação continuada.

**SRA. SÔNIA** – O Sr.O Sr. Secretário lembrou muito bem que iniciativas bem-sucedidas e sustentáveis com a coleta seletiva e iniciativas de políticas públicas fracassadas e que desmoralizam, de certo modo, a iniciativa de coleta seletiva. Mas queria reiterar, mais uma vez, quando falei com a Sara da questão da componente social no levantamento, um papel importante do catador de lixo nas cidades. Ele mantém a coleta seletiva, ele coleta quantidades enormes que não temos conhecimento, porque não existe um levantamento sobre isso. Eles se mantêm com isso, são postos de trabalho sustentável. O companheiro falou em conexão, realmente é uma conexão da política pública com empreendimento de trabalhadores que desenvolvem um trabalho, que gera renda, que tem uma sustentabilidade econômica. Falta essa aproximação, porque o catador de lixo está em todas as



idades. O senhor falou da questão do plástico. O grupo Gerdal, do ABC, importa o “pet” do Piauí. Tem coisas acontecendo por iniciativa autônoma da sociedade e a gente não dá conta disso. Se o “pet” vem do Piauí, então isso é viável. Não é possível que não seja viável para ele ser transportado de lá até aqui. Temos que identificar esse segmento e apoiá-lo nas políticas públicas.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Proponho marcarmos a reunião para o dia 13 de março, segunda-feira, e peço que todos se dediquem nas propostas apresentadas, façam novas propostas e vamos entrar na área mais de conteúdo, mas também discutir propostas do Sérgio Zarattin para podermos fechar o nosso roteiro que é fundamental. Na próxima reunião fica marcada a explanação do Dr. Rubens sobre a questão da “Agenda 21” que será importante para nós.

**SRA.** – Para que o nosso relatório possa estar de acordo com todas as discussões dos outros grupos, seria fundamental que a gente tivesse acesso a alguns desses relatórios que o Seade está fazendo, por exemplo, a saúde, trabalho, etc.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Vou providenciar um conjunto.

**SR. HERALDO** – Eu, a Ana e a Sônia estaremos aqui no final da reunião marcando a reunião do grupo temático.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Peço que o grupo de desenvolvimento urbano também marque.

**SR.** – Vou marcar, deputado, mas queria ver se todos vão até lá, porque na última vez só eu e o representante dos mineradores estivemos presentes por razões



importantes. Havia uma greve na Sabesp e o senhor estava viajando. Se marcarmos a hora, o local pode ser o mesmo, a Fiesp está à disposição e eu estou à disposição. Faz-se necessária a presença de todos.

**SR.** – Solicito que as reuniões, tão logo seja fixado o horário e local se possível seja disponibilizado para todos os e-mails do pessoal daqui, seja comunicado para facilitar essa agregação, tanto as reuniões dos subgrupos e do grupo principal.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Fica marcada para o dia 13 de março a reunião do grupo principal. Por favor, montem a discussão de vocês. Eu infelizmente não vou poder participar.

Um grande abraço e obrigado a todos.

**20.03.2000**

- Dráusio Barreto – Presidente da CETESB
- Rodolfo Costa e Silva – Deputado estadual. Coordenador do grupo temático
- Alaor Caffé – Professor da USP Recursos Naturais e Meio Ambiente
- Nilson Kobayashi – Representante da comunidade zenbudista na América do Sul e o Rotary International na área de meio-ambiente

**SR. DRAUSIO BARRETO** – É o responsável pelo inventário que a Cetesb, há dois anos, tem realizado em todo o Estado para a qualidade dos nossos chamados aterros. É um quadro importante e que, acredito, venha contribuir bastante para a ampliação do conhecimento e a discussão do tema.

**SRA.** – Já ouvi em outras discussões e por isso tomo a liberdade de colocar aqui mais uma vez.

**SR. DRAUSIO BARRETO** – A lembrança foi muito bem localizada, porque SR. João Fuzaro é um bom profissional.

**SRA.** – Não queremos que no diagnóstico a ser apresentado haja uma prestação de contas da ação da Cetesb. Muito mais do que isso são as dificuldades que o tema requer. Como o senhor pode verificar, já confirmamos a presença do respectivo representante no Brasil que está fechando um relatório sobre o saneamento ambiental nas Américas, no qual vai apresentar tudo, ou seja, água, esgoto, lixo, fazendo algumas referências maiores a lixo. A Helena Cátia também vai apresentar um tema muito mais voltado para a ação Unicef no setor de lixo no Brasil. É muito mais uma avaliação da situação. Depois haverá discussão nos dois outros blocos, exatamente sobre o financiamento do lixo, que é um problema gravíssimo, e do controle social sobre a ação pública disso.

**SR. DRAUSIO BARRETO** – Apenas para uma contribuição nesse sentido, quero dizer que a senhora falou de uma coisa absolutamente fundamental nas grandes discussões que a Cetesb faz hoje internamente, já que um dos maiores desafios ambientais é a destinação adequada dos resíduos, seja domiciliar ou industrial.

Mas, em particular, Deputado Rodolfo, a questão do resíduo domiciliar, a sustentabilidade econômica desses empreendimentos, desses aterros, tem de ser

discutida com muita propriedade. É a maior dificuldade que os municípios apresentam para poder lidar convenientemente com esse assunto. Quanto à ação de controle desses aterros – que embora sejam chamados de aterros, são verdadeiros lixões, sem qualquer tipo de operação adequada, com uma série de problemas, sendo um dos principais transmissores de doenças através de vetores por falta de operações adequadas, e a sobrevivência de pessoas da catação desses lixões numa situação extremamente degradante – a primeira barreira colocada entre a administração municipal e a agência ambiental de São Paulo, que é a Cetesb, é a questão da sustentabilidade econômica disso, já que não há fonte de financiamento próprio. Paga-se a taxa de limpeza, mas não existe um sistema de cobrança pela destinação final do lixo. Isso acaba entrando no orçamento geral do município. Portanto, parece muito adequado que se discuta esta questão que a Dra. Lúcia coloca, ou seja da sustentabilidade econômica desses empreendimentos, porque é a única forma de se ter numa discussão entre o poder público municipal e o Estado, que é mero agente fiscalizador desse processo todo, sobre algum encaminhamento que possa permitir uma operação mais adequada, especialmente para os municípios mais carentes, mais pobres, que não têm qualquer parcela do seu orçamento disponível para investimentos outros.

É muito importante ser discutido esse ponto. Se me for permitido, trarei um estudo que encomendamos a um renomado tributarista, Professor Antonio Roque Carraza, a respeito desse assunto, para que possa ser aqui mais compreendido e debatido na sua inteireza, por esta Comissão.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Alguém mais quer participar da discussão? Tem a palavra o Professor Alaor.

**SR. ALAOR** – Queria fazer um comentário sobre o problema enfocado. O programa é saneamento ambiental no limiar do século 21. No primeiro bloco fala-se em avaliações do saneamento ambiental nas Américas. A questão das Américas só

é proposta no primeiro item. Já nos itens segundo e terceiro não se fala sobre isso, especificamente no que se refere ao caso do saneamento e diagnóstico para o Estado de São Paulo. Não sei se os temas estão muito alargados. A polaridade entre América e Estado de São Paulo.

**SRA.** – A idéia era exatamente termos uma visão do que esse modelo de gestão está provocando nas Américas. É esta avaliação que a UTS tem.

**SR. ALAOR** – Mas é um modelo de gestão que se propõe?

**SRA.** – O saneamento ambiental nas Américas é o relatório da UTS, que acabaram de fechar e está mostrando a situação como estava, ou seja, essa modelagem existente. Dentro dessa modelagem, queremos ver como está o diagnóstico ambiental no Estado de São Paulo. É claro que ele não pode fazer uma avaliação, por exemplo, só do lixo separado de água ou de esgoto. O diagnóstico é geral nas Américas. Ele vai mostrar a situação do Brasil, dentro das Américas como um todo. Esse relatório vai ser trazido para o Fórum e pedimos para dar um destaque maior ao lixo, porque não adianta olharmos a questão do lixo desvinculada da grande questão ambiental como um todo. A questão do lixo é a mais frágil, porque não tem sustentação econômica.

**SR.** – Acho que é muito abrangente e, na verdade, temos pouco tempo, porque cada um vai ter apenas 20 minutos.

**SRA.** – Acho que até poderíamos pedir para eles falarem só do Brasil. Se acharem que é melhor, eles trariam o relatório, mas só apresentariam o Brasil.



**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Eu vi isso aqui, e realmente não queremos para fazer nenhum estudo com relação à questão do resultado na América Latina. Vi vantagem nessa história – e acho que o enfoque é Brasil e até São Paulo- mas quero saber a relação da UTS, que é um órgão para as Américas, para discutir a questão no Brasil e São Paulo, como é que eles estão abordando e querendo contribuir com esta questão.

Sabemos que a Unicef tem financiamento e todo um estudo, como Dr. Dráusio colocou, sobre a questão social do lixo e do seu manejo, e que tem estado muito preocupada com isso. Mas queremos saber o que isso pode trazer de contribuição para que possamos colocar dentro do nosso projeto para São Paulo. Se existem idéias e estudos para serem usados aqui, não queremos saber qual é a missão da Unicef no mundo, como ela está tratando o problema na África, isso não é problema nosso. Certo Tânia? Não estou nem um pouco interessado nisso. Queremos saber da Unicef como podemos usar o seu programa em São Paulo. Sabemos de programas da Unicef e da UTS que já estão sendo adotados no Rio de Janeiro. Então, queremos saber como isso pode vir, para que possamos trazer experiências deles em outros locais que possam contribuir com a nossa questão ambiental e possam ser desenvolvidas dentro do nosso território. Isto é que tem que ser provado pelo palestrante. Queremos as contribuições que possamos inserir na questão do Estado de São Paulo.

Talvez o título não seja muito adequado. Tirando esse primeiro, acho que temos que dar mais realismo, como falou o Professor Alaor, ou seja, fechar mais. Estou de acordo.

**SRA.** – Poderia fazer a avaliação da situação do saneamento ambiental no Brasil, com destaque para São Paulo. Temos meia hora para isso. Estamos pedindo aos palestrantes que deixem um documento, como contribuição, para que o Fórum, depois, possa ter material.



**SR.** – O seminário, como um todo, é sobre saneamento de resíduos sólidos ou resíduos de um modo geral? Porque no segundo bloco, da mesma forma, não há referência nenhuma. Tem um que é como sustentar a qualidade de vida, tecnologia limpas, que pode ser em todos os setores.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Temos que explicitar, pelo menos no título, para a pessoa saber que estamos tratando de resíduos sólidos.

**SRA.** – Por isso quando falamos no limiar do século 21, a minha proposta é que se coloque a questão do lixo urbano.

**SR.** – Então, é melhor colocar com clareza isso no seminário. Se não, o segundo bloco fica meio no ar, muito amplo e geral, porque não está se referindo a lixo. Pensei que fossem coisas mais abrangentes. É pouco tempo. Acho que são 20 minutos.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Pouco tempo não. O objetivo é ser específico, pegar amplamente esse setor de forma clara. A intenção e o gesto aqui está tendo uma distância, como diz o poeta.

**SRA.** – Acho que no título grande ficaria “Saneamento ambiental no limiar no século 21 – a questão do lixo urbano.” No primeiro bloco “Avaliação da situação do saneamento ambiental no Brasil e no Estado de São Paulo”. Subtítulo: acho que já poderíamos colocar o relatório da UTS sobre saneamento ambiental. Aí, ele já passa de Brasil, a São Paulo. Está bom?

**SR.** – Já especificar também no segundo bloco para não imaginar um bloco que está à deriva.



**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Professor, se explicitar no título do seminário claramente do que estamos tratando, acho que o resto fica amenizado.

**SR.** – Esse especialista da UTS teria condições de fazer esse relato do Brasil especificamente?

**SRA.** – Acho que sim. Falei com ele. Tinham fechado o relatório que vai ser motivo de um seminário no Rio. Ele faria um destaque e apresentaria aqui. O nome dele é Ivan Stribili, que é o representante da UTS no Brasil.

**SR.** – Anos atrás eu participei de um evento em Montevideu chamado “Cio D’água,” que reuniu entidades e movimentos comunitários ligados a saneamento na América Latina toda e achei que foi extremamente frutífera a troca de experiência. Talvez não devêssemos perder essa noção do que acontece na América Latina já que teremos a oportunidade de ter alguém que está por dentro desse assunto, ainda que vá focalizar o Brasil especificamente. Mas contextualizar no quadro das Américas não me parece muito mal. Acho que é útil.

**SRA.** – O que tínhamos pensado é que há uma tendência, nas Américas, à privatização do sistema. Acho que ele teria dados de uma avaliação do que aconteceu por décadas. Acho que isso também não me pareceu mal.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Desculpe, mas acho que todo mundo está falando a mesma coisa. O problema é o enfoque. Quer dizer, ele não vai aprofundar a questão dentro da análise da América Latina, sob o ponto de vista da cultura etc. Mas ele, que está representando o Brasil, poderia citar um caso concreto de programas que a UTS esteja fazendo no Chile e Argentina e que seja importante em experiências, para o que nos interessa. Não tentar fazer uma análise do que seria a solução para cada país, do que seja a política da UTS em cada país. Queremos que

traga programas que possam ser implantados no Brasil com relação à UTS, ou oportunidades que a UTS pode ter para o Brasil e para o Estado de São Paulo, bem como coisas que, no entendimento dele, possam ser utilizados para o Estado de São Paulo. Vejam bem, contextualiza-se a América Latina, com o Sr. Zarattin está falando, e toma-se o cuidado em dar o enfoque na questão Brasil, em cima do seminário.

**SR.** – Até como alternativa essa expressão “avaliação da situação” talvez seja um pouco forte demais. Vejo assim: um quadro do saneamento na América Latina e a posição brasileira, ou qualquer coisa assim. Mais do que uma avaliação da situação.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Peço ao companheiro que está representando a Isabel, para que se apresente ao pessoal e dê a sua posição.

**SR. NILSON KOBAYASHI** – Estou substituindo temporariamente a colega Isabel e represento, como ela, a comunidade zenbudista na América do Sul e o Rotary International na área de meio-ambiente.

Sou consultor de saneamento ambiental e poluição e sobre este aspecto quero tecer algumas considerações. Saneamento ambiental é um termo amplo. Se colocarmos o subtítulo “O manejo do lixo” induz a que lá na frente tenha outro subtítulo. Já participei de três reuniões de vocês como ouvinte, exatamente já prevendo a minha integração ao grupo. Se nós focarmos a questão do lixo, penso na linha do colega, que devemos colocar inclusive o manejo integrado do lixo. Por exemplo, o que causa à sociedade um vetor, que são os roedores que se proliferam às custas do lixo. Ou seja, os desdobramentos da questão do lixo, de forma que consigamos ter uma questão ampla da coisa. O diagnóstico é uma coisa e o que o lixo causa para a sociedade paulista, tipo leptospirose, é um desdobramento da questão.

Se colocarmos o subtítulo “Manejo do lixo ou a questão do lixo”, teremos que dissecar um pouco mais. Sou da área de controle e vetores também e chamou-me atenção quando ele falou em manejo integrado. Manejo integrado vai desde a criação de aterros até o combate daqueles animais que sobrevivem do lixo e que, por conseguinte, passam até moléstias para a sociedade paulista. É uma sugestão humilde deste colega que está chegando. Obrigado.

**SRA.** – Quando nós imaginamos este seminário, imaginamos que o seu público alvo fossem os integrantes dos 14 grupos que estão aqui na Assembléia, todos os Srs. deputados, e pensamos em chamar todos os Conselhos, os componentes do Consema, do Conevan e do Conselho de Recursos Hídricos, porque cada um deles tem uma platéia muito grande. Não pretendíamos discutir nada com muito detalhe, nenhum tipo de tecnologia. Não seria um seminário sobre o lixo, sobre o seu armazenamento, transporte etc. Não é isso. Para isso, achamos que existe uma série de seminários específicos. Gostaríamos exatamente de discutir a questão da avaliação de como isso está sendo feito e as dificuldades e os resultados, positivos ou não. Aí caímos em duas grandes questões, que são a sustentabilidade econômica, e estamos chamando duas pessoas, uma do IPEA e outro do Ministério do Meio-Ambiente para dar proposta de instrumento econômico que dêem sustentabilidade para isso; e ainda, o ICMS, como indutor da qualidade ambiental. São alguns dos caminhos que estamos abrindo para que isso funcione, trazendo, também, instrumentos de controle dos agentes sociais, que são representados pelo próprio prefeito, pela população, por esses comitês, pelos institutos de defesa do consumidor. Estávamos querendo discutir para que os Srs. deputados possam tirar daqui algum instrumento, alguma recomendação, que faça a gente votar isso.

Sobre a questão do lixo, se deixássemos, seria assunto para 10 seminários. Gostaríamos de ficar numa linha, não digo política, mas numa linha de avaliação e



de como enfrentar essa situação no segmento do saneamento ambiental, que consideramos, hoje, o mais desprotegido.

**SR.** – Quanto ao terceiro bloco faria uma observação a respeito do segundo item, que é o ICMS como no todo enquadrado. Só se refere ao ICMS e não mais a outras formas inclusive para indução de outros tributos específicos sobre o assunto?

**SRA.** – Parece que no caso desse palestrante há um trabalho específico sobre isso.

**SR.** – Não é a única forma de financiar isso.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Prefiro assim, a tentarmos esgotar o tema, porque precisaríamos de um mês se fôssemos pegar todas as formas de financiamento.

**SRA.** – Até sugeriria que essa pessoa citada pelo Dr. Dráusio pudesse fazer uma apresentação para a gente aqui. Será que é possível, doutor?

**SR. DRÁUSIO BARRETO** – Imagino que ele não se recusaria e o Professor Alaor deve conhecer o Professor Roque Carraza, um tributarista. Quando nós o contratamos na Cetesb para fazer um estudo sobre esta questão, ou seja, da possibilidade da cobrança pelo poder público, da destinação final do lixo, vinha atrelado ao projeto do Governo Covas, que se traduz em três programas, atualmente em desenvolvimento, na Secretaria de Meio-Ambiente, através da Cetesb, que são os planos regionais de resíduos domiciliares. Estamos realizando estudos que sirvam de subsídios para as prefeituras da região metropolitana. Esse é o primeiro plano, que é o plano estadual de resíduos domiciliares da região

metropolitana. O outro é para a região metropolitana da Baixada Santista, já entregue no final do mês de dezembro ao Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista e o terceiro está em formatação para o litoral norte. Estamos dividindo o nosso Estado na medida em que hoje já se sabe que a solução individual da destinação do lixo, mesmo que fosse a mais adequada, não seria possível realizar. Os municípios começam a ter muita dificuldade na disponibilização de área para que se possa construir esses aterros.

À medida que você começa a imaginar a discussão para a formação de consórcios, sejam eles formais ou informais, começa-se a discutir seriamente quem paga e quem recebe pelo lixo. Observe-se que um município que tenha a melhor vocação locacional para receber um empreendimento desta natureza necessariamente não se sente confortável em ter no seu território um empreendimento que venha recepcionar lixo de outras três, quatro ou cinco cidades. Todo mundo diz que a questão do lixo é muito importante, como é importante a feira, mas ninguém quer isso na porta da sua casa. Todo mundo tem uma certa rejeição à implantação desses empreendimentos. Aí, nós desdobramos isso dentro do viés do que é juridicamente possível ser cobrado, se é que é possível ser cobrado. Se o cidadão pode pagar por este tipo de serviço. Já que constatamos, com muita facilidade, o esgotamento do poder público para dar sustentação econômica a esse empreendimento. Sem dinheiro não se faz empreendimentos operados adequadamente. Vamos voltar àquela história de ter aterros licenciados que são verdadeiros lixões implantados no dia-a-dia com todas as conseqüências que temos cansado de observar. Mas quero imaginar que se esta câmara formular o convite ao Professor Roque Carraza, até porque estudou amplamente este assunto, ele poderia, sem sombra de dúvida, trazer aqui a sua contribuição a esta discussão.

**SR.** – Só quero colocar uma questão. Como você está falando, Dráusio, o problema como está aqui proposto no item 2, se refere ao mecanismo indutor da qualidade ambiental. Essa colocação que você faz, que é interessante, refere-se ao



modo pelo qual ele será remunerado, que é um outro problema. Especialmente aquelas questões relacionadas com a taxa, tarifa etc. Isso não está colocado aqui. Talvez este ponto que você acabou de colocar seja muito mais complicado. Esta questão da indução por parte da manobra fiscal, relacionada com ICMS etc. Então, acho que são duas questões diferentes, distintas. Uma referente aos mecanismos indutores, entre os quais não só o ICMS, porque existem outros inclusive, e outra é a remuneração do serviço. Este é um grande problema.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Foi boa esta proposta de fazermos essa palestra com o Dr. Carraza, especificamente sobre o trabalho que ele fez para a Cetesb. Acho ótimo convidarmos. Dr. Dráusio poderia ficar com esta incumbência de convidá-lo, embora nós o convidemos oficialmente também.

**SR. DRÁUSIO** – Farei um contato preliminar e informarei V.Exa. da possibilidade de ele vir fazer essa apresentação e aí a secretaria fará um convite formal.

**SR.** – Isso completaria, inclusive, esse quadro que aí está. Existe só uma outra questão que é a seguinte. O título do bloco é “Sustentabilidade econômica, gestão integrada e controle dos agentes sociais.” Ficaria melhor “controle pelos agentes sociais” em vez de “controle dos agentes sociais”, porque a expressão fica mais precisa. Mas aqui existe o item gestão integrada. Na análise dos itens não vemos a gestão integrada. Vemos a sustentabilidade econômica, o controle dos agentes sociais e esta parte que corresponde à indução da qualidade ambiental, e agora incluiria também essa postura da remuneração dos serviços. No entanto, a gestão integrada não está contemplada como um item aqui, propriamente dito. Então, ou se tira a gestão integrada, ou se se mantiver a gestão integrada no título, deve-se colocar mais um item na discussão.





**SRA.** – Este bloco já está muito carregado. Estávamos pensando exatamente em ouvir isso dos dois representantes de dois comitês.

**SR.** – O segundo bloco não poderia ser diminuído.

**SRA.** – Sustentabilidade econômica e controle dos agentes sociais.

**SR.** – Vai ser incluído ainda mais um item.

**SRA.** – Isso que o Dr. Dráusio está falando é uma coisa que se está fazendo na secretaria, sobre recursos hídricos. Os comitês têm até procurado fazer essa gestão com outros municípios, agrupá-los para gerir isso, mas é uma tarefa difícil. Institucionalmente não está resolvido.

**SR.** – Justamente esta questão colocada pelo Dr. Dráusio, que é de grande importância, especialmente em termos de regiões metropolitanas, por exemplo, é uma coisa complicadíssima, que envolve a tarefa da integração. Realmente, não há nenhum item que contemple especificamente este caso.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Em que ponto devemos corrigir?

**SR.** – Acho que deveríamos diminuir o segundo bloco que é mais neutro.

**SRA.** – Acho que é melhor tirarmos gestão integrada.

Se não vamos ter que fazer um no segundo dia. Fica muito complicado.

**SR.** – A idéia é a seguinte: ou se coloca gestão integrada, mas com a inclusão do que o Dr. Dráusio postula, quer dizer, a forma de remuneração de

serviços, que já é mais um outro item e mais o item integração, e aí, não tenham dúvida de que o segundo bloco tem que desaparecer.

**SR.** – Há necessidade de colocar a questão de sobrevivência econômica, porque este é um desafio nosso, em termos de proposta inclusive. Este é o maior desafio. E o seguinte é o de gestão. Quem sabe o doutor já nos traz qual seria o modelo como palestrante.

**SR.** – Absolutamente não pensei nisso. Estou apenas colocando a questão.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Também estou convencido de que esta questão de como articular integração e remuneração é importante. Eu mesmo apresentei um projeto de lei aqui, que modifica as atribuições da Sabesp, com a possibilidade da Sabesp ser também uma operadora de lixo. Foi uma solicitação muito grande que sofremos no primeiro governo de Mário Covas, por parte dos municípios. Como eles não agüentam, a Sabesp seria o consórcio. Como ela é para água, poderia também ser na região para o lixo. Mas quem vai remunerar, ficar com o ônus da feira na porta de casa? Alguém tem que ficar com a feira. Normalmente, você não quer ficar com a feira na porta de casa, principalmente porque não lhe dão nada. Para o sujeito ficar com o lixo, tem que ter uma contrapartida para tratar o lixo dos outros no território do município dele. Esta é uma questão fundamental para que possamos ter um modelo que funcione. Senão, não vamos conseguir alcançar. Esta é uma questão muito importante, talvez mais complexa do que a questão tecnológica.

**SR. DRAUSIO BARRETO** – A questão da remuneração é fundamental. Não passa outro modelo que não seja de criar uma arquitetura. Este é o desafio quando se pára para pensar no assunto, ou seja, a sustentação econômica desses empreendimentos.



Apenas para corroborar o acerto da propositura apresentada por V.Exa., que atribui mais esse encargo à Sabesp, sabemos que a Sabesp não concordava muito, mas era uma forma até de nós avançarmos um pouco o pensamento sobre isso, já que o conceito mais moderno de gestão nesta área, e em quase todas hoje, ligadas à questão ambiental é do poluidor pagador, é que pudéssemos ter alguma vinculação entre a geração de lixo e o consumo de água. É um dos modelos que existe aí pelo mundo, para que possa estabelecer uma correlação entre o consumo de água e a geração de lixo por uma determinada família e que isto pudesse vir agregado à conta de água. Lá na frente, depois, destacando a parcela referente ao lixo desta conta de água, como forma de você mensurar por um serviço que está sendo feito de forma universal, você tem que particularizar para poder cobrar. Aí vem aquela coisa do direito, que parece hermética, o que é tarifa, o que é taxa. Mas no final deve dizer quem paga por isso. Que nome se dê a isso não importa muito, embora no aspecto jurídico seja fundamental, mas alguém tem que pagar. Uma das linhas de construção para estabelecer qual era uma remuneração adequada dentro de uma divisão da geração do lixo, era isso estar atrelado ao consumo de água.

Mas este é um tema que tem tantos desdobramentos que, seguramente, este seminário vai colocar as premissas para que se possa depois continuar discutindo. Não tenha muita ilusão de que este seminário possa esgotar qual seria a melhor forma ou o melhor modelo. Acho que serão tantas as idéias e tantos os modelos que possam vir a ser apresentados, que teremos que parar um pouco mais adiante e nos aprofundar naqueles modelos que, hipoteticamente, tenham mais sentido para o Estado de São Paulo, diante da sua realidade.

**SRA. ANA** – Tínhamos pensado em convidar também algumas prefeituras que tenham um modelo bom, mas este é um assunto que realmente é muito difícil que elas aceitem.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Mas Ana, volta lá para o time e diz para os assistentes que eles têm de entender o seguinte: temos que resolver esta questão da integração e da forma articulada de fazer a gestão do lixo. Esta é a idéia-força que o Fórum século 21 quer passar para a sociedade. Mesmo que não cheguemos a detalhar qual é o modelo perfeito para fazer isso. Pelo menos este é o caminho. Por este caminho vamos conseguir avançar de forma pulverizada na área metropolitana, obviamente. Acho que no grupo de municípios isso aí está mais ou menos definido como uma estratégia que temos que discutir muito para poder viabilizar a sua implantação. Talvez seja a chave para que possamos avançar na questão do lixo no Estado de São Paulo e no país. Acho que temos que trazer gente para discutir isso. Precisamos ver alguma coisa na qual tenhamos uma posição não tão polêmica e enxugar para que esse tema possa aparecer. Uma coisa importante é o financiamento do setor. Outra coisa é o financiamento do setor pela sociedade. Ou seja, especificamente a forma de remuneração que o negócio lixo tem que ter. Quando se fala em financiamento, se entende órgãos internacionais, governo federal, governo estadual, e outras contas, como impostos. Isso é diferente. Agora como dar viabilidade econômica à questão da remuneração à prestação do serviço lixo. Temos que entrar neste projeto aqui.

**SRA.** – Já entra na discussão até de como se pesa, se por volume. Aí vai um dia todo.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Lá no começo, quando apresentei aquela coisa bem preliminar para o Grupo de Recursos Naturais, falei que tudo tem que ter a forma de remunerar e a questão econômica. Tudo caía numa matriz. Até o Nucci falou: “Lá vem você com esta proposta aqui, com a boca torta” Se não resolvermos o modelo econômico que vai sustentar, a coisa fica inviável.

**SRA.** – O senhor acha que vai haver um único modelo econômico?



**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Estou dizendo que temos que discutir os modelos em relação a isso. Temos que discutir as formas de fazermos uma remuneração da questão lixo, seja integrada, seja independente. Quer dizer, quais são as formas de remunerar pela prestação de serviço. A água até se discute, haja vista o problema da taxa, da tarifa que se envolveram e estão há 15 anos discutindo isso. Se você entra numa gestão do negócio lixo, sem estar estabelecido o que é, começa a dar problema e qualquer idéia vai naufragar. Acho muito importante discutir esta questão.

**SRA.** – Sim, mas aí a sugestão é que haja um bloco só sobre essa questão?

**SR.** – Ao contrário, é tirar o bloco 2 e acrescentar no bloco 2 a remuneração do serviço e a integração. A remuneração e a integração passariam a ser no bloco 2. Continuará a sustentabilidade econômica e o controle pelos agentes sociais no bloco 3.

**SRA.** – Esta parte de tecnologia do lixo ficaria substituída.

**SR.** – Se continuar seria impossível por causa do tempo. Aí só teremos mais um dia, mas aí fica complicado. É melhor fazer isso e numa outra ocasião exploraríamos essa parte do bloco 2, como está aqui colocado.

**SRA.** – Mas a respeito da remuneração da prestação de serviço, se me permitem, acho que existem várias experiências em curso no país integradas à água e algumas que estão sendo desenvolvidas para remunerar a prestação de serviço de limpeza urbana especificamente.

O capítulo da Abes-Paraná é quem tem mais acúmulo, vem sistematizando há bastante tudo que está acontecendo no país. Estado do Espírito Santo e Ceará.

Em São Paulo a coisa ainda está bem tímida, mas no Espírito Santo, já há mais tempo e no Paraná, sobre formas de remuneração. Talvez fosse interessante estarmos incluindo, para enriquecer o debate, uma pessoa que possa fazer um relato dessas experiências.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Perfeito. Combinado? Batemos o martelo. Quero lembrar que na nossa próxima reunião, já temos uma exposição marcada com Dr. Rubens Borne, que deveria ter sido feita na semana passada e hoje ele pôde. Marcamos para a próxima reunião que vai ser sobre Agenda 21 Brasileira Ele é da Comissão de Política e Desenvolvimento Sustentado da Agenda 21 Brasileira. Ficou para o início da nossa próxima reunião. Vamos ver se colocamos as duas palestras no mesmo dia. Eu sempre acho um pouco puxado, porque não conseguimos fazer reunião e ela fica muito comprida. Ou se jogamos para frente a questão da discussão com o Professor Carraza. Mas acerto com Dr. Dráusio essa questão e mando informar os senhores. De qualquer maneira, fica acertado que vamos tentar viabilizar, através do Dr. Dráusio Barreto, a vinda do Professor Carraza.

O outro seminário é sobre o Meio-Ambiente – Desenvolvimento Urbano. O Marcos poderia fazer uma exposição de como está a questão do Seminário do Meio-Ambiente Desenvolvimento Urbano.

**SR. MARCOS** – No mês passado chegamos a fazer uma reunião na Fiesp, da qual participamos eu, a Dra. Lúcia Sena, Sr. Romildo da Fiesp e Sr. Erasto. Chegamos a um certo consenso sobre o que seria o seminário, mas o rascunho ficou com a Dra. Lúcia Sena. Os senhores não receberam nada?

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Recebemos as sugestões em dezembro.



**SR. MARCOS** – Nós inclusive deixamos o rascunho que ela ficou de passar a limpo e mandar para os senhores, em função da nossa reunião, que foi em fevereiro.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Então vou ligar para a Dra. Lúcia e vamos passar por e-mail todas as informações que estão nesse relatório. Na próxima reunião vamos ter que fechar a data desse seminário e já vir com ele pronto.

**SR. MARCOS** – Discutimos muito sobre reciclagem, desenvolvimento sustentável, mudança de processo industriais. A discussão foi bastante rica, mas infelizmente não tenho nada aqui.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Mas é alguma coisa que eu possa ter a garantia que já vem com data pronta, como este aqui, isto é, fazer apenas a última discussão. Deste aqui, vamos fazer as alterações e implantar este seminário no dia 9 de maio. Temos que estabelecer e chegar neste mesmo ponto com este outro seminário.

**SR. MARCOS** – Exatamente, acho que temos que chegar neste mesmo ponto.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Só quero lembrar que foi proposto aqui um seminário conjunto, de quatro Grupos Temáticos do Fórum, ou seja, aquela integração que o Professor Nelson Nucci tinha cobrado dos comandantes do Fórum Século 21. Haverá um evento que vai envolver o nosso Grupo de Recursos Naturais e Meio-Ambiente, o Grupo de Trabalho, o Grupo de Ciência e Tecnologia, o Grupo de Indústria, para discutir a questão ambiental, as interfaces entre essas questões. Imaginem que esses quatro grupos vão se reunir num Fórum para poder debater as interfaces entre os grupos com relação a estas questões. É hora de definirmos, isso

vai demorar um pouco, mas temos que chegar com as idéias-forças e aquilo que queremos passar para o global, para todo o Fórum, do ponto de vista do nosso Grupo. Acho que é uma boa oportunidade para colocarmos questões sobre as idéias-forças que o Professor Néilson Nucci falou no começo da discussão. Evoluímos para isso para poder chegar neste seminário e discutir em cima dessas idéias.

Cada Grupo vai indicar três pessoas para acompanhar os trabalhos. Alguém se habilita?

Os quatro Grupos vão discutir desenvolvimento sustentável, ou seja, tentando trabalhar interface entre o Grupo de Indústria, Grupo Ciência e Tecnologia, Grupo de Trabalho e Grupo de Recursos Naturais e Meio-Ambiente. Esses quatro grupos têm que indicar três nomes de conselheiros para poder formar um grupo que vai montar esse Fórum de discussão na Assembléia, envolvendo esta temática do desenvolvimento sustentável. Estou propondo aqui que já se decidam três nomes para fazer esse trabalho. A Lúcia já deu aqui até alguma sugestão. Já que todo mundo deu um passo à frente. Propus aqui Ana Lucia Brasil, o representante da Fiesp. Se alguém se habilitar e quiser participar podemos incluir agora. Senão, vamos ver se o Lajolo, do PT, aceita. Nilson, você não quer participar da organização desse evento que vai pegar os quatro Grupos Temáticos do Fórum?

**SR. NÍLSON KOBAYASHI** – Aceito.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Então ficam o Kobayashi, a Ana Lúcia e vamos tentar conversar com o representante da Fiesp para ver se ele topa entrar nesta parada também e participar de toda a montagem desse Fórum envolvendo os quatro Grupos Temáticos do Fórum Século 21.

Tínhamos que definir um pouco a questão da redação do relatório. Foi feita uma proposta de manual orientador do Professor Sérgio Aratin. Podemos discutir aqui a forma, o esboço, a estrutura do relatório, mas estávamos pensando em



começar a escrever o relatório como se fosse já pegar os temas que vamos abordar, em cima desse roteiro. E já discutirmos o roteiro e trazer para conversa do grupo geral e entrar na reunião com um pouco desse tipo de análise do que vai ser o texto. A idéia do encaminhamento é esse.

O encaminhamento que eu tinha dado na outra reunião, até porque o Professor Sérgio Zarattin não estava na outra reunião, foi de discutir nesta reunião o roteiro. Acredito que não devemos fazer isso hoje, aqui. Deveríamos montar esse grupo, para começar a gastar um pouco mais de tempo em cima do roteiro e do próprio relatório e aí trazer subsídio para discussão. Depois disso, colocaríamos o grupo todo para debater o andamento dos trabalhos. Esta é a proposta.

**SR.** – Eu não recebi material. Proporia que fizesse isso primeiro. Não sei se há possibilidade.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Deve ter sido uma falha, professor, porque todo mundo recebeu. Na última reunião foi entregue uma estrutura de relatório com tudo que tem que ser feito. Não tem problema, passamos para o senhor uma cópia da proposta.

Esse encaminhamento é melhor? Ou seja, que façamos uma reunião que indique as pessoas que vão fazer esta discussão. Aí o pessoal propôs depois criar um grupo de revisão. Acho que não tem tanta urgência, mas já é um pessoal que não tem muito tempo para dedicar e já vê o trabalho pronto. Acho uma boa idéia. Vai afunilando para chegarmos com as coisas mais ou menos fechadas aqui. Pegar três pessoas para a elaboração e outras três para a revisão. Aí fica mais fácil. Vocês estão de acordo com esta proposta? Em vez de fazermos discussão direta aqui, faremos uma discussão em grupo do relatório e conforme ele for andando, quando já tiver conteúdo vamos pedir revisão. Mas, realmente, a discussão da condução vai vir para cá. Então, vamos ver quem pode participar do grupo que vai discutir a redação do relatório. Isto é, o encarregado de redigir e discutir a redação do



relatório final do grupo. Quem se habilita para a redação do relatório do grupo e tem tempo para isso? Marcos, Sérgio, Ana. Acho que devemos colocar essas pessoas para a redação.

**SR.** – Se V.Exa. me permite, ainda que não vamos discutir a estrutura do roteiro do documento, mas eu tinha em mãos um documento em inglês que exemplifica bem o que pode ser o resultado do nosso trabalho nesta comissão, que é o chamado “You Caner Report” sobre tráfegos nas cidades. Isso já tem muitos anos, mas foi um comitê montado um pouco à semelhança deste e que conseguiu produzir um documento que, de certa maneira, foi uma referência obrigatória do assunto tráfego na cidade, durante muito tempo. O Collen Bill Caner foi o coordenador desse grupo e o relatório tomou o nome dele. Acho que temos uma situação semelhante, porque a perspectiva que se desenha para o nosso relatório não existe, a meu ver, em nenhuma outra esfera, seja da administração, seja da sociedade. Embora, seja ambicioso, acho que é a perspectiva que cabe. Gostaria que tivéssemos bem claro que podemos fazer isso. Podemos acalentar e alimentar esta perspectiva.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Temos que formular um documento que seja referência de um período muito grande. Não adianta idéias prontas, não é um plano de governo que vamos implantar a partir da eleição municipal. Isto é um negócio que são idéias-forças que vão dar a tônica dos assuntos que envolvem o nosso grupo num período grande. Claro que é difícil saber quando as coisas caducam ou não. Porque algumas caducam e outras ficam, às vezes, durante séculos, como referência. Mas, de qualquer maneira, é uma idéia de se dar um *status* de algo que vai servir de referência para a discussão dos assuntos durante um período bastante grande. Acho que isso é perfeito.

Estava querendo ser um pouco operacional e tentar definir os revisores. O pessoal que fica na redação e botamos um contraponto na revisão, que é o pessoal



que tem menos tempo. Vamos colocar o Dr. Dráusio Barreto, Dr. Alaor, e o Dr. Nucci na revisão. Pela experiência esse nomes já são obrigatórios. Todos vão participar. Colocamos os três na retaguarda e vamos trazendo as discussões para cá. É mais eficaz para a gente poder conduzir esse processo. Tudo bem? De acordo? Se mais alguém quiser, mas a idéia é que fique só o mínimo de pessoas e nós participamos aqui. A discussão vai vir para cá, isso não busca vetar a participação dos outros. Mas se ficar com todo mundo, acaba não ficando com ninguém. Vamos fazer uma divisão racional das tarefas.

Também tenho que falar sobre o *site*. O site está pronto, só que aconteceu um problema. Na medida que aprontamos o site, a Assembléia também apresentou uma verdadeira revolução na área de Internet. No dia 22 será lançado um instrumento na Assembléia Legislativa que vai ligar a Assembléia Legislativa de São Paulo com o mundo. Se alguém lá no Japão quiser saber o que o Dr. Dráusio Barreto fez aqui na época em que era deputado, o japonês aciona o computador e vai poder acompanhar tudo que o Dr. Dráusio fez aqui. Há debate, há possibilidade de ter discussão, da pessoa acompanhar o trabalho dos deputados, o trâmite dos projetos, o Fórum Século 21. A Assembléia Legislativa vai ganhando uma transparência enorme, porque todos os prazos agora são acompanhados por qualquer eleitor. O eleitor vai poder acompanhar a lista do que está fazendo cada deputado, a sua participação na Assembléia.

No dia 22 vai ser lançada nesta Casa, com a presença do Governador Mário Covas, mais uma obra do Presidente desta Casa, Deputado Vanderlei Macris, que está fazendo uma gestão absolutamente fantástica. Quarta-feira será o lançamento de mais um projeto ambicioso, em conjunto com TV-Assembléia e o Fórum Século 21. Agora vem a Assembléia na Internet, interatividade total com o eleitor, uma coisa extraordinária que nos foi apresentado na semana passada. É mais um grande gol da Assembléia Legislativa.

O Deputado Vanderlei Macris, como gestor desta Casa, está fazendo história, do ponto de vista do seu trabalho. Isto é muito importante porque um



deputado, dos mais experientes do nosso partido PSDB. Realmente está fazendo um trabalho em equipe, que não é só do PSDB, mas tem o nosso amigo do PTB, Deputado Paschoal Thomeu e o Deputado Roberto Gouveia, do PT, que compõem a Mesa desta Casa.

Se os senhores puderem comparecer a este evento, realmente é uma grande questão.

Logicamente queremos que toda abertura seja um fato político. Está todo mundo convocado, os srs. conselheiros vão ser todos convidados, mas aqui temos homens que representam a classe política. Temos os Deputados Vanderlei Macris, Arnaldo Jardim, eu e o Deputado Jilmar Tato, e vamos convidar para compor a mesa e, na abertura dos trabalhos, o Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, Antônio Carlos de Mendes Thame, o Secretário Ricardo Trípoli, do Meio-Ambiente e o Presidente da Cetesb... Deveríamos chamar a Presidenta da Emplasa, que também seria importante para compor a mesa, porque são órgãos muito ligados à questão do meio-ambiente, à questão do lixo. Peço que isso seja incluído no projeto de composição, porque isso dá uma dimensão política importante, já que é o Fórum da Assembléia, que quer as suas soluções, mas trazendo sempre o campo político para dentro das discussões.

Alguém quer colocar mais alguma coisa, senão está encerrada a reunião.

O evento no dia 22 deve ser de manhã, mas o horário não está definido.

Esperem um pouco, não vamos confundir as coisas. No dia 9 de maio é abertura do seminário sobre o lixo. Falei agora que para essa abertura vamos convidar os secretários e representantes das empresas mais ligadas à questão do lixo etc., assim como nós, deputados, para fazer a abertura.

No dia 22 de abril, é o lançamento da Assembléia na Internet. Estou convidando vocês para participarem. Não haverá reunião do Fórum aqui. É só para vocês participarem desta verdadeira revolução que está sendo feito em termos de Internet aqui na Assembléia.



A vinda do Dr. Carraza, não tem data definida ainda. Dr. Dráusio vai conversar para ver se ele pode vir. Depois vamos combinar a data e informar os srs. conselheiros.

Podemos marcar a próxima reunião da comissão.

Dr. Rubens Borne vem no dia 21. Antes de conversar com o Dr. Carraza, não dá para definir a data.

Corrigindo, quero dizer que no dia 22 de março, e não de abril, será o lançamento da Internet na Assembléia. Depois confirmo para vocês como vai ser o evento, se está confirmada a data. Tive essa informação do PSDB.

**SR. DRÁUSIO BARRETO** – Vossa Excelência deveria agradecer a todos nós, porque ganhamos um mês na sua agenda, porque o senhor já estava no dia 20 de abril.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – No dia 5 de abril será a próxima reunião do Fórum Século 21 do nosso grupo.

**SR. DRÁUSIO BARRETO** – Deputado Rodolfo, no dia 5 de abril estará vindo o Borne para fazer uma apresentação, então não caberia eventualmente Dr. Roque que ficaria para uma outra ocasião.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Exatamente, porque duas palestras no mesmo dia, complica. Já tentamos fazer isso, mas ficou complicado, porque ficamos sem tempo para discutir com o palestrante.

Muito obrigado, mais uma vez, pela presença dos senhores.

**05.04.2000**

- .Rodolfo Costa e Silva – Deputado estadual. Coordenador do grupo temático Recursos Naturais e Meio Ambiente
  
- .Rubens Born –
  
- .Heraldo Marcon – Representante do Dr. Antônio Miranda da Costa Neto, Presidente da Assemae - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento
  
- .Antônio Marsiglia – CETESB
  
- .Marcos Ajzenberg –
  
- .Nelson Luiz Rodrigues Nucci –



**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Conforme combinado, está prevista a apresentação da Agenda 21 pelo Sr. Rubens Born, a quem agradecemos a presença, que é um apaixonado pela questão ambiental.

**SR. RUBENS BORN** – Queria começar agradecendo ao Deputado a oportunidade de estar fazendo esta apresentação. A iniciativa da Assembléia Legislativa pelo Fórum São Paulo Século 21 é não só importante mas realça mais uma vez a contribuição e o papel preponderante que o Legislativo tem em consolidar o papel democrático com a participação da sociedade, ouvindo-a, para também podermos estar melhorando o nosso aparato legal institucional. A idéia da Agenda 21 é não tentar trazer um modelo, mas sim uma referência também a um conceito que é utilizado na análise de acordos internacionais com vínculo jurídico, portanto de leis internacionais, que é o conceito de regimes e que talvez esta Assembléia, nesta iniciativa do Fórum São Paulo Século 21, queira também adotar alguns elementos dessa nova maneira de abordar leis internacionais para o resultado que virá deste Fórum. Acho que todos conhecem, mas a Agenda 21 Global também partiu da iniciativa de uma instituição que é ao mesmo tempo parlamento e executivo; as Nações Unidas têm as suas instâncias de parlamento, de formular recomendações, diretrizes e negociar acordos que se tornam leis internacionais e, ao mesmo tempo, as Nações Unidas têm uma área que seria um executivo global internacional através dos seus programas para o desenvolvimento, as suas agências especializadas tipo Unicef, Unesco, e assim por diante. Portanto, a Agenda 21 Global é resultado de um longo processo que se iniciou ainda na década de 70, 80, de sonhar o futuro, mas construir esse sonho com base na realidade do presente em ações concretas que possam ser mobilizadas, implementadas por um conjunto diferente de atores da sociedade. Analisar a Agenda 21 Global levaria também, pelo menos a Agenda 21 adotada no Rio de Janeiro, e aquela adotada no Rio de Janeiro foi marcada por uma conjuntura, a conjuntura do final dos anos 80, começo dos anos 90, um mundo dividido em dois



blocos, o bloco soviético se desintegrando, e a Agenda 21 Global foi negociada naquele contexto, num contexto também que com o desmoronamento do bloco soviético as relações norte, sul, entre países industrializados, países em desenvolvimento, voltaram a ter evidência e estavam bastante cristalizadas; na própria Agenda 21 adotada no Rio de Janeiro, nos conceitos de sustentabilidade, em alguns capítulos, percebemos essa cristalização de clivagens e de abordagens. Exemplo, o Capítulo 2 da Agenda 21 adotada no Rio de Janeiro tem um título mais ou menos como segue “Acelerando o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento”, como se nos países industrializados não fosse necessário questionar a sustentabilidade. É como se os desafios estivessem só nos países em desenvolvimento. Este é um pequeno exemplo de como a Agenda 21 adotada no Rio de Janeiro está marcada por essa clivagem. Ao mesmo tempo, a Agenda 21 Global do Rio de Janeiro está marcada por um conjunto de pensamentos de mobilização de atores daquela época; oito anos depois alguns atores, alguns segmentos avançaram, aprofundaram as suas reflexões, as suas experiências, novos atores surgiram na discussão da sustentabilidade, o que torna o debate de hoje, comparado com o debate de oito anos atrás, bastante mais rico. A questão de estilos de vida e regras do sistema também teria que ser analisada, e elas perpassam o resultado da Agenda 21 Global do Rio de Janeiro, em que muita ênfase foi dada por pressão dos países industrializados aos aspectos ambientais e em detrimento a aspectos que estavam na pauta da conferência do Rio como “Dívida externa dos países em desenvolvimento”, “Acesso à tecnologia” e uma série de outros aspectos importantes. A Agenda 21, então, surgiu na conferência do Rio, na cúpula da terra, em que foi realizada a conferência oficial das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento e, simultaneamente, o conjunto de atividades que reuniram ONG, setor privado e no caso das ONGs foram celebrados também acordos alternativos desde educação ambiental até a questão de águas, em que há um tratado das ONGs. A Prof<sup>a</sup> Emília participou, se não me engano, na Rio 92, da elaboração deste tratado sobre águas doces, talvez seja importante levar





ao conhecimento o conteúdo desse tratado – temos cópia aqui; os produtos imediatos, foram as duas convenções em que vinculam os países juridicamente, e os chamados acordos políticos, aqueles acordos em que não há obrigação jurídica do cumprimento, mas há um compromisso moral e político do cumprimento. Talvez essa seja também uma pista para o resultado que vai se tirar desse trabalho do Fórum São Paulo Século 21: como é que podemos promover que o conjunto de atores sociais do Estado de São Paulo sintam-se obrigado, no mínimo moral e politicamente, a implementar as conclusões, as recomendações que saírem aqui desta iniciativa, mesmo na existência de uma lei que obrigue os atores a implementar; esse é um dos truques, talvez uma das contribuições da Agenda 21 do Rio de Janeiro. A Agenda 21 foi negociada internacionalmente em uma série de reuniões multilaterais e foi finalmente adotada na Conferência do Rio, portanto, no mínimo ouviu 180 atores diferentes, que eram os estados nacionais, mas também recebeu contribuições de uma série de outros atores. Por exemplo, o capítulo 18, sobre águas doces, da Agenda 21, foi inicialmente rascunhado numa conferência na Irlanda, de 91, depois recebeu contribuições de ONGs, acadêmicas, de saneamento, de tal maneira que os representantes dos países acabaram adotando o capítulo em 18 de março de 92. Foi um processo complexo, com múltiplos atores, como está sendo, talvez, o processo aqui do Fórum São Paulo Século 21. Depois da conferência do Rio, foi a fase de implementação; as Nações Unidas resolveram, à semelhança dos acordos juridicamente vinculantes, as verdadeiras leis internacionais, as convenções, e em cada uma das convenções há um mecanismo de monitoramento e avaliação se as recomendações, no caso não recomendações, mas se os compromissos estão sendo cumpridos, que é a conferência das partes, ou seja, assembléia de condôminos daquele tratado internacional que anualmente se reúne, depois que aquele acordo entra em vigor, para avaliar se os compromissos e as metas estão sendo cumpridos. Nesse mesmo modelo, as Nações Unidas resolveram criar uma comissão chamada Comissão Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que se reúne anualmente, sendo



que a próxima reunião será este mês de abril, iniciando no dia 24; o Brasil é um dos países-membro dessa Comissão, são 53 países que fazem parte dessa Comissão, sendo que há três anos essa Comissão, nas suas reuniões em Nova Iorque, tem feito sessões em que é convidado o conjunto de atores, o setor empresarial, industrial, por exemplo, desde 97 são elencados temas foco em cada ano. O ano passado um dos temas foi a questão de turismo sustentável, e se convidou o setor empresarial de turismo, o sindicato dos trabalhadores, ONGs, comunidades que recebem turistas, quando os próprios delegados governamentais nas Nações Unidas ouviram dos diferentes atores sociais os avanços e as dificuldades para a implementação da Agenda Global 21. Talvez essa seja a iniciativa que o Fórum São Paulo Século 21 queira —também pensar num mecanismo de segmento, de avaliação das recomendações. A Agenda 21 é percebida de diferentes formas. É percebida ora como um plano de ação, ou um programa de ação, ora é como um embrião de política, política de desenvolvimento sustentável, porque ela reúne, tanto a Agenda Global 21 como a Agenda 21 brasileira, diretrizes e princípios mais filosóficos e políticos do que, muitas vezes, detalhamento de ações. Então ela é uma mistura de programa de ações com uma política pública. Os processos têm sido variados nas diferentes escalas, mas o interessante é que a Agenda 21 ficou conhecida também como um processo de chegar num produto, seja ele um plano, um programa de ação, um embrião de política pública, de uma forma participativa, como tem sido o caso desta iniciativa da Assembléia Legislativa, Fórum São Paulo Século 21. Na Agenda 21 brasileira adotou-se firmemente o conceito de que essa agenda só será uma Agenda 21 brasileira se expressar os desejos da sociedade brasileira. Ela não é nem uma agenda do governo, nem uma agenda setorial, nem uma agenda temática, mas ela procura, por um processo participativo, que é um pacto entre os diferentes agentes da sociedade sobre ações que no curto prazo podem ser desenvolvidas para gerar efeitos no curto e médio prazos, o rumo do desenvolvimento para o desenvolvimento sustentável. Por isso, muitas vezes se procura indicar experiências que possam ser demonstrativas ou exemplares. A



Agenda 21 Global eu já coloquei, mas esta Agenda muitas vezes foi confundida com o conjunto das ações para serem iniciadas no início do século 21. Lamentavelmente, no Brasil, por uma série de motivos, a Agenda 21 brasileira está ficando pronta só agora, no começo do século 21; a Agenda 21 adotada no Rio de Janeiro refere-se ao conjunto de ações que deveriam ser feitas entre 1992 e o ano 2000, de tal maneira que ao iniciarmos o século 21 tivéssemos um cenário diferente. Estamos mais uma vez oito anos atrasados; aí foi o *impeachment* do Collor, veio o Itamar Franco, primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique, estabilização da moeda, nunca foi prioritário; tivemos uma audiência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso há duas semanas, a Agenda 21 brasileira está parada no Palácio do Planalto, aguardando o seu lançamento oficial, mas mais uma vez acho que vai depender da pressão da sociedade, talvez até desta Casa, para que possamos chegar com mais força ao Presidente da República, porque obviamente os ministros de várias áreas, da Fazenda, da Reforma Agrária sempre têm pautas tão importantes quanto talvez a Agenda 21, e isso acaba ficando secundário. A Agenda 21 brasileira, então, está no momento aguardando uma decisão do Palácio do Planalto para ser decidida e lançada. A Agenda 21 Global tem como princípios a questão da sustentabilidade e desenvolvimento, um cenário futuro e uma análise da situação atual. Em trabalhos que temos feito no Instituto Vita Civilis temos procurado talvez romper — estou aqui na frente de ex-professor, Prof. Nelson e outros — um pouco a maneira como nós, engenheiros, ou planejadores, fazemos, que muitas vezes começamos pelo diagnóstico para depois, numa etapa seguinte, descrever possíveis cenários futuros e aí tentar elencar as ações. A Agenda 21, tanto Global como outras experiências que vou relatar, como para o Vale do Ribeira, que a primeira proposta de Agenda 21 foi por bacia hidrográfica, como uma Agenda 21 comunitária, começamos com o cenário futuro, com um sonho. Acho que a iniciativa desta Assembléia também, qual é o futuro de São Paulo, que futuro desejamos. E aí o diagnóstico é uma etapa, é um meio para poder construir o cenário futuro. Do ponto de vista metodológico, queria trazer essa semelhança entre o processo da



Agenda 21 e o processo aqui da Assembléia. A educação continuada, porque a construção do cenário futuro se dará mediante processos de capacitação dos atores e monitoramento e avaliação. Acho que esta Casa, e talvez o Fórum São Paulo Século 21, poderá, se já não o fez, pensar num mecanismo de monitoramento, de acompanhamento da implementação das recomendações que saiam deste Fórum, porque plano para ficar na prateleira não serve, então precisamos de mecanismo de avaliação. A Agenda 21 também tem as suas aspirações, ela identifica metas; a estrutura da Agenda 21 do Rio de Janeiro, para cada um dos temas elencados, coloca as bases, muito resumidamente quais são as bases, a situação atual, metas que se pretende cumprir, sempre de curto e médio prazos, nada daqui a 50 ou 100 anos, porque permite aos atores presentes avaliar e tomar as decisões que vão lhe beneficiar. A idéia é que sejam metas de curto prazo, para que possamos perceber se os atores presentes estão mudando o curso das suas atitudes. Eu passaria agora para a idéia de regimes, que independente do resultado deste Fórum São Paulo Século 21 se tornar talvez numa lei específica ou numa lei mais geral, a idéia de regimes, regimes como algo dinâmico, como um conjunto de instituições sociais que governam as ações dos diferentes atores que vão se sujeitar àquele regime. Os regimes são os mais variados. Existem regimes que acabam tendo estruturas para monitoramento — esse conceito está sendo muito utilizado para os tratados internacionais. Não obstante, entendemos que a Agenda 21 é embrião de um regime. Em geral, todos os acordos internacionais começam como um regime, como uma vontade explícita de um conjunto de atores de realizar algo. Então vamos proteger a atmosfera, por exemplo, o problema do buraco da camada de ozônio, então o conjunto de atores internacionais, não só estatais, expressam uma vontade e busca identificar ações. Em qualquer regime, na minha opinião, são três fatores, que eu chamo dos três c, eles dependem de uma fase que é sensibilização dos atores para o tema e busca de evidências e fatos que mostrem que aquele tema é importante. É o primeiro c, da conscientização. Uma fase seguinte, se virmos isso de uma maneira linear, que nem sempre é linear, passa a acontecer uma



negociação multilateral entre diferentes atores, atores de essências diferentes, empresas, governo, sociedade civil, de tal maneira a regular a atitude daqueles atores naquele tema. É o segundo c da contratação. O terceiro c, que seria a implementação, depende muitas vezes de capacitar os diferentes atores, tanto governos como setor privado, como sociedade civil, para que conduzam suas ações de acordo com as novas atitudes, com os novos preceitos. Qualquer plano que for contratado só terá sucesso se pensarmos na fase seguinte de capacitação. Capacitação organizacional, capacitação institucional, dotada de novos instrumentos como o PL 20/98, cobrança pelo uso da água, uma série de outras coisas, que são processos de capacitação da sociedade, dos diferentes agentes sociais em direção ao desenvolvimento sustentável. Portanto, todos os governos, empresas e outros atores têm responsabilidades com a Agenda 21, com a transformação do modelo de desenvolvimento para o marco da sustentabilidade, isso está consagrado na Agenda 21 Global. A Agenda 21 do Rio de Janeiro foi uma agenda feita para servir para 180 países diferentes, obviamente uma roupa que serve para 180 personagens diferentes não veste muito bem, portanto, há discrepâncias e muitas vezes alguns países que estão avançados. Há cinco anos fizemos uma primeira avaliação da Agenda 21 Global em alguns dos capítulos e um dos capítulos foi o de Saúde Pública, em que percebemos que a proposta da Agenda 21 do Rio de Janeiro para a saúde pública talvez esteja muito apropriada para uma região do mundo do tipo da África. No Brasil, o Sistema Único de Saúde, com uma série de outros programas, conhecendo a situação da saúde no Brasil, já está mais avançado em vários pontos do que a Agenda 21 recomenda. A Agenda 21 tem recomendações extremamente verticalizadas, no estilo de campanhas, e nós vivemos isso aqui na década de 60 e 70, campanha contra a malária, por exemplo; hoje temos um sistema de saúde muito mais avançado. É por isso que se recomendou também que cada país cumprisse, na medida do possível, a Agenda 21 Global, mas também realizasse uma Agenda 21 nacional que levasse em conta a sua realidade, o conjunto diferente de atores. Havia expectativa também de que São



Paulo pudesse ter a sua Agenda 21 estadual e, talvez, os trabalhos deste Fórum, mesmo não tendo nome de Agenda 21 estadual, reflitam esse desejo. Pelo menos, esse é o meu desejo. Esse foi o desejo também expresso, que eu me lembro, do governador Mário Covas quando antes do seu primeiro mandato, no segundo turno da eleição, em 94, a primeira pergunta que ele fez ao seu oponente, Rossi, foi como ele cumpriria a Agenda 21 no Estado de São Paulo, o que ele não soube responder; lembro-me muito bem que na época o governador falou que São Paulo cumpriria a Agenda 21.

Fico feliz porque, pelo menos a Assembléia Legislativa, espero que com o apoio do governador de São Paulo, esteja dando esses passos. Temos algumas propostas para bacias. Fizemos propostas para Agenda 21 do Vale do Ribeira — levantamento realizado pelo Ministério do Meio Ambiente há algum tempo, em setembro do ano passado, mostrou que cerca de 70 municípios brasileiros já tinham ou estavam em processo de fazer Agendas 21 municipais. Temos defendido a posição de que à medida do possível, utilizemos estruturas e organizações existentes. Quando isso for muito complicado, criar outras organizações. Temos defendido que, inclusive, os comitês de bacia, porque a bacia hidrográfica, do nosso ponto de vista, é a unidade territorial por excelência para lidar com as questões ambientais e sustentabilidade, que os comitês de bacia, por estarem elaborando os planos de bacia, possam também ser essas câmeras sociais onde se discuta a Agenda 21 e talvez possam ser também mais uma instância em que se discutam e se implementem as recomendações que saírem desta iniciativa da Assembléia. O Poder Legislativo e esta Casa estão dando o exemplo de que é o espaço também para discussão do futuro e do processo de construção desse futuro.

A primeira tentativa da Agenda 21 nacional foi a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável, decreto do Presidente Itamar Franco de junho de 94, sendo que ela nunca se reuniu. Por isso eu a denominei como uma comissão natimorta. Não houve, no âmbito Federal, clima político para convocar reunião, de tal maneira que isso ficou no limbo até 97, quando as Nações Unidas realizaram a



sessão especial da assembléia geral das Nações Unidas para avaliar o cumprimento da Agenda 21 Global; poucos meses antes dessa sessão especial da assembléia geral em Nova Iorque, em junho, em março de 97 se realizou no Rio de Janeiro uma grande conferência, que reuniu o setor privado, ONGs, academia, parlamentares e representantes de governo. O bilhete de entrada era que deveriam estar participando de processos de elaboração de Agenda 21. No caso os representantes governamentais também, esse era o bilhete de entrada. O Brasil que estava sendo o anfitrião, sediando o evento, não poderia participar, então rapidamente o Presidente Fernando Henrique, por um decreto, extinguiu a “Cidis” e criou essa Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável, Agenda 21, que é composta por dez membros, cinco representantes de diferentes ministérios, e cinco representantes da sociedade; setor empresarial, academia, e tenho participado como representante do Fórum Brasileiro de ONGs. Então a partir de 97 a Comissão se reuniu pela primeira vez, em junho, e a partir daí se deflagrou o processo da Agenda 21 brasileira. A Agenda 21 brasileira está correndo paralelamente a iniciativas de Agendas 21 locais, e a discussão é sobre qual o horizonte de tempo da Agenda 21 brasileira, se é para o final do século 21, para o início, para a primeira década, foi uma discussão muito intensa, e a idéia é que deveríamos pensar na Agenda 21 como algo que vai catalisar um processo de transformação da sociedade rumo ao desenvolvimento sustentável. Ninguém é ingênuo de achar que com um mero plano de curto prazo vamos fazer uma transformação radical, mas a idéia é semear, colocar os fundamentos dessa transformação em direção à sustentabilidade.

A Agenda 21 brasileira teve uma fase inicial, 97/98, que foi uma discussão metodológica, com polêmicas bastante marcantes, e se resolveu definir seis temas básicos, seis eixos temáticos para os quais se contratariam empresas, ou consórcios, para a realização de estudos básicos, sendo que esses estudos básicos seriam utilizados como subsídios para fazer uma redação de uma primeira versão da Agenda 21, e essa primeira versão que seria levada ao público para discussão e



criação dos possíveis consensos em relação às propostas. Estamos nessa fase. A primeira licitação foi cancelada por uma série de problemas, a segunda foi feita em novembro, os vencedores foram escolhidos em novembro de 98, de tal maneira que de dezembro de 98 até maio foi o processo de elaboração dos estudos básicos; em 99 se deu também com bastante polêmica a sistematização desses estudos básicos. Uma das polêmicas, por exemplo, foi uma discussão, que é interminável, sobre qual é o conceito de sustentabilidade, qual é o conceito de desenvolvimento sustentável. Podemos fazer cursos e cursos, teses e teses, é interminável, porque depende, obviamente, do ator, da essência; o ator privado cuja essência básica é a procura do lucro, ele vai olhar a sustentabilidade de acordo com a sua essência básica. Em todo o caso, esse foi um trabalho de tentar sistematizar; uma das maneiras que se encontrou de transcender essa discussão filosófica e política foi pensar que sustentabilidade e desenvolvimento sustentável é um processo e, portanto, não vamos como mágicos, a partir de um plano, de um conjunto de recomendações, transformar a sociedade. É um processo progressivo em direção à sustentabilidade, em que temos que identificar ações que gradativamente nos levem próximos ao cenário desejado, ao cenário futuro. Os temas foram agricultura sustentável, esse é o tema também da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para este mês de abril, na última semana; gestão de recursos naturais, infra-estrutura e integração nacional, ciência e tecnologia, redução das desigualdades sociais. Houve uma polêmica. Redução das desigualdades sociais, por exemplo, se achava que não devia ser tratada como um tema específico e sim como algo que perpassa todos os temas. Como eu disse no começo, a previsão, o desejo da Comissão é que agora nos meses de março e abril, e isso está atrasado, porque a Agenda 21 brasileira ainda não foi lançada oficialmente, a notícia é que durante o mês de abril, em função também do marco dos 500 anos de Brasil, seja lançada oficialmente. A idéia é que ao ser lançada — de forma eletrônica procurei já passar para os senhores a versão existente, assim como para a Sabesp e outros — se realizassem, num período que teremos que rever na Comissão, discussões intra-





setoriais; que o setor privado analise a proposta da Agenda 21, que autoridades municipais também analisem, ONGs, academia, cada um de acordo com sua essência, seu ponto de vista, sua visão de mundo, e que tire os pontos que pode convergir e chegar num consenso, e pontos que talvez tenham uma proposta diferenciada. A seguir, se realizariam audiências públicas estaduais ou regionais. Conversamos tanto com o Secretário Mendes Thame como com o Secretário Tripoli no sentido de verificar se as duas secretarias talvez de comum acordo com esta Casa poderiam abrigar uma discussão em São Paulo da Agenda 21 brasileira; acho que esta Casa especialmente, com o Fórum São Paulo Século 21, seja talvez o espaço ideal para discutirmos a Agenda 21 brasileira no Estado de São Paulo, de que maneira as propostas impactam, positivamente ou não, as propostas que inclusive estão sendo discutidas neste Fórum. Coloco-me à disposição dos senhores de estar colaborando nesse processo. A idéia, então, é que ao longo deste ano possamos estar, por esses processos de audiências públicas, recebendo os elementos que busquem identificar onde estão os consensos, as eventuais divergências e consolidar uma Agenda 21 brasileira que ficará pronta, então, para o século 21, considerando que o século 21 começa no dia primeiro de janeiro do ano 2001. Essa é a idéia.

A Agenda 21 traz elementos políticos importantes, que ela busca a cooperação dos vários atores, em vez do paradigma atual da competição entre os vários atores sociais. Ela busca e contribui para a democratização dos espaços e regimes internacionais, e pode ser um processo, aí a importância desta Casa estar envolvida com esse processo, de governabilidade e trazer a participação democrática; e traz a preocupação com o futuro e também de como ciência e tecnologia, ao estarem ajudando no diagnóstico, vão também ajudar a construção desse futuro. Em termos de Agendas 21 locais, Santos, Rio de Janeiro, Londrina, são cerca de 70 municípios que estão realizando suas Agendas 21 locais, municipais; alguns estados também estão fazendo Agendas 21 estaduais, como é o caso da Bahia. Minas Gerais chegou a desenhar uma proposta, parece que depois



sofreu problema de continuidade; nós chegamos a fazer no nosso instituto uma proposta, estimulados pelo Governador Covas naquele debate do segundo turno, acreditamos que estava na hora, chegamos então a fazer uma proposta, do ponto de vista das ONGs, para uma Agenda 21 para o Vale do Ribeira, portanto defendendo a idéia de bacia hidrográfica e tentando pegar uma bacia importante do ponto de vista de conservação ambiental, esperando que isso pudesse acontecer. Em fevereiro deste ano, o Governador, junto com boa parte do seu secretariado, esteve em Registro lançando o Fórum de Desenvolvimento Sustentável para o Vale do Ribeira, onde rerepresentamos nossa proposta e estamos em contato com os Deputados desta Casa que também estiveram ali. Fizemos também uma proposta de Agenda 21 de bairro, um bairro rural, já está esgotado, temos poucos exemplares, para mostrar que a Agenda 21 pode ser feita em qualquer escala, porque em qualquer escala há multiplicidade de atores, há interesses em conflito e pode-se construir um pacto para a geração e para a implementação de ações. Essa é então uma Agenda 21 de um bairro rural que envolve cerca de 150 famílias, Município de Sete Barras, uma área importante, e resolvemos comprar uma briga, na época, e o Prefeito Benedito Sacon dizia: “esses ambientalistas vêm aqui no meu município e estão criando obstáculo”; nós queríamos demonstrar cabalmente ao Prefeito que é possível gerar um processo em que o meio ambiente não seja obstáculo, muito pelo contrário, seja estímulo para o desenvolvimento.

Vou passar rapidamente algumas questões que já coloquei e mostrar: a Agenda 21 do Rio de Janeiro é um documento de cerca de 400 páginas; o processo da ONU levou vários países a fazerem ou suas Agendas 21 ou relatórios de como está essa Agenda 21, americana, Cuba, Alemanha, em cada país teve um nome diferente; existe uma comissão que monitora a implementação da Agenda 21 nacional. Esses países anualmente, o Brasil também, têm que apresentar um relatório para a ONU; talvez o que pudesse ser pensado, das recomendações do Fórum São Paulo Século 21, o Plano Nacional de Saúde, Ambiente, e Agenda 21 da Amazônia foram iniciativas do governo brasileiro para tentar cumprir com os



compromissos da “Rio 92”. Itanhaém, há dois anos, deflagrou um processo, não sei se chegou a sua conclusão, e também ONGs que buscam desde simples folhetos, como este do Município de São Paulo, até a grandes ONGs internacionais como a WWF, rede de ONGs na Noruega tentando deflagrar processos de discussão do futuro. A Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que tem procurado então fazer a avaliação, são boletins que circulam, e uma série de instâncias que se criaram para o cumprimento da Agenda. A Agenda 21 e o processo têm dado ênfase ao princípio precaucionário, o princípio de que é melhor prevenir do que remediar. Acho que essa é uma preocupação que deve estar presente; participei de duas reuniões aqui desta Comissão, de olhar o futuro pensando também como prevenir problemas, já sabemos que eles podem acontecer, como mesclamos uma abordagem científica e tecnológica com abordagem de consolidação de direitos, pensar mais na diversidade de atores do que na homogeneidade, como essa diversidade promove cooperação e como é que podemos, em função da equidade, ou seja, tratar desigualmente os desiguais para que um dia possamos ter igualdade, ter responsabilidades diferenciadas de acordo com as diferentes capacidades dos diversos atores e de que maneira a Agenda 21 Global tem gerado novas instituições, seja na escala internacional e não necessariamente novas organizações, mas talvez processos como esse do Fórum São Paulo Século 21. Mecanismos de comunicação nacional, ou seja, de transparência e de *feedback*, de avaliar, e mais uma vez acho que o resultado do Fórum São Paulo Século 21 será marcante para São Paulo se pudermos pensar num processo posterior de estarmos avaliando em que medida o conjunto de atores do Estado de São Paulo estará adotando seriamente as recomendações. Era o que tinha a colocar. Agradeço a oportunidade e coloco-me à disposição para perguntas. Para as outras reuniões, gostaria, sinceramente, de estar participando de todas e contribuir com a Comissão. Obrigado. (Palmas.)



**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Obrigado, Rubens. Já de pronto te convido para integrar o grupo de Recursos Naturais e Meio Ambiente do Fórum São Paulo Século 21. Para podermos cumprir a nossa longa pauta, rapidamente, se os conselheiros quiserem colocar alguma questão, por favor, Heraldo.

**SR. HERALDO MARCON** – Eu pediria que esse trabalho estivesse disponibilizado no nosso *site* para que pudéssemos consultar, porque um dos itens importantes é o cronograma, novembro de 2000, então precisamos nos mobilizar internamente, as nossas entidades, para podermos dar contribuições. Em Santo André, na região do ABC, dada a característica da região, uma região industrializada, etc., acho que seria importante levarmos a discussão da Agenda 21 para lá; eu pediria, então, que fosse disponibilizado para o acesso. Peço desculpas, mas preciso me retirar.

**SR. RUBENS BORN** – Gostaria de comunicar, Heraldo, antes que você saísse, algo que não está aqui na apresentação e eu acabei me esquecendo. Há um novo evento em curso sendo desenhado que acho pode ser muito auspicioso também para o Fórum São Paulo Século 21, que é a realização de uma segunda cúpula da terra, uma segunda conferência, quem sabe, no Rio de Janeiro, que seria a Conferência das Nações Unidas pelos dez anos da “Rio 92”. A decisão será tomada nas Nações Unidas até setembro deste ano. Há três países que se candidataram a sediar essa conferência, que são Coréia do Sul, África do Sul e Brasil. Esse foi um dos motivos da nossa audiência com o Presidente Fernando Henrique. Ele inclusive retomará a tradição de um presidente brasileiro discursando na Assembléia Geral em setembro nas Nações Unidas, tentando mostrar que o Brasil está tentando dar os passos para cumprir com os compromissos da Agenda 21, com os compromissos da “Rio 92”. Acho que o resultado e o trabalho do Fórum São Paulo Século 21 são elementos para ser colocados na mão do Presidente da República e, com isso, fortalecer a candidatura do Brasil para sediar essa



conferência em 2002. Em 2002 será um bom momento para mostrarmos para as sociedades brasileira e internacional o resultado do trabalho dessa iniciativa.

**SR. DR. ANTONIO MARSIGLIA** – Gostaria de elogiar a condução deste grupo, da Comissão de Recursos Naturais e Meio Ambiente pela explicitação forte que está sendo feita agora no sentido de se incorporar às preocupações de implantação da Agenda 21 dentro do Estado de São Paulo, através do impulso que certamente o Fórum do Século 21 da Assembléia Legislativa fará. Queria também aproveitar para comunicar que São Paulo deverá sediar um evento a cada dois anos, patrocinado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, que é a Feira Internacional de Tecnologia de Meio Ambiente, que será realizada aqui em São Paulo nos dias 29 a 31 de agosto e esse evento está sendo feito em conjunto com um pessoal da Espanha, que também a promove a cada dois anos na Espanha. No próximo ano será, entre 27 de fevereiro e 2 de março, em Bilbao, a “Feira Internacional de Proteção do Meio Ambiente, Proma 2001”. Estamos fechando com eles que, além da Feira, teremos também internamente um seminário para discutir problemas de meio ambiente, Agenda 21 e assim por diante. No caso do Brasil, em São Paulo será feito, no Centro Têxtil, aqui na Capital, entre os dias 29 e 31 de agosto; na Espanha, em Bilbao, entre 27 de fevereiro e 2 de março de 2001. Em todos os anos pares será feita no Brasil, nos anos ímpares na Espanha.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Obrigado. Dando continuidade a nossa pauta, aqui no item 2 está a questão do Seminário de Meio Ambiente ou de Produção e Meio Ambiente, que o Marcos Ajzenberg vai explanar pelo grupo sobre os convidados e como está a questão da montagem desse seminário.

**SR. MARCOS AJZENBERG** – O seminário saiu de uma subcomissão na qual participava o Romildo, a Lúcia Sena, a Ana Lúcia Brasil e eu. A partir de uma proposta que fechamos, procurei fazer esse relatório que está aqui. Procurei limitar



os temas, já que é apenas um dia de discussão, e procurarmos aumentar o debate através da qualificação do pessoal. O nome do seminário é “O futuro que queremos”; ele está ligado à discussão do desenvolvimento sustentável e das relações e conflitos entre produção industrial, comércio, serviços e meio ambiente; abertura, os Deputados, Presidente da Assembléia, Vanderlei Macris, Arnaldo Jardim que é o coordenador do Fórum, e os Deputados Jilmar Tatto e Rodolfo Costa e Silva que são desta comissão do Fórum. Na parte da manhã teríamos um debate ligado à produção industrial e meio ambiente, que chamamos de produção e meio ambiente, com dois temas principais: “Vocações da produção do Estado de São Paulo”, que seria um debate sobre quais seriam as indústrias e serviços principais que o Estado deveria prestigiar no próximo século, quais seriam as nossas vocações, e o segundo debate seria sobre “Adoção de tecnologias limpas na produção industrial”; uma discussão profunda sobre todas essas mudanças tecnológicas que já se anunciam, estão aparecendo, e que vão mudar profundamente o setor industrial no próximo século. Na parte da tarde teríamos o que chamamos de “Comércio, Serviços e Meio Ambiente”, e aí “Impactos e condicionamentos dos padrões ambientais na economia paulista”, então isso poderia ser uma discussão sobre vários assuntos, por exemplo, impactos na agricultura, impactos no comércio, em que temos todas essas coisas de Internet, e “Econegócios”, ou seja, onde exatamente a ecologia podia se tornar um novo negócio na economia paulista; tem então toda essa parte de parques, turismo e outras coisas. Os temas seriam bastante aprofundados, teríamos pessoal peso-pesado, como essa lista aí em baixo. Estou falando numa programação de duas horas e meia para cada tema, um de manhã e outro à tarde; temos dois expositores, 20 minutos cada um, seria um expositor da parte 1 e outro expositor da parte 2, e três debatedores, relativos às duas partes, 10 minutos cada um.

**SR.** – Queria fazer uma sugestão, apesar de simples, mas acho importante: quando falamos comércio, serviços e meio ambiente, serviços inclui turismo, mas eu



acho que devia explicitar, por exemplo, turismo, que é um tema importante no que diz respeito ao mesmo ambiente, quer dizer, só se desenvolve turismo se houver um meio ambiente propício e adequado. O nosso País, inclusive São Paulo, não tem dado ao turismo a importância econômica que ele tem em todo o mundo; é uma fonte, inclusive, de geração de empregos e de divisas para o nosso País.

**SR. MARCOS AJZENBERG** – Não tem problema. Podemos discutir de imediato. Retornando, dois expositores, 20 minutos, três debatedores, 10 minutos, abre, um intervalo de 10 minutos, abre para debates, 45 minutos, e depois temos um fechamento, em que poderiam participar os próprios Deputados que estariam no plenário, os expositores e os debatedores. Aí poderíamos abrir cinco minutos para cada um, podia ser 25 ou até mais. À tarde, inclusive, o fechamento poderia ser até maior, porque teremos mais espaço. Os nomes sugeridos, Horácio Lafer Piva, atual Presidente da Fiesp, Antonio Ermírio de Moraes, que dispensa apresentação, José Sarney Filho, atual Ministro do Meio Ambiente, Hélio Matar, Secretário do Meio Ambiente ligado à produção industrial ou do planejamento, Washington Novaes, um jornalista famoso que tem feito ótimos artigos sobre o meio ambiente, José Aníbal, nosso Secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldenberg, ex-Secretário de Energia, consultor e ex-Ministro da Educação, ex-Reitor da USP, Luís Carlos Bresser Pereira, também ex-Ministro, Roberto Mangabeira, candidato a prefeito, ele está aqui não como candidato a prefeito, mas como a pessoa que tem tido idéias muito avançadas sobre desenvolvimento industrial do Brasil, desenvolvimento em geral do Brasil, Prof. Newton Santos, professor emérito de geografia da USP, Prof. Celso Furtado, que também dispensa apresentação, e o Vicentinho.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Tem a palavra o Prof. Nucci.

**SR. NELSON LUIZ RODRIGUES NUCCI** – Estou tomando conhecimento agora e queria dar parabéns ao grupo que trabalhou; acho que está bastante



substantivo, acho que se está conseguindo colocar nos temas que podem ainda ser abertos, mas as idéias que estão aqui, todas as idéias que vimos de forma difusa discutidas aqui, de usar o ambiente como alavanca do desenvolvimento no século 21. Acho que está didaticamente preparado isso, porque fala nas vocações, nas tecnologias disponíveis, nos impactos ambientais atuais e nos econegócios. Gostaria muito de dar um enorme espaço para os econegócios; não sei se é possível pensar em dar mais tempo para essa parte dos econegócios, abrir a mais pessoas. Acho também que os nomes sugeridos aqui estão abrangentes, pegam o Horácio Lafer Piva, Antonio Ermírio de Moraes, pessoas que estão no sistema produtivo executivo atual, e tem os pensadores também, então acho que está muito bem composto. Dou parabéns e pergunto: será que não conseguiríamos, com a palavra Econegócios, trazer muita gente para conhecer essas possibilidades e se engajar, talvez, em alguns temas que até possamos sugerir no seminário, alguma coisa que até já conversamos sobre isso.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Desculpe, mas senti aqui uma provocação, quero ver o que vocês acham, como o tema está calcado em São Paulo, uma pergunta: o Sarney Filho para falar sobre vocação no Estado de São Paulo, não fica meio desfocado? O próprio Celso Furtado, podemos colocar outros personagens aqui que entram nessa história. Como o enfoque está em São Paulo, achei que o Sarney e o Celso Furtado, embora a importância deles, o Celso Furtado um extraordinário economista e político brasileiro do maior quilate, que não vai ser fácil trazê-lo aqui também, mas de qualquer maneira, como o enfoque é São Paulo, coloco a questão.

**SR. MARCOS AJZENBERG** – A lista está com 12 nomes, quer dizer, na verdade precisaríamos de cinco e cinco, totalizando dez.





**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Está bom, tem gente de todas as posições, está bem montado. Vai ser difícil trazer o Sarney, mas seria extraordinário porque seria um chamariz. Ele poderia falar sobre a questão das tecnologias limpas na produção industrial no sentido genérico. Estou só levantando essa questão pelo fato do enfoque ser São Paulo, então fiquei um pouco preocupado.

**SR.** – Uma preocupação. No item “Impactos e condicionamentos dos padrões ambientais na economia paulista” acho que a idéia é bastante feliz, porque no fundo coloca em discussão a questão do controle ambiental *versus* a operação da indústria. Em última instância é isso. E permite também discutir a evolução só da política de comando e controle por uma política de prevenção, que é alguma coisa que está começando agora, que é extremamente importante. Nesse sentido, talvez faltasse alguém que abordasse um pouco a questão do controle dos padrões; tem bastante gente que aborda a questão do lado industrial, mas faltaria um especialista para discutir um pouco o problema dos padrões do controle e da evolução da política para prevenção à poluição.

**SRA.** – Você poderia sugerir nomes.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Cuidado, tenho medo da agenda de poder. O Secretário da Agricultura, por causa do econegócio, é ele que toca no Governo do Estado.

**SR.** – Porque o sentido do Seminário e do Fórum é do ponto de vista da elaboração; elaboração significa produção. Se não for o critério em relação a político de marketing, prefiro o caminho da pessoa que se aprofundou, que estudou, que tem elaboração, material nessa área. Acho que será mais produtivo no final, porque isso depois vai entrar no relatório. Você conseguiu mesclar, que é importante, mas acho que entre um e outro eu prefiro mais quem elabora. Nesse sentido, por

exemplo, entre o Sarney Filho e o Celso Furtado, prefiro o Celso Furtado. Mas do ponto de vista de marketing, o Rodolfo tem razão.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – O que estou querendo dizer? O Secretário de Meio Ambiente, o Secretário de Recursos Hídricos, são conselheiros e vão estar na abertura da discussão desse processo. Então eles vão abrir e falar na abertura sobre a questão. Eles são membros do nosso grupo.

**SRA.** – Queria fazer uma sugestão. Acho que você tem toda razão, precisaríamos nesta Mesa trazer realmente alguém que entendesse da parte de controle, até para fazer o contraditório; acho que uma pessoa que poderia trazer uma grande contribuição nisso seria o Dr. Nucci, com certeza.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – O Dr. Nucci vai estar na parte do debate. Podemos ver os nomes, não precisamos resolver isso agora, mas está colocado, temos que colocar alguém no contraditório com relação ao controle dos padrões, e vamos ver qual é a melhor forma de achar essa pessoa que possa representar isso, que represente esse setor dentro da sociedade. Se for o caso, logicamente temos o Presidente da Cetesb, é autoridade que pode representar essa questão dos padrões, poderemos pegar o Dr. Dráusio.

**SRA.** – Estávamos aqui conversando, tem outro nome que queríamos estar sugerindo, na parte de Econegócios, talvez para falar um pouco sobre turismo, o João Dória Júnior, que é uma pessoa que está pensando efetivamente essa parte e poderia talvez estar contribuindo com conhecimento sobre isso.

**SR. MARCOS AJZENBERG** – Com todo o respeito, mas o Dória, não sei, da minha lista ele distoa um pouco. Um dos critérios que eu e a Ana adotamos, vamos dizer, de certa forma não queríamos mídia aqui. Eu prefiro o Vicentinho, ao Lula,



porque o Vicentinho é menos mídia. Eu acho o João Dória muito mídia; quando falo mídia é aquele negócio *light*, superficial, não sei se ele vai contribuir tanto.

**SRA.** – Ele foi presidente da Embratur, é a primeira pessoa que tentou encaminhar nesse sentido, acho que talvez ele tenha informações que possam ser importantes, não sei.

**SR.** – Gostaria de ressaltar a posição do Nucci. Ele colocou um negócio que nessa abordagem devemos dar ênfase, quer dizer, usar a proteção ambiental como alavanca, por exemplo, do turismo. Queria só dar um exemplo, acho que todos conhecem, Cancun é um projeto em que se investiu em meio ambiente e transformou aquilo numa área ambientalmente saudável e hoje tem lá um afluxo de turismo entre dois a três milhões de pessoas por ano. Essa ênfase que o Nucci deu, apesar do Lajolo ter falado fiscalização, etc., acho que é uma abordagem um pouquinho diferente e que traz mais realçadamente a idéia de se ter vantagens no que diz respeito à proteção e preservação ambiental.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Do ponto de vista global estão aprovados os nomes; vou agora ter que contatar essas pessoas para saber quem vai ser possível. Vamos incluir aí o João Dória Júnior, embora você não goste de mídia, faz parte. Se queremos empurrar esse negócio para frente, o quarto poder é fundamental. De 12 pessoas, uma da mídia, não é? Fala, Rubens.

**SR. RUBENS BORN-** Queria registrar alternativamente ao nome do João Dória Júnior, mas que mexe com a questão do turismo, quer dizer, São Paulo sedia o Instituto de Ecoturismo do Brasil, que é uma organização que aglomera agências de turismo, profissionais que estão procurando pensar o turismo de uma maneira sustentável; João Meireles Filho e João Alieve são dois nomes que estão na frente da direção. João Alieve é um dos diretores do Instituto de Ecoturismo do Brasil; na

Secretaria de Meio Ambiente tem uma agenda de ecoturismo, não sei quem é a pessoa, senão a própria Embratur e o Ministério do Meio Ambiente estão com grande programa de ecoturismo do Brasil.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Só um minuto. É importante ir anotando esses nomes, porque de qualquer maneira são pessoas fundamentais para serem convidadas para o debate. Professor Nucci, por favor.

**SR. NELSON LUIZ RODRIGUES NUCCI** – Queria insistir um pouco na linha do que foi falado pelo Rubens e pelo Marsiglia e, talvez, mudar um pouco a posição do Marcos. Achei que ele foi um pouco radical. Nessa linha acho que deveríamos procurar nomes de empreendedores da área ambiental, de turismo, de lazer, de recreação, eventualmente trazer a pessoa que inventou Cancun, não sei, ou similares. Outro dia vi por acaso num dos canais de televisão uma pessoa jovem falando em nome de uma federação já nacional, de empreendedores de turismo ambiente ecológico, não sei, não me lembro, mas hoje existe já esse mercado, tanto que os caras estão se organizando para explorar o mercado.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Vamos contatar essas pessoas todas. Segue na linha, bota o João Dória nessa parada, precisamos de alguém da mídia para poder fortalecer inclusive o Seminário. Vamos contatar todos para poder chamar para o debate. A força está no público, não está só no conferencista. De qualquer maneira, considero aprovado, vamos tocar em frente para fechar, porque o tempo é curto.

O próximo item é a questão do relatório final, do Prof. Zarattin. A Ana Lúcia vai falar sobre o roteiro do relatório final.

**SRA. ANA LÚCIA BRASIL** – Fizemos uma reunião e discutimos uma programação de que documentos deveriam ser lidos e constar pelo menos da



introdução desse relatório. Como o volume é grande e na reunião estavam Zarattin, Marcos Ajzenberg e eu, queremos continuar a conversar sobre o assunto, que é muito vasto, mas algumas coisas importantes que chegamos à conclusão é o seguinte: o documento Seade é um documento de referência do documento que vai ser produzido. Alguns documentos que contam essa história do desenvolvimento de São Paulo têm que constar como referência e serem mencionados, para que tiremos uma conclusão, e não fazer um relatório que seja só um amontoado do que vai ser discutido e apresentado aqui. No nosso ponto de vista, deveríamos ter um relatório, uma formatação de relatório que nos mostrasse exatamente o caminho que São Paulo pode seguir, tirando algum lucro do que ele já tem hoje. O que sentimos é que muita coisa foi feita e está estagnado, sem uma programação, um planejamento de utilização disso em termos de recursos naturais e meio ambiente. A nossa idéia é ainda começarmos a juntar alguns documentos para que tenhamos essa formatação melhor. Não sei se o Zarattin que colocar mais alguma coisa.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Tem a palavra Sérgio Zarattin.

**SR. SÉRGIO ZARATTIN** – Algumas coisas vão ficando claras nesse relatório. Estamos tendendo achar que não podemos colocar a questão do meio ambiente no Estado sem associar isso com o processo de desbravamento, expansão e povoamento do Estado. Temos um Estado totalmente antropizado hoje; é preciso termos clareza de que esse é um ponto de partida fundamental; do que é de formação natural nesse Estado temos remanescentes. Todas as áreas do Estado estão praticamente desbravadas, estão ativadas do ponto de vista de produção, e na verdade, esse meio ambiente que estamos ambicionando, é quase um meio ambiente que vai ser criado dentro dessa antropização, já caracterizado, já existente. O que ficou claro nessas primeiras discussões é o seguinte, foi tudo muito rápido, isso tem menos de 80 anos. Estávamos vendo que em 1916, um pouco além de Bauru, chamava-se Extremo Sertão do Estado; e a Secretaria de Agricultura,



através da comissão geográfica e geológica, organizava expedições através dos rios que cruzavam essa área para desbravá-la e incorporá-la ao espaço econômico. Em menos de um século depois temos uma imensa rede urbana, hierarquizada, com capitais regionais, cidades de porte intermediário, cidades de porte pequeno, tudo interligado por uma faixa oblíqua de rodovias, em algumas áreas inclusive com vários ciclos de produção econômica. Então essa coisa precisa ser colocada, porque ela situa historicamente o meio ambiente. Não podemos partir de uma visão pragmática, é porque é assim, não; é porque resultou disso. Isso é uma coisa muito típica de São Paulo; isso peculiariza a situação ambiental de São Paulo muito diferentemente do que ocorre na Bahia, do que ocorre no Pará, no Tocantins e outros estados. Então isso já está encaminhado, esse raciocínio parece que conta com o consenso do grupo, e tem bastante documentação sobre isso, bastante estudo. Não vamos inventar nada. Entendemos que é preciso situar e pontuar com clareza outras coisas, sendo que uma delas é a base jurídica. Esse grupo que se reuniu não tem condição de absorver isso; é preciso que tragamos possivelmente o nosso conselheiro Alaor Caffé aqui para fazer essa parte do trabalho para nós. Tudo isso é sintético. Não vamos fazer grandes análises, mas vamos trazer sínteses de conhecimentos que já existem e que têm que ser postos à luz, porque eles são significativos. Do ponto de vista jurídico, temos que pensar de onde promanam as nossas instituições jurídicas que lidam com recursos naturais e meio ambiente. Sabemos que a Constituição de 34 é importante nisso, mas não temos nos debruçado sobre as anteriores, 24, 91, para ver como essas questões foram tratadas; talvez devamos fazer esse repasse até chegar no que é mais recente. Essa é uma questão. A outra questão que entendemos e que deve ser abordada são os paradigmas conceituais e, por assim dizer, ideológicos, que informam a conduta que vem sendo seguida na formulação das políticas ambientais do Estado. A minha atenção tem sido despertada muito para isso, a minha filha estuda turismo, eu tenho de vez em quando que ajudá-la com trabalhos que falam de ecoturismo, essas coisas, então topamos com abordagens do que o modelo de parques



nacionais norte-americanos influenciou nas políticas de conservação ao longo do mundo. Está me chamando a atenção o seguinte: quais são os paradigmas conceituais que a nossa proteção e a formulação das políticas no Estado têm seguido? É preciso colocar isso com clareza, porque talvez alguns desses sejam equivocados para as nossas condições. Se ambicionamos um documento crítico e propositivo temos que pensar nisso. São coisas que foram evoluindo, que já foram ganhando consenso do grupo e que estamos em condição de começar a distribuir para outros conselheiros. Agora, o fundamental realmente vai ser chegarmos na parte propositiva. Tudo isso são apoios que vão nos levar a propor realmente políticas.

**SR.** – Permita-me um aparte, Zarattin. Dentro do que o senhor colocou, aliás, muito bem colocado, subentendi o seguinte: que praticamente São Paulo em termos de recursos naturais fica apenas com os seus recursos hídricos que estão, de certa forma, deteriorados, degradados, etc., e que qualquer tipo de avanço em termos de recuperação de recursos naturais tem que partir de políticas no sentido de preservar e recuperar qualitativa e quantitativamente os recursos hídricos, sejam os superficiais, sejam os subterrâneos. É isso mesmo?

**SR. SÉRGIO ZARATTIN** – Veja, os recursos que temos são remanescentes. O trabalho do Mauro Vitor, por exemplo, sobre a cobertura florestal do Estado é inequívoco a esse respeito. Hoje temos remanescentes de uma imensa cobertura vegetal que varria o Estado de fora a fora; é uma fonte importante. Vamos fazer repovoamento? Devemos ter políticas de repovoamento em que sentido? Num ambiente que está inteiramente antropizado. Então não são só recursos hídricos, são recursos hídricos a questão mineral; nunca foi um Estado extremamente abundante em recursos minerais e de grande valia, mas todo suporte do imenso parque de construção civil que se deu aqui usou os recursos do Estado. Como está isso hoje? O que resta fazer? São remanescentes também ou existe ainda alguma



ocorrência mineral de importância? Acho que temos que ter noção dessas coisas, atualizar o conhecimento sobre isso.

**SR.** – Dr. Zarattin, eu puxei o gancho daquilo que o senhor colocou no sentido de eventualmente recuperar recursos da natureza que foram perdidos nesse processo todo. Uma das formas que eu vejo de recuperar, na medida em que se recupera o recurso hídrico, o entorno desse recurso tem que ter uma natureza que também tem que ser recuperada.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Acho que um pouco cai na questão da formação dos subgrupos, dos grupos de discussão, porque conforme foi evoluindo a questão do relatório, quer dizer, esse é um debate que tem que ocorrer. E a parte que ainda é de preservação, como se trata essa questão, todos os recursos naturais passam por essa lógica ou é só a questão das florestas que passam por essa lógica? Temos que ter um espaço, e minha angústia é de que tomemos alguma diretriz no sentido de acelerar o processo de discussão multifacetada que esse grupo exige. É um grupo muito abrangente, então precisamos tratar essa questão de alguma forma que possamos estar fazendo as discussões, mesmo que percamos a noção do todo, por exemplo, vamos discutir a questão do lixo no seminário sobre a questão do lixo e assim por diante. No final, precisamos chegar às políticas, as linhas gerais das políticas nas várias áreas que temos que abordar neste grupo de Recursos Naturais e Meio Ambiente. Acho que devíamos fazer um esforço de tentar compartimentar isso em subtemas, pelo menos para fomentar um processo de levantamento de formação, levantamento documental, discussão preliminar, tal; como fazem, por exemplo, os conselheiros quando preparam o seminário, já chegam aqui com os nomes, com a idéia básica, a gente coloca em discussão e vocês já têm toda uma articulação prévia para poder discutir a questão. Acho que isso é importante fazer. Ou fazemos grupos de discussão ou *workshop*, fazemos só subgrupos dos conselheiros, chamamos novos atores nesse processo,



por exemplo, vamos discutir a questão da disposição do Tietê, por exemplo, discutir o Tietê enquanto rio, enquanto equipamento que envolve a despoluição, acho que a coisa deveria ser assim, mas todas as facetas da questão do Tietê, a questão da Billings, do bombeamento, da questão energética, da despoluição, podíamos agregar novas pessoas a um subgrupo que fosse levado por alguns conselheiros à reunião, se ocupando de instituições governamentais ou não para poder sair um *workshop* sobre essa questão, e com as linhas gerais a discussão, por exemplo, sobre o papel do Rio Tietê no processo de desenvolvimento no próximo milênio. Aí criamos um foco para discussão disso. Se formos discutir a Mata Atlântica, aí vamos trazer, agregar uma outra turma que certamente vai querer participar e que pode sair com uma proposta, levantamento de informações, aí já com foco mais em cima da Secretaria do Meio Ambiente, das organizações não-governamentais, SOS Mata Atlântica, para poder chegar às linhas gerais sobre essa questão, e assim por diante. Acho que temos que começar a preparar esses subgrupos de discussão, ou esses *workshops*, para poder avançar, para poder sustentar o processo de formação do relatório dos nossos conselheiros redatores. Essa é a minha proposta; dessa maneira explodimos esse grupo de conselheiros, cada um sai na montagem desses *workshops* como foco de discussão, fazendo as convocações; gastamos uma semana de maio convocando num esforço conjunto em cima desses *workshops* para poder criar, até testar as idéias, as discussões sobre temas como esses, de forma pública, senão podemos fazer um relatório absolutamente fechado, a quatro paredes, o que acho uma temeridade. Temos que estar fazendo as proposições do ponto de vista da sociedade, trazer a sociedade para a discussão. Uma maneira de tentar agora voltar um pouco àquilo que o Nucci chamou na primeira reunião de proposição de boca torta, mas que é fundamental para se poder chegar em algum lugar objetivamente. Já aproveito para dizer que nós temos que trazer à discussão das questões, o Nucci colocou inclusive, discutimos na nossa primeira reunião intensamente, mas a questão das idéias-força para poder marcar a



questão da posição do grupo e também as proposições do Fórum São Paulo Século 21 dando as linhas do que é que queremos nesse processo.

**SR.** – Por favor, eu queria acrescentar algumas coisas. Nesse documento que encaminhei tentando estruturar o que seria o documento final, existe operacionalmente ao final do documento uma proposta de quais subgrupos teriam que ser criados. Talvez pudesse se atentar para isso, para podermos potencializar o trabalho aqui do conjunto dos conselheiros. Vamos ter que dividir tarefas. Outra coisa que surgiu na nossa conversa como possível, talvez indispensável, é pedirmos a colaboração de algumas pessoas, de gente que já estudou essa realidade, que vai nos trazer uma coisa já mastigada. Não podemos começar inventar a roda. Para certas referências fundamentais, principalmente de natureza histórica e evolutiva, que são importantes, estamos pensando na professora Nice Le Cok para a questão do espaço econômico do Estado, que nunca foi homogêneo. Continua não sendo homogêneo, mas tem um processo evolutivo tematizado que seria importante trazeremos, porque tem implicação muito grande na questão ambiental. Como ela, outros especialistas. Por exemplo, na questão da cobertura vegetal, o Mauro Vitor é o *must*, não dá para fazer sem ele. E assim por diante, podemos trazer essas colaborações tópicas, não necessariamente tem que ser parte do Conselho, mas acho que com grande proveito.

**SR.** – Uma das sugestões que eu ia fazer é a primeira que o Zarattin fez, que achei extremamente oportuna; podia pegar aquela formulação de grupos que ele já propôs e partir dela, que já está amarrada com a estrutura do relatório e abrir inscrição, convocar.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Alguém tem aí os grupos que são propostos no relatório? Zarattin, você tem, para colocar, para podermos partir para discussões em cima deles?



**SR. SÉRGIO ZARATTIN** – Sim, tenho. Seria, primeiro, jurídico institucional, segundo, recursos hídricos, recursos vegetais e de fauna, recursos minerais, meio ambiente urbano metropolitano, dados gerais e de contexto; um grupo especificamente destinado a fazer uma abordagem de como a comunidade veio se posicionando e se organizando em relação a essa questão que é o nosso tema; um grupo que seria editorial gráfico, alguém que esteja encarregado, em princípio esse grupo nosso começou a fazer isso, da preparação, da juntada dessas coisas e conversão em documento. Precisa ficar bem claro, o documento não é objetivo nosso, o nosso objetivo é a formulação de propostas de natureza de política, de ambiente e de recursos naturais. O documento é um meio, no entanto, se não chegarmos a ele, e aí ele tem uma dupla função, ele é um registro e é um catalisador, e era uma espécie de *checklist* do que temos que fazer. Temos então que ver bem isso, não inverter, não converter aquilo que é meio e fim. Mas ele tem essa função meio dialética nesse sentido. Eu havia listado também um grupo organizacional financeiro, um pouco para tentar levantar a idéia de afinal o quanto se investe nesse campo, enfim, como é a organização administrativa para o enfrentamento da questão do ambiente e recursos naturais; isso tem importância porque a base jurídica dá um fundamento, um suporte de direito sobre o qual conduzimos as coisas. Acho que não se poderia deixar de abordar isso.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Em que ponto discutimos grandes projetos ambientais, de recursos naturais do Estado, por exemplo, a questão, como coloquei aqui, do Tietê, a questão da Mata Atlântica.

**SR. SÉRGIO ZARATTIN** – Então, cada um desses campos, recursos hídricos, vegetais e fauna, vai abordar os dispositivos que estão adotados para enfrentamento e as programações em curso e previstas. A parte de pano de fundo, como chamei, que é a compreensão desse processo evolutivo de como é o quadro fisiográfico do Estado, como se deu essa relação entre assentamento, ocupação,

criação de um espaço econômico e meio físico e ambiente, ecossistemas existentes, isso é parte mais fácil, sabemos as fontes e os colaboradores. O mais difícil é abriremos as caixas-pretas de como está isso, porque nem sempre temos as políticas claramente formuladas, não são de conhecimento público e não existem documentos sobre determinadas políticas ligadas a esses nossos temas. A abertura dessa caixa-preta é a mais difícil, e aí é que os conselheiros têm uma parte importante, porque eles vêm de áreas que têm acesso ao que pode ser a formulação a essas políticas conforme foram formuladas, quais são os programas, etc. Penso que isso é só setorializando, o que não é um mal, desde que não se converta em alguma coisa que impeça as sínteses. Acho que, operacionalmente, trabalharmos de forma setorializada é bom, desde que tenhamos perspectiva e saibamos realizá-la e depois fazer isso convergir ao final. Então para captar o que são os programas, quais são os grandes projetos, quais são as controvérsias, acho que essa tematização por setores ajuda.

**SRA. ANA LÚCIA BRASIL** – Vou discordar um pouco do que o Zarattin está colocando em relação à setorização; para estarmos entendendo o processo de como é que se deu a ocupação do Estado, o seu desenvolvimento, olhar o passado setorizado pode até nos ajudar, mas temos um problema muito sério, acho que isso é parte da crise que temos dentro da discussão ambiental, que é pensar o futuro setORIZANDO, e as relações e as ações nunca são setORIZADAS, elas sempre se entrecruzam. Uma estratégia que o Rubinho coloca para nós hoje, é que vamos pensar primeiro o cenário futuro e daí voltando e fazendo o diagnóstico *a posteriori* pode ser uma solução. Ao invés de pensarmos no que vai acontecer com os recursos hídricos, o que vai acontecer com a flora e fauna que praticamente não existem já que são remanescentes num Estado como São Paulo, por que não pensarmos que tipo de cenário futuro podemos estar imaginando, mesmo que seja num grupo reduzido, e a partir daí estarmos construindo um diagnóstico do Estado, talvez não pensando tanto na questão da evolução como uma coisa que é linear,



mas como ela se dá numa relação que é muito mais horizontal do que vertical, ao se entender essa evolução uma coisa após a outra. Acho que se começarmos de novo a setorizar e a pensar: bom, agora vamos falar de recursos hídricos, depois vamos falar de flora, depois de metrópole, vamos ter problemas muito complicados de definir o que seria desenvolvimento ou planejamento do Estado. Quando se coloca a questão do Tietê, o Tietê não se coloca simplesmente porque é água, mas pelas águas do Tietê passa a história do desenvolvimento do Estado em geral, tanto do processo de industrialização, de urbanização e agrícola. Esses grandes empreendimentos urbanísticos, por exemplo, que estão acontecendo na região onde estou morando agora, que é Campinas, os vários empreendimentos que estão acontecendo ao longo da Bandeirantes, como é que vamos tratar isso? Pela flora, pela fauna, pela água? Não tem como tratar dessa forma. Mesmo se acompanharmos o que é hoje uma pauta do Consema, de empreendimentos que entram no Consema, dificilmente vamos poder discutir essas coisas setorialmente. Os recursos naturais, vistos dessa forma são só suporte, não são o meio e as suas inter-relações. Nesse sentido seria interessante, talvez, pensarmos o passado setorialmente que temos condições para isso, mas vamos nos projetar numa coisa mais interligada, e não as caixinhas por elas porque isso é um problema; a própria questão que o Marsiglia coloca com recursos hídricos, quer dizer, a grande questão das legislações hoje das políticas de recursos hídricos é que não separa a água do solo, e do que está sobre a terra, que permite que discutamos bacia hidrográfica de fato. Até então era muito difícil porque só se discutia água, o seu valor mineral, cultural, e agora não.

**SR. ANTONIO MARSIGLIA – Água como recurso.**

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA –** Acho que está todo mundo certo, quer dizer, isso é dialética, as coisas não começam pelo diagnóstico nem pelo futuro; quando falamos nas idéias-força, ou aparece um seminário futuro que queremos,



estamos fazendo, na verdade, esse caminho, tentando dizer o que é que estamos propondo afinal, o que é a síntese, para depois chegar no diagnóstico. Ao mesmo tempo é impossível viver sem preconceito. Uma vez um sujeito me fez esse desafio, chegou numa sala cheia de profissionais, ele falou: “Vocês vão escolher um número de um a dez, e aqui nesse retroprojeto vai estar o número que eu sei que a maioria vai escolher.” Logicamente, eu imaginei aquilo impossível. Enfim, escolhemos o número, tal, aí ele iluminou lá e falou: “A maioria aqui escolheu o número oito”. Aí fez um levantamento geral e realmente o oito deu disparado. Ele falou: “É porque tem muito homem aqui; se tivesse mais mulheres seria o número sete”. Mas por quê? Ele falou: “Por que não é minha profissão, eu sou um cara de marketing e sei que vocês gostam do oito, agora, por que vocês gostam do oito não é problema meu.” Então, quer dizer, mas vocês vêm com preconceito. Quando você começou a falar que se temos um ambiente já sacrificado do ponto de vista ambiental, tal, tal, você já trouxe um diagnóstico. Está certo? O diagnóstico sempre existe, mesmo quando você fala lá na frente. O que você não pode é ficar montando o monstro de um diagnóstico, sem uma preocupação de onde você quer chegar. As duas coisas, no fundo, são fundamentais, vamos ter que estar trabalhando de um lado e do outro, fazendo esse vai-e-vem, para poder construir esse relatório. Esse relatório é meio, mas vai ter um relatório que é o fim; o relatório na hora em que começamos a discutir, a dizer que os seminários são relatórios, estamos fazendo o que queremos; estamos levantando o que já foi feito, estamos fazendo um relatório meio, para poder fundamentar a nossa análise em cima de uma realidade, porque muitas vezes pensamos que compreendemos a realidade, sendo que às vezes não compreendemos. Ou compreendemos muito de algumas áreas que conhecemos bem e não compreendemos de outras áreas que temos notícias delas. Então, as duas coisas são fundamentais nessa questão. Não podemos perder os dois pontos dessa questão.



**SR. ANTONIO MARSIGLIA** – Deputado, permita-me, preciso sair porque tenho compromisso agora, mas gostaria de colocar a questão dos recursos hídricos do ponto de vista, por exemplo, do que está acontecendo hoje na Alemanha. Existem já tendências na Alemanha de refazer o estado natural de alguns rios com os seus meandros, exatamente para, através disso, influir na recuperação da natureza no seu entorno. Então quando percebemos que o recurso hídrico é um ponto fundamental para o meio ambiente e também para a sociedade humana, ele pode ser um gancho importante para projetarmos o futuro. Não podemos considerar que a situação que hoje está presente diante dos nossos olhos, de um passado que se construiu de forma não adequada, não possa ser olhada para um futuro de uma maneira diferente em que possamos reconstruir e até voltar atrás em algumas ações que foram feitas equivocadamente. Essa é a minha preocupação.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Marsiglia, não queria perder a oportunidade de você estar aqui, antes de você sair, queria pegar este item 4., porque é exatamente você o conselheiro que eu gostaria que pegasse este abacaxi, que é o seguinte: está tendo a discussão em Brasília, muito importante, que é a Agência Nacional das Águas, que cai direto em cima do PL 20 da cobrança pelo uso da água e Plano Estadual de Recursos Hídricos que está implantado no Estado de São Paulo. Está no Senado, está sendo discutido, já tem gente propondo lá que sejam isentos os pequenos agricultores, tem gente que acha que todos os atores têm que participar de alguma maneira, mas de qualquer modo estão definindo como é que o recurso vai ser captado em nível Federal, que 70 e tantos por cento volte para as bacias hidrográficas, significa que 23% vai ficar em Brasília; temos uma proposta que fica 100% aqui, então começa embananar a Legislação Estadual. Precisamos criar um *workshop* para discutir essa questão da ANA aqui no Estado de São Paulo, para poder inclusive definir a estratégia da aprovação do PL 20, o que vamos fazer nessa história toda afinal de contas; até onde prejudica o PL 20 essa questão da ANA? Vai ter mais um seminário aqui no dia 10 de abril sobre o PL



20, promovido pelo Governo do Estado, tentando alavancar a implantação do PL 20. Eu vou participar desse seminário representando o Presidente da Assembléia. Tem então esse problema, quer dizer, o que fazemos com o PL 20 se tem a ANA; sem resolver o que vai fazer a ANA fica difícil resolvermos o que vai fazer esse PL 20. A coisa embananou, virou uma confusão federal dessa questão, o que é muito importante para nós; acho que é uma discussão atual, então acho que o grupo tem que propor. Não podemos deixar de ter um seminário sobre a questão água, sobre a questão de recursos hídricos no Estado. Vamos fazer sobre lixo, sobre produção e meio ambiente, temos que fazer um seminário sobre água. Temos que montar um grupo e começar a preparar, primeiro, *workshop* sobre a ANA e sobre o PL 20, e Plano Estadual de Recursos Hídricos; e o seminário das águas, que logicamente o Marsiglia será um dos conselheiros que irá participar.

**SR. ANTONIO MARSIGLIA** – Quería só avisar o caro Deputado que na próxima semana estaremos fora de São Paulo participando do Simpósio Luso-Brasileiro, que será em Porto Seguro, em função dos 500 anos de nascimento do nosso País. Era para ser em Portugal, os portugueses concordaram que fosse no Brasil, com o evento da celebração dos 500 anos. Tenho como informação que a Abes está acompanhando o desenrolar das atividades legislativas sobre a legislação de recursos hídricos, e a Agência Nacional da Água, que alguns chamam de “Anágua”; estamos agora com um companheiro nosso em Brasília acompanhando isso, e ele vai colocar e atualizar informações no nosso *site*, mandando inclusive para o seu *e-mail* pessoal as atualizações.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – É muito importante esse seminário Luso-Brasileiro, uma das discussões importantes que há sobre política nacional, processo de privatização, posição europeia, posição de Portugal, é muito importante esse seminário que vai acontecer em Porto Seguro. Estará acontecendo em Porto Seguro por questões históricas.





**SRA.** – Acho que já poderíamos tirar aqui alguns nomes para começar discutir esses seminários sobre água. Então, democraticamente, Dr. Marsiglia, Emília, Dr. Nucci.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – No *workshop* a Lúcia parece que esteve lá em Brasília na discussão da ANA, então é importante que nesse *workshop* a Lúcia participe da organização. Ou então podia até separar essa coisa, *workshop* sobre a ANA, que a Lúcia podia junto com o Marsiglia montar, e o seminário das águas já pega esse grupo de quatro e já vamos montar as duas coisas: Lucia Sena, Marsiglia, Nucci e a Emília. Está bom assim?

**SR. RUBENS BORN** – Antes que o Marsiglia se retirasse, na sua condição de Presidente da Abes e aproveitando a sua presença aqui, gostaria de reforçar a importância de que esta Casa desse atenção, se não me engano, a uma proposta que o Governo vai fazer para emendar a nossa Lei Estadual de Recursos Hídricos em função de todo o episódio da mudança do manual do Fehidro, da exclusão de um segmento importante que é um dos tripés dos comitês de bacia da sociedade civil, da exclusão do Fehidro, parece que depende de uma mudança da lei, gostaria então de solicitar o apoio da Abes para isso.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Está registrado.

**SR.** – Deputado, estou preocupado com o assunto anterior que ficou pendente; tivemos algumas discussões, algumas idéias, mas acho que há uma contradição, que é como organizarmos os grupos que vão fazer o relatório, que vão dar idéias, que vão dar elementos para o relatório.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Não, vamos agora voltar a essa discussão. Foi essa questão do Marsiglia, mas vamos voltar ao item 3.



**SR.** – Estou de acordo com o que falou a Emilia, a setorização realmente pode perder um pouco a visão de conjunto, mas não sei se podemos manter essa idéia dos grupos que o Zarattin propôs e colocar um outro grupo, ou dois grupos, que seriam um para criar exatamente esse contexto de macroidéias, que é um pouco que o Rubens chamou de cenário futuro ou coisa equivalente. E que pudesse acoplar, por isso pode ser um grupo só ou dois grupos, os grandes programas que já temos certeza podem estar a serviço dessas macroidéias. Esse grupo, que acho aí deve participar a maioria dos conselheiros, é uma espécie de fio condutor que não torna algo caído do céu, o diagnóstico de cada setor que está lá. Acho que ajuda a ter um diálogo. A segunda sugestão, já não é bem aí, mas é em função dos dois seminários já programados, o do saneamento ambiental no limiar do século 21, a questão do lixo, e o futuro que queremos; acho que aqui já é uma boa oportunidade para se começar a afirmar e a ir construindo o cenário das macroidéias ou das idéias-força. Tenho insistido nisso, mas devíamos já marcar o seminário para uma linha dessa. Caberia talvez aos Deputados Rodolfo e Jilmar fazer a abertura, que o inglês diz melhor: o endereçamento de cada um dos seminários, e colocar esses seminários a serviço dessas macroidéias, dessa idéia da alavanca do desenvolvimento a partir do ambiente, elaborarmos um pouco, aperfeiçoarmos. Quando for o seminário da questão do lixo urbano, acho que os Deputados Rodolfo e Jilmar já colocar isso. Quando fosse falar do futuro que queremos, também já colocar, e aí estaremos construindo esse conjunto de idéias-força etc.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Estamos mais ou menos definindo; aqui discutimos o relatório, o segundo seminário, falamos sobre a Agenda 21 no Brasil, vamos criar um processo de pressionar para que isso ande no âmbito político estadual, estamos falando do seminário das águas, um *workshop*, tal; fazendo a definição do que é setorial, do que vai ocorrer no setorial, ou seja, definindo os três grandes seminários que vamos fazer, e os subgrupos, esse grupo aqui é que tem



que discutir as idéias-força. Vamos então preparar o manual global orientador de tudo que vai estar debaixo desse guarda-chuva. Já tem gente discutindo lixo, água, céu, o mar, não sei o quê, então não é mais nossa tarefa; a nossa tarefa é fazer com que isso tudo tenha um chapéu, ou seja, uma força condutora que dê uma costura entre as idéias. Esse é o grupo que vai agora se reunir aqui. Vamos começar a discutir o que? A questão das idéias, dos grandes eixos, porque já distribuimos a tarefa de estar levantando informação, trazendo informações do setorial para o processo de discussão nosso. Estamos com o time armado, como se diz no futebol. Temos o pessoal que está estruturando o trabalho do ponto de vista concreto, que está pegando todo o material conhecido para fazer o relatório meio, como disse o Zarattin; temos o pessoal discutindo do ponto de vista setorial, seja via seminário, *workshop*, subgrupos estabelecidos. Precisamos agora discutir a linha, o que vem desses subgrupos, questionamento, e possamos discutir então o guarda-chuva que é a nossa questão fundamental, e vai ser nessa reunião que vamos passar a discutir isso aqui, só o global, e vamos dar informes das questões setoriais. Até podemos organizar a nossa pauta fazendo isso, primeira parte informe sobre o que está acontecendo nos subgrupos, depois a discussão das idéias-força tentando fazer uma grande contribuição para o Fórum São Paulo Século 21, quer dizer, um enfoque não no nosso grupo, discutimos isso na primeira reunião que faríamos enfoque nos recursos naturais, mas com a visão de que queremos apontar soluções, propostas, o futuro para o Estado, ou seja, que vamos daqui fazer também uma provocação do setorial que já somos, porque quando falamos o setorial, é o setorial do setorial, porque já somos setoriais. Vamos então fazer daqui a provocação para o Fórum São Paulo Século 21, tentando organizar o guarda-chuva geral, que é o que faltou. Não é tão fácil ter esse guarda-chuva geral. De qualquer maneira é uma contribuição grande que podemos dar, mesmo que não seja a mais perfeita do mundo. Acho agora temos que fechar o grupo, melhorar a questão dos subgrupos que o Zarattin colocou ali, ver se tudo está incorporado, os grandes projetos do setor se estão com endereçamento lá dentro dos subgrupos do



Zarattin, se está tudo contemplado dentro da proposta, organizar esses subgrupos e partir para a questão geral, para a questão do guarda-chuva que vai orientar as idéias do nosso grupo.

**SR.** – Mas eu não entendi se está aceita a idéia de na abertura já fazer uma espécie de endereçamento.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Exatamente. Agora vamos preparar aqui essas idéias; até o dia do primeiro seminário vamos definir algumas idéias. No outro seminário, de junho, já vamos estar melhor. Eu mesmo na abertura posso fazer essa colocação em nome do grupo, do que é o nosso entendimento, do que é esperado do seminário, a condução, a nossa visão do que é a posição na área de recursos naturais e meio ambiente, do papel do Fórum São Paulo Século 21, e por aí se vai passando para os conferencistas, para os debatedores a questão do que discutimos aqui do ponto de vista global.

**SR. SÉRGIO ZARATTIN** – Presidente, queria fazer alguns esclarecimentos e pontualizar algumas coisas. Eu talvez não tenha me feito entender direito, mas nunca passou pela nossa cabeça que esse pano de fundo a respeito da evolução fosse qualquer coisa setorializada. Ao contrário, a idéia é que isso ficou claro nas nossas primeiras abordagens, temos que abordar o setorial, mas o setorial absolutamente diferenciado conforme o período histórico que a gente analise. E a idéia, portanto, é fazer uma análise integrada desse processo que nos deu esse estado que temos hoje, esse meio ambiente e esses recursos naturais que temos hoje. Isso é integrado, não é uma análise setorializada, no entanto temos que ter um conhecimento do setorial porque o setorial não evoluiu homogeneamente. Todo processo de ocupação teve fundamentalmente afetado um primeiro momento pelo parque ferroviário que foi implantado. Mais adiante, e já bem mais adiante, já neste século, depois da passagem de Garcês pelo Governo, da Comissão Interestadual

da Bacia Paraná/Uruguai, a criação da Cesp, a construção de barragens para a geração energética teve um peso fundamental. A fase em que a Light provia energia elétrica e remanejava todos os recursos hídricos desta região, não era no estado inteiro, era meio concentrada no que é hoje o complexo metropolitano expandido, é outra coisa, outros momentos. Então esse setorial tem que ser abordado nessa análise evolutiva, mas de uma maneira integrada. Houve momentos históricos em que setores tiveram mais peso e mais interferência, e foram mais estratégicos do que outros. A nossa idéia do setorial é muito mais que abriremos as caixas-pretas de como estão se fazendo as coisas hoje, e aí quero deixar uma coisa conceitual, que a meu ver é preciso haver clareza, que é a palavra diagnóstico. Bani o diagnóstico das minhas elaborações desde a década de 70 e pagamos um preço brutal neste País por termos enveredado por essa ideologia do diagnóstico no período de 65 a 75. Isso foi um tremendo “mico” metodológico que realmente desviou o que devia ser nosso trabalho de planejamento. Bani o diagnóstico das minhas cogitações e das minhas práticas, da minha metodologia, e acho que com razão, porque o que temos, nada pára para esperar o nosso diagnóstico. A realidade está andando, o Estado está organizado, a Secretaria do Meio Ambiente está lá; a Sabesp, os recursos hídricos estão organizados de uma maneira, as ações municipais estão organizadas de outra. Tudo isso está acontecendo com base num sustentáculo institucional que é organizado nacionalmente pelos três níveis de governo. O que vamos fazer em relação a isso, que é como se fosse um bonde andando, é pular no estribo e tentar dizer que rota mais proveitosa e mais legítima deve seguir. Está longe de tudo isso qualquer idéia acadêmica de diagnóstico. Para mim é um tremendo “mico” metodológico, proponho que esquecêssemos de vez essa expressão diagnóstico. Não estamos aqui imbuídos como um *Le Corbusier* qualquer, um harmonizador da sociedade para dizer “ela está doente aqui e ali”, não é isso. É uma ação fundamental política em cima de um bonde que está andando e não está resolvendo, não está atendendo direito; o bonde está indo meio que descarrilando, essa é que é a verdade. Com toda a estrutura que tem, sabemos que



o meio ambiente não conversa com a área de recursos hídricos em uma coisa fundamental, que é como deve ser a legislação de bacia. A primeira legislação de bacia está dando imagem de como esse estado caminha de forma totalmente descoordenada. Isso é um problema. Esse bonde está indo e está indo mal. Não está indo como deveria ir. Estamos tentando entrar nisso aí par ser se pomos um pouco de senso de sentido social nessa parafernália institucional que está toda montada, apropriada de maneiras variadas, com ideologias variadas, aí se fazendo sentir, tendo um peso tão material quanto falta a disponibilidade de recursos. Mas diagnóstico, não.

**SRA.** – Só um informe. Essa Comissão de Redação vai se reunir no dia 10 de abril. Essa reunião no dia 10 de abril, seminário sobre o PL 20, será o dia inteiro? Porque se for, vamos desmarcar.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Não é na Assembléia, é no Instituto de Engenharia.

**SRA.** – É o dia inteiro? Porque tínhamos marcado para 10 de abril lá na Abes São Paulo a segunda reunião da Comissão de Redação, o dia inteiro.

**SRA.** – Tínhamos até combinado com a Lucia Sena, com a Emília.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Veja então outro horário, porque acho importante participar.

**SRA.** – Porque na Comissão de Redação a discussão é geral do que é importante, do que precisa incluir.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Veja, essa questão do dia 10 resolvemos mais tarde. Estou preocupado porque primeiro vamos discutir as grandes questões do ponto de vista global que Emília, Nucci e Zarattin colocaram. O que queremos, as idéias básicas para podermos chegar com uma posição concreta nos seminários. Todo mundo está de acordo com isso, que agora vamos direcionar a reunião para isso. Segundo, que criemos os subgrupos para podermos agilizar o processo de levantamento de informações, ou abertura de caixa-preta, ou discussões preliminares, ou discussões preparatórias para podermos dinamizar o processo de construção do resultado do trabalho. Vamos partir da proposta inicial do Zarattin. Todo mundo está de acordo com isso? Vamos chegar ao grupo de redação, mas temos que chegar no subgrupo que vamos criar introduzindo a questão dos grandes projetos no roteiro geral do que o Zarattin colocou, que é bastante amplo. Isso está tudo bem? Está fechado? Vamos partir do Zarattin, propondo em cima dos subgrupos. Podemos trazer uma proposta e encaminhar para os conselheiros.

**SRA.** – Acho que não temos pessoas para criarmos cinco ou seis subgrupos. Temos que manter uma discussão geral e alguns documentos, algumas contribuições dessas pessoas vão ter que serem buscadas por nós mesmos.

**SR.** – Alguns conselheiros não precisam necessariamente ser um grupo. Por exemplo, se pegamos o Alaor Caffé, pode macetear toda a parte jurídico-institucional.

**SRA.** – O fato da própria Lucia já entrar no nosso grupo, com o conhecimento também jurídico que ela tem, ela já encaminha, damos para o Alaor finalizar algumas coisas, senão não anda. Veja, da nossa reunião fomos três. Se for cinco, não há uma pessoa para cá.

**SR.** – Acho que a questão não é criar ou não grupos, é divisão, como é que dividimos as tarefas. Se não as dividirmos, não saem.

**SRA.** – A minha sugestão é a seguinte: ampliamos o grupo central, que na primeira reunião fomos só em quatro, e tentamos lá subdividir as tarefas.

**SR.** – Eu sou contra. Eu acho que isso é tarefa do coletivo, acho que aqui é que devemos subdividir. Quero saber se tem gente que encara essa questão de macetear, de como vem evoluindo, qual é o quadro básico constitucional das leis maiores, quais são as políticas que estão definidas formalmente hoje, qual é o anteparo institucional que temos para trabalhar no meio ambiente, nos recursos naturais. Isso é um dado de realidade fundamental que precisamos ter. Outra coisa é o que está correndo na área de saneamento. Qual é a política que orienta hoje a área de saneamento. Sabemos que em tempos que gostaríamos de esquecer a economia de escala era o critério fundamental que orientava tudo, inclusive os faraônicos projetos dos quais estamos até hoje pagando o preço desses “micos”, que acabaram não se realizando, por mais que advertíssemos que não iam se realizar, que o “Sanegram” não iria chegar nos 63 metros cúbicos por segundo, que era “mico”, que era barca furada, que tinha que ter alternativa, implantaram e está aí. Quais são as políticas? Sabemos que naquele tempo era assim, sabemos que houve flexibilização. Qual é a política hoje? Não poderemos redirecionar esse bonde se não soubermos para onde ele está apontando. Isso precisa ser puxado, não é o mesmo grupo do jurídico. Isso está com o pessoal que está na área da engenharia, na área do saneamento. Outra coisa é a questão de florestas; é uma multiplicidade de aspectos, se não suprimos eles aqui, não fazemos. Vamos evitar aquele risco de entidade de classe, onde há uma grande união na hora de fazer eleição; acabou a eleição fica o presidente e o secretário fazendo tudo. Nesse grupo eu não entro para fazer isso. Só vai dar resultado e tem que ser uma elaboração coletiva que envolva uma organização racional do trabalho, uma subdivisão de tarefa. Não





precisa ser subgrupos, tem que ser pessoas. Mas as pessoas têm que assumir e dizer: “isso eu trato”.

**SRA.** – Deixe-me dar uma opinião. Acho que precisamos pensar muito, porque se começarmos a tratar os assuntos de uma maneira muito setorial não vamos conseguir fazer um planejamento e uma proposta que seja integrada e que fale efetivamente em desenvolvimento. Não dá para se falar em florestas se não falarmos em água e coisas assim. Tenho muita preocupação de dividirmos em muitos subgrupos. Eu, por exemplo, já estou em três subgrupos. Acho que temos duas tarefas que são fundamentais a fazer e que todos nós poderíamos estar colaborando. A primeira, e aí concordo com você que não vamos chamar de diagnóstico, mas vamos chamar sim de uma análise daquilo que ocorreu e daí não concordo, por exemplo, de tratarmos a parte jurídica e institucional dissociada dos aspectos econômicos. Acho que esta análise para trás, nós realmente poderíamos e deveríamos estar analisando o que aconteceu em termos de evolução econômica e de fatos econômicos e o que isto trouxe do ponto de vista da legislação ambiental, porque no momento em que estamos num Fórum, dentro da Assembléia Legislativa, acredito que as propostas devem ser encaminhadas para sugestões de novas políticas públicas, novas legislações que venhamos a sugerir em decorrência disso. Acho que do ponto de vista do passado, por exemplo, a água está pronta; a Emília tem esse trabalho publicado, que traz toda uma análise histórica estabelecendo fases, que acho estão totalmente imbricadas com a evolução da legislação ambiental, ou seja, podemos dividir perfeitamente essa análise da legislação ambiental em cima dessas fases, fazendo a análise de 1500 até 1930 e depois a da industrialização até 1960, quando a legislação sofreu uma série de alterações e depois a fase mais desenvolvimentista a partir de 80. Acho que essa análise anterior deveria amarrar todas essas coisas e pode haver já muita coisa escrita que podemos estar levantando. Acho que há um outro grupo, que teria que estar pensando a estrutura do que vamos propor. Vamos propor algumas coisas em



termos de política para recursos naturais e aí passa o que vamos fazer com remanescente de Mata Atlântica, mas ações de maneira sustentável; assim tem muita coisa acontecendo em relação a isso como os macrozoneamentos ecológicos, econômicos, que já estão pensando há muitos anos isso que poderíamos estar incorporando nessa discussão. Por exemplo, uma coisa que não vi nenhuma referência até aqui, que é o problema de biodiversidade, que precisamos estar pensando. Embora digamos que temos pouquíssima mata, temos o maior remanescente em Mata Atlântica do Brasil no Estado de São Paulo. Isso significa proteção de biodiversidade. Acho que poderíamos pensar em uma proposta de como estruturar essa proposta de política pública, vendo quais os assuntos que vamos focar como proposta dessa política e fazer um grupo, como por exemplo na parte de água a Emília tem uma contribuição incrível, já que a tese dela foi nesse sentido. Em matéria de florestas, posso trazer uma bibliografia bastante interessante e algumas pessoas que podem estar contribuindo. Se fizéssemos dois grandes grupos, poderíamos ter mais tempo para estar fazendo essa discussão porque cinco, como ele propôs, acho que nós mesmos vamos acabar sendo os cinco grupos.

**SR.** – Não tem nada mais longe da minha idéia do que isso. Estou falando em divisão de tarefa e temos que dividi-la bem, recortar direito. Nunca pensei em ter uma visão setorializada, somos críticos da visão setorial, mas há que entender que o Estado é setorializado e é veemente setorializado; tente entrar no feudo de algum secretário para ver como ele “cai matando”. Isso é uma conotação do problema. Se não setorializamos, não pegamos isso que está acontecendo em cada área. E é importante porque é o ponto de partida. Não estamos criando a roda. Ela já está feita e está rodando, está meio excêntrica. É preciso deixar essa roda mais redonda. Essa divisão de tarefas é exatamente para dar um recorte. Se fizermos dois grupos disso aqui, não faremos nada, porque não fica clara a tarefa. É preciso que tenhamos condição aqui de ter perfeitamente claro todo o fundamento da ação

sobre o meio ambiente e os recursos naturais tal como está hoje. Alguém tem que fazer. Outra coisa é quais são os programas, quais são as políticas públicas em recursos hídricos hoje. Não sabemos, inclusive porque as políticas não são expressas. É preciso desvendar isso aí. É a mesma coisa com recursos de fauna, de vegetação, etc. Se não trazemos essas coisas concretamente, pode ser que tenhamos uma belíssima idéia-força que já esteja “careca” de saber, de estar dentro do Estado. Aí fazemos papel de bobos. Temos que ter uma grande consistência naquilo que argumentarmos. Não vejo saída a não ser dividirmos as tarefas dentro de uma organização racional.

**SR. MARCOS AJZENBERG** – Estou vendo essa discussão de fora, acho que todo mundo está falando mais ou menos a mesma coisa. O Zarattin não falou em subgrupos.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Eu falei em subgrupos.

**SR. MARCOS AJZENBERG** – É, você falou. Vejo como inviável dividir em subgrupos. Não temos gente para compor subgrupos. Acho que a posição do Zarattin para mim está clara, quer dizer, precisamos dividir tarefas. É dentro do grupo, não é que o Alaor vai compor o subgrupo jurídico institucional. No fundo, quem vai ter que redigir no relatório o item jurídico-institucional é o Alaor, não tem outra pessoa aqui, assim como a Lucia Sena vai ter que redigir alguma coisa dentro do relatório. No fundo é divisão de tarefa. Não é questão de montar subgrupos. Acho que o Zarattin foi muito feliz quando colocou um escopo de relatório, uma itenização de relatório. Se estamos contra ou a favor, temos que mexer na itenização do relatório, temos que examinar o que foi feito, porque acho que ninguém até agora teve tempo para ler direito e tentar mexer nos itens que ele fez. Acho que isso é uma crítica que deve ser feita. Mas uma vez que se adote aqueles itens, dividimos tarefas. Acho que isso não é setorializar as coisas. É dar uma forma



prática a um relatório. Esse relatório escrito a “n” mãos vai poder ser alguma coisa que preste, porque senão não vai ter muito significado; só vai ter significado se conseguirmos trabalhar dessa forma.

**SR.** – Acompanhei atentamente a todas as exposições e penso o seguinte: o lado histórico, o porquê de hoje no presente estarmos com esse problema na área de recursos naturais e ambientais decorre da política adotada no passado. Isso é importante, tem que constar do documento. O presente, a palavra diagnóstico também não gosto, mas fazer um levantamento do que foi destruído em termos de meio ambiente e o que foi preservado, o caso do resquício da Mata Atlântica. Acredito que o nosso grupo deveria compilar estudos que já existem nas mais diversas áreas, universidades, agências como a Cetesb e transformar isso em um documento único como proposição de ação e não como uma mera condensação acadêmica para apresentação. Acredito que daí vai ser proposta; acho que o grupo, no meu entender, deve trabalhar nesse sentido, ou seja, levantar o que foi destruído, o que temos de bom que foi preservado e nessa linha compilar dados que já existem, talvez até aperfeiçoá-los e lançar isso como uma proposta e não como uma mera condensação de dados que já foram exaustivamente trabalhados. Nessa proposição eu me coloco; no sertão mineiro vi rio secando, floresta sendo devastada, vi empresas reflorestando; o impacto ambiental disso na biodiversidade, como ela bem colocou, é muito importante. As empresas reflorestadoras que trabalham para as indústrias de papel cumprem a lei; têm que reflorestar dentro de um padrão técnico, mas dali a sete anos vão lá com as motosserras, destroem tudo e vendem para as indústrias de papel. O dano ecológico que esse cortar de árvores causa é impactante. Acho que é por aí. São Paulo tem características. Penso que temos que nos ater a São Paulo sim, porque não temos grandes problemas como a Amazônia no campo do meio ambiente, como a preservação de florestas. As nossas foram destruídas. Agora, temos que preservar o que temos e criar medidas corretivas para aquilo que destruímos. Penso assim.



**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Estamos num impasse; ou não estou entendendo nada, vejam, português é uma língua difícil, mas vejo o seguinte, Marcos: temos aqui mais uma reunião em abril, outra em maio, mais outra em junho e temos que fechar o relatório. Você acha que dá para trazer para discussão todas as facetas de nosso grupo? Por isso falei que poderíamos trazer novos atores para cá, para discussão. Quer dizer, uma pessoa, qual a tarefa, a tarefa do Alaor? Se for necessário ele contatar outros juristas especializados, que tenham se dedicado a determinadas questões, como a questão da legislação na área do lixo; porque ele vai ter que estudar toda a questão do lixo, ele vai chamar um pessoa que tenha se dedicado às vezes a vida inteira àquela questão. Vai tentar montar um grupo, um subgrupo, para tentar correr, não reinventar a roda. Não é que o Alaor não possa fazer, ele é uma grande cabeça, vai conseguir fazer, mas precisa fazer até junho. Precisamos talvez montar o subgrupo para poder trazer velocidade ao processo de levantamento da informação. O que não podemos é deixar o setorial definir o que queremos. Aí voltamos à discussão das idéias-força, do que o grupo tem que fazer aqui. O setorial vai agilizar a colocação das questões. Por isso é que temos que convocar outras áreas, sim; se vamos discutir qualquer tema que estiver envolvido ali, temos que ir atrás das pessoas que estão mexendo com o Projeto Tietê, quais são os pilares do processo de poluição, a questão da calha. Tem gente que mexe com isso tudo, temos que ir atrás, montar um subgrupo para poder pegar essas idéias, trazer para cá e dar uma definição inserindo em um endereço dentro do subtema ou subtarefa. Mas é a maneira de afunilarmos com uma certa velocidade, Marcos, porque estou querendo pegar esse grupo aqui e tentar discutir os pilares da questão, porque senão vamos ter que descer a cada um dos detalhes do setorial do setorial. É uma questão prática, estou agoniado; a outra reunião é em 15 de abril, vem o feriado de 21 de abril, de 1º de maio, 15 de maio. E aí? Temos as informações necessárias? Temos a densidade de discussão necessária? É possível fazer isso aqui? Então vamos nos profissionalizar, porque temos que gastar todos os dias trabalhando nisso. Temos que largar nosso trabalho e trabalhar em cima



disso. Temos que ir atrás de outros atores para podermos agilizar esse processo. Pode não ser o mais perfeito, talvez a condução do processo de amadurecimento, da forma como foi se construindo e sedimentando as idéias fizéssemos todos juntos, a várias mãos, tema por tema, mas isso vai demorar cinco, dez anos. Minha opinião. Temos então uma tarefa objetiva. Por isso é que acho que o subgrupo é a saída para esse processo. Fazemos a discussão simultaneamente prévia para poder render resultados, síntese, para que quando se fala “ninguém leu o relatório do Zarattin”, nós pegamos uma subcomissão para podermos discutir esse relatório. Para nos determos em algo assim, precisamos de tempo e de dedicação. Não tivemos tempo para isso. Imaginem discutirmos o conteúdo em si, particularizado. A saída é o subgrupo. Não é a melhor maneira de fazer, talvez traga algum viés perigoso, como a Emília colocou lá, de compartimentar as idéias e colocar pessoas que não estão participando do todo para influenciar em pilares localizados, que podem inferir de forma errônea na visão global do processo. O artesão também perdeu para a divisão racional do trabalho e hoje uma rede feita por artesão custa muito mais pela qualidade da peça. Mas não é o que mais se vende. Temos que fazer uma coisa intermediária, porque temos o prazo, temos a produção. Estou um pouco preocupado, que consigamos dar produção para poder chegar no nosso resultado que acho que, não obrigatoriamente, sai correto se submetermos o setorial às idéias que estabelecemos aqui.

**SR.** – Poderia fazer uma sugestão? Com relação ao meio ambiente há grandes especialistas na área de implantação de ISO relativo à nossa área. A proposição de pessoas técnicas nessa área, o que o pessoal mais busca hoje, principalmente as empresas que limpem a imagem de destruidoras do meio ambiente, é exatamente implantar o ISO 14000. E há esses especialistas que já implantaram em centenas e centenas de empresas de São Paulo, têm uma grande experiência e entendem a cabeça do empresário, que é o que mais destrói. Eles

sabem como é que o empresário está reagindo hoje; espero, mas creio que é um caminho. Temos que adotar algum caminho.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Vamos fechar. Algum caminho temos que adotar.

**SR.** – Posso pensar em voz alta? Acho que em face do prazo, das realidades e disponibilidades de tempo que temos, não sei se não deveríamos pensar numa solução meio heróica, que usasse um grupo que fosse o catalisador da elaboração do processo do relatório; uma espécie de grupo redator, eventualmente semiprofissionalizado, não sei se isso existe, e conselheiros e outros contribuintes para os temas. A minha idéia era pegar aquilo que o Zarattin já preparou, ele já pensou, a pessoa é experiente, já fez 500 mil relatórios na vida dele. Quer dizer, ele já tem uma base.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – É isso que estou defendendo. Já pensou se fôssemos aprender a fazer relatório aqui?

**SR.** – Pois é, não é possível. Então aquilo lá é uma base. Essa comissão redatora, acho que temos que pensar em uma maneira de semiprofissionalizar essa comissão redatora. Ela sabe que o roteiro é esse, os contribuintes entre os conselheiros e outros, as pessoas que os conselheiros indicarem; vocês vão arranjar um jeito de “escorvar” o que esses conselheiros sabem, ir colocando no papel e vendo o que vai acontecendo. Se não tiver um grupo que comece a conduzir, não vai sair. É um grupo de redação, a estrutura do relatório é aquilo que o Zarattin preparou, o grupo de redação é esse, os conselheiros para tal tema são esses, e assim por diante; os caras vão “catar” os dados, vão encher a paciência de cada um, senão não sai.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – O grupo de redação já criamos; já está estudando o relatório. Pedi um cronograma.

**SR.** – Precisa ter o piloto certo, a tripulação certa. Não sei se vocês três têm essa disponibilidade. É isso que o Zarattin também levantou.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Na profissionalização chegamos lá. Primeiro é importante que o grupo de redação discuta; eles estão fazendo as provocações que precisamos. Na última vez que conversei com a Ana pedi um cronograma; temos que botar um cronograma nessa história; quando é que vamos acabar isso aqui? A partir daí tem uma série de tarefas.

**SRA.** – Pois é, mas veja, vamos trabalhar em cima do que existe, do histórico desse estado em cima dos resultados dos nossos seminários também. Eles têm que entrar. Você pode nos seminários mesmo ver idéias, janelas.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Nós criamos um grupo de redação e um grupo de revisão. Você é do grupo de revisão, ainda nem sabe. O Nucci. Então você, o Alaor e o Dráusio são do Grupo de Revisão. O problema é o seguinte, esse Grupo de Redação ... A minha preocupação é que ficássemos formulando aqui um seminário, faz uma reunião como essa hoje, vejam como é difícil avançar, estamos discutindo aqui se devemos fazer subgrupo ou não. Como é que vamos fazer? Se ficarmos só na parte estrutural, não entramos no conteúdo da discussão. Onde ela vai ocorrer? Quando é o Fórum? O Fórum são só os seminários? Quantos seminários são? O Fórum é o Grupo de Redação?

**SR.** – Não, o conteúdo o deputado deu encaminhamento. Agora vamos passar a discutir as idéias, forças, macroidéias, o guarda-chuva etc., aqui dentro. Essa discussão vai sendo cada vez mais consistente, à medida que os seminários





vão ocorrendo, que vai amadurecendo, e daí, isso sim acho que pode ser uma criação coletiva, aqui, usar essas oportunidades para isso; ter alguém que seja uma espécie de secretário, que faça uma memória, uma ata, e transforme isso depois em idéias. Isso é uma criação coletiva. Mas a outra não. Esse grupo redator que estou falando, que precisa ser semiprofissionalizado, ele espicaça, começa a produzir coisas e isso ajuda talvez até nessa criação coletiva.

**SR.** – Talvez, Sr. Presidente, pudesse ocorrer da seguinte maneira: em cada reunião aqui do Conselho trouxéssemos no momento inicial o estado de avanço do documento e algumas pistas assim de coisas que são requeridas de esclarecimentos e caminhos que foram surgindo nesse trabalho. A segunda parte então dedicaríamos a discutir questões de mérito e de conteúdo dessas diferentes partes.

**SR. JILMAR TATO** – Tem a primeira parte, de informação, e a segunda parte, de discussão do conteúdo. Vocês acham que deve acontecer tudo aqui?

**SR.** – Não todo o trabalho, mas essas coisas sim.

**SR. JILMAR TATTO** – Fórum de discussão para poder afunilar as coisas; seminário, *workshop*, grupo de redação e aqui.

**SRA.** – Grupo de redação não, estruturação.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Estruturação. É problema da língua portuguesa.

**SR.** – Estruturação é a parte intelectual, nobre. Quero saber quem vai fazer a parte substantiva, escrever.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Vamos chegar na parte substantiva. Quero saber quem vai alimentar o cara, porque ele tem que escrever sem a cabeça, só com o braço. São três seminários, a discussão das idéias-força aqui, *workshop* da ANA, e o resto do mundo todo que está para ser discutido aí. Vai ser discutido tudo aqui?

**SR.** – Sabendo quais são as pessoas que podem contribuir para cada tema, ele chama e convoca, faz uma entrevista, esse redator, ou esses redatores, é o catalisador do processo.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – E se esse redator te chamar e eu não concordar com o que você pensa? Como é que eu faço para discutir com você e onde?

**SR.** – Mas vai ficar explícito na primeira minuta do relatório.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Ah, já vamos discutir em cima do relatório dele.

**SRA.** – O negócio é esse, toda vez que fazemos um texto, todo mundo fala bem mal e depois acaba ficando aquele mesmo, meio modificado. A minha experiência me diz que a história é essa. Então tem que ter alguém que faça um texto para todo mundo falar mal. Não temos outra saída. Ou então vamos ficar aqui discutindo horas. Acho que essa comissão de redação de quatro ou cinco pessoas poderia, talvez, fazer uma estrutura desse texto, é preciso realmente alguém que

tenha disponibilidade de tempo inclusive para fazer isso. Mas esse texto acho que é fundamental, senão não avançamos.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Está bem. E não vamos discutir como vamos conduzir as subtarefas do Zarattin?

**SR. NELSON LUIZ RODRIGUES NUCCI** – Na proposta que eu fiz não tem mais subtarefa.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Posso fazer essa proposta lá para o Fórum Século 21, acabar com todos os subgrupos também. Fica lindo. Vamos fazer o futuro de São Paulo Século 21 todos numa sala só. Que tal? Vamos demorar três séculos.

**SR. NELSON LUIZ RODRIGUES NUCCI** – Não, eu digo para produzir no prazo um documento que traduza da melhor maneira possível o que foram as discussões aqui. Esse documento precisa ser produzido. Se temos até o fim de junho para produzir, quais são as contribuições que poderão ter a esse documento? As contribuições do seminário, aquelas que estão dispersas e que nunca foram anotadas, discutidas aqui e que alguém agora, consultando os conselheiros e outros que os conselheiros indiquem, ele tente colocar num texto. Depois temos que fazer uma discussão da versão final desse texto. Mas tem que ter uma leitura aqui.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Está bem. A nossa próxima reunião vai ser basicamente de conteúdo global. Vai ser dia 17 de abril, antes do feriado, e vai começar a questão da discussão das idéias-força, ou seja, a questão da formulação de idéias para colocar no documento. Paralelamente a isso, a Comissão de Estruturação, de Redação, do nome que vocês quiserem dar, vai dando avanço do que já tem, tentando trazer o que já tem de documentos existentes, colocando à

debates - a sociedade se manifesta – Recursos Naturais e Meio Ambiente

disposição da Comissão como um todo para poder ler. E não fazemos subgrupos. É isso? (Pausa.) Então é isso. Vamos seguir então compactos.

Até o dia 17 de abril. Está encerrada a reunião.



**02.05.2000**

- .Rodolfo Costa e Silva – Deputado estadual. Coordenador do grupo temático Recursos Naturais e Meio Ambiente
- .Cláudio Alonso – Gerente do Departamento de Qualidade Ambiental da CETESB
- .Sônia Lima – Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo
- .Alaor Caffé – Professor da USP
- .Sérgio Zarattin –
- .Heraldo Marcon –
- .Marcos Ajzenberg –



**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Bom-dia. Vamos começar a reunião do nosso grupo temático, e o primeiro ponto da pauta é a apresentação do tema A poluição do ar, pelo Cláudio Alonso da Cetesb.

**SR. CLÁUDIO ALONSO** – Bom-dia a todos. Sou gerente do Departamento de Qualidade Ambiental da Cetesb e, como currículo, gosto de dizer que trabalho há 25 anos na área na Cetesb, o que me dá um certo *background* para falar sobre isso.

O nosso tema é Poluição do ar e é difícil preparar uma apresentação, porque nunca sabemos o nível de conhecimento das pessoas. O que tento fazer é, rapidamente, falar alguma coisa básica sobre o assunto, para não ficar uma conversa desconcatenada, pela falta, eventual, de uma informação inicial.

A poluição do ar se caracteriza, basicamente, mas não exclusivamente, por ser um problema tipicamente urbano industrial, apesar de, algumas vezes, também ocorrer no campo. Em virtude disso, ela se diferencia da água, porque o problema de poluição da água passa a ser muito mais generalizado, principalmente, por uma geração descontrolada de esgoto.

Apresentaremos os nossos dados de hoje, basicamente, considerando o que ocorre na Região Metropolitana de São Paulo e Cubatão, falando um pouco do interior, onde existem cidades maiores do que algumas capitais do estado brasileiro, e alguns problemas já se manifestam.

A poluição do ar é detectada por alguns poluentes básicos. Essa detecção é muito difícil e cara, por isso não se estudam todos os poluentes, mas, de forma regular, alguns que nos dão indicadores de outras ações que devem ser tomadas.

Vou citar alguns nomes – alguns popularizados e outros, não – para que os senhores se familiarizem: monóxido de carbono, hidrocarbonetos, óxidos de nitrogênio, óxidos de enxofre e as partículas, que são as fumaças e poeiras.

Os outros são componentes, no geral, antropogênicos, mas não necessariamente só antropogênicos. Nós geramos, em grande quantidade e de forma concentrada, muitos desses poluentes numa área urbana ou industrial. Vários



desses compostos são gerados naturalmente, mas de uma maneira muito mais espalhada pela natureza, de forma que não causam danos maiores à saúde.

O nosso grande problema é que concentramos toda a emissão em algumas áreas muito pequenas: São Paulo, Cubatão, Paulínia etc.

O monóxido de carbono, como se vê por este gráfico, é basicamente gerado pelos veículos leves, cerca de 80%, ou seja, pelos nossos “santos carros de cada dia”. Os outros 20%, um pouco por veículos pesados e industriais.

Os hidrocarbonetos, grosso modo, são os solventes industriais e a gasolina, tanto a mal queimada do escapamento como a evaporada nos tanques, o que se constitui, inclusive, em um problema sério na área metropolitana, e que atacaremos de maneira muito forte. Os grandes responsáveis pela emissão dos hidrocarbonetos – ou seja, gasolina evaporada – também são os veículos leves.

Os óxidos de nitrogênio, na natureza, são formados quando cai raio, por exemplo, mas é muito pouco. Basicamente, são produzidos em qualquer processo de combustão. A fogueirinha, por exemplo, queima e forma óxido de nitrogênio.

Um problema sério que existe, e não cuidamos muito, é a formação de óxido de nitrogênio dentro de casa nos fogões. Inclusive, isso está sendo bem estudado em alguns lugares do mundo. Mas qualquer processo de queima vai formar óxido de nitrogênio.

Os maiores responsáveis, nesse caso, são os caminhões e o diesel; temos também os processos industriais, mas em uma quantidade pequena – queima, caldeira, etc. Esse processo é mais contínuo, porém o combustível é queimado de uma forma mais equilibrada. Por isso, dá para fazer um controle melhor.

Quando utilizamos o carro ou o caminhão, usamos as marchas – primeira, segunda, terceira, quarta, terceira, segunda, primeira – e, com isso, os processos de combustão mudam todo o tempo, portanto, assim fica mais difícil de controlar.

Já, na indústria, é mais fácil, porque é mais ou menos constante – entra uma certa quantidade de óleo e uma certa quantidade de ar; com isso, o controle é facilitado e a emissão industrial passa a ser menor.



Os óxidos de nitrogênio têm um pouco do veículo leve, pesado e da indústria. Temos também as partículas. Partícula é uma coisa muito ruim. É um poluente que não tem a menor personalidade, porque partícula é qualquer coisa – é um pouco do talco que jogamos embaixo do braço, o desodorante que usamos, a fumaça que sai da fábrica de gesso, a fumaça da chaminé, ou aquilo com o que todo mundo se irrita profundamente, que sai do ônibus e do caminhão. Mas eles, ônibus e caminhões, não são os únicos, em que pese serem mais agressivos por jogarem diretamente no nariz. Temos a queima da cana também.

Aí temos um pouco do veículo leve, pesado, um pouco do processo industrial e também uma coisa muito difícil de resolver nas grandes cidades, que é o processo de re-suspensão. O solo fica cheio de partículas; passa o carro ou passa o vento, ela é re-suspensa e essa parte não é pequena. Em São Paulo, temos análises bastante precisas e, dependendo do dia ou da região, essas partículas chegam a variar de 30% a 50% do total da poluição. Portanto, uma poluição difícil de resolver.

Como, numa área urbana completamente asfaltada, ou seja, muito aberta, lavar a rua? Já foram feitas algumas experiências desse tipo, mas a “emenda saiu pior que o soneto”.

Em São Paulo, seria uma catástrofe lavar, porque os nossos problemas são no inverno, quando a falta de água é mais constante, por o tempo estar mais seco. Então, fica mais difícil e é um problema típico de conglomerado urbano.

Analisando as partículas de São Paulo e as de Cubatão, observamos que têm características diferentes. A percentagem de poeira de solo e a de processos de combustão ocorridos, por exemplo, em caminhão e veículo, é muito menor em Cubatão, onde se nota, muito mais, a presença da partícula provinda da indústria.

Essas características são tipicamente urbanas e cada um tem sua parte, sendo que a re-suspensão da poeira de rua contribui de forma bastante significativa nesse tipo de poluição.

Uma vez faladas as fontes, vimos que elas geram alguma poluição. Mas que parâmetro eu tenho para dizer se existe poluição ou não? Por que um lugar está





mais poluído e outro, menos? Preciso ter um critério um pouco objetivo para saber o que é isso.

Baseado em critérios científicos, em estudos tóxico epidemiológicos, que ocorrem no mundo inteiro, inclusive com um conjunto de incertezas, nós – eu digo sociedade porque a Câmara dos Deputados de São Paulo que foi a única a fazer isso no passado – estabelecemos valores-limites (que têm de ser estabelecidos por lei, porque, senão, ninguém consegue administrar nada), dentro dos quais admite-se que a saúde da população não está sendo afetada e que, se ultrapassados, passam a afetar.

Esses limites são chamados de padrões. Portanto, padrão de qualidade significa valores estabelecidos em lei, baseados em critérios científicos, que a sociedade admite como sendo seguros ou agressivos à sua saúde.

Vou apresentar uma tabela (os números vão importar muito pouco), onde podemos ver os padrões nacionais de qualidade do ar – resolução Conan nº 3, que é federal; a nossa é de 76, portanto, anterior.

Num padrão, determinamos um tempo de exposição. Alguns são padrões de 24 horas; alguns, de uma hora. Por exemplo, em partículas de re-suspensão, temos padrões de 24 horas e de médias anuais, assim como nas partículas inaláveis, as fumaças, os dióxidos de enxofre. Já o dióxido de nitrogênio é para uma hora só; durante uma hora, não pode ultrapassar um certo limite.

O monóxido de carbono tem para uma hora, mas, em São Paulo, não nos importamos com ele, porque não temos esse problema; o nosso grande problema é o padrão de oito horas. A maior média de oito horas, durante um dia, não pode ultrapassar um certo limite. O ozônio, que é o poluente da moda, também não pode passar uma hora. Portanto, existem alguns valores e eles estão associados ao um tempo de exposição.

Um dos compostos que analisamos com regularidade, provindo tanto de fontes industriais como veiculares, é o dióxido de enxofre, que, além de causar

problemas na saúde, é um dos principais formadores da famosa chuva ácida. Isso acontece na área metropolitana de São Paulo e, em Cubatão, é bem *in loco*.

Tínhamos um problema sério na virada da década de 70. Temos aqui a média da cidade e, como média, vocês podem imaginar que alguns locais tinham níveis mais altos que estes. Houve um programa extremamente sério, ao final de 70, para a redução do dióxido de enxofre, tanto na parte industrial como na parte do combustível.

Inclusive, esse tipo de poluente é difícil de ser controlado no veículo. Para tanto, reduz-se o enxofre do combustível, de maneira que, na hora em que queima, como não tem enxofre, não forma o dióxido de enxofre. Portanto, reduziu-se no combustível, e a Petrobrás teve um papel importante nesse processo. Houve uma grande negociação social com a Anfavea, com os fabricantes de veículos e com a própria geradora dos combustíveis, ou seja, com a Petrobrás.

O programa foi muito sério, muito forte, portanto, deu resultado. Faz uns 15 anos que, no Estado de São Paulo, não tem qualquer problema com poluição do ar. Quinze anos é tempo para mostrar que existe uma consistência muito sólida nesse programa. Portanto, é um problema solucionado, mas temos de estar vigilantes para não retroagir. O que prova que nem tudo funciona mal no país.

O segundo poluente é mais polêmico. Inclusive, causou o rodízio que teve um grande impacto social. No início, fui um dos propositores técnicos do rodízio – defendi e defendo-o como aconteceu –, mas tão ardorosamente quanto defendi a sua criação, defendo o seu estancamento. Vou explicar por quê.

De acordo com dados de dezembro de 1999, a distribuição de frota na Região Metropolitana de São Paulo é composta da seguinte forma: veículos produzidos até 1988 compõem 47% da frota – temos outras faixas nesse intervalo – e veículos produzidos de 1997 a 1999 fazem parte de 18,3% da frota. Ou seja, nossa frota é relativamente velha; 50% é constituída de veículos produzidos até 1998.

Assim, todo e qualquer programa de renovação da frota é bem-vindo, por razões econômicas, sociais e ambientais. Aqueles 47% de veículos velhos, digamos



assim, são responsáveis por 88% da emissão do monóxido de carbono. Já os veículos novos, produzidos de 1997 a 1999, ou seja, 18%, correspondem a apenas 1,2% da emissão do poluente.

Em 1986, foi iniciado um programa sério junto ao governo ao federal, incluindo negociação com a Anfavea, além de uma necessidade do mercado internacional – se o carro produzido no país fosse de baixa qualidade, o mercado internacional não aceitaria – que resultou em uma resolução. Tudo isso, de forma escalonada, obrigou as produtoras de veículo, as montadoras a produzir veículos cada vez menos emissores de poluentes. E assim fizeram.

O auge na redução dos poluentes foi em 1997, com a introdução dos catalisadores, o uso de injeção eletrônica, enfim, todos os recursos modernos que um carro tem.

O que provoca um veículo novo e um veículo velho? Podemos verificar isso pelo fator de emissão. Ou seja, quanto de poluição emite um carro a cada quilômetro rodado?

Um carro produzido em 1980 – uma parcela grande da frota –, a cada quilômetro rodado, emitia 33 gramas de monóxido de carbono. Hoje, um veículo novo, a partir de 1997, emite 0,8. É brutal, é fantástico, é fabuloso.

Isso significa, grosso modo, que, se eu colocar 40 novos veículos e retirar um antigo, eu empatei a poluição. Como a renovação da frota não é de um para 40, estou sempre tendo ganho; para cada um veículo velho que sai, eu não entro com 40 novos.

Como isso se reflete na frota? Como vimos, 33 gramas eram emitidos pela frota antiga e 0,8 na nova. E a média? Em 1995, a média da emissão, considerando todos os carros, com todos os anos de fabricação, era 20,6 gramas de monóxido de carbono a cada quilômetro rodado. Com a renovação da frota, entrando os carros com os dispositivos modernos, portanto, com baixa emissão, de 1995 para 1999, a taxa caiu de 20 para 14,6. E, quanto mais se renova a frota, mais o fator médio de emissão vai cair, ou seja, a média da poluição por veículo cai.



Ainda não levei em conta o crescimento da frota. Estamos falando em média – a primeira, eu dividi por 1 milhão, e a segunda, por 5 milhões –, e sabemos que a estatística pode fazer safadeza quando quer. Nós trabalhamos só com média e não se pode parar aí. É preciso falar mais alguma coisa.

Vou considerar veículo novo os produzidos a partir de 1997, e veículo velho os produzidos anteriormente. De 1997 a 1999, foram retirados de circulação cerca de 500 mil veículos velhos – quebrados, batidos, desativados, roubados – e entraram cerca de 1 milhão de veículos novos, 927 mil.

A retirada desses 500 mil veículos significa que, por dia, deixaram de ser emitidas, na Região Metropolitana, 316 toneladas de monóxido de carbono. Os veículos novos entraram só com 26. Agora, não estou falando com média; estou falando com número final e objetivo. Houve uma renovação fantástica da frota, principalmente em 1997.

Se fizermos isso ano a ano, dá para ver como a economia vai com a poluição. Em 1997, houve uma renovação fantástica da frota, o que já indicava o fim do rodízio iniciado em 1995. Em que pese o aumento da circulação de veículos, tivemos uma efetiva redução de poluição, cerca de 300 toneladas por dia, só com a renovação da frota.

Então, hoje São Paulo é menos poluída por monóxido de carbono, sim. Muito menos. Mostrarei dados da qualidade de ar. Nem tudo é ruim. Há uma série de coisas que dá certo. Essa é uma delas.

A renovação da frota, fruto de um programa que começa em 1986, tem dado resultados muito positivos. O cidadão está pagando mais caro pelo carro, pelos dispositivos modernos – catalisador é um deles –, porém está tendo um benefício em relação a isso.

Procuramos sempre dar uma consistência técnica naquilo que falamos. Nesta transparência, estou apresentando o que acontece em todas as estações medidoras somente nos anos de 1989 e 1988. O que aconteceu em 1988 com rodízio e 1989 sem rodízio? Aqui há uma mistificação que quero esclarecer.



No Parque D. Pedro tinha um certo número de vezes que ultrapassava o padrão e caiu para zero; no Parque do Ibirapuera não se fazia medições e apareceu; em São Caetano, onde se faziam medições, caiu; em Congonhas, onde se faziam medições, caiu; na Lapa, não ocorria nada e continua da mesma forma; em Cerqueira César, da mesma forma; no Centro e em Santo André houve uma queda; em Osasco, não acontecia nada e continuou não acontecendo. Ou seja, aquele investimento obrigatório que o consumidor fez nos seus equipamentos de controle à poluição está dando resultado não no carro, mas na qualidade do ar que respiramos. De uma forma geral, a poluição por monóxido de carbono tem caído. Hoje, portanto, o rodízio não se justifica mais.

Em Cerqueira César, onde não deu nada e continua da mesma forma nesses últimos dois anos, apresentamos este gráfico, porque é uma região de tráfego intenso de veículos, e essa estação está colocada na frente da Faculdade de Saúde Pública, na Dr. Arnaldo.

Nos momentos mais críticos, quando o investimento era nenhum na manutenção dos equipamentos, sempre tivemos o cuidado de, se quebrasse o equipamento de Cerqueira César, tirar de outro lugar e colocar lá. Isso porque a mantínhamos como uma estação sentinela da evolução histórica da coisa. Só em Cerqueira César podemos apresentar isso, porque só lá tivemos condição de manter, durante todo o tempo, medição de forma adequada.

Cerqueira César sempre deu problema. Nos idos de 1983, o número de ultrapassagem de padrão por ano era 100 e foi diminuindo, diminuindo. A média era essa e cai de forma consistente a partir de 1993, 1994. Não temos, por dois anos consecutivos em Cerqueira César, problema forte de poluição por monóxido de carbono. O que mostra uma consistência muito grande no próprio programa de controle.

Mais que isso, Cerqueira César tem uma característica muito importante: ela pega um fluxo, basicamente, de classe média, onde a necessidade de consumo e de renovação de veículo é mais forte, portanto, a percentagem de veículo novo é



sempre maior. Pode-se notar, de forma mais rápida, se o programa de controle adotado é adequado ou não. Na periferia, isso também poderia ser visto, mas com mais lentidão.

Como a renovação da frota ocorre de forma mais intensa para os moradores que passam na região de Cerqueira César, podem-se notar, mais rapidamente, as melhorias tecnológicas incorporadas ao veículo. Por isso, a poluição em Cerqueira César cai de modo forte, radical e consistente, quando se faz a análise histórica. Imagina-se que, em outros lugares, ocorra esse patamar de queda igual, mas, hoje, só temos dados pequenos.

Com esses dados, fica claro por que, antes, defendíamos o rodízio e hoje consideramos que seria praticamente uma punição inócua à população. Se existe um problema de trânsito, o Departamento de Trânsito que resolva. O problema de poluição está bem encaminhado; portanto, não é mais necessário fazer rodízio por esse motivo.

Outro problema sério é o das partículas. Vou apresentar direto o que acontece em São Paulo. É preciso tomar muito cuidado com partícula; nem um pouco de euforia com elas. Temos um padrão que é uma média em São Paulo; em algumas regiões ocorrem valores mais altos e, em outras, valores mais baixos.

Tivemos um encontro internacional na Cetesb, há dois anos, sobre padrões de qualidade do ar. O que significa o padrão que a lei coloca e todos seguem? Entramos muito no aspecto da saúde. O grande comandante dos padrões, em termos internacionais, é a Organização Mundial da Saúde, o órgão que mais ordena as informações, que são várias e, inclusive, conflitantes.

Ela não determina um padrão, mas mostra números-guia para os países pensarem. Quando chega nas partículas, a Organização Mundial da Saúde diz o seguinte: “Não determino nenhum número-guia. Reduza o que puder, porque partícula sempre é danosa. Não existe um valor-limite que seja seguro. Reduza sempre”. É o único poluente para o qual a Organização Mundial de Saúde dá essa recomendação; para os outros, ela estabelece valores.



A administração pública, no entanto, não consegue gerir os seus negócios se não tiver algumas referências concretas. Então, é mantido, pelo menos, um valor de referência para que se possa administrar o bem público. Dessa forma, mantemos o mais restritivo padrão, praticamente utilizado no mundo inteiro, que é de 50, sempre com a ressalva “reduza o máximo que pode, porque esse poluente sempre é danoso”.

Temos, com as partículas, o movimento de vai-e-vem, e a minha expectativa é que ocorra uma certa estabilização, mas tenho um pouco de receio. Uma análise histórica dos dados, 28 anos de outros parâmetros, mostra que, para as partículas, há um ciclo de quatro a cinco em que existe um movimento de sobe e desce, mas não se consegue estabelecer bem o motivo.

Neste momento, estamos na descida, mas pode haver uma subida, que esperamos não seja muito grande, porque os controles foram muito fortes. Um programa de “caça à fumaça”, antipático, concretizado a partir de 1995, quando tínhamos 45% da frota desregulada, reduziu muito a emissão da fumaça dos caminhões. As multas são pesadas: 500 reais na primeira, mil reais na segunda e dois mil na terceira. No entanto, hoje, os 45% de frota desregulada que tínhamos foram reduzidos a 5%.

Menos emissão, poluição melhora. Por isso, pode haver alguma subida, a partir de agora, mas não acredito que chegue a valores tão altos como no passado. Isso significa que ainda estamos muito longe de ter um ar saudável em relação à partícula. É necessário programa muito forte de redução de partículas na região metropolitana.

O que vou mostrar é basicamente uma repetição do gráfico anterior. Aqui, comparamos com Cubatão, onde os níveis atingem valores bem mais elevados. Mesmo no início da década de 90, com todos os programas que se pretendeu instalar, voltou a valores do início do programa de controle, e agora caiu de forma consistente e tem-se mantido assim.



A partícula é a única poluição que é visível. Hoje, nota-se, visualmente, que Cubatão está um pouco mais limpo. Saiu do horror e hoje está ruim. Merece um cuidado muito grande, porque o valor é muito alto.

Em Cubatão, Vila Parise, área industrial, temos um valor muito alto; na área mais populosa, mais residencial de Cubatão, os valores, no geral, estão abaixo da média da região metropolitana de São Paulo. Não é a melhor coisa do mundo, mas, pelo menos, uma parcela significativa da população não está submetida a valores tão elevados quanto os observados na Vila Parise.

No interior do estado, também se fazem medições, mas não com todo o equipamento utilizado na região metropolitana. É um sistema bem mais simples, manual, e a pessoa é obrigada a ir ao local coletar amostra na frequência. Na lei, existe um padrão chamado secundário, um pouco mais restritivo, 40, e deve-se ficar muito alerta quando se chega a ele. O padrão oficial seria 60.

Há algumas cidades que ultrapassaram o nível secundário, chegando a atingir o primário, e algumas outras poucas estão quase atingindo o nível secundário. Ou seja, partículas, não são um grande problema, mas há que se tomar cuidado também nas mais populosas cidades do interior do estado. Não é caos, ninguém está morrendo, não é um absurdo, mas é necessário ficar atento, porque podemos chegar lá.

Araraquara, por exemplo, é uma região onde tradicionalmente se estudam, como área-piloto, os problemas de poluição por queima de palha de cana, e isso não se apresenta com valor muito alto. A palha de cana tem uma característica bem diferente como queimada; ela é um horror, mas, por ser um processo muito rápido – uma queimada dura cerca de 20 minutos –, produzindo um calor muito grande, causando um efeito chaminé muito forte, há uma dispersão da poluição. Então, não se nota necessariamente, por queima de palha de cana, um problema muito grande de poluição por partículas.

Vamos ver agora partículas inaláveis, aquelas que conseguimos inalar. Eu costumo brincar dizendo que, se eu jogar uma pedra do lado do meu nariz,





enquanto ela estiver no ar, ela é uma partícula. Só que ela é tão grande que cai. Por mais que eu tente, não consigo aspirá-la.

Em termos de partículas inaláveis, não existe uma presença forte delas por causa da queima da palha, no entanto, existem as não-inaláveis que emporcalham todo o interior do estado, e isso é classificado como um grave problema de poluição. São os tais dos carvãozinhos que sujam toda as cidades e é uma degradação da qualidade de vida muito forte devido à queima da cana. Aí, não é uma questão de partícula inalável, mas um problema tão sério quanto; e a qualidade de vida tem que ser preservada de alguma forma.

Se a estação muda de lugar, perde-se a série histórica, o acompanhamento das ações de controle que estão sendo feitas. Uma das grandes funções da estação, que é mostrar se as políticas estão sendo adequadas ou não, é só na série histórica: estava assim, tomei tal atitude ficou dessa outra maneira. Se mudar de lugar, perde-se toda a referência.

Há um método que mede só fumaça. Aqui, tínhamos problemas altos e houve um controle industrial forte, ou seja, um programa de redução de fumaça preta nas chaminés. Costumo citar um exemplo visual forte: como era o logotipo da Matarazzo? Uma fábrica, com um monte de chaminé, soltando um monte de fumaça. Coisa que ninguém faria hoje, mas, na época, se fazia, porque a chaminé era sinônimo de progresso.

A São Paulo das chaminés era famosa. Existem marcas fantásticas nesta cidade mostrando isso. O antigo prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo tem vários painéis na entrada, e um deles é o da indústria. A demonstração do desenvolvimento era as chaminés com fumaça saindo.

Hoje, ninguém pensa dessa forma, e há que se levar em conta o momento cultural. Assim, a São Paulo das chaminés não existe mais, porque esse foi o programa de controle. De vez em quando, ainda se vê alguma chaminé fumando, mas não como antigamente. Vê-se algum caso aqui e outro lá.



Houve uma redução forte da emissão de fumaça pelas chaminés industriais, esquecendo-se dos veículos, o que foi retomado em seguida. Hoje, temos uma queda, que nos parece consistente, do total de partículas provenientes dos veículos diesel.

Mas é necessário um programa forte, porque esta cidade tem 17 milhões de habitantes. Ou se faz um programa forte ou ele é inócuo. Parece que a queda é consistente. Existe um fator meteorológico associado a isso, e, este ano, podemos ter uma piora da condição meteorológica, porque ela é cíclica, e, com isso, aumentar esse valor. Porém, o programa de controle parece estar sendo consistente.

Vamos ao último ponto. Nesse, as notícias não são boas. As outras todas eram boas, consistentes, positivas e mostram que programas sérios dão resultado.

Falaremos do ozônio, um poluente, com o qual todos precisamos tomar cuidado, e que precisará passar por um processo de discussão em todos os níveis. Hoje, existem poderes sociais que não existiam no passado, existe uma sociedade organizada, existe um Ministério Público atuante e existe uma legislação.

Se não tomarmos cuidado com esse poluente, pararemos este estado. Ainda não estamos nessa situação, mas estamos chegando.

Em qualquer grande cidade em que se meça ozônio, ele ocorre. Temos um sistema de monitoramento na Região Metropolitana de São Paulo e Cubatão composto de 25 estações localizadas fixamente, na Lapa, na Penha, na Mooca, no Centro, no Parque Ibirapuera etc., e dois sistemas, chamados estação móvel, exatamente iguais às estações fixas – a mesma tecnologia de ponta e tudo o mais – , montados em um ônibus, que deslocamos ora para cá, ora para lá, em função de interesses ou desconfianças que se tem.

Em todas grandes cidades que medimos, deu problema de ozônio. O que acontece em São Paulo e por que nos preocupa? Ao contrário dos outros poluentes, cuja tendência é de queda, a do ozônio é de subida. Na poluição, às vezes, o fato



de estar alto preocupa porque a população está exposta, mas ele pode estar alto numa tendência de queda.

No caso do ozônio, estamos com problema de subida. Isso é muito mais preocupante e há que se agir para reverter o quadro. De todos os lugares que se mede, o Ibirapuera é o local onde mais ocorre isso, onde se detectam os maiores números. Pode ser que exista uma área que nem seja medida e tenha valores ainda maiores.

Os locais das nossas estações dão um quadro claro do que ocorre na cidade, e o Ibirapuera é o pior local visto. Provavelmente, este ano, falaremos “Ibirapuera e Santana”, que não está neste gráfico porque começamos a medir no final do ano passado, mas só esse período já mostrou que Santana vai disputar com o Ibirapuera essa primazia. Em Cubatão, também ocorre isso.

O que preocupa são essas tendências de subida em todo lugar que se mede. Alguma coisa veicular foi feita, como controle de ozônio, mas nós, técnicos, temos muitas dúvidas sobre a contribuição do setor industrial nessa formação; temos de gerar informações que ainda não possuímos. E temos dúvidas, não porque somos incompetentes, vagabundos, ou do 3º Mundo. Temos dúvidas que ocorrem no mundo todo.

O ozônio não é emitido por nada. Esse é o grande problema. Ele se forma na atmosfera a partir da emissão dos veículos e da indústria; é um poluente que chamamos de fotoquímico. É foto porque precisa da luz do dia para ocorrer; não ocorre durante à noite. É químico porque não é emitido; é produto de uma reação química na atmosfera.

Em conseqüência de todas essas características, adquire uma complexidade de tal ordem que se pode chegar a medidas erradas e bem intencionadas do tipo: se fizer um controle errado, posso pagar caro e o poluente pode subir. Existe toda uma estrutura científica que me permite falar isso. É preciso tomar muito cuidado no controle do ozônio, porque, se o programa for errado, ele sobe, e custa caro. E esse poluente está ocorrendo em todos os lugares do estado.



Preocupa também porque, no interior do estado – coisa que com os outros poluentes não fica tão claro e os valores são bem mais baixos –, também esse poluente passa a ser mostrar como importante. Em todas as medições que fizemos nas grandes cidades – Ribeirão Preto, São José dos Campos, Paulínia, Campinas, Santos, Valinhos, Jundiaí, Sorocaba – notamos o problema; não de maneira tão intensa quanto em São Paulo, porém acima do padrão, de forma que caracteriza a poluição.

Esse é um problema que estamos enfrentando a partir de agora e é preocupante por ser de difícil solução. É o programa mais caro de controle de poluição que ocorre em qualquer lugar do mundo. E somos muito economicistas; transformamo-nos em “livro-caixa” para saber o que é caro, o que é barato, apenas em termos econômicos e não em termos sociais.

Assim, um programa de transporte coletivo eletrificado reduziria muito a participação dos veículos na formação do ozônio. O controle industrial é mais fácil no sentido de que tem dono, endereço, telefone, enquanto que o veículo é um “formigueiro” andando por aí.

Em que pese grande parte das notícias, no geral, serem boas, problemas existem, mas, de alguma maneira, a caminho da solução. A última notícia, realmente, é ruim; ozônio é um problema que vai ser cada vez mais falado.

O grande número de estados de atenção ocorridos no ano passado em São Paulo foram todos pelo ozônio; nenhum por qualquer outro poluente. Isso mostra a gravidade da situação. Não estamos num caos, mas, de forma séria, os dados indicam valores elevados que merecem muita preocupação.

Muito obrigado.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Agradecendo o Dr. Cláudio Alonso, passo a palavra aos demais conselheiros.



**SR.** – Essa questão do ozônio não tem nenhum indicativo de por que está crescendo nessas cidades do interior?

**SR. CLÁUDIO ALONSO** – Pelo fato de o ozônio ser fotoquímico, ou seja, ele se forma na atmosfera em função de uma reação química que ocorre, demora um certo tempo. Nesse tempo, a massa do ar sai de um lado e vai para o outro. O problema do ozônio não ocorre necessariamente, e no geral não acontece, no centro gerador dos poluentes que chamamos de precursores.

O ozônio pode-se formar, segundo os americanos – eu não acredito muito nisso – até a 100 quilômetros das fontes emissores. Parece-me que o valor mais aceito internacionalmente é de 40 a 60 quilômetros. Não é por acaso que, em Valinhos, sem uma fonte de emissão mais forte, ocorre.

Quando falei no início, de forma muito sutil, que o problema da poluição era basicamente urbano-industrial, significa que é basicamente gerado nos pólos urbano-industriais, mas pode ocorrer também em outras regiões.

Um dos estudos que estamos fazendo – lento, demorado, com pouco recurso – é verificar a queda da produtividade agrícola devido à presença de ozônio. Os Estados Unidos estimam que a produção de biomassa, ou seja, o crescimento agrícola, por ano, perde de 2 a 3 bilhões de dólares pela presença do ozônio.

Então, não é apenas problema de saúde. Se o indivíduo é um “livro-caixa”, se é um burocrata que só pensa em dinheiro, tem que pensar nisso também, porque há uma degradação forte da produção agrícola nos Estados Unidos. No Brasil, não temos dados. As nossas plantas não são as mesmas deles; podem ser mais sensíveis ou mais resistentes. Portanto, não dá para utilizar dados de clima mais frio para uma produção de país tropical. Temos de ter o dado nacional.

Quanto ao problema de saúde, as pessoas são mais ou menos iguais, a menos com problema de subnutrição; no geral, a resposta de um cidadão da classe média americana é a mesma, em termos de saúde, do cidadão brasileiro. Em termos de vegetação, não; as espécies de lá não são as mesmas daqui.



**SR.** – Os ventos que sopram em Valinhos vêm de onde?

**SR. CLÁUDIO ALONSO** – Não temos isso muito claro, porque os nossos dados são recentes e é necessário um número maior deles.

**SRA. SONIA LIMA** – Quanto às medições tomadas na região metropolitana, particularmente na região do ABC, foram citados Mauá, São Caetano, Santo André. Não vi São Bernardo, onde está a maior concentração das indústrias montadoras automobilísticas, inclusive onde também ocorreu aquele famoso episódio da Vila Paulicéia, um acidente com grande concentração de poluição.

Eu gostaria que você falasse alguma coisa sobre isso.

**SR.** – Eu queria tirar uma dúvida. Parece-me que os programas de controle com relação aos outros poluentes estão bem encaminhados. Foi citado o controle de emissão de partículas, ou das partículas em re-suspensão. Existe, na Cetesb, algum programa efetivo em andamento?

Com relação ao ozônio, creio que são programas-tentativa. Pela maneira como você colocou, parece que o problema é meio insolúvel, não dá para controlar. Ou existem formas de controle? Se existem, quais os recursos necessários?

**SR. CLÁUDIO ALONSO** – Desculpem-me São Bernardo, de onde temos muitos dados, mas tive de fazer uma apresentação um pouco mais concisa. Fiz um conjunto de simplificações e médias.

Principalmente no caso de São Bernardo, o que se tem de tomar muito cuidado são as partículas. Apresentei tudo como média, para facilitar, mas temos medição, o nosso relatório está saindo, onde aparecem bem claramente os dados de São Bernardo.

Quanto à sua pergunta sobre partícula, como a própria Organização Mundial de Saúde diz, reduz sempre. Não existe um limite seguro. Partícula sempre faz mal, principalmente para o sistema respiratório; já o monóxido de carbono prejudica o sistema cardiovascular.

Ainda estamos muito acima dos padrões que nós, sociedade, estabelecemos como meta primeira. No passado, foi mais fácil controlar, porque era o grosso, a limpeza geral; agora, estamos no refinamento, que é muito mais complicado e caro.

A parte que atacamos mais fortemente – por pressão popular e por razões técnicas – foi a emissão de poluentes pelos caminhões, cuja redução está indo muito bem, mas implica outras coisas como frota muita velha, problemas sociais de donos de caminhões que não têm condições de trocá-los, pois precisariam de um financiamento, etc. É todo um conjunto. De alguma forma, há uma tendência de queda, mas ainda estamos longe de ficar bem.

**SR. ALAOR CAFFÉ** – Com relação à incidência maior de ozônio, como no Ibirapuera, em Valinhos, não existe um conhecimento da mecânica atmosférica suficiente para determinar exatamente de onde vem a fonte produtora desse elemento químico?

**SR. CLÁUDIO ALONSO** – Antes de tudo, eu não falei que Valinhos é do piores, mas sim que lá se detecta, mas é um caso interessante, porque é uma cidade de interior pequena, sem uma atividade maior. Eu citei mais como um dado; é acima do padrão, mas não que o índice seja muito alto.

**SR. ALAOR CAFFÉ** – A preocupação não é que seja alto ou baixo, mas sim que seja regular. Se há uma regularidade, isso indica que existe um regime atmosférico determinado que permite a possibilidade de identificação das fontes.



Como o caso do Ibirapuera. Se há uma regularidade, deve haver uma mecânica atmosférica em relação a ventos, etc., que determina a possibilidade de identificação das fontes. Ou não?

**SR. CLÁUDIO ALONSO** – Objetivamente, é isso, só que a mecânica, para se chegar a esse grau de informação, é extremamente complexa. Os nossos dados meteorológicos, hoje, não são tão ruins. Costuma-se brincar muito com a meteorologia, mas, atualmente, ela acerta de 92% a 95%. Como previsão, é uma coisa fantástica.

O conhecimento da meteorologia do movimento do ar que temos hoje é bastante refinado, mas juntar a mecânica meteorológica e um conjunto de outros fatores – alguns conhecidos e outros, não – é bastante difícil.

Temos três grupos estudando ozônio com as dificuldades típicas do momento, andando um pouco devagar, mas andando. Por exemplo, cada local tem a sua característica própria; eu não posso pegar Los Angeles, que é o pior caso do mundo, nem da cidade do México que também é péssimo, porque é uma coisa muito local.

Já determinamos que valores de ozônio alto ocorrem com temperaturas acima de 23º; raramente, com temperaturas mais baixas na nossa região. Em outras regiões, o valor é outro.

Cubatão também tem problema de ozônio, mas é um comportamento completamente diferente de São Paulo, porque a característica de lá é outra; há uma carga industrial mais forte, uma umidade diferenciada, um regime de ventos e chuvas diferenciado. No fundo, é isso que precisamos saber, mas é difícil. Existe um grau de complexidade muito grande embaixo de fatores intervenientes.

**SR. MARCOS AJZENBERG** – Eu gostaria de saber qual é o problema de saúde causado pelo ozônio. Qual é o efeito do ozônio na população?





**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Inclusive, popularmente, escutamos falar em buraco na camada de ozônio; “buraco”, para nós, é falta. Então, excesso de ozônio seria uma beleza, teríamos uma camada maior.

**SR. CLÁUDIO ALONSO** – É isso mesmo. Quando falo com imprensa, com grupos, costumo fazer uma brincadeira que ajuda a fixar o problema. Não existem pessoas de 25 km de altura; a 25 km de altura, existe uma camada de ozônio extremamente benéfica e, como não temos 25 km, não respiramos essa camada. Ela é benéfica porque filtra os raios do sol que são danosos, principalmente os ultravioleta, que causam câncer de pele e outras coisas mais.

Então, temos a 25 km um filtro chamado camada de ozônio e temos um ozônio formado no nosso nível de respiração. Todos já tiveram contato com um purificador de água doméstico, chamado ozonizador.

Vamos fazer uma associação. É purificador, porque, definitivamente, mata organismos vivos que estão dentro da água – germes, bactérias, etc. Por aí, já dá para ver o seu grau de agressividade.

Quando respiramos, estamos respirando aquilo que está matando os bichinhos, portanto, ele tem uma ação destruidora das células em todo o sistema respiratório; destrói mesmo.

Certa vez, reportando estudos internacionais, falamos uma coisa que as moças ficaram preocupadas, assim como os homens, porque todo mundo é vaidoso: ele causa o envelhecimento de pele. É o menor mal? É. Ter um envelhecimento de pele é um mal muito menor do que ter o sistema respiratório gradualmente destruído.

Pessoas mais sensíveis são os eternos grupos de risco: crianças até cinco anos e pessoas acima de 60 anos. Porém, no caso do ozônio, tem alguma coisa a mais: asmáticos, bronquíticos, sofrem de forma mais direta, e adultos saudáveis têm suas funções pulmonares afetadas a longo prazo.



Há um processo de destruição interna, porque o ozônio é muito corrosivo, não só para a saúde das pessoas, mas também para os vegetais, para os materiais. Todo artefato de borracha tem uma vida útil mais curta, da mesma forma que as cercas metálicas, os nossos carros enferrujam mais rápido, em que pese haver uma tecnologia de proteção etc.

**SR. MARCOS AJZENBERG** – Esse gás, uma vez produzido, tende a subir ou descer?

**SR. CLÁUDIO ALONSO** – É a terceira opção: ele desaparece muito rápido. Eu disse que havia padrões anuais, para 24 horas etc.; no caso do ozônio, é uma hora. Enquanto ele está atuando, ele é fatal. Graças a Deus, ele não perdura muito. Durante a noite, ele some; ele só perdura, praticamente, durante a tarde; a sua presença é à tarde. Então, ele desaparece por uma reação fotoquímica posterior.

**SR. MARCOS AJZENBERG** – O de 25 km não sobe? Esse fica?

**SR. CLÁUDIO ALONSO** – Não dá tempo, porque o ozônio é muito instável. O oxigênio que respiramos é o  $O_2$ , isto é, são dois átomos juntos; esse ozônio é  $O_3$ , ou seja, tem um metido lá no meio dos dois. Só que esse terceiro é muito fraco e cai fora logo, e é no cair fora que ele agride. Isso quer dizer que ele se decompõe muito rápido.

**SR.** – Teria sentido, por exemplo, impedir a entrada no Parque Ibirapuera no horário da tarde, se o grau de ozônio estivesse muito alto? Eu quero saber porque eu frequento o Parque. Sei que seria um negócio terrível para a cidade, mas quero saber qual a gravidade disso que você está falando.

**SR. CLÁUDIO ALONSO** – Baseados em estudos científicos desenvolvidos fora do país, nesse caso dá para extrapolar, recomendamos, em termos de preservação de saúde, não só no Parque Ibirapuera, não fazer exercício físico com temperatura acima de 23º e com luz forte em qualquer área verde grande. Existe uma razão química para isso.

Para nós, o Parque Ibirapuera é o representante de áreas livres na cidade. Então, não se deve fazer exercício físico no Parque Ibirapuera, nos clubes, Parque do Carmo, ou em qualquer lugar, no período da tarde, em dias quentes e ensolarados. Nos outros dias, não tem problema, assim como à noite e de manhã. No dia mais gostoso é quando ocorre o ozônio. Temos falado isso com frequência, mas não está havendo repercussão. É preciso uma divulgação maior.

**SR.** – Eu não tenho visto nenhum esclarecimento público a respeito de uma situação como essa.

**SR. CLÁUDIO ALONSO** – Há bastante registro em jornal. O que não há é uma campanha institucional.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – É uma coisa grave. Imagine que, no Ceará, terra da Ana Lúcia Brasil, nunca está menos de 23º.

O meu conhecimento de ozônio é no tratamento da água; ozônio é um desinfetante violento, extremamente instável que não deixa resíduo. Por isso, é largamente usado na Europa. Para evitar outros problemas que o cloro gera na água, o europeu utiliza o ozônio, exatamente por não ter resíduo.

O ozônio é altamente instável. Então, você se referiu ao momento em que ele está na atmosfera, e a tendência dele é voltar para o O<sub>2</sub>; por condições de pressão e outras, como baixíssima temperatura, ele persiste a 25 km da terra. Lá ele persiste como componente químico estável. Aqui não tem sustentação.



A presença dele no ar, para mim, é uma novidade. É uma coisa que vai aumentar a preocupação. Pelo jeito, vai ser o poluente dos próximos anos.

**SR. CLÁUDIO ALONSO** – Eu diria do século. O problema da partícula é só tamanho. Por exemplo, a queima da cana, que leva aquela partícula grande para vários municípios e emporcalha tudo, é um horror, mas não afeta diretamente a saúde da pessoa, pois, pelo seu tamanho, não dá para aspirar. O problema de partícula, antes de mais nada, é um problema de tamanho.

Em regiões onde há estradas de terra, temos uma quase visível re-suspensão e deposição, praticamente, imediata das partículas. Partícula de solo natural tem uma certa deposição muito rápida, porque o tamanho é grande; ela é tão grande que você não vê as partículas re-suspendidas numa estrada de terra caminharem por muitos quilômetros. No geral, a marca está nos seus entornos, porque a partícula é grande e deposita logo; por esse motivo, ela não entra no trato respiratório. Sempre tem um residual que persiste, mas, no geral, baixo.

O que acontece na metrópole é um pouco diferente. A partícula que está na rua tem um caráter menor. Por razões tecnicamente explicáveis, ela suspende, fica por um bom tempo e você consegue respirar. Ela é tão pequena que não se deposita rapidamente.

A parcela de partícula pequena, que, geralmente, no solo natural não é grande, não persiste muito tempo, portanto, a probabilidade de respiração é baixa. Logo, também a probabilidade de afetar a saúde é baixa. O residual na área rural existe, mas é baixo; na área urbana, já é alto.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Quero agradecer o Dr. Cláudio Alonso pela exposição, e pedir-lhe que elegeisse algumas propostas sobre questões estratégicas, ou seja, o que é importante ser colocado para a sociedade nesse tema.



Quero lembrar que o seminário sobre lixo será dia 9, e pediria que os conselheiros o divulgassem, porque é muito importante a presença de todos, para debatermos e discutirmos estratégias.

Agora, o Dr. Zarattin fará uma apresentação sobre o perfil do relatório final. À medida que vamos discutindo as questões, paralelamente, vamos montando o relatório final do nosso grupo de trabalho.

Enquanto o Dr. Zarattin se prepara, quero dizer aos senhores que temos uma data, 5 de junho, para o segundo seminário, quando discutiremos o desenvolvimento industrial, econômico, o meio ambiente, etc. De acordo?

**SR.** – Esse é o dia do Meio-ambiente.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Pode ser interessante, porque o seminário é Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. Se não houver nenhum inconveniente, vamos manter essa data.

Estamos aguardando a preparação do programa do seminário sobre as águas, que estaria previsto para 26 de junho do ano 2000. Esse assunto está com o Antonio Marsiglia, mas ele ainda não apresentou a proposta do seu grupo. Vamos à exposição do Professor Zarattin, que é muito importante para nós.

**SR. SÉRGIO ZARATTIN** – Bom-dia a todos. A finalidade da minha exposição é dar idéia do andamento do nosso relatório. Isso é um trabalho feito pelo grupo de redação, a partir de um roteiro estabelecido, sempre com a idéia de que é uma proposta aberta e, à medida que surjam contribuições ou algo que valha, as alterações serão introduzidas. Enquanto isso não acontece, ele vai servindo como uma espécie de *checklist* para completarmos os conteúdos.

A primeira parte teria uma introdução a respeito do enfoque do grupo de trabalho, subtemas abordados e conceito geral do relatório. Essa introdução vai dizer que procuramo-nos situar bem dentro do espírito do Fórum do Século 21, que



prevê, até o final do mês de junho, um trabalho feito pelos grupos, para que, de julho a dezembro, sejam feitos os cruzamentos e detectadas as inter-relações, as interfaces entre os diversos grupos.

Nossa idéia é ressaltar, nessa introdução, algumas coisas fundamentais a respeito da iniciativa do Fórum 21, mostrando o espaço, extremamente amplo que ela tem, pela composição dos diversos grupos – da comunidade, da administração, do legislativo, da iniciativa privada – e do conjunto do Fórum, o que dá uma condição de muita independência e um carreamento muito grande de informações.

Essa composição dá uma condição bastante desligada de qualquer compromisso institucional maior, que, via de regra, é o que ocorre nos trabalhos produzidos no âmbito estrito no Executivo. Isso, portanto, dá um grau de independência e um potencial crítico maior, na idéia de contribuir para o melhoramento das políticas públicas, que é a finalidade última de todo esse trabalho.

Sobre essa conotação, também a possibilidade de produção de informações é extremamente grande, pela variedade de integrantes do plenário.

Então, pretendemos dizer isso e também que nos situamos dentro da perspectiva de fazer as interfaces, de julho a dezembro, e definir as correlações entre os diferentes grupos, destacando que, mais que qualquer outro, o grupo de Meio Ambiente e Recursos Naturais atuará dentro desse esquema e necessitará dessa interface.

De um lado, porque o Meio Ambiente é a base sobre a qual se dá todo o processo de desenvolvimento do estado nas suas diversas componentes; de outro lado, porque toda a ação de desenvolvimento vai impactar e fazer uso dos recursos do meio ambiente.

À medida que há uma grande transformação desse quadro de recursos e desse cenário ambiental geral, se não temos a devida consciência dos agentes e se não definimos políticas públicas poderosas junto aos diversos agentes, não teremos resultados.



Quero deixar bem claro que está longe da perspectiva do grupo, pela sua temática, qualquer visão autárquica, à maneira tradicional da administração pública, de “enfeudar” em cada setor um campo em que ninguém entra e que não dá a mínima atenção para o que acontece ao redor.

Para o grupo do Meio-Ambiente, a ação junto ao meio-ambiente é inerentemente antagônica a essa postura, é inerentemente crítica às visões que têm prevalecido na organização da administração no nosso país em geral, e o estado não é exceção.

Em seguida, será dito que o enfoque de meio ambiente e recurso que se quis dar foi bastante ambicioso e abrangente, no sentido de que se procura situar esses elementos no seu contexto devido, ou seja, no contexto histórico.

Com o perdão da palavra, tentamos trabalhar com essa coisa que, segundo dizem, acabou, principalmente a partir da cultura hegemônica vulgar anglo-saxã, da qual todos estamos sofrendo os efeitos e está-se impondo avassaladoramente sobre a nossa capacidade crítica. Pretendemos dizer não; a história continua, a história existe, e o meio ambiente que temos e sobre o qual devemos atuar é um resultado histórico.

O capítulo seguinte trataria do assentamento e da exploração econômica do território estadual, o uso dos recursos naturais e meio-ambiente e o quadro geral que se tira disso. Hoje, a informação que se tem é bastante abundante, bastante rica, e este é um estado privilegiado, está extremamente estudado pela academia, pelo trabalho universitário e com um poder de penetração, uma percuciência fantástica. Realmente, eles nos explicam o estado que temos e não precisamos inovar nada a respeito disso, se não lançar mão do que existe.

O material que tenho é aquele sobre o qual vai-se trabalhar em maneira de síntese. Portanto, ele parecerá extremamente desagregado, mas a idéia é que tudo o que for mostrado aqui seja apresentado no relatório na sua síntese maior.



Vamos fazer essa ressalva para ilustrar, com esse mapa grande do Brasil, que podemos começar o capítulo II, dando um quadro geral de como São Paulo se situa na fisiografia geral do subcontinente brasileiro.

Não vou passar tudo, mas têm-se coisas sobre geologia, sobre o clima, sobre a geomorfologia etc. Já recompilamos esses materiais, mas cada um deles entra com muito pouco na feitura do relatório.

O que estou separando para mostrar com mais propriedade no quadro brasileiro são essas pranchas relativas a alguns elementos fundamentais. No caso aqui, é a questão da hidrografia que nos mostra como, diferentemente de outras bacias – como estas do Nordeste, a Amazônica, e estas do Leste –, o complexo hidrográfico dentro do qual veio se situar o Estado de São Paulo aponta para o interior.

Isso terá uma feição fundamental no processo de povoamento, através do qual, todo meio ambiente será afetado, transformado profundamente, desde 1500 até hoje.

Isso é um mapeamento mais sofisticado da mesma coisa. Fora algumas ocorrências de pequenas bacias que drenam para o Oceano Atlântico, toda hidrografia do que virá a ser o território do nosso estado está voltada para dentro, fundamentalmente para a Bacia do Rio Paraná.

Algumas dessas ocorrências naturais têm um papel interessante e podem ter sido determinantes no povoamento e no meio ambiente, por consequência.

Isto aqui é o mapa que dá a base tectônica e o depósito dos minerais no quadro do Brasil inteiro. Podemos ver que esta porção maior, que viria a ser o nosso Estado de São Paulo, com exceção de pequenas ocorrências que, na verdade, nem decantam uma quantidade de recursos apreciáveis, sempre foi pobre em ocorrências minerais de exploração, principalmente aquelas mais valorizadas no período do povoamento.

Se isso se passa dessa maneira com os recursos minerais, estes mapas de solo vão-nos mostrar uma outra realidade extremamente interessante. Estas





manchas em verde-claro são o que se poderia considerar, no contexto geral do país, as terras mais produtivas.

Vejam como é curioso. Com algumas exceções que ocorrem perto do Tocantins, na fronteira com Peru e Bolívia, a maior concentração de solos nesta condição de aproveitabilidade está em São Paulo, que são essas manchas contínuas, extremamente grandes.

Significa dizer que partimos para o nosso processo de povoamento com uma oferta muito rica de condições naturais, com a hidrografia favorecendo o povoamento, com uma condição de solo que, no momento inicial, não viria a ser aproveitada, mas muito importante adiante.

A formação desse domínio morfoclimático, que vem da costa litorânea e chega nesse mar de morros, é também riquíssima do ponto de vista florestal.

Esta prancha mostra o papel de São Paulo na formação da nacionalidade e na própria configuração do território. É um mapa que dá as unidades, os pontos, os pólos e os vetores de penetração, de apropriação do território e exploração econômica.

Vemos que o vetor centralizado na vila de São Paulo é provavelmente o mais extenso do ponto de vista de captação de território. Ele vai por toda essa linha, chega até a exploração do Amazonas e incorpora o território mineiro. Ele é praticamente responsável pela configuração que o país viria a ter.

Um processo tão bem-sucedido e tão forte que acabou por modificar o que era institucionalização com o Tratado de Tordesilhas, incorporando, a partir daqui, todo este extenso território que se juntou com o processo de penetração da Amazônia, mas que não teve o peso econômico e de apropriação de território que seria proveniente de São Paulo.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Com licença, Zarattin. Preciso dar uma saída e passo a você a coordenação dos trabalhos.



**SR. SÉRGIO ZARATTIN** – Dentro desse processo geral, em que São Paulo tem uma importância muito grande no quadro nacional, o estado em si, o território do estado e a própria cidade de São Paulo, entram muito tarde no circuito.

Aqui é como se apresenta o território nas suas diferentes configurações. Temos estas formações próximas do litoral, bastante acidentadas com uma cobertura vegetal típica de Mata Atlântica; a ocorrência, a partir das bacias que drenam para o interior e para o Rio Paraná, de formações diferenciadas com a depressão periférica e toda essa extensa formação, com muito homogeneidade, seccionada por diferentes bacias que drenam para o Rio Paraná. São as diferentes formações geomorfológicas do estado.

O povoamento, tendo-se iniciado aqui e não encontrando nesse território condições adequadas, logo subiu para a Bacia de São Paulo e, aproveitando a hidrografia favorável, foi navegando na direção do interior, e, crescentemente, explorando essas áreas. Mas, como se viu pela escassez das ocorrências minerais importantes, essas áreas foram mais bem atravessadas num primeiro momento de povoamento e só viriam a se incorporar, efetivamente, no espaço econômico a partir do final do século XVIII.

Aqui temos algumas imagens que dão a configuração da vegetação no estado, em que se vê a participação de uma formação que vem da costa do Norte e Nordeste que entra aqui como em nenhum outro, com uma ocorrência de mata extremamente exuberante e rica, fundamentalmente de Mata Atlântica.

Esses são os principais tipos originais, notando-se a diferenciação da costa, da bacia de São Paulo e desta grande formação que adentra o interior. Estas especiais são as ligadas à Araucária, aquelas formações florestais do Sul.

O quadro que o desbravador encontrou era esse; era a situação primitiva. Um estado inteiramente florestado, mais de 80%, com algumas ocorrências de áreas não florestadas, campos naturais.

Essa situação vai perdurar até final do século XVIII, quando o café, entrando pelo Estado do Rio de Janeiro, através do Alto Paraíba, começa a fazer as



aberturas, as clareiras para sua exploração. Em 1854, isso já contornou São Paulo, uma região imprópria para esse tipo de cultura, e subiu na direção daquelas terras férteis de Campinas. Então, começa aí um processo fortíssimo de intervenção antrópica no meio ambiente.

A imagem, 32 anos depois, é esta que temos aqui. Estatisticamente, isso tem um grande significado. Para se ter uma idéia, o estado em 1500, de uma área total de 24,860 milhões de hectares, tinha 20,450 milhões de florestas. Até 1854, 1856, essas florestas foram pouco afetadas; praticamente, a única devastação pouco ultrapassava 2%. Já em 1886, chega a mais de 11%.

Isso sempre nesse binômio: exploração do café e desmatamento. Logo, vai-se introduzir um terceiro elemento, as infra-estruturas. Como é sabido, no caso do café, a grande infra-estrutura de apoio, ampliação do espaço econômico, operação, produção e encaminhamento à exportação dessa *commodity*, foi a ferrovia.

Com isso, forma-se um quadrúdeo: ampliação do espaço econômico, alteração do ambiente natural, lançamento de infra-estrutura e povoamento urbano, que forma o centro de apoio a tudo isso.

Essa é fisionomia correspondente àquela situação em 1886; isto aqui é sertão, que assim era designado até o início do século, quando o estado, já no período republicano – um período que desatou as forças produtivas no país, e, particularmente, em São Paulo –, atuando proativamente, na linha de induzir a ampliação do espaço econômico, promoveu a exploração de toda essa área que ele conotava como extremo sertão do estado. Foi uma iniciativa da Secretaria da Agricultura.

Através dos rios, foi-se fazendo o conhecimento geológico do povoamento indígena, da topografia, das condições de navegabilidade dos rios, enfim, de tudo que podia servir para assentar um espaço econômico.

Nessa época, esse processo de povoamento que havia explorado o máximo no Paraíba, expandido grandemente na direção daquelas terras férteis do norte e noroeste do estado, já adentrava este domínio aqui, parte florestado e parte de



campos – vejam que o café também vai adentrando aqui –, ampliando crescentemente o espaço econômico e já com base numa infra-estrutura fundamental, a da ferrovia.

Os dados que temos sobre isso são incríveis. Em 1854, uma exportação de 3,5 milhões de arrobas de café; em 1886, uma produção de um pouco mais de 10 milhões de arrobas; já em 1890, uma plantação de 220 milhões de pés de café no estado, que vai para 520 milhões, dez anos depois. Nesse período, há uma produção de 8 milhões de toneladas.

E vai crescendo: em 1910, 670 milhões de pés; em 1924, 791 milhões; em 1927, 1,3 bilhão de pés; até chegar no auge, quando seria afetado pela crise, em 1933, com 1,5 bilhão. Essa é a concentração da produção nesse gênero.

As facilidades encontradas aqui foram responsáveis por essa antropização toda. Desde 1865 até praticamente 1890, temos a implantação de 2 mil quilômetros de linhas ferroviárias no estado, inicialmente, ligando o porto com o limite sul da região produtiva de Campinas, que era Jundiaí, e, depois, interligando, sucessivamente, esse pólo com a região da Mogiana, da Araraquarense, da Noroeste, da Paulista e, por fim, a região da Sorocabana.

Essa infra-estrutura é profundamente ligada a tudo isso, não só porque assentava a possibilidade do povoamento urbano, sem o qual aquele sistema econômico não poderia operar adequadamente, mas também porque ela em si era uma grande consumidora de florestas, principalmente por causa da lenha.

Há inclusive dados de uma polêmica em que o presidente da Companhia Paulista tenta demonstrar que o uso da lenha não é tão importante e não consumiria tanto da cobertura florestal do estado como se apregoava. Continuando este processo, esta é a imagem de 1920.

A nossa idéia é ilustrar no relatório sucintamente, através de quadros agregados, o total de população no estado, população na rede urbana e extensão, em três períodos: do início do povoamento até o início do ciclo do café; do início do



ciclo do café até o seu auge, final da década de 20, e, depois, no período seguinte. Temos todas essas documentações.

Em 1920, isto aqui já é a rede urbana do estado. Vejam que começa a se configurar, muito cedo, uma rede estruturada por tamanho e função, aquela famosa coisa do *ranking size*, que não é difusa.

A continuidade vai levando a isso. Em 1952, já atinge as barrancas do Paraná e assim está a rede urbana. Vejam claramente os eixos de povoamento ao longo das ferrovias. Este é o estado em 1950, chegando em 1962 com esta imagem. Projetado esse ritmo, esta seria situação que teríamos hoje e o que se prevê para 2000.

Não temos intenção de escandalizar ninguém, mas apenas mostrar que este é um estado – e o indicador do desbravamento florestal é muito importante; esta é a curva que ele seguiu de 1500 até 2000, a chamada devastação florestal – intensamente antropizado, e teremos elementos para mostrar que se segue, a tudo isso, uma implantação de infra-estrutura.

Com o que mostrei, dá para verificar a devastação, a ampliação do espaço econômico, rede urbana de suporte. A primeira infra-estrutura seria a rede de ferrovias, da qual temos documentação, mas não imagens. Dá para se perceber que a infra-estrutura mais estratégica, a ferroviária tem etapas históricas diferenciadas, fundamentalmente, de 1850 até o início do século.

A que vem a seguir, com a paralisação no início do século até o final do segundo pós-guerra, um período de muitas transformações – industrialização, metropolização, fim do Estado Novo –, é a infra-estrutura rodoviária, sendo muito importante no Estado de São Paulo, por ser a que mais se expande, consolidando aquele espaço econômico e de povoamento urbano, acrescentando novos elementos transformadores do ambiente.

A infra-estrutura rodoviária do estado, até 1965, está completamente consolidada – inclusive, análise geral feita no país, mostra que, no Estado de São Paulo, não se precisará criar novos troncos, mas sim duplicar os existentes para se



ajustar às demandas crescentes estimadas – e vai atingir a mesma situação da rede urbana. Não há grandes inovações que se possam aportar.

Do ponto de vista de colonização, isso mostra o que ocorreu, ou seja, esse processo, em face de todos esses fatores, é o mais denso em todo o Brasil, acompanhado apenas de perto pelo que acontece nos estados do Sul; muito diferente do que acontece em toda a orla, na Amazônia, no Centro-Oeste.

Na configuração final, já em 1980, a rede vai-se apresentar dessa maneira, bem estruturada, com a metrópole comandando; capitais regionais – como estas aqui do Vale, Baixada Santista, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Bauru – todas no comando de suas respectivas regiões, perfeitamente estruturadas, assegurando, do ponto de vista ambiental e de recursos naturais, a conversão do estado, que é fundamentalmente dominado, antropizado, explorado economicamente, sem mais nenhum tipo de fronteiras a vencer.

Pretendemos, depois disso, colocar a organização estabelecida e os meios disponíveis para a atuação junto ao meio ambiente. Então, iremos expor o que já é do conhecimento de todos, ou seja, as unidades de conservação do estado, que estão, fundamentalmente, focadas no impedimento da extinção de exemplares de toda aquela riquíssima cobertura original, inclusive, ligada a determinados compartimentos topográficos.

Isso quase coincide com aquela imagem que mostrei, antes, do que aconteceria no ano 2000, isto é, fora as áreas que estejam sob algum critério de coordenação de alguma instituição, todo o resto não é nada mais da cobertura florestal original, mas não quer dizer que não seja verde.

Essa é a expressão mais avançada do que foi produzido no estado em relação a essas questões, sob o ponto de vista de políticas públicas, políticas de conservação de ambiente, de recursos naturais.

Aqui são as unidades gerenciadas pelo Instituto Florestal, mas existe uma imagem que não se cinge apenas a esse tipo de ação que se faz no meio ambiente.



Temos aqui o indicador das ações da Cesp, junto à questão ambiental, muito ligado a esse processo também antropofizador, do qual ela foi o principal agente.

Se, de 1850 até início de 1920, tivemos a preponderância das infra-estruturas do transporte ferroviário, do ponto de vista estratégico de incorporação de espaços e modificação do ambiente, vamos ter o início muito circunscrito a uma área limitada, perto de São Paulo, Sorocaba e arredores, através da energia elétrica da Light, até a década de 30.

De 1945 até o final da década de 50, início da década de 60, teremos a hegemonia da infra-estrutura rodoviária. Aí, entra a infra-estrutura energéticas que irá agregar, inclusive, esses grandes lagos, esses grandes canais que se formam ao longo de todo o estado, com um poder transformador, que induz o próprio agente a trabalhar no sentido ambiental. Isso é uma demonstração interessante de que não se trata de uma coisa autarquizada.

A intenção é que, no capítulo IV, sejamos capazes de dizer quais as idéias, os conceitos centrais e os paradigmas orientam essa ação junto ao meio ambiente.

Hoje de manhã, tivemos o exemplo de uma faceta da ação que não está colocada nas nossas transparências, isto é, a ação ambiental junto à grande concentração e ao ambiente fundamentalmente urbano. Hoje, a vocação inerente da ação ambiental é voltada para a recreação do ambiente, que já foi totalmente antropizado.

Agora, trata-se de refazer o ambiente no qual viverá 95% da população do estado, ou seja, o ambiente urbano e das grandes concentrações urbanas, que coloca problemas ambientais correlacionados com todas essas unidades de conservação, mas de outra magnitude, envolvendo fundamentalmente uma multiplicidade de agentes.

No capítulo V, daquilo que se fez, das políticas possíveis de se definir, teremos avanços e avanços menores. Não é uma ação equilibrada. Por exemplo, na ação ligada aos recursos hídricos, há grandes conquistas – sistema estadual de gestão, gestão por bacia, possibilidade de cobrança da água, um monitoramento



mais próximo efetuado por bacias –, mas a ação dessas unidades de conservação não tem os mesmos recursos; depende de estruturas institucionais ainda bastante tradicionais, e a eficácia tem sido duvidosa.

No entanto, quando se tenta implementar uma coisa mais avançada do tempo da reserva da biosfera, a própria estrutura institucional, criada para gerenciar as unidades de conservação, mostra-se, no mínimo, desconfiada; quando não, desinteressada; quando não, adversária dessas novas formas.

É preciso mostrar essas coisas, ao lado da imperiosidade de se trabalhar o meio ambiente, como um ato de recreação, e não por se querer ou por ideologia, mas porque o estado e a situação que temos assim impõe. É necessário levantar isso como possíveis desníveis.

No capítulo VI, a idéia é levantar as bases institucionais. Não tenho imagens sobre isso, mas há um levantamento inicial, que entendo possa ser muito enriquecido pelo sistemático que a Lúcia já tem.

O registro que temos da primeira situação é de 1808, e vem da colônia, quando certas madeiras nobres são monopólio da Coroa. Depois, em 1813, há determinações sobre quem comanda o processo de exploração florestal, de desmatamento. Era da Justiça; depois, vai para a Delegacia de Polícia; depois, passa para as Câmaras, até se extinguir totalmente, em 1834, o monopólio da Coroa sobre o pau-brasil e outras espécies.

Até a criação de uma autorização governamental, na primeira instalação de uma madeireira no Paraná, em 1872, nada acontece em termos de competência para fiscalizar isso; é Polícia, passa para a Câmara, para a Magistratura.

Em 1876, vem uma Resolução Imperial que libera o corte de matas, quando situadas em propriedades dessas pessoas. É um momento extremamente significativo, já está dentro do domínio do café no estado; a pressa para abrir novas áreas de exploração do café não dá mais para conviver com práticas defensivas das madeiras. Isso vai até 1876.





No nosso registro, a única coisa que acontece daí em diante é em 1934, o primeiro Código Florestal. Aí, vai-se sucedendo: em 1945, a Lei de Terras, que tudo indica tem uma importância muito grande nessas questões; 1954, 1955, 1956, vão começando as normas sobre plantio, extrativismo, florestamento, reflorestamento.

Desde 1911, há uma legislação organizacional e administrativa que cria o Serviço Florestal. Esse serviço passará por uma série de modificações e outros vão ser criados. Por uma ação de informação e classificação, também em 1911, há o primeiro mapeamento da vegetação nativa do estado, e chega ao último em 1974, pelo que temos registrado. Mas existe um inventário da situação florestal do governo Fleury, de 1993, bastante detalhado, rico e faz parte dessa grande massa de informações de que dispomos.

Em 1896, com o Horto Botânico em São Paulo, que se vai converter no Horto Florestal, inicia-se uma série de ações fundamentalmente estaduais, e, em alguns casos, com intervenção federal. Começa a criação de parques estaduais, sendo o primeiro em 1939, seguido o de 1941, reservas florestais em 1941, 1942, 1945, e uma grande expansão da criação do instituto de conservação, no final da década de 50.

Isso segue expandindo-se do território de um estado circunscrito da Mantiqueira até o Litoral Norte e Sul, e, progressivamente, vai induzindo unidades de conservação no restante do estado.

Naturalmente, tudo isso estará amparado na criação dos dispositivos de ação ambiental, não só sobre esse tipo de recurso, mas também sobre as condições, com monitoramento e introdução de normas de redução de emissões de poluentes nas indústrias, ações, como as que vimos hoje, de monitoramento, controle da poluição do ar, e assim por diante.

A idéia é que seja exposto, com clareza, como isso está estruturado, os paradigmas e as idéias em que as forças se assentam, os níveis de maior ou menor avanço, para chegar aos pontos estratégicos.



Em função dessa questão estratégica, um dos aspectos que, no nosso entendimento, vale a pena levantar é a ação junto a outros agentes. Isto aqui foi uma tentativa num período que não era particularmente brilhante em idéias sistemáticas e conseqüentes.

Como produto da fantasia de se criar uma nova capital, foi possível traçar uma diretriz espacial de política urbana, associada ao povoamento e à estruturação da região, que, lamentavelmente, nos últimos tempos, perdeu-se.

Isso será fundamental para que se tenha uma política ambiental de recursos naturais aderentes à real situação que temos, que é a do Estado inteiramente antropizado, apoiado numa infra-estrutura já estabelecida, em grande medida, no seu estágio de configuração final, e uma rede urbana, sobre a qual é preciso reelaborar.

Políticas desse tipo não serão definidas pelo nosso grupo, mas cabe a ele mostrar que elas são oportunas e requeridas para que se tenha eficácia.

Tendo passado, no capítulo VII, sobre a sensibilidade e as propostas da comunidade, um agente fundamental, porque precisamos saber como ela está se comportando, as suas visões, como pretende atuar, como se posiciona, chegamos ao capítulo VIII, fatores estratégicos para alavancagem de programas e ações.

Nem tudo está perfeito, temos desníveis, avanços maiores e menores e queremos ganhar velocidade, que, no fundo, é o grande problema da ação de governo neste estado. Parece que o tempo não existe para os governos, como se ele não fosse uma variável material; pode-se procrastinar indefinidamente a criação das regiões metropolitanas, e, quando é criada, vem de forma inconstitucional, como essa lei complementar mal redigida, aberrante, Lei nº 760, que a Constituição não quer.

Penso que essa é a única maneira pela qual poderemos, como formuladores de políticas públicas, chegar mais perto da velocidade que a problemática social e ambiental tem.



No capítulo IX, linhas de política; os agentes e linhas de implementação visualizados, e, no XI, a programação defluente que o grupo prevê na continuidade dos trabalhos com os desdobramentos e interfaces dos demais grupos.

Quero alertar que falta muito e o Grupo de Redação não pode fazer esses capítulos todos. Ele precisa, fundamentalmente, de contribuições como a da Lúcia, que já está vindo para nós, com o inventário da legislação e da institucionalização da ação sobre o meio ambiente e recursos naturais. Mas precisamos mais.

Os que estão na área executiva do Estado precisam trazer os dados mais recentes sobre a organização, os programas, as estruturas, os instrumentos técnicos visualizados. Necessitamos ter clareza disso, sob pena de o nosso relatório ficar nas generalidades, que não é o que esperamos; queremos um relatório efetivamente substantivo. Pode-se chegar lá, mas é preciso passar por essa contribuição. O Grupo de Redação sozinho não faz.

Esse é o avanço que temos hoje.

**SRA. ANA LÚCIA BRASIL** – Zarattin, não foi feito aquele quadro sobre arcabouço institucional, administrativo? Aquilo dá uma visão melhor.

**SR. SÉRGIO ZARATTIN** – Por alguma razão, embora eu tivesse mandado, isso não foi duplicado.

**SRA. ANA LÚCIA BRASIL** – Só a visão por capítulo perde um pouco.

**SR. SÉRGIO ZARATTIN** – A Ana Lúcia tem razão. Temos um gráfico que mostra como se pretende dar esse enfoque. É uma espécie de matriz, em que se tem as quatro faixas, colocando, como base, os eventos históricos na fase inicial, fundamentalmente os grandes períodos e alguns eventos isolados; a situação específica do meio ambiente – sítio, recursos e ecossistemas; o povoamento do

ponto de vista de rede urbana e regiões; a exploração econômica; a organização jurídica e administrativa.

Isso dará um gráfico que tem *clusters*, áreas mais concentradas e menos, porque assim é. Ou seja, ações de organização administrativa, para ação de meio ambiente e recursos naturais, amiúdam-se nesse período mais recente, da mesma maneira que a organização institucional para isso; enquanto a exploração econômica estará constantemente qualificada de modo diferente.

É um tipo de gráfico que pretendemos usar para, com a imagem, dar uma idéia sintética. Aqui é um ensaio sumário da situação ao final desses grandes períodos considerados.

Temos o quadro da demografia, a situação da rede urbana, do espaço econômico e, se for possível, o quadro ambiental sintetizado.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – É preciso que todos recebam esse material para acompanharem.

Continuo insistindo na minha preocupação com a divisão racional do trabalho. A minha proposição era de subgrupos, e, na época, não foi aceita. Mas como vamos chegar na redação final disso?

Estou notando que o trabalho é meio narrativo, mas, na hora em que começa a transpassar as opiniões, tem de ser uma coisa democratizada, para podermos debater e chegar a um senso comum. Portanto, não pode ser um processo fechado. É preciso colocar as pessoas no âmbito da discussão.

Não é tão simples assim, mas o grupo de redação tem de ter essa preocupação. É muito material e temos dois meses para montar isso.

Precisamos definir quem toma conta de cada subtema. Podemos pegar a contribuição da Lúcia, do Professor Alaor, e de todos que se dispuserem. Temos que, pelo menos nos resumos, tentar disponibilizar essa coisa toda para o grupo. À medida que forem surgindo dificuldades de informação, tentar ver como penetramos nos feudos, em cada subárea das políticas públicas.



O Dr. Cláudio Alonso, por exemplo, tem uma estratégia que temos de discutir para o futuro. Por isso, eu lhe pedi o material da poluição do ar para termos esses elementos de discussão.

Está aberto o debate e temos de voltar a esse assunto na próxima reunião, para tentarmos alinhar a montagem do relatório.

**SR.** – Temos uma cópia de todas essas imagens e do material conforme está. O relatório de andamento já vai ter uma versão de 10 de maio.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – A minha sugestão é que troquemos, agora, algumas idéias rapidamente, e peguemos todo o material para preparar para a próxima reunião.

**SR.** – Quanto à exposição, quero esclarecer, dizendo que, se escolhêssemos os três principais estados do país, tanto em volume de produção mineral como em valor, apareceriam certamente Minas Gerais, São Paulo e, provavelmente, Pará.

A imagem de São Paulo pobre em recursos minerais tem de ser explicada. Ele continua pobre em ouro e prata, mas hoje São Paulo é um dos maiores produtores minerais, tanto em valor como em volume, concentrados, principalmente, os minerais industriais, que são areia, brita, calcário para cimento destinado à construção civil, que tem uma participação enorme no PIB do estado, em termos de emprego, e calcário para corretivo, com uma influência muito forte na produção agrícola. São todos minerais de baixo valor agregado que não suportam um transporte com mais de 30, 40 quilômetros.

Digo isso só para não ficar uma idéia destorcida, pois São Paulo é um dos principais estados produtores de minerais do país. E essa atividade influi no meio físico. Portanto, está sempre alterando aspectos ambientais, o que exige uma atenção especial do grupo.



**SR. SÉRGIO ZARATTIN** – O curioso é que, quando houve o processo de povoamento, essa oferta que existia não era representativa e não deu nenhuma exploração maior. No momento em que, como resultado de toda a exploração, criou-se uma rede urbana densa, esse fator que existia foi reciclado no seu valor, no seu potencial e na sua realização de exploração. É uma coisa interessante essa mutação, e não se pode deixar só a visão do processo de povoamento presente. Realmente, é preciso trazer esse aspecto.

**SR.** – Exatamente. Esses minerais industriais vão no vácuo da ocupação urbana do desenvolvimento. As principais substâncias minerais produzidas nos Estados Unidos, tanto em volume como em valor, são areia, brita, cascalho.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Sabemos que o senhor tem uma série de informações sobre o setor de mineração do Estado de São Paulo e é muito importante que elas sejam trazidas para o nosso grupo.

**SRA.** – Como sugestão, ele poderia fazer uma apresentação aqui, porque é um assunto que não tem muitos dados e é interessante agregarmos.

**SR.** – Se houver interesse, posso convidar alguma pessoa, como tem sido feito, que esteja em condições de fazer essa apresentação.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Então, marcamos, para a próxima reunião, uma exposição sobre mineração.

**SR.** – Zarattin, tenho uma curiosidade, sei que não foi da temática central, quanto ao problema do desmatamento no Estado de São Paulo. No outros estados, se o procedimento dinâmico não foi o mesmo de São Paulo, como você disse,



também houve uma devastação terrível. Qual foi a causa determinante nos outros estados? É mais uma curiosidade em termos comparativos.

**SR. SÉRGIO ZARATTIN** – Tenho aqui uma imagem do mapa recente do IBGE, que mostra a situação atual. Há a imagem da vegetação primitiva e de como está hoje. Essa mancha em São Paulo era imensa para o lado de Minas.

**SR.** – Mas as determinantes que você apontou no caso de São Paulo são muito claras, o que não aconteceu na Bahia, Pernambuco, Maranhão.

**SR. SÉRGIO ZARATTIN** – Há variações. O sul da Bahia hoje é uma área problemática do ponto de vista de exploração de madeiras nobres.

Em Minas é mais gritante; é uma mancha praticamente contínua como essa devastação que aconteceu em São Paulo. A razão pode ser pecuária ou outro tipo de cultura. Não sei. Não é o café como foi em São Paulo.

**SRA.** – Eu tenho até estudado a legislação sobre esse enfoque, exatamente tentando fazer uma correlação entre causa e efeito. O que noto é que sempre há uma ligação entre a atividade econômica na região e a devastação.

Logo depois, temos o ciclo da cana-de-açúcar, que provocou a devastação de toda região Nordeste, o desmatamento de toda a Mata Atlântica. Em seguida, temos o ciclo do café, que afeta São Paulo e Minas; antes um pouco, há a exploração de recursos minerais em Minas Gerais.

Mesmo no Estado de São Paulo, uma coisa que não falamos ainda e que provocou uma grande devastação na vegetação do estado, por volta de 1960, foi o programa Próalcool. Não atinge exatamente a Mata Atlântica, mas atinge o serrado.

Na Amazônia, na década de 60, tivemos os grandes projetos agropecuários, provocando a devastação da floresta.



O que sinto é que, realmente, há uma inter-relação entre a atividade econômica da época na região e a devastação, sempre provocada por falta de cuidados. Isso também gera uma série de leis, que sempre vieram com o objetivo de proteger ou garantir a efetivação daquela atividade econômica.

Em 1930, com o Estado Novo, criou-se uma teoria desenvolvimentista, e notamos que o Código de Água, o Código Florestal e uma série de legislações foram elaborados muito mais com o objetivo econômico, para garantir economicamente, do que com a característica preservacionista.

Na década de 70, temos uma legislação de combate à poluição, legislação hídrica, também com o aspecto de um novo processo desenvolvimentista.

Parece-me que, realmente, há uma inter-relação efetiva da atividade econômica, e, se estudarmos o Brasil todo, vamos notar isso facilmente.

**SR. SÉRGIO ZARATTIN** – Essa mancha que caracteriza São Paulo se expande muito através do Triângulo, para o lado de Goiás, muito para o Sul, um pouco para o Centro-Oeste, para toda essa faixa do Leste e até em bolsões do Nordeste.

Esse é o quadro que temos, provavelmente com feições regionais muito diferenciadas ao longo disso tudo e ao longo do tempo.

**SR.** – A segunda questão, Zarattin, é de juízo. Os grupos afetos à defesa ambiental postulam que isso que aconteceu não deveria ter acontecido.

Diante dessa circunstância histórica, não se poderia ter um cenário diferente. Houve um estado de consciência mais ampliado, mais desenvolvido, mais crítico, a partir dos anos 70, 80. Se tivéssemos antes qualquer tipo de formulação de consciência, seria possível ter um desenvolvimento diferenciado, como preservar nossas matas, nossas florestas?





**SR. SÉRGIO ZARATTIN** – Alerta não faltou. José Bonifácio de Andrade e Silva, no livro “Projetos para o Brasil”, publicado na “Folha”, tem uma percepção muito clara da devastação que estava ocorrendo. Vejam que é de 1820.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Mas seria possível? Aviso não é a mesma coisa.

**SR. SÉRGIO ZARATTIN** – A história parece querer dizer que não foi possível, porque ele ficou pregando no vazio. Mas que havia percepção e proposta, isso sim, só que essas propostas jamais conseguiram nenhum suporte hegemônico.

O que se vê é aquela lei de 76, que autoriza o indivíduo, desde que seja proprietário, a desmatar indiscriminadamente, a destruir qualquer floresta que esteja na sua propriedade. Então, a história caminhou ao contrário do que poderia.

**SR. ALAOR CAFFÉ** – Mas, dada a dinâmica do nosso sistema econômico, isso, provavelmente, ocorreu dentro de uma determinação histórica, por mais que se quisesse fazer ao contrário.

Esse fato vai influir diretamente na segunda pergunta. Há pouco, você disse que, agora, temos de fazer um trabalho crítico, de revolvimento de certas causas, com determinações mais amplas para proteger o meio ambiente, inclusive com as unidades de conservação, que, acredito, esgrime muito profundamente com o direito de propriedade.

Temos, por exemplo, o programa da reforma agrária, que não põe em prática de forma completa. Isso, para uma atividade econômica; imagine para uma atividade conservacionista.

Temos pouquíssimas unidades de conservação, e as que temos não representam praticamente nada, dentro do contexto de preservação que havia antes.

Quando você diz que temos de “recuperar”, entre aspas, essa recuperação está dentro de um contexto tecnológico e econômico completamente diferente daquilo que foi antes. Não é devolver o estado a uma dimensão natural anterior. Isso é impossível.

Você divisa, de alguma forma, uma dinâmica especial e diferenciada para a preservação ecológica, levando em conta a expansão demográfica que continuará havendo, a expansão e o desenvolvimento da rede urbana? Você divisa alguma forma nova? Isso é uma questão de julgamento e vai envolver uma linha de políticas, no caso, públicas.

**SR. MARCOS AJZENBERG** – Eu queria contrapor o que do Dr. Alaor está falando, porque explosão demográfica não existe mais. O que o Zarattin disse, pelo que entendi, é que o próximo século é diferente do anterior.

Ou seja, vamos mostrar o que ocorreu no século anterior, mas a contraposição é com o de agora, que não é um século de expansão de fronteiras; agora, é como se estivéssemos tentando retornar às fronteiras antigas; não é recuperar o que havia de floresta, mas tentar construir um estado novo dentro de um negócio antrópico.

Explosão demográfica não existe mais. O Estado de São Paulo não precisa mais espaço para abrigar seus habitantes. Vamos crescer, no máximo, 10%, e a população vai-se estabilizar.

O discurso da necessidade de fronteiras e de espaço, praticamente, está esgotado. Para mim, essa é a chave do cenário.

**SR. ALAOR CAFFÉ** – A sua colocação, sob esse aspecto, é muito duvidosa. Enquanto não houver uma política de expansão demográfica e as coisas continuarem como estão, segundo vários prognósticos, dentro de 50, 60 anos, teremos quase três vezes a população do país. E não é, simplesmente, porque essa população vai-se expandir para a Amazônia; haverá crescimento da população, uma



espécie de fronteira interna dentro do Estado de São Paulo. Se hoje ele tem 33 milhões de habitantes, certamente, daqui a 50 anos, terá 60 milhões. Não há dúvida nenhuma.

É preciso preparar políticas de médio e longo prazos. Dentro da estratégia política do país, ele não pode ter simplesmente 170 milhões de habitantes.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Professor, quando se fala em meio ambiente e desenvolvimento econômico, eu pergunto se é possível o desenvolvimento econômico sustentado, em São Paulo, com a miséria, o desemprego absoluto no Nordeste, Centro-Oeste, e a ignorância total. Ou essa população pode ser assimilada?

Qualquer crescimento, qualquer resposta que se dê sobre o desenvolvimento em São Paulo, não fará voltar o processo de migração altamente crítico, fazendo uma pressão demográfica sobre os problemas e políticas públicas no Estado?

É possível essa “Ilha da Maravilha”, onde acertamos todas as políticas para os paulistas e usamos o resto da Nação só para comprar os nossos produtos? Às vezes, eu vejo pessoas ambicionando viver neste mundo aqui – São Paulo todo industrializado, com os seus problemas ambientais resolvidos, com salários regionais altos – e elas comprando Nescau, vivendo na miséria absoluta, sem emprego, aguardando e assistindo pela TV Globo a beleza de vida que é em São Paulo.

Esse mundo não existe. Ou você tem possibilidade de desenvolvimento planejado, desconcentrado, em que se resolvam os problemas nacionais, ou o motor da Nação, crescendo sozinho, certamente, vai sugar as iniciativas e o poderio das outras regiões.

Pode-se imaginar que esse crescimento demográfico não aconteça aqui. Hoje, vivemos uma crise, mas já tivemos um crescimento enorme com a migração de outros estados para o Estado de São Paulo. Caso volte esse crescimento



econômico, se não for acompanhado do resto do País, não poderemos ter problemas sérios de concentração e com isso problemas na questão ambiental?

Qual é o cenário que teremos desse crescimento populacional? O que está previsto? Sabemos que essas previsões populacionais costumam ser complicadas, porque, geralmente, é dada uma taxa, e, depois, não é aquela. É uma coisa intrinsecamente ligada ao desenvolvimento econômico; se você errar na matriz do desenvolvimento econômico, vai errar também na matriz do crescimento populacional.

**SR. MARCOS AJZENBERG** – O crescimento é uma das variáveis, mas vemos que, no crescimento demográfico, tem um componente social da vida moderna, que é inarredável.

Surpreende-me o Dr. Alaor ainda estar pensando num Brasil de 400 milhões de habitantes. Isso, para mim, desculpe-me, é totalmente fora de propósito.

**SR. ALAOR CAFFÉ** – Talvez 400 milhões seja exagero, mas 250, 300 milhões não é exagero num país como este.

**SR. MARCOS AJZENBERG** – Não é isso. É uma questão que deixa de ser de política pública. O que se vê no Brasil é que a posição da mulher no mercado de trabalho foi um fator fundamental para o decréscimo da fertilidade, e é uma coisa que nunca mais vai mudar. Não tem sentido pensar que a mulher voltará a ser mãe de seis filhos novamente.

O Deputado Rodolfo acabou de fazer referência às estatísticas populacionais. Para mim, essas estatísticas do Brasil, do Estado de São Paulo, da região metropolitana, hoje, estão entre as coisas mais exatas que conhecemos.

Os estudos da Emplasa, de 1985, que era presidida pelo Professor Alaor, batem na sexta casa. Isso é científico, é ciência. É um fato que não se modifica nem com políticas públicas. O Brasil, até hoje, nunca teve uma política pública de

redução de crescimento demográfico; sendo que essa redução foi feita pela sociedade, à margem de qualquer política pública, de pressões da Igreja.

Vamos chegar à situação da Itália. Hoje, a população italiana está num nível de crescimento que não será repostos.

**SR. ALAOR CAFFÉ** – Mas isso é na Europa. É diferente. O Brasil não tem essa condição. Inclusive, a estratégia do governo federal é não estabelecer nenhuma política de restrição a isso, porque se julga que a população do país ainda é pequena, estrategicamente, em relação à ocupação de todo o espaço.

Portanto, haverá um aumento, mas não será aquela coisa explosiva. Mesmo porque não é a questão da população. Eu não vejo a população; eu vejo as relações sociais e econômicas que estão envolvidas nessa questão.

Agora há pouco, falou-se da estrutura econômica do país em geral. Temos de ver o desenvolvimento tecnológico. A tecnologia brasileira, indo para o campo, está liberando uma quantidade imensa de mão-de-obra. As dificuldades estão aí. Inclusive, a pressão por parte dos camponeses em relação às cidades.

As cidades também não absorvem mais a mão-de-obra, porque a tecnologia avança sobre as indústrias. A consequência disso é que o desemprego é estrutural, não é conjuntural, o que levará a uma alteração profunda das relações sociais de produção. Isso é grave e sério. Aí que está a questão revolucionária de todo o problema.

As políticas ambientais têm de levar em conta essa variável fundamentalmente estrutural do sistema social e econômico. Não estou pensando, simplesmente, no aumento da população, mas sim nessa dimensão qualitativa, específica das relações entre os homens, sob o ponto de vista econômico; como, por exemplo, o problema da propriedade, da distribuição de renda, que cada vez mais está distorcida, em função de uma revolução que vamos passar, e não só o Brasil, mas o mundo todo.



**SR. SÉRGIO ZARATTIN** – Quero dizer que, concretamente, o que se tem verificado, nos grandes pólos de migração do Centro e Sudeste, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, é uma taxa negativa, ou seja, sai mais gente do que entra. E não é por terem melhorado substancialmente as condições nas áreas de produção de migração.

Não se pode dizer que não houve política demográfica; se houve uma política altamente eficaz neste país, foi a do período de ditadura em relação à demografia, quando se abriu espaço inteiramente para toda ação de controle da população, esterilização etc.

Vi, recentemente, um trabalho muito bom de demografia, para o Plano Diretor de Salvador, mostrando, naquela região, uma taxa de 43% de mulheres esterilizadas na idade fértil. Portanto, esse fato teve muito sucesso e, inclusive, era uma coisa com a qual não se contava, porque era feita, tacitamente, meio às escondidas.

O que acontece é que a área de recepção aqui se tornou cada vez mais impenetrável. Ela inviabilizou a migração para o centro do pólo metropolitano, porque, inclusive, reconfigurou as suas funções.

São Paulo, como pólo metropolitano, está-se aparelhando para ser uma cidade mundial inserida na globalização, absorvendo, claramente, funções do Rio, uma vez que a globalização parece não aceitar essa bipolaridade; é muito mais funcional, no sistema, que aquele espaço econômico seja dominado por um único grande pólo; vejam Bolsas, fora as quarenta e tantas agências de publicidade que se transferiram nos últimos anos para cá, e a mídia que, crescentemente, se concentra aqui.

O que acontece é que, nessas regiões do Sul, do Centro-Sudeste a transição demográfica já se caracterizou; as previsões são para um contingente bem maior de idosos, com toda uma implicação de políticas públicas e negócios.

Os negócios dirigidos para esse segmento, inclusive os ligados à saúde, despontam como bons. Estamos com um outro quadro econômico diferente daquele



do período “juscelinista”, que estava abrindo frente. Hoje, temos o Ministério da Saúde, indústria dos operadores dessa economia globalizada, com qualificação profissional. Isso vai fazendo um perfil muito exigente para quem consegue sobreviver aqui.

Atualmente, além do risco de morrer de fome, há o de morrer pela violência. Isso já não é pouco significativo. Em municípios, como Embu, morte por causa externa é a primeira.

Temos, portanto, esses fatores se combinando, e, ao lado disso, bem ou mal, determinados pólos das regiões produtoras de migração recapitando as suas forças e inserindo, através de sua produção variada, no mercado nacional de bens simbólicos, de uma maneira como nunca houve, como é o caso da cultura em Salvador.

Isso promove circuitos econômicos inesperados. As próprias comunidades, em função das suas particularidades culturais, geram pólos de emprego, de atividade e formação de renda.

Também estão descobrindo que amenidades paisagísticas, ambientais e urbanísticas, vendem – vejam Fortaleza, vejam o que tem sido feito no Ceará –, e que dá para investir pesado em algumas intervenções de infra-estrutura, como a transposição do São Francisco.

É assim que esse quadro está-se colocando. Essa produção está possibilitando a situação que daria continuidade ao padrão profissional. A tendência no padrão de São Paulo é muito mais uma economia de manutenção e de especialização em coisas de alto valor agregado, atividades direcionais, comando da economia, finanças, alta cultura, tecnologia de ponta.

Isso está claramente configurado e vai-se expandindo em diferentes proporções para os grandes pólos. Hoje, os maiores exemplos são Fortaleza e Salvador, mas, se pegarmos o que tem sido feito em Recife, não está muito longe disso. Todas essas situações estão criando um quadro que precisa ser atualizado.



De qualquer maneira, é generalizada a queda das taxas de crescimento e o envelhecimento da população está muito claro, com todas as implicações que isso tem. Ao lado dessas particularidades, há uma mudança bem grande do paradigma tradicional, do perfil produtivo.

**SR. HERALDO MARCON** – Tanto o Professor quanto o Zarattin colocaram de forma completa o exemplo que eu ia citar de Santo André, extrapolando para o Estado de São Paulo.

Santo André, atualmente, está sofrendo uma desindustrialização; as plantas antigas estão sendo desativadas, têm muitos galpões vazios, e a taxa de crescimento de Santo André, hoje, é negativa. Das cidades do ABC, só Diadema e São Bernardo crescem; as demais estão decrescendo.

Podemos prever, portanto, com um certo grau de confiança, a evolução do crescimento populacional. Na minha opinião, *booms* populacionais estão relacionados com os econômicos. Acredito que não haverá mais isso aqui. Alguém tem ilusão de que o pólo automobilístico de São José dos Pinhais, no Paraná, vai atrair muita gente? A planta que está instalada lá é modular; quando aquilo ficar inviabilizado, eles colocam tudo em um saco e vão para a Bolívia, para o México.

O modelo, hoje, é diferente. Estamos vivendo outra situação. No futuro, teremos uma readequação da relação capital/trabalho, do equilíbrio econômico. Acredito que o Brasil caminha para isso. Se São Paulo conseguir se transformar num oásis, como o Deputado disse, evidentemente, que vamos atrair gente.

O caminho é pensar em uma política para São Paulo que se estenda para o Brasil, ou seja, que consiga dar, pelo menos, alguns nortes de como deve ser a política de distribuição de rendas, a política industrial do Brasil. Sem ser arrogante, São Paulo pode ter esse papel.

São Paulo, por estar sofrendo a desindustrialização e uma série de mazelas geradas pelo processo de desenvolvimento, pelo “progresso”, entre aspas, tem condições de tirar algumas lições que poderão ser aproveitadas por outros Estados.





**SR.** – Se São Paulo fosse um país seria o país mais rico do Hemisfério Sul, tal a riqueza gerada aqui, só que boa parte é aproveitada para todo o país.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Só que, para os Estados Unidos serem o país mais rico, têm que matar, por ano, mil, 1.500 mexicanos, que querem entrar lá. Aqui não dá para fazer isso. São Paulo não é um país. Não há desenvolvimento econômico sustentado sem desenvolvimento econômico.

O Professor colocou uma questão importantíssima. Será que teríamos condições de alavancar um processo de desenvolvimento econômico diverso do que ocorreu? A questão não é chorar, mas ter uma visão para o futuro, ou seja, como sustentar o processo de qualidade de vida, como recuperar o que for possível da questão ambiental.

Isso não seria tão fácil para um país que não conseguiu nem resolver seus outros problemas. Não são as nossas matas que estão mal e se acabando. Temos problemas graves com nossa população – miséria, concentração de rendas –, que não foram resolvidos. É só andar nas periferias para constatar que a qualidade de vida da população não é muito diferente da das árvores.

**SR.** – O Caffé coloca uma questão que seria muito rica se houvesse o Fórum, o espaço institucional, para que essas coisas fossem pensadas estrategicamente.

Cometemos até uma injustiça ao dizermos que nenhuma política está sendo pensada em termos nacionais, e só a do “livro-caixa”. Não tem sido bem assim. De vez em quando, aparece uma lei que aprova uma política nacional. Por exemplo, parece que há uma lei de educação ambiental.

Porém, se essas leis existem, estão muito pouco divulgadas na sociedade negociada e não são do conhecimento geral. Precisamos até fazer uma pesquisa para verificarmos se não estamos fazendo uma crítica leviana, quando falamos isso. Estou começando a montar, na Emplasa, alguma coisa para sabermos, efetivamente, o que foi proposto de política nacional estratégica nesse sentido.



Se essa política de demografia fosse feita, até em função do espaço econômico, da necessidade de ocupação, teria que atentar para coisas como esta. Isto aqui é a predisposição à erosão. Vejam aquela área do estado: ao mesmo tempo que é extremamente fértil, tem uma predisposição tremenda à erosão.

Esse espaço físico é grande, mas, qualificado, fica muito reduzido, e não temos idéia do que pode sustentar de população. Provavelmente, é muito menos do que acontece em países como os Estados Unidos, por exemplo, em que as possibilidades de exploração são muito mais favoráveis.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – A proposição para a próxima reunião é no dia 15 de maio. No dia 9, faremos nosso seminário, no dia 15 continuamos nossa discussão, faremos uma análise mais detalhada daquilo do que o Dr. Zarattin disse e o Dr. Erasto fará uma exposição sobre a mineração.

Por favor, divulguem o seminário. É uma coisa importante. Estando todos de acordo com as datas, damos por encerrada a reunião.

Muito obrigado.

**09.05.2000**

- .Vanderlei Macris – Deputado. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e Presidente do Fórum São Paulo Século 21
- .Rodolfo Costa e Silva – Deputado estadual. Coordenador do grupo temático Recursos Naturais e Meio Ambiente
- .Jilmar Tatto – Deputado estadual. Relator do grupo temático Recursos Naturais e Meio Ambiente
- .Jorge Caruso – Deputado estadual. Presidente da Comissão de Meio Ambiente
- .Ricardo Tripoli – Secretário Estadual do Meio Ambiente
- .Antonio Carlos Mendes Thame – Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras
- .Dráusio Barreto – Presidente da CETESB
- .Sérgio Zarattin – Representando Eduardo Fonte Holtz, Diretor da EMPLASA
- .Antônio Marsiglia – CETESB
- .Ivan Strebe – Organização Panamericana de Saúde
- .Romildo – Representante do setor de Meio Ambiente da FIESP
- .Luciano Alberto G. David – Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo
- .Emília Wanda Rutkowski – Professora da UNICAMP
- .Sônia Lima – Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo



## debates - a sociedade se manifesta – Recursos Naturais e Meio Ambiente

- .Téia Magalhães – ONG Água e Vida
- .Josefa Bezerra da Silva – SOS Manancial Rio Cotia
- .Eliana Cátia – Oficial de projetos da UNICEF Brasil
- .João Fusaro – Diretoria de Controle de Poluição da CETESB
- .Marcos Montenegro – Consultor em resíduos sólidos e ex-presidente da CAESB
- .Lady Virgínia Menezes – CETESB
- .Pedro Tobias – Deputado
- .Professor Nicolau Bladen – Isan do Paraná
- .José Henrique Monteiro Penido – Conurb do Rio de Janeiro
- .Antônio da Costa Miranda Neto – Presidente da Semai
- .Ronaldo Seroa da Mota – IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- .Ana Lúcia Bahia Lopes –
- .Hugo Marques da Rosa – Representante da Revista ABES
- .Ronaldo da Mota –



**SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Vamos dar início a mais um seminário promovido pelo Fórum São Paulo Século 21 da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Desta feita, o seminário terá como tema “Saneamento Ambiental no Limiar do Século 21, a Questão do Lixo Urbano”. Para tanto, convido o Exmo. Sr. Deputado Estadual Vanderlei Macris, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e Presidente do Fórum São Paulo Século 21; convidamos também o Exmo. Sr. Deputado Rodolfo Costa e Silva, Coordenador do Grupo Temático “Recursos Naturais e Meio Ambiente”; o Exmo. Sr. Jilmar Tatto, Deputado Estadual, relator do Grupo Temático “Recursos Naturais e Meio Ambiente”; o Exmo. Sr. Deputado Jorge Caruso; o Exmo. Sr. Ricardo Trípoli, Secretário Estadual do Meio Ambiente; o Exmo. Sr. Antonio Carlos Mendes Thame, Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras; o Exmo. Sr. Dráusio Barreto, Presidente da CETESB e o Exmo. Sr. Eduardo Fonte Holtz, neste ato representado pelo Sérgio Zarattin, Diretor da EMPLASA.

Para darmos início à abertura do seminário, passo a palavra ao Exmo. Sr. Deputado Vanderlei Macris.

**SR. PRESIDENTE VANDERLEI MACRIS** – Bom-dia a todos. Gostaria de cumprimentar primeiramente o Deputado Ricardo Trípoli, Secretário Estadual do Meio Ambiente, Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame, Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, caro Rodolfo Costa e Silva, Deputado desta Casa e Coordenador do Grupo Temático “Recursos Naturais e Meio Ambiente, Deputado Jilmar Tatto, relator do mesmo Grupo Temático, Sr. Jorge Caruso, Dr. Dráusio Barreto, ex-Deputado desta Casa e também Diretor Presidente da CETESB, Sr. Sérgio Zarattin, Diretor da EMPLASA, representando o Sr. Eduardo Holtz, Presidente da CETESB, senhoras e senhores, gostaria de agradecer a presença de todos nesta Casa, momento em que a Assembléia de São Paulo se preocupa em construir um projeto estratégico de desenvolvimento para o Estado a partir do Fórum São Paulo Século 21. Registro minha grande satisfação com mais

este evento promovido pelo Fórum; cada vez mais estou convencido de que a importância que este Fórum possui na retomada do aspecto histórico fundamental do papel do Parlamento se faz cada vez mais presente nesta Casa. O Poder Legislativo, além da sua missão primordial de elaborar leis, tem por tarefa planejar o futuro do nosso Estado. É essa a missão para a qual estamos nos propondo no Fórum São Paulo Século 21. Aqui se faz o debate democrático por excelência. Aqui temos o conflito das idéias, aqui buscamos o consenso, aqui propomos aquilo que vem dos debates da vontade política da sociedade. Esperamos que o Fórum São Paulo Século 21 neste momento possa estar dando também uma contribuição fundamental nesse Grupo Temático “Recursos Naturais e Meio Ambiente”. Para os senhores terem idéia, o Fórum São Paulo Século 21 envolve mais de 400 pessoas e personalidades da maior importância em 16 grupos temáticos de discussão nesta Casa. Este, especialmente, “Recursos Naturais e Meio Ambiente”, conduzido de maneira tão brilhante pelo nosso Deputado Rodolfo Costa e Silva, que é uma pessoa conhecedora do assunto, que ao longo da sua vida e pelo seu currículo construiu um trabalho e uma dedicação especial à questão do saneamento básico, à questão ambiental, realmente a Assembléia teve, na indicação do Deputado Rodolfo, uma especial atenção para com esse caso que ele tão bem conhece; o Deputado Rodolfo, acompanhado pelo também brilhante Deputado Jilmar Tatto, que é o relator desta proposta, sem dúvida nenhuma, uma dupla que vai dar uma grande contribuição para esta Casa, para a sociedade na composição do relatório final deste Grupo “Recursos Naturais e Meio Ambiente”, é para nós de fundamental importância. As questões enfrentadas são especialmente importantes; o mau uso dos recursos naturais e a degradação ambiental podem levar ao limite a condenação de que vivemos em condições subumanas ou mesmo a eliminação de aspectos vitais do nosso planeta e, portanto, é importante para nós poder estar participando deste evento, participando da abertura deste evento. Queria cumprimentar a todos os senhores que atenderam ao chamamento do nosso Grupo de Recursos Naturais e Meio Ambiente. Peço escusas a todos os senhores, aos



membros da Mesa, coordenador e relator, pois vou participar de um outro evento também que estamos realizando no 1º andar desta Casa, também relativo ao Fórum São Paulo Século 21, sobre Capacitação de Recursos Humanos – Comunicação, Marketing e Turismo. Em nome da Assembléia de São Paulo agradeço a presença de todos e passo a Presidência ao Deputado Rodolfo Costa e Silva, que daqui para frente conduz com brilhantismo, tenho certeza, os trabalhos deste debate. Muito obrigado.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Bom-dia a todos. Antes que o Deputado Vanderlei Macris se retire, gostaria de agradecer o grande incentivador e criador deste Fórum São Paulo Século 21, que marca a história da Assembléia de São Paulo; uma proposta olhando para frente, querendo resolver as questões, querendo formular para a sociedade um novo tempo, quando a Assembléia tem um papel importante em provocar a sociedade, e o Deputado Vanderlei Macris com muita garra, muita audácia, implantou este Fórum, que é um sucesso neste Estado, um exemplo em termos de formulação de um Legislativo Estadual. Deputado Vanderlei Macris, muito obrigado.

Como vou ter chance de falar durante o seminário, queria deixar apenas três frases e já passar a palavra a outros membros da Mesa. Não podia deixar de agradecer muito a presença do Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame, Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, agradecer muito também ao nobre Deputado batalhador, companheiro, um homem da área ambiental, Secretário do Meio Ambiente, Dr. Ricardo Trípoli, que nos atendeu com o maior carinho; agradecer a presença do Dr. Dráusio Barreto, Presidente da CETESB, empresa que tem dado a maior contribuição no âmbito da administração estadual na questão da limpeza urbana; cumprimentar o nosso conselheiro Sérgio Zarattin, representando o Presidente da EMPLASA, Eduardo Holtz, um dos homens do nosso grupo de redação que está montando o nosso projeto de Recursos Naturais e Meio Ambiente do Fórum São Paulo Século 21; cumprimentar o meu companheiro de grupo, o



relator do nosso grupo, Deputado Jilmar Tatto pela sua presença nesta reunião e dizer que montamos este seminário para discutir três grandes importantes questões com relação ao lixo: primeiro, a questão da participação da sociedade no controle da gestão pública, ou seja, o lixo e a sua forma de gestão compartilhada com a sociedade organizada; segundo, as questões sociais que envolvem a questão do lixo, a questão da saúde, a questão da presença do lixo no meio urbano, e por aí vai a questão ambiental ligada à questão do lixo; terceiro, a viabilidade econômica para poder resolver a questão do lixo no nosso Estado e, fundamentalmente, um modelo de gestão que seja capaz de representar essa solução. Temos que ter um modelo que seja capaz de dar resposta para essa questão no Estado de São Paulo e, acho, no Brasil; acho ser uma ótima oportunidade trazermos a esta discussão idéias que possamos compor num projeto de longo prazo, que é a idéia do Fórum São Paulo Século 21; jogar idéias, linhas de atuação de políticas públicas que possam atacar essa questão fundamental, que é a questão do lixo. Vamos ter oportunidade de falar sobre essas coisas ao longo do debate com vários palestrantes, aos quais agradeço a presença; passo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, nosso Secretário de Recursos Hídricos, para fazer suas colocações.

**SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** – Estimado amigo, Deputado Rodolfo Costa e Silva, Coordenador desta seção do Fórum, Deputado Jilmar Tatto, meu colega e estimado amigo, companheiro de trabalho, Deputado Ricardo Trípoli, da Secretaria de Meio Ambiente, Dr. Dráusio Barreto, Presidente de CETESB, Dr. Sérgio Zarattin, Dr. Ivan Strebe, da Organização Panamericana de Saúde, Dr. Antonio Marsiglia, da nossa CETESB, Dr. Romildo, representando o setor de Meio Ambiente da FIESP, estimados amigos, este evento se insere dentro de uma preocupação desta Assembléia em discutir muito a fundo uma das questões prioritárias para reverter o processo de degradação dos recursos naturais, que tem sido uma característica em todo mundo, na segunda metade deste século que termina. Os países que conseguiram êxito nesse processo de reversão foram





aqueles que administraram as ações não como administrações de obras isoladas, mas como o gerenciamento de um grande projeto, o projeto da reversão dessa degradação; e conseguiram isso acoplando, fazendo com que concomitantemente quatro vetores trabalhassem favoravelmente, quatro condições exercessem o seu papel. Primeira condição, legislação atualizada, eficiente e eficaz. No sistema democrático as leis exercem um papel fundamental, porque são elas que definem as regras do jogo, a qual todos nos submetemos; sem o arcabouço jurídico nenhuma democracia funciona. Segunda condição, fiscalização eficiente; fiscais capacitados, competentes e, acima de tudo, honestos. Essa é uma condição fundamental para que as leis não virem vacinas, leis que pegam e leis que não pegam. Aqui em São Paulo temos um caso clássico: vimos durante todo esse lamentável episódio das administrações regionais a constatação de que algumas administrações pagavam propina; recebiam propina das empresas responsáveis pela coleta do lixo para não fazer o serviço e receber por aquilo que não fizeram. O malefício é imenso; não é apenas um malefício financeiro, mas de saúde pública. Fiscalização é o segundo elemento, é a segunda condição para que possamos conseguir êxito nesta batalha contra a degradação dos recursos naturais. Mas essas duas condições se por si só são capazes para inibir o processo daqui para frente, para evitar que essa degradação continue, não é suficiente para reverter o que já foi degradado? E é por isso que surge a terceira condição: precisamos de vultosos investimentos, investimentos dos orçamentos federal, estaduais e municipais para que as obras necessárias, a reversão do que já foi degradado, sejam feitas. E uma quarta condição se impõe, que é a criação de uma consciência ambiental; o conhecimento das raízes dos problemas, do que é que causa realmente o problema e, a partir desse conhecimento, conseguir que a população abrace a causa da defesa das questões ambientais. Ninguém abraça aquilo que não conhece; ninguém ama, ninguém estima o que não conhece. E essa condição é fundamental porque ela condiciona as três anteriores. Uma sociedade que tem consciência ambiental, tem pressão popular para que os deputados, os senadores,



vereadores votem leis que sejam convenientes e atualizadas. Uma sociedade que tem consciência ambiental não aceita fiscais corruptos ou ineptos; uma sociedade que tem consciência ambiental tem pressão política para gerar a vontade política que não nasce por geração espontânea, para que os orçamentos contemplem as dotações necessárias às obras de reversão do processo de degradação. Hoje estamos aqui assistindo a um seminário que toca fundo essas questões. Em primeiro lugar, é uma característica desses deputados que assumiram agora em 99, que diferencia de mandatos anteriores; é a busca do conhecimento humano sistemática e organizadamente adquirido, para que não seja apenas uma Assembléia voluntariosa, que quer acertar, mas que vai buscar o conhecimento técnico para minimizar os desacertos, maximizar os acertos e conseguir aquelas soluções que são as mais baratas, as mais eficientes e que mais atendem a população. Na questão de recursos sólidos temos um caso típico, que é o fato de que nos anos anteriores, os secretários que nos antecederam, ao Trípoli e a mim, já as duas secretarias debateram, no CONESAN, depois aprovaram no CONSEMA, uma minuta do que seria um projeto de lei dos mais atualizados, que vai a fundo na questão, identifica até responsabilidades por produtos industriais que poderiam ou que teriam que ser reciclados, define responsabilidades e sanções; como essa lei não foi encaminhada ao Poder Executivo para que ele enviasse, alguns deputados mais previdentes se anteciparam e apresentaram projetos a respeito do assunto. O primeiro a apresentar foi o Luís Carlos Gondin, do PV, que o apresentou no dia 16 de setembro de 99; logo em seguida o Jilmar Tatto – quero registrar que é um dos mais diligentes parlamentares nesta área; às vezes discordamos com algumas visões políticas, mas sempre estamos de acordo naquele objetivo que queremos alcançar -, junto com o José de Filippi Júnior apresentaram dias depois, em 29 de setembro de 99, também um projeto de lei; por último o Jorge Caruso também apresentou um projeto de lei a respeito do assunto, não um projeto, mas um substitutivo. E esse assunto está aqui para ser votado nesta Assembléia. As leis são fundamentais para o nosso convívio. Elas têm um tríplice aspecto: primeiro, um



aspecto estático, segundo, um aspecto dinâmico, terceiro, um aspecto de provisão de recursos para que o Estado consiga cumprir aquelas funções que cada um de nós não consegue cumprir individualmente. Qual é o aspecto estático? O estático diz até onde vão os meus direitos e onde começam os direitos dos meus semelhantes; é uma coisa estática, mas indispensável para vida em sociedade. Qual é o aspecto dinâmico? Uma lei pode induzir comportamentos convenientes do ponto de vista social, ambiental, e pode inibir outros comportamentos deletérios, inconvenientes, anti-sociais – essa lei é um exemplo clássico de como ela pode ajudar. É claro que ela sozinha não resolve o problema; precisamos de uma fiscalização depois para que essa lei seja cumprida. Vamos precisar de vultosos investimentos para transformar lixões em aterros, vamos ter que fazer muito. Por último, tenho certeza também de que este seminário, dirigido aqui pelo Rodolfo, com a participação dos demais dirigentes Deputados desta Casa, contribui, decisivamente, para que todos nós, tomando conhecimento a fundo das implicações técnicas deste assunto relevante para a vida em sociedade, que é de resíduos sólidos, possamos aumentar não apenas o nosso conhecimento de questões ambientais, mas a nossa certeza de que temos algo a fazer, podemos fazer, e que o resultado de uma vida melhor para o nosso povo, para a nossa gente, depende da contribuição de todos nós, cada um naquilo que nos cabe e naquilo que nos aprouver. Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui com os senhores.

**SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Convidamos agora para fazer uso da palavra o Exmo. Sr. Deputado Ricardo Trípoli, Secretário Estadual do Meio Ambiente.

**SR. RICARDO TRÍPOLI** – Bom-dia a todos. Inicialmente gostaria de cumprimentar o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Vanderlei Macris, que teve que se ausentar; o Presidente dessa Câmara Temática de Recursos Naturais e Meio Ambiente, atuante, Deputado Rodolfo Costa e Silva, companheiro e

amigo; o também amigo e Deputado Jilmar Tatto, relator dessa mesma Câmara Temática de Recursos Naturais e Meio Ambiente; o Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, meu colega de secretariado, Mendes Thame; meu companheiro e amigo ex-Deputado desta Casa, Presidente da Agência Ambiental CETESB, Dráusio Barreto; Dr. Sérgio Zarattin, representando aqui a EMPLASA, que tem enorme contribuição a dar a este Fórum; Dr. Romildo, representando a FIESP, mas que também é membro do Conselho Estadual do Meio Ambiente; Dra. Eliana Cátia, da UNICEF, que com certeza vai contribuir muito enriquecendo o debate que será feito hoje aqui; Dr. José Oswaldo Cidin Válio, ex-Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que contribuiu de forma exaustiva para a modernização deste Parlamento, que é de fundamental importância, e na figura do senhor cumprimento os demais funcionários desta Casa, enfim, acho que a Assembléia Legislativa marca um grande tempo fazendo com que possamos aqui hoje fazer algumas reflexões a respeito desse tema que é tão importante em todo o planeta.

Acho que a questão dos resíduos sólidos, mais especificamente os resíduos sólidos domiciliares, hoje é um problema discutido em todo o planeta. Já na época da “Rio 92” era um tema amplamente discutido no que diz respeito à limpeza do planeta. De que maneira estaríamos enfrentando a virada do século com o volume de resíduos sólidos que o planeta contém? Hoje, no Brasil, se coleta cerca de 60% do lixo, ou seja, 40% do lixo brasileiro não são coletados. E dos 60% coletado, apenas 28% tem destinação adequada, o que é um volume extremamente grande para nós brasileiros. No Estado de São Paulo temos trabalhado na linha de tratarmos os nossos resíduos, ou seja, o Governador Mário Covas determinou no início da nossa gestão que fosse feito inventário dos resíduos sólidos nos 645 municípios que compõem o Estado de São Paulo. Verificamos que grande parte dos municípios que não tem adequação, ou não se preparam para adequação; são municípios com menos de 25 mil habitantes e municípios que coletam menos de 10 toneladas/dia de lixo nas suas regiões. Acho este um dado extremamente



interessante, porque a partir desses dados iniciamos um processo de trabalho para fornecermos suporte técnico às prefeituras no sentido de que elas possam fazer adequação do seu lixo. No que diz respeito ao fato de termos no Estado de São Paulo os nossos chamados aterros sanitários, os nossos lixões, essa adequação se faz de maneira ainda desorganizada, ou seja, as prefeituras não se prepararam nos seus planos diretores para atender a essa demanda. Obviamente, no início se tinha visão de que a questão do lixo era secundária. Costumamos dizer na Secretaria do Meio Ambiente que lixo tratado é menos leito de hospital ocupado; há um relação muito próxima da questão do tratamento dos nossos resíduos com a questão da ocupação dos leitos hospitalares, ou seja, é um problema de saúde pública a questão do tratamento dos nossos resíduos sólidos. O Governador Mário Covas determinou, e nós estamos atuando firmemente nessa área, com a colaboração da nossa agência ambiental, CETESB, e fizemos, além do diagnóstico de todos os 645 municípios, a possibilidade de atendermos cerca de 200 municípios com um aterro sanitário denominado “aterro sanitário em vala”, que é um sistema extremamente simples, com custo razoável, diria, na ordem de 20, 30 mil reais por município; já fizemos o levantamento desses municípios que podem ser atendidos pelo sistema de “aterro em vala”, o que vai proporcionar um grande ganho de causa, até porque vamos estar oferecendo, como disse no início, esse diagnóstico e os indicadores de como deveremos proceder à instalação desses “aterros em vala” e, mais do que isso, o Governador Mário Covas já disponibilizou verba suficiente para atendermos esses cerca de 200 municípios, o que vai reduzir muito o índice de não adequação dos nossos resíduos domiciliares. Tínhamos no início da virada do século adequação de cerca de 20% dos resíduos sólidos no Estado de São Paulo; temos cerca de 32% de municípios que estão em fase de adequação, assinaram os seus Termos de Ajustamento de Conduta, que é uma maneira de concedermos um prazo para que o município faça adequação dos seus resíduos domiciliares; dentro desse prazo o município vai se adequando quando tem lixão a céu aberto, e já procura uma forma de fazer adequação no seu aterro sanitário, dentro do cumprimento do



chamado “TAC”, que é o Termo de Ajustamento de Conduta. É uma fórmula que encontramos para atender aos municípios e que os prefeitos, obviamente, pudessem, dentro das condições do orçamento do município, realizar a adequação do seu lixo.

Outro dado muito importante que temos que ressaltar é o fato de trabalharmos também na linha da reciclagem. O Brasil hoje é campeão em reciclagem de alumínio, essas latinhas de cerveja e de refrigerantes; estamos reciclando hoje por volta de 85% desse material de alumínio. É óbvio que conseguimos com isso montar uma cadeia no sentido de que se tem o produto a ser arrecadado, as cooperativas que fazem a arrecadação desse produto e, mais do que isso, empresas que recuperam o produto e o recolocam no mercado. Viajei no início do ano fazendo um trabalho no nosso litoral, onde verificávamos que além disso gera empregos, ou seja, um rapaz que apanhava essas latinhas conseguia ganhar em torno de R\$ 1,50 por quilo do produto arrecadado e, com isso, sustentar uma família, porque ao final do mês ele conseguia recolher R\$ 300,00, R\$ 400,00, o que demonstra que sob o aspecto social tem um grande impacto na vida das pessoas e faz com que elas tenham um processo saudável.

Por outro lado, temos um grande vilão ainda, que são os “*pets*”, os plásticos. Não conseguimos encontrar ainda uma fórmula adequada de resolvermos o problema dos “*pets*”. A informação que temos é que um “*pet*” hoje, para degradar, dura cerca de 100 anos, o que é um tempo extremamente longo. Por conta disso estamos trabalhando também na linha de procedermos serviços em que haja recuperação desse material e o seu reaproveitamento. Trabalhamos no Conselho Nacional do Meio Ambiente para a votação de uma resolução na qual os fabricantes de “*pets*” teriam que ter, na produção do seu produto, 40% de produto reciclado, ou seja, na composição do produto que o “*pet*” será fabricado, eles têm por obrigação, a partir do segundo semestre, de ter envolvido 50% de produto reciclado, para que o “*pet*” pudesse ser oferecido como unidade.



Uma outra coisa que temos trabalhado também é na linha de que da mesma forma que as baterias de celulares e de veículos hoje devem ser devolvidas ao fabricante, e este deve dar destinação adequada a esse produto, com os “pets” deveria ocorrer a mesma coisa, ou seja, aquele que o fabrica tem por obrigação o seu recolhimento, a recuperação desse material e a sua inserção no mercado financeiro. Acho que essa seria a maneira mais adequada, até porque daríamos uma sobrevida maior aos nossos aterros sanitários, principalmente aqueles convencionais, aqueles que na verdade têm hoje condição de estar atendendo os índices, vamos dizer assim, de qualificação de tratamento dos seus resíduos.

Acho que basicamente é isso. Estaremos, a partir de amanhã, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente realizando um seminário nacional sobre “resíduos domiciliares”. A idéia é que possamos, nos três dias de debates, ter a possibilidade de oferecermos um material não só às prefeituras, mas acho que é um material que vai ajudar e muito a área da saúde pública no sentido de diminuirmos os custos que saem dos cofres públicos do Estado, no sentido de que o tratamento dos resíduos domiciliares vai fazer com que possamos, além de estar economizando, dando um tratamento adequado aos resíduos. Hoje não temos ainda sistemas como alguns países têm de separação do chamado lixo orgânico com o chamado lixo seco, o que poderia ajudar bastante no que diz respeito à deposição desses resíduos.

Uma outra grande questão que se discute hoje aqui é a questão dos catadores de lixo, ou seja, sabemos que temos hoje no Estado de São Paulo cerca de três mil catadores de lixo; desses três mil, 700 são menores de idade. Esse é um levantamento feito pelas Secretarias, são dados oficiais, que estaremos demonstrando a partir do inventário que vamos apresentar. Obviamente é uma preocupação muito grande, porque a destinação adequada, a recuperação e a reciclagem desses produtos é de fundamental importância, mas é importante também fazermos isso de maneira adequada, ou seja, não deixarmos os lixões a céu aberto, nos quais se juntam animais, crianças, material em decomposição, o que traz uma série de aborrecimentos a todos, inclusive às próprias prefeituras, que



terão que dar um tratamento a essas pessoas. Verificamos há poucos dias o problema do lixão de Carapicuíba, no Estado de São Paulo, que é um dos grandes escândalos que vemos acontecendo no município; a CETESB tomou todas as medidas que deveria no sentido até de fazer um Termo de Ajustamento de Conduta, um “TAC”, assinado com a Prefeitura de Carapicuíba para que fosse feita adequação dos seus resíduos. Mais do que isso, o Governador, sensibilizado, mais por conta da comunidade local, ofereceu recursos para recuperação daquele lixão, ou seja, foram entregues à Prefeitura três milhões de reais para que os serviços fossem feitos no sentido de que fosse cercado o local, que se tomassem as mínimas medidas de saúde para poder criar um centro de recuperação e de reciclagem desse material; verificamos que durante o Termo de Ajustamento de Conduta, mesmo com os recursos, a Prefeitura não cumpriu a sua obrigação. Por conta disso a nossa agência ambiental, a CETESB, rompeu o Termo de Ajustamento de Conduta, denunciou esse Termo porque a aplicação dos recursos não foi feita de forma adequada, ou seja, não foi investida nessa região, o que demonstra o mau exemplo e a maneira como não devemos proceder em termos de adequação dos nossos resíduos domiciliares. Existem municípios que têm adequação satisfatória para os seus resíduos domiciliares e, mais do que isso, municípios que fazem com que a população mais carente sobreviva em função do recolhimento desses produtos. Enfim, temos uma gama de trabalhos voltados para essa área. O meu colega Mendes Thame, provavelmente, ainda deve apresentar um trabalho sobre a questão dos resíduos no que diz respeito aos chamados “bota-fora”, que são os resíduos que advêm de recuperação do lodo dos tanques de decantação da própria empresa, nossa agência SABESP, o que seria importante para todos nós. Quando cheguei aqui me perguntavam exatamente isso, a questão dos resíduos no que diz respeito ao esgoto, mas a SABESP, através da Secretaria do Mendes Thame, vem trabalhando e operando nessa linha, no sentido de poder atender essa demanda o mais rápido possível. O Governador Mário Covas já disponibilizou recursos, retomou várias obras, as dificuldades que o meu colega





tinha no que diz respeito aos empréstimos internacionais já estão sendo equacionadas, portanto, aqueles que me perguntaram fiquem tranquilos porque a adequação desses resíduos também terá destinação correta, como vem tendo na gestão do meu amigo Mendes Thame.

Basicamente, acho que eram essas reflexões que eu devia fazer; coloco-me à disposição, vou pedir desculpas porque o Governador vai estar entregando agora, às 11:00 horas, no Palácio Bandeirantes, 74 viaturas destinadas à Polícia Florestal e ao DPRM. Neste período de estiagem estamos iniciando o programa chamado “Mata Fogo”, no sentido de diminuirmos as fogueiras que ocorrem por todo o nosso Estado, o que tem uma implicação muito grave não só para as donas de casa mas também no que diz respeito à camada de ozônio. Agradeço, portanto, ao nosso Presidente, ao nosso relator, aos nossos companheiros de Mesa, e coloco a Secretaria de Meio Ambiente à disposição de todos para que possamos, dessas reflexões, tirarmos trabalhos extremamente produtivos, para que possamos ter, na virada do século, a condição ambiental muito melhor do que foi no passado. Muito obrigado.

**SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Convidamos o Exmo. Sr. Dráusio Barreto, ex-Parlamentar desta Casa, atual Presidente da CETESB, para fazer uso da palavra.

**SR. DRÁUSIO BARRETO** – Exmo. Deputado Rodolfo Costa e Silva, coordenador do Grupo Temático de Recursos Naturais e Meio Ambiente do Fórum São Paulo Século 21, Deputado Jilmar Tatto, ex-presidente da Comissão de Meio Ambiente deste Parlamento e atual relator deste Grupo Temático, Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame, Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, Sérgio Zarattin, representando o Presidente da EMPLASA, senhoras e senhores, estamos sendo cobrados a pagar uma hipoteca maior do que a soma dos nossos bens neste final de século, qual seja, o preço de uma urbanização explosiva,

que fez com que a população urbana saltasse de 32% em 1940, para os 80% nos dias que correm. Isso significa que em meia dúzia de décadas a população brasileira urbana de 13 milhões de habitantes, saltou para 130 milhões de habitantes, dos quais 73 milhões vivem em 50 grandes centros urbanos, e outros 53 milhões vivem em 13 metrópoles, de acordo com recentes dados da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. Para sabermos o valor dessa hipoteca, basta multiplicar o número de pessoas pela quantidade de lixo que cada uma delas gera diariamente e, como resultado, teremos uma espécie de bomba-relógio em fase acelerada de expansão, que urge desarmarmos através de políticas públicas, que dêem à cidadania a oportunidade de intervir nesse desastre em gestação, através da modificação drástica de seus hábitos de consumo, reutilização do que couber, e reciclagem do que não tiver melhor serventia. Em outras palavras, houve uma forte mudança ou êxodo para cidades que não estavam e não estão preparadas para comportar tanta gente, principalmente se toda essa gente não colaborar, alterando os seus hábitos de consumo, principal fator, ao lado da densidade populacional e poder aquisitivo para produção e geração de lixo não apenas em termos absolutos, ou seja, toneladas/dia, mas também em termos relativos, quilo/habitante/dia. Resolver essa questão não se resume apenas em soluções técnicas e econômicas, elas são absolutamente imprescindíveis, mas devem estar acompanhadas pela mudança de padrões de consumo e de atitudes que resultem na redução da geração de lixo. Isso, porém, só é possível se cada munícipe for alçado à condição de cidadão efetivo, isto é, de condômino de um vasto e complexo assentamento humano, no qual deve ser tão exigente e cuidadoso quanto o é em sua casa. Tal mudança não se restringe aos cidadãos, mas também aos setores produtivos, as instituições públicas, governos e demais organizações da sociedade civil; quando o lixo não é coletado, tratado e disposto de forma adequada, pode causar a contaminação do solo e da água, gerar odores ou ainda atrair e propiciar a proliferação de patógenos e vetores. Dessa forma, a questão do lixo envolve aspectos sanitários,



interinstitucionais, ambientais, intersetoriais e de saúde pública, uma vez que a construção de uma ordem metropolitana, econômica e ambientalmente aceitável e adequada, implica principalmente o aperfeiçoamento do metabolismo dos sistemas urbanos industriais e comerciais, bem como a adoção de estilos de vida e padrões de consumo mais coerentes em relação à disponibilidade real e às características ecológicas dos ecossistemas tropicais em que esses núcleos urbanos estão assentados. Sob pena de nos tornarmos insolventes no resgate dessa promissória que nos está sendo cobrada, apesar da grande maioria dos presentes fazer parte de uma geração que descobriu, com o fim das doenças infectocontagiosas e parasitárias, que os novos antibióticos e vacinas imunizantes propiciariam, a humanidade teria de enfrentar os problemas e riscos ambientais advindos de um crescimento econômico pouco preocupado com a saúde pública e com o meio ambiente. E para esse saneamento, aqui em São Paulo, criou-se instituições como a CETESB, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e outros órgãos afins. A CETESB é uma agência de saneamento ambiental que combate as doenças decorrentes da industrialização acelerada e dos saltos tecnológicos ao longo desses últimos 30 anos, ou seja, desde que surgiu como uma Comissão Intermunicipal de Controle da Poluição na região do ABC, na década de 60 a 70, até hoje licenciou cerca de 250 mil empreendimentos no Estado de São Paulo e mantém uma rede de agências regionais espalhadas por todo o território paulista, procurando sempre prevenir para não termos de remediar mais tarde. Dotada de estações telemétricas, equipamentos e laboratórios cuja excelência é reconhecida internacionalmente, a CETESB, mais do que nunca, precisa, paradoxalmente, dos sensores mais sofisticados que a nossa população e a nossa civilização humana possui, qual seja, precisamos dos cinco sentidos de todos nós, precisamos de que as pessoas respirem o ar, bebam a água, enxerguem o horizonte e saibam desfrutar a vida em sua plenitude, nos informando sempre que notarem alguma anormalidade no cheiro, no gosto, na paisagem e nos demais ingredientes que formam o que nossos técnicos chamam de qualidade ambiental. Precisamos, sobretudo, da sensibilidade



e maturidade de quem vive no mais fascinante e esquecido ecossistema, que o nosso Secretário Trípoli, que há pouco se retira, chama de meio ambiente urbano, porém humano por excelência, se quisermos mudar o comportamento ou mentalidade coletiva diante dos problemas ambientais, bem como um arcabouço legal que ainda remonta aquele Brasil rural que tínhamos em 1940, muito antes da palavra conurbação, desenhar os arquipélagos urbanizados que hoje nos abrigam, e muito antes da América do Sul ganhar São Paulo e Buenos Aires, duas capitais mundiais deste mundo globalizado em que vivemos. Hoje, quando reduzir, reutilizar e reciclar são imperativos da sobrevivência de uma qualidade de vida urbana, enfrentamos um quadro negativo, uma vez que há cerca de 40 usinas de reciclagem instaladas no município deste Estado, 19 estão desativadas, cinco nunca entraram em operação, e 16 estão operando sob o estigma da suspeição popular decorrente do fato da última administração do Município da Capital ter sido apanhada em flagrante, enterrando, em aterros, o fruto da coleta seletiva de resíduos destinados à reciclagem, muito embora o bom funcionamento das demais demonstra que a reciclagem é um bom negócio, confirmando, na prática, o acerto de uma tese de doutorado defendida na USP pelo Prof. Calderone, demonstrando que se reciclássemos as nove milhões e 500 mil toneladas de lixo descartadas, o País economizaria 4,6 bilhões; só a indústria de plástico, segundo a mesma fonte, poderia ter economizado três bilhões de reais com a recuperação dessa matéria-prima que, perdida nos aterros, vai precisar de pelo menos meio milênio para se decompor. Dados da FIESP nos dão conta de que sua Divisão de Reciclagem concluiu que das 240 mil toneladas do plástico produzido em 1999, apenas 50 mil toneladas foram recicladas pelas grandes empresas, o que significa que temos ainda 75% de plástico na natureza por falta de tributação e de linha de crédito adequada. O Governo Mário Covas, através das Câmaras Setoriais produtivas, da Secretaria de Meio Ambiente e da CETESB, está negociando com o setor privado uma solução para o problema, mas o apoio da população é absolutamente decisivo não apenas para implementarmos uma tributação que estimule a reciclagem do



plástico, como de outros artigos que jogamos fora em profusão, como os resíduos da indústria da construção civil. Temos no setor da construção civil 100 mil toneladas de entulho de reforma de prédios e casas indo parar mensalmente em aterros, fundos de vales, bocas de lobo e terrenos baldios das nossas cidades; reaproveitar esse material é questão absolutamente substantiva para uma metrópole sem mais espaço, onde descartar seus restos diários, assoladas por enchente, tem se demonstrado o pior caminho. Numa cidade que se reconstruiu pelo menos três vezes neste século, da taipa de pilão a alvenaria, e desta ao concreto armado, e onde a especulação urbana vai expulsando a população para longe da infra-estrutura, para obrigar o Poder Público a instalar os equipamentos e serviços básicos cada vez mais longe, a questão da construção civil se reveste de importância estratégica para qualquer planejamento de ecologia urbana. Esta nova disciplina está sendo implantada na Secretaria de Meio Ambiente; deve vir a ser a ferramenta disciplinadora desse setor que responde pela grande demanda por matérias-primas oriundas de paisagens ora recobertas por florestas, maciços rochosos, ou simplesmente nascentes de água doce, ou seja, para defendermos nossos ecossistemas campestres e florestais temos de disciplinar esta forma de pôr areia, brita, madeira, água e energia, que provêm de cidades permanentemente em reforma ou expansão. Cerca de um décimo da economia global é dedicada aos edifícios, construção, manutenção e montagem de casas e escritórios; eles respondem por cerca de 40% dos materiais que entram na economia global por ano. Por volta de três bilhões de toneladas de matéria-prima são transformadas em fundações, paredes, tubos e painéis, além de estradas, avenidas, viadutos e outros equipamentos que efetuam a conexão entre tais prédios. A maior parte desse volume vem da extração de solo, argila para tijolos, rocha para brita, areia para extração de solo, areia para concreto e pedra para blocos, além da madeira, primeiro dos andaimes e, depois, para o revestimento de assoalhos, paredes, móveis, etc. Erguer uma casa comum significa enviar mais de sete toneladas de entulho para o lixo, razão pela qual ao disciplinar esse setor e investir na



conservação de água e eletricidade, estaremos poupando quantias gigantescas e grandes extensões de recursos naturais que uma vez extraídos são substituídos por crateras, descampados áridos e sem vida, e outras cenas comuns no entorno de nossos sítios urbanos. Para essa economia do meio ambiente selvagem, habitada a fauna silvestre e de toda biodiversidade tão decantada, é imprescindível a gestão participativa de todos os cidadãos no saneamento ambiental de nosso meio ambiente, construído ou urbano, a começar dos administradores das grandes ou pequenas reformas desses prédios que hoje funcionam como nossas segundas peles, enormes extensões de nossos corpos, protegendo-nos dos elementos climáticos adversos, seja no Ártico dos esquimós ou nos desertos do Oriente Médio e seus beduínos adaptados à aridez. É necessária, porém, antes de tudo, a sensibilidade de nossos legisladores para viabilizarmos as pazes entre o mercado e suas sobras, entre a população e essa carga mal amada que depositamos nas calçadas e perdemos de vista, pois enquanto pagarmos para nos vermos livres de nosso lixo, este continuará a ser uma hipoteca cujo preço é a própria qualidade de vida, habitabilidade ou asseio da nossa casa coletiva, que vem a ser as nossas cidades. No dia em que se tornar um bom negócio reduzir o seu volume, reutilizar e reciclar, teremos liquidado essa dívida, desarmado a bomba-relógio da insalubridade urbana e superado todos os entraves que ainda nos separam de um desenvolvimento sustentável pleno no Brasil. Mas é sobre isso que se dedicará a Assembléia Legislativa nesse certame, e que deverá contribuir enormemente para o aperfeiçoamento da nossa compreensão e, quem sabe, das próprias leis que devem regulamentar esse setor. Muito obrigado.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Neste momento desfaço a Mesa da abertura e vamos dar início ao primeiro painel. Queremos agradecer ao Secretário Mendes Thame, ao Dr. Dráusio Barreto, Presidente da CETESB; o Sérgio Zarattin, nosso conselheiro, já vai continuar com o debate conosco, e o Deputado Jilmar Tatto, que é o relator do nosso grupo, e vai se pronunciar no início do segundo



bloco, à tarde, ao longo do seminário. Desta forma desfaço, então, a Mesa, e já convido o Dr. Ivan Strebe a proferir o primeiro painel, sobre o “Quadro da situação do saneamento ambiental no Brasil e no Estado de São Paulo”.

**SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Aproveitamos para registrar e agradecer as presenças do sr. Rodolfo Costa e Silva, Roberto Lajolo, Conselheiro do Fórum, do Eng. Luciano Alberto G. David, do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo, da Sra. Emília Wanda Rutkowski, professora da UNICAMP, da Sra. Sônia Lima, da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, da Sra. Téia Magalhães, da ONG Água e Vida, do Sr. Alaor Caffé Alves, professor da USP e da Sra. Josefa Bezerra da Silva, do SOS Manancial Rio Cotia. Convidamos também, além do Sr. Ivan Strebe, para fazer parte da Mesa, a Sra. Eliana Cátia, oficial de projetos da UNICEF Brasil, o Sr. João Fusaro, da Diretoria de Controle de Poluição da CETESB, o Sr. Marcos Montenegro, consultor em resíduos sólidos e ex-presidente da CAESB. Vamos dar início, então, com um pouco de atraso, a este primeiro painel, passando a palavra ao Sr. Ivan Strebe.

**SR. IVAN STREBE** – Bom-dia. Deputado Rodolfo Costa e Silva, Coordenador do Grupo Temático Recursos Naturais e Meio Ambiente do Fórum São Paulo Século 21, amigos que fazem parte da Mesa, senhores participantes desta reunião, o título “Saneamento Ambiental no Limiar do Século 21” é um tema que interessa muito a toda a sociedade e, portanto, nesse tema as Nações Unidas têm a obrigação de estar presente, participar, dar seu suporte e nesse sentido apreciamos muito o convite feito pela Organização Panamericana de Saúde para estar com vocês neste trabalho. Queremos também pleitear que a avaliação da década sobre água, saneamento, meio ambiente, que está sendo realizada ainda em parceria com a Organização Mundial de Saúde, a UNICEF, a qual está representada pela nossa amiga Cátia, é um trabalho que ainda está em processo de revisão de todos os dados em nível mundial, mas temos alguma informação que será apresentada aqui.



Colocamos também que essa avaliação da década, no caso do Brasil participaram todos os organismos, tanto do sistema público, refiro-me ao Ministério da Saúde, a Fundação Nacional da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Participaram também as organizações do setor mais representativo, como a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, que está aqui representada por seu Presidente, e está também a SEMAE, como parte do grupo, e a Associação de Empresas de Saneamento Básico Estaduais, que também está aqui representada e, muito particularmente, a Organização Panamericana de Saúde, conjuntamente com o Centro Panamericano de Engenharia Sanitária.

Vamos colocar rapidamente alguns elementos que são parte da avaliação em relação à área de resíduos sólidos. Essa avaliação ainda está em processo preliminar e não posso dar uma visão total em nível mundial, mas temos algumas informações que podem ser de alguma utilidade para vocês. Entendemos que o tema lixo, tal qual como foi expressado aqui, é um dos elementos dessa bomba do tempo a qual se referiu o Diretor da CETESB. O Deputado Dráusio Barreto dizia que o crescimento urbano é um elemento que traz como conseqüência graves problemas para a saúde pública, para a qualidade de vida e para os recursos naturais, para o ambiente em seu conjunto. O tema do lixo tem um incremento, não só por esse crescimento populacional, mas também pelo crescimento do elemento cada dia mais descartável; tudo que temos aqui à mão, esse copo de café ou esta garrafinha de água, são descartáveis, o que faz com que o incremento *per capita* de produção de lixo mundialmente passe de ser menos de meio quilo até 50 anos atrás, a metade do século, a ser hoje nas grandes metrópoles e sobretudo em países altamente desenvolvidos a mais de dois quilos *per capita*. No caso do Brasil a média está muito perto de um quilo *per capita*, o que significa que diariamente se está produzindo 160 mil toneladas de lixo no Brasil. Estamos falando desse volume de lixo, mas não somente de volume de lixo, mas das características do lixo. A atividade industrial e o grande uso de artefatos, como os celulares ou muitos





aparelhos que utilizam bateria, inclusive com material como o cádmio, como o mercúrio ou como o chumbo, no caso dos carros, representa um risco adicional. Outro risco adicional é o uso de material químico por diversos tipos de atividade, sobretudo no setor agropecuário, em que o uso de agrotóxicos ajuda o incremento por unidade e superfície cultivada, que realmente é alarmante em nível mundial. Com esses parâmetros podemos concluir que o lixo implica a saúde pública. Tem um impacto muito direto no ambiente e dentro do ambiente muito particularmente na contaminação dos solos e dos recursos hídricos. Creio que boa parte da rede de esgotos de São Paulo não somente está recolhendo esgoto, mas também lixo. É uma rede de esgoto e lixo combinados e, em muitos casos, os problemas principais de obstrução dessas redes, que provocam aumento nos alagamentos, como aqui em São Paulo, mas também em qualquer cidade do mundo, onde são provocados pelo acúmulo de lixo de diversos tipos, como já foi colocado, onde há 60%, 70% de lixo, que fica na rua, no prédio e gera esse tipo de problema. Mas o lixo também tem uma implicância social; disso não vou falar porque no Brasil há um projeto que tem um impacto muito grande na consciência e na sensibilidade social das pessoas. Esse projeto vai ser parte da apresentação de “Tapia”. Tem uma implicação tecnológica, porque ao aumentar os volumes, tem que buscar diversas formas de se minimizar o volume, o que se pode reciclar, o que se pode reusar e, finalmente, o que se pode levar para servir como composto, mas ao final há um resíduo, um volume importante, que no caso de São Paulo é de 25% de volume de área de “vasura”, que tem que ir a um aterro sanitário. Tem uma implicação também pelas diversas conexões que há entre um elemento e outro. Quando vemos a reinfestação de *Aedes aegyptis* não somente no Brasil, mas em toda a América, vemos que há uma ligação muito direta com a não coleta de lixo. O vetor do *Aedes aegyptis* se reproduz única e exclusivamente perto de nossa moradia em um raio de 25, 30, 50 metros. É onde estão os criadouros do vetor *Aedes aegyptis*. Esses vetores se reproduzem em um copinho deste tamanho, pequeno, de café, ou em pneus, e quando falamos em pneu é um caso muito particular, porque pela legislação do



Brasil a indústria de pneus tem que participar da solução para minimizar o tipo de resíduo e para que esse resíduo seja mais inofensivo do ponto de vista ambiental, mas também para sua retirada uma vez que sua vida útil cessa.

Temos aqui algumas informações e vou me referir aos elementos que foram colocados na Agenda 21 com relação a lixo. É o capítulo 21 da Agenda 21. Nesse capítulo se diz que “devemos realizar uma troca muito profunda, uma troca fundamental, que requer mudar nossa vida econômica, usar de maneira mais racional e considerar os recursos da terra e repartir com maior cooperação e equidade os benefícios de nossa civilização tecnológica”. Isso aparece claramente estabelecido. Assinala também a Agenda que o programa 21 constitui a ação aprovada mais integral e de maior alcance pela comunidade mundial. Todos conhecemos a importância que teve esse Fórum e a estratégia que representa seu delineamento. Também se diz na Agenda 21 que uma análise da situação realizada antes dessa reunião indicou que a pobreza, a fome, que a má nutrição e o acesso limitado aos serviços de saúde representavam a causa da desnutrição de 30 milhões de crianças; deles, cinco milhões devido a enfermidades diarreicas e dois milhões por malária com uma tendência crescente. Um bilhão de pessoas viviam naquele momento, 1992, em níveis inadmissíveis de contaminação atmosférica de contaminação por lixo. E uma das conclusões mais surpreendentes foi que 15% da população mundial que vivia nos países ricos consumia 80% dos recursos, que em geral é de 75% da carga contaminante perigosa do mundo. São elementos importantes que queremos destacar desse documento da Agenda 21. A Declaração do Rio sobre ambiente e desenvolvimento indicou que seu primeiro princípio é muito claro, que todos usamos um meio para chegar a um fim, porque o fim é o homem, o ser humano e esse princípio número um assinala claramente que os seres humanos são o centro da preocupação no desenvolvimento sustentável e todos os seres humanos têm direito a uma vida saudável, produtiva, em harmonia com a natureza. Esse é o princípio básico que sustenta a Agenda 21 em sua proposta de ação. Com relação ao tema resíduo, muito concretamente na Agenda 21, no capítulo 21, se diz



que há quatro áreas principais de ação programática em relação aos resíduos sólidos. Tem sido colocado aqui em sua ordem “minimização de resíduos”, que se refere muito particularmente a todo esse desenvolvimento tecnológico para que a indústria minimize os resíduos que se originam desde o início e que o produto final, ao final da vida útil, seja de um automóvel, seja de uma geladeira, ou seja de qualquer bem ou serviço, seja compatível ao final de sua vida útil com o ambiente, ou haja a obrigatoriedade de quem gerou esse produto de retirá-lo e fazê-lo amigável com o meio ambiente. É um dos princípios que está consagrado na Agenda 21. Outro princípio consagrado é maximizar o reuso e reciclagem ambientalmente adequados aos resíduos. Quando falamos em reusar e de reciclar, por exemplo, a garrafinha, a latinha de cerveja que é alumínio, pensar no que isso pode representar por igual, é outra porcentagem de 75% de plástico que ainda caem no ambiente e que demoram muitos anos para ser reintegrados ao ambiente. Isso deve ser um ritual de um processo de incentivos que podem partir também como parte da iniciativa parlamentar ou das agências que estão diretamente responsáveis por isso. O quarto princípio da ação do Programa da Agenda 21 pleiteia a promoção do tratamento e do posicionamento ambientalmente adequado dos resíduos. Em outras palavras, se temos que recorrer ao aterro sanitário, como efetivamente ocorre aqui, ou a incineração, como uma porcentagem de lixo de São Paulo tem que ser incinerada, mas também, digamos, nos países com alta demanda de uso de solo, como o caso da Suíça, que é um país pequeno. Decidiram tomar uma decisão tecnológica – 80% do lixo é incinerado. Caso igual no Japão, onde uma porcentagem alta de lixo é incinerada. Mas na maioria dos países, no caso dos nossos países da América Latina, a maior porcentagem, e tenho um quadro aqui que vai mostrar isso, até 95%, em alguns casos 100%, caso do Chile e de Cuba, do lixo é totalmente colocado em aterro sanitário. Outro princípio importante é a expansão da cobertura do serviço de coleta. Sabemos que em muitos de nossos bairros, nas nossas comunidades carentes, não há um serviço permanente de coleta de lixo. E uma das metas era que para o ano 2000 toda a população iria ter



um serviço de coleta, não diário, mas sistemático, porque sabemos que a coleta pode ser feita em dias alternados ou duas, três vezes por semana, sempre que houvesse os serviços adequados para se manter isso em bolsas ou em elementos expostos ao ambiente. Desses quatro elementos podemos dizer que a Agenda 21 mantém um elemento central, que é saúde ambiente, em função de coletar e de colocar esse lixo; outro aspecto é ecológico, que em função dos recursos naturais tem a ver com a minimização e reciclagem dos resíduos. Há um gráfico que gostaríamos de apresentar mas que por um problema técnico do computador não pudemos imprimir, mas são informações que vamos repassar, um arquivo completo à disposição da Assembléia. Com relação à minimização de resíduos, há uma série de acordos que estão sendo adotados e terminologia que vem se desenvolvendo, mas temos que ter muito presente que o tema minimização de resíduos tem enfrentado alguns problemas econômicos. Sem embargo, há três formas principais de ações que quero resgatar para minimizar essa geração de resíduos sólidos urbanos. Uma consiste nas zonas regulatórias, que deve haver em nível de um estado em forma nacional. São regras que devem ser portarias feitas pelo Ministério da Saúde ou por resoluções da Comissão Nacional do Meio Ambiente, no caso do Brasil. São as ações regulatórias em nível nacional com relação ao lixo, que todos sabemos há um vazio que ainda tem que ser resolvido no caso do Brasil de maneira geral. São leis, decretos ou portarias de caráter nacional que obrigam os fabricantes de produtos e sobretudo de empacotadores a considerar seu ciclo de vida, de tal forma que minimizem seu peso e seu volume quando passam a ser dejetos. É um elemento que já havia sido mencionado. Segundo, tipo de ações tomadas pela sociedade civil, principalmente através das Associações de Consumidores, que podem também promover um boicote de compras de todos os produtos que não tenham um selo que indique que o produto tenha sido fabricado com essas disposições. Um terceiro tipo é a tomada de consciência por toda a sociedade e também por todas as grandes empresas que geram, principalmente essas grandes corporações industriais que formam organizações para promover a minimização e a



reciclagem. Esse é um ato da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, ou da Associação Brasileira de Limpeza Pública ou diversas organizações que estão trabalhando nisto, a proteção ao ambiente. É um tema vinculado à vida. Temos então uma grande responsabilidade de julgarmos esse processo de conscientização da sociedade civil em geral e particularmente em alguns projetos, que têm muito impacto em toda a sociedade, como é o caso do projeto desenvolvido pela UNICEF. Tenho aqui uma informação do projeto dual da Alemanha, que é uma informação sobre como devem ser fabricados os invólucros, analisando volume e peso. É um decreto alemão para a prevenção de resíduos de invólucros, que entra em vigor de maneira paulatina. Em todos os temas ambientais aquilo que se poluiu durante os últimos 200 anos, que são o grande incremento exponencial da contaminação, da geração de resíduos, não podemos reduzir em um período de tempo curto. Temos que traçar metas de cinco anos, de dez anos, de 15, de 20 anos, em um plano como o que está sugerido aqui olhando-se o século 21. Nesse sentido, a Alemanha primeiro propôs que o volume e peso da embalagem devem ser limitados ao mínimo necessário para garantir a qualidade do produto e a satisfação do consumidor. Se possível que se reuse ou recicle essa embalagem e que o impacto ambiental da reciclagem seja o menor possível, reduzir ao mínimo. Há então uma série de elementos sobre diversas experiências e ao final se diz que a meta proposta era de 50% de recuperação de alumínio e plásticos, 60% de papel e papelão e 70% de lata. Boa parte dessas metas propostas é minimizar a geração por um lado e reciclar pelo outro, tal qual como está em uma forma gradual. Há outra experiência, por exemplo, nos Estados Unidos, algo parecido existe, só não temos os gráficos, que depois vamos distribuir, sobre a geração em geral de resíduos em áreas metropolitanas com cidades de mais de dois milhões de habitantes, na qual o Brasil entra com São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, com todas essas 13 regiões metropolitanas indicadas. Há outro documento que foi apresentado aqui, o segundo princípio de maximização do reuso e reciclagem ambientalmente adequada ao resíduo, que apresenta como objetivo central fortalecer e incrementar o reuso e a



reciclagem de resíduos em nível nacional e promover tecnologias em informação e instrumento de política que ajudem a reciclagem. As metas propostas na Agenda 21 falavam que para esse ano deveria haver uma capacidade financeira e tecnológica em nível regional, nacional e local para implementar a política e ações de reuso e reciclagem de resíduos. Quero fazer um breve comentário: através da Rede Panamericana de Manejo Ambiental de Resíduos e da Rede Brasileira de Manejo Ambiental de Resíduos se estava apoiando um projeto piloto, que também contou com o apoio tecnológico da Universidade Católica do Paraná; está aqui o Prof. Nicolau Bladim, refiro-me ao projeto de Cascavel, Paraná. Há um mês começou a funcionar uma usina de reciclagem, que está seguindo os padrões mundiais e é um produto de um projeto piloto feito em parceria inicialmente com apoio da Rede Brasileira de Manejo Ambiental de Resíduos e do Centro Panamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental. Acredito que essas experiências devem ser mais conhecidas, mais difundidas e seguidas com um protocolo para avaliar tanto o aspecto tecnológico quanto o financeiro dessa operação. Na Agenda 21, com relação a isso, assinalava para o governo, a instituição de higiene, que deveriam desenvolver a capacidade nacional para reusar e reciclar resíduos, para revisar, reformar a política nacional de resíduos para criar incentivos, implementar um plano de ação de manejo de resíduos sólidos que priorize o reuso e reciclagem e modificar a especificação de compra para evitar a discriminação de material reciclado. Aqui no caso do Brasil é ilógico. O “pet” reciclado paga mais impostos, ICMS, do que o material não reciclado. É uma contradição, um desincentivo realmente a isso. Faço essa menção como um exemplo concreto de coisas que teremos que revisar na legislação para poder apoiar esse tipo de idéias. Também estimular uma maior conscientização e educação do cidadão; creio que há um trabalho grande a respeito disso. A reciclagem em países industrializados tem pró e contra. Alguns pleiteiam regulações muito fortes para obrigar a reciclagem em países de maior desenvolvimento, devido a alguns problemas, problemas econômicos devido ao custo de produção.



Por último, a questão de sensibilização e educação, componente importante em que a sociedade se integra e tem que participar na solução do problema do lixo. Se os meios de comunicação não fazem uma parceria com a equipe técnica e com essa equipe que está permanentemente na elaboração de regulamentos e leis, poderemos fazer a melhor lei do mundo, como os mandamentos da lei de Deus, não matar, não roubar, porque sem embargo não adianta. Concluo recordando que a Organização Panamericana da Saúde está para trabalhar com vocês um parceiro firme, aliado, desejando que a população do Brasil, a população do mundo todo alcance melhor qualidade de vida, que não haja essas diferenças tão marcantes, e que todo ser humano tenha direito a uma melhor qualidade de vida, entendendo também alguma coisa bem concreta, que é o tema do lixo, que tem um componente importante de solução no âmbito da Prefeitura, e em nível local, independente da legislação e das normas que tenhamos. Queremos que esse parceiro esteja cada dia mais perto de onde está o problema. Concluo, então, com isso, e agradeço o convite para estar presente nesta reunião. Muito obrigado.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Agradecemos imensamente o Dr. Ivan Strebe, da OPS.

Queria lembrar aos senhores que está presente a Dra. Lady V. Menezes, da Diretoria de Engenharia da CETESB, que irá representar o Dr. João Fusaro, como palestrante.

Tem a palavra a Dra. Eliana Cátia, da UNICEF, para falar sobre o tema “O lixo nas cidades, a questão social”.

**SRA. ELIANA CÁTIA** – Bom-dia a todos. É um prazer enorme estar aqui em São Paulo, na Assembléia Legislativa. Gostaria de agradecer e parabenizar o Fórum São Paulo Século 21, parabenizar sobretudo os conselheiros presentes. Agradeço também ao Rodolfo Costa e Silva, colega de algumas lutas já antigas. Gostaria de começar comparando um pouco o lixo com a água e com o esgoto,



porque estou vendo aqui várias pessoas ligadas à água e ao esgoto, e a situação do lixo é muitíssimo diferente; embora se defenda a participação de toda a comunidade na economia da água, no controle do desperdício, a situação de se apertar o botão de uma descarga e se livrar dos esgotos é muito diferente da situação de se embalar o resíduo, embalar o resíduo cortante e colocar o saquinho para fora no dia e um pouquinho antes do caminhão passar; tem aí uma pequena diferença e isso demonstra que se a população realmente não estiver muito envolvida, informada e participando de um programa de limpeza urbana, é impossível se obter qualquer sucesso. Por maior que seja a tecnologia disponível, por maior que seja o recurso financeiro envolvido, caso a população não esteja comprometida com o sistema, acreditando que ele funcione, realmente o sistema não vai funcionar. Não basta abrir a torneira, que não vai aparecer nada. É preciso tomar certos cuidados e, para isso, é necessário estar muito bem informado.

Gostaria de resgatar um pouco a história recente do Brasil; o Governo Federal fez oito planos nacionais de gestão de resíduos sólidos para o Brasil, sendo que alguns de vocês pode ter participado de alguns deles como consultores. Acontece que nenhum desses oito planos foi adiante. Caberia aqui uma pergunta: por quê? Por que esses programas estão todos engavetados? Todos eles, sem exceção, foram tratados sob um único ponto de vista, o ponto de vista tecnológico; é impossível que um plano de área de limpeza urbana, com esse enfoque, possa funcionar. A situação social que foi sendo gerada pelos inadequados tratamentos dos resíduos sólidos no Brasil nos faz ver, hoje, uma situação totalmente indesejável de milhares de pessoas sobrevivendo de uma forma muito inadequada. O grande avanço que falamos com tanto orgulho, da reciclagem no Brasil, a não ser a reciclagem feita dentro da própria unidade industrial, por exemplo, o vidro, 15% é reciclado dentro da própria indústria, mas recicla 30% do vidro nacional, quer dizer que o restante é reciclado de forma inadequada, com pessoas não preparadas, arriscando as suas vidas. Esses índices dos quais hoje nos vangloriamos por serem os melhores da América Latina em termos de reciclagem, perderam apenas para a





Colômbia, o que nos faz pensar. Queria aqui aproveitar a oportunidade para fazer duas coisas hoje, aproveitando o convite aqui do Fórum. Uma é apresentar em primeira mão uma pesquisa nacional, que foi realizada pelo Fórum Nacional Lixo e Cidadania, levado a cabo pela UNICEF, sendo que os dados foram tratados no mês de abril de 2000, confirmando, para nós que já sabemos, a gravidade da situação do lixo no Brasil. São Paulo continua sendo um estado privilegiado. Ele é superado em termos de coleta apenas por Brasília, que não é um estado. É o Distrito Federal com o plano piloto, com suas 19 cidades que têm diferenciação muito grande do resto do país. O Distrito Federal só não coleta 4,8% do lixo gerado e o Estado de São Paulo só não coleta 6,13% de seu lixo gerado. Para o restante a situação realmente é muito grave. A média nacional é que 28% do lixo gerado não é sequer coletado. Significa que está ao redor de nossas casas, conforme já foi colocado aqui, indo na rede de esgoto, na rede de drenagem, poluindo os córregos, acumulando o esgotamento das águas e trazendo essas doenças que o Brasil já poderia ter eliminado. Foi criado em junho de 1998 um Fórum Nacional de Cidadania com o objetivo de reconhecer que os planos anteriores haviam fracassado; a idéia era tratar a questão na sua concepção mais ampla, discutindo com os principais envolvidos e nestes consideramos os catadores de papel, que hoje têm um papel importantíssimo e que não são considerados profissionais; muitas prefeituras disputam com eles, inclusive jogando água e denunciando a atividade ilegal dos catadores de papel, o número grande de crianças que hoje se encontram no Brasil; na pesquisa recente que fizemos, das 260 cidades de São Paulo que se envolveram na pesquisa, 45 afirmam que têm crianças no lixo, inclusive Carapicuíba que foi citada aqui pelo Secretário Trípoli, que já está com um número grande de ações por parte do governo e que até hoje não apresentou solução para o problema. Por causa disso foi fundado o Fórum Nacional para tentar discutir o lixo na sua concepção mais ampla. A campanha é um convite para toda a sociedade brasileira. Não é um projeto de um governo, de um ministério nem de um setor da sociedade. As prefeituras são os principais fatores para enfrentar o problema.



**SRA. SÔNIA LIMA** – O objetivo geral é erradicar a catação do lixo por crianças e adolescentes, propiciando a sua inclusão social com cidadania e mudar a dramática situação da destinação final do lixo no Brasil. Por que as crianças? Estamos tão acostumados a ver as pessoas, os adultos em situação de miséria, que achamos que a criança poderia sensibilizar mais o coração das pessoas. E se dissermos, como disse aqui hoje o Secretário, que há três mil catadores no Estado de São Paulo, é uma realidade; agora, se dissermos, como ele disse, que há 700 crianças catando lixo, acho que pode mexer um pouquinho mais com as pessoas, com os políticos, com os cidadãos e foi esse o objetivo que nos obrigou a trabalhar em função da criança, mas obviamente nos preocupando com toda a família. Para chamar a atenção, para chocar, fizemos um lixão no Rio de Janeiro com o Joãozinho Trinta, na época do encontro de cúpula, onde haviam 29 países, para poder mostrar a situação das crianças brasileiras que vivem no lixo. A campanha fez o seguinte: mandou uma carta para cada um dos cinco mil, 507 prefeitos brasileiros. Nessa carta mandamos um *folder* explicando a respeito do programa, convidando o prefeito para tratar a questão do seu lixo, incluindo o aspecto social, e um questionário com 11 perguntas para termos um diagnóstico do lixo no Brasil. As prefeituras que responderam, receberam aquele primeiro manual que passamos, o manual “Criança, catador cidadão”, que discute a complexidade, a dificuldade de fazer modelos de limpeza urbana no Brasil. É triste, mas temos inúmeras experiências com muito mais insucesso do que com sucesso. Esse livro, esse primeiro que foi passado, “Criança, catador cidadão”, trata da dificuldade de construir um sistema com sustentabilidade. É um diálogo com um prefeito muito engraçado, porque o prefeito fala “mas não tem dinheiro!”; a pessoa fala: “Prefeito, veja bem, podemos fazer uma parceria com a indústria”; Prefeito: “Não temos recursos técnicos”. Pessoa: “Espera aí, podemos ligar para tais e tais associações e pedirmos um curso de capacitação”. O prefeito vai reclamando e a pessoa vai tentando dizer para ele que tem jeito. O primeiro material foi elaborado pela



UNICEF. O segundo é um material feito pelo CEMPRE, que é o Compromisso Empresarial para Reciclagem e trata da capacitação do catador, para que ele participe de cooperativas, associações, para que tenha curso de alfabetização, para que ele exija um respeito do poder público, para que ele seja parceiro do Poder Público. O terceiro manual foi feito pela Patrícia, que está aqui presente, pela Beth do Instituto Polis, que discute a questão da minimização dos resíduos e os modelos de coleta seletiva que estavam tendo sustentabilidade até a edição desse material. Esse quarto manual é um manual que discute o financiamento. É o mais requisitado, todos querem saber onde está o dinheiro. Apelidamos esse manual de “Manual onde não tem dinheiro”, porque ele fala muito mais de onde não há dinheiro, mas fizemos questão de colocar os programas do governo, que existem, mas que estão sendo impedidos de liberar financiamento, para que as pessoas leiam e possam fazer o que quiserem para cobrar que haja o recurso necessário. O manual anterior foi feito pelo Ministério do Meio Ambiente. Esse último foi pelo Ministério Público Federal e discute os aspectos legais: a Constituição brasileira, a lei de crimes ambientais, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o que é mais interessante nesse manual é um termo de cooperação, no finalzinho dele, a ser assinado entre o promotor público e o prefeito, dando prazos para que se tirem as crianças do lixão, para que se coloque na escola, para que se faça um projeto, para que se recupere a área degradada do lixo. Os promotores estão reclamando que não foi em disquete, eles têm que redigitar tudo. Vamos ter que aperfeiçoar e modernizar. O que o Fórum defende? O protagonismo social, a construção de uma solução no nível local que não seja uma construção do Poder Público Municipal. O que defendemos é que o projeto não seja da prefeitura; queremos capacitar a prefeitura, os técnicos, mas esse projeto não pode ser da prefeitura, porque assim que mudar o prefeito, se não votamos no próximo, não vai fazer a coleta seletiva como antes, etc. É a construção do modelo através de trabalhar com a sociedade civil organizada, desde a concepção até a implantação do plano integrado de resíduos sólidos. Dá um trabalho muito grande, é muito difícil mesmo, mas não há outro jeito. Não adianta



termos o melhor construtor, o maior especialista, não vai adiantar. Temos que realmente chamar os moradores, os líderes de associações de bairros, os catadores, a EMATER, a ABES, a Secretaria de Educação para sabermos como ela vai educar as pessoas, a Secretaria de Saúde para sabermos como vamos tratar a saúde das pessoas que estão sendo retiradas do lixo. Essa é a nossa defesa, fomentar a constituição de fóruns ou outras formas organizadas correlatas no nível local. É fundamental termos um conselho municipal de limpeza urbana, um conselho municipal de meio ambiente que possa fiscalizar os serviços e reforçar o programa construído em parceria com a comunidade e facilitar sua sustentabilidade. É um dos grandes fatores para garantir a sustentabilidade esse fórum municipal. “Promover a inclusão social e institucional dos catadores no processo de gestão.” Precisamos tratar o catador como profissional e fomentar, apoiar os catadores para que possam se organizar em associações, em sindicatos e com isso formar uma nova categoria profissional no País. Assim como hoje temos um coletor de lixo, que tem essa profissão reconhecida, precisamos que o catador da coleta seletiva tenha esse mesmo tipo de tratamento. “Garantir mecanismos de articulação institucional e de integração setorial entre o plano e as demais políticas públicas municipais.” Saúde, educação, trabalho e renda, desenvolvimento econômico, meio ambiente, saneamento ambiental, etc. Vamos sair com a cabeça branquinha em três anos tentando colocar isso em prática, vamos brigar com Deus e o mundo, mas não há outro jeito. Temos que enfrentar essa discussão; do contrário estaremos mais uma vez colocando o dinheiro do lixo no lixo e é assim que fazemos. Outro dia estimamos que mais ou menos 80% do dinheiro aplicado no lixo foram para o lixo mesmo e a Fundação Nacional de Saúde apresentou um relatório que das 120 usinas implantadas nos últimos anos, 105 estão paradas e 15 estão funcionando. Hoje, o Dráusio falou que das 41 de São Paulo, 19 estão paradas e cinco nem funcionaram. Isso em São Paulo; se em São Paulo aconteceu isso, imaginem o que não está acontecendo nos outros estados. Essa é a situação da coleta de lixo no Brasil, São Paulo realmente é o estado que é mais bem atendido, com 6,3% só da



população sem coleta, são dados do PINAD de 96, enfim, a pesquisa que vocês estão vendo em primeira mão. Essa pesquisa é do segundo semestre de 1999; responderam ao questionário um mil, 587 municípios. Essa pesquisa tem uma amostragem de 26% dos municípios e fizemos extrapolação por faixa populacional para chegarmos nos dados que estão sendo apresentados agora. A média do Brasil é 64% com o lixão e tratamos os dados de duas formas. Não vou mostrar aqui porque não vamos ter tempo, mas só uma primeira informação: primeiro, por faixa populacional, até dez mil, de 10.001 a 25.000, de 25.001 a 50.000, de 50.001 a 100.000 e mais de 100.000. Vemos que conforme vai aumentando a população do município, vai diminuindo o número de cidades que têm lixão. As cidades com mais de 100 mil habitantes, 46% têm lixão; 24% têm aterro controlado e 17% têm aterro sanitário. Conforme vamos diminuindo o porte populacional, o número de lixões aumenta. Outro tratamento que demos aos dados foi por região do Brasil. A região sul realmente é o sul maravilha. Todos os dados, todas as informações que foram pedidas, o melhor índice é a região sul e esse dado foi fechado em abril e, nesse mês agora, o Rio Grande do Sul mandou mais 80 questionários, e assim a situação da região sul vai melhorar muito. Existem muitos aterros sanitários no Rio Grande do Sul. As piores regiões são as regiões norte e nordeste; em todos os índices, criança no lixo, lixão, o mais deplorável está nessas regiões. Os serviços são realizados pela prefeitura ou por empresas privadas. Da mesma forma, 87% é pela prefeitura; 12% empresa privada e 1% sistema misto. Conforme vai aumentando a população a empresa privada vai trabalhando mais; obviamente a empresa privada não vai coletar lixo em uma cidade de 10 mil, nem de 15 mil, de 20 mil, mas nas cidades com mais de 100 mil habitantes 56% é a prefeitura; 40% é feita pela empresa privada e 4% pela prefeitura e empresa privada. A cobrança pelos serviços, esse dado foi novidade. A estimativa que eu tinha lido em documentos era que cerca de 20% das prefeituras brasileiras cobravam taxa ou tarifa. Tivemos a resposta que 51% das prefeituras brasileiras cobram taxa ou tarifa, mas qual é o desastre? É que a taxa ou tarifa não cobre 10% dos custos operacionais do serviço.



Mas pelo menos cobra, pelo menos existe uma lei que permite à prefeitura cobrar. O arranjo posterior é menos complicado do que aprovarmos uma lei para cobrança de taxa de tarifa. Quanto maior é a prefeitura maior a cobrança; 78% dos municípios com mais de 100 mil habitantes fazem algum tipo de cobrança dos serviços prestados. Estudos, isso também foi supressa para nós, 51% dos municípios brasileiros não têm nenhum estudo sobre lixo, mas 49% têm. Quer dizer que 49% das prefeituras já estudaram alguma coisa sobre lixo e quanto maior a prefeitura, mais uma vez quanto maior a população, maior o número de municípios que fizeram algum tipo de estudo. Quase 70% das prefeituras com mais de 100 mil habitantes têm algum estudo sobre lixo. Que estudos foram feitos? Pensaríamos que a primeira coisa seria o plano diretor, porque sem ele não adianta fazer nada. Não, mas não é, não. Aterro sanitário, 70%; não há estudos nem projetos de plano diretor, 87%; daqueles 49% que têm estudos, 87% não têm estudos sobre plano diretor e quem teve, 13%, sendo que 5% foi implantado. Outra coisa que observamos é que a maior parte dos estudos não foi implantada. O projeto de aterro, 70% não têm estudos nem projetos; 17% dos que têm implantaram e 13% não. Estudo de coleta e varrição, 74% não têm, 20% implantaram e 6% têm o projeto mas não implantou. Quer dizer que até nessa área de fazer projetos e estudo não estamos um caos, só que não implantamos. Fizemos o estudo, só falta implantarmos. Quantas pessoas catam recicláveis nos aterros? Em 44% das prefeituras disseram que ninguém. Há alguns casos em que fomos lá e vimos que havia, mas tínhamos que fazer de acordo com a resposta oficial do município. Então 44% falaram que não têm e 66% têm. E aí quantas pessoas são catadoras? De dez a 100 distribuídas nos 66% dos que têm. Há crianças? 36% não, 64% sim. Estamos com crianças catando lixo em 64% dos aterros. Foi feita em Brasília, essa semana, a discussão das piores formas de trabalho infantil no Brasil e a equipe do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil se recusou a apresentar para o governo uma lista. Considerou que qualquer trabalho infantil é degradante. Esse aí estava na lista para ser um dos piores, mas na votação final os fóruns estaduais



votaram por não apresentar essa lista no Brasil. Agora há uma contradição enorme; o Prof. Nicolau fez para a PUC-Paraná uma pesquisa para a prefeitura dizer se ela tem programa de coleta seletiva. Nós não; fizemos a pesquisa assim: tem coleta seletiva? Se tem catador na rua, tem coleta seletiva. Na nossa pesquisa deu 1.900 municípios; como acho que nem 100 responderam que têm oficialmente, quer dizer que quem faz coleta seletiva hoje no Brasil são os catadores. Trabalhamos hoje com a coleta seletiva informal feita e organizada pelos catadores. Existe programa de coleta seletiva? 32% não há, 68% há. Discriminação da freqüência: a metade fala que tem um ou outro material no município que é reciclado. Um recicla plástico, papel, latinha de alumínio, todo mundo recicla e os outros reciclam tudo; 51% dos municípios brasileiros falaram que reciclam tudo. Os catadores trabalham na cidade toda e 56% dizem: no bairro tal, no condomínio tal ou a maioria nos centros das cidades; é onde realmente tem coleta seletiva. Também em locais específicos, bairros selecionados, condomínios e escolas, etc. A centralidade do programa é na criança, porque acreditamos que através dessa centralidade podemos reunir esforços de todas as áreas: social, tecnológica, ambiental e construir uma solução para a questão dos resíduos sólidos no Brasil. Muito obrigada.

Gostaria só de agradecer à Sônia Lima por ter me ajudado.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Agradecemos à Dra. Eliana Cátia pela excelente exposição, bem como a nossa Conselheira Sônia Lima. Convido agora a Dra. Lady Virgínia Menezes para falar no lugar do Dr. João Fusaro, sobre “Diagnóstico Ambiental no Estado de São Paulo e as dificuldades a serem superadas com o lixo urbano”.

**SRA. LADY VIRGÍNIA MENEZES** – Bom-dia a todos. Gostaria inicialmente de agradecer a participação da CETESB e pedir desculpas para vocês porque fui pega de sopetão, sendo que eu estaria aí como partícipe dessa discussão, mas houve um contratempo com o João Fusaro, que estaria aqui fazendo a exposição,



mesmo porque ele é o coordenador do Inventário Estadual de Resíduos e hoje à tarde estaremos divulgando esse inventário de 1999; atendendo a uma solicitação do Presidente Dráusio Barreto, estou aqui para pelo menos esclarecer alguns pontos. A CETESB vem atuando há mais de 30 anos em várias áreas, como a questão de assistência técnica, ações de controle e fiscalização e as questões de pesquisa e desenvolvimento. No que tange à questão de resíduos sólidos urbanos a CETESB vem atuando desde 70 na questão específica de assistência técnica aos municípios, seja atuando com apoio ao município estabelecendo e apoiando estudos e projetos de elaboração de aterros, em termos de referência mesmo em operações propriamente dita nos aterros sanitários, indo no local, fazendo material didático, cursos específicos para técnicos da prefeitura para que ele possa atuar de uma forma satisfatória na operação desses resíduos sólidos. Estamos atuando de várias formas na questão de resíduos sólidos urbanos. Esta é uma forma que a CETESB tem atuado. A outra forma é a questão de controle e fiscalização. No que diz respeito a essa questão, temos estabelecido sempre os procedimentos da legislação ambiental, que estabelece no Decreto nº 8.468 e várias normas estabelecidas pela Resolução CONAMA e o CONCEMA também. Atuamos principalmente nessas duas vertentes com relação aos municípios, especificamente com a questão de resíduos sólidos municipais. O que depreendemos de todas essas experiências é que realmente existe uma dificuldade enorme dos municípios estarem tratando adequadamente esses resíduos, seja pela questão econômica, porque os municípios não dispõem de instrumentos econômicos, não existe uma receita específica para o tratamento do resíduo, seja o tratamento ou disposição final, e essa taxa é sempre cobrada para coleta de lixo e não para o tratamento, o que dificulta enormemente uma receita específica para a implantação desses locais adequados para o tratamento e exposição. Isso faz com que a questão do nosso controle e fiscalização seja também de uma forma muito difícil, porque à medida que estamos tratando a questão da fiscalização multando o município, também isso se torna ineficaz. Não temos um comprometimento do próprio Executivo na questão de





estar estabelecendo o cumprimento desta legislação, devido a dificuldades econômicas existentes no município. Essa vertente de controle e fiscalização se torna até preocupante. Temos estabelecido ao longo desses dez anos um programa, o Programa Estadual de Resíduos Sólidos. Nesse programa foi estabelecida uma série de ações e dentre elas implementamos o inventário de qualidade de resíduos sólidos. Esse inventário de resíduos tem sido elaborado juntamente com as 33 regionais do Estado de São Paulo, com os técnicos existentes nessas agências. São feitas avaliações para cada um desses municípios, para cada um dos locais existentes de disposição de resíduos, sejam eles resíduos sólidos domiciliares ou resíduos sólidos de serviço de saúde. Existe uma série de critérios técnicos para essa avaliação em que é dada uma nota final. Essa nota, temos já a de 1997, um inventário de 1998; esse inventário é divulgado no “Diário Oficial” do Estado de São Paulo e o que podemos confirmar é que de 1997 e de 1998 mais de 50% dos municípios do Estado de São Paulo encontram-se em situações irregulares, com as notas que podemos estabelecer menor do que cinco, ou seja, condições realmente fora de controle. Consideramos inclusive a questão que a Eliana falou, sobre catadores, são várias questões consideradas, dentre elas essa também. Seguindo essa linha do nosso inventário, 1999 vai ser divulgado hoje à tarde e o que podemos dizer é que de 97 para 99 houve uma pequena melhora. Não tenho aqui os números quantitativos para dar para vocês um quadro mais específico, mas o que podemos notar é que juntamente com essas ações, de controle e fiscalização e outros programas que serão abordados aqui, notamos que isso tem melhorado junto aos municípios. Esse seria um diagnóstico um pouco mais específico que vai ser publicado logo no “Diário Oficial”. Temos outras ações que estão dando uma tônica mais esperançosa sobre essa questão. Temos um programa a ser lançado para pequenos municípios abaixo de 25 mil habitantes, em que o Governo do Estado de São Paulo já disponibilizou recursos, sendo que a CETESB, juntamente com a Secretaria do Meio Ambiente, possa dar um apoio, quer seja para o próprio projeto ou para a implantação de aterro em valas, que é, no



caso, para esses pequenos municípios, a técnica mais adequada para se tratar esse tipo de resíduo e para essa quantidade abaixo de 2 toneladas/dia.

Estaremos lançando, logo mais, um trabalho que se estenderá por três anos, para mais ou menos 275 municípios. Estamos trabalhando esse número já com o diagnóstico estabelecido de 1999. Essa é uma ação que a Secretaria, o Estado e a CETESB estão implementando para pequenos municípios.

Por outro lado, estamos tendo outras ações que são o estudo de várias regiões do Estado, estabelecendo critérios para implementação de planos diretores de resíduos.

A CETESB já vem trabalhando isso há uns quatro, cinco anos, e estabeleceu planos de resíduos da Região Metropolitana de São Paulo e da Baixada Santista. Atualmente, estamos coordenando, especificamente, litoral norte – que congrega Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião – e já estamos em trabalhos para estabelecer, juntamente com a população, o melhor cenário para aquela região em audiência pública a ser marcada no final deste mês.

Temos também um plano diretor de resíduos sólidos, entre serras e águas, congregando dez municípios que sofrem o impacto da duplicação da Fernão Dias. Esse municípios também estão sendo tratados de uma forma regional como os outros.

Estamos trabalhando em outras regiões do Estado, em vários municípios, verificando em que ponto estaria sendo necessário esse estudo um pouco maior, estabelecendo não só a solução final de aterro sanitário, mas também outras formas de tratar o lixo; não da forma tradicional de aterro, mas uma compostagem, dependendo da vocação da área. Enfim, estamos estudando caso a caso e estabelecendo critérios para a implementação desses planos.

Quero dizer que temos atuado, e o quadro de resíduos sólidos sempre foi problemático, mas estamos tentando viabilizar também a questão de fundos de financiamento para que os municípios possam se candidatar e tratar melhor essa questão.



Temos também atuado fortemente na questão de assistência técnica, na qual pensamos que, realmente, esteja o problema. Precisamos fortalecer os técnicos dos municípios, para que possam atuar de uma forma adequada.

Os senhores me desculpem, porque eu teria outras coisas para discorrer sobre o tema, mas, infelizmente, não tenho todos os dados. Estou à disposição de todos e os convido para o seminário nacional de reciclagem e reutilização de materiais, a realizar-se amanhã, que provavelmente contribuirá bastante para esse tema que estamos discutindo hoje. É um seminário que está sendo muito procurado na CETESB e na Secretaria.

Muito obrigada.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Agradecemos à Dra. Lady e lamentamos, porque gostaríamos de ter tido mais informação da CETESB e do trabalho do governador Mário Covas com relação à questão do lixo.

Num debate da Assembléia Legislativa, ficamos punidos por não obter todas as informações do nosso órgão ambiental, mas são os afazeres da Administração Pública. Talvez, numa outra oportunidade, possamos ter uma informação mais densa da Secretaria. Mas, de qualquer forma, agradeço imensamente à Dra. Lady por estar participando do nosso debate.

Passo a palavra para o Dr. Marcos Montenegro, que será o debatedor das questões colocadas no bloco desse primeiro painel.

**SR. MARCOS MONTENEGRO** – Quero agradecer a oportunidade de estar aqui para essa interessante jornada de debates e me congratular com o Fórum São Paulo Século 21. É um prazer retornar a São Paulo e participar de debates de tal magnitude.

Longe de mim a pretensão de tentar fazer aqui uma discussão ou um debate sobre todos os aspectos.



**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Dr. Marcos, desculpem-me interromper, mas gostaria de anunciar a presença do Deputado Pedro Tobias, que acaba de chegar, e convidá-lo para participar da Mesa.

**SR. MARCOS MONTENEGRO** – Como estava dizendo, longe de mim a pretensão de tentar fazer qualquer apanhado mais geral sobre todos os aspectos aqui discutidos, já que, como se ressaltou no início da sessão, o tema abrange uma complexidade enorme e tem uma abordagem multifacetada. Tentarei destacar alguns aspectos que, de certa maneira, dizem mais respeito à minha vivência na área.

O que me chama mais a atenção, nesse conjunto de informações, é um certo diagnóstico que mostra – tanto nos dados da Organização Pan-Americana de Saúde, quanto nos da Unicef, e na informações trazidas pela CETESB – um despreparo institucional do ente público, que, em última instância, seria o responsável direto pela política e execução das ações de resíduos sólidos no plano local, ou seja, prefeituras e municípios.

Destaco que essa questão se coloca, efetivamente, no plano institucional. Não equacionado o plano institucional, não se equacionam também os aspectos tecnológicos e financeiros. Seguramente, é o problema da capacitação institucional que vem em primeiro lugar.

Se quisermos aprofundar o paralelo que a Kátia fez sobre a questão da água, do esgoto e do lixo, vamos lembrar que, já na década de 50, foram organizadas as primeiras autarquias municipais de água e esgoto pela Fundação CESP.

Essas autarquias se multiplicaram a partir dessa experiência, inclusive no Estado de São Paulo, e foram os primeiros organismos que deram possibilidade de um crescimento do ponto de vista institucional e técnico; possibilitaram dividir as receitas da atividade de água e esgoto, uma atividade específica das receitas tributárias do município. Permitiram, inclusive, uma base para, quando viesse o Planasa, dar uma outra escala a essa atividade no país, com vantagens do ponto de

vista de escala e desvantagens do ponto de vista de participação e democratização em muitos casos.

Na área de resíduos sólidos, encontramos, em algumas cidades, autarquias municipais, mas com uma presença muito menor. Por razões de ordem particular, tive hoje oportunidade de ver esses dados da Unicef um pouco mais cedo que os senhores e estava comentando que, infelizmente, não tivemos possibilidade de fazer a seguinte pergunta: quais são as prefeituras que têm um órgão especializado em limpeza urbana?

Isso demonstraria, por si só, um certo avanço do ponto de vista institucional. Ou seja, existe um órgão que tem corpo técnico especializado para lidar com o assunto, com receitas próprias e separadas para essa destinação. Às vezes, isso não é bem verdade, porque, como a receita é uma taxa na maioria dos casos, vai para o Tesouro da prefeitura e pode ir ou não para a receita da autarquia.

Depois do esforço inicial da Fundação CESP, houve um convênio com o BID, na década de 60, que também estimulou a formação de autarquias de água e esgoto. Portanto, temos na história da água e esgoto um esforço permanente de melhoria, do ponto de vista institucional dos operadores; o que não acontece na área da limpeza urbana. E tudo isso com os reflexos na definição de uma política municipal de resíduos sólidos, de um plano, como os dados apresentados pela Unicef mostraram. Há ainda a própria legislação relativa ao setor no plano local.

Evidentemente, não estou valorizando mais o plano local e descartando a importância das ações do plano estadual e nacional. Concordo perfeitamente com as afirmações feitas pelo Dr. Estribi, sobre a necessidade de legislação em nível nacional, particularmente da minimização, redução, de reciclagem e mesmo dos aspectos mais gerais da destinação final dos resíduos.

Estava fazendo umas contas, e os números que apresentarei aos senhores são apenas a título de exemplificação.

Por exemplo, a magnitude do problema do ponto de vista financeiro, envolvido na água e esgoto e na coleta e destinação final do lixo. Se tomarmos



como base um consumo médio diário de 200 litros por pessoa – que já engloba a parte de perdas, que é um número bastante representativo, a não ser em cidades com forte consumo industrial -, verificamos que uma pessoa consome, em média, 73 m<sup>3</sup> de água por ano. O custo médio de 1 m<sup>3</sup> de água tratada e distribuída com regularidade na casa do cidadão, nas cidades de porte médio para cima, é da ordem de um real por m<sup>3</sup>. Portanto, para manter um cidadão abastecido com água, custaria para a sociedade cerca de 73 reais por ano.

Uma maneira simples para resolver a questão de água e esgoto é admitir que é aproximadamente igual ao custo do esgotamento sanitário com o respectivo tratamento.

O custo do abastecimento de água, da coleta e do tratamento, por pessoa, grosso modo, é de 150 reais por ano.

No caso da geração do lixo, se assumirmos um quilo por dia, são 360 quilos por ano, ou seja, 0,36 tonelada por ano por pessoa. Acredito que um número da ordem de 60, 50, para coleta e destinação final, não está fora da realidade de boa parte das cidades brasileiras. Isso daria 22 reais de custo médio por habitante/ano.

É uma comparação interessante para se verificar que, provavelmente, o problema está menos no pouco investimento funcional e na pouca capacidade que tivemos até aqui de desenvolver os mecanismos adequados para arrecadar os recursos necessários para financiar essa atividade. E o país já fez muito mais em água e esgotamento sanitário, mesmo sabendo que metade da população urbana do país não tem coleta de esgoto.

Um outro quadro de dificuldade que encontramos na água e esgoto é que a parte maior do déficit está concentrada nos municípios de menor porte, que são, inclusive, em maior número.

O que quero enfatizar é esse esforço institucional. De acordo com os números fornecidos pela Kátia, 105 das 120 usinas de reciclagem de lixo implantadas no país não estão funcionando adequadamente. Isso é um verdadeiro escândalo.



Quero já deixar uma pergunta para debate: como fica a questão institucional dentro desse programa municipal, a que a representante da CETESB se referiu, dirigido aos municípios com menos de 25 mil habitantes – 275 municípios de São Paulo -, que atuam na questão do projeto e no apoio à implantação de aterro sanitário em valas? Qual é o esforço, dentro desse projeto, para capacitar a prefeitura no sentido de ela poder se organizar para garantir que isso depois continue sendo operado e mantido? Enfim, que não precise da CETESB.

Eu gostaria de ver debatido o papel do Ministério Público um pouco mais aprofundadamente. A representante da CETESB falou da falta de efetividade das multas em muitos casos e a discussão sobre o papel desses termos de ajustamento de conduta. A parceria entre o Ministério Público e o Órgão fiscalizador mereceria um aprofundamento um pouco maior.

Da mesma forma, gostaria de ouvir da Unicef a experiência que os Fóruns Lixo e Cidadania já constituídos no país têm na relação com o Ministério Público.

Quero dizer que o diagnóstico sobre a problemática dos pequenos municípios está sendo reconhecido também no programa de pesquisa em saneamento básico, liderado pela Finepe, com a participação de vários órgãos e universidades – o Professor Nicolau, aqui presente, faz parte das regiões de cooperativa, aquelas que trabalham com resíduos sólidos -, e a prioridade é a destinação final nos municípios de pequeno porte.

Isso coincide com o diagnóstico feito tanto pela CETESB quanto pela Unicef e com as informações trazidas pela Organização Pan-Americana de Saúde.

Quero fazer uma última pergunta também para a CETESB. Como, dentro desse programa de apoio aos municípios com menos de 25 mil habitantes, está sendo tratada a implantação do aterro em valas com a recuperação dos lixões? É sempre importante saber como se limpa a sujeira já feita e se começa uma nova vida.



Deputado, espero ter contribuído, de alguma forma, com o aprofundamento do debate e que ainda haja algum tempo para que os participantes do Fórum se manifestem.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Quero destacar a presença do Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Deputado Jorge Caruso, e passar a palavra às Dras. Eliane e Lady, para que respondam as questões levantadas pelo Dr. Marcos Montenegro.

Estamos distribuindo fichas para que as pessoas façam perguntas aos debatedores sobre a questão do lixo. Gostaria também que os conselheiros fizessem os questionamentos necessários, para que possamos elaborar o nosso relatório.

**SRA. ELIANE** – Essa primeira pesquisa foi muito simples, contendo apenas uma página; não perguntamos se a prefeitura tinha uma autarquia ou não.

A notícia boa é que o IBGE, este ano, está realizando uma pesquisa nacional em todos os municípios brasileiros. São 11 páginas, com muitos detalhes; perguntam se há crianças, se há catadores no lixo; o que é coletado; se é o catador, a prefeitura, ou a autarquia que coleta. Para o final do ano, estaremos com informações fantásticas na área do lixo.

Nós reclamamos muito e agora estamos com inflação de pesquisa. A CDU contratou uma no Rio Grande do Sul, concluída no final do ano passado; contratou com o Professor Nicolau da PUC, sobre coleta seletiva; a Unicef realizou essa com o Fórum, e agora o IBGE está fazendo. Não se pode reclamar mais que falta pesquisa do lixo no Brasil. Realmente, estaremos sabendo tudo sobre isso.

Com relação aos Fóruns Estaduais Lixo e Cidadania, já foram constituídos cinco e, ainda, mais quatro para o ano 2000.

Qual é o objetivo? Foi falado pela Lady, por exemplo, que a CETESB estava trabalhando a questão do lixo no município tal; a Secretaria de Educação do Estado,





nesse mesmo momento, está fazendo programa de educação ambiental e coleta seletiva no município vizinho; o Ministério Público está aplicando uma sanção no outro município, e a Secretaria da Saúde está fazendo outra coisa em outro município.

O objetivo desses Fóruns estaduais é, justamente, concentrar as ações na construção de um modelo, no município, que seja sustentável, participativo e democrático.

Vou citar os estados que constituíram Fórum, e os órgãos que realizaram esse trabalho. No Ceará, a Abes; no Mato Grosso do Sul, Secretaria do Estado e Meio Ambiente; em Pernambuco, Unicef; em Roraima, a Abes; no Rio Grande do Sul, Secretaria Estadual de Meio Ambiente; Espírito Santo está lançando dia 23 o Fórum Estadual, pilotado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente; em Minas Gerais, também a Secretaria Estadual de Meio Ambiente; na Bahia, Abes e Unicef; no Rio Grande do Norte, Banco do Nordeste, Unicef e Abes; em Tocantins, Ministério Público Federal.

Eu estou dizendo quem está puxando, porque, na verdade, o Fórum é constituído por 15, 20 instituições, de acordo com cada realidade. Para todos esses Fóruns estaduais, o Ministério Público tem sido convidado, inclusive, a constituição do Fórum estadual em Tocantins, onde estivemos a semana passada, está começando através de uma ação do Ministério Público visitando todos os municípios com quem está fazendo termo de cooperação.

**SRA. LADY** – Gostaria de falar inicialmente sobre as multas a que o senhor se referiu. Realmente, está havendo uma melhora com relação aos locais de exposição dos resíduos que verificamos no IQR de 1999.

Temos tido uma parceria muito efetiva com o Ministério Público nesses dois últimos anos, e acredito que isso também tenha sido um fator relevante para essa melhoria.



Temos os TACs – Termos de Ajustamento de Conduta – estabelecidos pelo Estado. Para quem não conhece, são termos ajustados entre a atividade industrial ou a instituição, que no caso é o município, sendo estabelecida uma série de exigências a serem cumpridas.

Algumas vezes, o termo de ajustamento é assinado com o Ministério Público, o que facilita a nossa atuação. O próprio Ministério Público faz um termo de ajustamento separadamente do órgão ambiental.

Temos também a implementação da lei de crimes ambientais. Essa legislação chamou a atenção sobre essa questão, e, inclusive, existem algumas iniciativas decorrentes disso.

O que notamos é que as multas estão sendo cobradas e quem está pagando são os munícipes, havendo uma falta de comprometimento do próprio Executivo na implementação adequada do gerenciamento dos resíduos.

O que pretendemos, com relação ao programa municipal, é dar um pontapé na questão de adequação desses locais. Foi questionado qual seria a garantia dada pela CETESB de esse local continuar tendo uma disposição adequada depois. A garantia vai depender do comprometimento da prefeitura na operacionalização disso.

O que estamos tentando fazer, dentro desse programa, é estabelecer um projeto, juntamente com a prefeitura, dando capacitação, por meio de cursos que estamos programando ao longo de dois anos, para que os técnicos, caso haja nessa prefeitura, possam operar de forma adequada. Há, ainda, o papel que a CETESB faz normalmente, que é a assistência técnica das regionais junto à prefeitura.

Esperamos continuar na nossa atuação de controle e fiscalização normalmente. Estamos tentando regularizar, inicialmente, esses locais, por meio desse programa. Inclusive, estamos trabalhando na implementação desses aterros em valas, juntamente com a prefeitura, explicando como ela deve fazer.



A recuperação do aterro dependerá de cada caso. Estamos tratando prefeitura por prefeitura. Por exemplo, se aquela área que a prefeitura está dispendo o lixo é adequada. Se, dentro dos critérios de avaliação, foi considerada adequada, ela passará por uma recuperação e, posteriormente, para a implementação desse aterro em vala. Caso não seja, vamos estudar caso a caso.

Se houver possibilidade e recurso, para que se faça uma recuperação que não seja tão distante do orçamento que temos em mão, será dado apoio àquele município.

Espero ter respondido às questões. Muito obrigada.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Queremos registrar também as presenças da Dona Maria das Graças Braz, presidente da Cooperativa de Catadores de Embu; do Antônio da Costa Miranda, presidente da Associação dos Municípios e Autônomos em Água e Esgoto Nacional; do Dr. Boranga, presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Seção São Paulo.

Quero passar a palavra ao Professor Sérgio Zarattin e, em seguida, falaremos sobre as fichas que recebemos.

**SR. SÉRGIO ZARATTIN** – Estou aqui numa dúplice condição; como conselheiro do Grupo de Trabalho Recursos Naturais e Meio Ambiente do Fórum 21, e como representante do presidente da Emplasa, Eduardo Fontes Rossi.

Nessa segunda condição, quero trazer a saudação do presidente ao plenário e a explicação da sua ausência. Hoje, a Emplasa, Empresa de Planejamento da Grande São Paulo, está completando 25 anos e há uma jornada de reflexão, reunindo os dirigentes e técnicos, sobre o que significavam esses 25 anos e, principalmente, sobre a visão de futuro.

Como cabe ao presidente conduzir isso, ele não pôde comparecer, mas quis que trouxesse, nesta saudação, o testemunho de que a Emplasa tem visto as atividades do Fórum – do qual participamos de vários grupos, através de técnicos e

dirigentes – com o maior entusiasmo, principalmente pela condição singular que o Fórum propicia, pois foge das possíveis amarras institucionais ao reunir os dois poderes, Executivo e Legislativo, representantes da sociedade civil e do empresariado.

Ao mesmo tempo em que temos uma condição muito boa em relação a praticamente todas as políticas públicas do Estado, que trazem uma carga muito grande, muito diversificada e muito atualizada de informações, podemos dar ao processamento dessas informações uma grande isenção.

Por isso que a Emplasa está vendo o resultado deste Fórum como uma efetiva contribuição para a sua reorientação como empresa, reorientação das políticas metropolitanas em sentido geral.

Todos sabem que essas políticas metropolitanas, no nosso Estado hoje, não se cingem mais à Grande São Paulo. Temos aqui um complexo, até bastante peculiar em termos mundiais, de um pólo metropolitano composto de várias unidades que, na verdade, poderia ser chamado de regiões metropolitanas diferentes, ou seja, a Grande Campinas, a Baixada Santista, toda a aglomeração urbana do Vale do Paraíba e a região de Sorocaba, formando aquilo que chamamos de Complexo Metropolitano Expandido.

Na verdade, esse é o pólo metropolitano de São Paulo, o principal pólo metropolitano do Brasil e do Hemisfério Sul, e o grande cacife para entrarmos decididamente na interlocução com a economia globalizada e com todos os desafios colocados por ela.

A impossibilidade de o nosso presidente estar aqui nos 25 anos da Emplasa é interessante porque essa empresa, desde a sua fundação, lidou com problema de resíduos sólidos. Ao fazê-lo, herdou uma tratativa vinda do dispositivo que a antecedeu, o Gegran – Grupo Executivo da Grande São Paulo -, que funcionava como uma dependência da então Secretaria de Economia e Planejamento.

Já na época do Grupo Executivo da Grande São Paulo, cuja atuação se voltava para os 37 municípios que compunham a região, haviam propostas e planos



específicos regionalmente articulados de resíduos sólidos, principalmente questões de disposição final, que era o grande problema e podia ser tratado regionalmente.

Na verdade, em alguns casos, não podia ser tratado a não ser regionalmente. Vejam o caso de São Caetano do Sul que não tem como fazer o seu tratamento de resíduos sólidos a não ser que vá para uma instalação de alta tecnologia, porque não tem nem sequer território para aterro.

Apesar de essa realidade saltar à vista, desde o tempo do Gegran – e isso dá razão à maior parte das manifestações feitas aqui -, o problema não era técnico, mas sim institucional. Todo mundo colaborava no momento de fazer o plano, mas, quando se dizia que o aterro iria para o seu município, a pessoa não aceitava.

Naquela época, a instituição jurídica metropolitana ainda era embrionária, e só veio a ser aperfeiçoada posteriormente. Nem por isso, esses aspectos deixaram de ser presentes e, na maior parte dos casos, inviabilizar quaisquer soluções de natureza regional.

É interessante que até o uso da questão institucional foi feito não no sentido de ampliar as oportunidades de solução, mas de bloqueá-las. Aqui na Grande São Paulo, a despeito da forte interdependência de que padece a maior parte dos municípios, alguns deles colocaram em sua Lei Orgânica que não seria autorizada a implantação de qualquer instalação de aterro sanitário em território municipal e proibido o tráfego de veículos contendo cargas destinadas a resíduos sólidos para outros municípios.

Ou seja, o institucional, no caso, tem de ser devidamente compreendido na sua acepção mais ampla, *lato sensu*, não *stricto sensu*. Não é apenas jurídico; talvez seja a questão da articulação jurídica que, a rigor, não parece ser tão difícil, o outro aspecto do institucional de possibilitar articular em ações programáticas, preceitos e práticas de condutas, o tratamento devido dessas soluções.

Nesse sentido, não queremos ser pessimistas, mas, se lançarmos um olhar para o que vem acontecendo no país nos últimos tempos, presenciamos uma certa



contradição. Inclusive, o trabalho do Fórum 21 e do grupo do trabalho Meio Ambiente está-nos mostrando isso.

Vejam bem, fizemos uma tentativa de situar historicamente o meio ambiente deste Estado, desde a sua origem, que é de 1500. Felizmente, é um Estado privilegiado. Há muita documentação sobre isso.

De acordo com essa leitura, há uma embricação profunda neste Estado entre processo de ampliação e dominação de um espaço econômico, feito essencialmente pela atividade agropecuária, no caso, fundamentalmente pelo café, com a expansão do espaço de assentamento populacional, principalmente de uma rede urbana associada à infra-estrutura.

Hoje, é possível traçar isso com uma clareza muito grande, com seus diferentes momentos e diferentes predominâncias.

O que tiramos para o ano 2000 é que este é um Estado absolutamente antropisado. Se falamos, hoje, em meio ambiente, neste Estado, há de ser entendida uma coisa extremamente diferente do meio ambiente original. Não há rincão do Estado, não há fronteira, não há lugar para o exótico, não há lugar para o inexplorado, porque o Estado é inteiramente antropisado.

O desafio do meio ambiente é trabalhar sobre essa realidade; é como se tivéssemos uma tarefa de recriar um meio ambiente, que está inteiramente dominado pelo homem e fundamentalmente através do artefato urbano, à medida que perto de 90% da população do Estado é urbana.

Essa situação põe problemas específicos. O aumento concentrado dos efluentes dos resíduos é um fato. Não é à toa, como mostrou nossa expositora, que preponderam, no encaminhamento de soluções mais avançadas, as cidades de grande porte. Aí, o problema é evidente; o volume salta à vista; incomoda demais. E a sociedade, naturalmente, consegue fazer as pressões adequadas para as soluções.

No Estado, temos isso em grau potencializado; um Estado inteiramente antropisado e com uma população majoritariamente urbana. É óbvio, e essas



exposições mostraram, que, para o tratamento dessas questões no ambiente urbano, há que se articular inúmeros agentes, inúmeros fatores e inúmeros protagonistas.

Essa articulação envolve a essência do que deve ser a política pública junto a uma área urbana, ou seja, entender a natureza dessas inter-relações, de como um aspecto setorial embrica no outro, como um é dependente do outro e como todos são interdependentes.

Se isso faz sentido, parece que a nossa tendência em grande parte, eu diria que no país em geral, caminha ao contrário, e nós, cada vez mais, setorializamos e autarquizamos os problemas, em particular a questão de meio ambiente. É isso que o grupo de trabalho está percebendo.

Os instrumentos ativos para interferir nessa realidade urbana complexa não caminham com a mesma velocidade com que caminham nos setoriais. Hoje, estamos cobrando pela água, temos a gestão por bacias e, mal-e-mal, uma região metropolitana recentemente organizada, que é da Baixada Santista, uma em vias de votação, que é a de Campinas, uma que não se reorganizou, que é da Grande São Paulo, e não temos nenhuma outra micro-região ou aglomeração urbana organizada. E nem sequer temos, como no passado, uma política pública para a rede urbana e para o desenvolvimento industrial.

Parece haver uma contradição que deveria ser percebida neste Fórum: temos de articular, com o mesmo nível de empenho da organização segundos setores, a formulação e execução de políticas públicas dirigidas para esses aglomerados complexos.

Se não houver essa percepção no nível de interdependência que essas questões todas têm – as exposições feitas aqui mostraram claramente -, se não houver a interdependência da compreensão dos fenômenos e no seu tratamento, possivelmente, teremos, mais uma vez, perdido toda a eficácia. E esse país foi pródigo em perdas de eficácia.

Muito obrigado.



**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Vamos, então, às questões levantadas. Começarei com a do Francisco Pizza, da Abes e do Conesan. Primeiro, ele pede que se fale sobre os resultados do IQR da CETESB; em seguida, quer saber como viabilizar a coleta em pequenos municípios que têm apenas um equipamento e, quando quebra, não tem nenhum.

O Getro, do Partido Verde, pergunta se não está na hora de implantar uma política de resíduos sólidos com a participação da sociedade civil organizada, sugerindo que se comece em alguns bairros que já estão avançados na questão. Exemplo, Cooperativa de Catadores, movimentos ambientalistas, com parceiros do Poder Público.

A Iara Resende Toledo, do SOS Manancial do Rio Cotia, quer saber por que não promover a reforma tributária ecológica, substituindo contribuição sobre capital e trabalho das empresas por taxas que punam o desperdício de recursos naturais e aumentem a rentabilidade e os benefícios; e também incentivos para as prefeituras incluírem em seus planos diretores leis específicas de disciplinamento, gestão, etc. Lembrando que esses recursos aumentarão 5% ao ano e, durante duas ou mais décadas, constituirão uma poderosa motivação para que se empenhe em possíveis aumentos de produtividade. Ou seja, é uma “ecotaxa”.

O Edilson Carvalho de Oliveira pergunta como a Cetesb discute a coleta seletiva nos municípios em que trabalha.

A Camila Cristina pergunta, para a Helena Kátia, onde está a imprensa para participar deste Fórum e qual a sua participação no Fórum Lixo e Cidadania.

O Takeo Tanaka coloca uma questão conceitual, ou seja, para se debater com maior profundidade o conceito de ciclo das matérias no processo de transformação, contorno e descarte, que é objeto da reciclagem.

O Nelson Roberto dos Santos quer saber qual o encaminhamento da Campanha Criança no Lixo Nunca Mais para a realidade do município de Diadema, no lixão do Alvarenga e na Divisão de Limpeza Pública onde menores efetuam catação na Estação de Tratamento do Aterro Lara.





Há outra pergunta da Iara: “Fala-se muito do município de Carapicuíba, porém, em relação a saneamento ambiental, hoje, é o único município de envolvimento com as agressões ao meio ambiente, já aprovado pelos vereadores o pedido de área de seu envolvimento como área de recuperação, preservação de gestão com lei específica, já encaminhadas ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa para aprovação.” Está um pouco confuso. Depois, a Iara pode-nos explicar melhor.

Dei uma geral e abro para as respostas. Dr. Montenegro, Eliane e Lady podem responder. Eu fiz um resumo, porque são muitas questões e o tempo é curto.

**SRA. ELIANE** – Vou tentar agrupar algumas perguntas. Achei muito interessante a pergunta do Nelson porque me dá oportunidade de explicar um determinado ponto.

Abri minha apresentação fazendo uma crítica aos programas federais, dizendo que eles tinham um enfoque tecnológico. Um dos planos, por exemplo, dizia que 300 cidades vão ter dinheiro para usina; ele próprio já definindo, e não o município apresentando a solução para a questão dos resíduos.

Mas ele não dá solução para ninguém. O que ele faz? Qual é a relação do Fórum Nacional com o município? Ele mandou uma carta, fez a denúncia da situação, convidou o prefeito para resolver o problema e mandou materiais que instrumentalizam o município sobre modelos de coleta seletiva que estão dando certo, sobre onde tem e onde não tem dinheiro para o lixo, para que o município possa buscar sua solução.

Então, Fórum também não é uma política nacional; é uma articulação nacional que procura despertar o município para a questão dos resíduos.

E o que São Paulo tem a ver com isso? Por ser São Paulo, os oficiais do Unicef, com algumas pessoas do Livre Cidadania, vieram a São Paulo para o lançamento do programa. Agendamos uma reunião com a secretária de Meio

Ambiente da época e dissemos a ela que gostaríamos que São Paulo se envolvesse porque aqui seria mais fácil de resolver, pois tem mais recursos humanos, recursos financeiros, etc.

A secretária disse que, para se engajar no programa, teria que ter um modelo de como funcionava a constituição do Fórum local no município, e sugeriu Carapicuíba. Imediatamente, dissemos que não poderia ser Carapicuíba, porque, por várias vezes, o prefeito havia se recusado a receber técnicos da CETESB, e também o Promotor Público.

O primeiro fator de decisão para uma cidade ser piloto é a vontade política da administração. Assim, sugerimos o município de São Bernardo do Campo. Trabalhamos no projeto piloto por um ano com o Instituto Polis, com a prefeitura de São Bernardo – a Sônia Lima, inclusive, está aqui presente – no sentido de enfrentar um problema gravíssimo, que é o lixão do Alvarenga, (na época, eram 176 crianças que viviam em cima do lixão), para que pudesse servir de referência para o Estado de São Paulo.

Hoje, conversei com o Trípoli, atual secretário, e agendamos uma reunião sexta-feira aqui em São Paulo, para discutirmos o assunto já que houve o atendimento da solicitação do governo do Estado da época, que era construir um modelo piloto.

A Sônia pode falar como está São Bernardo do Campo; se, realmente, funciona, se ela conseguiu reunir os Secretários de Saúde e Educação com o pessoal do lixo, se esse pessoal conversa ou não. Enfim, se esse programa funciona ou não.

Tem também o município de Santo André que está fazendo um trabalho bem parecido, aliás, motivo de uma reportagem recente. Tudo isso poderia servir como referência.

Então, Nelson, o Fórum não tem essa solução nem o dinheiro para o município, mas estimula políticas. Hoje, o Fundo Nacional de Meio Ambiente lançou um programa nacional e a condição era que você fizesse parte do programa Livre



Cidadania e usasse a filosofia do programa, que é exatamente a construção de uma solução coletiva.

A Cedu já anunciou um programa de 6 milhões de reais. O governo do Estado de Minas Gerais, está aqui a representante da Feam, vai pegar as prefeituras do orçamento participativo do Estado e aplicar a filosofia do Livre Cidadania. É fazer a construção coletiva do modelo em nível local. São 2,4 milhões de reais em 12 regiões do Estado de Minas Gerais.

É assim que o Fórum trabalha: falando, vendendo a idéia do projeto. As próprias prefeituras vão atrás de achar a sua solução. É bem diferente do processo nacional, que tem um programa. Nós não temos um programa. É uma articulação política.

Uma pessoa do Partido Verde questionou sobre a constituição de um programa com a sociedade civil. Sem isso, não funciona. Ele está coberto de razão e o objetivo deste Fórum é, exatamente, construir juntamente com a Associação de Catadores, com as ONGs.

A Camila pergunta se tem imprensa no Fórum. Eu não sei de nenhuma época no Brasil em que se falou tanto do lixo. Não foi possível trazer, mas há um volume imenso sobre lixo e cidadania. Esse assunto foi capa de *Folha de S. Paulo*, *Estadão*, *JB*; teve notícia na televisão dizendo que havia 50 mil crianças no lixo, etc.

Não aparecemos todo dia porque não temos uma notícia capaz de mobilizar de novo a mídia como fez naquela época. Talvez, quando fecharmos o último Fórum estadual ou quando 20 estados montarem seus Fóruns estaduais com essa política, volte a acontecer.

Eu assumo que estamos meio fracos de mídia, mas agora a “Água e Vida” está sendo contratada pelo Fórum para, exatamente, poder colocar o assunto na ordem do dia.

Na nossa pesquisa, existem 45 municípios de São Paulo que dizem ter crianças no lixo. Para São Paulo, é uma situação muito grave. São 45 dos 260 que



responderam. Possivelmente, tem mais, porque quem tem mais problema responde menos.

Parece que a minha resposta não satisfaz o Nelson.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Antes de dirimir a questão do Nelson e do Pizza, que também quer saber sobre o IQR, passo a palavra ao Dr. Ivan Strebe, a fim de que ele faça suas colocações finais, porque tem de ir para Brasília.

**SR. IVAN STREBE** – Acredito que o debate continuará muito interessante, com muitas intervenções. Foi colocado um tema que envolve o ciclo de vida. Quando se fala em minimizar as regenerações de resíduos, o ciclo de vida tem que ser estudado.

Obviamente, isso implica o tema de pesquisar as matérias-primas; se a matéria-prima, ao final do seu ciclo de vida, é biodegradável, se é mais compatível com a ação do ambiente de maneira natural, antes de entrar em outros processos que são muito mais difíceis. Todos são processos físicos, químicos, para a degradação desse produto no final da sua vida útil.

Outro elemento importante é que esse ciclo de vida tem que ter uma pesquisa de caráter multidisciplinar. A parte da tecnologia é muito importante, mas há também o aspecto sociológico, antropológico das pessoas que estarão usando isso, que são os últimos a ser os proprietários desse produto que tem que ter sido muito pesquisado como reconhecido em nível da CETESB, e formado por pessoas que ajudam não somente aqui, mas também fora do Brasil.

Nesse sentido, acreditamos que existe uma capacidade muito grande de poder atuar nisso e, efetivamente, é o que estão fazendo. Porém, não somente a CETESB, mas um conjunto de universidades que São Paulo tem, e quase todas estão participando do Programa de Pesquisa e Saneamento Básico, Prosab, e essa pesquisa está apontando precisamente para esse conceito, e em alguns casos com



a Semai, em outros casos com a Esab, para multiplicar o conhecimento geral gerado nessas pesquisas.

É um processo de parceria com a possibilidade de fazer a multiplicação desse conhecimento e levá-los aos os usuários desse sistema.

Assim como o grupo que trabalha com o tema do lixo, o comitê de resíduos sólidos, tal como a Associação de Brasileira de Limpeza Pública, que existe aqui em São Paulo, há um contingente de profissionais, professores, pesquisadores que estão reportando uma série de fatores que mostram um bom nível de recursos humanos para poder dar as diretrizes corretas ao problema.

Assim como mostrava a agenda do Século 21, não somente entraram em uma fase de minimização da geração de resíduos, mas em multiplicar ou maximizar a reciclagem e o reuso desses elementos. A parte do tema do tratamento final por algum método, aterro sanitário, o que seja, e o que tem a ver com o incremento de tudo que diz respeito à cobertura, São Paulo está em uma boa condição.

Essa parceria com a indústria, com a universidade, com centros como a Cetesb, é essencial para ter todos os fatores que influem e que têm um peso muito importante no ciclo de vida de cada um dos produtos.

Portanto, reitero o interesse em poder colaborar de alguma forma, talvez trazendo um consultor internacional de algumas das áreas necessárias. Estava conversando com o presidente da Cetesb nesse sentido, e falamos também de pessoas de universidades e outras áreas que poderíamos trazer, independente de haver aqui algumas experiências, para que houvesse essa parceria.

Obrigado.

**SR.** – Nós agradecemos, Ivan, a sua contribuição nesse simpósio e parabéns pelo relatório e pelas suas intervenções.

**SR.** – Posso fazer uma colocação? A questão conceitual do ciclo da água é o ciclo da vida. A nossa vida é gerada no ciclo da água. A posição de São Paulo, na

cabeceira dessa grande bacia que é o Rio Tietê, Paraná e Bacia do Prata, no contexto da produção, é a de o maior PIB latino-americano. Então, essa questão do ciclo da água em São Paulo é muito importante.

**SRA. LADY** – Quando comecei minha exposição, não sei se você estava presente, eu não estava preparada para falar sobre o IQR. Tanto que vim como participante, da mesma forma que você. Portanto, não tenho aqui os dados quantitativos para ilustrar de forma adequada, a fim de discutirmos mais profundamente.

**SR.** – Posso ajudá-la? O IQR é o Índice da Qualidade do Resíduo, em que constam todos os aterros, os lixões do Estado de São Paulo. A CETESB fez um levantamento muito detalhado das condições de infra-estrutura, das condições do entorno desses aterros ou desses lixões e foi demonstrado, em 1997, que 500 estavam inadequados e o restante controlado ou adequado. Ou seja, em 1997, dos 645 municípios, tínhamos apenas 145.

Em 1998, quando isso foi publicado, enviou-se para as prefeituras, que procuraram a CETESB tentando se adequar. As condições de 1998 foram bem melhores do que as de 1997. Em 1999, dois anos depois do trabalho da CETESB, esse número deve ser bem melhor ainda.

Era isso que eu queria falar. Sou um usuário desse indicador e creio que ela foi tímida na sua colocação, pelo resultado que o trabalho tem apresentado.

**SRA. LADY** – Você repetiu o que eu falei. Eu havia dito que a tendência era de melhora. Não se tem um quadro para 1999, mas o que eu disse foi exatamente isso, que houve uma tendência de melhora.

O Edilson perguntou como a CETESB vê a coleta seletiva. Qualquer iniciativa para a redução e minimização de resíduos é vista pela CETESB como extremamente favorável. O que alertamos a prefeitura é que ela deve considerar



que coleta seletiva não é simplesmente uma questão econômica rápida, com a qual vai obter dinheiro. Depois, terá de dar conta desse reciclável que ela separou. Estamos sempre orientando dessa forma.

Não existe nenhum programa específico de coleta seletiva na CETESB; já tivemos um trabalho interno, chamado “Jogo Limpo”, que fazia algumas sugestões a municípios e escolas estaduais. Para nós, tudo o que se refere a resíduos sólidos, isso está em legislação, é competência do município.

Tem uma questão aqui com relação a incentivo a planos diretores. Temos uma minuta de lei em discussão, tramitando, que é o projeto de lei sobre resíduos sólidos. Um dos itens nessa legislação, quando se fala em resíduos sólidos urbanos, é que todo município teria de ter um plano diretor. Essa é a única que posso sinalizar sobre a questão de planos diretores.

Com relação às perguntas, era o eu tinha a dizer. Qualquer coisa, estou à disposição.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Passarei a palavra ao Dr. Marcos Montenegro, mas, antes, quero anunciar as presenças do Sr. Pedro Luiz Cardoso, diretor do Sapo Ecológico Educação Ambiental, e do Sr. Edson Rodrigues, diretor da Silcon Ambiental.

**SR. MARCOS MONTENEGRO** – O Pizza disse na sua colocação que município que tem um caminhão de lixo, quando quebra, não tem nenhum. Essa é uma questão da adequação dos equipamentos disponíveis para pequenos municípios.

O problema, por exemplo, da falta de viabilidade do ponto de vista econômico de manter uma máquina para operar um aterro sanitário em um município pequeno. Ela fica com um nível de ociosidade, normalmente, altíssimo.

Da mesma forma, a questão do caminhão de lixo, cuja capacidade mínima é de 7 toneladas por carga, pois há problema de adequação de escala para



municípios de menor porte, fazendo com que tenham custos muito altos de coleta pelo equipamento.

Não posso deixar de lembrar aqui a presença do meu amigo Roberto Laiolo, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, onde trabalhei um bom tempo da minha vida, cuja instituição poderia se envolver nessa discussão em parceria com a indústria, com a CETESB, procurando articular esses aspectos. Realmente, o problema dos equipamentos adequados para municípios de menor porte foi pouco tocado aqui.

No retorno do debate, foi colocada a questão institucional do ponto de vista das regiões metropolitanas, aglomerados de maior porte, etc. No entanto, não nos aprofundamos na questão institucional dos municípios de médio e pequeno portes.

Volto a dizer que, se não conseguirmos formar capacitação, especializar equipes em nível municipal, e não resolvermos o problema do financiamento da atividade, não conseguiremos dar a sustentabilidade política necessária.

Fico satisfeito porque, no começo da tarde, discutiremos a remuneração do financiamento dos serviços, mas fico preocupado em dar um avanço maior, aqui em São Paulo, na questão institucional dos pequenos e médios municípios.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Temos aqui uma última pergunta para encerrarmos a reunião. Voltaremos às 14h15. A pergunta é a seguinte: “Em 1997/1998, o secretário de Meio Ambiente de São Paulo coordenou uma série de discussões que culminou com a elaboração de um projeto de lei de política estadual de resíduos sólidos, extremamente avançado, onde constam os princípios do pagador, na minimização de resíduos, do consumo sustentável, etc. A Assembléia já recebeu esse projeto?” Sim.

“Ele está sendo discutido pelas comissões técnicas ou pelos parlamentares?” Esse projeto acaba de dar entrada na Comissão do Meio Ambiente, da qual o Deputado Jilmar Tatto e eu fazemos parte, onde será discutido. Se alguém quiser





participar, nossas reuniões são abertas. Depois da discussão, ele vai para a votação.

Então, vamos dar um intervalo e voltaremos às 14h15 para discutirmos a gestão integrada, que é fundamental para formularmos uma política para o Estado de São Paulo.

Muito obrigado a todos que participaram e até a tarde.

**SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Boa-tarde a todos. Vamos dar continuidade ao segundo bloco do Seminário Saneamento Ambiental no Limiar do Século 21, a Questão do Lixo Urbano.

O segundo bloco tem como título A Gestão Integrada e Remuneração da Prestação dos Serviços. O Deputado Rodolfo Costa e Silva, coordenador do Grupo Temático Recursos Naturais e Meio Ambiente, e o Deputado Jilmar Tatto, relator do mesmo grupo, já se encontram aqui. Gostaria de convidar o Deputado Jorge Caruso, presidente da Comissão do Meio Ambiente; Professor Nicolau Bladen, do Isan do Paraná; Dr. José Henrique Monteiro Penido, da Conurb do Rio de Janeiro; o Sr. Antônio da Costa Miranda Neto, presidente da Semai.

Passo a palavra ao Deputado Rodolfo Costa e Silva.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Dando continuidade aos trabalhos, vamos entrar num bloco que versará sobre a questão da gestão integrada e remuneração da prestação de serviço na área do lixo.

Contaremos com as palestras do Dr. Nicolau Bladen, do Dr. José Henrique Monteiro Penido, e, como debatedor, teremos o presidente da Semai, Dr. Antônio da Costa Miranda.

Antes de iniciarmos as palestras, o Deputado Jilmar Tatto fará uso da palavra para algumas considerações.



**SR. JILMAR TATTO** – Inicialmente, quero saudar os membros da Mesa e todos os presentes. O Fórum do Século 21 é um esforço que a Assembléia Legislativa de São Paulo está realizando no sentido de nós, deputados, não ficarmos apenas discutindo e pensando no trabalho imediato do Estado de São Paulo, visto que o Estado tem uma importância estratégica para o país.

Como conciliar o trabalho imediato que a política exige com o trabalho próprio da universidade, ou seja, da pesquisa, da produção de ciência? Esse debate do poder político junto à universidade é um problema que tem de ser discutido, para que haja uma aproximação cada vez mais maior.

Sempre entendi que o Fórum vem preencher esse vácuo, porque nem a universidade tem capacidade de discutir temas de estratégia de Estado, nem a Assembléia Legislativa, ou o Estado, para ser mais genérico, tem essa capacidade.

Daí a importância desse Fórum. Isso é pensar São Paulo, o seu desenvolvimento econômico de uma forma sustentável, e os problemas de forma estratégica.

É evidente que eu preferiria uma linha mais política. Eu acredito que haja culpados. Todos os dias temos experiências inovadoras na área de produtos para melhorar a qualidade de vida, e penso que nós não estamos tendo capacidade de fazer essa produção, assim como também o Estado tem a sua culpa.

Ao mesmo tempo em que há a culpa do Estado, não podemos esquecer que há as pessoas, há os ausentes. E esse debate político, pensando no Estado estrategicamente, ainda não tivemos, infelizmente, a coragem de fazer.

Mas teremos de fazê-lo – não sei se seria neste Fórum, ou em outro momento -, porque, senão, produzimos, produzimos, e fazemos relatórios, que, no final, são deixados de lado, como os planos da área de resíduos sólidos, que já foram feitos sete ou oito no país, e não prosperaram.

Essa questão dos resíduos sólidos precisa, além do componente ambiental, necessariamente ter o componente econômico. O município de São Paulo perde em torno de 800 milhões de dólares por ano em consequência do não tratamento



adequado do lixo. Estamos perdendo do ponto de vista econômico, do ponto de vista da geração de empregos, porque pode haver políticas ligadas à assistência social, à geração de empregos nessa área.

Li uma estatística, segundo a qual, a área do lixo emprega mais que a área de montadoras no país. Quer dizer, estamos lidando com muitos recursos e temos de fazer com que esse lado econômico também possa interessar a todos.

Não acredito que o problema seja de legislação. Posso estar cometendo um grande erro, mas não creio que o problema esteja aí. A Constituição já fala sobre isso, a Constituição do Estado tem capítulo específico nessa área, e temos diversas leis que procuram aperfeiçoar cada vez mais, atualizar cada vez mais na área ambiental de recursos hídricos e de resíduos sólidos. Portanto, o problema não é de legislação.

Elaborei alguns projetos ligados a essa área, e, se alguém se interessar, na mesa ao lado, foram colocadas algumas cópias. É um exemplo de que a Assembléia, as Câmaras, e até mesmo o Executivo têm procurado se atualizar cada vez mais.

Dizendo isso, considero que seja um problema político, de Estado ou de Executivo, de implementação de políticas efetivas. É inadmissível que, ainda hoje, no Estado de São Paulo ou na Região Metropolitana existam lixões como Itaquaquetuba, como Carapicuíba. Não dá para entender.

Dessa forma, trabalhamos com a área do desmonte do Estado. É fácil conversar com este público, porque, com certeza, a ampla maioria, se não todos, concorda que o papel do Estado com relação a esse tema – meio ambiente, desenvolvimento sustentável -, é fundamental. O Estado precisa ter um papel não só de agente fiscalizador, mas de um agente que procura desenvolver políticas efetivas nessa área.

Faremos, então, uma avaliação. O que está acontecendo com os nossos órgãos? Com o IPT? Desmonte. Foram mandados embora 500 funcionários. Com a CETESB? Desmonte. Foram mandados embora 800 funcionários. A SABESP? O



Rodolfo tem brigado aqui na defesa da SABESP. Todas as áreas do governo estão sofrendo um desmonte.

Além da produção intelectual de novas tecnologias, de produção de ciências, de informação – e temos um planejamento estratégico do que queremos para o Estado de São Paulo -, é preciso também pôr o “dedo na ferida”. A Assembléia Legislativa tem de ter um papel político, não só de denúncia, mas de apresentar propostas e fazer com que o Executivo também mude seu rumo.

Sei que não é fácil, sei que está havendo muitos esforços nesse área, mas sei também que está havendo muita omissão e tem deixado muito a desejar. Não é só este governo, os passados também, mas este governo tem uma parcela de culpa e cabe a nós todos fazer com que ele tenha uma outra orientação ligada à área de meio ambiente, de recursos hídricos e resíduos sólidos.

Quero encerrar dizendo que este seminário é o pontapé inicial para colhermos essas informações, e a partir daí, elaborar um relatório e apresentar para todos os cidadãos deste Estado. Quem sabe São Paulo, mais uma vez, sai na frente no sentido de dizer que temos um projeto estratégico, em que a área de meio ambiente, de resíduos sólidos, tem seu papel tanto do ponto de vista econômico como do ambiental.

Muito obrigado.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Tem a palavra, o Dr. Nicolau Bladen, para falar sobre Gestão Integrada e Remuneração dos Serviços.

**SR. NICOLAU BLADEN** – Quero saudar o Deputado Rodolfo da Costa e Silva, velho companheiro de Abes, e agradecer à Ana, companheira da Escola de Engenharia nos idos passados, quando fizemos o curso de Saúde Pública aqui em São Paulo.



Trago uma idéia que não foi escrita como documento único. Recolhi documentos de pessoas que trabalham com os resíduos sólidos urbanos e, baseado nessas informações, estou tentando fazer esta pequena apresentação.

Pediria que fosse passada uma imagem rápida, para que nos sintonizássemos com o tema proposto.

Temos uma seqüência do homem. O homem macaco; depois, o homem gorila, já numa fase mais avançada; o homem menos gorila, numa terceira fase; o homem quase homem, avançando no processo; depois, o homem peludo; depois, o homem das cavernas; o homem pseudo sapiens; e, finalmente, o homem com problemas ambientais. Ou seja, lixo por todo lado, representando o problema que, de certa maneira, pretendemos apresentar.

Com isso, gostaria de aliviar um pouco o tema, que me parece relativamente difícil de ser abordado. Existem pessoas, dentro dos resíduos sólidos urbanos, que gostam de abordar o tema como se fosse um problema simples, fácil de ser resolvido; basta jogar num fosso e esse fosso resolve o problema.

Outros acreditam que resíduo sólido é um problema ecológico. Têm até garças e passarinhos diferentes ligados ao problema dos resíduos sólidos urbanos que nem fazem parte da nossa cultura.

Por outro lado, existem aqueles que pensam que o problema dos resíduos sólidos urbanos é estritamente econômico e conseguem, dentro dessa figura que está aí, apresentada de certa maneira de uma forma jocosa, demonstrar que é possível fazer vapor do vapor tocar vento; e, do vento, fazer moinho girar e gerar energia elétrica. Há uma série de possibilidades dentro desse terceiro modelo.

Há outros que imaginam que lixo tenha o mesmo ciclo do sistema de abastecimento de água, em que se tem a captação, recalque, reservação, distribuição, coleta de esgotos e o retorno para o meio ambiente em forma de água já tratada.

Há aqueles que imaginam que, no mesmo ciclo dos recursos da água, é possível também colocar os outros recursos naturais. Então, posso retirar matéria-



prima da natureza, recalcar isso para as lojas, passar para o sistema de reservação; em caminhões, levar para as casas e, nas casas, gero lixo, que sai de novo e volta ao meio ambiente.

Temos um pequeno modelo um pouco mais complicado. É um levantamento feito na região metropolitana de Curitiba, para situar onde ficava o lixo que não é lixo, dentro de todo um sistema complexo, onde ainda também têm caminhões que levam a lixões, catadores nos lixões, carroceiros.

Quero, desde já, discordar do número demonstrado aqui que São Paulo só tem 3 mil catadores. Só Curitiba tem 2.700. São Paulo deve ter, no mínimo, dez vezes mais; acredito que deva ter 30 mil no Estado de São Paulo.

Dentro desse sistema complexo, de repente, vocês vêem usina de reciclagem, recuperação de indigentes trabalhando com lixo, incineração, depósitos, etc. Tudo isso, no final, chega às indústrias. É um modelo que tenta demonstrar o fluxo dos resíduos dentro de uma área urbana.

Já o “Sempre”, na sua publicação sobre compostagem, lança uma idéia de que os resíduos sólidos estão chegando a um quilo por habitante/dia.

Existem dois grandes componentes, e acrescentamos a eles um terceiro. A parte orgânica que pode dar origem à compostagem, representando 50% em peso do nosso lixo, aproximadamente; o material seco, possível para reciclagem, representando, talvez, um potencial de 25%. Aqui embaixo há uma parte de rejeito, correspondente a aproximadamente 25% também.

Com isso, podemos desdobrar o lixo em três grandes fatias: material orgânico, material para reciclagem e material para rejeito.

Aproveitei uma definição do Darci Campani, do Departamento de Limpeza Urbana do Rio Grande do Sul, em que entra o conceito da gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos. Ele diz que “o lixo é composto de vários materiais e, se recolhidos individualizadamente, servirão de matéria-prima para outros processos”.



Diz, ainda, “como, geralmente, isso está em outro setor do processo produtivo, normalmente, o administrador do lixo não consegue ver a importância da matéria-prima que possui”.

Nas duas frases seguintes, diz “como por exemplo, a coleta de galhos separadamente de restos de obras permite a obtenção de matéria-prima para compostagem e para a construção civil, mas, para o gerenciador de lixo, que não tem uma visão integrada dos resíduos sólidos, trata-se apenas de uma atividade a mais que só viria aumentar o seu serviço e custos”.

Continua, “essa visão integral dos resíduos sólidos implica a pesquisa de cada tipo de resíduo, sua origem, sua formação e estudos de destinações diferentes, para cada tipo de material, que deverá ser coletado individualizadamente; ou seja, a correta destinação depende, fortemente, de um serviço de coleta projetado para tal”.

Nas escrituras que existem por aí sobre lixo, essas frases do Darcy são fantásticas.

A Dra. Lúcia Sena, da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, num seminário realizado em Curitiba sobre taxas e tarifas de serviços de lixo, escreveu que “embora a utilização de instrumentos financeiros ainda seja incipiente na gestão ambiental do nosso país, podemos verificar o surgimento de algumas propostas de utilização desses instrumentos, que merecem ser analisadas; os projetos de política nacional de resíduos sólidos em tramitação na Câmara Federal, de uma maneira geral, falam do assunto sem, entretanto, estabelecer metas ou valores”.

Faço um rememorado rápido. Existem projetos de lei de autoria dos Deputados Fábio Feldman, Luciano Zica, Ivan Valente, Cunha Bueno, Fernando Gabeira, Paulo Paim, e do Senador Flaviano Mello. Não comentarei cada um individualmente por causa do tempo, mas dá para se perceber que existem muitos projetos em tramitação, porém o nosso país ainda não conta com uma legislação oficial sobre resíduos sólidos e urbanos.



A Dra. Lúcia fala que é necessário manter três princípios básicos: sustentabilidade, precaução e responsabilização.

Na sustentabilidade, temos de ter recursos financeiros suficientes para pagar a execução dos serviços. O princípio da precaução nos leva à prevenção da geração do lixo tanto quanto possível; ou seja, tentar evitar a produção, desde que isso conste na própria lei. O terceiro princípio refere-se à responsabilização pós-consumo do produtor pelos produtos.

Se esses três assuntos forem mantidos na legislação, que, porventura, seja aprovada, teremos, sem dúvida alguma, um bom exemplo para a nossa gestão integrada de resíduos.

Trazendo da própria Eliane, de Belo Horizonte, um dos bons modelos de gestão integrada no Brasil, se não o melhor, dá para perceber que os resíduos sólidos, por uma coleta diferenciada, permitem que se possa retirar material de feiras, mercados, podas, capinas, que são materiais biodegradáveis, a uma unidade de compostagem que geram composto – madeira, rejeito – e posso ter, então, unidades especializadas voltadas a essa linha dos resíduos.

Da mesma maneira, se tirarmos varreção domiciliar e comercial, os bagulhos volumosos, o hospitalar – que passa direto nesse sistema e vai a valas especiais em aterro, e o material de entulho -, podemos separar os grandes componentes dos resíduos sólidos urbanos e dar uma destinação adequada a eles.

Se isso for obedecido, a gestão integrada passa a ser um ponto de partida para o dimensionamento do pagamento dos serviços prestados.

Quero mostrar que isso é possível em Belo Horizonte, e uma pequena comunidade rural, com mil habitantes, perto de Cascavel, em Rio do Salto, adotou esse modelo e está executando a gestão integrada dos seus resíduos, desde que a matéria orgânica permaneça nas casas; o lixo reciclável vai a uma central de reparação, e o rejeito – aquela parte final – vai para o aterro sanitário da cidade maior, que, no caso, é Cascavel. Dessa forma, não sobra nenhum lixo na cidade.





Esse seria um fluxo da coleta coletiva, recentemente publicado pelo “Sempre”.

Quero chegar a uma conta que o Dr. Montenegro apresentou hoje pela manhã. Vamos ver os valores. A remuneração dos serviços de coleta, transporte, disposição final dos resíduos sólidos domésticos e comerciais.

Se partirmos de uma família com cinco pessoas, produzindo um quilo por habitante/dia, em 365 dias, teríamos aproximadamente 1.825 quilos por família por ano. Arredondando, duas toneladas por ano. Então, uma família produz em média 2 toneladas de resíduos sólidos por ano.

O custo da coleta, nas grandes cidades, é mais baixo; nas cidades menores, os custos são mais altos. Há um inversão. O custo da coleta pode girar em torno de 40 reais por tonelada. O aterramento, sem as obras de infra-estrutura, que geralmente ficam por conta da prefeitura, deve ficar em torno de 10 reais a tonelada. Então, teríamos o custo de 50 reais por tonelada, pela coleta, transporte e destinação final.

Assim, uma família deveria pagar, no mínimo, por ano, o equivalente às duas toneladas que gerou. Fazendo os cálculos, seriam 100 reais por ano e \$ 8,33 por mês. Se dividirmos per capita, chegaremos a 20 reais. O Montenegro falava hoje em 22 reais. Portanto, o custo no serviço de coleta, transporte e disposição final seria de 20 a 25 reais por pessoa por ano.

Essa remuneração mínima pode crescer em função da frequência da coleta, que pode ser diária ou em dias alternados. Se existirem leis ou determinações municipais que exijam uma coleta diária, os municípios são obrigados a fazê-la, mesmo que sejam entregues 300 gramas de lixo, em consequência da lei.

Portanto, a frequência da coleta, o volume e o peso coletados, o padrão social e econômico da população, são fatores que levam a um acréscimo, dependendo das condições.

Há também um decréscimo em função da frequência da coleta, do volume e peso coletados, do padrão social e econômico, e de programas de participação em coleta seletiva.

Se conseguirmos reduzir parte pela coleta seletiva, podemos reduzir o volume coletado pelo sistema, e isso passa a ser o ganho que o Professor Calderoni coloca no seu livro.

Temos aqui algumas informações do jornal da Semai – para ficar bem com o debatedor -, sobre uma instituição que, tradicionalmente, sempre trabalhou com água e esgoto, como nós na Abes; sempre fomos água e esgoto e agora estamos entrando no lixo.

Em Mairinque, São Paulo, a companhia de água Siagua, administrada pelo grupo Vilanova, estabeleceu padrões de medição da quantidade de lixo, fazendo uma correlação com o sistema de água.

Dá para ver ali que grupos econômicos – 5, 6 e 8 -, com números de medição em hidrômetros – 93, 94 e 91 -, dão um índice relacional de quilos de lixo por metro cúbico de água na ordem de 2,18, 1,96, 1,88; ou seja, uma média de dois. Para cada metro cúbico consumido, geramos dois quilos de lixo. É um estudo feito para a cidade de Mairinque.

Belo Horizonte diz que 4,82% do orçamento municipal de 1997 ia para a limpeza urbana; a taxa de limpeza urbana era cobrada na ordem de 75,10 por ano e 6,20 por mês, por domicílio. São números, mais ou menos, conformes com os que apresentei anteriormente.

Na cidade de Colatina, Espírito Santo, a limpeza urbana é administrada por uma autarquia municipal chamada Samauro; o serviço de água e esgoto é autônomo municipal, SAE. A idéia, agora, é fundir os dois sistemas, que passará a chamar Companhia de Saneamento Ambiental, e cobrar uma tarifa única de saneamento, água, esgoto e lixo.

O Departamento de Água e Esgoto de Penápolis, São Paulo, paga para o serviço terceirizado R\$ 50,76 por tonelada/coleta. Como o aterramento não é por



tonelada, ocorre um grande problema com os dados, uma vez que eles não vêm por tonelada, mas por hora de máquina alugada. Portanto, não é possível somar esses dois.

A varreção custa R\$ 27,86 por quilômetro varrido, e os resíduos do serviço de saúde custam R\$ 1.950 por tonelada.

De novo, a homenagem ao jornal da Semai, de onde foram retirados esses dados. Dá para se observar, no jornal, que um grande número de páginas está dedicado a resíduos sólidos. Isso demonstra que os órgãos tradicionais de água e esgoto, assim como a Sanepar, Sabesp, Itale, as próprias empresas de saneamento, estão tentando entrar na área dos resíduos sólidos urbanos.

Aqui temos Penápolis, Vitória da Conquista, Alagoinhas, na Paraíba. São dados colocados à disposição de todos os interessados no assunto.

Quero mostrar um estudo feito na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, divisa com Santa Catarina. Existia uma inadimplência de pagamento do IPTU, em que era lançada a cobrança da limpeza urbana. A média histórica de inadimplência no pagamento do tributo era de 50%; por conseqüência, a taxa de coleta de lixo, também. Se o imposto não era pago, logicamente, não se pagava o lixo.

Como, para a prefeitura, cobrar um valor baixo, não compensa, é preferível deixar a inadimplência como está. Então, o que se vê é não-pagamento do IPTU e não-pagamento da taxa de lixo.

Assim, nessa cidade, foi feito um estudo com a empresa distribuidora de água e esgoto, no caso, Sanepar, para ver como estava a situação dos consumidores de água. Deu para perceber os seguintes dados: de zero a 5 m<sup>3</sup>, por mês, de 5 a 8 m<sup>3</sup>, de 8 a 11 m<sup>3</sup>. Por esses dados, dá para perceber que 74% de consumidores concentram-se nas faixas de consumo até 11 m<sup>3</sup> por mês.

É nessa grande faixa que está, exatamente, a população que, consumindo baixo volume de água, é também aquela que participa da geração de lixo.



Foi feito um estudo do custo da coleta de lixo e, dividindo-se por esses números que aí estão, chegava-se a R\$ 3,04 por mês do serviço de coleta e aterramento.

Isso se fez em parceria com a Sanepar, e a cobrança passou a ser da água, esgoto e limpeza urbana. A Sanepar recolhe os três tributos, fica com o de água e esgoto e repassa, à prefeitura, o pagamento da taxa de lixo. Cobra 35 centavos pelo serviço de lançamento da conta e repassa o restante do dinheiro para a prefeitura. Com isso, a prefeitura recebe, terceiriza o sistema e paga em dia a empresa que executa o serviço.

Nesse caso de União da Vitória, dá para ver que a forma de cobrança passou a ser feita mensalmente junto com a fatura de água, baixando a inadimplência, de cerca de 50%, para menos de 1%, uma vez que a inadimplência da conta de água é menos de 1%. Com isso, foi conseguido um avanço na entrada dos recursos financeiros.

Aqui refere-se à mudança da base de cálculo utilizado para a cobrança da taxa de lixo. Por uma série de circunstâncias, os nossos promotores estão querendo, agora, discutir o que discutimos há 40 anos; se é taxa de água ou tarifa de água.

Há 40 anos, íamos a congressos de engenharia sanitária para discutir taxa e tarifa de água. Ultrapassamos tudo isso e, agora, estamos começando a discutir taxa e tarifa de esgoto. É um ciclo de 40 anos, mas, sem dúvida nenhuma, parece que os promotores de hoje esqueceram o passado. Isso está tudo registrado lá atrás.

Esse caso de União da Vitória demonstra que, no momento em que se muda a base de cálculo e desvincula do IPTU, pode-se avançar no processo de cobrança.

Acabamos de lançar na cidade de Cascavel um programa chamado Ecolixo. A cidade tem uma cobrinha, cujo nome é Cascavelita, que faz a promoção de todo o programa. É principalmente para chamar a atenção das crianças.



Aqui é como o sistema funciona na cidade de Cascavel, mas quero chegar a essa tabela seguinte. Foi feito um estudo inicial para verificar quanto custaria a coleta seletiva na cidade de Cascavel. Foram chamadas várias empresas privadas, porque não adianta querer pôr preço público, pois, nele, não se coloca quanto ganha o prefeito e o vice-prefeito, para diluir no custo indireto. Numa empresa em que pago por serviço prestado, sei, realmente, quanto custa a realização do trabalho.

No caso de Cascavel, foi feito um levantamento para verificar quanto custaria pôr todo o sistema em funcionamento. Ficaria em 41,8 mil reais por mês. Se houvesse uma coleta seletiva que elevasse a 240 toneladas por mês, o custo da tonelada chegaria a 174 reais.

O problema não é esse. Aí é que quero, justamente, ver onde podemos trabalhar custos. Se, com a mesma estrutura, eu consegui retirar, em vez de 240 toneladas, 300 toneladas por mês, vou ter o custo fixo dividido por 300 e a minha tonelada cai para 139.

Por outro lado, se eu consegui 360 toneladas, o mesmo custo lá de cima dividido por 360 dá 116 o custo de cada tonelada retirada na coleta seletiva.

Se o meu trabalho for ineficiente, vamos supor que eu tenha uma estrutura para retirar uma determinada quantidade e eu retirar só 60 toneladas por mês, o custo da tonelada vai, praticamente, a 700 reais por mês.

Então, a coleta seletiva, no meu entender, está relacionada à quantidade de material produzido por esse aparato que se monta para fazê-la.

Se chegarmos no valor de 174 reais, dá para colocar, no raciocínio do Professor Strebe, a coleta domiciliar a 40 reais; operação do aterro, 10 reais; comercialização dos recicláveis, 70 reais por tonelada. No final, estou com o custo da coleta seletiva de 54 reais.

Para tudo isso, está aí a nossa Carta Magna, que diz no Sistema Tributário Nacional dos princípios gerais, "... a União .... e os municípios poderão instituir os seguintes tributos: impostos, taxas e contribuição de melhoria".



Aqui vem toda uma seqüência de estudos feitos. Eu havia colocado, no meu documento, um trabalho feito pelo promotor público do Meio Ambiente do Estado do Paraná, Dr. Sanclair, mas, infelizmente, não dá para apresentar.

Existe um documento colocado pela Resol em rede recentemente, que é uma proposta do Deputado Mussa na tentativa de modificar nossa Carta Magna, possibilitando a cobrança de taxas e tarifas. Não se discutindo que taxa não é o pagamento da contraprestação do serviço, mas sim o direito de utilizar o serviço; a tarifa é aquilo de que sou beneficiado todo mês, todo ano ou todo dia. Então, pago uma taxa de água para ter direito a me conectar na rede, e pago uma tarifa pelo consumo da água.

Essa era a idéia básica. Gostaria de encerrar dizendo que já operei cidades onde não existe mais coleta de lixo. Os senhores podem dizer que fiquei louco. Mas o que acontece é que a população leva o seu lixo. Não tem mais caminhão de lixo na cidade, não tem mais sistema de coleta. Existem centros de separação, processamento e transferência de materiais.

Isso é no interior dos Estados Unidos, no Estado de New Hampshire, em Massachusetts. Lá, a população paga um selinho e tem o direito de acessar para desarmazenar o seu lixo naquele local. Não há, portanto, coleta de lixo. A pessoa pode dizer que não tem automóvel e não pode levar, mas pode contratar uma pessoa ou pedir para um amigo.

Assim, ele leva o seu esta semana, e, na outra, você leva o dele. Dessa forma, vivemos numa comunidade, trocando esse tipo de trabalho. Se nenhum dos dois tem recurso ou não quer aparecer para não saberem quanto bebeu de cerveja ou vinho, pode contratar estudantes de universidades, que são ávidos em ganhar um dinheirinho.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.



**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Quero agradecer o Professor Nicolau Bladen e passar a palavra ao Dr. Penido para falar sobre Gestão Integrada e Remuneração de Serviço.

**SR. JOSÉ HENRIQUE MONTEIRO PENIDO** – Deputados Rodolfo Costa e Silva, Jilmar Tatto, companheiros da Mesa, querido amigo Nicolau, amigos da platéia, é um prazer enorme estar aqui.

Saúdo a Assembléia Legislativa de São Paulo por estar desenvolvendo este Fórum São Paulo Século 21 e ter inserido um painel específico sobre resíduos sólidos urbanos.

Para nós que militamos nesse assunto há tantos anos – tenho até vergonha de confessar quantos são – é um prazer enorme; sendo carioca e estando numa Casa de Leis de São Paulo é mais que um prazer, é uma honra.

Gostaria de fazer algumas reflexões sobre esse tema de Gestão Integrada e Remuneração dos Serviços. Temos discutido tanto gestão integrada que vamos até perdendo o foco da questão em si.

Quando nós, “lixólogos”, começamos a falar de gestão integrada, estamos falando da operação do sistema como a Kátia já preconizava, há algum tempo, em Belo Horizonte. É a gestão integrada, desde o acondicionamento até a disposição final, passando por todas as etapas que conhecemos tão bem; separação na fonte se possível, transporte, transferência, tratamento se for o caso, e, até, disposição no solo, que é inexorável, como sabemos, mesmo que haja usinas de incineração, etc.

Colocamos o foco sobre essas questões e a interdependência dos diversos segmentos, que constituem o que chamamos, simplesmente, limpeza urbana. Nesse contexto, muito já foi discutido.

Sabemos perfeitamente como gerir um sistema de limpeza urbano; ele tem de estar integrado desde a forma do acondicionamento, da freqüência adequada de coleta, da conscientização das pessoas para que possam proceder a uma eventual

separação da fonte desses materiais, de uma transparência, quando o destino final é muito distante, do aproveitamento potencial da matéria orgânica.

Aliás, quero insistir, porque falamos muito em reciclagem de plástico, de latinha, mas não nos podemos esquecer que nosso lixo tem 55% a 60% de matéria orgânica, e isso, sim, faz diferença na disposição final no solo.

Quero aproveitar e fazer um pequeno parêntese sobre esse assunto, para que possamos atacar as coisas no local certo. Uma simples compostagem a céu aberto, com uma prévia, ou não, fragmentação da matéria orgânica contida no lixo pode reduzir em 50% o volume que vai ao aterro. E o material vai praticamente inerte, estável, com um potencial contaminante muito pequeno.

Tem um folhete editado pela GTZ, uma agência de cooperação alemã, onde há um pequeno comentário no final dizendo “se você não for fazer nada com o lixo, pelo menos, faça compostagem”. Isso realmente tem um valor incrível.

Eu sou um defensor do uso do composto orgânico, acredito ser um insumo energético formidável para um país que poderia ter uma vocação agrícola como nós, mas o êxodo da zona rural foi muito grande, como foi comentado aqui.

A compostagem é sensacional como redução do potencial contaminante do lixo e como redução do volume e peso do lixo que vai ser disposto no solo.

Esses são os pontos que, normalmente, todos discutem, e discutem à exaustão, nos nossos encontros sobre resíduos sólidos.

Estou preferindo comentar uma outra integração na gestão do lixo – porque essa, nós que militamos no meio, sabemos bem da necessidade de implementá-la – que é a integração entre as diversas esferas de poder: União, estados e municípios.

Vários palestrantes que me antecederam comentaram a ausência de uma política. O Nicolau mostrou que há seis ou sete projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, dispendo sobre algumas coisas de resíduos sólidos.

Há uma proposta do Conama, que seria enviada pela União como um projeto de lei do Executivo ao Legislativo, tentando englobar todos esses projetos de lei para ser aprovada no Congresso. Para isso, seria necessária a retirada dos sete





projetos de lei em tramitação, para que um só consolidasse todas essas idéias e fosse aprovado em plenário.

É um projeto muito interessante, foi discutido no Conama, e pareceu-me bom numa primeira avaliação. Inclusive, ele está disponível nessa *homepage*; quem quiser pode pegar o folheto sobre tudo que você gostaria de saber sobre o lixo e nunca soube onde encontrar. Aqui tem o projeto de lei e julgo importante termos conhecimento dele, até para poder criticá-lo.

Nós temos a União que não tem uma política definida sobre gestão de resíduos sólidos. Quantos são os estados brasileiros que têm um política estadual de resíduos sólidos? Alguém aqui sabe responder? Tem algum? O Rio de Janeiro não tem. São Paulo também parece-me que não tem.

**SR.** – O Rio Grande do Sul tem.

**SR. JOSÉ HENRIQUE MONTEIRO PENIDO** – O Rio Grande do Sul tem. Podemos contar em poucos dedos em uma das mãos, são poucos estados em nosso país.

Quantos são os municípios que têm um simples regulamento de limpeza urbana, que é uma peça-chave para uma boa gestão de resíduos sólidos? Sabemos que a responsabilidade principal da gestão do lixo é do município.

Quantos são os municípios que têm um simples regulamento de limpeza urbana? Aliás, é uma coisa fundamental, pois são atribuídas penalidades; não que a penalidade seja essencial, mas também é importante, ao lado de um programa de conscientização e sensibilização da sociedade, o cidadão saber que, se fizer alguma coisa errada em relação à limpeza de sua cidade, será punido por isso.

Pouquíssimas cidades têm um regulamento de limpeza urbana. Isso, geralmente, está no código de posturas, diluído entre milhares de outros problemas e outras questões tratadas no nível da cidade.



Do ponto de vista de gestão integrada, há uma desintegração muito grande nas diversas esferas de poder de nosso país. É preciso costurar isso. Vemos que há iniciativas e estamos vivendo um momento precioso, que é cíclico.

Nós que trabalhamos com o lixo há tanto tempo observamos que resíduos sólidos, de vez em quando, entram numa baixa terrível e ninguém fala do assunto. De repente, como a Kátia disse, o Programa Lixo-Cidadania – que foi uma alavanca importante para falarmos do nosso segmento – gerou uma quantidade fantástica de informação na mídia, e, agora, lixo é a bola da vez.

Lixo também é saneamento básico, com todo respeito à água e esgoto. Geralmente, falam “no saneamento básico, água e esgoto ...”, e ficamos esperando para ver se vão falar do lixo, mas não falam. Mas lixo, água, esgoto, controle de vetores, drenagem também são saneamento básico.

Tivemos agora um seminário em Porto Seguro, Silubesa, um simpósio luso-brasileiro de saneamento básico, e foi surpreendente, porque, pela primeira vez, em 400 ou 500 anos de lixo, ele deu mais trabalho técnico que esgoto. Isso é absolutamente surpreendente. Temos visto, em nossos congressos da Abes, que lixo entra como um percentual muito pequeno.

Lixo está sendo muito falado, estamos no pico e temos que aproveitar esse momento para sensibilizar as Casas Legislativas do governo central, dos governos estaduais e mesmo de nossas Câmaras Municipais, para que comecemos a produzir, leis, decretos, regulamentos ou portarias que possam ordenar um pouco a gestão do resíduo sólido.

Outro tema muito importante a ser discutido em nosso encontro é a remuneração dos serviços. Eu dividiria esse assunto em três vieses. Primeiro, como se cobra da população o serviço que lhe é prestado; segundo, quanto custa esse serviço, de que forma pode ser prestado e como pode ser avaliado para que seja cobrado da população; terceiro, que formas de subsídio ou de receitas indiretas o nosso segmento pode produzir para tentar viabilizar a sua auto-sustentabilidade. Esses três pontos são fundamentais.



Com relação à forma de cobrança – o Nicolau já tocou nesse ponto, que julgo importantíssimo -, como estamos hoje? Muito mal, eu diria. No Rio de Janeiro, já houve a tarifa de limpeza urbana.

Quando entrei na Comlurb em 1977, cobrava-se a tarifa de limpeza urbana e quem arrecadava era a Comlurb. A Comlurb – Companhia Municipal de Limpeza Urbana – é uma empresa, uma sociedade anônima, da qual o município detém 99,999% das ações; o Metrô tem uma ação, o Sedai tem uma. Isso é só para completar os sete acionistas fundamentais que a lei das S.A. exige, mas é uma empresa que pertence ao município.

Na época, ela possuía uma arrecadação própria da tarifa, uma vez que a tarifa vem para a própria empresa arrecadadora, e isso era importantíssimo, porque lhe dava uma autonomia financeira e administrativa formidável.

Essa tarifa caiu. Todo mundo imagina que, no Rio de Janeiro, isso aconteceu, porque não era um serviço medido, visto que não se podia medir o lixo cada vez que o recolhesse, assim como a água é medida por um hidrômetro.

Ela caiu porque era um serviço relacionado à saúde e, como tal, não poderia ser tarifa; teria que ser taxa e um serviço potencialmente oferecido à população. Então, todo mundo paga a taxa, mesmo que o caminhão da Comlurb não passe pela sua porta. Mesmo um terreno baldio que não gere lixo paga a taxa, porque é um serviço, potencialmente, oferecido à população.

Ou seja, não vai depender de mim. No Rio, por exemplo, posso fechar o hidrômetro da Sedai e dizer que vou furar um poço, que não quero pagar água, não vou consumir a água da Sedai e vou consumir a água do meu subsolo. No lixo, não tem jeito. Mesmo que eu não produza lixo, mesmo que coma o lixo que eu produza, vou ter que pagar uma taxa de limpeza urbana.

No ano passado, começou a haver, em vários municípios e estados, ações de inconstitucionalidade sobre a taxa de limpeza pública, porque não é um serviço medido. Eu não posso medir a sujeira da minha calçada e quantificar em valor para ser cobrado; o Executivo não pode fazer isso.



Assim, a taxa de limpeza pública teve de ser transformada em taxa de coleta de lixo. Primeiro, dividimos o orçamento da Comlurb, que era de 300 milhões de reais por ano, e verificamos o que era coleta e o que era limpeza pública, limpeza de logradouros.

A Comlurb, além de coletar, transferir e dispor o lixo, limpa 46 quilômetros de praia por dia; limpa o espelho d'água de todo o complexo de lagoas do Rio de Janeiro, que não é pequeno, vem desde a lagoa Rodrigo de Freitas até todo o complexo de lagoas da Tijuca; limpa, higieniza e coleta o lixo de todos os hospitais, além dos três hospitais municipais, o Lorenço Jorge, o Souza Aguiar e o Miguel Couto; faz o controle de vetores, ou seja, de ratos, baratas, mosquitos, e temos até convênio com o SUS para fazer o controle do *Aedis aegyptis*, da dengue, etc.

Portanto, havia muita coisa embutida e era preciso separar isso daquilo que era o custo da coleta, porque, da coleta, poderíamos instituir uma taxa. Hoje, no Rio de Janeiro, prevalece a taxa de coleta de lixo, cuja arrecadação cobre apenas um terço do custo da Comlurb. Não dá.

Isso significa que os outros dois terços estão saindo de outros locais do orçamento municipal, e de prioridades que o município tem em atendimento à saúde, educação, etc.

Quanto à viabilização de um mecanismo de cobrança dos serviços, que nós já vimos aqui, o Montenegro deu um chute, o Blader deu outro e eu tenho um outro chute para dar. Eu digo chute, porque ninguém sabe quanto custa, realmente, um serviço de limpeza urbana, pela diversidade dos fatores que atuam em cada cidade e a diversidade da forma com que cada serviço é executado.

Quando se diz que um serviço de coleta em Curitiba custa 40 reais, e, no Rio de Janeiro, 50 reais, não significa que o do Rio de Janeiro seja mais caro que o de Curitiba. Temos que analisar e decodificar tudo que está embutido nesse sistema, até a topografia da cidade, a concentração demográfica da cidade, as condições de calçamento das vias públicas. Tudo isso influi nesses custos.



Digamos que seja na faixa dos 50 reais que o Montenegro falou. Eu peguei a do Rio de Janeiro e fiz uma conta simples. A Comlurb, com todos esses serviços que eu falei, custa 23 milhões de reais por mês. Quanto é que dá por habitante por mês? Quatro reais. Chegaríamos aos quatro vezes 12, e daria 48, 50 reais por habitante por ano.

Não sei se é muito ou pouco, mas tem que ser cobrado de alguma forma. E como? Aí entram os mecanismos que o Nicolau falou. Seria ideal colocar a conta da Comlurb, a conta da taxa de limpeza urbana, junto de uma conta de água ou uma conta de energia elétrica. Mas isso, meu caro Nicolau, é inconstitucional.

Você não pode condicionar o pagamento de uma taxa de outro serviço que não é pago; você não pode cortar o fornecimento de água, porque o sujeito não pagou ou não quer pagar a taxa de coleta de lixo embutida em um mesmo boleto de cobrança. Isso é absolutamente inconstitucional.

Era o sonho de todos fazer isso, mas é muito difícil. A inadimplência é muito grande. A inadimplência do IPTU, em que está embutida a nossa taxa de limpeza urbana, é grande e, evidentemente, o Tesouro Municipal não recolhendo esses valores começa a apertar o garrote na Comlurb. Portanto, somos obrigados a reduzir cada vez mais o nosso orçamento.

Para dar uma idéia, estamos há três anos com o mesmo orçamento, como se não tivesse havido inflação no Rio de Janeiro.

Mas é oportuna a discussão; é uma discussão quase sem fim. Temos uma proposta que foi anexada, como o Nicolau mostrou, no relatório do Mussa Denis, criando mecanismos de cobrança da nossa tão desejada tarifa de limpeza urbana. Acredito que essa seja a forma de viabilizarmos a auto-sustentabilidade desse serviço importantíssimo de saneamento básico.

Muito obrigado.



**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Agradecendo ao Dr. Penido pela brilhante exposição, passarei a palavra ao Dr. Antônio da Costa Miranda, para fazer suas considerações.

**SR. ANTÔNIO DA COSTA MIRANDA NETO** – Boa-tarde a todos. É uma honra e um prazer para o Semai poder dar continuidade ao nosso trabalho conjunto com o Grupo de Recursos Naturais e Meio Ambiente do Fórum São Paulo Século 21.

Farei uma rápida apresentação da Semai. Temos “a boca torta” pelo uso prolongado “do cachimbo” da água e do esgoto. A Semai nasceu há 15 anos, congregando as autarquias municipais de água e esgoto do Brasil; hoje são 1.700. Procuramos e lutamos e por isso.

Estão de parabéns todos os que militam nos resíduos sólidos, porque vão desentortando nossa boca aos poucos. Aqui, contamos inclusive com duas das pessoas principais responsáveis pela introdução dos resíduos sólidos na agenda da Semai, que são Kátia e Sonia Lima. Elas, não verdade, têm dupla militância, pois fazem parte da militância dos resíduos sólidos na Abes e também na Semai, o que para nós é motivo de orgulho.

Além do serviço de água, esgoto e resíduos sólidos, congregamos também um quarto componente do saneamento, que é a drenagem urbana. Os serviços de drenagem estão aos poucos se incorporando na nossa entidade, e assim procuramos trabalhar, na prática, concretamente, o velho conceito do saneamento, que reúne todas essas disciplinas.

Eu gostaria também de aproveitar a oportunidade para apresentar rapidamente o Semasa, Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André, onde eu trabalho.

O Semasa procura aplicar uma terceira versão da integração. Foi aqui colocada a gestão integrada do ponto de vista da operação, a questão da integração



do ponto de vista dos níveis de poder municipal, estadual e federal, e nós procuramos trabalhar a integração das disciplinas do saneamento.

O Semasa é a primeira autarquia de razoável porte do Brasil a abrigar os serviços de água, esgoto, lixo e drenagem. O serviço de resíduos sólidos foi o último a se incorporar em julho do ano passado.

Temos vivido todos os problemas e todas as inquietudes que já foram aqui colocadas sobre a sistemática de cobranças, sobre como garantir o financiamento dos serviços e agora temos esse novo desafio: como integrar, do ponto de vista da agenda, as prioridades do abastecimento d'água, do esgotamento sanitário, da drenagem urbana e do lixo, que se interdependem. Estamos tentando descobrir isso e não temos as respostas ainda.

Tivemos uma boa marca nos mês passado, que foi expandir a coleta seletiva a 100% do município. Desde o mês passado, o mês de abril, atendemos com coleta seletiva os 650 mil habitantes da cidade. Isso é uma característica peculiar de Santo André, uma cidade extremamente urbanizada, que tem um nível de renda per capita relativamente alto, comparado com a média nacional, o que permite algumas ousadias dessa natureza.

Temos também a preocupação de controlar, administrar as nossas prioridades através de um sistema gerenciado por indicadores de qualidade. Estamos, nesse momento, construindo indicadores de eficiência gerencial, principalmente por avaliações feitas pela população, desde observações mais objetivas até questões mais subjetivas.

Evidentemente, todo o pioneirismo, no caso da gestão integrada dos serviços de Santo André, implica acidentes de percurso, em tentativas malsucedidas, mas, justamente por isso, estamos tão atentos a todos esses debates que estão acontecendo no Brasil, para que possamos agregar e rapidamente incorporar à nossa realidade.



Entrando mais especificamente nas observações feitas pelos dois palestrantes, aliás duas brilhantes exposições, eu gostaria de pontuar algumas coisas.

Em primeiro lugar, essa discussão da taxa e da tarifa realmente é terrível. Estamos vivendo esse dilema, não só no setor dos resíduos sólidos, mas também no serviço de água e esgoto. Está aqui o Deputado Rodolfo Costa e Silva, que teve seus bens bloqueados pela Justiça no ano passado, não por alguma razão que macule a sua honradez, mas simplesmente porque a Sabesp cobrava uma tarifa de esgoto no município de Avaré. O promotor de Justiça entendeu que não se podia cobrar tarifa de esgoto, teria que ser cobrada taxa. O juiz, em primeira instância, entendeu que o promotor estava correto e criou esse problema. Não é o Rodolfo a única vítima dessa situação. Vários dirigentes de saneamento do Brasil, de serviços municipais inclusive, têm sofrido esse mesmo tipo de problema.

O argumento principal, e aí remete a essa discussão que estamos tendo aqui, é o da compulsoriedade do serviço. É muito estranho. Se o serviço de esgoto é serviço compulsório, por que a água não é compulsório também? Se água é saúde, por extensão conceitual, esgoto e resíduos sólidos também são, porque todos são componentes do saneamento e são serviços essenciais.

Poderíamos então deduzir que todos os serviços de saneamento – água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem – teriam que ser cobrados através de taxas? Entendendo por taxa aquela fração fixa que não varia de acordo com o consumo ou com a intensidade de uso do serviço.

Os advogados, e aqui temos um eminente jurista, têm posições das mais diversas a respeito desse assunto. Também procuramos o deputado Mussa para conversar a respeito dessas nossas inquietações e chegamos a formular uma proposta que está dentre as que deverão ser apreciadas quando o projeto de lei for ao senado federal.

Já fica uma proposta de articulação entre todos nós, para que atuemos conjuntamente. Essa proposta que a Semai encaminhou introduz a possibilidade de





cobrança de uma taxa de drenagem também, para que se viabilize o financiamento – porque é altíssimo o volume de investimento em drenagem – e encerre essa polêmica constitucional.

O segundo aspecto é com relação, mais especificamente, à fala do Penido. Penso que deveríamos investir um pouco mais nessa experiência da Sanepar a que o professor Nicolau se referiu. Não necessariamente pelo aspecto de um serviço municipal procurar uma companhia estadual – isso é perfeitamente possível e até recomendável em muitos casos -, mas pela cobrança da taxa de lixo na mesma conta de água e esgoto.

Se raciocinarmos que não se pode cortar um serviço pela inadimplência de um outro, esse mesmo raciocínio vale para água e esgoto. Se enxergarmos como independentes as disciplinas água, esgoto, lixo e drenagem, por extensão de seu raciocínio, não poderíamos cortar a água de quem não paga o esgoto. Na verdade, as taxas são integradas.

Que haja um esforço de todos nós para tentarmos viabilizar. Aliás, esse foi o modo pelo qual a grande maioria dos países desenvolvidos resolveu a sua cobrança. Tivemos oportunidade, há pouco mais de um mês, de conhecer algumas experiências canadenses, que se dão ao luxo de nem sequer cobrar tarifa de água e esgoto. Os custos de água e esgoto são cobrados, em uma parte significativa do Canadá, dentro do que chamamos aqui de IPTU.

Ficamos estarecidos e perguntamos se alguém lia os hidrômetros. E eles perguntaram: “Que hidrômetros?” É um nível de conscientização que nós, infelizmente, estamos longe. Além do que, eles têm uma oferta de água extraordinária.

Dentro da nossa realidade, com o tipo de questões e problemas que temos a enfrentar, se não procurarmos viabilizar as soluções que, operacionalmente, são mais fáceis, ficará difícil o avanço institucional.

Gostaria de finalizar essa intervenção, provocando os dois palestrantes em uma quarta integração – falamos em três conceitos anteriores de integração – que é



a do lixo visto como ação de saúde pública, portanto, integrado ao controle social dos serviços de saúde.

Temos discutido muito, no nosso meio de água e esgoto, a necessidade do controle social do serviço. Não defendemos a situação do serviço público tal como está; todos nós sanitaristas que militamos nas entidades representativas do setor e até mesmo os autônomos não defendemos a manutenção de um serviço público de água e esgoto que não preze pela qualidade do serviço, que não tenha satisfações a prestar aos seus consumidores e que não se submeta, portanto, ao controle social.

Em que medida a gestão integrada dos resíduos sólidos poderia se incorporar dentro dessa proposta de controle social que hoje se discute para o serviço de água e esgoto? Vou ainda além. Em que medida não seria comportado esse controle social dentro dos conselhos municipais de saúde? A questão dos resíduos sólidos vista como questão de saúde pública entre outras ligações que evidentemente existem.

Ficam as questões de como articular melhor uma proposta de reforma tributária que contemplasse as nossas necessidades, de como caminhar na direção da viabilização de uma integração entre as várias disciplinas do saneamento, usando como paradigma não o que se queira alcançar, mas algo que se está praticando, como o caso de Santo André, e como incorporar a questão dos resíduos sólidos na discussão do controle social dos serviços de saneamento.

Não poderia finalizar sem cumprimentar o Fórum São Paulo Século 21, e, em particular, a Assembléia Legislativa na pessoa do deputado Rodolfo Costa e Silva, por essa iniciativa extraordinária. Esperamos que isso se desdobre na continuidade de debates específicos em relação aos resíduos sólidos, e que também se amplie para os outros setores dos serviços públicos.

Muito obrigado pela atenção.



**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Passarei a palavra ao Dr. Nicolau e ao Dr. Penido, para que façam suas considerações sobre as colocações do presidente da Semai. Logo em seguida, iremos para o bloco seguinte, no qual serão formuladas perguntas.

**SR. NICOLAU BLADEN** – Acredito que essa última colocação, a quarta proposta, é, sem dúvida, um dos caminhos. Sempre existem caminhos que ainda não foram trilhados e, no momento que descobrimos esse caminho, as coisas se modificam.

Vejo que existe uma possibilidade simples da matemática, que é o estudo da correlação. Temos estudos feitos que relacionam a temperatura com o número de casos de doenças respiratórias, aceitas internacionalmente pela saúde pública, pelos organismos que trabalham e operam a saúde pública.

Pode-se perguntar o que tem a ver a temperatura com a doença. Existem estudos que nos permitem estabelecer curvas ou traçados de curvas que mostram a diferença entre um e outro ou a similaridade de um com o outro. Posso dizer que, quando a temperatura sobe ou quando a temperatura desce, o número de determinadas doenças cresce ou sobe. Às vezes, é o inverso; quando a temperatura sobe, o número de doenças cai.

O estudo da correlação é um estudo que me parece vencido por todos os estudiosos. Isso me permite dizer que, se estudarmos uma correlação do volume de água com a quantidade de lixo, como foi feito em Mairinque, ou se estudarmos o problema do volume de água com o lixo, como foi feito em União da Vitória, podemos estabelecer curvas. Universidades podem fazer esses estudos, e podemos chegar a essa correlação.

Tive oportunidade de conversar com o Dr. Ivan Estribi, no final do ano passado, em Brasília, quando chegava um técnico da Organização Pan-Americana de Saúde, para começar no Brasil um estudo de correlação entre lixo e produção do *Aedis aegyptis*, o agente transmissor da dengue.



Se posso fazer um estudo de saúde pública para dizer que cidades que têm lixo a céu aberto, pneus expostos, nas quais a dengue, através do mosquito, se estabelece, por que não estabelecer um programa efetivo que determine uma linha de trabalho no Brasil, em que possamos estabelecer correlações entre cidades limpas e cidades sujas, e estabelecer correlação com saúde pública?

Poderíamos ter esse fator de agregação. Parece-me que os promotores e a Justiça estão em busca de uma coisa que eles não entendam, para que possamos enganá-los de uma maneira mais forte. No fundo, é isso o que acontece.

É tão simples entender que precisamos de recursos financeiros para pagar a execução do serviço; se não tivermos isso em forma de taxa ou tarifa, não adianta termos leis excelentes em nível nacional, estadual e municipal, se não há recursos financeiros para pagar o sistema.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Tem a palavra, o Dr. Penido.

**SR. JOSÉ HENRIQUE MONTEIRO PENIDO** – O que foi apresentado pelo Nicolau como cobrança de taxa de lixo junto é o nosso sonho de consumo. Eu adoraria isso, mas no Brasil existe uma questão jurídica. Porém, quem sou eu para falar de leis numa Casa de Leis e com juristas presentes? Mas uma lei vige até que seja declarada a sua inconstitucionalidade.

Esse sistema de cobrança está em vigor porque ninguém do povo se insurgiu contra isso, mas é extremamente frágil. Uma cidade como o Rio de Janeiro ou como São Paulo não poderia nem ousar propor uma coisa dessa, porque seria destruída no nascedouro.

Não que eu seja contra. Eu acredito que é uma forma sensacional de cobrança e de garantia de que os recursos para o nosso setor venham de forma contínua e compatível com os custos.

Com relação à quarta integração, como você falou, creio que seja perfeita. Concordo inteiramente com o que o Nicolau falou e eu mencionaria ainda uma



quinta integração, que esqueci de mencionar, que é a integração da limpeza urbana com os outros setores de atividades do município, da qual faria parte a própria Secretaria de Saúde, a Secretaria de Obras, pois uma rua limpa não é uma rua que não tem lixo; é uma rua com a calçada arrumada, com a boca-de-lobo no lugar, com as fachadas pintadas, com a árvore bem podada. Tudo isso é limpeza urbana; é a aparência; é o que dá prazer da pessoa morar numa cidade.

A limpeza urbana é o serviço que mais interface tem com a população. O fiscal da água só vai na sua casa porque quer aborrecer você; ele quer medir a quantidade de água consumida; o da luz, idem. Já o gari que passa na sua casa está prestando um serviço a você; ou está limpando a sua calçada ou está levando uma coisa indesejada, que é o seu lixo.

Portanto, é uma figura benquista e tem de ser aproveitado como um agente da limpeza urbana pela própria prefeitura e pelos outros serviços municipais, mas não é o que ocorre. Ele pode, por exemplo, dizer onde tem uma calçada arrebitada, onde está faltando uma boca-de-lobo, onde tem uma iluminação deficiente, ou um galho partido de uma árvore.

A integração entre Secretaria de Transporte, Secretaria de Saúde, Secretaria de Serviços Públicos ou Secretaria de Obras é fundamental e muito pouco explorado pelas prefeituras.

No caso de Santo André, onde está havendo a integração dos dez segmentos do saneamento básico em um só órgão, eu, já experimentado com a pouca força da limpeza urbana e gestão de resíduos sólidos, olho com alguma desconfiança.

Como fica se a receita for única e tiver que dividir entre água, esgoto e lixo? A água é essencial à vida; o esgoto ninguém quer ficar com ele dentro de casa; já o lixo, o sujeito joga do outro lado da rua e alguém vai tirar. Eu tenho medo de que, na repartição da receita de um organismo que englobe todas essas atividades, o lixo acabe ficando, como sempre ficou, sendo o “primo pobre” do saneamento.

É a única ressalva que faço a essa integração que Santo André está propondo. Mas creio que vamos acompanhar com o maior interesse para ver como



você vai lidar com essa dificuldade, como vai gerir um orçamento, sendo quatro segmentos disputando a braço a maior fatia. Que critérios serão escolhidos para repartir o bolo? Você poderá nos transmitir essa experiência.

**SR.** – Deputado, esqueci de fazer uma citação e fui, corretamente, advertido pelo Fernando Portela, do Instituto de Governo e Cidadania do ABC. Além dos quatro segmentos de saneamento que o Semasa hoje está englobando, tem um quinto que é fundamental e, inclusive, está sendo eixo da nossa determinação de políticas. É a gestão ambiental.

O Semasa, além da água, esgoto, lixo e drenagem urbana, é também uma autarquia de gestão ambiental. Eu havia me esquecido de incorporar, porque estava preocupado apenas em focar na disciplina do saneamento.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Quero agradecer aos palestrantes e pedir a eles que aguardem para o debate final.

Agora, vamos abrir o nosso último bloco, “Sustentabilidade econômica e o controle pelos agentes sociais”. Antes de iniciarmos, vamos chamar os palestrantes.

**SR.** – Convidamos O Sr. Ronaldo da Mota, representando o Ipea, a Sra. Ana Lúcia Bahia Lopes, da Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais, o Dr. Hugo Marques da Rosa, presidente do comitê do Alto Tietê, o Sr. Antônio Marcília Neto, presidente da Abes Nacional, e a Sra. Marilena Lazarini, do Idec, Instituto de Defesa do Consumidor.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Antes de iniciar este bloco, passo a palavra ao Deputado Jorge Caruso, Presidente da Comissão de Meio Ambiente para tecer algumas considerações.



**SR. JORGE CARUSO** – Boa-tarde a todos. Quero cumprimentar os senhores conselheiros do Fórum Século 21, temário Meio Ambiente, os Deputados Rodolfo Costa e Silva e Jilmar Tatto, pela coordenação do grupo.

Atualmente, como presido a Comissão do Meio Ambiente, sabemos da importância do tema. Quero apenas fazer alguns comentários pertinentes a isso.

Parece-nos óbvio que técnica, para a questão dos resíduos sólidos, no Brasil, há. Isso ficou bem claro. O problema maior se reveste na questão da integração dos setores, na integração daquilo que é melhor, mais especificamente, na vontade política.

Foi citado, ao final, um dado interessante com relação à participação da Secretaria de Saúde, que creio ser fundamental, assim como também é fundamental a participação da Secretaria da Educação, porque, sem a conscientização da população a respeito dos resíduos, programa algum terá sucesso.

O difícil é fazer essa conciliação. Foi dado um exemplo, na parte da manhã, em que se discutia a questão dos aterros sanitários e, num dado momento, um prefeito se levantou e disse: “Desde que não seja na minha cidade, pode fazer aterro onde quiser.”

Portanto, mais do que uma parte técnica, cabe a esse Fórum mostrar aos titulares do Poder Executivo que a sociedade está mobilizada, procurando um consenso acima de tudo. Enquanto tivermos – dando um exemplo chulo – um governador falando que a culpa da violência em São Paulo é do prefeito, o prefeito atribuindo a culpa ao governador, e os dois jogando, indiretamente, essa culpa ao Presidente, não se resolverá nada.

Enquanto as pessoas não se sentarem à mesa, reconhecerem seus erros, as suas fragilidades, e ajustar um ponto comum, não vamos, realmente, ter um objetivo em qualquer programa que seja.



Aqui fica o recado da Presidência dessa Comissão. Falando mais em meu nome próprio do que em nome dos demais membros, quero agradecer a presença de todos e a oportunidade de estar aqui com os senhores.

Muito obrigado.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Passo a palavra ao Dr. Ronaldo Seroa da Mota, para falar sobre Propostas de Instrumentos Econômicos para a Redução do Lixo Urbano no Brasil.

**SR. RONALDO SEROA DA MOTA** – Inicialmente, gostaria de agradecer o convite para estar aqui discutindo esse tema, e dizer que estou-me sentindo privilegiado por ter ouvido exposições realmente muito boas. Gostaria ainda de parabenizar os organizadores por essa iniciativa.

Vamos ver, inicialmente, algumas transparências. Como sou economista, estou-me sentindo como um peixe fora d'água. A minha inserção nessa área foi devido aos estudos que temos no IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -, uma fundação de pesquisa do Ministério do Planejamento, onde há uma área de estudos ambientais econômicos.

Há alguns anos iniciamos uma série de estudos sobre instrumentos econômicos na gestão ambiental. Isso ocorreu devido à grande ênfase dada em alguns países sobre a utilização de preços para gerar incentivos ao controle ambiental na área privada.

Um dos temas privilegiados foi a gestão de resíduos sólidos. Mais, particularmente, os incentivos à reciclagem.

Esta transparência parte da discussão que tivemos anteriormente sobre as questões de financiamento e dos incentivos à reciclagem, e como podemos fazer isso dentro dos instrumentos disponíveis da política pública.



A primeira expressão –  $w=y-r$  – é do conhecimento de todos, mas é importante porque vou tentar discutir os instrumentos econômicos para cada uma daquelas etapas.

W é o nível de resíduos que não é reaproveitado por uma sociedade; são dados pela diferença entre o nível de geração desse material menos o que é reciclado, que não é reutilizado. Não colocarei os três “erres” reciclado, reutilizado, reaproveitado. Reciclado, os senhores entendam como aquilo que volta ao sistema produtivo e não vai para a disposição final.

Na verdade, do ponto de vista privado, a geração de resíduos depende da demanda, do padrão de consumo da sociedade. Sabemos que no Brasil, nos últimos anos, tivemos uma mudança bastante interessante na composição do lixo. Isso é dado pela demanda que a sociedade tem do tipo de matéria-prima, tipo de embalagem que os produtos têm.

Basicamente, é a preferência dos consumidores que orienta essa quantidade de resíduos que, potencialmente, retornarão ao meio ambiente.

A reciclagem tem uma dinâmica privada própria. O nível de reciclagem no Brasil, como em todos os países, não é zero; ou seja, é uma reciclagem que gera lucros privados. Por isso, alguns agentes econômicos têm interesse em fazê-lo.

A diferença entre o nível total de resíduos menos a reciclagem é o que vai para a disposição final; ou seja, é aquilo que vai dar problema para o Penido na Conurb, porque ele tem que coletar.

Foi aqui discutido que isso deveria ser financiado. Como foi colocado – eu não sou jurista, mas tentei entender o capítulo tributário da nossa Constituição – a limpeza urbana terá de ser mesmo através de taxas, uma vez que não se mede o lixo não por ser uma coisa impeditiva, mas sim por ser difícil. Portanto, já que o lixo não é medido, o volume e o peso não podem ser identificados, realmente, teria de se usar a taxa.

Não vou entrar na discussão de financiamento da limpeza urbana, porque foi, brilhantemente, discutido antes. Inclusive, o meu trabalho é mais como posso atuar

em  $r$ . Uma vez atuando em  $r$  e em  $y$ , diminuo  $w$ . Se eu diminuir  $y$  e aumentar  $r$ , eu diminuo  $w$ , diminuo as necessidades de financiamento da limpeza urbana. De alguma forma estamos falando também de financiamento dos custos da área de limpeza urbana.

Não me vou estender na questão de “Como financiar a coleta e disposição de  $w$ ”, mas sim como minimizar  $y$  e como expandir  $r$ . Como posso criar incentivos para que os agentes econômicos decidam gerar uma quantidade de resíduos sólidos menor; como crio incentivo para que esses mesmos agentes tenham interesse em reutilizar, reaproveitar, reciclar esses resíduos que eles tendem a gerar.

Do ponto de vista teórico, os agentes econômicos têm uma atitude que os economistas chamam de racional – para alguns, é considerada irracional – em que procuram maximizar o seu bem-estar individual; tendem a fazer aquilo que custa menos e gera maior satisfação.

Quando vamos ao supermercado, compramos o melhor produto pelo menor preço. Não conhecemos ninguém que vá ao supermercado, olhe o camarão VG a 5 centavos o quilo e diga que só vai comprar dois quilos e deixar o resto para as outras pessoas. Pelo contrário, ele compra o máximo que pode.

Temos essa racionalidade individualista, que pode até levar, em alguns casos, a uma eficiência econômica maior, a um bem-estar social. Mas em outros casos – e tipicamente um deles é a questão ambiental -, não temos essa eficiência social dada à racionalidade individual, não por as pessoas serem delinquentes ambientais, ou maus-caracteres, mas sim, porque na questão ambiental temos um problema de externalidade, como dizem os economistas, em que posso não comprar o camarão, pensando no resto da fila, mas o indivíduo atrás de mim compra tudo. Ou seja, todo o sacrifício que fiz em poupar o meu consumo, não tenho garantia de que outros farão.

Como conseguir que as pessoas tenham algum tipo de incentivo para que essas atitudes individuais sejam, realmente, em benefício social? Uma delas, segundo os economistas, é mexer no bolso dos indivíduos.



Já que estamos minimizando o custo e maximizando satisfação, então, vamos criar um custo para as atitudes que consideramos anti-sociais. Não estamos falando de multas, punições, porque essas são sanções sobre atitudes ilegais ou ilícitas. Não é esse o caso.

Imaginamos, por exemplo, que todos tenham direito a comprar um anel numa caixa enorme de papelão e o direito de jogar isso no lixo. Esse é o direito permitido pela legislação. A questão é se devo punir aquele que compra um anel pequeno numa caixa pequena, de tal forma que, na próxima vez, ele compre numa caixa menor ainda e gere menos resíduo. Devo criar esse incentivo de preço.

Existem formas de criar esse incentivo de preço, essas punições, mas no sentido de motivar, em que posso induzir o indivíduo a modificar o seu padrão de consumo e as suas decisões de reciclagem, de modo a reduzir o impacto dessa geração de resíduos sobre a sociedade.

Do ponto de vista teórico, a questão é muito simples. Percebo, inclusive, nos projetos de lei do Deputado Tatto, que ele coloca a idéia de um custo de recompra de embalagens. Na verdade, isso está dizendo que o produtor que vender um produto com esse tipo de embalagem, terá de recomprar essa embalagem do usuário. Dessa maneira, ele está criando um incentivo para que o indivíduo retorne aquele produto ao produtor, e, com isso, sintam-se estimulados.

A mesma coisa aconteceu com a latinha de alumínio. Devido ao pagamento pelo seu retorno, houve uma grande expansão do nível de reciclagem do alumínio, apesar de sabermos que alumínio é um caso especial – alto valor agregado, etc. -, tanto que o próprio setor privado não precisou de política nacional de resíduo sólido. Era do próprio interesse dele fazer isso.

Sabemos que isso não acontece com os outros resíduos, pois não há interesse dos próprios geradores dos produtos que carregam aquela matéria-prima, em pagar uma quantia suficiente, para induzir as pessoas que consomem aquele material à reciclagem.



A questão que colocamos é a seguinte: devemos introduzir essa obrigatoriedade, como propõem os projetos do Deputado aqui em São Paulo, do Gabeira no Congresso Nacional e do MinC no Rio de Janeiro?

A idéia é muito boa, nosso trabalho caminhou por aí, só que tínhamos uma grande preocupação que era o valor da penalidade, ou o que chamamos, de uma maneira mais suave, “depósito retorno”. Assim, todos que comprarem um tipo de embalagem pagam um depósito, que na verdade é uma espécie de imposto, e recebem esse imposto de volta se retornarem a embalagem. É a obrigatoriedade da recompra. Chamamos isso de “depósito retorno”.

A nossa discussão, como está no projeto, é que o valor desse depósito seria 5% do valor do conteúdo da embalagem. Pelo que entendi, se essa garrafa custa um real, o valor de recompra é de 5 centavos.

Estávamos preocupados em por que o conteúdo determina o valor da embalagem. O que queremos é um valor que leve a pessoa a fazer o que ele fez com a latinha, porque ele sabe que isso é um incentivo. Queremos que o usuário que compra essa garrafa pense que valerá a pena o sacrifício de levá-la a um ponto de triagem.

O ponto que colocamos é que não é tão difícil mudar esse valor, porém, há uma certa dificuldade em fazer com que haja um consenso entre todos os produtores de embalagem. Eu sei que o valor que se paga pela latinha de alumínio já é suficiente para engendrar um nível de reciclagem muito alto.

Sabemos que aquilo é um incentivo, talvez não à pessoa que compra a lata de alumínio, mas a um grupo de pessoas, pois existem várias pessoas que vivem dessa coleta. Se eu colocasse o preço das outras embalagens equivalente ao do alumínio, eu estaria colocando todas as embalagens com o mesmo incentivo de lucratividade.

Com isso, se houvesse uma lata de alumínio e uma garrafa de “pet” no chão, o sujeito pegaria as duas, porque, hoje, ele só pega a de alumínio. Se isso fosse

colocado estaria resolvido, pois tudo que tiver perto ele pode pegar e, dessa forma, aumentaria a sua renda.

Conversando com os produtores de embalagens, percebemos que eles não têm muito interesse nisso, porque a maior preocupação que se tem com a embalagem é diferenciá-la. Assim, quem produz embalagem está muito preocupado com reciclagem, reutilização, mas tem um medo tremendo de que seja criado qualquer tipo de mecanismo fiscal, qualquer tipo de mecanismo de incentivo à reciclagem que altere o preço relativo das embalagens.

Esse foi o primeiro obstáculo. Estou passando isso para que vocês tenham consciência de que existirá sempre uma grande resistência a qualquer intervenção externa em criar qualquer preço para embalagem.

Vamos ao segundo ponto. Se fizermos as contas de quanto a sociedade gasta e perde com a má disposição final de lixo de resíduos sólidos, seria suficiente para justificar o custo mais elevado de coleta seletiva.

A empresa de limpeza urbana pode estar gastando mais porque é uma coleta seletiva, mas, por outro lado, está economizando, pois essa coleta dinamiza muito o custo de triagem e a oferta de material para reciclagem.

Tentamos fazer essa conta, mas é uma conta bastante difícil, porque cada cidade tem um custo diferente, uma disposição diferenciada, mas, do ponto de vista econômico, faz muito sentido. A sociedade, de um lado, está gastando mais num tipo de coleta e, do outro, está economizando porque está reduzindo os impactos de uma coleta dispersiva.

O terceiro ponto que nos chamou a atenção é a viabilidade da reciclagem. Mesmo que a reciclagem seja importante, correta do ponto de vista ambiental, temos que entender que existem formas de disposição final que são economicamente mais viáveis ou mais interessantes.

São esses três pontos que eu queria colocar. O trabalho está aqui à disposição e também no *site* do IPEA, cuja referência está com os organizadores.

Muito obrigado.



**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Quero agradecer ao Dr. Ronaldo e passar a palavra a Dra. Ana Lúcia Bahia Lopes, que falará sobre o ICMS, assim como de toda qualidade ambiental.

**SRA. ANA LÚCIA BAHIA LOPES** – Boa-tarde a todos. Gostaria de agradecer o convite da Assembléia Legislativa e a oportunidade de estar aqui.

Não tive muito tempo para preparar a palestra, mas espero atender no que for possível. Esta palestra é sobre os benefícios previstos na legislação ambiental do ICMS.

O título colocado neste seminário é fundamental, pois traduz o nosso entendimento sobre a questão do ICMS ecológico, hoje, principalmente, na área de saneamento. Na verdade, ele é um dos instrumentos de política ambiental e um instrumento indutor da melhoria da qualidade ambiental.

Por que é chamado “ICMS Ecológico”? A sua base é o repasse do imposto sobre circulação de mercadorias. Em Minas, até 1995, um quarto dos recursos do ICMS normalmente destinado aos municípios era distribuído por critérios econômicos, que seria o Vap e a produção minerária.

O ICMS Ecológico fez parte de um programa do governo que refez esses critérios de distribuição. Do bolo do Vap, que era destinado aos municípios, 75% seria garantido pela Constituição Federal, e ainda havia 18%. Quase todo o recurso era por esse critério.

À época, Minas tinha 756 municípios. Então, do ICMS repassado aos municípios, 50% era distribuído entre apenas dez municípios. Teríamos 10% sendo distribuído em 605 outros municípios. Foi feita, realmente, uma reforma mais ampla no Estado de Minas.

Além do Vap e municípios mineradores foram introduzidos outros critérios. São Paulo tem uma legislação semelhante. A de Minas é um pouco mais abrangente. Seria cota mínima, receita própria, muito em função de o município ter o seu próprio recurso.



Em Minas, Contagem, que é um município de grande porte, que tem um parque industrial imenso, muito representativo no Estado e também em termos de Brasil, não cobrava IPTU até dois anos atrás.

O ICMS Ecológico em Minas foi subdividido em dois subcritérios. Um, unidade de conservação, é o tradicionalmente chamado de ICMS Ecológico. Já existia uma experiência pioneira no Paraná que incentivava a implantação de unidades de conservação. Minas, além de incentivar os municípios que preservam seus recursos naturais, também introduziu o saneamento ambiental.

Quando se pensou na legislação, resolvemos incluir dois critérios básicos. Já existia uma proposta do Legislativo com relação à unidade de conservação. Assim, houve uma discussão maior com o Legislativo e o Executivo e partimos para essa proposta.

Pensou-se em tratamento e disposição final de lixo e em tratamento e disposição de esgoto sanitário. Para habilitação, buscou-se a partir do licenciamento ambiental. Até 1995, já havia um sistema de licenciamento ambiental consolidado no Estado, mas não havia nenhum desses sistemas de saneamento licenciado.

Foi estipulado, em função do lixo, onde já existe uma tradição de coleta e pelo sistema de destinação ter um custo menor do que o esgoto, que o município teria que atender a pelo menos 70% da população urbana e ter a licença de operação do Copan.

O sistema já teria que estar implantado em condições de operar, com licença do Copan, que é um órgão colegiado, e com a participação da sociedade civil.

No caso do esgoto sanitário, o índice de atendimento estipulado foi um pouco menor, 50%, em função de os investimentos, de maneira geral, serem maiores na parte de esgoto. Além da infra-estrutura de coleta e interceptação, os tratamentos em si são mais caros.

Minas atualmente tem 853 municípios e o que temos lá é o seguinte: o licenciamento ambiental tem graus de dificuldades, de exigências diferentes em função do porte. Ou seja, 90% dos municípios mineiros, que são em torno de 770,



têm menos de 20 mil habitantes. Para esses municípios instituímos um licenciamento mais simplificado. Hoje em dia esses municípios estão dispensados do licenciamento ambiental, mas no caso do ICMS é preciso ter o licenciamento, ao invés de exigirmos o EIA-Rima e o RCA é exigido um projeto ou um memorial técnico basicamente. Os de médio de porte seria o RCA e o de grande porte seria o EIA-Rima.

Portanto, para habilitar o município precisa ter a licença de operação do Copar e, para distribuir em Minas, 1% do ICMS destinado aos municípios segue o critério chamado ICMS Ecológico. Meio por cento segue o subcritério de unidade de conservação e meio por cento segue o critério de saneamento. A lei de São Paulo parece que prevê também meio por cento para a unidade de conservação. O Estado do Paraná prevê 5% para a unidade de conservação e mananciais ou abastecimento. Esse valor é distribuído da seguinte forma: primeiro, é feita uma distribuição eqüitativa entre os municípios, por exemplo, o município que tem o sistema de lixo e de esgoto licenciado ganharia duas parcelas, mas tivemos que limitar o valor a ser repassado aos municípios porque temos municípios com mil habitantes e Belo Horizonte com dois milhões e duzentos mil habitantes.

O critério estipulado para poder delimitar, ou seja, o valor máximo que seria destinado a cada município não poderia ultrapassar o investimento realizado na implantação do sistema num período de um ano o que foi estimado através do custo médio per capita e a população atendida pelo sistema para podermos fazer esses cálculos e ajustar o repasse.

Na verdade cabe aos municípios fazer o planejamento, implantação e a operação do sistema de saneamento de acordo com a legislação ambiental.

Após o município obter a licença de operação, a própria instituição o credencia ao repasse do ICMS ecológico. O que acontecia é que a legislação que é baseada no VAF, cujo cadastro que é anual, esse município que obtinha a licença e implantava o sistema colocando-o em condições de operação, muitas vezes poderia ter até dois anos para obter o retorno desse investimento. No caso do meio





ambiente, houve uma alteração na lei e esse cadastro passou a ser trimestral porque como não tinha nenhum município com sistema licenciado e aqueles que pensassem em elaborar um sistema levariam muito tempo para ter o retorno, o que fez que essa mudança fosse fundamental.

Para se ter uma idéia, em 1995 não tínhamos nenhum município licenciado. Em maio de 1998 tínhamos cerca de 24 municípios com licença, ou seja, para receber o incentivo é preciso ter a licença de operação e, no caso, apenas nove municípios tinham essa licença. Na questão do lixo tínhamos resolvido cerca de 25% da população do Estado. Tudo isso para dizer como isso induziu os municípios a implantarem e regularizarem os seus sistemas de tratamento e, desde maio de 98 até abril de 2000 praticamente dobrou o número de municípios licenciados e com licença de operação, somente para lixo atualmente temos 18 e se pensarmos em lixo e esgoto teríamos cerca de 30 municípios.

O que podemos notar é que realmente o ICMS foi um incentivo para os municípios porque dentro desse quadro dos pequenos municípios, principalmente, o retorno do seu investimento é feito em apenas um ano, o que foi um fator motivador muito importante.

O que aconteceu também foi que a mudança da legislação com a introdução de novos critérios fez com que os municípios de grande porte perdessem muita receita pelos critérios do VAF; por outro lado, pelo critério do meio ambiente tiveram repasses significativos porque foram os primeiros a ser habilitados e já tinham projetos, já tinham investimentos. Na verdade, agilizaram o seu processo de implantação e passaram a ter um retorno significativo nos primeiros anos. Cada um chegou a receber mais de um milhão de reais.

A home page da Feiam é: [www.feiam.com.br](http://www.feiam.com.br); nela tem toda a legislação da questão do ICMS ecológico, através da divisão de saneamento para qualquer informação, sendo que a gerente da divisão é a Ludmila. Obrigada.



**SR.** – Tem a palavra o Dr. Hugo Marques da Rosa, que vai falar sobre o papel da sociedade civil nos fóruns decisórios de gestão pública.

**SR. HUGO MARQUES DA ROSA** – Boa-tarde a todos. Primeiramente gostaria de agradecer o convite para participar deste evento que é da máxima importância e, particularmente, para falar sobre a questão da participação da sociedade civil.

Vou falar de um assunto que não sou especialista, mas vou tentar estabelecer algumas relações e provavelmente vou falar algumas bobagens e de antemão peço desculpas, e ousarei falar essas bobagens exatamente pelo fato de não ser especialista no tema.

Voltando ao período do pós-guerra começamos a assistir por volta da década de 50 uma profunda mudança no sistema de gestão das organizações. Pesquisas na época detectaram que as pessoas tinham fatores psicológicos, fatores ligados ao ambiente de trabalho, ligados a todo aquele tipo de questão.

Provavelmente, o que estava acontecendo no seio das organizações é que as pessoas são as mesmas, seja dentro do ambiente de trabalho, seja na sua vida como cidadão, enfim, têm as mesmas necessidades, os aparentemente desconexos mas traduzem esse sentimento de insatisfação, portanto temos desde a Primavera de Praga, Movimento Estudantil no Brasil, movimentos que foram compreendidos de diferentes formas. Em alguns países esses movimentos foram entendidos como uma demonstração de outras necessidades das pessoas que procuraram ser supridas através de mudanças nas próprias organizações, na própria estrutura de trabalho e também começa a haver movimentos de organização na sociedade civil.

Em alguns países foram utilizados positivamente, em outros países como o Brasil esse movimento foi reprimido, ficamos um longo período privados de participação, o que refletiu não apenas na participação política mas também dentro das organizações que não tiveram o seu estilo autocrático até meados da década de 80 e, não é por acaso, que uma série de coisas estejam acontecendo até hoje.



Tivemos o movimento das diretas e uma coisa que nada tem a ver absolutamente com isso, mas curiosamente e apenas a título de informação, foi criada na época uma empresa chamada Associação Nacional de Administração Participativa da qual fiz parte durante vários anos, cujo objetivo era difundir práticas de administração participativa em organizações. Também não é por acaso que o Brasil, muito tardiamente, veio ter uma lei de defesa do consumidor, não por acaso também a própria questão da consciência ambiental demorou a chegar aqui. E todas essas questões estão ligadas à cidadania. Quando falamos de sociedade participativa, na realidade estamos falando de cidadania. Basicamente a partir de meados da década de 80 começamos a recuperar o atraso, e entendo que as pessoas que participaram daqueles movimentos, naquela época, não queriam apenas votar para presidente mas queriam participar, e todas as pessoas que se mobilizaram na campanha pelas diretas não estavam se mobilizando apenas para terem o direito de quatro em quatro anos votarem para presidente, queriam muito mais do isso. Definitivamente, hoje a possibilidade de termos um governo autocrático mesmo eleito pela via democrática, a partir da eleição, que se comporta de maneira autocrática, tem pouca possibilidade de sucesso, até porque na maior parte das políticas públicas os governos não têm capacidade de resolver os problemas sozinhos e então é preciso discutir alguns papéis.

O papel fundamental que eu vejo nos governos é governar. O que é governar? Quando dizemos que uma embarcação, um veículo está sem governo o que significa? Que está andando sem rumo, sem direção. Portanto, o papel fundamental de governar é formular políticas públicas. É claro que os governos ao formularem políticas públicas não vão fazer isso usando exclusivamente os conhecimentos dos seus técnicos porque é preciso ouvir a sociedade, e num primeiro momento a sociedade é preciso ser consultada. Cabe à função indelegável dos governos a formação de políticas públicas, porém isso deve ser feito ouvindo a sociedade.



O segundo papel que eu aprendi com o professor Orlando Café que se encontra presente é a questão da regulação. E o terceiro papel que pode caber ou não ao governo é a questão da operação em torno dos serviços públicos.

Voltando à questão da formulação de políticas, temos nos três níveis de governo a criação de vários conselhos. Por lei temos um número bastante grande de conselhos, na prática muito pouco desses conselhos funcionam efetivamente. Tivemos a oportunidade de participar de alguns desses conselhos na área de recursos hídricos de saneamento, exatamente sobre lixo, em que se insere a questão dos resíduos sólidos no saneamento básico. A nossa legislação inclui resíduos sólidos como saneamento básico, tanto a Constituição do Estado quanto a Lei 7.663 que regulamentou a Constituição do Estado na questão do saneamento, desculpem não é a Lei 7.663, é a Lei Estadual de Saneamento que corresponde à Lei 7.663 de recursos hídricos definiu a questão do lixo, coleta e discussão dos resíduos sólidos como saneamento básico.

O que podemos observar nesses conselhos, porque têm toda uma estrutura de câmaras técnicas, no caso de recursos hídricos e comitês de bacia hidrográfica foi uma participação crescente da sociedade civil. Podemos observar que esse instrumento foi e é um instrumento poderoso na formação da cidadania. É muito interessante ver nesses colegiados desses recém-criados a participação ainda insipiente de algumas pessoas, de algumas entidades, depois de alguns anos, através de debates, essas mesmas pessoas passam a se tornar conhecedoras dos temas, conhecedoras da legislação e passam a oferecer contribuições efetivas para a melhoria do aprimoramento do arcabouço jurídico institucional ou dos sistemas de gestão.

Nessa participação da sociedade civil, ao longo dos quatro anos que estive junto ao governo do Estado de São Paulo, pude observar alguns diagnósticos do que ocorre. De um lado, é importante essa questão da formação da cidadania. De outro lado, temos enormes dificuldades a serem vencidas. Uma delas é a questão da informação; inclusive esqueci de mencionar que não é por acaso quando houve



toda essa demanda pela participação notadamente no período pós-guerra, que essa questão da participação, essa questão da demanda das pessoas nasceu exatamente no momento quando houve uma massificação da informação cujos instrumentos de comunicação, rádio e televisão principalmente, democratizaram a informação. É interessante a questão da participação, que está intimamente ligada com a democracia das informações. O primeiro grande desafio que temos na questão da participação da sociedade civil é exatamente fazer com que a sociedade civil tenha acesso às informações, e uma coisa que sentimos é que assuntos extremamente importantes que são discutidos nesses colegiados que têm participação de um número importante, tanto em quantidade como em qualidade de entidades da sociedade civil, essa informação não chega às pessoas que não são militantes daquelas áreas. Tive oportunidade de ver, inclusive no momento estou representando o Instituto de Engenharia nesse colegiado, que normalmente as pessoas que participam do conselho de entidades são pessoas com mais experiência, engenheiros mais experientes, muitos deles com militâncias em várias entidades da sociedade civil, tendo muito pouca informação sobre as questões sobre recursos hídricos e de saneamento e são questões que nos afetam como enchentes, falta de água, escassez de água, questões de poluição. Quer dizer, mesmo em ambientes técnicos, com pessoas qualificadas, sentimos uma enorme lacuna de informações. Quando pensamos na sociedade em geral vemos o enorme desafio que temos em fazer pelo menos que aquelas informações essenciais cheguem à maioria das pessoas.

Outra questão fundamental relacionada à sociedade civil é a representatividade. Temos entidades importantes participando, mas o que se observa, muitas vezes, é que as pessoas que representam as entidades falam em seu próprio nome, ou seja, são poucos os casos em que vemos pessoas que chegam num conselho representando a sociedade civil, trazendo uma posição que tenha sido discutida previamente na sua entidade, e o conjunto dos associados daquela entidade, tenha tido alguma notícia, alguma informação sobre aquele tema



e realmente reflita a posição ou pelo menos uma parcela da sociedade. Normalmente, temos apresentação de posições pessoais. Aliás, isso não é só na sociedade civil, também acontece nos representantes de governo estaduais e municipais, quer dizer, muitas vezes as pessoas levam as suas próprias opiniões e não das instituições que representam.

Outra questão também importante nesses colegiados e no caso dos resíduos sólidos é a eficácia das decisões desses colegiados. Na última reunião do nosso comitê da bacia do Alto Tietê fizemos uma avaliação do nosso trabalho quando vários representantes da sociedade civil falaram da questão da eficácia, ou seja, decisões que são tomadas nesses colegiados e depois simplesmente são desconsideradas pelas instâncias públicas que deveriam levar em conta, quer dizer, existem alguns colegiados que têm poder deliberativo e muitas vezes as deliberações desses colegiados viram letra morta. Imaginam que muitas vezes os deputados possam ter a mesma sensação com leis que são aprovadas e depois não são regulamentadas e assim por diante.

Portanto, o cuidado que precisamos ter com esses colegiados é que as decisões sejam eficazes. Muitas vezes demoramos um longo período durante anos debatendo questões para finalmente se chegar a um acordo e muitas vezes são acordos amplos envolvendo segmentos importantes da sociedade e não são implementadas. Para exemplificar, no ano de 98 foi aprovado um projeto de lei, um anteprojeto de lei, criando uma política estadual de resíduos sólidos que foi o resultado de um trabalho de anos da Secretaria do Meio Ambiente e depois foi discutida no Conselho Estadual de Saneamento por um período bastante longo e foi discutida longamente com segmentos, desde fabricantes de produtos até entidades ambientalistas até se chegar a um consenso. Esse projeto foi aprovado pelo Consema e depois não foi apresentado. Soube agora que foi apresentado por um deputado. Felizmente, um deputado teve a sensibilidade de apresentar esse projeto na íntegra e está tramitando nesta Casa e assim fazer com que essa política estadual de recursos sólidos venha a se tornar realidade. É um projeto bastante



avanzado. Um projeto, ou seja, fugindo do meu tema, mas gostaria de falar um pouco sobre ele, que trata de várias questões que são fundamentais desde a responsabilidade dos fabricantes até questões envolvendo tarifas, taxas, enfim bastante abrangente e acredito que dará um rumo para as questões dos resíduos sólidos do Estado de São Paulo.

Antes de discutir sobre o que o governo deve fazer sobre problemas operacionais, até em termos financeiros, é preciso ter política. E se não tivermos política corremos o risco de ficar fazendo ações desconexas e falando de recursos sem saber para que serão utilizados. O primeiro passo para resolver uma questão como essa dos resíduos sólidos é exatamente termos uma política. Felizmente, já existe um projeto de política estadual tramitando na Assembléia Legislativa.

A questão da responsabilidade dos fabricantes é fundamental porque de nada adianta dizer o que vamos fazer com os resíduos sólidos, porque quando os produtos forem fabricados, não houve a preocupação do que fazer com o produto. Por exemplo, o que fazer com uma geladeira quando o seu período de vida útil acabar? Podemos falar de casos mais corriqueiros como os pneus que são jogados nos rios. Quer dizer, se os produtos não forem desenvolvidos com a preocupação de um dia a sua vida útil ter de ser reciclada, de nada adianta pensar em reciclagem. Na Suécia, quando a Volvo faz propaganda dos seus automóveis, coloca o percentual do carro que pode ser reciclado, o que quer dizer que é valor do ponto de vista da sociedade.

Enquanto não tivermos essa preocupação vamos continuar discutindo reciclagem. Esse projeto político trata desde a fabricação do produto até a sua disposição final, passando por instrumentos de gestão, etc.

Com relação à participação da sociedade era o que tinha a fazer, ou seja, a participação da sociedade civil é fundamental. Inclusive gostaria de repetir uma coisa que tenho ouvido falar insistentemente: “precisamos de recursos, precisamos ter instrumentos de gestão, precisamos de uma decisão jurídica sobre gestão, enfim, tudo isso é importante, mas mais importante de tudo é termos a sociedade

mobilizada. A partir do momento em que a sociedade estiver mobilizada, tanto o Executivo, o Legislativo, enfim, todos os órgãos que têm poder sobre o assunto vão encaminhar para resolver as questões. Da mesma forma que tivermos uma sociedade mobilizada, essa mesma sociedade também irá cobrar os fabricantes, não vai mais jogar lixo nas ruas, ou seja, sem uma sociedade mobilizada e comprometida dificilmente algum tipo de política pública terá sucesso. Obrigado.

**SR.** – Na verdade, existem três projetos nessa área. Um do Deputado Godim. Outro meu junto com o Deputado Felipe e um substitutivo de autoria do Deputado Jorge Caruso. O original é de autoria do Deputado Godim.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Tem a palavra o Dr. Antonio Marsiglia Neto, presidente da ABES Nacional que vai atuar como debatedor entre os dois palestrantes.

**SR. ANTONIO MARSIGLIA** – Boa-tarde a todos. Primeiramente, gostaria de cumprimentar o Deputado Rodolfo e o Deputado Tato por esta iniciativa e cumprimentar toda a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo por essa magnífica idéia da organização do Fórum São Paulo Século 21.

Inicialmente, gostaria de fazer um reparo ao meu prezado professor Nicolau que não achou nenhuma referência de resíduos sólidos na ABES porque nos últimos três anos raramente uma revista da ABES, seja bio, seja saneamento do meio ambiente, deixou de tocar no assunto. Se o senhor precisar dos números antigos, por favor, pode solicitar.

Num primeiro momento, a parte de sustentabilidade econômica relativamente aos resíduos sólidos tem uma série de pontos que devem ser tocados. Primeiro, a parte institucional. A Constituição da República omite os resíduos sólidos. Ela não fala em saneamento ambiental, mas fala em saneamento básico. Como já foi citado pelo prezado Dr. Penido, os resíduos sólidos é o primo pobre do saneamento





porque “esqueceram de mim” na Constituição. Na verdade, isso é muito importante no que diz respeito à organização e estruturação desse setor importantíssimo para a saúde pública e para a saúde dos nossos rios e águas doces em todo o território nacional.

Não se pode imaginar também os resíduos sólidos sem a promoção de uma escala econômica suficientemente alta para transformar esse setor em termos de viabilidade econômica. Em 1992/93 tinha um assistente em Brasília que era especialista em resíduos sólidos e ele me dizia que resíduos sólidos não dão lucro. Inclusive, naquela época, já se falava que incineração é proibida em termos de resíduos sólidos. Portanto, havia nos chamados “lixólogos” uma espécie de depressão coletiva em que não se via luz no final do túnel para saída desse setor importante. Mesmo naquela época já se vislumbrava como importante, através dos chamados consórcios municipais, que reunia municípios numa determinada região em geral de subacias hidrográficas, para tratar de interesses comuns desses vários municípios. Já existia naquela época o consórcio do ABC, que hoje é a Câmara do ABC, o consórcio de Vitória e em vários estados do país os chamados consórcios.

Uma das primeiras sugestões que aparecia na época era que esse conjunto de municípios, que já se agregavam em consórcios, para tratar de assuntos de interesse comum pudessem tratar o aspecto resíduos sólidos também em termos comuns. Evidentemente, por raciocínio lógico, uma disposição final de resíduos sólidos que atendesse aos vários municípios dessa região, seja usina de processamento, seja incineração ou seja aterro sanitário, teria num primeiro momento um investimento muito menor do que se fosse feito para cada município um aterro sanitário, ou usina de processamento. Da mesma forma, uma empresa que cuidasse dos resíduos sólidos desde a sua coleta, varreção até a disposição final e, eventualmente, à medida que essa atividade crescesse até ação sobre a geração, teria evidentemente um custo operacional também menor para cada município.



Num trabalho do Banco Mundial sobre empresas de saneamento na Alemanha Oriental, quando da unificação, haviam 20 empresas de saneamento. Quando o governo ocidental achou que o modelo existente que era um modelo praticamente regional com 20 entidades atendendo vários municípios nessas 20 regiões, de origem e inspiração comunista, acharam que deviam modificá-lo porque esse conjunto de 20 empresas atendia 600 municípios. Cada município acabou tendo a sua entidade operativa do saneamento e, portanto, criou-se 600 diretorias; 30 a mais do que existia no modelo antigo. Evidentemente, o custo fixo desse conjunto de atividades cresceu de tal forma que as tarifas foram obrigadas a sofrer um aumento elevado de cerca de dois mil por cento. A consequência foi que os alemães orientais reduziram o seu consumo de água de cerca de 400 litros por pessoa/dia para 109 litros por pessoa/dia pelo preço da tarifa e o alemão, pelo menos, não é inadimplente, como percebemos em outras regiões do mundo, acabou fazendo um programa de uso racional da água praticamente obrigatório.

Outro aspecto importante que foi discutido nessa reunião, foi o problema de taxa e tarifa. Evidentemente, a experiência do Paraná, citada pelo professor Nicolau, que já conhecíamos, é muito importante porque está praticamente há um ano em vigência e a Sanepar continua cobrando a tarifa do lixo proporcional à água consumida. Quer dizer, os consultores que trabalharam na montagem dessa estrutura provaram que existe uma correlação entre consumo de água e geração de lixo que permitiu fazer a cobrança por tarifa. Quanto à cobrança por tarifa, lembro que a legislação só a permite se for mensurada, quer dizer, ou o caminhão de lixo vai com a balancinha e vai pesando cada saquinho de lixo e cobrando ao mesmo tempo o que seria inviável, ou é preciso encontrar uma forma de medição indireta. Da mesma forma que as empresas de saneamento que tratam da água e do esgoto cobram o esgoto. O esgoto é proporcional à água que foi entregue naquela residência e sabemos que essa relação, ou seja, o volume de esgoto é de cerca de 85% do volume de água fornecida, porque 15% dessa água se destina à lavagem de pisos, rega de jardins, etc. e acaba não indo para o sistema de esgotamento



sanitário. O caso de Avaré, que foi citado, foi um caso evidentemente com repercussão nacional, mas na grande realidade, é o que nosso advogado lá no interior “dormiu no ponto”. Não conseguiu em tempo fazer a sua presença em segunda instância e a Sabesp acabou sendo prejudicada nessa ação por falta de defensor. Em geral, em outras circunstâncias, em que esse mesmo assunto foi colocado os advogados da Sabesp mostraram que de fato existe uma correlação e, portanto, plenamente justificável a aplicação de tarifa na área de esgoto.

Portanto, acredito que é importante que se gere recursos para se custear a parte de resíduos sólidos. Uma das propostas feitas foi que as empresas de saneamento, hoje chamadas básicas estaduais, ou mesmo os serviços municipais também tratassem de outros assuntos dos chamados saneamento ambiental, que é um exemplo que já foi seguido por Catanduva entre 1992 e 1996, que está agora também com o Semasa, e acredito que vai trazer benefícios para o município, na medida em que a mesma empresa que tem uma única direção; portanto, um custo fixo sem muita alteração com a assunção dos serviços de coleta e disposição final de lixo, tem uma receita adicional em que aja um custo fixo adicional. Na medida em que a tarifa que venha a ser cobrada tenha economicamente a condição de cobrir os custos dessa operação, praticamente um custo direto, o Semasa certamente vai, ou se beneficiar tendo maior receita, ou beneficiar o município fazendo com que os custos desses serviços sejam minimizados. Acredito que essa experiência do Semasa deva ser acompanhada com muita atenção por todos nós para que possamos, de fato, chamar a experiência do Semasa como uma experiência piloto, que pode servir para o setor, para os Estados, para os demais municípios que tenham as suas operações de saneamento de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, ou por empresas estaduais, ou até por serviços municipais.

Portanto, dois pontos: a criação de escala e a criação de uma receita que possa de fato cobrir os custos de serviços. E mais. O potencial que existe de recuperação de custos, por exemplo, a reciclagem. Foi citada hoje de manhã, uma avaliação e uma análise do professor Calderoni, quando diz o seguinte: cerca de 13



bilhões, um pouco mais de 13 bilhões de reais por ano poderiam ser o potencial que os resíduos sólidos representariam no nosso país. Inclusive ele dizia que potencialmente, cada tonelada de lixo, tem embutido um valor, em moeda nacional, de 742 reais. Estava vendo aqui também um folheto de uma empresa italiana que correlaciona os valores de energia com os resíduos sólidos. Uma tonelada de resíduos sólidos equivale a 450 quilowates/horas que é a necessidade de uma família média por seis semanas desde que ela consuma quatro mil quilowates/horas por ano, e também equivale a 100 quilogramas de petróleo. Existe um potencial que não só a reciclagem mas a própria destinação da parte orgânica através de compostagem para fornecer fertilizantes para a agricultura que equivocadamente no Brasil não é feita de forma técnica adequada, mas todos os nossos consultores e especialistas sabem como deve ser feito. O problema todo é o seguinte: à medida que se cria uma escala econômica, paralelamente também se cria uma capacitação técnica dentro das empresas de se criar quadros técnicos de melhor qualidade e conseqüentemente mais bem pagos.

Dessa forma, gostaria agora de entrar nos detalhes das palestras que me antecederam e também porque temos muito pouco a debater, uma vez que foram brilhantemente colocadas e fica difícil fazer qualquer tipo de observação pela falta da existência de algum conflito. Não tenho a menor dúvida de que o aspecto da geração que foi abordada pelo Dr. Ronaldo da Mota, sobre a proposição de instrumentos econômicos para redução do lixo, cujos incentivos e estímulos evidentemente devem ser feitos em função de redução de embalagens em termos de volume e peso, e o estímulo da reciclagem é fundamental, visto que a Dra. Lúcia Bahia colocou sobre o ICMS ecológico. O ICMS ecológico esqueceu de uma coisa interessante que é a dupla taxação dos materiais reciclados, porque a isenção de impostos, seja ICMS, seja IPI nos materiais reciclados poderia ser um forte estímulo para o aumento dessa reciclagem.

Finalmente, o papel da sociedade civil na gestão pública que o Dr. Hugo colocou com muita felicidade. Queria lembrar que nos Estados Unidos, onde o setor



de saneamento de água e esgoto, não vou falar mais básico porque senão a turma vai perguntar: e o lixo? Pois bem, como estava dizendo, é muito eficiente. O setor público americano que atua no abastecimento público de água e esgotamento sanitário é muito eficiente. Nos Estados Unidos, e temos que reconhecer, porque é a democracia mais aperfeiçoada, uma vez que teve o maior avanço no seu aperfeiçoamento, tem uma agência de regulação com a participação importante da sociedade americana, tanto que muitas dessas agências funcionam como se fossem uma espécie de tribunal, cujos delegados dos municípios que são os diretores ou superintendentes das agências reguladoras, funcionam como se fossem juízes, e perante os prestadores de serviço, quer dizer, a empresa de saneamento e os clientes é que debatem os problemas, sejam de tarifas, sejam de qualidade e assim por diante. E ali no debate, entre usuários e os administradores da empresa de saneamento, é que esses dirigentes tomam as decisões que são aceitas por ambos os lados sem muita contestação. Mas é uma participação importante.

Outro exemplo de participação vi em Londres no aspecto da consciência do cidadão em relação aos problemas ambientais na cidade. Em 1973, caminhava pelas ruas de Londres e naquele tempo ainda fumava, no momento estava com o cigarro no seu final, apaguei e fui jogá-lo numa boca de lobo, inclusive já citei esse fato em outras ocasiões. Um cidadão londrino me apanhou pelo braço e me deu uma reprimenda dizendo que não devia jogar aquele lixo, que era a ponta do cigarro, porque era um lixo que ia sujar o Rio Tâmisa. Isso aconteceu em 1973, quando o Rio Tâmisa ainda estava no processo inicial de despoluição. Portanto, não tenho dúvidas de que a sociedade tem um papel muito importante e temos que estimular esse papel. Nós no Brasil ainda não estamos acostumados a isso, mais existe um movimento social importante como foi citado pelo Dr. Hugo e percebemos que dentro da comunidade, principalmente nas sociedades de bairros, nos amigos de bairros, etc. uma consciência crescente não só nos direitos do cidadão, mas também uma consciência crescente das obrigações do cidadão no sentido de



preservar não só a sua rua, mas o seu bairro, o seu distrito, o seu município, o seu Estado e o seu país.

Portanto, é fundamental que comecemos a estimular o processo de participação do cidadão, porque mais tarde, eles nos atropelarão se não fizermos isso.

Gostaria, mais uma vez, de parabenizar os palestrantes e a direção da mesa pela organização desse evento e agradecer pelo gentil convite pela minha participação representando a ABES. Muito obrigado.

**SR.** – Tem a palavra o Dr. Ronaldo da Mota. Em seguida vai falar o Dr. Hugo Marques da Rosa.

**SR. RONALDO DA MOTA** – Gostaria de acrescentar um ponto sobre a carga fiscal que incide sobre o material reciclado. Tirando a matéria plástica, não se paga IPI sobre material que retorna sob a forma de sucata. Não sei por que do plástico. Engraçado, não é? Porém, os problemas com os impostos de valor agregado que são o IPI, ICMS que na reforma tributária vão virar um só que é o IVA, que para o produtor que utiliza material reciclado, com a taxa de zero, 5% ou 10%, é um impacto muito pequeno. E por quê? Porque isso é crédito e débito. Ou seja, ele compra a matéria-prima e paga 10% de imposto. Na hora que ele vende a matéria-prima ele deve imposto, portanto deduz tudo o que entrou como insumo. Quando tinha inflação isso era importante porque se adiantava para o governo e tinha que pagar lá na frente. Mas hoje que não temos uma inflação alta esse impacto é muito pequeno. Inclusive, nesse trabalho que mencionei, no qual analisamos vários tipos de incentivos, um deles é não trabalhar como estão nos projetos de lei atuais de recompra pelo produtor, mas é um subsídio ao utilizador de sucata, ou seja, ficar tudo na esfera da produção, ao invés da circulação que é o que introduz, vende e compra do usuário, ficaria na esfera na produção. Como utilizar isso? Com crédito presumido. Você compra sucata e uma vez que ela é isenta, o governo finge que



você está pagando imposto, por exemplo, 10% de IPI. Quando você vende o seu produto que contém material reciclado, você já tem aquele crédito que pode ser deduzido. Aí, sim, haveria o interesse dos produtores em procurar os sucateiros e os catadores e dizer: olha, me dêem material porque todas as vezes que eu compro material de vocês, eu ganho imposto. Esse é um problema que está na reforma tributária porque é um aumento da carga fiscal, porque do ponto de vista do tesouro é melhor que você compre o produto uma vez que você paga o imposto do que dar o crédito presumido. Só que fizemos o seguinte: na ponta do consumo você cria a compensação que é aquilo que já falei do imposto que é o depósito, ou seja, toda embalagem teria um acréscimo. Ou como está no seu projeto, que ele tem que pagar por uma recompra que é uma maneira de embutir o imposto. Esse imposto, que estaria sendo pago por todas as embalagens, criaria um fundo que seria destinado a esse crédito presumido.

Portanto, o que é que se está fazendo? Todo mundo ao comprar um produto a partir de agora, desde a garrafa “pet”, a garrafa de vidro, e o grande problema é como se vai diferenciar um do outro, por isso que estamos propondo que haja uma diferenciação, mas você vai comprar um produto com imposto de embalagem maior do que o outro. Primeiro, o consumidor precisa tomar a decisão sobre a embalagem, ou seja, comprar um produto com embalagem menor porque o imposto é menor, e teria que ver o volume ou o tipo de material. Por outro lado, esse crédito presumido dá incentivo ao produtor de qualquer coisa a procurar fontes de sucata. Só que isso é uma ginástica fiscal, fazendária que dificilmente um governo estadual, municipal ou mesmo federal está disposto a fazer, porque eles gostam de coisas simples, do tipo imposto de renda sobre o seu salário, enfim são coisas que eles gostam de “morder” rápido com custo baixo. Do ponto de vista do Tesouro estão certos, porque estão economizando até recursos do Estado atrás do CPMF que é o imposto de coletar mais barato do mundo. De fato existe essa idéia, mas naquele sistema de criar uma penalização ou seja, na verdade é um ponto que gostaria de levantar, que o usuário, o comprador, o consumidor tem que pagar se ele usa mais embalagens.



Não vejo por que o governo tem um fundo que sai do orçamento que deveria ir para as escolas, para a educação, enfim, não acredito nesse princípio do usuário pagador. Quer dizer, se estou consumindo mais embalagem devo pagar mais de alguma forma que esteja relacionada com a quantidade de resíduos sólidos, e esses recursos que eu gero deveriam ter uma forma de ser canalizados para incentivar a redução de resíduos, ou a melhoria da limpeza urbana ou mesmo de reciclagem. Era o que tinha dizer. Obrigado.

**SRA. ANA LÚCIA BAHIA** – Complementando a indagação do Antonio Marsiglia, com relação à questão do ICMS em Minas, à época, o que estava sendo discutido era a alteração dos critérios de repasse. Não a alteração da legislação de tributação. Na verdade era uma discussão que estava ocorrendo no estado há muito tempo e o governador, no último momento, quando estava discutindo o patrimônio histórico de repente virou-se e disse: por que não meio ambiente? Isso aconteceu em agosto de 95 e a partir daí tivemos que propor critérios, estudar a legislação para ver qual seria a melhor forma e tudo mais, fazer cadastro de unidades de conservação e a lei sancionada em 25 de dezembro, quer dizer, um espaço de três a quatro meses.

A questão da tributação, em si, inclusive gostaria que o Ronaldo Ceromi me ajudasse nessa resposta. Talvez uma coisa interessante seria você dar um incentivo ao fabricante, na verdade que ele reduzisse a produção de embalagens. Quer dizer, os produtores dos vários produtos cujas embalagens deveriam ser recicláveis, por exemplo, indústria de refrigerantes, seria justo dar um incentivo para essa indústria de refrigerante, não sei se seria também, na verdade não podemos ter esse volume porque não podemos descartar dessa forma, mas no sentido de cada vez mais deixar de produzir os resíduos. Há dez anos não existia a garrafa “pet” ou outro tipo de garrafa e também você comprava a bebida ou o refrigerante e depois devolvia a embalagem. Ou encontrar outras formas de embalagem.





**SR. HUGO MARQUES DA ROSA** – Gostaria de começar exatamente por esse ponto. A questão fundamental em termos de resíduos sólidos, a primeira ação é minimizar a produção de resíduos sólidos e depois é que vamos ver o que vamos fazer com ela. Por exemplo, se uma indústria produz um determinado produto e vende para alguém, o resultado econômico da venda daquele bem, ou seja, o consumidor comprou e consumiu o bem, em seguida entrega os dejetos para a sociedade resolver o problema. Quer dizer, essa equação não está certa. Se o fabricante do produto e o consumidor não forem corresponsabilizados pelo destino dos resíduos sólidos a equação não fecha. O que estamos assistindo é que cada vez mais estamos produzindo mais resíduos e, à medida que esperamos ter uma melhoria da qualidade de vida, se olharmos o modelo dos países desenvolvidos vamos produzir cada vez mais lixo, nesse sentido a equação não fecha. Portanto, temos que agir fundamentalmente em instrumentos que induzam os fabricantes a investirem nos seus projetos de produtos em produtos recicláveis e que o consumidor também tenha uma sanção pela quantidade de resíduos que ele está produzindo. Temos exemplos em outros países de que isso pode ser feito e de forma eficaz.

Tivemos a oportunidade, nessa questão de imaginar a possibilidade de cobrança da coleta de lixo através de tarifa e eventualmente essa operação ser feita através de empresa de saneamento, ou seja, no caso da legislação estadual a Sabesp poderia operar perfeitamente a coleta de lixo, sem necessidade de nenhuma legislação adicional, porque ela foi criada para cuidar do saneamento básico; ela não foi criada para cuidar da água e esgoto. Por outro lado, a Constituição estadual diz que o Estado operará, quando operar, através de concessões do seu controle acionário, enfim, sem nenhuma nova lei a Sabesp teria a possibilidade de operar sobre isso.

Em algumas reuniões mantidas com prefeitos, diria até em algumas reuniões, participaram centenas de prefeitos no interior do Estado de São Paulo, para testar essa idéia, e tivemos uma acolhida bastante entusiasmada dos prefeitos daqueles

municípios onde a Sabesp já opera a água e esgoto, operar também a coleta de lixo remunerada através de tarifa. Portanto, essa saída pode ser utilizada sem nenhum problema institucional, adicional sem necessidade de legislação. Talvez necessidade legislação municipal delegando esse serviço para a Sabesp.

Outra questão que não foi tratada aqui é a das regiões metropolitanas. A questão do lixo dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas tem que ter um tratamento especial, aliás, estamos muito carentes na questão de gestão metropolitana. Se não atacarmos essa questão principalmente no Estado de São Paulo, não vamos ter soluções satisfatórias para a maioria das questões públicas. É difícil imaginar algum problema que possamos ter uma solução dentro da região metropolitana sem resolvermos antes os problemas dos limites do município, ou seja, questão da água, enchentes, mananciais, preservação dos mananciais, questão de transporte, questão de uso e ocupação do solo, questão de emprego, enfim, não dá para pensar em termos de região metropolitana, se num município tem emprego e no outro não.

**SR.** – Vou fazer a leitura de algumas perguntas e em seguida respondê-las.

Pergunta do Marcos Fernandes Carvalho: Deveria se pensar também em lixo urbano quando se faz propaganda política. Para que tantos anúncios publicitários? Vale para todos os políticos exibicionistas.

Pergunta: Por que não se pensa em medidas como as que foram adotadas em São Sebastião onde se faz um tratamento químico e biológico com o lixo? Se a reciclagem dá certo em pequenos núcleos, como é o caso de São Sebastião, não seria melhor utilizá-lo no país e em São Paulo, principalmente?

Pergunta do Nelson Roberto dos Santos: A municipalidade não poderia criar dotação para a limpeza pública vendendo e coletando somente em sacos identificados? Essa prática não levaria à redução da geração e viabilizaria economicamente o serviço de limpeza pública?



Pergunta da Josefa Bezerra da Silva do Manancial Rio Cotia: Água, luz e esgoto são de responsabilidade do Estado. Ela é daqui da Região Metropolitana onde a Sabesp opera. É da responsabilidade do Estado aqui, em outros lugares é do município.

Pergunta: O lixo é de responsabilidade do município. Será que o Estado quer assumir esse compromisso?

Pergunta: Que outras correlações está o Carlos José da Costa? Que outras correlações foram levantadas com relação ao lixo? Porque a água e o esgoto por consequência varia com a temperatura da época do ano e acredita-se que o lixo não tenha relação positiva como a água, em que a geração não geraria mais lixo com o aumento da temperatura. Na verdade o aumento do consumo devido à temperatura e com o consumo de água e não teria uma variação com a temperatura.

Convido o Dr. Penido para fazer parte da mesa.

Pergunta para o Dr. Seroa da Mota. Nos Estados Unidos há um subsídio direto, abatimento do imposto de renda para as empresas que geram energia utilizando biogás de aterros como combustível. O que o senhor acha se medidas similares fossem aplicadas no Brasil?

Pergunta da Eliana Cátia: Considerando ser a sustentabilidade do serviço de limpeza urbana um dos maiores gargalos do setor, o que poderia ser feito para garantir a sustentabilidade do sistema de limpeza urbana? Controle social através da formação de conselhos locais e participativos? Termo de compromisso assinado com o Ministério Público Federal ou Promotoria Pública? Pessoal no nível local capacitado para desenvolver projetos e operar sistemas? Empresas de consultoria especializadas no tema? Priorização na resolução do problema pelo poder público municipal? Legislação Estadual, Municipal e Federal? Cobrança pelos serviços compatíveis com as despesas pelos serviços? Construção coletiva de uma solução para o problema? Respeito e compromisso com os aspectos socioambientais? Integração com os demais serviços públicos municipais? Recursos financeiros disponíveis? E o que mais é necessário? Por que não acontece?



Vou passar a palavra, primeiro, ao Dr. Penido para se colocar em relação às questões que foram levantadas e, na seqüência, vou indicando os palestrantes para fazerem as suas colocações. Pediria que pegassem um tema e fossem sucintos para podermos fechar o nosso seminário.

**SR. PENIDO** – Quero aproveitar para agradecer mais uma vez essa excelente troca de idéias em que a limpeza urbana está no auge e comentar a pergunta da Cátia que foi mais uma consideração geral sobre o que discutimos acerca da sustentabilidade do setor e dizer por que nada disso acontece, se no fundo tudo o que ela questionou já ocorre nos municípios e em níveis estaduais.

O deputado já comentou que sem vontade política nada acontece. Discutimos no dia de hoje limpeza urbana, discutimos gestão de resíduos sólidos mas é preciso que aja uma concentração de vontade política em todas as esferas do governo mobilizada e alavancada pela própria sociedade. Estamos caminhando para isso. Nunca vi, durante os meus 20 e tantos anos de militância na área de resíduos sólidos, tanta discussão a respeito. É possível até que as ações e as conseqüências não tenham a mesma proporção das discussões que são engendradas por todos nós, mas certamente e tenho certeza que estamos caminhando para alguma coisa que vai acontecer. A Cátia pergunta por que não acontece? Vai acontecer, com segurança, e tenho certeza e só o fato de estarmos aqui na Assembléia Legislativa discutindo, ou seja, um carioca está na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo comentando sobre lixo, não existe consertação maior. Eu mesmo fico surpreso com isso e tenho esperança que isso possa ser até um símbolo de que as coisas estão caminhando e uma unidade nacional está se formando para resolver esse problema. Muito obrigado. Obrigado, mais uma vez, aos organizadores do evento e aos nossos companheiros debatedores.

**SRA. ANA LÚCIA BAHIA** – A questão sobre o ICMS ecológico, os próprios critérios de repasse, o que temos visto que é preciso ter uma dinâmica também,



porque na hora que você propõe os critérios não tem a menor idéia de como o setor vai se comportar porque depende de financiamentos, capacidade do município, etc. Portanto, é preciso acompanhar esse setor tentando estabelecer políticas, diretrizes, porque na verdade os recursos do ICMS são escassos, e não podemos correr o risco do incentivo não ser mais incentivo como tem acontecido com a unidade de conservação. Certos municípios recebem quantias insignificantes, do tipo cinco reais, entendeu? Em função do que houve um apelo muito grande para a implantação de áreas de proteção ambiental que não requerem desapropriação, nem requerem grandes investimentos, normalmente são unidades de conservação com áreas muito maiores cujo benefício fica diluído e na verdade perde a eficácia. Na verdade, precisamos acompanhar para propor alterações.

**SR. HUGO MARQUES DA ROSA** – Não tenho nenhuma pergunta específica com relação à sociedade, mas foi dito que talvez se pudesse fazer uma síntese, ou seja, a primeira coisa que interfere na vontade política é a mobilização da sociedade à medida que está havendo hoje um espaço muito maior na mídia sobre as questões ambientais.

A segunda questão que foi colocada pelo Deputado Rodolfo é a questão do arcabouço jurídico institucional, ou seja, ainda temos muito aprimoramento a ser feito nessa questão.

O terceiro aspecto é a questão do modelo de gestão. Nessas duas questões volto a insistir na importância de aprovarmos não necessariamente o projeto que vai ser apresentado, mas termos uma política estadual de resíduos sólidos.

A quarta questão seria a operação do sistema dos quais podemos diversos instrumento de financiamento, entre eles a questão da cobrança da tarifa. Essa é a síntese de tudo aquilo que discutimos. Essas questões de minimização, reciclagem, etc. são questões que devem estar contidas na política.

**SR. ANTONIO CARLOS MIRANDA** – Representante da Semar. O Sr. Nelson Roberto dos Santos, da Faculdade de Saúde Pública da USP, formulou uma pergunta a respeito de uma questão bem particular que é a de Santo André. Como anda o aterro sanitário no Parque do Guaraciaba? Este não é o fórum adequado para discutir isso porque é uma questão polêmica. O parque foi criado originalmente como reserva ecológica, e por razões as mais diversas está sendo proposto um aterro sanitário no lugar do parque, enfim, uma questão que mexe com as emoções. Esta reunião, nesta Casa, evidentemente não é o ambiente conveniente para tratarmos desse assunto. Peço licença ao Nelson para tratarmos desse assunto em Santo André.

O primeiro comentário que gostaria de fazer e também esqueci de complementar é que essa experiência de Santo André tem mais uma característica interessante que nos faz ter atenção com ela conforme o próprio Marcilio havia proposto. Lá existe o conselho municipal de gestão do saneamento ambiental que é deliberativo para muita coisa. É uma experiência que devemos ficar bastante atentos por causa daquilo que convencionamos chamar de controle social e evidentemente deve ser aperfeiçoada. Esse conselho tem 42 membros, metade governamental, metade com representação da sociedade civil. Ainda carece de muito aperfeiçoamento, porque percebemos que existem falhas, enfim somente para registrar que existe a experiência em curso.

Para finalizar, gostaria de fazer um comentário sobre a questão metropolitana. Vários palestrantes e debatedores citaram corretamente a complexidade das questões metropolitanas, não é absolutamente possível superar os problemas dos municípios no âmbito do seu espaço geográfico. Apenas gostaria de deixar claro, consignada a posição da SEMAR a esse respeito. Por ser uma entidade municipalista não se deve esperar que seja antiestadualista. É evidente que não. Temos algumas divergências com algumas pessoas que defendem o modelo supramunicipal de região metropolitana porque várias dessas propostas, não são todas evidentemente, mas várias propostas partem do pressuposto que não



sendo o município individualmente capaz de resolver os seus problemas, deve transferir ou a lei deve transferir a responsabilidade para a solução, para outra esfera que é o Estado. Para nós isso carece de melhor análise, porque, em primeiro lugar, o que se deve buscar é a solução compartilhada entre os diversos municípios. Não é que exista uma esfera municipal e em seguida outra esfera, e apenas uma segunda esfera possível de nível estadual de solução dos problemas. Existe uma coisa intermediária, que é o que muitos estão chamando de gestão compartilhada para usar talvez uma sexta definição de compartilhamento que, na verdade, são os municípios em conjunto entre si e com o Estado resolverem o seus problemas. Deixando claro, não somos municipalistas anti-estadualistas, mas também não admitimos a hipótese de que não sendo o município capaz de sozinho resolver os seus problemas, a única alternativa seja a transferência da sua responsabilidade para o nível estadual. É evidente que exista muita coisa entre essas duas soluções em termos de compartilhamento pelos municípios, em conjunto com o Estado. Também não estou apregoando o isolamento do Estado. De resto, para não ser repetitivo, apenas agradecer e parabenizar mais uma vez esta Casa pela realização do evento. Obrigado.

**SR.** – Gostaria apenas de fazer uma colocação sobre essa questão da gestão metropolitana. Quando me referi à gestão metropolitana não referi à gestão estadual. Certamente, tudo aquilo que é supramunicipal envolve o Estado, mas não necessariamente deve excluir o município. Portanto, temos que criar um modelo de gestão metropolitana que inclua o Estado, que inclua o conjunto dos municípios e, além de tudo isso, também tem que incluir a sociedade civil. Este é um modelo que está para ser desenvolvido. A nossa Constituição federal lançou a coisa no ar e ainda não fomos capazes de criar um modelo de gestão metropolitana que atenda realmente essa questão da participação efetiva dos municípios para que não sejam capturados pelo Estado, optados pelo Estado e, ao mesmo tempo, inclua o Estado e inclua a sociedade civil. Obrigado.



**SR. NICOLAU** – Gostaria de fazer um comentário e um reparo. Quando me referi à falta de dados da Revista ABES e sabem muito bem que durante muitos anos fui presidente da Revista ABES do Paraná, agora vou dar a minha tréplica. As revistas da ABES não estavam na universidade no momento da consulta, porque elas estão na minha mesa de cabeceira e toda noite, antes de dormir, leio a revista da ABES.

Gostaria de dar um esclarecimento à Cátia. Tenho informações dos cursos de pós-graduação no Brasil na área de engenharia sanitária que por incrível que pareça, o maior número de teses de mestrado e de doutorado são na área de lixo. Portanto, realmente estão acontecendo coisas e essas coisas são exatamente na formação de recursos humanos que estarão, mais cedo ou mais tarde, ligados ao setor de resíduos sólidos. Temos então que acreditar e talvez demore menos do que demorou a água e esgoto, porque a água nós levamos, acredito eu, uns 20 e poucos anos até adquirirmos uma maturidade. O lixo acredito que em cinco ou dez anos vamos atingir a nossa maturidade, sem dúvida nenhuma. Tenho fé que isso vai acontecer rapidamente. Obrigado.

**SR. RONALDO DA MOTA** – Gostaria de mencionar duas coisas rapidamente. A primeira sobre a questão dos catadores. A gente aumenta muito o índice de coleta seletiva e não reduz um pouco o mercado dos catadores, mas podemos agregar porque eles não vão mais ser independentes na rua.

O segundo ponto, quando se integra a tarifa de lixo ou cobrança de lixo com a cobrança da água, você derruba qualquer incentivo à redução de lixo porque agora é a água que determina o nível da tarifa, quer dizer, se você quiser no futuro introduzir algum incentivo para o cara reduzir a quantidade de lixo se esse for do seu interesse.

Por último, a pergunta sobre o subsídio ao gás ou biogás, quer dizer, isto está dentro de qualquer linha de incentivo a reutilização ou reciclagem dos resíduos. Um





problema que eu gostaria de colocar quando se fala em subsídio, qualquer subsídio funciona muito bem porque todo mundo está interessado em reduzir os seus custos de produção dependendo do montante do subsídio, o que leva as pessoas a tomarem uma decisão que não tomariam antes de reduzir os custos, mas sempre é bom enfrentar um problema de carga fiscal sendo reduzida especialmente no nível que os estados se encontram atualmente porque estão vivendo uma crise muito séria, ou seja, esse problema tem que ser tratado com muita maestria para não ser esbarrada na primeira discussão dentro do governo.

E, por último, o indicador de que alguma coisa está acontecendo de diferente é que estão chamando economistas para discutir esse tema do lixo e porque realmente é uma crise muito séria.

**SR.** – Só gostaria de falar uma coisa que esqueci. Quanto à questão da água, do esgoto e do lixo, absolutamente o Dr. Penido está com a razão. Quer dizer, não se sustenta porque isso é absolutamente constitucional. Tentamos criar uma tarifa sazonal no litoral e deu no que deu, ou seja, tentamos fazer pagar aquele que tem casa de veraneio. Quem é que tem casa de veraneio? Promotor, juízes, grandes jornalistas que detêm as grandes redes de televisão, enfim, virou inconstitucional, porque também nesse Brasil a coisa vira inconstitucional dependendo do gosto. Tenho certeza que se colocasse isso aqui em São Paulo, ou seja, juntar água, esgoto e lixo numa tarifa independente vai dar um rolo muito grande, porque se o esgoto...quase me prendem, não é? Imagina se colocarmos o lixo dentro dessa tarifa. A vontade é de fazer o que o Sanepar está fazendo. Só recomendo cautela, porque vai sobrar para algum bobo.

**SR. MARCÍLIO** – Em primeiro lugar, gostaria de lembrar que o setor de saneamento até 1974 lutou, pelejou pelo estabelecimento de uma política nacional de saneamento através do finalmente PLS-199 que foi aprovado pelo Congresso e depois vetado pelo Poder Executivo. Nada acontece só pela nossa movimentação, e



a movimentação naquela época foi extremamente forte, com muita participação, dentro do próprio Congresso Nacional.

Gostaria de lembrar que São Paulo aprovou uma política estadual de saneamento onde se conceitua o saneamento ambiental que inclui os resíduos sólidos. Portanto, temos uma lei no estado sobre resíduos sólidos que praticamente ninguém leva em consideração porque se entende ainda o famoso saneamento básico que inclui somente água e esgoto.

É importante que esta reunião aconteça dentro de uma casa de leis e de fato sensibilize o poder político, principalmente os legislativos, nos três níveis de governo, para que os impedimentos e as omissões legais que estão impedindo uma estruturação adequada, um arranjo adequado do setor de resíduos sólidos sejam de fato consideradas, porque a partir daí, e a partir deste ponto é que se pode de fato pensar em ampliar a escala de atuação na área de atuação dos resíduos sólidos para tornar, esse setor, economicamente viável. Apesar de os impactos que o setor tem em relação à saúde pública, em relação à qualidade das águas enfim, gostaria de lembrá-los que o lixão de Duque de Caxias está mais ou menos distante da Baía de Sepetiba, entretanto, através do lençol freático, já está jogando xorume na Baía de Sepetiba. Não é só um problema de saúde pública, mas um problema ambiental gravíssimo que o nosso país tem que enfrentar. Lembrando que hoje fizemos duas avaliações através do IBGE: em 1989 onde 76% dos resíduos sólidos eram jogados em vazadouros a céu aberto e, hoje, na nova pesquisa do IBGE, isso saltou para 85%. É uma situação que está ficando cada vez mais grave, o volume de lixo gerado no Brasil aumentou, praticamente duplicou. Na cidade de São Paulo já chegou no 1,2 quilo por habitante/dia a partir de 1998 para cá, ou seja, de cem mil toneladas/dia, 75 toneladas iam para destinação absolutamente inadequada, hoje estamos chegando a 200 mil toneladas/dia, alguns avaliam 300 mil toneladas/dia, sendo 120 mil toneladas/dia domésticos e o restante de outras origens como industrial, etc. incluindo as sobras da construção civil.



Portanto, é muito importante que possamos mobilizar não somente a sociedade, mas estruturadamente agir em cima do poder político para que essas condições básicas para o desenvolvimento do setor e a solução do problema de resíduos sólidos no país tenham uma direção a curto e médio prazos. Obrigado.

**SR. PENIDO** – O Marcílio sem querer “pisou” no meu coração. Ele falou “Lixão de Duque de Caxias”. Uma das provas que estamos melhorando demais o setor de resíduos sólidos é que a Comlurb, que era uma referência como empresa de gestão de resíduos sólidos, durante 20 anos causou o maior crime ambiental do Rio de Janeiro destruindo um milhão de metros quadrados de manguezal na Baía de Guanabara. Não Sepetiba. Na Baía de Guanabara. Durante 20 anos a Comlurb e o Estado poluíram, quer dizer, estado, município, poluíram a Baía de Guanabara, destruíram manguezal, cometeram um crime ecológico incomensurável. Há cinco anos começamos um processo de recuperação e hoje, tenho orgulho em dizer, que o famoso Lixão de Caxias é o aterro sanitário de Gramaxo. Absolutamente não vaza mais nenhuma grama de xorume para a Baía de Guanabara porque agora tem uma barreira que contém esse líquido lá dentro e hoje temos uma estação de tratamento de xorume que é exemplar e modelar, e é a única no Brasil desse porte com 380 m<sup>3</sup> por dia, e o xorume sai completamente adequado para o lançamento em qualquer corpo hídrico, cumprindo toda a legislação do estado e do País. Desculpe Marcílio.

**SR. MARCÍLIO** – Eu é que peço desculpas porque entendi que eu falei no passado, porque estive no Lixão de Duque de Caxias em 1993 e vi não só uma situação de calamidade e vi também a participação da população com mais de duas mil pessoas vivendo daquele lixão e o prefeito de Duque de Caxias que estava comigo disse que não conseguiria modificar aquela situação porque havia uma pressão dessa população de duas mil pessoas que viviam desse lixão impedindo que desse outra solução. Finalmente acabou acontecendo. Falei no passado e não no presente.



**SR.** – Se a municipalidade, vendendo os sacos identificados para a coleta do lixo, somente coletando o lixo com sacos identificados, não poderia estar incentivando a redução do lixo, já que o munícipe iria tratar de gerar menos lixo para ter que comprar menos saco para dar fim a destinação?

**SR. ANTONIO MARSIGLIA** – Isso seria muito complexo. Uma sugestão que eu vi sobre sacos de lixo que poderiam eventualmente ajudar pelo menos num primeiro momento, é que hoje se usa intensamente os saquinhos do supermercado para embalar o lixo residencial. A idéia é junto com a organização sindical dos supermercados pudéssemos convencê-los em fazer saquinhos de duas cores. Por exemplo, preto e amarelo. Ou seja, no saco preto iria lixo úmido e no amarelo lixo seco. Se faria, então, uma separação do lixo úmido e seco o que poderia trazer vantagens interessantes para os municípios no sentido da coleta e da destinação final. Seria complicado o município vender sacos e inclusive teria complicações legais.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – A Sra. Eliana Cátia perguntou se existe a possibilidade de implantar o Fórum da Cidadania no Estado de São Paulo. Acho que tem todas as condições, desde que a senhora ajude eu me comprometo com o setor de puxar esta questão.

Conseguimos atingir o nosso objetivo e agradeço a todos, principalmente àqueles que vieram de outros Estados. Foi um grande prazer ter um carioca presente, uma mineira e um economista. Foi uma beleza este seminário. Parabéns a todos e muito obrigado pela presença.

**17.05.2000**

- .Erasto Borelli – Secretário IPT
- .Alzira Debarbot –
- .Lucia Sena –
- .Heraldo Marcon – Representante do Dr. Antônio Miranda da Costa Neto, Presidente da Assemae - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento
- . Rodolfo Costa e Silva – Deputado estadual. Coordenador do grupo temático Recursos Naturais e Meio Ambiente



**SR.** – Quanto às jazidas de areia ou de caulim. É preciso de autorização nos três níveis de governo? Ouvi falar que no caso de olaria é preciso conseguir uma autorização num órgão do Governo Federal, que é mais difícil do que preparar um projeto. Mas é preciso também a autorização do Estado ou essa já serve para todo mundo?

**SR. ERASTO BORELLI** – Hoje, sem a União não se faz nada. É preciso fazer tudo com a parte ambiental. Hoje, a parte ambiental está muito complicada. Então, sem a autorização do Estado, principalmente o licenciamento ambiental, não se consegue explorar. Além disso, tem de haver a autorização do município.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Veja-se, por favor, as competências da União. Olhem só: parágrafo 1º do artigo 20º. É assegurado aos Estados, Distrito Federal e Municípios, participação no resultado da exploração do petróleo, etc. etc. recursos hídricos e de outros minerais ou compensação financeira por essa exploração. Então, se eu for explorar uma jazida de caulim, o Município, o Estado e a União têm que ter compensação financeira ou participação no negócio. É preciso remunerá-los. Então, se é preciso remunerar, entendo que é preciso consultá-los sobre a exploração que se vai fazer. Na proteção ambiental, uma coisa é interferir para saber se polui, outra coisa é estar explorando. É uma concessão. Por exemplo, o ouro é um bem público, é dada uma concessão para explorar. Logicamente, é necessária a participação para os governos. Então, não tem nada a ver se vai poluir ou não. É um negócio da União. Quero saber se os Estados, nesse sentido, também participam dessa autorização ou só especificamente a União?

**SR. ERASTO BORELLI** – Não, aí são duas coisas diferentes. Não é necessária a autorização. Ali diz, o Estado tem direito à participação no resultado. É competência da União, dos Estados, etc. proteger, registrar, acompanhar, fiscalizar as concessões. Mas, privatamente é a União. Não é preciso a autorização que não



seja ambiental do Estado. Agora, tanto o Estado como o Município e a União têm participação no negócio. Mas, não existe uma autorização formal do Estado para se minerar. Não é preciso essa autorização. Fora da parte ambiental, como disse, já. Sem o licenciamento ambiental, que é Estadual, não se consegue extrair.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Na verdade existe um controle do Estado, porque sem autorização ambiental não se consegue explorar. Mas, pela parte ambiental. Agora, qualquer que seja a substância explorada, tem a participação financeira.

**SR.** – Se eu não quiser, por exemplo, que se explore o caulim, se eu for o governador, não por uma questão ambiental, desde que seja protegido o ambiente, não posso falar nada.

**SR. ERASTO BORELLI** – Não há o instrumento legal para impedir.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Se a União permitir explorar, tudo bem, o bem é dela.

**SR. ERASTO BORELLI** – A lavra é toda autorizada por Brasília.

**SR.** – Erasto, gostaria de tirar uma dúvida. Embora esteja prevista a participação dos municípios, está prevista a compensação financeira, etc. Na prática, isso não existe, não há a participação municipal em decisões que envolvam a exploração de qualquer jazida. Por exemplo, a água mineral, a pessoa explora e, em tese, o município recebe o ICMS pela exploração, pela venda desse produto engarrafado. Porto de areia, o município não tem esse poder. Tem o impacto ambiental, mas quem versa sobre isso é o Estado, no caso aqui a CETESB. Na

prática, embora esteja na Constituição, não existe uma participação nas decisões de exploração, de concessão ou não, do município, ou existe?

**SR. ERASTO BORELLI** – Na prática, existe.

Muitos municípios têm o seu planejamento de ocupação do território. Então, em muitos casos, o DNPM, que é órgão do Ministério de Minas e Energia, que dá autorização, exige que se consulte o município. O Município de Cotia, por exemplo, tem uma Lei Municipal que proíbe a mineração. Acho que é até inconstitucional uma lei com esta proibição.

**SR.** – Se o município vetar: não quero porto de areia aqui no município, não quero ver explorando. Não existe essa possibilidade, existe uma consulta.

**SR. ERASTO BORELLI** – Existe, porque o DNPM ouve o município. Então, se houver uma manifestação do município de que aquilo seria altamente prejudicial ao município, o DNPM, consultando o município, não concede. A parte do imposto vou deixar mais para frente, e falarei da legislação e da prática, o que acontece. Agora, importante é essa parte do Estado: elaborar, propor o planejamento estratégico do conhecimento geológico do Estado, atendimento de necessidades do desenvolvimento econômico e social, aplicar o conhecimento geológico ao planejamento regional em questões ambientais, erosão, estabilidade, pesquisa e exploração de recursos minerais e de água subterrânea, proporcionar o atendimento técnico nas aplicações de conhecimento às prefeituras – seria o apoio do Estado às prefeituras – fomentar as atividades de mineração de interesse socioeconômico e financeiro para o Estado, assegurando o suprimento de recursos minerais, de maneira estável e harmônica, ou demais formas de ocupação do solo em atendimento à legislação ambiental. Então, tem muita coisa aí que não é de querer, está na Constituição Paulista, Srs. Deputados. E muitas coisas as quais lutamos



que são obrigações do Estado, previstas na Constituição. Para dar uma idéia da importância dos

usos, poderíamos falar o dia inteiro aqui, mas vou resumir. Por exemplo: agricultura. Não existe a agricultura produtiva sem o corretivo do solo e sem o famoso NPK, que é nitrogênio, fósforo e potássio. O nitrogênio é tirado do ar, não tem muita mineração, antes vinha do salitre do Chile; o potássio é um bem mineral, aliás, um dos itens mais pesados da nossa pauta de importação de minerais; e o fosfato também é um item mineral o qual São Paulo já foi importante produtor e hoje é um item pesado na importação. Então, a base da agricultura se vale desses itens, porque tudo que usamos ou vem da agricultura ou vem da mineração e a base da agricultura produtiva são os bens minerais.

**SR.** – Os maiores fornecedores do Brasil vêm de fora.

**SR. ERASTO BORELLI** – De potássio, acho que era o Canadá, não lembro bem, talvez a Alemanha; de fosfato, Estados Unidos e Marrocos. Poderemos depois falar um pouco sobre isso também. Na indústria da alimentação, o sal, por exemplo, é um bem mineral e muitos usos. Em preparação de produtos alimentares são usados vários minerais. Vimos recentemente que o Governo Federal quer retomar a construção civil, para diminuir o desemprego, e a base da construção civil são os recursos minerais: calcário, cimento, brita, areia, ferro, etc. Até tem uma transparência famosa de uma casinha seccionada e mostrando aonde vão os minerais. Alguns, talvez, já conheçam. É incrível: na fiação telefônica, nos vidros. A base do vidro está mais abaixo um pouco, é a areia. Mas, não é qualquer areia, é uma areia especial. E por aí vai. Se começarmos a olhar em volta aqui, o metal, só não é mineral a madeira, mas, provavelmente, tem produto mineral no verniz. Todos os metais, a parte de alvenaria, as lâmpadas, os filamentos de lâmpada, vidros. Então, a base, tudo o que o homem usa, vem da natureza. Isso vale para toda a indústria, a indústria química, a cerâmica também, que é um importante consumidor



de argila. E poderíamos discorrer meia hora sobre cada um deles. Tem os produtos farmacêuticos. Quem teve criança pequena sabe que davam produtos para dor de barriga na base de caolim e por aí vai. Talco na parte de cosméticos. E às vezes, por exemplo, na indústria metalúrgica, falam: São Paulo não tem minério de ferro, não tem metalurgia muito desenvolvida na parte do recurso mineral usado. Mas, todos os moldes de fundição exigem outros componentes minerais, principalmente areia. Então, o consumo da metalurgia, embora São Paulo não tenha minerais metálicos em produção, o consumo da metalurgia de minerais não- metálicos associados é muito grande. E como acontece em muitos setores, a produção dessas areias especiais, só ocorre aqui em São Paulo: são volumes enormes produzidos para vidros, siderurgia, moldes de fundição, etc. Então, isso seria para mostrar essa importância, porque não vivemos sem isso. Coloquei a transparência porque estou falando em linhas gerais, só no caso da areia a série de usos, em tintas, num inseticida, por exemplo, como que se vai diluir uma gota por uma área, então, é preciso pôr o que eles chamam de cargas. São cargas inertes e muitas são de origem mineral. E por aí vai. Todos esses setores são consumidores de recursos minerais. E ali está a forma de como é usado. Isso é uma idéia, sempre falando mais em valor, com dados de 1995; mas as proporções, com exceção do petróleo, que já está afetando, não mudam tanto. Só para ter uma idéia do que é mais importante na produção do Brasil em termos minerais: petróleo disparado, 30% do valor; minério de ferro, 18%; em terceiro lugar já aparece brita, não- metálico; em quarto lugar já aparece calcário, não-metálico; o ouro vem em quinto lugar – o Brasil é um dos grandes produtores mundiais de ouro; o Brasil está entre os três primeiros maiores produtores mundiais de ferro; areia, cascalho e argila estão em 7º e 8º lugares no País; água mineral aparece em 10º lugar, e vemos que São Paulo é o maior produtor. Então, os dez principais bens minerais do Estado são responsáveis por mais de 80% da produção do País, em valor.



**SR.** – Embora você puxe a sardinha para esse negócio aí de areia, etc. em São Paulo, o que você queria mesmo que tivesse era ouro.

**SR. ERASTO BORELLI** – Não, não tenho preferência, quero é que vejamos o que nos é importante. Quando fui mexer com os metálicos fui para outros estados. Mas acho que temos de ver o que é importante para nós. Às vezes, uma jazida de ouro no Acre pode ser antieconômica e uma jazida de areia de Osasco pode ser altamente rentável. Isso dá uma idéia da importância dos Estados no setor brasileiro. Rio de Janeiro, 30% da produção, mas essa produção do Rio de Janeiro é principalmente pelo petróleo da plataforma; Minas Gerais em segundo lugar, principalmente pelo minério de ferro; São Paulo, por causa das areais e britas; Pará, por causa de Carajás e bauxita e na Bahia e Rio Grande do Norte sempre aparece o petróleo influenciando bastante. Então, São Paulo é o terceiro produtor nacional, em termos de valores da produção mineral.

**SR.** – Goiás tem uma produção muito diversificada.

**SR. ERASTO BORELLI** – Goiás tem. Inclusive gemas, e o fosfato de Goiás é fortíssimo; o amianto era muito forte, níquel, embora em valores não aparece tanto assim. O amianto é muito forte, mas agora está sendo praticamente banido do setor por problemas ambientais. Este aqui é só para dar uma idéia do balanço brasileiro. Em 1966, praticamente empatava o que exportávamos com o que importávamos. Principais exportados: ferro, bauxita e seus produtos e ouro; principais importados: potássio, petróleo, carvão mineral e cobre. Então, vejam a nossa vulnerabilidade em termos nacionais, é energia e material para a agricultura, fertilizantes. Poderíamos colocar muito bem ali o fosfato também na lista de principais importados. Aí é participação do Estado de São Paulo. Em metálicos, praticamente São Paulo produz zero, naquela primeira coluna, não-metálicos em milhões de dólares, gemas praticamente zero e um pouco de energéticos.



Energético é gás. Talvez um pouco de turfa, mas acho que basicamente é gás, que é muito pouco também. No Brasil, os metálicos já superam os não-metálicos; gemas é pouco significativa na produção global do País, mas os energéticos, que é basicamente petróleo e gás, pesam bastante. E a participação de São Paulo no Brasil, dos não-metálicos, chega a 33%, quase 34%. E a participação total no valor da produção chega a quase 10%, 9,5%. Mas, se tirarmos o petróleo, a participação total do Estado chega a 17,5% ou próximo disso. Aquele gráfico é só para ressaltar o perfil ali de São Paulo, aquele vermelho que é não-metálicos aparece praticamente único. Ao passo que, no Brasil, os energéticos são os principais, não metálicos e metálicos quase que se equivalem e gemas no global é pequeno mesmo. Então, o perfil do Estado é totalmente diferente do País. E aí é importante lembrar aqueles conceitos de minerais não-metálicos, que são abundantes, não suportam grandes transportes e ocorrem próximos às grandes áreas de concentração urbana.

**SR.** – Só uma dúvida: existe ou não algum estudo que dê indicação de quanto é a reserva para cada segmento desse?

**SR. ERASTO BORELLI** – Toda jazida em exploração é obrigada a fazer um cálculo de reserva para o DNPM. Então, se pegarmos Carajás: produz tantas toneladas, tem uma reserva, às vezes classificada em três categorias, conforme o grau de incerteza – provada, provável e impossível. E isso é exigido numa pesquisa mineral. Só que esses valores são muito estimativos. Em alguns casos não. Quando se fala em reserva provada de uma grande empresa, normalmente não é, mas os possíveis aí têm uma possibilidade de aumentar em muito. É muito comum: a jazida quanto mais se tira, mais aumenta a reserva. Por quê? Porque à medida que a lavra vai andando, vai continuando a pesquisa, vão detalhando e vão incorporando maiores reservas. É muito comum isso. Quanto mais tira mais aumenta a reserva.



**SR.** – Erasto, essa resposta do Eraldo não estaria naquela questão da Constituição Estadual, que se cumprisse aquele mapa, todo aquele planejamento mineral que está previsto na Constituição Estadual, que deveria ser feito pelo Estado, ali não prevê isso tudo, toda essa avaliação?

**SR. ERASTO BORELLI** – Não nesse nível de detalhe. Mas, uma série de coisas, muita coisa que poderia ser feita no Estado. Vamos chegar nisso aí também no final. E dentro do Estado, mostramos a importância do País. O que é importante? Vem lá, 34% de brita, 30% de areia, 13,5% de calcário, 10% de argila e 6,5% de água mineral, com aqueles usos: construção civil, fundição, vidro, cimento, corretivos agrícolas, cerâmica e bebidas e outros bens, em produção ainda pequena, mas muitos com potencial no Estado de granito ornamental, rochas para revestimento, talco, feldspato, enfim, fosfato, bauxita; são ocorrências que têm pequena produção, mas que poderia ser aumentada. Acho importante também falar que o quadro do Brasil – não é patriotada, não é nada disso – visto o tamanho do País e pela variação dos ambientes geológicos que temos, o potencial é para uma produção muito maior do que temos hoje. É incompatível a nossa produção com as características geológicas e pelo tamanho do País. Basta ver os outros países: Austrália, África do Sul, Canadá, mesmo Estados Unidos, China, todos os países com essa extensão territorial têm condições de produzir e nós teríamos condição de produzir muito mais. Então, o que falta é conhecimento do subsolo. Aqui são as lavras autorizadas existentes no País e São Paulo, o que existe oficialmente. Sabemos que esse número, no mínimo dobra, mas é o que existe. Então, o Brasil tem 118% dos títulos de lavra concedidos pela União.

**SR.-** Quer dizer que tem uma clandestinidade grande?

**SR. ERASTO BORELLI** – Tem.



**SR.** – Não é um dos setores de maior clandestinidade?

**SR. ERASTO BORELLI** – Não sei. Dos outros não saberia dizer. Mas nesse setor realmente tem muita clandestinidade. E isso significa sonegação, não pagamento da compensação financeira, que além do ICMS tem um percentual pequeno que é aquela compensação financeira do Estado, Município e União, em parcelas. Aqui é um mapa do Estado de São Paulo. Para entender um pouco, temos duas grandes unidades separadas mais ou menos por essa linha. Tudo o que está à direita, os granitos, egnais, rochas antigas, embasamento cristalino que pega a serra do mar e todo o litoral e mais a parte central, são as rochas sedimentares mais jovens, não tão deformadas. Isso tem uma importância muito grande na distribuição dos depósitos minerais. Nessa região, por exemplo, essas rochas sofreram muito mais processos, foram aquecidas, sofreram rupturas, houve remobilização de metais e é onde normalmente se encontram no mundo as rochas, os depósitos de minerais metálicos e algumas concentrações também de não- metálicos. Então são duas unidades básicas.

**SR.** – Aí a exploração de água subterrânea é pior.

**SR. ERASTO BORELLI** – Então, outro dia foi falado aqui na grande dádiva de São Paulo em água subterrânea, que é o arenito Botucatu, que vai por baixo das rochas até o Paraguai. Então, está nessa categoria das rochas sedimentares. Nesse já aparece melhor. Este aqui seria um mapa geológico super- simplificado do Estado de São Paulo, com aquela linha que falei e aqui aparecem as unidades que estão mergulhando para frente. Então ela aparece em faixas e aqui estão recobertas por essas mais novas. Uma delas é o arenito Botucatu. Agora, o mapa geológico, voltando àquelas atribuições do Estado. Por exemplo, o solo nada mais é do que a alteração das rochas. Então a matéria-prima do solo são as rochas. Então, o mapa geológico é um elemento de fundamental importância para se conhecer o solo



também. E a parte de água, nesse exemplo que falamos, todo controle é pelas rochas. A parte do meio físico ambiental é um reflexo das rochas, das estruturas que existem. São levantamentos temáticos de importância para praticamente todos os setores, o mapeamento geológico. E o último mapa geológico que temos foi feito em 1981. Está totalmente desatualizado e esgotado. Quem quiser nem acha para comprar, nem se publica. Eu, que fui um dos mentores do mapa, não achei para comprar. Não tem. Tive que emprestar. Este aqui é aquela parte mais antiga, está um pouco mais complexo, mas está muito simplificado no que diz respeito à realidade. Então, nessa parte existe um potencial grande para outros depósitos minerais que não conhecemos. E em alguns casos, Goiás, Minas Gerais, talvez até alguns lugares do Pará, a geologia é mais bem conhecida do que no Estado de São Paulo. Esse mapa mostra as cidades produtoras de brita no Estado. Simplesmente para mostrar que existe uma grande concentração em volta da grande São Paulo e dos principais eixos de desenvolvimento. Aqui existe um problema geológico, também no Oeste do Estado, de não ocorrência de brita, dificuldade de obtenção de brita nessa parte, porque não existem essas rochas favoráveis. Então, as britas estão distribuídas mais ou menos de acordo com as concentrações urbanas também. Esse é o mapa da areia no Estado de São Paulo. A areia para construção, basicamente é a areia de leito de rio ou de planície, das planícies dos rios. Está um pouco desatualizado, mas, por exemplo, aqui é o Vale do Rio Pardo, toda essa parte aqui, que é uma grande produtora, é o Vale do Rio Mogi-Guaçu e outra aqui é o Vale do Rio Paraíba. É o canal e as margens. Aqui é o Vale do Rio Ribeira, aqui o Paraná, no médio Tietê também tem algumas coisas. Então, areia para construção civil com essa importância toda do Estado, vem ou dos rios ou das várzeas dos rios, antigos canais. E aqui é argila para cerâmica, no geral, também existe uma certa concentração próxima a São Paulo, algumas coisas mais interiorizadas. Mas, aqui onde estou trabalhando atualmente, na região de Rio Claro, Santa Gertrudes, existe o maior pólo cerâmico da América Latina: 60% dos pisos cerâmicos do Brasil sai desse pólo. Praticamente nada é exportado, é tudo consumido no País. A história



interessante é que eles praticamente quase quebraram o grande pólo que era Santa Catarina. Por quê? Porque encontraram uma matéria-prima cheia de qualidades que exigia muito menos misturas e tratamentos. Então eles tiveram condições de produzir um piso muito mais barato, ganhar muito mais dinheiro e abrir um mercado, inclusive, para uma classe que não tinha acesso à cerâmica. Isso eu vejo muito na zona rural, na minha região de Itapira. Antigamente, o piso era tudo vermelhão, aquele cimento, ou verde; hoje, qualquer casa que se vai na zona rural tem cerâmica, piso cerâmico. Graças a esse custo baixo. E é uma coisa assim recente, partiu de uns 15 anos para cá e continua crescendo. Essa cerâmica é Rio Claro. Argila para cerâmica, é Rio Claro, Santa Gertrudes, Araras, Limeira, não chega ainda em Piracicaba, mas é por ali. Houve uma apresentação, em Salvador, no Congresso de Cerâmica e quem abriu foi o secretário de Minas e Energia da Bahia. Ele falou de tudo, mas o que mais se disse foi da ida da Ford para a Bahia, que iria aumentar o PIB do estado da Bahia; em dez anos iria aumentar em 40%; iria gerar 5 mil empregos. Depois foi a minha apresentação sobre o pólo de Santa Gertrudes, que ninguém nunca tinha ouvido falar. Atualmente, gera 5.500 empregos diretos, e às vezes não existe esse conhecimento de alguns setores. Aqui é para mostrar, essa parte que aparece no mapa, aquela parte Leste do Estado, onde ocorrem aquelas rochas mais complicadas e por isso possibilita o surgimento de alguns depósitos minerais. Por exemplo, essas são rochas graníticas. Elas estão praticamente em todas essas regiões. As rochas para revestimento. Então é Bragança Paulista, São João da Boa Vista, Mauá, uma região próxima a São Paulo, alguma coisa aqui no Sul, antigamente em Ubatuba, que agora está paralisado. Mas, enfim, esse tipo de rocha praticamente só provém dessa região aqui. Este é um mapa simplificado das ocorrências minerais, dos calcários de São Paulo. Existe uma ocorrência, entre essas faixas mais novas, que é um calcário apropriado para corretivo de solo e existem outras manchas, que são calcário para cimento, nas regiões de Sorocaba, Vale do Ribeira e Apiaí. Praticamente, as nossas fábricas de cimento estão nessa região. E esse calcário é explorado basicamente para corretivo





de solo. E aqui temos um problema sério. Toda essa parte agrícola do Estado está muito distante dos pontos de produção de calcário, toda parte Oeste. Calcário para corretivo também é um produto muito barato. Então, isso implica um custo muito alto para os produtores do Oeste. Não sei como anda hoje, mas no tempo em que estive na Secretaria da Agricultura existia um sistema de portos ao longo do Tietê, de transporte fluvial, de barcaças de calcário para corretivo. Havia vários terminais que foram implantados pela Secretaria da Agricultura. Mas, continua um problema. São coisas que uma pesquisa pode ajudar a resolver. Não existe nada que diga que é impossível ter calcário lá. Se achássemos alguma coisa mais para o Oeste seria altamente benéfico para a agricultura. Aí já há ligação então, com a parte de transportes.

**SRA.** – O pessoal da Oeste acaba importando ou não?

**SR. ERASTO BORELLI** – Ali tem um problema de frete de retorno da soja que vem lá de cima. Então, isso ameniza um pouco, vai até calcário do Vale do Ribeira. Aqui, tentei listar, provavelmente os colegas podem aumentar a lista, o que a mineração faz. Isso foi tirado do que vejo por aí, da minha experiência. Quando se chega no lugar, se tem mata, a primeira coisa que se vai fazer é desmatar para minerar. Então, há aquelas implicações da fauna, flora, erosão, etc. Depois, muitas vezes o solo é estéril e muitas vezes o solo é removido sem os cuidados necessários. Então, é misturado com outros estéreis e praticamente se destrói o solo, pois muitas vezes não se pode repor. A alteração da paisagem, aquele aspecto visual, que quem vê uma pedreira conhece, no mínimo se está diminuindo os morros. A geração de estéreis tem sido uma coisa importante porque é muito comum se ter cobertura de estéril no minério. Então para tirar aquele minério, gera-se uma quantidade estéril que tem de se saber onde colocar. E às vezes é poluente. No caso de Santa Catarina, das minas de carvão, tem a perita que é um sulfeto que se transforma em ácido sulfúrico. É uma poluição extremamente danosa das águas



em termos de acidez. Então, esse problema do estéril ocorre praticamente em todas as minas. Áreas inundadas são os buracos que ficam lá, viram lagos naturalmente, e as minas descem muito. Há formação de poeira praticamente em todas as fases. Qualquer caminhão transitando nas minas já gera poeira, carregou gera poeira, britou gera poeira, moeu gera poeira. Em qualquer tratamento a poeira está sempre aparecendo. Assoreamentos, quando se mexe no solo, soltam aquele material; vem a chuva e as minas são pontos de fornecimento de material solto que vão para os rios. Há os ruídos, vibrações e ultralanchamentos dos explosivos. Vibrações que chegam, se as vilas ou casas forem próximas, a trincar parede, quebrar vidro, ruídos que atrapalham de toda forma. Nos ultralanchamentos, já houve casos de pedras que são lançadas, casos de morte, inclusive, aqui em São Vicente. Quanto à poluição das águas, alguns casos como o do carvão de Santa Catarina, principalmente mercúrio nos garimpos de ouro, que é um problema muito sério. Nesta figura, é uma área de cerâmica, mas tudo isso é cobertura estéril. Os senhores vêm que tem oito a dez metros de cobertura estéril que tem de ser extraído para se chegar na argila cerâmica. E aqui, um caso interessante desses calcários da região de Piracicaba, Limeira, em que o calcário é uma camada tirada para corretivo de solo que está ali embaixo e já apareceu um piscinão lá. E tudo isso que existia acima era estéril. Então, tirei 4 metros de calcário e 40 de estéril. Nesse caso, essa parte superior já está sendo aproveitada pelas cerâmicas como argila. Essa parte inferior são diferentes tipos de rocha e esta aqui, estamos visualizando já alguns usos, algumas aplicações e também esta aqui teria um outro tipo de aplicação, porque tem muita matéria orgânica, seria na parte de agregados leves. Então, o aspecto que queria chamar a atenção é o seguinte: essa geração de estéril na mineração poderá ser minimizada com pesquisa de utilização desses estéreis. Aconteceu naturalmente lá, esse cara estava quase parando a mina porque tinha que remover muito material de cima. Começou a vender essa argila para a cerâmica e hoje a argila dá mais renda do que o calcário. Provavelmente ele teria parado se tivesse ficado no calcário só. Esse é um dos pontos que acho importante para a pesquisa. É uma linha.



Agora, os problemas que vejo pelo que tenho conversado no Estado. Problemas do setor: não existe uma política de atuação. Não há nem o que criticar porque não existe. A atuação do DNPM, com mil dificuldades, não consegue fiscalizar, não consegue dar vazão aos processos, não consegue cumprir aquelas obrigações da Constituição, lavras clandestinas, que são muitas por aí, fora do controle do DNPM. Na parte de licenciamento ambiental, o que tenho visto, a queixa maior, antes era contra o licenciamento, agora é da morosidade do licenciamento e da burocracia. O minerador, esse é um problema sério, que está disposto a cumprir toda a legislação tem urgência de fazê-lo. Trabalhei uma época com granito ornamental. Descobrimos as jazidas e requeremos as jazidas. Granito ornamental para exportação. A moda é muito ágil, tem um ano nas feiras da Itália que sai um tipo de granito. No outro ano já é outra moda. Chegamos à conclusão que essa jazida para explorar legalmente ia demorar de cinco a dez anos. Já passou a moda cinco vezes. Então isso é um entrave sério. E o minerador reclama muito de ter de ir no DNPM e o DNPM manda para os órgãos ambientais. Ele reclama muito de um balcão único, no qual desse entrada e fluísse com mais agilidade. Realmente, a pessoa que quer andar legalizada tem problemas de tempo, de prazo. Levantamentos básicos, já falamos um pouco da importância, já falei do mapa geológico, inclusive, tem um elaborado por um grupo de pessoas na UNESP Rio Claro, falta só a edição do mapa e não se consegue recursos para isso. Mas é uma necessidade constante, levantamentos básicos para o uso em todas essas áreas que comentamos. Pesquisa, desde a geologia, passando pela lavra, beneficiamento, tem um campo vastíssimo de contribuição como apoio à pesquisa, tanto para descobrir novas jazidas, para diminuir efeitos ao meio ambiente, para achar usos para os estéreis. Importar, sem falar da importação de outros países, uma cerâmica dessas: outro dia havia uma pilha de feldspato, que é baratíssimo, da Paraíba, aqui em Rio Claro. Então, quem ganha em trazer feldspato da Paraíba, que é um negócio muito barato para São Paulo? Cheguei à conclusão que são os árabes, porque vem tudo de caminhão, óleo diesel. Não ganha o paraibano, paga



caro aqui o ceramista e quem fatura são os árabes, porque no fim, o item mais caro desse feldspato que chega aqui é petróleo importado. E tem casos parecidos. Todo cimento usa gesso que vem do Nordeste também. O nosso sal de cozinha vem do Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. E tem outros casos. Esse tipo de coisa deveria ser enfocada e tentada a minimização. Na área de recursos energéticos, quando mostrei aquele mapa geológico do Estado de São Paulo, mostrei só terra, geologia da terra, mas não podemos esquecer que entrando no mar a geologia continua. E o Rio de Janeiro está naquela situação pela produção de petróleo. Então, a Bacia de Santos que está mais ao norte um pouco, já está começando a produzir, e se existe o potencial de gás de petróleo, o Estado tem participação também, no caso de produção de petróleo e gás na sua plataforma correspondente. Ninguém está falando aqui que o Estado deve procurar petróleo, não tem nada a ver com a Paulipetro, não é nada disso. O que acho é o seguinte, o Estado que é o maior consumidor de energia, na forma de gás, que seja na forma de petróleo, e se que existe um potencial aí, será que estamos acompanhando o que a Petrobrás fez, o que a Agência Nacional do Petróleo fez, o tratamento que está dando para a nossa Costa, por que estamos usando o gás da Bolívia? Então, acho que tem de existir no Estado, no mínimo, um acompanhamento do que está sendo feito. Acho extremamente benéfico para todos os usos energéticos que temos, indústrias e domésticos. Está tendo um debate aí sobre energia, o problema das termoeletricas é outro problema sério, os ambientalistas estão vendo um problema sério nisso. E tudo se passa e ninguém toca no assunto. Acho que deveria haver uma preocupação, porque são recursos minerais do Estado também. Apoio tecnológico, de uma forma bem genérica, em todos esses setores. Poderia citar o caso dessas pequenas olarias, pequenas cerâmicas que têm perdas enormes de material por falta de tecnologia, gasto excessivo de energia, caberia um programa de apoio tecnológico em todos esses setores, para não falar nessas grandes de Rio Claro que citei, que têm equipamentos de 2 milhões de dólares, mas têm desperdícios enormes por falta de controle de custos.



Em linhas gerais é isso, era dar uma idéia, não sei se correspondeu à expectativa. Mas, quanto a essa falta de política no Estado, gostaria de só mostrar mais uma transparência. Existem os organismos estaduais que teriam alguma relação com o setor. Pela criação da Secretaria de Energia, ela teria que fazer a execução da política estadual referente à exploração dos recursos minerais. Tudo aquilo que está na Constituição, seria grosso modo, uma atribuição da Secretaria de Energia. Tem coisas na Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento, em que está o IPT, com vasto corpo de geólogos, de engenheiros de minas, e toda essa área mineral, na parte cerâmica, de areia, a Secretaria do Meio Ambiente, em que está o Instituto Geológico, que teoricamente teria uma função importantíssima, mas não consegue fazer muita coisa. Além das entidades de ensino, o curso de geologia que tem na USP, na UNESP e na UNICAMP e de Engenharia de Minas na POLIUSP. Em linhas gerais é isso. Prefiro não falar o que fazer, prefiro jogar os problemas. A minha idéia era ouvir mais pessoas, talvez consultar, pedir contribuições por e-mails, para gerarmos o nosso relatório.

Então, em linhas gerais era isso. Muito obrigado.

**SR. JILMAR TATTO** – Obrigado, Erasto Borelli. A palavra está aberta para discutirmos um pouco este assunto. Quem quiser fazer uso da palavra pode se manifestar. O pessoal da Secretaria do Meio Ambiente, que mexe com essa área de mineração, poderia se apresentar. Arunto, Alzira Debarbot, representando a Secretaria do Meio Ambiente. João Fuzaro da CETESB. Tem uma questão que acontece na área de saneamento, acho isso da maior importância, uma competição na área de tubulação de esgoto entre o PVC e o setor ceramista da manilha cerâmica. Vemos o setor PVC normalmente controlado por empresas transnacionais, com alta tecnologia de desenvolvimento total e o nosso setor ceramista altamente primitivo. Fui visitar as fábricas em Tambaú, é uma coisa de fundo de quintal. E movimenta e vai movimentar muitos recursos esse setor no



Brasil, visto a quantidade de rede de esgotos que tem para fazer no Continente e no Brasil, em termos de saneamento básico. E vai acabar

não conseguindo competir com o setor do PVC, do plástico, por conta de não ter uma política de apoio tecnológico, de criar um modelo de redução de custo, de busca de novas tecnologias, de fomento tecnológico nessa área. Além disso, fui procurado por um grupo de olarias da região de Tupã, que tinha que fazer o tal termo de adequação, o TAC, adequação de conduta e o pessoal não tinha a menor estrutura, nem para contratar alguém para preparar a organização para tirar a tal documentação que os tirasse da clandestinidade na região. Então, empresários muito pequenos manuseando esse setor e aí com profunda dificuldade para se viabilizar do ponto de vista econômico. Também o que vejo é mais um drama nesse setor, quase um desastre total. Tem que haver uma política para poder resolver esse tipo de questão. Fui à Secretaria do Meio Ambiente, o pessoal está tentando tirar a documentação DNPM lá, mas o que me impressionou foi a falta de estrutura. O empresário que não tem 500 reais para fazer um condomínio para poder tirar a documentação da Secretaria do Meio Ambiente é um empresário paupérrimo. E é esse tipo de gente que está no setor de olaria no Estado e como é que resolvemos isso? Porque isso, para um estado como esse, é um problema caótico. Então, foi só para levantar essas questões que considero importantes na discussão dessa área.

Então, está aberta a palavra para quem quiser se manifestar.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Com relação àquilo que foi levantado no início, acho que o Erasto fez um apanhado bastante interessante e bom, e não quero apresentar propostas, quero lançar uma base para o debate, para as contribuições. Tenho a impressão que a partir daquilo que ele lançou, havendo possibilidade, poderemos, na próxima reunião, trazer algumas proposições. Porque o pessoal lá no IPT está bastante preocupado com essa questão da área mineral, cerâmica e meio ambiente, e, inclusive, já realizou alguns trabalhos em conjunto, o pessoal do Erasto com os de lá, alguns estudos.



**SR. ERASTO BORELLI** – Quando voltei para o Brasil, depois da pós graduação, a minha primeira missão foi no IPT criar essa área de mineração, ou incentivar, porque já existia alguma coisa. Então, conheço muito bem o que foi feito, as pessoas que estão lá e tenho sido procurado também pelo pessoal da UNICAMP, da USP, da Secretaria de energia e já sabendo disso, querendo ver como que eles podem participar. Vejo aqui, duas possibilidades: ou fazemos um dia de discussão, um meio período ou esse pessoal mandar contribuições via e-mail, cada um mandar o que acha e juntarmos no documento todo aqui.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Continuando aquela argumentação, a preocupação é que esse setor, como vimos, é extremamente importante para a economia do Estado, não só do Estado, mas do País, envolve um contingente de empregos muito significativo e ao mesmo tempo...

**SR.** – Há necessidade de mão-de-obra qualificada para participar disso. Pode-se atender uma gama muito grande de mão-de-obra disponível.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – O perfil de mão-de-obra, e na verdade os impactos ambientais, também são muito significativos. Então a verdade é que hoje, num conjunto muito grande de exploração de segmentos minerais, a exploração é altamente predatória, é realmente predatória. Agora, isso não pode ser usado para colocar a atividade mineral em cheque, porque realmente ela está na base da economia. Então, a preocupação qual é? É de como é que se enfrenta isso no Estado de São Paulo. Se imaginarmos o crescimento econômico no Estado nos próximos anos e mantendo o atual padrão de exploração predatório, sem controle, sem aporte de tecnologia, as conseqüências, do ponto de vista da paisagem, da água, do ambiente em geral, podem ser muito custosas para as próximas gerações. Então o pessoal está estudando algumas linhas, algumas políticas, como direcionar



isso no Estado de São Paulo, políticas de pesquisa de reciclagem de materiais da mineração, como o Erasto levantou. Então, talvez, desse para fazer um apanhado a partir do diagnóstico dele, dessas questões que já estão em estudo, coisa de uns 20 minutos e também contribuir com documento escrito, além desse debate.

**SR.** – Rodolfo, acho que também existe um documento, que talvez o Zarattin pudesse resgatar, importante, pelo menos na Região Metropolitana no final dos anos 70, em que se desenvolveu um plano diretor de mineração. Foi um documento muito importante para mostrar o potencial mineral da região e o potencial de desenvolvimento de uso e ocupação do solo na região e havia até uma matriz que cruzava e priorizava o uso em preponderância a outro, dentro da Região Metropolitana. Isso acho que foi uma idéia muito boa, uma coisa que pode trazer uma contribuição muito importante para esse grupo aqui. Foi feito pela EMPLASA e esse plano foi detalhado depois. Existia o Plano Diretor de Mineração Geral para a Região Metropolitana e depois foi detalhado, se não me engano, para 11 municípios, nos quais havia uma ocorrência mais significativa de minerais e uma ocorrência maior de exploração mineral. Outra coisa que acho que tem de ser objeto de nossa preocupação é essa evasão de recursos do setor mineral, pois me lembro que quando esse estudo foi desenvolvido na Região Metropolitana era uma coisa brutal, altamente significativo o que se perdia de recursos com a atividade mineral clandestina e mesmo com aquelas que eram legalmente licenciadas, mas a pessoa com uma nota fiscal só passava uma semana inteira fazendo viagem de caminhãozinho de areia ou de caolim o que quer que seja. Então, essas são questões que precisam estar presentes para a discussão.

**SRA. ALZIRA DEBARBOT** – E no que diz respeito à aquisição de licenciamento, vou estar colocando aqui uma coisa que acho que é um desafio para que tenha essa ordenação. E isso vou estar colocando em função de uns 15 anos de participação. O Erasto tem sido companheiro em muitas coisas, na questão da





regulamentação dessas atividades minerais. A minha opinião é esta: realmente é difícil, é duro o minerador ter que enfrentar toda uma legislação que está aí para ser cumprida, que de parte da Secretaria do Meio Ambiente é impossível não adotá-las, porque são leis e têm de ser cumpridas, estão aí, são os dispositivos que para nós são apresentados. Durante o ano retrasado e o ano passado inteirinho, a CETESB criou as Câmaras Ambientais e uma das câmaras criadas foi para discutir as questões pertinentes, que era um fórum no qual se trabalharia em parceria os setores privados e os órgãos de meio ambiente. Uma delas foi a Câmara de Mineração, que tinha como secretário a Câmara, eu representando a CETESB e do lado do empresariado a pessoa que tinha na época era o presidente da Anepac, o Sr. Fernando Valverde. Daí discutimos, na época em conjunto com a Secretaria do Meio Ambiente que já trabalhava junto ao DNPM tentando ordenar todos esses procedimentos, as leis, os decretos, etc. que teria a ordenar, a seqüência da mineração e no final, de acordo com todo mundo acabou surgindo uma resolução que está, e que hoje quase todo mundo discorda, que é a Resolução nº 4. É que hoje é ela que dá a diretriz de como licenciar. Agora, dentro de tudo isso que vivemos, uma coisa acho que é a maior dificuldade que temos para ordenar a questão da atividade no Estado é exatamente porque se faz isso desvinculado dos municípios. Então é assim, são 14 anos que nos sentamos, tem o CONSEMA, tem os ambientalistas que estão aí, discutem, falam isso e aquilo, mas e os municípios, onde eles estão? Recai muito nas costas do Estado a responsabilidade de administrar tudo isso. Então, administra o erro do DNPM, o erro do próprio Estado, que lógico todo mundo entende as dificuldades que existem do ponto de vista de corpo técnico, não de competência, porque as pessoas do Estado, como nós, são heróis, porque trabalhamos muito e com pouco recurso. A Secretaria do Meio Ambiente tem feito um trabalho belíssimo, inclusive, compõe os foros, chama todo mundo para discutir, tem feito um esforço tremendo em relação a isso. O ano passado ela trabalhou em cima do zoneamento mineral para o Vale do Paraíba. Agora, é isso. O que acontece é que tudo o que você faz, você tira um ator que não



faz o papel nem mais de coadjuvante, ele é completamente fora, que são os municípios. Acho que os municípios também têm que ter um pouco da responsabilidade, dividir com o Estado, e a própria União, a responsabilidade de administrar esse assunto. Porque senão não adianta. Não adianta ficar o IPT aqui dizendo: faz a mineração assim. Embora, eu ache que também cabe ao IPT nesse trabalho tão de qualidade que ele desenvolve. É exatamente isso, descobrir novas técnicas de mineração, até para se tentar viabilizar a atividade mineral. Vemos, por exemplo, o Canadá, que tem atividade mineral em parque. Ela é desenvolvida de forma subterrânea, em que não se impacta o que está. Então, acho que o IPT poderia estar trazendo também para esta comissão esse tipo de proposta, dos métodos de lavra, de como se está minerando nessas áreas de conservação. Temos o problema do Vale do Ribeira, em que se tem a maior concentração do bem mineral e, no entanto, lá temos a área toda recoberta por áreas de proteção, por apas, por parques, todas as áreas de conservação estão lá. Então como fazer? A Secretaria do Meio Ambiente tem cumprido o seu papel, no que diz respeito à questão da atividade minerária, ela também não pode trabalhar descumprindo a lei. Mas, tem procurado, em parceria, junto com os mineradores, tentar resolver essa questão. Mas, acho que a discussão também tem que se dar por aí.

**SRA. LUCIA SENA** – Acho que deveríamos estar enfocando alguns problemas que são efetivamente problemas jurídicos. Então veja, a CONAMA, quando se fala em avaliação de impacto ambiental, a atividade minerária é uma dessas atividades em que esta avaliação é obrigatória. Então, o que você colocou da dificuldade do pequeno empreendedor em conseguir essa avaliação, certamente é bem grande. Meu filho é advogado na região de Bragança Paulista, e ele foi recentemente procurado por uma série de pequenos mineradores e estava conversando comigo a respeito desse assunto, dizendo: olha, desisti. Porque realmente o empreendedor não tem condições de fazer Rap ou um Eil, alguma coisa assim, com todas as exigências que a legislação estabelece. Então, acho que



este, certamente, é o primeiro ponto que precisávamos estar discutindo um pouco, com relação a qual a linha de corte que estaríamos propondo no sentido de viabilizar que esse pequeno empresário possa, ou cumprir a lei, não ficar na marginalidade, porque daí não cumpre as exigências preventivas e também não cumpre as exigências posteriores, que são exigências, inclusive, constitucionais. Acho que essa discussão de como resolver o problema da licença prévia para a mineração é importante. Parece-me que talvez até um caminho que a Secretaria do Meio Ambiente já tenha tomado, seria o zoneamento minerário e já temos um exemplo bem mais recente do que o Plano da Região Metropolitana, que é do Vale do Paraíba, no qual foi aprovado no ano passado um zoneamento minerário, em que certamente vamos ter uma possibilidade grande de agilização e acho que talvez seja este o caminho mais adequado para podermos equacionar isso, levando em consideração as questões locais, municipais, etc. E em último lugar, acho que precisaríamos estar discutindo um pouco não só a tecnologia de lavra, mas também falar em PRAD. Se a Constituição Federal obriga a recuperação dessas áreas degradadas, acho que também aí precisamos, não só nós, órgãos ambientais, empreendedores, etc. estar aprimorando este trabalho para que possamos fazê-lo mais eficientemente. Então, acho que esses seriam certamente três itens do nosso relatório com relação à mineração que precisariam ser enfocados.

**SRA. ALZIRA DEBARBOT** – Quando coloco a questão da lavra é porque já vai estar embutido na tecnologia de lavra a recuperação de área. Agora, no que diz respeito à questão do licenciamento, já estão estabelecidos os critérios de corte. Tem como caracterizar do ponto de vista de tamanho, levando em conta o volume de mineral explorado, se estabelece quais são os cortes. Em empreendimentos pequenos, como foi citado de minerador que não consegue ter 500 reais, é um empreendimento pequeno e está lá o corte que se pode estabelecer. Teve uma época em que a Secretaria do Meio ambiente trabalhou muito, tentando formar cooperativas para que esses empreendedores trabalhassem apresentando projetos



conjuntos, que eram na época os EIA-Rimas conjuntos. Houve esse trabalho com o pessoal de Patrocínio Paulista, que é o pessoal que retira lá as gemas. Ouvei perguntar se no Estado de São Paulo tem gemas, tem sim, em Patrocínio Paulista e em Franca diamantes, e teve um instante em que a própria Secretaria de Meio Ambiente organizou, na época, a Cooperativa de Garimpeiros de Patrocínio Paulista. Foi uma das primeiras cooperativas que existiu no Brasil. Teve a do Pará e a segunda foi a daqui, exatamente para tentar a organização dessa exploração. Porque, de fato, lá não poderíamos chamar uma lavra, era uma coisa que o pessoal fazia mais até por lazer. E a Secretaria organizou isso. Então, existem essas formas de organização, de tentar organizar via cooperativa. É por isso que falo, é preciso que esteja o município presente, até para poder ordenar também a atividade. Ele tem que se colocar: quero a atividade, quero ou não, e tentar através da prefeitura organizar esses mineradores dentro dessas cooperativas, dentro desses conjuntos, para depois tentar as entidades de classe. Há já algum tempo, até comentei isso com o Sindareia, tive que participar junto com esse grupo de grandes mineradores de cerâmica de Santa Gertrudes. A CETESB desenvolveu um outro programa, porque tínhamos muita preocupação com outro tipo de poluição, que é a poluição dos lagos em função dos metais que se usa nas tintas, nos corantes para poder fazer essa cerâmica. E a CETESB trabalhou num projeto de prevenção à poluição, quando entramos no processo industrial e tentamos junto com esses mineradores reduzir o consumo de matéria-prima, desses materiais tóxicos que usavam na pintura e também reduzir até o próprio consumo de água e energia e é um trabalho que neste instante estamos acabando. A CETESB o está finalizando. Então, também a Secretaria do Meio Ambiente trabalha nessa linha. Essa é a questão. É preciso, antes de qualquer coisa, ordenar isso. É a ordenação do ponto de vista trazendo o município, pedindo às entidades ambientalistas que o trabalho que elas fazem no CONSEMA, elas também precisam fazer no município. Elas também precisam ter essa mesma atuação lá. E é lógico, os outros órgãos que têm as



atividades para desenvolvimento de outros métodos de trabalho, também trazer para a Secretaria essa opção.

**SR. HERALDO MARCON** – Eu não poderia defender o contrário. Acho absolutamente imprescindível que o município participe das decisões e, mais do que isso, seja co-responsável nas decisões. Agora, para que isso aconteça, para que isso se viabilize,

é necessária uma grande mudança na legislação, para que possa interferir, não da maneira como interfere hoje, buscando subterfúgios. Lembro que em 94/95 o Município de São José dos Campos fechou porto. Eram 32 portos de areia no Paraíba, sobraram quatro, porque não se adequavam à legislação. Mas, aí eles utilizaram o instrumento do uso e ocupação do solo que é lei municipal. Então é um subterfúgio. Agora, será que a solução é fechar 28 portos de areia? Ou orientar e viabilizar uma atividade econômica que é imprescindível também para os municípios, já que eles participam do produto dessa renda gerada. Uma outra questão que também implica mudança de legislação ou uma revisão, é a questão da fiscalização. Hoje o que acontece? Existe toda uma estrutura, uma legislação que dá essa prerrogativa, o DNPM, e em alguns casos, por exemplo, há os órgãos estaduais. Por exemplo o DAEE, na questão da exploração de recursos hídricos, ele tem essa possibilidade. Fizemos até um teste em Santo André, pedimos ao DAEE a lista dos poços artesanais explorados lá e estava totalmente desatualizada. E checando os estabelecimentos que perfuraram poços, víamos que uma grande parte não tinha sequer outorga, explorava clandestinamente. Então, além de ter uma estrutura para conceder a exploração, é preciso ter uma estrutura aplicável, factível de fiscalização. Não adianta dizer que o Governo Federal vai fiscalizar. O Governo Federal não fiscaliza no Brasil todo. É impossível. Então é preciso delegar até determinados níveis, para tornar viável a execução. Porque senão, continua do jeito que está. E isso é para viabilizar, não é para inviabilizar. Ao contrário. Dependemos muito da exploração mineral para suportar o desenvolvimento

econômico. O Horácio mostrou a importância da participação nessa área para a economia brasileira. Cabe uma grande revisão. Está um pouco na linha do que a Lúcia comentou, mas acho que além disso, é preciso ver como fiscalizamos de fato.

**SR. ERASTO BORELLI** – Então, coloquei aquela transparência ali e já começam a sair algumas idéias de coisas importantes. Naquele item da Constituição do Estado: fomentar as atividades em particular de cooperativas aos pequenos e médios produtores. Então, isso que estamos falando, esse problema que foi levantado, inclusive, é previsto na Constituição. Acho que aí já sai alguma idéia de que se deve ter um cuidado com esses pequenos e médios produtores e talvez em nível de governo tomar alguma iniciativa em termos de formação de associações. Esse problema levantado do município, até eu deveria ter falado um pouco mais sobre o imposto e acabei não falando, mas além do ICMS, tem essa compensação financeira, que varia de 0,1% para ouro até 3%. Mas na maioria dos nossos minerais é 2% do valor líquido. Então, do valor que vende, tira a despesa de comercialização e calcula o imposto. Agora dessa compensação financeira da exploração dos recursos minerais, vamos dizer que seja 2% aqui no Estado, desse imposto, 65% vai para o município e 12% vai para a União, e o restante, pouco mais de 20%, vai para o Estado. Os prefeitos nem sabem disso. Todo mundo grita que não tem dinheiro e nem sabem disso. Então, nessa parte de fiscalização, tanto em nível de função do DNPM, como em nível de fiscalização e algumas atribuições até do Estado, entra outra linha importante que seria a parte dos convênios. É impossível imaginarmos que o DNPM, o Ministério de Minas e Energia, vai cuidar do interior de São Paulo. No passado, quando se conseguiu fazer alguma coisa, foi um convênio, Governo do Estado e DNPM. É como existe na área ambiental, repassando atribuições para o Estado. Mas a sonegação, não me lembro exatamente os números, de ICMS nesse setor mineral, fala-se em 200, 300 milhões anuais. De compensação financeira, coisa de 50 milhões de sonegação, de falta de recolhimento. Então, esses convênios Estado/DNPM/Município, além de gerar



esses recursos, vão possibilitar esse contato maior, a pessoa é forçada a se organizar, a se agrupar. Está tendo um problema sério em Rio Claro: todas as olarias, se formos olhar a parte ambiental, vão fechar. São dezenas de famílias que vivem disso. E não fecham porque não querem prejudicar o pessoal. Mas a sugestão foi, em primeiro lugar, reunir o grupo e conversar, dois ou três podem falar em nome do grupo. Até pensamos na possibilidade de alguns estéreis da lavra de argila servir para a olaria deles, que é tijolo. Então, esses convênios Estado/União, Estado e Município são muito importantes para resolver os sérios problemas que temos.

**SR. MARCOS AJZENBERG** – Achei muito interessante a palestra do Erasto, como não tinha quase conhecimento dessa parte de geologia, estou muito afastado desse campo, mas acho que ele chama a atenção para uma coisa muito importante e que no nosso setor também vimos sentindo falta, só que acabamos não manifestando isso: acho que o Estado de São Paulo já foi líder num negócio de trabalho de base. Tínhamos realmente os melhores mapas do Brasil, tínhamos mapas geológicos, tínhamos mapas aerofotogramétricos, etc. Agora, os últimos que temos é tudo de 1980. Também na nossa área esse problema é muito sério, e no fundo acho que isso é uma obrigação do Estado. Ninguém pode, não tem condição de se deixar isso para o particular, nenhum particular vai fazer o mapeamento geral do Estado de São Paulo. Ele pode fazer o mapeamento daquela área que lhe interessa diretamente. Mas, toda essa parte de coisa geral, de base, fomos perdendo. O interessante é que isso hoje é muito mais barato do que há 20 anos. Fazer hoje esse tipo de coisa com satélite, etc., tem muito mais recursos. Então, se tem condição de fazer isso de forma muito mais profunda e muito mais econômica, muito mais barata, mas é um desses negócios que o Estado perdeu. Foi sendo relegado, passou por uns becos por aí, numa secretaria e hoje ninguém é responsável por isso. Acho que uma das coisas que essa comissão, que tem essa

parte de recursos, é o mapeamento do Estado, um negócio que temos de recuperar, porque está realmente abandonado.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA COSTA E SILVA** – Deixe-me fazer algumas colocações que considero importantes. Primeiro, acho que temos de ver essa questão da mineração e ali naquele item da Constituição fala sobre fomentar atividades ligadas à mineração, do negócio. O primeiro ponto de vista do negócio. O mapeamento da potencialidade, das possibilidades, a questão tecnológica, a questão da lucratividade, o Erasto falou da baixa utilização. Estamos conversando sobre a questão da clandestinidade, da dificuldade de liberação ambiental dentro da baixa utilização. Imagino o que vai acontecer se conseguíssemos ter a utilização adequada, como tem outros países que foram citados aqui. Certamente, na minha opinião, não é a questão ambiental que atravanca a utilização. Nunca foi. Mesmo porque cresceria clandestinamente. Se houver o mercado, se houver a potencialidade, se houver o incentivo para isso ocorrer, o ambiente como sempre estaria correndo atrás do prejuízo. Não podemos discutir uma atividade do ponto de vista ambiental. A PIC citou seu próprio ponto de vista enquanto negócio. É preciso primeiro verificar o que precisamos para isso ser potencializado. Então, a questão do cooperativismo, tendo em vista que a nossa atividade está muito ligada aos pequenos empreendedores, mínimos, como fazer o grande empreendedor entrar nesse mercado, tentando evitar o grande transporte, foi colocada a questão do sal, do feldspato, isso deve estar acontecendo muito por aí. Mesmo na área que citei do saneamento. Vemos uma falta de competitividade da cerâmica paulista até no setor de saneamento, em setores do Paraná e de outros estados. E do ponto de vista nacional, vencendo as concorrências para poder produzir o material utilizado com os recursos minerais locais. É uma falta de articulação do setor. Então, primeiro o setor tem que se articular, acho que a representante da Secretaria do Meio Ambiente, Dea, colocou muito bem a questão da articulação dos setores e das partes desse negócio. Tanto do ponto de vista da regulação, da parte dos atores estarem





sentados à mesa para poderem discutir do ponto de vista da liberação ambiental, etc., mas do ponto de vista do setor buscando resultados e agregação tecnológica, a redução de custo, etc. Isso está faltando. Segundo, acho que é importante do ponto de vista do Estado, o Estado compreendido como setor público. Este é um negócio que gera recursos para os municípios, os Estados e à União. Então, como foi falado, reclamam que não têm dinheiro, mas está cheio de atividades mineradoras no âmbito do território municipal sem nenhum controle do município e ali está o seu imposto, a sua compensação financeira e o município nem tem consciência disso. A regulamentação, o controle sobre a atividade do ponto de vista, não ambiental, volto a dizer, tem o controle ambiental, mas não é só esse controle ambiental, tem o controle do ponto de vista do negócio do setor público. Aquilo é um negócio público também, ele tem participação no negócio. E aí envolvendo, nessa história toda, considerando a questão do licenciamento, do impacto e das tecnologias limpas para podermos reduzir os impactos ambientais e aí sim, agora o módulo ambiental na questão da produção do negócio que é danoso ao meio ambiente, que logicamente passa a ser uma componente importante e que temos de considerar. A Dea falou uma coisa muito interessante, de serem heróis, da pobreza danada, etc. Esse é o problema ambiental brasileiro. Temos casos de gente pobre produzindo e gente pobre controlando. Mas, normalmente, é gente rica produzindo e gente pobre controlando. Nos outros setores industriais, os empreendedores têm uma capacidade econômica violenta e o setor ambiental não tem a mesma estrutura para poder mantê-los sob controle. Então, é preciso que nessa história toda, se faça o sistema fechar, gerando recursos para o seu controle. Que uma parcela dessa compensação financeira seja investida na delegação das atribuições municipais para acompanhar essas atividades dentro do município, do ponto de vista do controle. E a parcela que vai para o Estado, vá no investimento do sistema do controle do Estado. Porque senão, o controle passa a ser um ônus. O sujeito não vai atrás do bônus e esse bônus, que é a participação financeira do processo, não financia o controle que é na verdade o ônus do Estado. Porque custa



dinheiro controlar. As pessoas fazendo licenciamentos, fazendo estudos, tentando articular reunião, etc. Isso tudo é dinheiro que o Estado gasta e não tem como viabilizar isso. Muitas vezes está dentro do próprio sistema essa viabilidade econômica. Se montarmos um sistema, uma equação que consiga considerar essas questões, certamente vamos conseguir alavancar o setor mineral no Estado de São Paulo, da maneira como queremos, garantindo o desenvolvimento sustentado, mas numa produção que seja adequada que gere redução do custo da habitação, dos alimentos. Na base disso tudo está essa questão. Se começarmos a produzir com mais efetividade, de forma coordenada, consegue-se ter ganhos de escala que vão refletir sobre a agricultura, sobre a questão da habitação, que é importante para o Estado. Então, acho que o grupo, o Erasto, o pessoal da Secretaria do Meio Ambiente, o pessoal do IPT, que acho que podem estar conduzindo o processo de levantar esse material, acho que tem de ter essa preocupação de estar atacando essas várias questões, porque uma pode empurrar a outra. Porque 3% ou 2% de pouco é menos do que se realmente investirmos na área mineradora para poder alavancar o sistema de controle e se ter economia de escala. Então, é um sistema que tem de ser fechado. Se fizermos essa proposta, acho que vamos dar uma grande contribuição num setor que acho que em termos de política pública está abandonado, na base do *laissez-faire*. E esse é um setor que não anda. A não ser quando o negócio é da moda ou é um grande empreendedor que ataca a questão como a Alcoa Bellington, na Serra dos Carajás, um megaempreendimento que nem os interesses nacionais às vezes estão muito explícitos. Ou é assim, ou a atividade ficou abandonada, exatamente naquilo que é o nosso forte, aquilo que é o forte da cidade de São Paulo, que não é o petróleo, que não a gema, é um setor de baixo preço, que tem de ter quantidade para poder dar a viabilidade econômica. Na minha opinião, se pudéssemos conduzir essa história dessa maneira, teríamos condições de dar contribuição. E temos a legislação que vamos ter de cobrar. O Marcos falou disso muito bem, o Erasto também, cobrar que se cumpra o que está estabelecido na Constituição. Não sei se é lei que está faltando. Mas um pouco é de cumprir as



atribuições do papel do Estado em determinados setores que foram abandonados. É uma questão que temos de dizer: se não fizer o que está estabelecido, o que está explícito do ponto de vista do papel de cada um na sociedade, do ponto de vista constitucional, não posso mais acreditar em nada. Se está na Constituição, se a Constituição passou a ser uma carta de boas intenções, em que se cumpre o que se quer, ou o que interessa, isso não pode ser. O Estado não pode agir assim, cumprindo somente aquilo que há interesse e o que não tem deixando para lá, para uma utilização futura quando interessar. Não, foi estabelecido um plano, uma estratégia que é propositiva e que tem ser cumprida. Então, um pouco vamos ter que fazer esse papel nesse setor. Não sei como encaminhamos, mas preferiria que o grupo fizesse uma reunião, tentasse fazer uma reunião, para poder digerir o que tem em cada setor desses, tentar fechar essa matriz de possibilidades dentro do setor. Talvez mais para frente poderemos até fazer uma reunião com o setor. Acho que fazer uma divulgação para os municípios, para ver se conseguimos fomentar essa discussão no âmbito do Estado. É essa a preocupação, tentar fazer algumas provocações que possam ajudar as coisas a acontecerem. Porque acho que aqui não estamos só para ter boas idéias. Provocar a sociedade para que ela se mobilize em torno disso, também é o nosso papel aqui. É por isso que está sendo formulado dentro da Assembléia Legislativa. Acho que mais ou menos fiz o resumo e faço a proposta de reunir o grupo, não acho que seja o caso de abriremos mais um Workshop no momento, mas acho que podemos tentar levantar em cada área dessa o que podemos fazer para poder estar voltando numa discussão final quando tivermos o material para poder formular, colocar nesse capítulo do nosso relatório. Essa é a minha proposta.

O Lajolo tinha feito uma proposta de trazer na próxima reunião, mas eu preferia que fosse feita uma reunião antes, para preparar a parte de proposições. Uma reunião com a Dea, o Erasto e você e o pessoal do IPT, com a tua equipe lá, você como representante, não sei é a tua área, fizessem o estudo e trouxessem uma apresentação em 20 minutos, mas já das proposições gerais disso. Não é uma



boa idéia? Aí já viríamos para apresentar para o restante dos conselheiros as proposições em cima dessas colocações que fiz aqui, que depois poderemos até fazer uma resumo, que no fundo, é o resumo do que vocês colocaram.

**SR.** – Rodolfo, só para esclarecer, se os recursos da compensação financeira fossem adequadamente arrecadados, não precisava mais nada para o setor. O setor é quase auto-sustentado. Se pegar os recursos e aplicar no setor, não precisa o Governo tirar dinheiro de outras áreas e pôr nisso, ele se auto-sustenta.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Então, se temos isso nas mãos, estamos perdendo tempo. Mãos à obra, vamos fazer essas proposições que precisamos, porque é isso que o País precisa, crescer, gerar emprego, gerar recurso sob controle, proteger o ambiente e gerar riqueza, o processo do desenvolvimento econômico. Temos isso tudo nas mãos, por que não fazemos? Tudo bem? Vamos para o segundo item. Sobre o seminário que fizemos, sobre a questão do lixo. O Saneamento Ambiental no limiar do Século 21, a questão do lixo urbano. As informações que tenho tido dentro da Assembléia, que foi um sucesso total, a quantidade de deputados que já me procuraram, assessores que querem conhecer o relatório do seminário que vamos preparar. Então o pessoal que puder montar uma equipe para preparar os resultados desse seminário, os especialistas sobre o lixo, porque realmente a discussão causou impacto na Assembléia. Foi elogiadíssimo o seminário pelos funcionários e além de muitos assessores que ali estavam, muitos deputados me procuraram, principalmente os que são candidatos a prefeito. O que é muito importante. Candidatos de cidades grandes atrás das propostas que os debatedores fizeram, os palestrantes fizeram, a nossa discussão lá, para poder estar colocando aquilo nas suas propostas de governo. Então, se conseguirmos colocar no programa de governo de uma série de prefeitos, partes ou propostas, já é uma grande contribuição que conseguimos com a nossa discussão. Acho que foi muito bom o nosso seminário.



A palavra está aberta para quem quiser se pronunciar a respeito.

O próximo seminário está previsto para ser no dia 15/06/2000, vai ser aquele seminário futuro que queremos, vamos tentar conflitar ou dar sinergia na relação entre a questão da produção industrial e a questão ambiental. Seria meio período, a proposta é essa, começaria às 14h00, os debates seriam a partir das 16h30 às 18h00. A idéia era fazer uma parte de produção e meio ambiente, teria uma palestra com as vocações da produção no Estado de São Paulo, com o presidente da Fiesp, Horácio Lafer Piva, e adoção de tecnologias limpas na produção industrial através do Hélio Mattar, assessor do Ministério do Meio Ambiente, como debatedor o Vicente de Paula da Silva, presidente da CUT. Essa é a proposta. Na segunda parte, seria comércio de serviços e meio ambiente, das 15h30 às 16h30. A primeira palestra seria: Impactos e condicionamentos de padrões ambientais na economia paulista, só que pela ótica do secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, porque estamos sempre vendo essas palestras como a ótica do secretário do Meio Ambiente. Vamos ver sobre a ótica da pessoa que tem de fomentar o desenvolvimento da produção e do comércio dos serviços do Estado, e que tem a responsabilidade também, como todos, sobre a questão ambiental. E o Eco Negócios, que a proposta do pessoal é chamar o Roberto Mangabeira Unguer, que é cientista político. É um cara polêmico, candidato a prefeito de São Paulo. E o debatedor seria o João Dória Júnior que estamos pensando em convidar. Não contatamos essas pessoas ainda, a não ser o caso do Roberto Mangabeira que fiz algum contato para procurá-lo ontem; com o Piva já fizeram contato, mas está aberto para trocarmos idéias sobre essas questões. Achei interessante porque pega uma ótica que não estou acostumado a ver esse tipo de palestrante nesse tipo de assunto. Se os convidados aceitarem, vai um debate bastante interessante, sendo que vamos estar lá explorando a discussão, acho que o papel dos conselheiros é fazer o sobre debate no processo de estar puxando as informações para poder entrar na discussão dos setores. Os senhores concordam? Tudo bem? Então, é só entrarmos em contato para ver se podem comparecer. Vamos ter que mexer nessa



Mesa, porque a abertura é sempre política. Na hora que formos soltar essas coisas, vamos ter que ter um pouco de cuidado, porque tem de chamar os secretários, etc. para poder participar desse processo. Nesse caso aqui chamaria o Trípoli e vamos fazer a mesma coisa que fizemos no seminário que acho foi muito interessante. Os deputados vão falando nos módulos que ficam em discussão o dia inteiro e na abertura falam os dois secretários. Vamos chamar o Trípoli e o José Aníbal. O Macris abre, falam os secretários, começamos o seminário e os deputados vão se colocando em cada módulo desses, vamos abrindo espaço para os deputados. Talvez o Arnaldo Jardim também fale no começo, porque é o relator geral.

**SR.** – Daria uma sugestão, nesse grande item, o primeiro aqui, Vocações da produção, adoções de tecnologias, eu colocaria dois debatedores: colocaria o Vicentinho para debater o primeiro assunto e um outro debatedor da área para debater esse segundo tema aqui. Eu separaria.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA COSTA E SILVA** – Podemos fazer com dois debatedores e o outro também; acho que poderemos colocar dois debatedores. Agora, sua proposta é que se chame alguém mais técnico do setor de meio ambiente e de produção?

**SR.** – É, que tenha uma visão política, evidentemente, como todos têm, mas que tivesse maior conhecimento do assunto.

**SRA.** – Dos nomes que tínhamos pensado, temos o Bresser Pereira e tem o Goldenberg também que poderemos chamar, estão aqui no nosso estoque de nomes.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA COSTA E SILVA** – Vamos colocar dois debatedores em cada um.

**SRA.** – Então vamos dar 15 minutos para cada um, porque senão acabaremos por ficar sem o debate final.

**SR.** – Pode ser o Goldenberg nesse segundo tema e o Vicentino no primeiro, como debatedores.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Colocamos o Vicentino junto com o Goldenberg e embaixo o Milton Santos, catedrático de geografia da USP. Então fica assim: Vicentino e Goldenberg e João Dória e Prof. Milton Santos no debate do segundo bloco. No assunto do Seminário do Lixo, para dar tratos à questão do Relatório, a Lúcia Sena, a Sonia Lúcia, a Sonia Lima e a Ana Lúcia. Foi tão bom esse seminário que vamos fazer um book, porque há demanda dos deputados. Então está ok esse aqui, vai ser dia 15/06. Estamos querendo montar na próxima reunião para falar sobre as florestas, uma palestra com o Mantovani, convidá-lo para vir aqui discutir conosco sobre essa questão que tem sido lembrada. Será que na próxima reunião o grupo pode apresentar já as proposições da área mineral? Será realizada daqui a 15 dias, vamos marcar e os senhores apresentam as proposições em conjunto. Se houver algum problema os senhores nos comunicam. Essa questão do Mantovani fica para a próxima reunião. O último item, não consegui falar com o Marsiglia, estou com problema e vou ter que acertar um substituto, porque está complicado esses dias que estamos marcando, hoje ele está falando sobre Guarapiranga, a seca, a questão do racionamento. No dia 29/05 temos que ter uma proposta para o Seminário sobre as Águas. Para discutir aqui acho que é um teto, vamos ter de nos virar para poder sair com a proposição do seminário. Então, basicamente acho que era isso: 31/05 às 9h30, a próxima reunião dos minerais. Se Deus quiser, daremos mais um pontapé na questão mineral.



**SR.** – Gostaria de dar um aviso. Nessa parte da articulação, vou participar, amarrar tudo, mas infelizmente na próxima reunião não estarei presente, porque tenho uma missão altamente estratégica nas montanhas rochosas em Quebec e portanto não estarei presente. Vou fazer um estudo de impacto ambiental lá, mas volto dia 18/06. Agora, de toda essa amarração vou participar. Na reunião vem pelo menos um substituto para acompanhar e a nossa visita lá, conversamos agora no fim se fazemos agora, até dia 26 agora, ou se deixamos para o começo de junho. Vamos acertar no final agora?

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Então, está terminada a reunião.





**31.05.2000**

·Deputado Rodolfo Costa e Silva – Deputado estadual. Coordenador do grupo temático Recursos Naturais e Meio Ambiente

·João Paulo Capobianco –



**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Inicialmente, quero cumprimentar a todos e dizer que hoje falaremos sobre a mata Atlântica e a florestas do Estado de São Paulo. P João Paulo Capobianco está com a palavra.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Bom-dia a todos. Obrigado pelo convite e pela oportunidade. Antes de entrar em São Paulo, farei uma breve apresentação da situação em termos nacionais, só para fazermos o contexto de São Paulo, em relação ao País. Parece meio estranho, mas na verdade tem um significado, é o que é floresta, porque até essa questão é relativamente polêmica num País como o nosso. Essa polêmica decorre justamente de um embate entre conservacionistas e as pessoas que representam os proprietários de terras que têm sido chamados de forma genérica de ruralistas. Mas, o Brasil possui cinco tipos de florestas, cinco tipologias florestais de acordo com o IBGE, que é um instituto oficial que trabalha com geografia e estatística. Adotamos o IBGE, embora existam outras nomenclaturas, outras classificações diferentes, que ampliam o número de tipologias florestais no Brasil. O IBGE classifica em cinco tipos e em dois grupos. O grupo das umbrófilas, que são aquelas florestas sempre verdes, sempre úmidas, cuja principal característica é que suas árvores jamais perdem as folhas em qualquer época do ano. A mais conhecida delas é a floresta umbrófila densa, que é largamente distribuída na Região Amazônica e ao longo do litoral brasileiro. Esta tipologia tropical brasileira, que é uma das cinco, é que os “ruralistas”, falo entre aspas porque é uma coisa muito genérica e tudo o que é genérico é ruim, um rótulo ruim, ou seja, as pessoas que trabalham defendendo interesses do setor agropecuário, insistem em que deve ser apenas essa a área de incidência da legislação de proteção da Mata Atlântica. Esse foi o primeiro grande embate surgido logo após a promulgação da Constituição que transformou a Mata Atlântica e a Amazônia em patrimônios nacionais. Então, na hora de regulamentar isso, os representantes desses setores queriam que a legislação se referisse



exclusivamente a essa faixa de pouco mais de 200 mil quilômetros quadrados. Mas essa, como eu disse, é apenas uma delas: “floresta umbrófila densa”.

Depois dessa, temos a “floresta umbrófila aberta”, que ocorre em maior quantidade na Amazônia, como pode ser visto, e em alguns trechos no Nordeste, na Mata Atlântica, em Minas Gerais e Espírito Santo. Mas, é uma floresta típica da planície Amazônica, e que as suas árvores nunca perdem as folhas.

Depois a umbrófila mista, concentrada nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com alguns trechos nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que na verdade caracteriza-se por ser uma floresta umbrófila densa, praticamente, com a presença da araucária e algumas espécies diferenciadas, mas, realmente a marca dessa floresta é a presença da araucária. Então, essas são as três umbrófilas, sempre verdes, densa, aberta e mista.

Aí temos as estacionais, que são de dois tipos, cuja vegetação varia de acordo com a estação do ano. As estacionais semidecíduais são aquelas em que algumas árvores perdem as folhas no inverno, por isso que é semidecidual de queda das folhas. E também é uma floresta largamente distribuída pelo Brasil, aí sim, com grande concentração na região Atlântica e pouca concentração na região Amazônica e a estacional decidual em que muitas das suas árvores, boa parte delas, perde as folhas na época do inverno, no Nordeste e na região Sul, principalmente alguns trechos no Centro-Oeste.

Todas juntas formam esse mosaico que caracterizou o Brasil originalmente; 51% da área do território nacional era de florestas tropicais, com 4 milhões, 371 mil quilômetros quadrados, com essa distribuição. Então, como pode ser visto, isso é uma primeira questão importante, quando se fala de florestas. Por ser um País tropical, território brasileiro ser constituído de um conjunto de ecossistemas. O próprio professor Abi Saber, nosso mestre, sempre quando numa aula o aluno diz: professor o ecossistema tal, ele corrige e fala: não, o conjunto de ecossistemas tal, porque a característica do ambiente tropical é a diversidade. Então, isso é uma colcha de retalhos. Nesse contexto, esta é a área legalmente estabelecida pelo



Decreto 750, em vigor, aprovado previamente pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente e que também é área de abrangência da Mata Atlântica no projeto de lei já aprovado na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, indo a plenário agora, nos próximos meses, espero que nas próximas semanas. Esta área domina 1 milhão, 306 mil quilômetros quadrados de área original, onde São Paulo, como pode ser visto, está praticamente inserido totalmente dentro da Mata Atlântica, em termos de área original. Em termos de área remanescente essa é a situação em 90. Segundo esses dados, temos 7,6% de área de Mata Atlântica remanescente em todo o País. Este número refere-se exclusivamente ao que chamamos de floresta densa, não confundir com umbrófila densa. Floresta densa o que é? São aquelas formações ou primárias, que jamais foram alteradas de forma significativa, ou que já foram alteradas, mas que recuperaram a sua característica de floresta compacta. Por que esse estudo trata apenas das formações de floresta densa? Porque foram feitos através de imagens de satélites. E através de uma imagem de satélite é possível distinguir uma área de floresta densa de uma de não floresta densa, mas é impossível distinguir uma área de floresta, por exemplo, em estágio inicial de regeneração, de uma área de pastagem, de uma área agrícola. Porque aí se perde a capacidade de definição na própria imagem. Dificulta tremendamente o trabalho. Então, aí, trata apenas das florestas densas. Evidentemente, que se nós incluíssemos nos estudos as formações secundárias, em estágio inicial e médio de recuperação, esse número seria maior do que os 7,6%. Mas, na realidade, todos sabemos que é na floresta densa que está preservada, em melhores condições, a biodiversidade da Mata Atlântica. A legislação atual, em vigor, que é o Decreto 750, como eu disse, previamente aprovado pelo Conama, e a legislação em fase de análise para aprovação na Câmara, ela tem como característica fundamental, primeiro a definição da abrangência, considerando as múltiplas diversidades de tipologias florestais. Então, não apenas as florestas são protegidas na legislação, mas também o que chamamos de ecossistemas associados. Ou seja, aquelas formações que não são florestais *stricto sensu* mas que dependem da floresta para



a sua existência e trocam espécies animais e vegetais entre elas, num fluxo que chamamos de fluxo gênico. No caso são os manguezais, toda região da costa, as restingas, que se caracterizam por aquela vegetação rasteira, de baixo porte, existente na região litorâneas e os campos de altitude no topo das serras, das montanhas mais altas. Além de proteger essa diversidade, a legislação protege a regeneração natural. Esse é um outro aspecto fundamental. Não está protegida apenas a floresta densa, está sob proteção a floresta que está se regenerando, nos estágios inicial, no médio e no avançado. Na língua popular seria o campo sujo, o pasto sujo que o pessoal chama o estágio inicial de recuperação, a capoeirinha que seria o estágio médio e a capoeira para o capoeirão já, que seria o estágio avançado. Então, esses são os três estágios seccionais que estão protegidos pela legislação. Aqui apenas para se ter uma idéia da situação da diversidade em termos de Brasil. No Nordeste, o que caracteriza a Mata Atlântica hoje é, na verdade, uma pulverização de microáreas. O Nordeste não possui nenhuma grande área remanescente, à exceção da área da Serra de Araripe, onde há os fósseis, etc. A Chapada do Araripe que tem uma área importante, inclusive tem uma floresta nacional importante, ali tem uma área grande. Mas é a última grande área no Nordeste, praticamente o restante todo são áreas de 5 mil, 6 mil hectares. Na região do Piauí, interior da Bahia, que parece sem nenhuma área remanescente, na realidade não é que não existe nada, é que o mapeamento não foi feito ali. Então, não há referência, embora saibamos que são áreas muito degradadas. Quando descemos para a região Sudeste, percebe-se uma mudança de situação. Temos basicamente o quê? Na região litorânea, ao longo da Serra do Mar, a maior concentração contínua, remanescente de Mata Atlântica. Então, temos áreas de grande extensão. No Vale do Ribeira, por exemplo, temos áreas com mais de 200 mil hectares de florestas contínuas, formando um corredor contínuo, o que de fato é algo extremamente importante para manter e biodiversidade. Mas, para o interior repete-se aquela situação do Nordeste, a fragmentação, o efeito catapora, com algumas exceções. Por exemplo, aqui temos o Parque Nacional do Iguaçu, a maior



área protegida de floresta estacional, semidecidual, o mesmo acontecendo no Parque Estadual do Morro do Diabo, já no Pontal do Paranapanema. Mas, a realidade é que temos aqui uma pulverização de floresta. No Parque Estadual do Rio Doce, Minas Gerais, também há floresta estacional semidecidual. E como falei, a Serra do Mar, como a grande área remanescente, que na verdade sobrou porque é uma área difícil para a atividade econômica, são áreas íngremes, de difícil acesso para a atividade agrícola. Essa imagem, mostra claramente o primeiro grande problema que enfrentamos ao lidar com as florestas brasileiras em geral, mas no Estado de São Paulo em particular, que é o fato de que embora tenhamos uma área contínua importante, como pode ser vista aqui, ela está totalmente concentrada numa tipologia florestal, que é a “Floresta umbrófila densa”. Enquanto a floresta estacional do interior está praticamente destruída no Estado de São Paulo. Isso se caracteriza por um problema de extrema gravidade, porque o que garante a proteção da diversidade biológica é a proteção das diferentes fitofisionomias, porque ela é que define a diversidade biológica. A fauna está extremamente vinculada e dependente da flora. Então, se reduzimos a diversidade da flora, concentrando em algumas áreas de reserva e outras áreas degradamos, na verdade, eliminamos a diversidade de flora e por consequência elimina-se a diversidade de fauna. Esse é um primeiro aspecto. O segundo aspecto é que esse tipo de situação leva alguns técnicos, ou mesmo parlamentares bem intencionados, a pensarem na possibilidade de fazer a chamada compensação no âmbito do código florestal que prevê, exige a proteção das florestas, das formações florestais no País, em cada propriedade rural e o código rural define o quê? Que cada propriedade rural, obrigatoriamente, tem que ter, e aí varia de acordo com a região, com o local, uma porcentagem de sua área total protegida na forma da sua vegetação nativa. É a tal da famosa reserva legal. O que acontece? Alguns parlamentares com quem tenho conversado alegam o seguinte: puxa vida, eu tenho aqui no interior uma área de produção importante, terrenos mais planos, solo de melhor qualidade. Então, a nossa proposta é diferente, nós não seremos mais obrigados a ter reserva legal anterior e em



compensação nós nos dispomos a pagar, a contribuir financeiramente com o Estado, ou com os proprietários privados, para manterem esta região preservada. Isso, aparentemente, para quem lida com economia, tudo bem, é simples, é juntar fome com vontade de comer. Permito maior produção agrícola no interior e repasso recurso para conservação da região litorânea que sabemos que o Estado tem problemas para isso. Mas como consequência imediata desse tipo de raciocínio, teremos, primeiro, a perda total praticamente da diversidade biológica, de formações florestais diferentes que estão na região do interior do Estado todo; segundo, teremos um congelamento total dessa região da Serra do Mar; terceiro, teremos a perda das qualidades ambientais necessárias à própria produtividade. Os senhores todos sabem que quando o Código Florestal foi definido, originalmente na década de 40 e depois reformulado na década de 60, não foi feito por nenhum ambientalista. Naquela época não havia ambientalistas, que eu saiba, além de José Bonifácio de Andrada e Silva, que já tinha morrido, e do meu avô, que esse sim era um ambientalista que desde a década de 30 mantinha 80% da sua propriedade com floresta e não permitia nenhum desmatamento. Acho que foi daí que herdei esta ojeriza ao desmatamento. Mas o fato é que quando o Código Florestal foi concebido, o foi para proteger a produtividade, controle de erosão, manutenção da qualidade da água e até o que veio mais a se chamar de controle biológico, que na época já era conhecido, como controle de pragas pela fauna silvestre. Então, manter reserva legal em cada propriedade, na verdade, é um ato necessário não apenas para proteger a biodiversidade, mas fundamentalmente para proteger a produtividade agrícola. Esse é o grande embate que temos tido com a chamada Bancada Ruralista.

Então, em termos gerais. é essa a situação. Vou mostrar esse quadro que acho muito impressionante; esse aqui é o Pontal do Paranapanema e ele mais ou menos a partir deste ponto, toda essa região constituía a reserva florestal do Pontal do Paranapanema. Era uma reserva de mais de 330 mil hectares, pública, totalmente preservada até metade deste século. A partir da década de 60, essa área



foi simplesmente cedida, de forma irregular, inclusive, para grandes empresas, entre elas a Camargo Corrêa, aquela empresa de produção de álcool, Alcídia, uma grande empresa produtora de açúcar e álcool. Ou seja, grandes proprietários receberam grandes áreas e esta reserva pública de 330 mil hectares ficou resumida a um parque de cerca de 30 mil hectares, que é o Morro do Diabo e algumas áreas totalmente perdidas.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Foi uma doação isso? Quando foi isso?

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Foi na década de 50 ou 60, fundamentalmente no governo Ademar de Barros, que isso aconteceu. Hoje, a situação é dramática nessa região. E agora, estamos gastando dinheiro público para recuperar os chamados corredores ecológicos, criar ligações entre esses fragmentos maiores para evitar perda total dessas formações florestais. Um aspecto que queria lembrar aos senhores é que os estudos científicos comprovavam que fragmentos muito pequenos, esses tipos de fragmentos menores, apresentam um grave problema, mesmo que preservados, mesmo que o proprietário desta propriedade tenha interesse em proteger este fragmento, ocorrem

dois problemas: primeiro, a dimensão muito pequena impede, naturalmente, a proteção da diversidade biológica original. Simplesmente porque algumas espécies animais exigem territórios maiores. Aliás, algumas espécies exigem territórios muito maiores. O lobo-guará, por exemplo, perambula, numa noite, 20 quilômetros. Ele exige 20 quilômetros de espaço que ele possa caminhar, sem cair numa rodovia, numa cidade, ou numa hidrelétrica. Ele teria que ter esse espaço para poder se manter. Aí é preciso juntar com outros indivíduos e uma diversidade de indivíduos tal que garanta, inclusive, a diversidade de origem, em termos de origem na cadeia de parentesco, para que não se tenha aquele problema gravíssimo em áreas muito pequenas, da consangüinidade, ou seja, chega a um ponto em que não há mais nenhum indivíduo que não seja da mesma linhagem. E aí as espécies começam, o





macho e fêmea, a se relacionar na mesma linhagem e os senhores sabem muito bem que esse tipo de relacionamento de consangüinidade faz com que aumente a possibilidade de características deletérias para a espécie. Ou seja, passa-se a ter problemas, somam-se os defeitos, digamos, genéticos potencializando-os, o que torna a espécie mais frágil. É o que está acontecendo com o mico leão dourado do Rio de Janeiro, por exemplo. Um projeto de investimentos de milhões de dólares, que conseguiu recuperar a espécie, hoje temos mico leão dourado solto na natureza, no Rio de Janeiro, em grande quantidade, mas a consangüinidade é uma coisa terrível e a espécie está se degradando, apesar de todo o esforço feito para recuperar as áreas e a área original dessa espécie. Então, tem-se o problema da área pequena que não mantém a diversidade biológica; segundo, ocorre um fenômeno, aliás até saiu um artigo na revista *Natior*, na *Science* da semana passada, que trata desse assunto, que é o chamado efeito de borda. Ou seja, toda floresta tem uma zona de impacto entre a floresta e a zona de entorno. Vamos supor, tem a floresta e a uma plantação de cana-de-açúcar. Então, tem vento, tem uma insolação excessiva, essas áreas ficam mais secas, porque estão muito sujeitas à insolação, o contato humano, o cara vai na hora do almoço, a turma que está carpindo vai lá para tomar sombra, entra abre um pouco a mata para entrar, tem o gado que entra na borda. Ou seja, a borda da floresta tende a ir degradando. E quanto mais vai degradando, mais essa borda vai se interiorizando, até ter eliminação do remanescente. Tem casos de remanescentes protegidos do ponto de vista

formal, mas se degradaram naturalmente por causa do efeito de borda, apesar da não intenção de degradá-lo.

Então, é necessário realizar todo um trabalho de proteção do entorno dessas áreas. O que acontece? Esse tipo de situação pulverizada traz em si o grave problema da inviabilização biológica natural. Portanto, é necessário interligar essas áreas, Hoje sabe-se disso. Se se quer manter essa área preservada, manter esses remanescentes, ter-se-ia que interligá-los, recuperar a conectividade entre eles,



garantindo o fluxo genético e garantindo a proteção contra o chamado efeito de borda, que exige programa de investimento. Portanto, é aquela velha situação, degradação hoje para que a geração futura pague para recuperar o que foi feito.

Agora vou mostrar, em termos numéricos, como está a situação, mas antes disso, só essa imagem aqui, que acho que é bem interessante. Aqui mostra com mais detalhes, já é um sistema de expansão geográfica e mostra com mais detalhes essa região. Observem mais uma vez, a Serra do Mar, com uma cobertura importante, toda região interiorana praticamente um vazio um deserto florestal, toda essa área verde que está aí, era floresta originalmente, área de domínio da Mata Atlântica, então eram florestas e, na verdade, temos aqui apenas como eu mostrei o Pontal do Paranapanema e a região litorânea com alguma importância do ponto de vista ambiental. E aqui um trequinho da Serra da Mantiqueira que ainda apresenta alguma área de relevância. O restante, de fato, muito degradado. Em termos de números, como é essa situação? Temos aqui o seguinte, uma comparação nacional. Primeiro, a situação da Mata Atlântica em todo o País: temos aqui os estados, são 17 estados na área original da Mata Atlântica, a área do estado e a área original da floresta, aqui em quilômetros e aqui em relação à área do estado. Podem ver que tínhamos desde estados com 100%, como Espírito Santo ou quase 100%, como Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina; e estados como São Paulo que tinha cerca de 80%, 79,5% de área de floresta, de diferentes tipologias florestais, que em seu conjunto recebe o nome genérico de Mata Atlântica. Está aqui a situação do Estado de São Paulo.

Com relação à situação atual, isso são dados de 1990. Na verdade aqui é um dado diferente. Temos para os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Janeiro e Espírito Santo, dados de 95. O restante são dados de 90. Então, temos, a área de remanescentes, ou seja, com o que sobrou de floresta, em relação à área original de floresta no estado. Em relação à área do Estado. Então, se pegarmos São Paulo, tínhamos originalmente 197 mil 893 quilômetros quadrados de florestas, que foram reduzidas em 95, a 17 mil, 916, representam



9,06% do que havia ou 7.2% da área do Estado. Então, hoje, esse é o placar de São Paulo, que em termos de área em relação à área do Estado, tem uma posição que não é tão ruim assim. O estado com maior área remanescente em relação à área do estado é o Rio de Janeiro, com 21%. Embora tenha sido o Rio de Janeiro o campeão de desmatamento no período de 90/95. Isso decorre do fato de ter duas serras.

O Rio de Janeiro tem a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira. Duas áreas de difícil atividade econômica. O estado do Paraná, com 8,67%. Aqui Santa Catarina, importante também, com 17,46%, Espírito Santo com 8,39% e depois São Paulo, com 7,2%. Em princípio todas essas porcentagens são inadequadas. O que se julga como razoável, uma porcentagem que chamamos genérica, em estudos da Organização Mundial da Saúde, é que 30% da área de cada território, seja qual for, não preciso definir, uma unidade geográfica qualquer, deveria estar sob proteção em termos de ecossistemas naturais, 30%. Então, não temos nenhum caso aí.

Então, pega-se Alagoas, 6% do que ela tinha, 3% da área do estado. Tem casos como Ceará, por exemplo, que tinha muito pouco no Ceará, a Mata Atlântica estava restrita a serras, a de Ararape, por exemplo, de Ibiapabe e outras. Então se mantém uma área alta de proteção. Agora, veja bem, no caso do Nordeste, por exemplo, há polêmicas, porque como eu disse, os dados que usamos aqui são do IBGE. Mas, existe um estudo recente, bastante interessante, elaborado pelo professor Aldemar Coimbra Filho, pesquisador do Rio de Janeiro, bastante importante, junto com o Ives de Gusmão Câmara, um conservacionista também do Rio de Janeiro, que é o livro chamado “Os limites da Mata Atlântica no Nordeste” e eles trazem vários dados muito consistentes, mostrando que boa parte do que hoje é caatinga, na verdade era floresta e a caatinga seria uma consequência da degradação da formação florestal, a tal ponto, que dadas as características de insolação e de clima e os solos frágeis daquela região provocou uma desertificação, que teria originado a caatinga. Então, é impressionante o estudo deles, pois trazem vários mapeamentos feitos no início do século, várias situações de regiões muito



conhecidas e descritas pelos viajantes e por pesquisadores no século e eles mostram essas mesmas regiões e como que ela foi descrita na época e como ela é hoje, áreas de florestas densa e que hoje são áreas de caatinga. Então, esses números aqui, são números baseados nos dados do IBGE. Mas, em relação à área original de floresta, temos esse *ranking*, São Paulo estaria com 9%, uma posição um pouco melhor, mas, por exemplo Rio Grande do Norte, teria 25%; seriam Ceará e depois Rio Grande do Norte, os estados com maior área remanescente. Agora, por exemplo, no caso do Rio Grande do Norte, a maior parte da área de domínio de Mata Atlântica no seu território são áreas de restinga, a região de dunas, que parte estão preservada ainda de forma significativa.

Então, costumamos estabelecer e trabalhar com relação à área do estado na avaliação histórica que parece ser um dado mais aceitável, inclusive para esses pesquisadores que argumentam que a área original de Mata Atlântica no Nordeste era muito maior do que a estabelecida pelo IGE.

Este aqui é um dado interessante para mostrar para os senhores um pouco a situação das unidades de conservação. Fizemos um levantamento exaustivo da existência de unidades de conservação nos 17 estados da Mata Atlântica e identificamos 187 unidades de conservação sob controle do Governo Federal; nesses 17 Estados e em São Paulo 12. Agora, o que acontece? Na verdade o que aparece aqui? Unidade de conservação e instrumentos legais de criação. Observem que os números são diferentes. Em alguns casos são os mesmos e em alguns casos são diferentes. Por que isso? Porque na realidade esse é um primeiro problema que ocorre com as unidades de conservação, aliás, está aqui o professor Alaor Café que foi Secretário do Meio Ambiente, e que enfrentou, esse tipo de problema. Primeiro, a situação da confusão jurídica que envolve essas unidades de conservação. Às vezes uma unidade de conservação tem cinco, seis instrumentos legais de criação: um alterando, um mudando, um revendo; são instrumentos confusos e via de regra perdidos na burocracia do Poder Público. O que aconteceu? Fizemos uma pesquisa, uma busca desses documentos. Uma busca intensiva,



durante dois anos. E aqui foram os números de documentos que conseguimos obter e aqui a porcentagem entre os documentos existentes e aqueles que conseguimos obter. Então observem os senhores, por exemplo, tem estados como Sergipe que só conseguimos obter cópia de 33% dos documentos de criação de unidade de conservação. Ou seja, 67% desses documentos não existem no órgão Federal e aqui é centralizado, não é descentralizado que dificulta. Aqui é centralizado.

O Ibama só possui, no caso de Sergipe, 33% dos instrumentos legais referentes às unidades de conservação daquele estado. Na média nacional, 66,8%, o que já mostra uma problema jurídico. Agora, sem falar na situação desses documentos que vou mostrar daqui a pouco. Esse é federal. Agora, olhem o estadual. No estadual a situação é dramática. À exceção de Pernambuco e São Paulo, em que se acham pessoas com fé e sem nenhum falso comentário, mas pessoas que lutaram para organizar esse sistema, temos as organizadas e se consegue pelo menos recuperar os documentos. Agora, tem estados, como o Rio Grande do Sul, que 3,5% dos documentos estão organizados, disponíveis a um cidadão. Uma organização como o IZA, mandou um funcionário lá, foi nos arquivos do estado e encontrou apenas 3,5% dos documentos referentes às 28 unidades de conservação que existem naquela estado. É uma loucura. Do ponto de vista formal, a situação é caótica. E sem falar do ponto de vista real, a falta de guarda, a falta de infra-estrutura, a falta de recursos, a falta de tudo. Estamos falando aqui, agora, de uma coisa preliminar. Onde fica a unidade de conservação, quem criou a unidade de conservação, qual é o estado jurídico da unidade de conservação. E aqui, não tenho esse dado infelizmente, não sei por que não está aqui. Na seqüência deveria vir o dado que chamamos de possibilidade de plotagem. Ou seja, por que isso? Porque quando se pega um instrumento legal de criação, ato contínuo tem que fazer o quê? Tem que pôr um mapa. Então o instrumento legal de criação têm que ter as coordenadas geográficas, as referências perfeitas para se poder fazer o mapa. Porque afinal de contas é o que interessa a todo mundo, ver no mapa onde está essa unidade. Pois bem, 30% dos instrumentos legais de criação são passíveis de



serem plotados em mapa. O restante é impossível pôr em mapa. Porque foram definidos assim, ou não têm coordenada geográfica, fica nos municípios tal... ou então diz assim, começa na fazenda de propriedade do Sr. José Antônio da Silva Corrêa, descendente do Sr. Antônio Carlos e vai até a divisa da propriedade confrontante da família de não sei lá o que, que desce até a árvore conhecida como figueira brava e assim vai. É uma coisa inacreditável a falta de responsabilidade com que se lida com essa questão.

Um outro dado interessante aqui: terras indígenas na Mata Atlântica. Estamos acostumados a achar que só tem terra indígena na Amazônia. Temos 107 terras indígenas criadas, existentes na área de Mata Atlântica, recobrando uma área de quase 400 mil hectares. Uma área significativa de reservas indígenas. São Paulo tem 13 mil, 689 hectares de terras indígenas no seu território. Esse é um outro dado que costuma surpreender, que é um dado importante, que mostra a correlação entre conservação também e diversidade étnica. E temos diversidade biológica. Esse é um dado que acho fantástico, produzido por aquele estudo recente, aliás um belíssimo projeto, merece o apoio de todos nós. Faço uma sugestão para que chamem o Sr. Joly, da Unicamp, para fazer a apresentação desse projeto, chama-se “projeto Biota São Paulo”. É um trabalho de levantamento exaustivo da biodiversidade de São Paulo, numa rede de integração de pesquisadores. Ele conseguiu uma coisa inédita. Conseguiu que mais de uma centena de pesquisadores trabalhem de forma integrada, trocando dados, conversando e disponibilizando informação. Coisa que todos nós sabemos, nós que estamos na academia, sabemos que normalmente o pessoal trabalha sozinho, esconde o dado, não divulga, porque é aquela paranóia de achar que vai perder o seu conhecimento. Então, esse trabalho “Biota” mostrou o seguinte: a diversidade de vertebrados, a que espécies no mundo, em relação aos vertebrados superiores, espécies no Brasil e espécies em São Paulo. Diga-se de passagem com inventários muito fracos. O Brasil tem inventários, quanto mais se estuda mais se descobre. Recentemente, estudando a área do Sul de São Paulo e Norte do Paraná, aqui no litoral, na região



de Superaguai, descobriu-se uma nova espécie de primata. Descobriu-se uma nova espécie de primata, no final do século XX. Realmente, o primata é considerado uma espécie mais bem conhecida, os primatas e as aves em geral. Descobrir uma nova espécie de primata na Amazônia, no fim da Serra do Navio, tudo bem. Agora, aqui em São Paulo, passando de helicóptero por cima a cada 5 minutos é impressionante. Então, o Brasil possui 10% de todas as espécies do mundo de peixes; 15 de anfíbios; sete de répteis; 17 de aves; e dez de mamíferos do mundo inteiro. São Paulo possui 3,4% de espécies do mundo de peixes, 4,5% de anfíbios, 3,1% de répteis, 7% de aves e 4% de mamíferos também do mundo e aqui do Brasil. São Paulo possui quase metade das espécies de aves existentes no Brasil, quase metade das espécies de répteis. A diversidade biológica no Estado de São Paulo é extremamente significativa também. E aqui, números. Estes aqui são alguns números que acho bastante interessantes. Este aqui é o último levantamento disponível da Mata Atlântica, feito pela SOS Mata Atlântica, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o Instituto Nacional Ambiental. Mostra a evolução no período de 90 a 95. Então, tínhamos em 90 um milhão, 858 mil hectares de mata, que significava 7,8% da área do Estado, 172 mil de restinga, ou 0,7%, essa porcentagem não interessa muito, na verdade, porque restingas são áreas pequenas mesmo e manguezais 16 mil, 666 hectares. Esse dado, é bom que se diga, no caso de restinga e de mangue, são números relativamente genéricos, porque esse estudo feito por imagem de satélite na escala de 1 para 250 mil, não permite o mapeamento de áreas muito pequenas e tem muitas áreas pequenas de mangue ao longo de todo litoral. Então, essas áreas pequenas não foram mapeadas. Aí são áreas de mangues que possuem 50 ou mais hectares, normalmente são áreas próximas de 100 hectares para cima. Então, realmente se perdeu um pouco aqui. Mas é interessante analisar a evolução nessas áreas. Então, vejam bem, nessas áreas, em termos de mata, perdeu-se 67 mil e 400 hectares no período. Ou seja, deste número aqui para este foi uma perda de 67 mil hectares ou 3,62% do que havia. Para se ter uma idéia, 3.62% do que havia, é um ritmo de



destruição duas vezes maior, proporcionalmente, ao ocorrido na região Amazônica na mesma época. As pessoas pensam assim; puxa 67 mil hectares, a Amazônia perdeu 29 mil quilômetros quadrados, sei lá, mais, muito mais no período. Na verdade, proporcionalmente em termos de impacto ambiental e de impacto sobre a diversidade biológica, esse número é um número astronômico, é um número inaceitável, inclusive, para um Estado que já perdeu 90% de sua cobertura florestal original. Em termos de restinga, uma perda de 1 mil 717 hectares de restinga, 0,9% e de mangues 80 hectares nestas áreas mapeadas, fora as áreas não mapeadas, 0,4%. Então, realmente, a perda de floresta aqui, no caso de São Paulo, é o grande mote, uma perda considerada muito alta.

Do ponto de vista histórico, este é o quadro da evolução da cobertura vegetal, ou melhor da involução da cobertura vegetal, é 1 mil e 500, 20 milhões, 450 mil hectares de florestas para 95, com 1 milhão 858 mil hectares. Esta é a proporção. Em termos percentuais, observem que até o início do século, tínhamos uma situação bastante confortável, uma área bastante preservada. O grande impacto mesmo ocorre na década de 30, onde se tem um salto, uma queda brutal de quase metade da área do estado para chegar nos 7% da área do estado, e continua caindo. Está aqui, o mesmo período de 90/95, quando os dados estavam disponíveis e a consciência da sociedade estava bastante apurada, temos perda. E agora vamos ter o dado de 95 a 2000 sendo produzido, para avaliar essa evolução. É bom lembrar também que a legislação de proteção à Mata Atlântica, na verdade, ela passou a ter efeito daqui para frente. O Decreto 750 é de 93, ele foi regulamentado pelo Conama até 94, então o seu efeito se deu a partir daí. Estamos muito interessados em avaliar o impacto do Decreto 750 nesse processo, nesse gráfico. E aqui uma comparação em termos nacionais, considerando apenas os Estados que foram mapeados em 95, não são os 17 Estado de Mata Atlântica, porque não há dados disponíveis. Mas considerando os Estados mapeados em 95, o que temos? Olhem só, São Paulo está aqui, perda de 3.62% de cobertura florestal no período de 90 a 95. Tivemos um caso aqui atípico e uma novidade, nunca





tínhamos visto isso em todos os estudos que fizemos, de um estado com 13,13%, que foi o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, realmente, em 95, houve um impacto brutal em termos de desmatamento. Mas, São Paulo, está numa posição, abaixo, começa com Rio de Janeiro, com o mais alto, seguido de Mato Grosso do Sul e Goiás, estados que têm áreas diminutas de Mata Atlântica, áreas muito pequenas. Vejam, originalmente, Goiás, tinha aqui 3 milhões e 55 mil, uma área pequena na verdade, tinha em 90, 7 mil hectares apenas. Mas, mesmo assim, uma perda de 9%, perda altíssima. E justamente em Mato Grosso do Sul, por exemplo, que está havendo uma luta tremenda para a criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, que é um dos últimos grandes remanescentes de Mata Atlântica naquele estado do porque, de fato, mesmo com áreas tão pequenas o desmatamento continua acelerado nesses estados. Então, temos Rio de Janeiro como campeão máximo, seguido de Mato Grosso do Sul e Goiás, depois em termos de área original, tem Minas Gerais com 7,32%, Espírito Santo e aí vem para o Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. São Paulo está numa posição, neste quadro, relativamente confortável. Porém, muito próximo da média nacional de 5,76%. Acreditamos que o estado de São Paulo teria condições para ter zero nessa tabela, pela situação de ocupação, pelo desenvolvimento que já atingiu e pelo grau de consciência da população que aqui vive. Então essa tem sido a nossa briga, para reduzir, com a campanha que chamamos de desmatamento zero.

Ainda para lembrar, se para São Paulo esse número de 3,62% equivale a duas vezes o ritmo aplicado na Amazônia no período, isso aqui significa quase quatro vezes o ritmo de destruição na Mata Atlântica em geral, em relação à Amazônia no mesmo período.

Já caminhando aqui para o encerramento, depois ficaremos à disposição para perguntas, queria mostrar mais algumas coisas interessantes. Isso aqui é uma imagem de satélite da região mais preservada do estado de São Paulo que é o Vale do Ribeira. Aqui está a Região Metropolitana de São Paulo, nesse trecho, aqui está a Região Metropolitana de Curitiba, e essa aqui é a região do Vale do Ribeira. Esta



região, do ponto de vista estratégico, tem vários aspectos muito relevantes. Vou fazer uma pequena ampliação aqui, primeiro nesse trecho. Aqui temos a Região Metropolitana de São Paulo, os dois mais importantes reservatórios existentes. Aqui temos o Rio Pinheiros, o Rio Tietê daqui para cima, aqui a Billings, a Guarapiranga, aqui a escarpa da Serra e o cinturão verde, como chamamos, uma área de floresta, ainda importante, nesta região. Para se ter uma idéia, em termos de relação de bacia hidrográfica. Vou colocar aqui o limite da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape. Até esse trecho vem a Bacia Hidrográfica dos rios, que são afluentes do Rio Ribeira de Iguape, ou seja, na região do litoral Sul. Agora a Bacia da Guarapiranga, observem, ela é contínua, essa aqui é a bacia do Guarapiranga, e agora a bacia da Billings, contínua.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Como é que ficaria o sistema Sudoeste?

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – É toda essa região aqui.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Não. A Billings vai reverter, tinha uma discussão danada em 1992, 1993, no sistema da Sabesp de água, que foi barrado, ambientalmente foi proibido o sistema da Sabesp na região Sul.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Não sei exatamente a que o senhor está se referindo. É uma área, são rios que descem para o litoral. Hoje eles descem para o litoral, mas a Sabesp achou estranho que tenham dois rios que desçam para o litoral e achou que deveria convencer os rios a voltarem ao planalto. Afinal de contas, uma região tão bem desenvolvida, tão importante, então eles estavam nesse processo de convencimento dos rios de que eles deveriam voltar para o planalto, assim como a Sabesp tem o sonho de convencer os rios da Bacia do Ribeiro/Juquiá, principalmente a subir a serra. De fato lhe dá uma nova oportunidade.



**SR.** – Acho que se deve evitar de criar moda, do rio Capivari. Mas, sou defensor que se limpe a Billings. Aí vêm os ambientalistas e dizem: não, mas a água não é de qualidade e ficamos com um racionamento desgraçado, ninguém assume essa confusão e temos o racionamento hoje aí.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Só que o racionamento, hoje, decorre de um outro problema, que é onde eu queria chegar. Vejam bem, nós mostramos que é a média estadual de desmatamento, 3,5%, que repito, considero inaceitável para o estado de São Paulo, mas é uma taxa estadual. A taxa na Bacia do Guarapiranga foi de 15%. Quase cinco vezes mais. Ou seja, na bacia mais estratégica, porque hoje em termos de bacia hidrográfica para São Paulo, em termos de abastecimento de água, temos duas estratégicas, pesadamente estratégicas hoje: Cantareira, que nem é na Região Metropolitana, Bacia do Rio Piracicaba, que abastece com quase 60% da água que consumimos na Região Metropolitana e está em processo acelerado de degradação e a Cantareira, responsável por mais de 20% do abastecimento. E nesta bacia hidrográfica, no período analisado, quando havia mais de 200 milhões de dólares do Banco Mundial para a conservação da bacia, perdemos 15% da cobertura florestal original. Este é o problema. A produtividade do manancial está sendo arrasado. A Billings, evidentemente, surge como uma outra área extremamente promissora. Só que a Billings, como diria o pessoal da região, a Billings é assim e só isso aqui é aproveitado hoje, que é a área do Rio Grande. O restante são áreas impossibilitadas ao abastecimento, hoje.

**SR.** – Sei que é impossibilitado. Mas defendemos uma tese, exatamente para não utilizar, é que acho que as pessoas na Região Metropolitana de São Paulo, elas têm que definir o partido. Ou tira a população daqui da Capital, ou tem que arrumar água para essa gente. E para arrumar água para essa gente, temos que, ou reverter os rios de algum lugar para poder abastecer o Alto Tietê, porque o Alto Tietê, por



algum motivo, está na cabeceira dos rios numa região populosa sem água, ou então, temos que aproveitar as represas que temos aí. Então, por exemplo, eu acho que não se deve procurar reverter os mananciais da Serra do Mar, a vertente marítima, mas acho que tem que usar a Billings. Aí vem a turma e diz: não, a Billings, não.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Tem que usar a Billings, se existiu alguma...

**SR. RODOLGO COSTA E SILVA** – Nós propusemos, mas é que atrasou para conseguir mexer no braço de Itaquaquecetuba, que se brigou quase um ano com professores universitários que não queriam que mexesse.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Não, não é que não quer que se mexa por questões ambientais. Eu particularmente acho que vai ser uma loucura do ponto de vista de saúde pública. O problema é esse. Os problemas de Itaquaquecetuba são que a qualidade da água e a presença de uma espécie de alga que no seu processo metabólico produz uma enzima altamente danosa à saúde e na Guarapiranga não existe essa alga, não necessita de nenhum controle biológico, o problema é esse, é que se vai migrar para a Guarapiranga, através de Itaquaquecetuba, uma nova espécie de alga que não existe na Guarapiranga. E os estudos feitos pela Sabesp, não mostram efetivamente os cuidados necessários para isso.

**SR.** – Vamos ao racionamento. Por que quando chega no racionamento a pessoa tem que defender que as pessoas têm que tomar água 12 horas aqui? Não pode defender outra coisa?



**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – O senhor é engenheiro?

**SR.** – Sou engenheiro.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Então é por isso. Deputado veja bem, o senhor vai me desculpar. O problema aqui é o seguinte, é de gerenciamento dos mananciais. Acho inaceitável que o Poder Público se dê ao luxo de permitir um desmatamento de 15%, um crescimento de urbanização de 56% em nove anos na região, sem nenhum planejamento, e queira de forma acelerada fazer uma interligação com a Billings; todos somos a favor da Billings, a Billings é a maior represa, é fundamental usar a Billings. O problema é que, infelizmente, a Billings não tem as condições naturais ambientais necessárias para ser utilizada sem riscos para a saúde pública. Esse é o único problema. Então, não se trata de querer ou não usar a Billings, trata-se de poder ou não usar a Billings. Tenho aqui uma imagem que vou mostrar para os senhores que acho que é bastante emblemática sobre a Billings e acho que ela fala por si, na região que separa o Riacho Grande do restante da represa. E vou mostrar para os senhores de onde virá a água, as condições da água da Billings para a Guarapiranga. Repito, não temos nada contra usar a Billings, pelo amor de Deus, queremos usar a Billings, sim. Mas, reparem só nesse trabalho que estamos em fase de conclusão, vamos lançá-lo dentro de uma semana. Isso é a represa Billings, enfiada na Região Metropolitana, de uma dimensão incrível, realmente é uma área da maior importância. Agora, vejam bem o que eu queria chamar a atenção aqui, para esse trecho onde passa a Rodovia Anchieta, que é esse ponto que estou mostrando aqui agora, que é essa fotografia aqui. Os senhores podem ver o que acontece. Para quem não conhece a região, tem água e campo de futebol, campo de golfe, pastagem. Isso aqui é a represa Billings. Totalmente dominada por algas.

**SR.** – A represa Billings também é heterogênea, se pegar o corpo central e querer confundi-la com o braço.



**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Deputado, não é isso não. Isso aqui é água. E mesmo aqui sabemos que tem problema.

**SR.** – Sei que é parte protegida, isso é uma barragem que barrou o corpo central da região, logicamente que a qualidade da água é muito melhor.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Essa aqui é a área que não recebeu as águas revertidas do Rio Tietê, através do Pinheiros. Isso aqui não é água parada. Isso aqui é água que corre muito bem. O problema aqui é o seguinte, esta área aqui sabemos que tem problema. O senhor bem sabe disso. A qualidade da água tem que fazer controle, tem que fazer tratamento. Esta água não se pode beber direto, tem que fazer tratamento dessa água. Mas, é uma água de boa qualidade.

**SR.** – Professor, talvez o senhor não me conheça, mas fui eu quem implantou todo programa de monitoramento da Região Metropolitana de mananciais.

**SR.** – Precisa tratar a Billings; precisa tratar o corpo central.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Exatamente.

**SR.** – Todas as áreas, espera aí, você está fazendo o raciocínio de que algumas águas são muito melhores do que as outras, está errado. Veja bem, porque uma coisa é o discurso, cuidado com o discurso. A água da Billings tem problemas, a água da Guarapiranga tem muitos problemas. A água da Guarapiranga tem muitos problema, ou você não sabe? Tem alga azul na Guarapiranga.

**SR.** – O que faz, pára de abastecer?



**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Vejam bem, o problema não é esse. Eu não sabia que estava numa reunião em que estavam interessados nesse aspecto. Então, vamos discutir esse aspecto, especificamente. Vejam bem, o que está em jogo hoje na discussão é uma interligação de um braço da Billings com a Guarapiranga, sem estudo departamental. É isso que está em discussão.

**SR. MARCÍLIO** – O senhor sabe que hoje estamos instalando bóias para monitorar a qualidade da água, tanto da Guarapiranga, quando do Itaquaquetuba em tempo real? Está sabendo disso ou não?

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Isso é ótimo.

**SR. MARCÍLIO** – Então está mal informado, ou mal informado ou não completamente bem informado. Porque tem muitas ações que estamos tomando na Sabesp em função dessa transferência. E essa transferência é uma transferência para diminuir o risco de secagem da represa Guarapiranga. Portanto, essa ação só vai ser empreendida em momentos de alta estiagem. Porque em geral o Guarapiranga, durante os anos normais de chuvas, tem água suficiente para o abastecimento de 20% da população.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Capobianco, veja bem, sobre a questão da qualidade, eu não queria nem discutir isso, porque acho que só vai abastecer a população com água de qualidade, porque ninguém é doido de fazer uma coisa dessas. Vamos partir dessa premissa, que não poderiam contaminar a população porque o custo político disso seria enorme. O problema é o seguinte, é que sob o ponto de vista da estratégia sob uma visão ambientalista, para se preservar a vertente marítima da Serra do Mar, é muito importante o uso da Billings, porque senão haverá pressão da sociedade para que se consiga mais água. E essa água virá da vertente marítima da Serra do Mar. Se temos que usar a Billings e temos que

fazê-la virar um manancial, porque um dos problemas daquela barragem que você mostrou tão bonita ali, ela foi um grande crime ambiental, porque ela resolveu o problema do abastecimento da cidade e tirou a solução do problema da Billings. Houve pessoas geniais propondo barragens nos braços da Billings para poder proteger os braços onde a Sabesp vai pegar a água. Ótima solução para a Sabesp, péssima solução para a Billings. Aquilo é uma solução que você mostrou entre o verde e o transparente, exatamente soluções de engenharia, que se faz uma barragem, afasta o problema e mantém o lago totalmente destruído. A captação, acho que, não sei de quantos metros cúbicos e ela é para compensar, não é para abastecimento contínuo, do ponto de vista da política ambiental, dos ambientalistas e eu me considero um ambientalista, ela é estrategicamente vital para a luta da defesa da Serra do Mar. Por quê? Porque estamos criando uma alternativa para pressionar a sociedade para a solução para a Billings. Porque

é muito fácil, chegar aqui e falar: isso aqui é um problema de gerenciamento, olha o que o Poder Público fez aqui. Só que esse Poder Público quem é? Vamos correr atrás do Poder Público, vamos prender o Poder Público?

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Acho que devia prender mesmo. Se eu fosse deputado eu tentaria fazer isso.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Mas não consigo, me ajuda.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Estou tentando ajudar, mas parece que meus argumentos não estão servindo. Deputado a realidade é essa. Se isso é normal, vamos puxar a água da Billings, vamos puxar a água do Japão. Essa é a realidade. Estou angustiado com esse problema, um problema meu, seu.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Eu também estou trabalhando com isso há 10, 15 anos e vejo as coisas não acontecerem. Então é fundamental que a





Billings comece a ser tratada. Temos que produzir uma água de qualidade lá. Temos que ter uma água para a sociedade e essa represa tem que ter qualidade.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Mas, qual é a solução para isso, Deputado?

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – A melhor maneira, é utilizarmos um aliado para fazer com que essa represa tenha qualidade da água, que é a própria sociedade, usando a própria água do manancial para abastecer a população. Do ponto de vista estratégico, não vai ter bombeamento sempre, só vai ser bombeado, quando tiver condições de atender a determinados padrões de qualidade. Senão, não poderá ser bombeado. E o que vai acontecer? Vai haver uma pressão enorme para que se melhore a qualidade da água da Billings. E essa pressão para melhorar a qualidade da água da Billings é fundamental, para quem quer preservar aquela represa. Procure pegar uma outra lógica de raciocínio. Porque é o seguinte, muitas pessoas suas aliadas, que conheço, são simplesmente “pau mandado” de interesses econômicos gigantescos para buscar água no Rosas, no Jupia, na Vertente da Serra do Mar, é gente que não quer que tire água da Billings, para ir buscar lá fora, para fazer as grandes obras necessárias que obrigam a sociedade a fazer um investimento imenso, buscando exatamente essas águas puras nessas zonas protegidas e não querem investir em obras mais baratas na Billings. Não é todo mundo que está indo contra tirar água da Billings que está com a boa intenção que você está. Tem gente defendendo obra bilionária de reversão.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Eu não conheço.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Uma você já falou, Sudoeste, vai voltar.



**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Eu só conheço os que defendem obras faraônicas que estão na Sabesp. Só conheço esses. Fora de lá, dos que trabalham comigo, não conheço nenhum.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Não estão na Sabesp, estão fora.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Eu não conheço nenhum. Sinceramente não conheço.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Mas precisa conhecer.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Já tive embate com eles muito forte, na época do Capivari/Monos. Então, esses aí conheço bem, nomes, telefone, fax.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Estão morrendo de ódio, porque criamos outra alternativa.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Mas veja bem, Deputado, acho que o nosso objetivo, a nossa meta é usar 100% a Billings. Essa é a nossa meta. Mas a questão que se está discutindo aqui não é essa. Não é isso que estou trazendo aqui...

**SR.** – Então, por que você está dizendo que tem de usar 100% da Billings?

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Vou mostrar aqui, vejam bem aqui é a Bacia da Guarapiranga. Vou mostrar aqui, agora, a situação de ocupação da Guarapiranga. Vou colocar aqui primeiro um estudo do IPT que todos aqui conhecem, inclusive os mais nervosos, que trata da área do estudo da aptidão

física, o assentamento urbano. Esse estudo classificou a bacia, e ele não classificou considerando as questões ambientais, esse estudo não foi feito sob a ótica ambiental. Foi feito sobre a questão de segurança da encosta, segurança de solo, declividade, proximidade de recursos hídricos, etc. e classificou as áreas desde o amarelo, como favorável, podemos ver que é uma área muito pequena da represa, essa área em branco aqui, ela já estava ocupada quando o IPT fez o estudo, essa área em azul, são áreas passíveis de ocupação com restrições localizadas, ou seja, com projetos bastante bem cuidadosos para serem aplicados, as áreas com severas restrições à ocupação urbana e áreas com grandes restrições a ocupação urbana. Muito bem, então vou pegar e colocar aqui para os senhores o processo de expansão urbana entre o período de 89, a 96. Primeiro, temos aqui a urbanização densa. Isso que está em preto é urbanização densa, ou seja, aquelas áreas já efetivamente urbanizadas. Então observem a concentração dessas áreas, toda essa região aqui, nas regiões consideradas com severas ou muito grandes restrições. E agora a área de expansão urbana, ou seja, o processo que está caminhando para se consolidar como urbanização. Então, acontece o seguinte, para mim, Deputado, é muito claro. Qual é o papel do Poder Público? E quando falo Poder Público, estou me referindo a todos nós, fazemos parte desse processo.

Na minha opinião, o papel do Poder Público, o senhor pode discordar, outros podem discordar, é manter a qualidade e a produtividade do manancial. A água da Guarapiranga, como o senhor bem colocou, cada vez exige mais tratamento, cada vez fica mais caro o tratamento. Porque o processo de ocupação é irresponsável, sem controle, sem planejamento e está degradando a qualidade da água. Então, qual é a solução? Bombear água do Juquiá para diluir esgoto, que é uma proposta? Se acham que isso é razoável, perfeito. É bombear a água da Billings, com risco de introduzir na represa uma bactéria para a qual não existe controle? Pode ser? Agora, o que eu acho é que um Poder Público, que não é capaz de controlar a ocupação desordenada num manancial como esse, dessa importância, não tem moral para fazer discussão. Essa é a minha opinião. É isso que está em discussão.



E não vem dizer que não tinha dinheiro. Porque aqui tinha 300 milhões de dólares envolvidos nisso aqui.

**SR.** – Acho que você tem absoluta razão. Esses são argumentos que aceitamos e até assumimos. O problema todo é o seguinte: a Região Metropolitana de São Paulo tem disponibilidade hídrica, 1/10 daquilo que seria necessário para atender uma cidade como a metrópole com tal população. Então, o que sinto às vezes é que o pessoal coloca algumas informações, como aparentemente eu estava entendendo da sua colocação em relação ao Itaquaquecetuba, como se a Sabesp fosse uma empresa irresponsável. Então, existe uma série de cuidados, inclusive o próprio sistema de tratamento do sistema Guarapiranga está com tecnologia mais avançada. É aquele negócio, hoje temos que encarar a qualidade da água e tentar colocar processo de tratamento para tratar a água com que você conta. Senão, é aquela sugestão do deputado que é mudar a região, o que é impossível. Então, temos que aumentar essa disponibilidade de água para não fazer a população sofrer, como vai sofrer agora nesse período.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Tudo bem, agora, o senhor há de convir, o senhor vai me desculpar, acho que o senhor está na Sabesp e a Sabesp tem a sua preocupação setorizada com a questão. Tudo bem, isso é problema do governo, a Sabesp cuida disso, DAE cuida daquilo. Agora, eu estou falando, como cidadão, que sou co-responsável por isso. Não dá para aceitar. Veja bem, está se tentando resolver um problema sem enfrentar o principal problema. Ninguém está dizendo que deve proibir retirar água dessas regiões. Eu diria mais, eu acho que seria uma irresponsabilidade de qualquer cidadão, seja de esquerda, direita ou de centro, dizer: sou contra, completamente contra o bombeamento de água de outras bacias, ou a transposição de bacias do Ribeira ou mesmo de Capivari para a Região Metropolitana. O que eu acho uma irresponsabilidade é fazer a transposição de



bacia, deixando as bacias degradarem. Esse que é o problema. E perdendo 40% de água nos canos.

**SR.** – Isso não é verdade.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Como não é verdade. Qual é o dado?

**SR.** – Ninguém publica essas coisas. Você está mal informado.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Tem o estudo aí?

**SR.** – Tenho, isso nós temos. O problema é o seguinte...

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Quando eu estava no Consema, era membro do Consema, o representante da Sabesp, na ocasião, que foi justamente a discussão de Capivari/Monos, ele deu o dado de 40%. Tudo bem, faz tempo.

**SR.** – Está errado. Vou dizer porque está errado. Os 40% são considerados perdas de faturamento. Isto é, perdas comerciais. É água que a população está consumindo, mas a Sabesp não está sendo ressarcida nas contas. Porque é ligação clandestina, erro de medição...

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Quanto perde?

**SR.** – Mais de 50% é comercial. Hoje, a perda física, aquilo que perde mesmo pelo cano, está em torno de 17%.

**SR.** – E não é tudo que é vazamento, não é tudo que está correndo pela rua.



**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Você tem estudo publicado?

**SR.** – Claro que tem.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Eu queria uma cópia desse estudo. Eu gostaria de uma cópia desse estudo, assinado.

**SR.** – Embora o de 40 ninguém assine. O de 40 a 82 não assina, porque ninguém entende nada.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – É engraçado, vocês agora estão irritados, porque eu falei 40%. Vocês acusam por causa de 40%. Agora, onde está o estudo

assinado com técnico responsável, com o nome lá Crea, assinado que me garanta que é 17%.

**SR.** – É um consultor, inclusive de uma empresa ligada à Lionez Desaut, é um engenheiro, especialista nisso, que fez um levantamento e diagnóstico aqui na Região Metropolitana.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Então, distribui o estudo.

**SR.** – Está lá, disponível na Sabesp.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Eu sou um cidadão que trabalha com isso e não conheço esse estudo. Deveria estar na *home page* vocês, esse estudo.

**SR.** – Provavelmente está.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Eu não vi.

**SR.** – Se não estiver, vamos colocar.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Só um minuto, senão vocês vão particularizar. Veja bem, Capobianco, o meu problema, quero colocar a questão central. As mentiras que interessam privatização, acho que não são o foco do nosso debate. Porque é um jogo, se privatizar vira 17%, virá até 12%.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Não procura fantasma, Deputado.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Procuero, manda 17% para a TV Globo e vê se sai. Não sai.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Aqui não tem ninguém querendo privatizar, Deputado, vamos falar francamente.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Aqui não. Mas lá fora tem.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Então vamos falar francamente.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Veja bem, quero voltar ao foco, vamos falar francamente, nunca foi 40% e não dá isso aqui. Se fosse 40%, 20% era perda comercial e 20% é perda física. Nunca poderia chegar a 40% de perda física. Qualquer técnico Zé Mané que mexe com isso sabe disso. Isso é uma propaganda enganosa que está sendo montada contra o Poder Público. Isso está mais do que sabido. Eu tenho uma história nisso. Há mais de 10 anos trabalho nessa área. Fui eu quem começou o programa de recuperação. Os tais 300 milhões fui eu quem foi

atrás, que comecei na Sabesp isso, todo processo de tentar recuperar a Guarapiranga. Isso que você está falando, eu sou um defensor da proteção da Guarapiranga e da Billings, sempre estive na minha história. A minha luta toda sempre foi para proteger, para recuperar e para poder barrar esse processo de ocupação. O que eu coloquei, volto a colocar, porque senão fica uma coisa, parece que alguém aqui quer degradar o Guarapiranga. Não é isso. Todo mundo quer proteger Guarapiranga e a nossa idéia é como dar uma solução para isso. E logicamente que isso está cheio de responsabilidade, de um País miserável, de um monte de problemas sociais, de fraqueza, fragilidade do setor público no processo de controle, etc. Tem uma porção de coisas ligadas a esse processo, que é histórico, não começou ontem, vem de muito tempo. Isso já sabemos do Guarapiranga e a Billings sofre o mesmo processo. O problema é que precisamos criar, a minha cabeça passa por aí, é motivos para levar a sociedade a promover cada vez mais a proteção desses mananciais. Acho que o apelo para a Guarapiranga está colocado. Quando tem uma seca dessas, acho que ajuda em termos de proteger a bacia, de ver a importância para São Paulo da Bacia do Guarapiranga e da Billings. Então, o que sempre me bato é pelo seguinte: queremos bombear a água, eu quero, como cidadão, da Billings para poder abastecer São Paulo. Se vai tratar numa estação separada, ou se vai tratar na Represa Guarapiranga, se vai misturar ecossistemas, se não vai, se vai proteger por um período ou não, eu quero tirar água da Billings e não quero proibir que tirem água da Billings. Quero forçar o Poder Público a dar a qualidade da água que a Billings precisa ter para ter qualidade para ser retirada sua água. É uma briga diferente. Tem que mudar um pouco o eixo. Estou só dizendo que às vezes a gente faz o jogo do inimigo. Sem querer, fazemos o jogo do inimigo. Eu conheço, você não conhece. Mas eu conheço um monte de sujeitos que estavam incomodados com a retirada de água da Billings, como ficaram incomodados com o sistema Guaracabi no Rio Vermelho. Por quê? Porque esses projetos faziam com que se abandonasse as megaobras da reversão da vertente marítima da Serra do Mar. E às vezes fazemos





coro com essa turma, mas por trás, estou dizendo olha: qualidade mesmo de água vocês vão ter se reverter a vertente marítima da Serra do Mar. Aqui, esse negócio de Billings e Guarapiranga está morto. Vamos abandonar isso. Já escutei isso: vamos abandonar a Billings, Guarapiranga, Baixo Cotia, para poder pegar a água da vertente marítima da Serra do Mar, com megaobras e barragens e estações grandiosas que possam garantir a altíssima qualidade da água para a população de São Paulo. Esse sim é um discurso de engenheiro, Capobianco, de barragens, de grandes obras de concreto, etc. Todos esses projetos que buscam fazer a Billings virar manancial são projetos bons. É claro que vamos brigar gota por gota para que não joguem uma alga que não tenha no Guarapiranga, que não jogue um produto químico que não possa ser tomado pela população. Isto vamos ter que fiscalizar, cada gota, controle total em tempo real disso. Mas, isso é um papel dos técnicos, dos biólogos, dos químicos para poder acompanhar esse processo. E cobrar, porque vamos ter que controlar em qualquer ponto da cidade de São Paulo, qualquer um pode pegar a água da torneira e ver se tem alguma toxina, porque é complicado de se fazer escondido. Então, tem que controlar isso ali para ver se pode fazer o bombeamento, mas sempre cobrando – essa é a estratégia que tenho na minha cabeça – que melhorem a qualidade da água da Billings. Porque dentro da estratégia de proteger o meio ambiente, dentro da estratégia de proteger a Mata Atlântica é fundamental. É em cima disso que estou colocando. Acho que a sua preocupação está absolutamente correta. Temos que recuperar o manancial, temos que recuperar tanto a Billings quanto a Guarapiranga, não dá para fazer política de lançar água. Essa continha de pegar a água do Jupiá e jogar na Guarapiranga, essa sim é cretina. Que seria diluir a Guarapiranga com água limpa. Mas, se pega da Billings, estaremos pegando um sistema que tem de ser corrigido, tanto um como o outro. E acho que a sociedade tem que fazer esse investimento. Isso ajuda a proteção do meio ambiente. É isso que acho que temos de refletir para poder ganhar força e fazer uma proposta que consiga resolver o problema de abastecimento de água na cidade e não comprometa mais a nossa Mata Atlântica,



os nossos rios que estão protegidos. E esse papo, volto a falar, de dizer que é ineficiente, que vaza tudo na rua, etc. é perigoso. É, novamente, gente interessada em destruir uma empresa que é pública. Cheia de defeitos, cheia de problemas, mas é pública. É do povo de São Paulo. E não vai ser francês, que virá aqui para resolver o nosso problema.

**SRA.** – Está todo mundo discutindo sobre a mesma coisa. Se exaltaram todos vocês para falar a mesma coisa. Acho que o Capobianco está colocando é uma coisa além do que está sendo dito aqui. Há o problema da Sabesp de ser confundida com o governo e não ser só uma concessionária de água. Isso é um problema sério. Porque a Sabesp passa a ser responsável por todos os problemas que aconteçam no entorno dos mananciais e o que estou entendendo que é a discussão que o Capobianco está colocando, é no sentido de que não adianta também ficar tendo a SABESP com excelentes estações de tratamento de água ou de esgoto para ter uma água de qualidade na torneira de todo mundo se o governo, e aí a Sabesp não é governo, é só uma concessionária de água, não tiver de fato implementando um projeto de planejamento adequado para a região. Não vão proteger manancial nunca. Quando se coloca um mapa como aquele que o Capobianco acabou de colocar sobre o Guarapiranga, temos que encarar, não é uma questão de se defender, isso de fato. Trabalhamos com uma forma extremamente segmentada, por um processo que vem desde a década de 70. Quando as companhias de saneamento estaduais foram montadas, elas se confundiram muito com o governo, elas nunca tiveram muito cara de simples concessionárias como deveriam ter e estão sendo responsabilizadas agora por tudo isso. Acho que não está sendo discutido aqui, se estamos fazendo ou não o discurso que viabilize a privatização. Mas, temos no Estado de São Paulo um Conselho Estadual de Saneamento que não está conseguindo fazer uma ação mais integrada. Não é um simples fator de decisão técnica de engenharia, se deve ou não trazer água de um lugar e levar para outro. Acho que não é essa a discussão,



se vai ou não racionar a água. Agora, não podemos ficar esperando esse momento, que é o momento que vai ter que tirar a água da Billings, porque senão a cidade vai ficar sem água. E quando não tem um outro problema de seca sério, todos os programas de planejamento, todos aqueles lindos programas que estão sendo feitos há anos, que se está passando dinheiro para fazer, porque esses mapas não foram feitos agora. E esses mapas no IPT não foram feitos só para fazer o mapa, foram feitos para subsidiar uma proposta de planejamento integrado. Está tudo engavetado. E aí acabamos nessa situação agora de ações que têm de ser tomadas de forma imediata, numa briga que é completamente inócua. Ou começamos a discutir como é que vamos viabilizar em termos de Governo, como é que o Poder Público vai viabilizar todos os projetos que ele tem de ação integrada, de fato, ou então essa discussão que está aqui não faz sentido. Está se culpando a Sabesp como se ela fosse governo, ela é uma concessionária de água. Ela não é o governo como um todo. E qual é o papel de fato do Poder Público? Porque todos esses conselhos que o Poder Público criou não têm uma ação efetiva para se fazer uma gestão integrada. Acho que o que está em discussão é isso. Deveríamos continuar discutindo, até por conta do que se pretende fazer de relatório, para o estado de São Paulo, na área de recursos hídricos e meio ambiente, passar por aí. Como é que essas ações vão ser integradas, vão ser integrais, vão ser verticalizadas? Quando se pensar numa área e áreas prioritárias, todas as ações que têm que ocorrer, e elas têm que ocorrer concomitantemente, não eventualmente quando algo chega no limite do perigo, no limite do aceitável para a sobrevivência.

**SR.** – Queria falar alguma coisa também, porque talvez eu tenha sido mal compreendido. Sou engenheiro, agora sou engenheiro do planejamento. Conheço a situação do Guarapiranga, pelo menos desde a década de 70. Trabalho nessa área e até fui um dos responsáveis por aquela barragem que você mostrou. É duro a gente ser assim taxado: engenheiro não entende nada disso. Tudo bem. Mas, o



problema do planejamento é complicado. Primeiro, não é só da responsabilidade da Sabesp e não é só da responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. Vamos esquecer disso. Temos um regime que tem três esferas de governo. E nós temos a Prefeitura Municipal de São Paulo, que no fundo, é quem deveria cuidar da área do Guarapiranga. Temos a Prefeitura Municipal do Embu, do Embu-Guaçu e não sei quem mais, temos todas essas prefeituras. Temos um sistema democrático. Em 88, conseguimos fazer uma democracia. No sistema democrático, o regime metropolitano foi completamente posto de lado. Esse é um dos problemas da nossa democracia. Hoje em dia não temos nenhum tipo de planejamento metropolitano. É porque a nossa sociedade trabalha desse jeito. Não é tão simples esse raciocínio de dizer que o governo é que não quer. O problema é o conflito que existe entre as diversas esferas de governo. A palavra governo é uma palavra que tem dois significados. Pode-se dizer governo do Estado e governo. Então é um problema de governo. Mas é um problema de sociedade também, porque, vamos dizer, quem que ocupa o Guarapiranga é a nossa sociedade, a nossa sociedade pobre, é a periferia. Esse pessoal é que está ocupando o Guarapiranga. Não somos nós. Não sou eu, nem o Rodolfo, nem a Ana, nem o Capobianco. É esse pessoal que não tem onde morar, esse pessoal que está indo lá para o Guarapiranga, está indo também para os contrafortes da Billings, para os contrafortes da Serra da Cantareira. É esse pessoal. São os miseráveis, os pobres. E daí? Como é que vamos resolver esse problema? Agora, veja bem, desde 1970, do ponto de vista de quem é engenheiro de recursos hídricos, de quem é engenheiro da Sabesp, é lógico que a nossa solução, que gostaríamos seria que se transformasse aquilo tudo em parque. Acabou. Pega a Bacia do Guarapiranga, transforma tudo em parque e o Estado compra. Do nosso ponto de vista, isso seria a solução ideal. Desculpe, vocês falam conosco como se fossemos um bando de ignorantes. Às vezes quando discuto com pessoas como você, me sinto muito chateado. Do meu ponto de vista, eu como engenheiro, gostaria que a Bacia do Guarapiranga fosse totalmente preservada,



comprada pelo estado e transformada num grande parque. Agora, eu quero saber com aqueles 2 milhões de pessoas que tem lá, o que vamos fazer?

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Estou com medo que você comece a discutir sobre a questão do papel da engenharia, etc.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Não, não vou discutir, não. Muito pelo contrário, meu pai é engenheiro. Tenho dois irmãos engenheiros, o único problema é que, o engenheiro profissional, mas a visão é de que a questão de recursos hídricos é uma questão de engenharia. Eu discordo. É uma questão de planejamento, é uma questão de gestão. A engenharia é um dos instrumentos. Infelizmente, historicamente essa visão de que tudo se resolve com obras, imperou na gestão dos recursos hídricos. Mas isso é uma outra questão, não se está referindo ao engenheiro como profissional, pelo amor de Deus, só faltava essa.

Agora, deixe-me colocar o seguinte, isso está me lembrando há pouco, Deputados Rodolfo, desculpe-me fazer a comparação, espero que o senhor entenda e não fique chateado comigo, quando fomos discutir na Câmara dos Deputados, sobre a questão da conservação da Amazônia, e virou o pessoal, o Miqueleto e outros, dizendo o seguinte: isso tudo é interesse da internacionalização da Amazônia, não quer que ocupe, não quer que plante soja, porque é para entregar a Amazônia para os americanos e para os ingleses. Agora, vimos falar de um problema gravíssimo, que está ali na tabela e você só logo já acha, querem privatizar, querem entregar tudo. Pelo amor de Deus, pelo amor de Deus! Não estamos aqui num comício público, estamos aqui numa reunião de alto nível. Então, realmente puxar o fantasma da privatização, acho que isso realmente é a forma de evitar o debate. Esse é um primeiro aspecto. Concordo em gênero, número e grau com o que você disse a respeito da necessidade do uso da Billings. Inclusive, até com esse aspecto que você coloca da questão de você criar atenção necessária para solucionar a questão da Billings. Concordo plenamente. Só que para isso,



Deputado, o Estado não deveria ter dispensado o Eia-rama, Itaquaquecetuba. Deveria ter tido audiência pública, grandes debates. O problema todo se deu porque a forma como foi implementado, não estou me referindo aos a favor da privatização, aos contra todo mundo, não estou falando desses, estou falando daqueles que quer queiram ou não, estão tentando trabalhar isso com seriedade. E que dizem e repetem, eu repito, o problema não é a interligação Billings/Guarapiranga, o problema foi a forma como foi feito. E digo mais, repito com todas as letras: acho que foi uma irresponsabilidade. Porque esse era o debate público. Se o objetivo era de fato criar as condições para, inclusive, ajudar a recuperar a Billings, o debate, a audiência pública, o processo de licenciamento, se tivesse o Eia-rama, teria sido o mais eficiente possível. E não foi. Virou uma obrinha da Sabesp, o senhor vai me desculpar, Deputado, que hoje não está claro para a sociedade. Eu não acredito, eu não confio. Eu como cidadão, não delego à Sabesp não delego a ninguém como cidadão: deixa que a Sabesp cuida disso. Sabesp está pondo estações de monitoramento. Eu não delego, eu quero ver o preto no branco, como cidadão isso daí. Quero ver esse controle. E no Eia-rama eu teria visto. Infelizmente, eu fui impedido de ver. Segundo, a questão de governo. Ora, eu não sabia, sinceramente, Deputado, agora estou sendo sincero, não sabia que eu ia falar com o governo. Se eu fosse convidado para ir conversar na Sabesp eu teria tomado os cuidados para não ferir suscetibilidades. Fui chamado por um grupo de faço parte, que aliás me penitencio por não estar conseguindo participar mais permanentemente como gostaria, mas como não tenho conseguido, um grupo de especialistas, de pessoas interessadas no futuro do País, no futuro do Estado. Eu não vim aqui falar com a Sabesp e nem com o Daee. Se viesse seria diferente. É óbvio. Não vou na casa do anfitrião chutar a porta. Por mais que eu ache que aquele anfitrião merece ouvir algumas coisas, que são as coisas que quero dizer. Então, acho o seguinte, Deputado, senhores participantes, este quadro para mim é inaceitável. E não adianta dizer: isso é a prefeitura, isso é o governo federal, é o governo estadual, é culpa da sociedade. Isso é inaceitável e o Poder Público, que inclui todos tem a



obrigação sim, porque recebe, existe para isso. O Poder Público é sustentado pela sociedade, ele existe exatamente para impedir isto. Se não fez, tem que ser cobrando. E não venha dizer que é culpa da sociedade. Isso é uma falácia. Por que o cidadão pobre, miserável, excluído está indo para os mananciais? Por que ele gosta? Ele quer ficar perto da represa. Ele quer andar de iate no fim de semana? Ele é expulso da região central da cidade, pela especulação imobiliária, que domina essa cidade. Que é outra omissão do Poder Público. É uma omissão inaceitável. Uma obra como a Faria Lima, por exemplo, ou essa Água Espreada, expulsou milhares de pessoas para os mananciais. E depois foi o Estado de São Paulo lá e pôs o Trem Metropolitano. Essa que é a verdade. Então não venham com pureza. Ninguém aqui é virgem. Eu não estou aqui para fazer palestra de nada, para fazer nenhum discurso de nada. Eu não faço discurso. Eu trabalho. Isso aqui são dados produzidos pela minha instituição. Por quê? Porque a Sabesp não tem. Porque o Dae não tem. Eu sou obrigado a fazer isso aqui. Eu sou obrigado a trabalhar com satélite, porque o Poder Público não tem. Sou obrigado a mapear a Bacia do Guarapiranga, porque a Emplasa não disponibiliza o mapa em digital, como qualquer cidadão nos Estados Unidos vai e compra na Banca de Jornal. Por quê? Porque o Poder Público não tem interesse em discutir as suas falhas lamentáveis. E por quê? Quando a sociedade vê isso aqui, ela percebe que o Poder Público não está a serviço da população. Está a serviço de um grupo, que é uma oligarquia neste País, que mantém esse País sob o controle e cada vez mais miserável, cada vez mais excluídos. E excluídos que você responsabiliza. Eu não responsabilizo os excluídos, os excluídos são consequência da nossa má gestão. Da nossa, eu sou responsável, sou também responsável, o Deputado é responsável.

Agora, temos uma equipe de pessoas contratadas, que vivem para resolver esse problema. E não resolve esse problema. Essa é que é a questão. Acho que ninguém está aqui para ofender ninguém, muito pelo contrário, estamos aqui, o tema: Fórum São Paulo Século 21, eu como cidadão, convidado a colaborar, repito, eu como cidadão, tenho vergonha do que estamos fazendo na gestão ambiental do



Estado de São Paulo. E não quero que isso continue no Século 21. E só vamos mudar isso quando olharmos de frente essas coisas e pararmos de fugir nos feudos, parar de fugir sob a alegação: não, eu sou da Sabesp, não eu só cuido daqui para lá, daqui para lá é outro, pelo amor de Deus, eu sou tão legal! O que é isso, sou tão sério! Parece a história da Sudep e do IBDF. A Sudep não sei se sabem, cuidava da fauna aquática e o IBDF cuidava da fauna terrestre, mas tem um animal “maledeto” que é o jacaré que fica metade fora d’água e metade dentro d’água. Quem cuidava do jacaré? Precisou fundir, criar o Ibama para cuidar do jacaré. Apesar que não resolveu, porque o Ibama não funciona. Então, acho o seguinte, não estou querendo saber. Com relação ao vazamento da Sabesp, com relação ao vazamento eu repito, eu sou uma pessoa relativamente bem informada. É óbvio, não sou tão bem assim, posso não estar sendo informado de uma coisa, posso estar falando uma besteira. Por exemplo, uma besteira que eu falei, foi aquela brincadeira infeliz aos engenheiros, que detonou uma coisa, que não era isso que eu queria dizer. Peço desculpas, foi uma brincadeira infeliz. Todo mundo comete infelicidades. Agora, eu não conheço. Aliás, desconheço um documento público assinado pelo funcionário público, que coloca o Crea dele, que estaria sujeito às averiguações e a responder publicamente pelo seu documento. Eu não conheço o documento que diga que o vazamento, que a perda de água em São Paulo é 17%. Acho um absurdo que a Sabesp não esteja publicando isso em *outdoor*.

Acho um absurdo que a Sabesp não esteja disponibilizando isso para todas as não-governamentais. Porque se eu tivesse isso nas mãos, eu jamais diria, para a imprensa, como tenho dito, que é 40%. Porque não sou trouxa e muito menos burro, muito menos ignorante a não quero passar informação errada para ninguém, quero passar a informação certa. Agora, se a Sabesp não divulga esse trunfo e permite que fique circulando 40%, na rede Globo como aconteceu hoje, no noticiário, o senhor vai me desculpar, no mínimo, vocês deveriam trocar a assessoria de imprensa da empresa. Porque pelo menos isso aí não serve. Está denegrindo a imagem inutilmente. 17%? Puxa o Japão é 11%, Tóquio. Imaginem, poder falar que





finalmente a minha cidade, está lá perto de Tóquio, está muito melhor do que muitas norte-americanas. Onde está o dado? Passe-me, por favor.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Está bom. É o seguinte, Capobianco, já fui funcionário da Sabesp, hoje estou licenciado, mas sou engenheiro sanitaria. E isso é da comunidade científica do setor. Não é a tua área. Então, o que parece absurdo para mim, que participo de debates no Brasil inteiro é, a pessoas acharem que tem 40% de água vazando. Porque 40% de perda, não é 40% de água vazando. 40% de perda, normalmente , num país onde tem hidrômetro, é 20% de perda física e 20% de perda não física, perda de faturamento, que significa que a pessoa bebeu água, mas não foi cobrada. Isso não é vazamento pela rua. Não existe 40% de vazamento de água. Esses 40% de vazamento de água nas ruas de São Paulo, significa quase 80% de perda de faturamento da Sabesp. É impossível. Para o engenheiro que é do ramo, para um cara que tem diploma, isso é impossível. Quando se fala em perda sempre se cria essa confusão. 40%, aliás é uma infelicidade da comunidade científica e técnica do setor de saneamento, que criou esse número. O índice de perdas de água é de 40%, quando na verdade o índice de perdas de água é dividido em perdas físicas e perdas não-físicas.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Só físicas.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Metade é faturamento. Então, o que vaza na rua, quando você fala de manancial?

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – É pingo, furo no cano.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Quando você fala de manancial, estamos falando de água, não estamos falando de dinheiro, só interessa a metade, os 20%. Então, 20% para 17%, falta pouco. Vou dar uma outra informação, na região de



Lins, por exemplo, na Sabesp da região de Lins, a perda por vazamento é menor que no Japão. Estamos pensando que brasileiro não é do ramo, mas temos áreas aqui com perdas menores, do que o sistema de abastecimento do Japão, aqui no Estado de São Paulo.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Permita-me só um aparte. Sabe o que acontece, é que o Brasil é um País tão fantástico em situações absurdas, quer ver uma coisa que o senhor não vai acreditar? Ontem eu estava no Instituto, trabalhando os argumentos, estamos trabalhando nos argumentos contra a tese ruralista de diminuir a reserva legal. O argumento fundamental dos ruralistas é que tem de aumentar a produção de alimento, tem que aumentar a produção de carne, tem que desmatar para isso. Fizemos um levantamento da produtividade dos pastos no Brasil e não comparamos com os Estados Unidos, nem com a Europa, porque senão vão dizer: mas é Estados Unidos e Europa. Comparamos com o Uruguai, que está lá embaixo, quase anexado ao Brasil, comparamos. sr. Deputado, o senhor sabia que o índice de produtividade, por hectare no Uruguai é 15 vezes maior que no Brasil. O senhor sabia disso: 15 vezes maior. Se eu fosse num debate público e alguém dissesse isso eu não acreditava. Eu ia dizer, você está ficando louco, vocês querem privatizar o rebanho brasileiro, não é possível, vocês estão loucos. Eu ia ficar chocado. Mas, infelizmente, eu que fiz os dados.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Não tem paralelo. Na área de abastecimento, é que não sabemos valorizar as nossas coisas. Sou contra esculhambar tudo o que é nosso.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Também sou. Embora a maioria esteja esculhambada.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Em 1996, a Sabesp foi considerada a melhor empresa das Américas, melhor que os Estados Unidos e o Canadá, pela Associação Interamericana, presidida por americanos.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Precisa ver quais foram os critérios. O critério deveria ser esse, de rodízio por rodízio. Deveria ter só um critério, tem rodízio, não tem rodízio.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Eu não sou nem sócio da Associação Interamericana de Engenharia Sanitária. E acho que os critérios não devem ter sido muito bons mesmo. Só que é o seguinte, uma coisa é você operar sistema em Paris, em que a população diminui todo ano, outra coisa é operar sistema com explosão demográfica e favela crescente. A dificuldade é outra. Eu trouxe uns franceses consultores aqui e eles falaram que não saberiam como fazer, como é que conseguíamos operar um sistema como é aqui.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Concordo em gênero, número e grau.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Então, a nossa realidade é muito mais doida. Então, não dá para comparar muito fácil uma coisa com a outra. O que acho que temos de ter claro aqui, Capobianco, é o seguinte, eu já fiz uma moção contra aquela proposta de reduzir a reserva legal da Amazônia, que já foi encaminhada por mim, é contra aquele projeto de lei do deputado federal Miqueleto. Então, logicamente, é uma proposta para destruir. Aqui, não sei se todos, mas praticamente todos, têm compromisso ambiental. O problema é como nós apontamos solução. Temos que ser mais estrategistas. Sou filho da pessoa que criou a lei de mananciais no Estado de São Paulo. Qual é a estratégia que temos de utilizar para poder defender? A falta de estratégia dos que defendem a tese, também destrói. A falta de inteligência e capacidade daqueles que combatem

contra, facilita a derrota. A guerra é assim: se o outro lado lutar mal, eu avanço mais. Então, se o setor ambientalista guerrear mal e ficar fazendo discurso isolacionista e não conseguir reverter a situação, ele também facilita a destruição, na medida em que ele não cumpre o seu papel de derrotar os caras que não têm preocupação ambiental. E quando faço uma proposta de que nós ambientalistas temos que forçar que a Billings é para abastecer a cidade de São Paulo, que tem de bombear, não é que estou defendendo que não tenha Rima. Acho que tem de ter tudo que cumpre a lei, acho que tem de ter toda discussão. Sabe por que estou falando isso? Porque tenho 20 anos de carreira. E pela primeira vez se aceitou, porque isso era crime de lesa- majestade, dizer que ia tirar água da Billings. Por quê? Volto a dizer, não interessava aos interesses econômicos. Não estou trazendo fantasmas, não. Eu sei. Sei porque venho lutando há anos, décadas. Quando se entra na luta de algumas coisas, quando você vê o setor ruralista, se você falar: se você falar, olhar, você está fazendo uma coisa para o setor ruralista, você não está falando porque está vendo fantasma. Porque pela sua história de proteção das florestas, você sabe que os caras estão por trás de uma série de jogadas dentro da luta política. Então também sei os caras que estão por trás das jogadas dentro do setor de abastecimento de água, porque tenho décadas de luta nessa área. Então, sei muito bem onde os caras estão. Quem eles contratam para defender determinada tese. Essa tese de utilizar a Billings é condenadíssima pelo setor de especulação de grandes obras do setor de saneamento. Não estou vendo fantasma. Isso aqui, todo mundo sabe no setor, se perguntar para qualquer um que lute, para defender, inclusive o patrimônio público que é a Sabesp, porque ela que vai pagar isso. E mais do que isso, vai pagar a sociedade, porque vai pagar por uma série de represas, ali no Capivari/Monos, vai pagar por represas, com destruição, com destruição de trilhas de indígenas, de toda essa região, na área do Jupιά, do Rosas. Esses caras querem fazer obras lá. Não interessa esse esquema do Guarapiranga. E aí eles começam a fomentar também que a água é problema, que não tem solução. E quero dizer que temos de dar solução. Porque eles não querem admitir,



do ponto de vista prático, volto a repetir isso, é muito importante porque é para o século 21, o que vamos propor para a Região Metropolitana de São Paulo, essa questão é muito importante.

A Billings tem que ser manancial do ponto de vista prático. Não pode ser tratada, como alguns eu já vi no passado: é irreversível, essa aí não tem mais jeito, o lodo do fundo não vai permitir que se use essa água. Esse é o discurso, Capobianco. Esse é o discurso dos que querem buscar água lá atrás. É um discurso obreiro, de fazer as grandes obras. Isso que você está vendo, que está se falando em Sabesp, mas todo mundo sabe que nada disso aí é saneamento básico, não foi abastecimento. A Billings não foi criada para abastecer nada. Foi criada para gerar energia. A Guarapiranga foi criada para gerar energia. Aliás, o uso para abastecimento da Guarapiranga só é manancial de água hoje, fundamentalmente, porque um dia um sujeito chegou e falou, vamos tirar um metro cúbico daqui, só um. Era para tirar só um e hoje tira 12, tira mais do que ela pode. Mas um dia teve um cara que falou que ia tirar um. E ela virou manancial de água. Porque antes era só para controle de enchentes e para geração de energia elétrica. Então, dentro do complexo elétrico da Região Metropolitana que sempre foi o partido que comandou as questões aqui na Região Metropolitana. Nunca foi o partido de abastecimento de água, porque isso sempre foi secundário, foi marginal, no processo de criação de represa aqui. Então, quando se diz que está ocupando a área do Guarapiranga, é porque nunca houve uma preocupação de criar na Bacia uma proteção para abastecimento de água. Se você pegar os reservatórios que foram criados com a preocupação de abastecimento de água, por exemplo, a represa de Ribeirão do Campo ou a represa Pedro Bit, que são propriedade da Sabesp, e foram criadas para abastecimento de água e mesmo até o Cantareira com todos os seus problemas, não chega a esse nível de ocupação e de especulação que tem o Guarapiranga. Porque ali é o partido energético, os engenheiros eletricitas e eletrônicos não têm culpa disso, mas, na verdade, foi o partido do desenvolvimento econômico que se deu na Região Metropolitana. Nós queremos mudar isso. Quem



pressiona para a Billings não ser utilizada como abastecimento de água também, que está achando horroroso esse negócio de bombear o metro cúbico, seja lá o que for para a Guarapiranga, ou para onde for, é o partido que quer rebombear a Billings, que gerar energia na Henry Borden. O que também não interessa, porque sabe que se bombear, vai poluir a captação da Sabesp de água para o Guarapiranga. Então, do ponto de vista prático não vai poder mais bombear coisa nenhuma, não é só do ponto de vista legal. Então começa a criar uma série de dificuldades para a política de bombeamento, sem tratamento. Então se começa a falar em tratamento. Então acho que é esse ciclo que nos interessa, do ponto de vista ambiental. E temos que pegar essa onda. Não ajudar quem quer que abandonemos a guerra e ir atrás de outros mananciais para poder abastecer a cidade, que acham que temos que negar essa luta. Não. Temos que fazer virar essa água de qualidade e não ir atrás de outra. Acho que essa questão é fundamental. Para não ficarmos só no eixo dessa discussão, temos que ter algo para o Estado de São Paulo, do ponto de vista, você já falou alguma coisa em termos de interligação dos pontos pulverizados de florestas. Pode ser uma das estratégias que possamos utilizar, do ponto de vista de propor para a sociedade uma proposta para melhorar o nível de cobertura por floresta do nosso território do Estado. Nós precisamos de proposta. Essa é logicamente uma proposta apaixonante, não fomos nós que começamos esse debate, já tem mais de 30 anos, que os caras se comem por causa dessa história, já tem um grau de radicalismo bem grande, há vários partidos dentro do pensamento dessa questão da Billings e Guarapiranga, mas eu acho que temos de ter algumas proposições do ponto de vista da proteção da expansão da nossa cobertura. Queremos uma maneira de você proteger, não é só trabalhar na defesa ou no desmatamento zero, mas propor expansão do processo de cobertura das florestas e de recuperação do nossas florestas tropicais e de outros ecossistemas que possamos fazer. Isso é importante colocarmos. Um argumento importante que do ponto de vista da nossa pluviometria, do ponto de vista da qualidade do nosso solo, é preciso ter recuperação das nossas florestas. Nesse



sentido que eu queria que você falasse um pouco. Porque você não veio aqui falar da ocupação do Guarapiranga. É que acaba caindo nisso. Mas, o restante do Estado, do ponto de vista do que podemos fazer e poderemos avançar nessa questão da recuperação ambiental.

**SR.** – Queria voltar um pouco ao assunto original. Apenas algumas observações. Convivo na região rural, nessa região mais acidentada do estado, que vai da divisa com Minas Gerais, de Mococa, passando por Bragança Paulista até chegar aqui no Vale do Paraíba, uma região acidentada que foi ocupada pelo café. Tenho uma amostragem de 50 anos, porque convivo numa mesma propriedade rural, da família, desde criança. Talvez mais observações curiosas. Primeiro, que existe lá várias dessas matas residuais, nativas em regiões de topografia muito íngreme e pedra praticamente. Onde não dava para plantar café, felizmente tinha muitos lugares que não dava, sobrou essa mata que foi explorada no sentido de tirar algumas madeiras para uso da fazenda, mas a mata não foi derrubada. Tenho a impressão que nessa região, observo mais Itapira, Águas de Lindóia, Socorro, talvez seja até mais que 10%, porque você vê essas áreas sobrando em todas as propriedades. Até fico em dúvida sobre qual o tamanho mínimo de mata residual que foi detectado nesses levantamentos. Porque, talvez tenha um número muito grande de pequenas matas que não tenham sido detectadas. Mas o que eu queria dizer é que o processo que observo lá, é que existe uma ação muito fiscalizadora dos órgãos ambientais, da Polícia Florestal muito forte. Então, ali, onde convivo, realmente não há desmatamento, não existe. Falou em cortar árvore, o caipira treme. Pelo contrário, o que está havendo é que algumas propriedades não bem cuidadas, estão começando a gerar mata, de recuperação, primeiro, segundo grau, enfim, o que se vê naturalmente lá é que está aumentando essas áreas de mata. E não sei se por causa disso e associado a isso, mais a fiscalização, eu observei nesses 50 anos, uma volta da fauna da região. Essa região que está centrada aí. Então, eu que sempre convivi muito ali com a natureza, há 50 anos tinha muitos



animais que eu ouvia o meu pai falar que existiam. Mas há 50 anos, não existiam mais por ali e hoje eles estão retornando, como o tucano, jacú, onça parda, suçuarana, em Águas de Lindóia. Então, não ficar só nos dados negativos, existe alguma coisa boa que vejo acontecendo ali, inclusive de conscientização do pessoal. Isso é apenas uma observação. Tem pintassilgo, tem lá bandos de pintassilgo que tenho lido que está em extinção, quatis, que nunca ouvi falar na minha infância, hoje tem na minha região. Então tem alguns processos que de um jeito ou de outro animam um pouco a gente. Eu estou aqui para falar dos recursos minerais, mas eu sou um cara que acho que pouca gente aqui plantou tanta peroba, jequitibá, cabriúva, eu pessoalmente tenho muita coisa dessa plantada, me considero um amante da natureza também. Mas era só essa observação. Se você puder esclarecer alguma coisa sobre esses residuais da região ali, acho que seria interessante.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Você se refere àquela região da curva ali. Eu também conheço bem a região, meu avô, como falei, era proprietário e tinha uma propriedade nessa região de café. Tinha muitas áreas preservadas aí que, na divisão da herança, parte da família manteve, preservou parte lá. Com relação à área mini é uma piada. O estudo ele mapeia acima de 25 hectares. Se você tem uma área de mata de 26 hectares no meio do descampados, é fácil de mapear. Agora, se você tem uma área de 25 hectares no meio de um cafezal, ou de uma plantação já fica mais difícil. Então, seguramente acima de 100 hectares, todos devem estar mapeados, a grande maioria.

**SR.** – E muita coisa que vejo é menor que isso. Isso aí eu estou dizendo para não ficarmos desanimados. Porque às vezes até deprimem esses dados muito pessimistas. Quando alguém falar, só tem 5% da Mata Atlântica, eu me sentia setorialmente deprimido. Mas agora que vejo que não é bem 5% é 7% Mas o número mais certo que deveríamos considerar é 9%, porque você tem 9% do que



existia. 7% da área do estado todo. Então, acho que, inclusive, aquela tabela é mais correta, não se vai falar que teve perdas onde não tinha mata. Mas é nesse sentido. Então acho que, computadas as pequenas áreas, abaixo de 100 hectares, eu acho que melhora também um pouco esse número, que não é nenhum paliativo para parar de desmatar, mas alivia um pouco. E outra coisa também que gostaria de falar, é o seguinte: eu vejo muitos casos, parece que um investimento não muito grande na aquisição de áreas pelo governo, para conservação, poderia ser importante e não se fala muito nisso. Você fazer uma obra de um milhão de dólares, tem todo dia aí pela rua; agora, se você fizer um investimento de um milhão de dólares para comprar terra para criar uma reserva no meu município de Itapira, vai ser uma coisa fantástica. E não precisa ser só no município, pode ser no limite de Itapira, Mogi Mirim, Mogi-Guaçu, pode servir a vários municípios. Eu não vejo muita ação nisso. Se você vai para o Portal, então, nas regiões mais distantes, com pouco dinheiro se compra muita terra. E não vejo muita ação nesse sentido, o governo do estado adquirir áreas para torná-las de preservação.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Eu acho que seria uma loucura, porque é impressionante a quantidade de municípios. Você vai para a Amazônia e tem cada município grande naquele quadro lá. Mas, com relação ao que você disse, que acho que tem a ver com o que o Deputado colocou, a questão de proposta. Primeiro, acho que temos de analisar os dados, embora sejam dados trágicos, digamos assim, temos que analisá-los não na perspectiva do derrotismo. Porque de fato, se isso for usado como desestímulo, então não vale a pena. Não estamos querendo fazer aquilo que alguns chamam de contabilizar a derrota ou as perdas. Perdemos tanto, agora acabou. Só falta um, perdeu e acabou. Não é esse o objetivo. O objetivo é o contrário, é justamente alertar para a necessidade de reverter o processo. O processo continua existindo. Mesmo em regiões como a nossa lá, você tem de fato áreas que a própria conjuntura econômica ajudou a ficarem meio de lado e que estão se regenerando e de fato a capacidade de regeneração da Mata

Atlântica é uma coisa absurda. Na nossa região lá, já é impressionante. Agora quando você vai para Santa Catarina, no litoral norte de São Paulo, é uma coisa, é uma aberração eu diria. Fiz agora um trabalho bem interessante, porque temos o mapeamento de Santa Catarina e o volume de regeneração quase era igual ao desmatamento, no período de 55 a 90, 95.

**SR.** – Deixe-me só completar. Se tem uma coisa que, embora não seja do ramo, mas desconfio muito, e nunca ouvia falar. E senti isso, porque trabalhei na Amazônia e sentia isso, porque trabalhávamos com helicópteros, era obrigado a fazer clareiras na mata para descer do helicóptero e se em um mês não voltássemos, não déssemos uma limpada nas clareiras, a gente nunca mais encontrava. Achei interessante você tocar, porque é um aspecto que é importante, mas tem que ter, não é derrotismo, uma coisa que entusiasme também.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – O processo natural de regeneração é muito acelerado. Agora, existem organizações ambientalistas, várias delas, uma delas em Santa Catarina tem um trabalho que é um projeto de enriquecimento de florestas secundárias. Porque a floresta secundária, o processo natural seria o seguinte: você tem uma ou duas espécies pioneiras que tomam conta rapidamente, embaúba, por exemplo, é um caso e com o tempo começam a vir as espécies não pioneiras e é um processo natural de longo prazo. O que essa organização faz? Ela introduz mudas de espécies não pioneiras já no meio da floresta antes e faz o manejo. Por exemplo, quando se tem um excesso de pioneiras numa área, faz uma poda, ou seja, dá um empurrãozinho, e acelera o processo de enriquecimento com uma rica diversidade de flora logo no início. É uma coisa impressionante o processo. Como estava dizendo, no caso de Santa Catarina, os números quase eram iguais, o que foi desmatado e o que recuperou. É claro que não se pode fazer uma conta matemática, dizendo: desmatou 1.000 recuperou 1.000, então zero. Não. Porque o desmatamento de 1.000 é um enorme impacto ambiental, perda de espécies, etc. E



o 1.000 que regenerou não tem a diversidade dos 1000 que foram degradados. Então, o impacto continua existindo. Não se pode fazer essa conta. Mas eu fui, fiz uma viagem de carro para ver essas áreas, porque fiquei impressionado. Não é possível, acho que deve estar errado. E de fato, fiquei surpreso, áreas que eu juraria que estavam abandonadas há 50 anos, e estavam abandonadas a cinco ou seis anos.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Deixe-me fazer um outro questionamento que escutamos muito, que é um argumento antiambientalista. Você vê lá o Pontal, tem aquele parque imenso do Morro do Diabo, já passei lá, é um negócio fantástico. Tem o Vale do Ribeira, também com uma cobertura fantástica da Serra do Mar, da Mata Atlântica. Exatamente essas duas regiões, o próprio Vale do Paraíba, Litoral Norte, aquela região toda, essas três regiões mais pobres do ponto de vista da qualidade de vida da população, o Pontal e o Ribeira, são dois corredores da fome. Outro dia eu li uma reportagem de um sujeito, uma coisa que escutei de orelhada, que o Vale do Paraíba estava com produção pior, do ponto de vista da agricultura, do que a do Vale do Ribeira. Então, essa é uma pecha, vamos dizer assim, que tem de ser bem tratada do ponto de vista que não existe uma associação entre a miserabilidade da população e a existência das florestas. Mas é certo que quando o poder econômico é mais fraco, a questão preservacionista ganha mais dimensão. Quando o poder econômico vem com maior poder de destruição, é mais difícil segurar a barra. Então aquela tal da sociedade, na verdade não é o miserável. Exatamente é o poder econômico, é o rico, é o poderoso que vem destruindo o meio ambiente. Voltando para o Guarapiranga, só tem aquela parte preservada do Guarapiranga, porque o setor de especulação até pela legislação ambiental não entrou ali, senão não se veria uma árvore. Só porque é miserável que tem ali, alguma coisa que fale em recuperar a Guarapiranga. Porque se entra o poder econômico com seus interesses privados não sobra nada para contar a história. Você mostrou o norte do estado que é a parte rica, e o centro onde, a parte oeste,



foi a expansão do café, etc. não deixa pedra sobre pedra. É só uma observação para que essa questão seja tratada quando se for fazer essa luta.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Essa é um questão de modelo. Modelo econômico. Aquele velho problema, não se trata do poder econômico, mas se trata do modelo de desenvolvimento econômico. O caso da Amazônia agora, a grande briga é essa. Inclusive, saiu um artigo muito interessante na Folha de S.Paulo, que é o mesmo caso do Vale do Ribeira, no sentido de: o mito da agricultura na Amazônia. Mostrando claramente que do ponto de vista econômico, *stricto sensu* a atividade madeireira gera muito mais recursos, gera muito mais dinheiro. Tenho até esse dado aqui, para os senhores terem uma idéia, fiquei surpreso também, é um dado bem impressionante sobre o que significa, comparado com outras atividades, essa que era a grande questão, tem que desmatar para gerar riqueza. Querem ver? Olhem esses dados aqui: madeireira e pecuária e aqui não está considerando madeireira ilegal, porque a ilegal não é contabilizada, isso aqui é madeireira legal, que portanto tem problema de manejo e que minimamente está seguindo as regras de conservação. Receita bruta anual, 3,3 bilhões na Amazônia legal, nove estados, contra 650 milhões da pecuária. Empregos fixo gerados: um a cada 7 hectares, um a cada 428 hectares. ICMS recolhido no ano: 300 milhões, contra 33 milhões. Isso aqui são dados do Censo lá, do IBGE. Então, é impressionante a diferença. E pensar que a pecuária é ativa na Amazônia há muito mais tempo do que a madeireira atual, licenciada. Então, aí é que está, essa que é a questão que achei interessante colocar, mesmo porque queremos que o poder econômico, no bom sentido da palavra, o capital, a capacidade de investimento, não o econômico predatório, privatizado, centralizado, mas o recurso financeiro vá para o Vale do Ribeira. Agora, queremos que vá para o Vale do Ribeira, para financiar atividades compatíveis, que geram renda, que dê lucro, inclusive, mas que sejam compatíveis. Existem centenas de atividades lá. Só o ecoturismo é de um enorme potencial. Mas, voltando, só para concluir aquela questão. Acho, Deputado, que deveríamos



trabalhar nessa perspectiva do desmatamento zero. Esse é um ponto. Por quê? Porque temos certeza absoluta de que o Estado de São Paulo, pela sua condição, pela área já aberta, tem condição de implementar isso. E isso é uma questão cultural, questão de perspectiva. Tem hoje milhares de pessoas que já têm isso na cabeça. Esses vizinhos todos nossos lá na região, para eles já nem é mais a fiscalização. Era a fiscalização, mas hoje nem é mais. Falar em desmatar, você está louco desmatar. Passa um quati na estrada o cara fica doido. Pô, um quati... Hoje você vai na roda de fazendeiros ali, os caras falam menos do gado e do cavalo de criação e falam mais: voltou garça, lá tem quati. É uma coisa de recuperação um pouco da paisagem nas pessoas. As pessoas estão percebendo que isso é importante, não compromete a produção, pelo contrário, e isso é bom. Os filhos cobram. Me disseram que na escola do filho do Miqueleto, disse que foi uma coisa terrível, uma coisa grave mesmo assim, de chegarem a querer propor a expulsão do menino da escola. Mas é terrível isso. É um absurdo isso. Mas, olhem aonde chega! Aquela coisa, não é possível que tenha um louco para fazer uma coisa dessas. Eu fiz um debate público com o Miqueleto na televisão ao vivo, vinham perguntas, participei várias vezes daquele Olimpíada Nacional. Mas eram coisas assim: eu tenho vergonha de ter deputados como esse no Brasil. Ou assim, o senhor deveria ser cassado e preso, seu sem-vergonha. E assim vinham, dezenas de mensagens. Porque é uma revolta. Não é possível. É uma coisa que pega no estômago. Então, acho que deveríamos trabalhar com o desmatamento zero e aí sim a recuperação. E aí a recuperação, temos que trabalhar em cima de bacia hidrográfica. Acho que existe uma série de propostas já, inclusive para o próprio Poder Público, de trabalhar na bacia hidrográfica, porque na bacia hidrográfica, inclusive, eu considero na microbacia, não na grande bacia, porque o Tietê no Estado de São Paulo é quase uma bacia inteira, mas pegando a micro bacia, acho extremamente interessante que se trabalhe essa perspectiva de compensação, por exemplo. Tem lá dez propriedades numa microbacia ou sei lá, 20 propriedades. Cada um tem que ter 20% de mata? Não. Posso concentrar essas 20 e fazer um grande maciço



contínuo, por exemplo, de todas as cabeceiras da bacia e as principais áreas degradadas. Então, pode ser que na minha propriedade não tenha, mas tem na do outro, eu vou ajudar a fazer na do outro. Esse tipo de trabalho de cuidar de microbacia, acho que é o grande caminho, porque se faz recuperação de área degradada, amplia área de mata e atinge diretamente o objetivo de aumentar a biodiversidade e conectividade. Porque aí você junta. Então, por exemplo, no caso do Pontal, corredores ecológicos, sem dúvida nenhuma. Isso já é uma tendência mundial. Agora, corredores ecológicos que preferencialmente juntem remanescentes, protegendo recursos hídricos e recuperando microbacias. Então, junta-se o critério e se vai favorecer aqueles que tenham essas três características.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – E esse plano, o PL-20, que tem um fundo estadual de recursos hídricos, que vai atuar fortemente na recuperação da mata auxiliar. Isso deve dar um ganho.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Com certeza, é uma injeção de recursos.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Agora, temos a estratégia da recomposição da floresta nativa, como que é isso? Tem especialista, estamos trabalhando, como é que faz ?

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Esse é um outro aspecto que acho fundamental. Existe hoje em São Paulo. São Paulo foi pioneira e estão implantadas hoje, as Associações de Reposição Florestal. Não sei se o senhor conhece. O que ocorre é o seguinte: todo consumidor de madeira, desde a padaria até a olaria, seja qual for, grande empresa ou microempresa, padaria, pizzaria, etc. que usa lenha, não precisa ser nativa, nem pode, na verdade, hoje não pode. Em São Paulo você não vê mais quase usando, é muito raro ver isso. Em outros estados ainda se vê,

por incrível que pareça. Mas em São Paulo é muito raro. São Paulo já superou essa etapa predatória burra. Hoje é um predatório só.

**SR.** – Fora de São Paulo tem muitos cerrados.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Em Santa Catarina, as fumiculturas, as estufas de fumo, ainda usam muito madeira nativa. É impressionante. Mas vamos pegar São Paulo, que é um bom exemplo para isso. Todo consumidor tem que recolher uma taxa de reposição florestal. Essa taxa é recolhida ao Ibama, que é o órgão federal, que nós sabemos para onde vai o dinheiro. Vira ticket restaurante, vale-transporte, aquela coisa. Então, algumas instituições, alguns consumidores de São Paulo se revoltaram contra isso e criaram Associações de Consumidores e de reposição de madeira. Então, são as Associações de Reposição Florestal. Elas são criadas como? Reúne consumidores, então tem lá, Bauru: o cara da pizzaria, o cara da olaria, etc. juntam-se lá e criam uma associação civil sem fins lucrativos, registram formalmente em cartório e ao invés de recolher a taxa para ao Ibama, recolhe para essa associação e a associação então produz as mudas e disponibiliza isso. É impressionante o resultado. Poderíamos até um dia marcar uma visita numa dessas associações. É impressionante o resultado disso, Deputado, eles plantam, têm mudas de exótica, eucalipto, porque há uma demanda dos proprietários. Todo proprietário quer ter e acho que deve ter mesmo, um lote, uma área, um capão de eucalipto, porque o cara usa para fazer cerca, para fazer porteira, usa no dia-a-dia. Só que eles gradativamente foram aumentando brutalmente a porcentagem de mudas essencialmente nativas. E eles têm uma tecnologia hoje altamente desenvolvida, eles plantam jequitibá rosa com itubete que é aquele pequeno reservatório de terra, não é aquele trambolho para plantar e eles têm lá, colocam micronutrientes capsulados que libertam o micronutriente, tem um processo natural médio e longo de degradação. E fiz uma experiência, estive recentemente visitando uma em Penápolis, peguei várias mudas levei e plantei e é impressionante o



resultado. Visitei várias áreas recuperadas por eles. Então, eles têm muda e têm o técnico. Eles vão na propriedade rural do município, da bacia hidrográfica, daquela região que eles estão, tem que ser sempre por região, cada um tem a sua região, e eles oferecem o técnico, oferecem a muda de graça e o proprietário oferece o quê? O terreno, a mão-de-obra para plantar no dia que for o plantio e responsabilidade por combater formiga e capinar até a muda atingir um certo porte que ela fica independente. É fantástico o trabalho. Então acho que essa perspectiva também de você apoiar a questão das associações de reposição florestal, da sociedade é um outro canal extremamente eficiente porque se tem recursos. Recurso que não vai para Brasília pagar ticket restaurante e se transforma em tecnologia e floresta no campo, na prática.

**SR.** – Você falou da microbacia, você deve conhecer aquele programa de microbacia da Secretaria da Agricultura, então esse é um programa, na época que acompanhei eles estavam esperando um dinheiro do Banco Mundial, porque no Paraná foi o maior sucesso, esse programa de microbacias e com o enfoque bem de desenvolvimento sustentado. Então isso, não sei como é que anda na Secretaria de Agricultura hoje, mas é um projeto que toda essa parte, eu creio que estaria contemplada e seria um ponto de contado nosso com o grupo de agricultura.

**SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Com certeza.

**SR.** – Quando acompanhei, a redenção do Estado na área agrícola teria que ser vista pelo programa de microbacias. E era um programa com especialistas que vinham de fora, um pessoal disposto a fazer uma coisa muito séria. Mas esse programa existia aqui na Secretaria a passo de tartaruga, com exemplos muito bonitos, mas muito pontuais. Então acho que aí nós ligamos com o grupo agricultura.





**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Queremos agradecer ao Capobianco pela excelente exposição. Tem muita coisa para debater e é realmente apaixonante, mas muito rico e muito estratégico para este estado. Falar que o Seminário. O futuro que queremos, ficou para o dia 26/6 às 14h30 até às 17h00. Estamos organizando, vamos convidar todo mundo, tem uma programação do seminário que vai discutir a questão da industrialização e a questão do meio ambiente. Também, falar que o Erasto, está apresentando um material sobre proposta relativa à área da mineração, que ele fez uma exposição na última reunião e apresentou uma série de propostas do setor mineral, com relação à discussão que fizemos aqui. Aproveitaria para pedir ao Capobianco, se tiver propostas escritas, essas idéias, essa questão dessas associações, ou a questão daquela interligação dos pontos pulverizados, ou a recuperação de mata auxiliar, o que tiver de projetos nessa direção que possamos aproveitar para propor, para dar foco nisso, é uma questão importante. Inclusive se tiver alguma coisa referente à questão do desmatamento zero. Porque acho que é uma estratégia importante, ou pelo menos que se somar no final dê zero. Acho que se ampliarmos a mata, conseguiremos chegar no desmatamento zero, pelo menos compensatório mais rápido. Pelo menos se conseguíssemos replantar o que vão desmatar, não é igual como você já explicou, mas de qualquer maneira é importante. Então, agradecemos, Capobianco e se você puder nos enviar seria ótimo.

Erasto, você gostaria de falar alguma coisa sobre o material que você apresentou? Tem a palavra.

**SR. ERASTO BORELLI** – Coloquei isso, mas não é um trabalho específico meu, tem contribuição e conversas com muitos colegas do setor, mas a minha idéia seria o seguinte: a última coisa que tem nesse anexo aí, é uma relação de entidades, todas com alguma relação com o setor mineral, que a minha sugestão seria fazer uma carta, um e-mail pedindo que eles mandassem também sugestões sobre o tema e com prazo e de uma forma bem resumida, quase intimizada.



Primeiro para que façam rápido e não deixarem de entregar e segundo para que não fiquemos com um pacote de coisas para ver, mas seria no sentido de mandar sugestões intimizadas sem ver o meu trabalho, de preferência, para que não fiquem dirigidas e mandar num prazo bem curto. Agora, isso eu pediria que as suas secretárias fizessem isso.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – A Lúcia cuida disso, fala com você e acerta isso. Só gostaria de definir uma nova data para a próxima reunião.

**SR. ERASTO BORELLI** – Agora, esses temas, esses itens aí que coloquei, são os itens que desenvolveríamos na nossa parte do relatório. Então, se tiver alguma coisa que deva ser discutida, alterada, modificada ou acrescentada, tem que entrar aí.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Senhores, uma data para fazermos a próxima reunião, é uma segunda-feira, hoje é quarta-feira, uma segunda ou quarta-feira. Lúcia escolhe uma data para a próxima reunião. Dia 5, acho que temos que intensificar agora, porque vamos ter que apresentar alguma coisa. Fica dia 5, é o dia do meio ambiente. Os senhores acham complicado? Senão teremos que pular para a outra semana. Dia 5 tem o seminário da Ceteb? Então pula essa semana, porque dia 8, eu estou em Belém, na Associação dos Municípios de Autônomos. Então, marcamos para segunda-feira, dia 12.

**SR.** – Pelo menos para mim não está funcionando muito a comunicação. Então, eu já perdi uma ou duas reuniões, por não saber e vim duas sem ter. Tenho telefone, e-mail, fax. Eu não recebi a comunicação. Eu vim aqui, segunda-feira. Esse negócio vai ser dia tal, eu marco na agenda. Aí quando venho, foi mudado.

debates - a sociedade se manifesta – Recursos Naturais e Meio Ambiente

**SR.** – Mas agora já tem o *site* do Fórum. Se ligar no site do Fórum, já aparece a agenda. Pelo menos a agenda já está no *site*.

Está encerrada a reunião.



**28.06.2000**

- .Arnaldo Jardim – Deputado. Relator geral do Fórum São Paulo Século 21
- Deputado Rodolfo Costa e Silva – Deputado estadual. Coordenador do grupo temático Recursos Naturais e Meio Ambiente
- .Osvaldo Poffo – Diretor do IPT
- .José Aníbal – Deputado Federal. Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo
- .Paulo Ferreira Secretário – Adjunto da Secretaria do Meio Ambiente, representando o Deputado Estadual
- .Ricardo Tripoli – Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
- .Ângelo Albiero Filho – Vice Presidente da FIESP
- .Lúcio Renato Fraga Brush – Representante do Sr. Hélio Mattar, Secretário do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- .José Galízia Tundizzi – Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de São Carlos
- .Maria do Carmo Piunti – Deputada Estadual
- .Lúcio Braga –



**SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Muito boa-tarde, senhoras e senhores. Daremos início a mais um seminário promovido pelo Fórum São Paulo Século 21, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Desta feita, o seminário organizado pelo grupo temático Recursos Naturais e Meio Ambiente, que tem como título “O Futuro que queremos”. Convidamos o Exmo. Deputado Estadual Arnaldo Jardim, relator geral do Fórum de São Paulo Século 21 para compor a Mesa. Chamamos também o Exmo. Deputado Rodolfo Costa e Silva, coordenador deste grupo temático. O Exmo. Sr. Osvaldo Poffo, diretor do IPT, neste evento representando o Exmo. Deputado Federal José Aníbal, Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo. O Exmo. Sr. Paulo Ferreira, Secretário Adjunto da Secretaria do Meio Ambiente, também representando o Exmo. Deputado Estadual Ricardo Trípoli, Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Convidamos o Sr. Ângelo Albiero Filho, vice-presidente da Fiesp, representando, neste ato, o Presidente desta entidade, Sr. Horácio. Convidamos o Exmo. Sr. Lúcio Renato Fraga Brush, representando, neste ato, o Sr. Hélio Mattar, Secretário do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Para darmos início a esse seminário, passo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Jardim para que proceda a abertura e ao início desse seminário.

**SR. ARNALDO JARDIM** – Permito usar a palavra, não só na condição de relator do Fórum São Paulo Século 21, mas também fazê-lo em nome do Presidente Vanderlei Macris, que não só preside a nossa Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, de uma forma que orgulha a todos nós parlamentares, mas o faz também pessoalmente, dirigindo o Fórum São Paulo Século 21. E gostaria de dizer que temos a convicção que muitos dos senhores e senhoras que estão conosco aqui, nesta tarde, têm sido costumeiros participantes de outras atividades do Fórum. Nos orgulhamos muito do ritmo que o Fórum tem tido, a sua capacidade de, efetivamente, conseguir congrega os setores sociais, que têm a propor, que têm a



refletir sobre os desafios de desenvolvimento do Estado de São Paulo, dizer que nós que estamos, no momento de finalização quase de uma etapa do Fórum São Paulo Século 21, estamos muito entusiasmados com isso. Bem sabemos que isso não será manchete do jornal de amanhã e nem do Jornal Nacional, o que vamos discutir aqui. Ainda sonhamos com o dia em que essas discussões, que são realmente as discussões de conteúdo, temáticas, possam ganhar o relevo que necessitam do ponto e vista do destaque da mídia. Mas, isso não nos abate. Ao contrário. Isso nos faz ter a certeza de que é, através de iniciativas como essa, que o Legislativo finca as suas bases de credibilidade e de ser efetivamente uma estância em que a sociedade se encontra através de seus agentes, para poder refletir, definir políticas que tenham um sentido não conjuntural, mas um sentido estratégico para o Estado de São Paulo. Então, queríamos saudar, agradecer muito a presença dos senhores que estão aqui, dos senhores debatedores, através das Secretarias de Estado aqui representadas, de órgãos do Governo Estadual e Federal e as pessoas que representam, também segmentos sociais e isso é de muita importância. E quero, particularmente, cumprimentar, na figura do nobre Deputado Rodolfo Costa e Silva, e estendendo também os nossos cumprimentos ao nobre Deputado Jilmar Tatto, cumprimentar pela forma como o nobre Deputado Rodolfo vem dirigindo aqui este grupo temático. Este grupo temático tem tido uma atividade intensa ao longo desse período, altamente positiva, do ponto de vista do número de eventos realizados e, mais ainda, pelo conteúdo que esses eventos têm significado. Para nós não é nenhuma surpresa, Sr. Rodolfo o seu compromisso com o setor é algo que não se estabelecesse agora no exercício do mandato parlamentar. Ao contrário. O seu compromisso anterior que o trouxe a exercer o mandato parlamentar, de nossa parte o respeito pela seriedade, qualidade do trabalho aqui realizado. Muito obrigado aos senhores. E bom trabalho a todos nós.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Boa-tarde a todos. Quero cumprimentar os componentes da Mesa, o Dr. Osvaldo, do IPT, o Dr. Paulo Ferreira, Dr. Lúcio,



representado o Dr. Hélio Mattar, do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Ângelo, representando a FIESP e o nosso relator, o Deputado Arnaldo Jardim, que num almoço me propôs a idéia de fazermos um Fórum Século 21. O nosso Presidente da Assembléia agarrou a proposta com uma determinação imensa. Colocou o Fórum em funcionamento, junto com o Deputado Arnaldo, e temos aí um grande evento, hoje uma grande marca dessa Assembléia Legislativa, que é o Fórum Século 21, fazendo colocações propositivas, tentando trazer a sociedade, profissionais, para discutir os mais variados temas e tirando a Assembléia daquela posição, um pouco, minimalista. Uma posição de quem quer ter sempre discussão. Centro da diversidade do pensamento e do ponto de vista do que podemos propor para a sociedade paulista e para o Brasil, do ponto de vista de sair do processo de desenvolvimento econômico. Parabenizo o Deputado Arnaldo Jardim, e fico muito feliz por estar contando com o nobre Deputado na abertura desse evento. Gostaria de dizer que a preocupação fundamental na discussão de hoje e queremos analisar se a questão desenvolvimento econômico/crescimento industrial é inimiga da questão ambiental. Até onde existem conflitos. Isso, enfim, é que esperamos. Estamos com vários conselheiros que estão preparando o nosso singelo relatório para propor a V. Exa., para que o Sr. faça a avaliação de todos os itens de todos os grupos temáticos. Nesse sentido, queria passar ao nosso primeiro seminarista, que será o Sr. Ângelo, que falará sobre a questão das vocações da produção do Estado de São Paulo. Antes, porém, do Sr. Ângelo, passo a palavra ao Sr. Paulo Ferreira, para que ele faça as suas colocações. E, em seguida, entraremos com o Sr. Ângelo.

**SR. PAULO FERREIRA** – Nobre Deputado Arnaldo Jardim, coordenador geral do Fórum Século 21, nobre Deputado Rodolfo Costa e Silva, amigo e companheiro das batalhas de longa data, nobre Deputada Maria do Carmo Piuntti, com quem tivemos grandes discussões sobre o projeto Tietê, que nos animava a perseguir na grande batalha da despoluição do Tietê, prezados componentes da Mesa, minhas senhoras e meus senhores, a Secretaria do Meio Ambiente não



poderia se furtar a estar presente nesse evento. O nobre Deputado Ricardo Trípoli tem uma história nessa Casa, na área ambiental e tem sempre acompanhado, com muito interesse, todos esses temas. Em particular, a temática que vai ser hoje discutida aqui, teve particular importância. O meio ambiente tem que ser também um incentivador, um vetor de crescimento. Na verdade, se estivermos nos reportando ao próprio cerne da discussão, que hoje se levará a efeito aqui, vamos estar buscando um paralelo com o relatório Butlan, que dizia sobre o nosso futuro comum. Em particular, o relatório Butlan fala que o maior inimigo do meio ambiente é a pobreza. Então, não é possível se conceber aumento da renda sem que haja um correto dimensionamento, uma correta utilização do meio ambiente. Esse é o centro da discussão. Então, não são incompatíveis o crescimento econômico e a condição, a melhoria de condição de vida e a preservação do meio ambiente. Esta é a temática que tem sido desenvolvida na Secretaria do Meio Ambiente, porque o compromisso que ela tem é de criar as condições, de estabelecer os incentivos, de criar as formas para que haja esse crescimento sustentado. E, por essa razão, pedi ao Deputado Trípoli que apresentasse aos organizadores desse Fórum, os cumprimentos da Secretaria do Meio Ambiente e o apoio que esta Secretaria sempre estará dando a iniciativas desse tipo. Muito obrigado.

**SR. ÂNGELO** – Nobre Deputado Rodolfo Costa e Silva, Deputado Arnaldo Jardim, Deputada Piunti, todos os companheiros de Mesa, antes do pronunciamento, queria, efetivamente, parabenizar a decisão da Assembléia Legislativa, através dos deputados que, de maneira tão oportuna, decidiram e definiram por uma discussão tão séria, que carecia ao Estado de São Paulo, que é essa discussão através do Fórum São Paulo Século 21. Com certeza, essa é uma oportunidade ímpar e que possamos produzir nesta Casa essa discussão mais importante para o Estado. Apesar da mídia ainda não ter entendido, não se sensibilizou da importância dessa discussão, das conseqüências importantes para o Estado de São Paulo. Seguramente, se hoje tivéssemos aqui convidado a ex-





esposa do prefeito, a senhora Nicéia Pitta, teria lotado de imprensa. Mas, tenho certeza que nas conclusões, nos andamentos desses trabalhos desenvolvidos aqui, o Estado de São Paulo perceberá a importância disso. Então, quero parabenizar a Assembléia Legislativa nas pessoas dos deputados Arnaldo Jardim e Rodolfo Costa e Silva. Senhores e senhoras, se os problemas que foram discutidos aqui de forma tão serena e democrática passarem a compor uma verdadeira agenda de compromissos a serem perseguidos à exaustão, por todos os agentes responsáveis dentro de um espírito fraterno, teremos, num futuro próximo, um novo modelo de desenvolvimento que incorpore, em sua plenitude, os mais avançados conceitos de sustentabilidade e, principalmente, de qualidade de vida, dignidade e justiça social. O tão decantado processo de globalização impõe aos países que dele pretendem efetivamente participar, não como meros figurantes, mas como parceiros competitivos, uma ágil e inteligente mudança de conduta. A espécie de inseminação de conhecimento, resultante das novas e eficientes mídias, bem como, a quase instantânea aplicação dos efeitos tecnológicos, deferindo uma forma diferenciada de enfrentamento dos mercados. Já não basta qualidade e preço, design, eficiência energética, rotulagem ambiental, logística compatível à velocidade de comercialização eletrônica, responsabilidade social da empresa e outros fatores que exigem um permanente aperfeiçoamento. Superar as assustadoras diferenças entre as nações é uma questão essencial para se consolidar um modelo realmente global de desenvolvimento. E, apesar das peculiaridades específicas de cada povo, em todas testemunhamos uma crescente e comum preocupação com a qualidade de vida, que suas futuras gerações terão como herança. O reconhecimento da finitude dos recursos naturais disponíveis no estado de degradação do planeta, resultante da sua exploração inadequada, determina a emergência de repensarmos nosso modelo de desenvolvimento, de produção e de consumo. Inevitavelmente, o homem modifica a natureza para dela extrair a manutenção de sua própria existência. Impossível precisar, ou ao menos quantificar, os insumos que garantem o nosso dia-a-dia e que têm a sua origem na exploração dos recursos naturais e que



provocam impactos ao meio ambiente. A forma como iremos conduzir a exploração, bem como os critérios técnicos e éticos que iremos adotar, serão o diferencial determinante para a nossa inserção nos mercados cada vez mais exigentes. Notadamente em relação ao grau dos impactos, cada produto ou processo industrial poderá causar à natureza ou ao futuro da humanidade. A indústria paulista tem buscado consolidar uma nova postura no tratamento das questões, em que haja conflito entre os processos de transformação e os interesses maiores relativos ao meio ambiente. O empresariado paulista entende, como é indispensável explorarmos ao limite, nossas competências técnicas, políticas e institucionais e, principalmente, as nossas estruturas do conhecimento para que estejam empenhadas na tarefa de harmonizar as diversas atividades produtivas dependentes dos preciosos e finitos bens providos pela nossa natureza, de modo a garantir um patamar razoável de competitividade para os produtos brasileiros produzidos em território paulista. Temos, repetidamente, tido e aqui reafirmamos, que o equilíbrio entre o desejável e o possível deve ser buscado com responsabilidade partilhada, visando oferecer às gerações vindouras o cenário condizente com os mais altos padrões de qualidade de vida, mas com o cuidado de não frustrar ou inibir a nossa capacidade de iniciativa. O setor industrial já vem se empenhando e muito tem realizado na substituição de práticas e condutas nocivas por tecnologias mais limpas e apropriadas. Os novos paradigmas, impostos por esse modelo de mercado global e, supostamente, sem fronteiras, embora sejamos conscientes da proliferação de mecanismos cada vez mais astuciosos de protecionismo, provocam a adoção de estratégias pragmáticas e objetivas, porém pensadas e planejadas para garantir o nosso poder de competir e, conseqüentemente, de consolidar a nossa participação na economia internacional, pulverizando os seus benefícios para todo o tecido social, evitando incentivar a concentração de privilégios. O empresariado paulista tem hoje plena consciência do significado das barreiras não tarifárias e relacionadas ao meio ambiente. São Paulo, Estado onde se concentra a maior fatia de produção de consumo da América Latina,



precisa e irá certamente adotar alternativas de desenvolvimento que busquem incorporar tecnologia e qualidade aos seus produtos, através do bom design, ampliando a participação de produtos com alto valor agregado em substituição à importação de *commodities*. E, através da consolidação de uma marca São Paulo de qualidade, que passe a ser considerada internacionalmente referência de qualidade tecnológica e excelência ambiental. Estamos, nós da Fiesp, nos estruturando racionalmente. Por isso temos a convicção, com essa postura e apoiados por essa nova forma de pensar São Paulo no contexto global, e focados na construção da nossa futura sociedade do 3º milênio, que vemos acontecer em eventos como esse, organizado e dirigido de forma objetiva pela nossa Assembléia Legislativa, a capacidade de ser detentora de seu próprio destino, fará a sociedade paulista, em toda a sua mestria e categoria, conquistar o reconhecimento internacional com uma sociedade sintonizada com os mais altos preceitos protagonizados para o século que se avizinha. Ao finalizar, voltamos a reafirmar a crença da indústria paulista, não de forma ingênua e ufanista, mas nas possibilidades reais de superação dos obstáculos eventuais e consolidação de nosso país como das mais importantes e justas nações de nosso planeta e de nosso tempo. Muito obrigado e parabéns a todos os senhores.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Com a palavra o Dr. Lúcio Braga, do Ministério do Desenvolvimento e Indústria e Comércio Exterior.

**SR. LÚCIO BRAGA** – Em nome do Dr. Hélio Mattar, queria agradecer o convite ao Dr. Rodolfo Costa e Silva e cumprimentar todos da Mesa. Conheci o Dr. Hélio já há alguns anos e desde o ano passado temos trabalhado em cima de um tema que todos os senhores conhecem bem, que é o tema da reciclagem. O Brasil tenta, sem sucesso, já há cerca de 3 anos, um programa brasileiro de reciclagem, que sirva de um norte, um guia para a solução dos problemas ambientais do ponto de vista da produção e do consumo, e não só do ponto de vista ambiental. Estou

representando, então, aqui o Dr. Hélio em função de que, desde esse momento, desde que as nossas conversas iniciais, tenho sido o coordenador da modelagem desse projeto, a partir da análise do projeto anterior, que era o PBR, que foi feito de uma forma de fórum, com várias discussões. E isso se deve ao fato de ter uma dupla jornada profissional. Este ano, pretendemos lançar um programa brasileiro, não só de reciclagem, mas um programa brasileiro de manejo e aproveitamento e agregação de valor aos resíduos. A grande virtude do programa anterior seria a organização dos trabalhos de catadores do Brasil, das cooperativas que existem várias experiência, e a busca de soluções para os grandes aglomerados urbanos de São Paulo. A questão da sustentabilidade ou não de grandes metrópoles, uma cidade como São Paulo tem características muito importantes. Primeiro, os problemas aqui não são mais do futuro que queremos, mas do presente que podemos suportar. São as coisas da sustentabilidade do viver urbano. Já morei na cidade do México, que é uma cidade mais complicada ainda. Mas, se sabe que temos hoje soluções urgentes a serem tomadas nesses grandes centros urbanos. Mas, isso não significa, do ponto de vista da sustentabilidade, que as grandes cidades sejam o mal do mundo. Esse é um grande equívoco que, às vezes, se faz, porque é onde se tem o que há de mais divino. Então, a idéia é de se discutir, e São Paulo faz parte dessa agenda. E acredito que essa discussão que São Paulo está fazendo das suas condições de produção, esse programa vai ser baseado na harmonização de uma agenda comum entre três tipos de ambientes que vivemos. Eu e o ambiente social, o natural e o produtivo. Todos nós somos produtores de poluição. Mas, quem produz também é produtor de poluição. Mas, quem é o verdadeiro produtor de poluição? Então, a discussão do programa vai ser toda ela desenvolvida numa tentativa de evoluir. Quais são as metodologias mitigadoras? Todos conhecem. São os programas três “r” reduzir, reutilizar, reciclar. Agora, temos os cinco “r”, que é remediar. E é uma coisa interessante que, talvez, seja algo muito duro para nós. 95% da poluição do mundo se dá entre 35 e 45 graus de latitude. Quer dizer, não somos os grandes poluidores. Embora São Paulo se caracterize por



uma região de alto impacto. A discussão vai ser desses ambientes produtivos. Como é que eles interagem com os ambientes naturais e como é que eles interagem com os ambientes sociais. Miséria é uma forma de poluição como qualquer outra. É um tipo de resíduo que não tem nenhum tipo de aproveitamento. Ou seja, são vidas que são colocadas à margem, excluídas do contexto social em função de não terem mais valor a agregar. Então, inclusive, o nome do programa trabalha com a questão de valor agregado, adicionado, no sentido de que é necessário recuperar essas pessoas para o tecido social, para o tecido econômico. O programa vai se basear, fundamentalmente, na idéia de resíduo e de uma definição moderna de resíduo. E isso vem de um conceito de emissão zero que foi desenvolvida na Suécia na década de 60, que é o fato de que só existe lixo se houver ignorância sobre o que fazer com ele. Então, a lógica toda que está se desenvolvendo nesse programa que vai ser um programa, inclusive, de inovação tecnológica, um programa de incentivo, principalmente, às fundações de licenciamento ambientais estaduais e aos institutos tecnológicos estaduais, como o IPT aqui em São Paulo. Isso tudo no sentido de construir soluções que sejam capazes de agregar valores aos resíduos que produzimos. Não é só uma questão de manejo. Isto é, o manejo seria a adequação. Aqui em São Paulo a carga de ocupação do espaço físico é muito grande. Mas, se sabe que existem várias soluções disponíveis. E fico muito feliz de ser uma pessoa que trabalho há tantos anos com isso, ver uma Casa Legislativa pensar isso com seriedade, pensando em soluções, porque a questão é de legislação. Inclusive, existe um texto muito importante escrito recentemente, onde é mostrado que a regulamentação ambiental é um fator de competitividade e não o oposto. E nós incorremos num erro sério durante muito tempo, de colocarmos meio ambiente e setor produtivo, como antagonistas. Todo setor produtivo que se beneficia de lucro a curto prazo e localizadamente, está desgastando o ecossistema inteiro. Há um ano, estive numa reunião do Conselho Empresarial Brasileiro, e estava presente o Grupo Gerdau, que é líder nacional na produção de aço, disse uma frase: “Temos que estar vivos



daqui há 20 anos.” Então, a importância da ação legislativa é muito grande. E quando vemos uma Casa Legislativa trabalhando isso, discutindo isso, é muito importante. Esse programa é uma tentativa de se criar uma agenda comum. E, aí, talvez, não seja hoje não tão pouco importante a mídia participar do assunto que estamos tratando aqui, porque, provavelmente, o meio ambiente seja o único tema totalmente transversal na sociedade. Ou seja, onde possa se colocar todos os setores da política juntos para discutir. Onde se possa colocar todo tipo de pensamento que constitui a chamada humanidade, juntos e ser um tema comum. Desafio quem consiga colocar um outro tema que seja capaz de colocar todas as pessoas discutindo desarmadas, de forma positiva no futuro da humanidade. E uma das coisas que o programa também faz é tentar juntar aquilo que os economistas separaram, o que é macroeconômico e o que é microeconômico. E trabalhei muito com o Turismo e aqui no Brasil se tem muito a fantasia de que se conseguir abrir o turismo superior, conseguiremos entrar divisa. A questão do saco de lixo, por exemplo, quando pegamos o PDR, o lixo causado pelo plástico foi considerado no PDR um problema menor, porque só 12% do peso do lixo é plástico. Os senhores consideram isso um dado confiável ou não? Evidentemente que o problema não é o peso. Ou seja, precisamos para esse país bons dados sobre a questão dos impactos ambientais e quão críticos são esses impactos ambientais, porque têm muitos levando a culpa de algo que não é tão impactante e muitos outros sem culpa. Essa é a questão da água também. 70% da água do mundo é usada na irrigação e na agricultura, 20% na indústria. 10% por nós. A lei das águas liberou a agricultura de se fazer todo o estudo de impacto da água, onde está a grande quantidade de pesticidas, germicidas. E a cidade vai ser obrigada. Então, quando o Dr. Hélio pediu-me para vir aqui ele me disse que seria importante que num lugar aonde as agendas comuns são discutidas onde as coisas podem ser encaminhadas, e sabedor como o Dr. Hélio é, que as decisões políticas podem transformar uma realidade muito rapidamente, pediu-me para trazer essa mensagem. O pequeno não tem condições de tratar dos resíduos. Não tem. Porque, se tratar resíduos, e acho



que essa é a regra, porque temos aprender, o modelo mental é que tem que mudar. Sempre que se trata um resíduo, está se usando dinheiro para se queimar dinheiro. Quando isso acontece, não pode ser economicamente viável. Então, tem que se descobrir formas de se tratar resíduos. Tem que se trabalhar dessa forma. Temos, pela Fundação, pelo IBQB, junto com o Sebrae, junto com o Ministério, temos 4 projetos que estamos desenvolvendo financiados pelo Banco do Brasil e que é exatamente para se criar locais e situações onde todo o resíduo é aproveitado. É evidente, como olhamos par uma cidade como São Paulo, e começamos a olhar para o tamanho e o fôlego para se fazer isso realmente ficamos numa certa angústia, mas também podemos pensar de uma outra forma. Se conseguirmos resolver, vamos viabilizar algo magnífico, que é a cidade contemporânea, que é essa grande construção coletiva que representa a cidade para nós. Então, esse programa vai ser lançado, provavelmente, até setembro. Trouxe algum material para mostrar, mas em razão do tempo não será possível. Mas, o lema do programa é que só existe resíduo quando se quer. Sempre se tem uma escolha viável economicamente, politicamente, socialmente e com redução dramática do impacto ambiental que permite a solução desse problema. Temos um pavilhão na feria de *Hannover*. Enfim, a idéia é de trazer uma visão otimista de que é possível de se fazer, que ainda temos tempo de fazer, mas que, realmente, tem que haver uma mudança de modelo mental. Muito obrigado.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Antes de dar continuidade à próxima palestra, queria convidar o Dr. Prof. Tundizzi, José Galízia Tundizzi, Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de São Carlos a fazer parte da Mesa. Passo, agora, a palavra ao Dr. Osvaldo.

**SR. OSVALDO** – Queria iniciar agradecendo ao convite formulado pela Assembléia Legislativa. Venho aqui, e com muita honra, em nome do Secretário José Aníbal para estar fazendo uma reflexão conjunta desse tema que é



extremamente importante para o futuro do Estado de São Paulo. Queria cumprimentar o nobre Deputado Rodolfo, parabenizá-lo juntamente com o nobre Deputado Arnaldo Jardim, além da Deputada Piunti. E queria aproveitar a oportunidade para saudar aqui o Sr. Paulo Ferreira, Secretário do Meio Ambiente, juntamente com o Sr. Lúcio Brush e o colega da Fiesp, o Sr. Ângelo, que está aqui representando a indústria paulista. Preparei uma reflexão dentro dessa idéia de um painel sobre comércio, serviços e meio ambiente. Procurei o tempo todo, com muita dificuldade, devo confessar, tentar separar o que seria uma economia vista pelos três setores: agricultura indústria e comércio e serviços. Têm deficiências que percebemos, por força do tempo e por condições que acabei produzindo esse material, mas creio que serve para começarmos um debate e quais são as principais imposições que temos que resolver para darmos sentido a esse setor da economia e sua compatibilidade com a questão ambiental. Então, dentro desse painel, o tema proposto, na íntegra, são os impactos e condicionamentos dos padrões ambientais na economia paulista. O tema para a presente palestra traz em seu bojo a preocupação que já se manifestava, pelo menos nos países de economia avançada, no início dos anos 70, quando se realizou a Conferência de Estocolmo, na Suécia. De lá para cá, assistimos às grandes transformações na economia mundial, particularmente na área de ciência e tecnologia, com a incorporação crescente ao processo produtivo da automação e da informática, que alteraram as condições de competição entre empresas e, inclusive, entre países. Todos os três setores da economia mudaram desde então, sobressaindo-se a maior participação relativa do comércio e serviços, em decorrência do modelo de desenvolvimento urbano concentrador e centralizador das atividades econômicas. A preocupação com o meio ambiente, em todo esse período, amplia-se gradativamente, e isto se reflete tanto no complexo do arcabouço jurídico que dispõe a sociedade, com a introdução de leis e regulamentos que disciplinam a atividade econômica, com o propósito de evitar ou de reduzir impactos, como também na mudança tecnológica do processo de produtos em busca de maior controle de seus efeitos e riscos aos





seres vivos do planeta. Um expressivo número de países à busca pela redução do impacto ambiental na atividade econômica do planeta não está limitada apenas a suas fronteiras. As exigências ambientais para a troca comercial de mercadorias e de tecnologia, está condicionada aos seus efeitos sobre o meio ambiente, inclusive no país de origem. Apenas para ilustrar, temos o caso da madeira nativa brasileira. Que para ser incorporada a um móvel ou a outro produto qualquer e exportado para a Europa, precisa ser certificada dentro do conceito de manejo florestal sustentável. Segundo Barbosa, em estudo realizado em 97, já em 92, eram 22 os países que tinham programa de rotulagem ambiental, nesta mesma época, a Comunidade Européia elaborou critérios para outorgas e selo ambientais a 25 produtos. Destes, pelo menos seis àquela época eram produtos exportados pelo Brasil. Papel, embalagem, têxtil, cerâmica, calçados e refrigeradores. Todos eles sofreram com a regulamentação imposta por critérios ambientais pela Comunidade Européia. O mesmo autor alertava, no estudo, a necessidade de compatibilizar as variáveis ambientais com um sistema de comércio aberto e não discriminatório. De qualquer modo, o que é preciso reter aqui é a idéia que vem aos poucos se consolidando, que o desenvolvimento econômico, que é de conservação e preservação do meio ambiente, deve constituir um binômio que assegure, de um lado, a continuidade do crescimento da atividade econômica e, de outro, que garanta o usufruto da via em ambiente saudável para gerações futuras. Países como o Brasil, com patamares absolutamente insatisfatórios de renda e riqueza, não podem se furtar a mobilizar os seus recursos para ampliar a sua capacidade produtiva, gerar novos empregos e melhorar parâmetros de equidade social. Porém, o devem fazer sem comprometer as exigências de necessidades das gerações futuras. O Estado de São Paulo, como parte integrante do sistema federativo, tem suas atividades econômicas condicionadas às leis e regulamentos federais e às suas próprias. E que impõem padrões de comportamento ao seu estilo de desenvolvimento. Todavia, mais importante, talvez, que as leis em si, são as relações econômicas existentes em seu território. Além de ser o Estado mais importante do país, São Paulo possui setores



altamente desenvolvidos e competitivos internacionalmente. E, nessa disputa por mercados, há certamente uma dimensão ambiental a ser atendida nos termos de uma economia globalizada. Uma parte integrante dessa dimensão ambiental, é sem dúvida, uma mudança de mentalidade de parcela do empresariado que busca atender a consumidores cada vez mais atentos às variáveis ambientais. De um custo associado às restrições ambientais, passa-se a aliar à imagem da empresa sua preocupação com o correto uso dos seus recursos, de recursos escassos existentes no planeta. É interessante notar a iniciativa de uma grande cadeia de supermercados do Estado de São Paulo, de só colocar nas suas prateleiras produtos hortifrutigranjeiros cultivados sem produtos químicos tóxicos numa fazenda contratada especialmente para produzi-los. Ou, ainda, a formação de grupos de empresas que podem variar desde o *design* de móveis até toda a estrutura de aquisição de materiais de um Estado da União, como é o Acre, que se comprometem a utilizar somente madeira certificada. Fica evidente nesses exemplos a mudança de perspectiva do comércio em relação ao produto que seja desprovido de agressões à natureza e que ofereça ao consumidor um produto saudável. O mercado globalizado e a mudança de atitudes do empresário são dois elementos importantes para compreender as tendências. Todavia, precisa se incorporar a evolução da ciência e a tecnologia aos processos produtivos para solucionar os grandes problemas existentes particularmente no setor de serviços públicos transferidos para a iniciativa privada. Nesta vertente é fundamental a atuação das instituições de pesquisa e desenvolvimento entre as quais se destaca o Instituto de Pesquisa Tecnológico, passo importante da Secretaria de Ciência e Tecnologia na execução científica e tecnológica do Estado. Nesse instituto, a preocupação com o meio ambiente permeia o trabalho de todas as divisões técnicas, abrangendo os mais variados aspectos da gestão ambiental, incluindo-se aí instrumentos de planejamento e execução de políticas ambientais, o uso planejado e sustentável de recursos vegetais hídricos e minerais, recuperação de áreas degradadas, além da seleção e dimensionamento de parâmetros. Aspectos



relativos à redução do impacto ambiental representa um outro eixo de atuação do instituto. Especialmente, nas áreas de diminuição e tratamento e resíduos sólidos e fluentes emissões atmosféricas. A sinalização de uso e conservação da energia, as funções múltiplas e complementares das florestas, destacando-se além da produção de matérias primas industriais, a fixação do gás carbônico, contribuindo para reduzir o efeito estufa e o estudo do ciclo de vida dos produtos diversos, visando determinar o tempo de existência do carbono nesses produtos. No mundo contemporâneo, o investimento de ciência e tecnologia, adquire dimensões extraordinárias compatíveis com a escala dos problemas encontrados que exigem soluções criativas e adequadas ao melhor aproveitamento dos recursos e das condições locais. E esta é a preocupação central proposta pela Agenda 21, retomada recentemente pelo Governo Federal. O futuro do setor de comércio e serviços, estará determinado, a meu ver, pela penetração, cada vez mais ampla, da *e-economy*. O comércio eletrônico avança consideravelmente a taxas impensáveis há alguns anos, unindo, numa velocidade impressionante, vendedores distantes entre si, em grande número de situações, até mesmo continentais. Nesta nova economia ao Estado caberá regular as relações econômicas e cuidar de assegurar o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o uso de recursos pelas gerações futuras. Essas reflexões um pouco estiveram presentes na apresentação do Sr. Ângelo, que fiquei muito feliz, porque os padrões ambientais que São Paulo conseguiu alcançar, embora em alguns momentos sofra com a possibilidade de estudo de alternativas e empresas de estudos vocacionais de alternativas de empresas para outros estados, a meu ver é uma postura que não pode voltar atrás no Estado de São Paulo. Precisamos caminhar para frente e caminhar na direção que o Sr. Lúcio propôs, vendo o mercado europeu, vendo o mercado globalizado, para que nós ofereçamos essa mesma oportunidade, a todos aqueles que habitam o seu território. Muito obrigado. Era isso que queria colocar inicialmente.



**SRA. MARIA DO CARMO PIUNTI** – Estamos substituindo o nobre Deputado Rodolfo Costa e Silva, que está dando uma entrevista para a TV Legislativa. Gostaríamos, nesse momento, de pedir que usasse a palavra, para a sua explanação, o Dr. José Galizia, que é o Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de São Carlos.

**SR. JOSÉ GALÍZIA** – Muito obrigado, nobre Deputada. Queria, em primeiro lugar, cumprimentar os componentes desta Mesa e agradecer a oportunidade dessa palestra e gostaria, também, de cumprimentar muito efusivamente a Assembléia Legislativa por esta iniciativa. Sem dúvida nenhuma, uma iniciativa que terá repercussões importantes para o processo de desenvolvimento do Estado de São Paulo e do país. Queria refletir um pouco sobre alguns aspectos que têm me preocupado como profissional nessa área, e por várias circunstâncias tenho trabalhado hoje na Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de São Carlos, mas também fui presidente do CNPq, e participei e participo de alguns conselhos em algumas organizações internacionais, seja como conselheiro, seja como executivo. O que me dá uma visão interessante de problemas municipais, estaduais, federais e nacionais e problemas internacionais. E dentro de todo esse contexto, um dos aspectos que me parece fundamental é chamar a atenção que esse conflito entre o desenvolvimento econômico e o processo do desenvolvimento sustentado, a conservação, a preservação e a recuperação de ecossistemas não é um conflito localizado. É um conflito mundial. Se passa em todos os países, em todos os estados, em todas as regiões. É evidente que aí existe um componente importante de avaliação do estado do ambiente. Em que estado se encontra o ambiente. Temos um conhecimento razoável do estado em que se encontra o ambiente mundial, o ambiente do planeta. temos um conhecimento razoavelmente consolidado de algumas regiões do planeta. Mas, há alguns problemas que devem ser atacados e aí a ciência e a tecnologia, como dizia o Dr. Osvaldo, têm um papel fundamental. O primeiro é a quantificação



desses impactos ambientais e a possibilidade de avaliação dos custos ambientais. Este é um aspecto fundamental, do qual a ciência e a tecnologia têm um papel relevante. Quanto custa degradar o ambiente? Quanto custa à sociedade a degradação ambiental? Quanto custa à sociedade recuperar o ambiente e de que forma essas tecnologias devem ser desenvolvidas? Então, têm aspecto metodológicos que são aspectos de valoração do sistema ambiental, e que são extremamente importantes a partir desta valoração dos processos ambientais é que poderemos dar novas alternativas de desenvolvimento e integrarmos o processo de desenvolvimento industrial. Um processo de desenvolvimento econômico dentro de uma agenda de desenvolvimento sustentado. Este processo de avaliação dos custos apresenta, hoje, um aspecto extremamente importante porque até cerca de dez ou 15 anos atrás, todos os meus colegas que trabalhavam na área de meio ambiente e em departamentos de ecologia das universidades ou departamentos de engenharia ambiental, a visão que se tinha era uma visão bastante ligada e bastante com foco, evidente, nas questões biogeofísicas. A qualidade da água, a degradação dos recursos hídricos, a quantidade de florestas e de verde nas determinadas regiões, o grau ou não de contaminação e de poluição do ar. Hoje, a percepção que existe é muito diferente. Há uma visão muito mais integrada do processo ambiental e não se pode destacar, e neste ponto a reunião do Rio de Janeiro de 1992 destacou um aspecto importante, de que não se pode destacar a integração entre os processos biogeofísicos, econômicos e sociais que ocorrem no ambiente. Ou seja, não basta determinar a deterioração da qualidade da água. Mas é importante determinar as causas dessa deterioração, e qual é a relação entre o impacto da população sobre a qualidade da água e o impacto da qualidade da água sobre a população. Basta lembrar, por exemplo, os efeitos econômicos altamente deletérios de águas de baixa qualidade sobre a saúde humana. As perdas que têm sido estimadas de ausências de trabalho, mortalidade infantil etc., com relação a este problema da degradação da qualidade da água somente. Então, uma evolução importante no processo de consolidação desse conceito ambiental é de que os



problema econômicos e sociais são integrados nos aspectos biogeofísicos e há uma ação interativa entre os componentes deste sistema. Queria dar alguns números para lembrar qual é a situação ambiental e os custos para a sociedade de alguns projetos de recuperação ou de degradação ambiental. A recuperação dos Grandes Lagos da América do Norte custou 20 bilhões de dólares em 20 anos. Na represa de Americana a degradação ambiental devido a eutrofização, proporcionou uma desvalorização de 50% nas propriedades devido à deterioração da qualidade da água e processos que estão relacionados com a deterioração da qualidade da água. Ao mesmo tempo, em um pequeno reservatório próximo a São Carlos, onde trabalhamos durante 30 anos, a qualidade da água foi mantida em condições excelentes e o investimento em turismo, em hotéis, em recreação foi de 220 milhões de dólares em 25 anos. Ou seja, é preciso lembrar que um ambiente, seja ele saudável, com boas condições ambientais, seja ele recuperado, abre inúmeras perspectivas de negócio, alternativas de empregos e novas alternativas de desenvolvimento. Por exemplo, a hidrovia do Tietê. A hidrovia do Tietê é uma grande expansão econômica para o Estado de São Paulo. Nesta hidrovia estão sendo investidos, nos próximos dez anos, cerca de 10 bilhões de dólares em portos, hotéis de turismo e de recreação, facilidade para transporte. Ou seja, há um enorme processo de desenvolvimento que foi estimulado pela hidrovia do Tietê. Mas, se a qualidade da água da hidrovia do Tietê não for cuidada, em dez anos esse investimento terá se transformado num processo extremamente complexo. Tive a oportunidade de participar de uma comissão da Unesco que visitou o Tajiquistão e o Uzbequistão para examinar as causas de degradação do mar de Aral. O grande projeto de irrigação que foi instalado pelo governo soviético há cerca de 30 anos, com deslocamento de 1 milhão de pessoas, produziu uma diminuição de quase 50% do aporte de recursos hídricos para o mar de Aral. E hoje o mar de Aral é um grande desastre ecológico mundial. Secou cerca de 20 mil quilômetros quadrados, eliminando uma grande quantidade de possibilidades de alternativas de negócios na região. E agora o que fazer? Então, é preciso lembrar sempre que qualquer tipo de



desenvolvimento econômico que hoje não leva em conta o processo ambiental retorna para a sociedade em termos de custos ambientais, custos à saúde, de uma forma extremamente severa, produzindo situações como o caso do mar de Aral e várias outras regiões do planeta que sofreram danos irreversíveis por um processo de desenvolvimento econômico. Por isso, eu não queria levantar o problema aqui, mas não resisto a dizer que o problema da transposição das águas do São Francisco não é só a transposição das águas, mas é o processo de desenvolvimento que ela poderá produzir com todo um sistema de desenvolvimento econômico, que se não for assentado um processo de desenvolvimento sustentado pode transformar as regiões que vão ser banhadas pelo canal em um problema muito mais grave do que o processo que ocorre atualmente. Então, é preciso ter uma reflexão muito clara sobre esses problemas. Mas, também a parte que me pediram para falar um pouco aqui é sobre os negócios e o desenvolvimento de negócios a partir do processo ambiental. Primeiro, me parece que o investimento em tecnologias ambientais é muito importante. O Estado de São Paulo tem competência científica e tecnológica, como demonstrou o Dr. Osvaldo, como têm na universidades, para desenvolver um grande complexo de tecnologias ambientais que, em dúvida nenhuma, poderão dar oportunidade a novos negócios e a novos desenvolvimentos econômicos e também sociais. A exploração dos recursos naturais, a exploração racional dos recursos naturais também pode abrir novas oportunidades. Há uma gama enorme de oportunidades de negócios, não só do ponto de vista tecnológico, mas do ponto de vista de exploração de turismo, exploração dos recursos naturais de uma forma equilibrada, que podem ser importantes. Temos agora uma excelente oportunidade. Quando fui convidado para ocupar a Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia de São Carlos, minha solicitação ao prefeito era a primeira secretaria de ciência e tecnologia de um município do interior do País. Solicitei ao prefeito que fizesse uma secretaria de ciência e tecnologia e desenvolvimento econômico exatamente para que, através da ciência e tecnologia e do apoio à inovação e da interação das universidades com a



indústria, pudéssemos dar condições para o desenvolvimento econômico. Não é uma secretaria para apoiar simplesmente a ciência que se faz nas duas universidades da cidade. Mas, para apoiar o desenvolvimento com base em ciência e tecnologia para resolver problemas municipais. Uma grande oportunidade temos hoje em termos de negócios, tanto em nível estadual, nacional e municipal, que é a questão do Clean Development Mechanism. É um mecanismo de desenvolvimento limpo, que foi aprovado. Mecanismo pelo qual os países, as regiões, os municípios, os estados que tiverem projetos de seqüestro de carbono através de programas de reflorestamento, poderão se candidatar a uma bolsa de carbono que vai pagar entre 10 a 40 dólares por tonelada de carbono seqüestrado. E isso deverá estar em funcionamento a partir de 2005, mas é uma projeção importante de negócios ambientais que podem trazer para o país recursos adicionais, uma vez que os países que vão emitir carbono deverão comprar cotas desse carbono que será seqüestrado. Esse é um processo de desenvolvimento extremamente importante e que pode abrir um leque de oportunidades de negócios muito interessantes e de fundamental importância. Quero discutir um pouquinho sobre a questão do município. Todos os municípios brasileiros hoje têm, pelo menos, dois problemas de extrema importância do ponto de vista ambiental. Um é o tratamento dos despejos hídricos contaminados pelos esgotos municipais. O segundo é o tratamento do lixo e a disposição dos resíduos sólidos. E os dois problemas estão muito próximos, apesar de estarem afastados geograficamente no município. Mas, esses são os dois problemas. Eles necessitam de tecnologia, de assistência técnica e apoio. Poucos municípios têm um sistema de treinamento de gerentes municipais de meio ambiente. E a questão municipal do meio ambiente está se transformando numa questão primordial de sustentabilidade. Não é só o Brasil que fará desenvolvimento sustentado, o Estado de São Paulo, mas começa no município. Estamos introduzindo em São Carlos a discussão sobre o Clean Development Mechanism e vamos fazer um projeto de florestamento com o apoio da iniciativa privada com o município, para entrar no protocolo de Kioto como um





exemplo e um piloto importante e fizemos, também, um grupo de trabalho que irá discutir as questões ambientais referentes ao lixo urbano e ao tratamento do lixo. O problema do lixo é muito mais do que só a disposição. Além da disposição, temos que pensar na reciclagem, na possibilidade de reaproveitamento desse material na irradiação para uma gama enorme de empregos e projetos de apoio à comunidade, de resgate à cidadania. Por que a pessoa tem que trabalhar num lixão se ela pode fazer uma cooperativa e entrar num processo de reciclagem? Isso é muito mais saudável, é muito mais seguro e, do ponto de vista econômico, é muito mais efetivo. Todos os lixões têm catadores. Um dos problemas dos catadores dos lixões é que ao saírem daquela atividade, eles levam doenças para o resto da população. Eles tomam ônibus e passam fungos à população. Ou seja, os lixões não podem ser mais admitidos em nenhuma circunstância. Então, a questão do lixo urbano merece um tratamento técnico com um foco muito grande. Fizemos um grupo de trabalho em São Carlos que envolveu as universidades, os técnicos da prefeitura, os promotores públicos e, com isso, estamos procurando delinear algumas alternativas importantes. Não se pode pensar em desenvolvimento sustentado se não tivermos um processo concomitantemente de educação para o meio ambiente. A poluição não pontual só pode ser resolvida com um programa de educação e as oportunidades de educação podem também desenvolver e estimular novos tipos de negócio em termos de treinamento. Queria agradecer, mais uma vez, cumprimentando muito a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo por esta iniciativa e dizer que, desta Casa se espera, sem dúvida nenhuma, um conjunto de leis que podem ser incentivos importantes ao problema de desenvolvimento sustentado no Estado de São Paulo e, conseqüentemente, o que se faz em São Paulo tem uma repercussão fundamental e importantíssima no Brasil e, portanto, estaremos contribuindo também para o Brasil fazendo isso no Estado de São Paulo. Muito obrigado. E parabéns.



**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Queria agradecer a presença do nobre Deputado Arnaldo Jardim, que vai ter que se retirar devido a um outro compromisso. O Dr. Lúcio trouxe-nos um material que, na hora a exposição dele não estava pronta devido ao nosso equipamento da Assembléia. Como acho que é uma contribuição importantíssima para o nosso relatório, pediria que o Dr. Lúcio que complementasse a sua exposição apresentando esse material.

**SR. LÚCIO BRAGA** – É uma questão humana de como é que podemos viver. E a Gazeta Mercantil, em dezembro de 98, fez uma reportagem com o Sr. Gorchini que é quem nos guia nesse caminho, que é o prêmio Nobel 72, sobre os sistemas que se auto-organizam, unidade digital. Hoje estamos no mundo digital. Quer dizer, temos todas as oportunidades. Nós no IPQP temos convênio com vários institutos e sabemos que o mundo vai ser muito diferente e logo. Temos hoje mecanismos e instrumentos para transformar a realidade e proteger o meio ambiente. Então, a grande questão do meio ambiente é a da força. Então, esse programa é um programa de agenda comum. Esse programa está com esse nome que, mercadologicamente, não é um bom nome. Tem todo esse trabalho, de efeito de marketing, de montagem. Mas, uma das coisas que foi dita aqui, da liderança de São Paulo, o que acontece em São Paulo, vemos por um processo que foi a evolução dos fatores de competição e de competitividade. Na verdade, usamos dois livros como base, um é do *Capitalismo Natural*, que são soluções do ponto de vista da engenharia. E tem um outro livro que publicamos, o *Work Size*, porque esse é um outro fator que usamos para a elaboração do nosso projeto. É o fato de que o programa alemão de reciclagem foi tão bom, foi tão bem-feito, que foi um total fracasso, porque eles acreditaram que reciclar é possível. A população não quer mais saber de reciclagem. Ela quer saber do “*up side*”. Ou seja, tem que se fazer o reaproveitamento dos materiais da natureza economicamente viáveis. Hoje, as duas maiores montanhas da Flórida são lixões. A maior montanha do Leste dos Estados Unidos, Nova Iorque, é um lixão também. E o que se vai fazer com isso? Então, tem



que se começar a repensar. Hoje, a Alemanha proibiu toda e qualquer embalagem descartável, porque é inviável. A retornável não. Isso na Dinamarca, na Noruega já foi feito há muito tempo. Estive no México dando um curso e lá havia uma senhora de Turismo de Acapulco. E ela me perguntou como eles deveriam fazer para sobreviver, porque ninguém mais ia a Acapulco, porque suas águas estão totalmente contaminadas. Quer dizer, pegou o mar, que era a grande paisagem, que vendia Acapulco, destruíram. Hoje todos vêm aquela coisa pasteurizada de Cancun, porque a única garantia em Cancun é que a água não tem coliforme fecal. Mas, por exemplo, se pega peixes no alto mar, todos eles também estão contaminados. O mar é algo muito tênue. O mar é um grande deserto. Então, esse livro trata da questão da biomassa e da biodiversidade. Esses dois autores organizam soluções, que não são as únicas e nem as definitivas. Mas, são as soluções para a questão agrícola e para a questão da engenharia. Mas, aqui tem algo de São Paulo muito importante, que é a questão dos fatores de produção e de competitividade. Depois que se consegue intensificar capital, trabalho e matéria-prima, todos querem saber isso. Mas, aqui, tivemos em São Paulo, e essa liderança de São Paulo não pode nunca ser esquecida, que é a Universidade de Campinas e a Universidade de São Carlos também, é quando se começou a entender que mais do que simplesmente ter dinheiro, mais do que ter pessoas disponíveis para trabalhar e matérias-primas a processar, é muito importante se intensificar a educação e a formação em tecnologia. A Universidade de Campinas, em 1970, e tive a oportunidade participar do comitê dos alunos da universidade, sou físico de formação. Mas, qual era a idéia de Campinas? Que você iria buscar a educação e a formação. E qual o resultado disso? Dessa liderança de São Paulo? É que o metro quadrado industrial mais caro ao sul do Equador é em torno da Universidade de Campinas. Isso porque as empresas vão buscar educação e formação em tecnologia. Fui convidado, e faço parte, da Agência Brasileira de Desenvolvimento e Conhecimento, e que é uma idéia de se fazer isso com o Brasil. Uma vez que se intensifica conhecimento, isso tudo entro da cadeia de valores de quem produz,



acho que essa é a grande questão de São Paulo, e temos discutido isso em vários fóruns, é que São Paulo, como tem um setor produtivo muito forte, não quer abrir mão da cadeia de valores de quem produz. Porque o movimento internacional de competitividade entrou para a cadeia de valores de quem consome, de quem é o cliente. Por exemplo, a Renault, quando vai fazer um carro, 72% da energia dela é nuclear. Quando é que ela vai ganhar ciclo de vida? Para onde foi a Renault? Para o único lugar, no planeta, onde se tem energia limpa disponível. Todo esse problema é baseado na questão da mudança da cadeia de valor. Cadeia de valor da sociedade e não só de quem produz. Sei que para São Paulo isso é difícil, às vezes, porque aqui se tem um parque produtivo tão forte e, de repente, dá ao cliente a tutela sobre o que fazer. Mas, esse não é um problema localizado. É uma questão mundial. É a questão de sobrevivência de todo o planeta. E não é do planeta. É o problema da sociedade humana. Então, aparece a questão da qualidade, que é o primeiro movimento, que é a satisfação do cliente. Começa-se o valor pelo cliente. E o meio ambiente, agora, é grande. Hoje, fazemos escolha de produtos pela saúde que ele gera, por exemplo, a questão dos lixões. E entramos numa sociedade de valor, mas ainda temos uma outra questão que é muito importante, que é a sociedade que estamos entrando mundialmente. Talvez não no Brasil, mas mundialmente. Que é a sociedade onde você discute profundamente o uso de energia, que tipo de energia você usa. A questão da água. E nessa questão São Paulo ficou chateada comigo há algum tempo. Mas isso não se aplica só a São Paulo, mas à Cidade do México, aos grandes centros urbanos. É que se quer fazer um cone de proteção aos mananciais de água do Estado de São Paulo. É um cone de 500 quilômetros, onde nenhuma atividade possa ser intensiva de utilização de água. E aí pergunto se pega um mapeamento de utilização de água por qualquer um de nós aqui. Uma família de quatro pessoas toma de oito a dez litros por dia. Gasta de 40 a 50 litros para cozinhar e lavar roupa e 100 litros para fazer cocô dentro. Quer dizer, o único argumento que temos é fazer cocô em água potável. Precisa, então, pegar 500 quilômetros, mudar completamente a economia, ou



teremos que regular todo o uso da água. Na Califórnia, por exemplo, hoje, se quiser entrar com qualquer negócio que consuma água, tem que se achar água. Então, tem um caso fantástico de uma empresa que precisava de água e não tinha água disponível. O que ela fez? Ela deu para todas as pessoas uma nova descarga. Uma descarga que quando se faz xixi aperta-se de um lado, e aí não é tanta água. E, aí, essa empresa conseguiu poupar, para a comunidade, uma quantidade de água que ficou 50% para ela e ela conseguiu abrir a fábrica. Isso é legislação. Isso é obrigar as pessoas a, cada vez mais, se dar conta. Então, é a questão do espaço físico. E aparece algo muito importante com o Brasil, que temos que proteger o Brasil, porque hoje o Brasil é o maior exportador de água limpa. Quer dizer, o curtimento de baixo consumo de água está na Europa. E o que é altamente poluente vem para cá. Então, temos que estar atentos. Estamos falando de uma sociedade que é chamada sociedade ética, em que de novo começa-se a repensar todo ciclo. Então, esse foi o objetivo do trabalho. O que queremos constituir aqui é um projeto coligado, colegiado e vários agentes sociais para que se possa trabalhar. Então, uma das coisas que trabalhamos no final foi com um conjunto de premissas. Mas, as perspectivas que trabalhamos nesse programa foi buscando na avaliação financeira, aproveitamento de resíduos com matéria-prima de novos processos. Porque se fizer estação de tratamento, aterros, isso não funciona. Então, tem que se achar soluções de aproveitamento de resíduos. Biomassa agrícola, por exemplo. Temos um projeto em Santa Vitória do Palmar, que é apoiado pelo Banco, que se criar toda uma diversificação econômica em torno da palha do arroz. Usar tudo o que a natureza está te dando. Então, são todas as vantagens estratégicas, questões comerciais, redução das barreiras comerciais com base nos aspectos ambientais dos produtos brasileiros, aumento das exportações. Nas questões sociais, um novo mercado de trabalho. Temos um mercado imenso. Por exemplo, hoje as universidades não formam um engenheiro orgânico. Temos o Instituto de Biodinâmica, aqui em São Paulo, que é o grande, que está lá na frente, mas não tem como atender a todo mundo. Certificação de produtos orgânicos, da forma de



produção orgânica. Tem um bando de empregos esperando para serem ocupados. E que podemos criar uma nova linha de atuação. A idéia é melhorar a qualidade de vida a partir das questões sociais. Os temas transversais, que é o fortalecimento de ações sistêmicas e democráticas com foco nos resultados. Em Curitiba, na semana passada, o prefeito começou o projeto de alfabetização ecológica de toda a cidade. É de se entender não só alfabetização ecológica, mas fluência ecológica. Entender o problema ecológico. Entender o que significa isso. Entender o seu papel. O que é muito parecido com o projeto da ONU, de cidadania ambiental. Exigir responsabilidades e exercer responsabilidades. Então, as crianças são o grande trunfo do processo educacional. Até a minha ida para Curitiba, porque Curitiba é uma cidade muito sensível a isso, uma cidade pronta para receber esse tipo de incentivo. A melhoria da saúde pública pela redução a fatores contaminantes, demonstrações das relações entre comércio e meio ambiente, o que as pessoas não entendem. Comércio é sempre um processo de admiração. Você compra algo de alguém porque você admira o que essa pessoa faz. Se não se admirar o nosso produto brasileiro, por melhor que ele seja como produto, ele não vai se colocar. Então há uma idéia de se melhorar essa situação. Geração de conhecimentos relevantes e desenvolvimento harmônico e preservação dos ativos econômicos do Brasil. Ontem foi assinado pelo Banco do Brasil um apoio à produção de espirulina, na Lagoa da Mangueira, no Sul do Rio Grande do Sul. Lagoa da Mangueira é hoje a única quantidade de água alcalina mesmo que se tem no planeta. E isso só foi possível se saber através do trabalho de um aluno de mestrado. Porque, até então, se achava que a lagoa era ácida. E esse ativo estava lá. A Amazônia está cheia de ativos ecológicos que não estão sendo utilizados, porque os europeus não conhecem a Amazônia, os americanos também não, porque só quem pode conhecer a Amazônia somos nós. Só para encerrar, tem a questão da nossa briga. Estamos com um projeto em Alagoas, no triângulo da maconha, que é Alagoas, Pernambuco, Bahia. Tem aqui também em São Paulo, mas lá tem uma vespinha, que é a nossa abelha brasileira. Essas abelhas foram determinadamente destruídas



na caatinga, para poderem introduzir a africana e a italiana que produzem mais. Então, está se fazendo um projeto para se recuperar essa espécie brasileira. Está-se buscando um resgate de conhecimento natural do Brasil. Temos que começar a reconhecer na nossa biodiversidade, na nossa biomassa. Hoje o Brasil é o país que mais produz biomassa. É uma idéia de desenvolvimento de país. É claro que ainda não é um tema transversal. Mas, essa é a idéia do projeto. muito obrigado.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Vamos agradecer ao Dr. Lúcio e vamos convidar o Dr. Marcos Azemberg, que está aqui presente, para fazer papel de debatedor, que está representando o Dr. Mutti, que não pode estar presente no nosso evento. Antes de passar a palavra ao Dr. Marcos, só gostaria de lembrar que estou propondo uma frente parlamentar que vai ser instalada no dia 21 de agosto, implantando o fórum sobre lixo e cidadania no Estado de São Paulo. É um evento importante e já convido a nobre deputada Piunti que é muito interessada e trabalha muito na área do meio ambiente e dos recursos hídricos e todos os senhores também, porque queremos que esse Fórum seja um ponto de mobilização das discussões relativas aos resíduos e à questão do lixo no Estado de São Paulo, desenvolvendo toda essa questão dos catadores, a questão da tecnologia, para começarmos a ter saída para a questão do lixo no Estado de São Paulo através de uma rede de deputados que possam conduzir esse processo de discussão. Então, estou convidando a todos os senhores.

**SRA. MARIA DO CARMO PIUNTI** – Gostaria de me despedir, porque tenho uma outra reunião às 16:30 aqui num outro plenário. Mas, gostaria, inclusive, de cumprimentá-lo e agradecer a oportunidade que tive nesta tarde de estar em contato com pessoas tão brilhantes. A tarde que passamos aqui valeu por aquilo que recebemos hoje de informações, quer seja da Fiesp, da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado, de São Carlos, do Ministério de Desenvolvimento



Econômico. Então, gostaria de agradecer ao nobre deputado Rodolfo a oportunidade que tive de participar. Infelizmente não pude colocar. Mas, gostaria, inclusive, de colocar o meu nome à disposição para essa frente parlamentar que V. Exa. se dispõe a montar na Assembléia Legislativa e dizer, realmente, que a questão dos resíduos sólidos é um tema que tem me preocupado e tem me incomodado muito. E fiquei muito feliz, principalmente, porque o Dr. Lúcio colocou com muita propriedade os caminhos, as discussões e, principalmente, programas que o Ministério, ao que me consta, está desenvolvendo, porque acho que é o grande problema, a par do problema da água, dos recursos hídricos, o grande problema dos resíduos sólidos que vamos enfrentar nesse novo século que se avizinha. Então, gostaria de agradecer e de pedir desculpas porque não posso continuar. Mas, já gostaria de fazer parte do Fórum parlamentar que vai se instalar em agosto.

**SR. MARCOS** – Até como debatedor, a minha obrigação aqui é colocar algumas inquietações e até, de certa forma, às vezes, divergir do caráter totalmente otimista que vi até agora na discussão. Talvez, até com uma posição filosófica. Mas, nesse fim de semana fui assistir a um filme que está tendo o maior sucesso. E tem uma crítica do Arnaldo Jabor que saiu anteontem, que bateu perfeitamente e concordo essencialmente com aquela crítica. Parece que o mundo está se tornando um grande vídeo game. As coisas acontecem e não têm motivo, não têm história. O filme vai passando e aquilo lá é um divertimento. Não se sabe se o mocinho é melhor que o bandido. Ele é mais bonito. Tudo bem. Mas, eles pensam mais ou menos igual. Quer dizer, não tem nenhuma ética. No fundo, não tem nenhuma história. A história ali é o que menos importa. O enredo, o conteúdo, é um filme de forma. É a forma pela forma. Acabou. Vejo ali a juventude correndo. Você não consegue entrar num shopping, está tudo lotado. E o Arnaldo Jabor levanta isso. Parece que agora o que importa é o *hardware*. Quer dizer, é a tecnologia. Mas, para quê a tecnologia? Não dá para se entender direito. E queria colocar isso dentro do





nosso quadro, que é o futuro que queremos. Será que é isso mesmo? Será que é aí que vamos querer chegar? O Jabor também coloca que ele não tinha entendido o que o Fuguyama tinha falado no fim da história. Agora, ele está começando a ficar perto. Mas, por aquele filme dá para se ver que todos pensam igual. Aliás, não pensam. Pensar igual é não pensar nada. Em relação, também, ao futuro que queremos, acho que é muito fácil definirmos o futuro que não queremos. Quer dizer, olhamos para o presente e vemos que tem uma série de coisas que são insuportáveis, etc. É difícil definirmos aonde pretendemos chegar. E acho que se olharmos, também, infelizmente, a nossa história de desenvolvimento, acho que não ficamos tão satisfeito, tão orgulhosos. Acho que a nossa história de desenvolvimento, e o desenvolvimento paulista que temos visto no último século, será que foi um século exemplar? Será que vamos repetir isso que fizemos agora no século 21? Será que queríamos chegar realmente aonde chegamos? Então, são essas as inquietações que queria colocar. Por enquanto não vou fazer nenhuma pergunta mais precisa para cada um dos debatedores.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Muito obrigado, Marcos. Vou colocar duas perguntas. Uma é da Sr<sup>a</sup> Gina Rispah, que é Presidente Estadual da Associação Nacional de Municípios do Meio Ambiente. A Sra. Gina diz o seguinte: “Na Assembléia há projetos que responsabilizam o pós-consumo, por exemplo, na questão das baterias do celular. Tenho ouvido manifestações da Fiesp conta essas propostas. Por que não se responsabilizar esse pós-consumo?” Então, com a palavra o Dr. Ângelo.

**SR. ÂNGELO** – A indústria paulista não é contra. Ela tem que participar. Só que a responsabilidade, nós entendemos, que tem que partir de uma gestão de governo, de uma política, inclusive, muito mais própria, para toda a sorte de resíduos hoje domésticos. A política de resíduos domésticos praticada hoje no Estado de São Paulo e no país é terrível. Então, entendemos que precisa de uma



gestão melhor. A indústria está efetivamente atendendo e entendendo que tem que participar. Mas ela não é responsável sozinha. A gestão é do governo. Hoje há um custo que a sociedade paga de coleta. Nós, inclusive, temos uma recomendação, a própria Assembléia Legislativa já, não sei se diretamente ou indiretamente, de que se produzisse uma política pra coleta seco e molhado que, com isso, só, evitaríamos já 45% de separação daquilo que é reciclado do que é orgânico. Então, nós não somos contra. O que não podemos é ficar com uma pressão absurda de que a indústria geradora tem que captar a “pet”, por exemplo. O maior exemplo é o da “pet”. Fora esse exemplo lógico de bateria e de pilha, que já está em execução uma política e procedimentos para a solução esse problema. Até fazemos uma brincadeira, não no sentido de não evitar problema, de participar. Mas, se alguém fosse comprar uma arma numa loja e depois, por algum motivo, matasse o seu desafeto, iriam prender, então, o dono da Taurus!?! Mas, a indústria quer e precisa participar. Sozinha, não. Mas, o Estado tem que vir com uma gestão muito melhor, muito positiva e estamos pronto. Queremos participar. Entendemos que a nossa cota tem que ser dada.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Antes de passar para a próxima pergunta, do Sr. Darci, grande especialista e entusiasta da questão ambiental, e engenheiro da Sabesp. Duas coisas me chamaram muito a atenção nesse debate. Primeiro, a questão da reciclagem. Essa coisa que todos acham que se reciclarmos tudo, vamos resolver o problema. E a poluição que o companheiro do Ministério colocou com relação à Alemanha de proibir o descartável. Há um tempo, quando éramos crianças, não havia tanto descartável. Tudo era retornável. De repente, virou essa violência de consumo de um resíduo imenso que está sendo acumulado, e que não somos os piores. Acho que os mais desenvolvidos têm mais resíduos do que nós. O que é algo interessante. Outro dia estávamos numa discussão aqui no nosso grupo de recursos naturais, e mostraram as florestas do Estado de São Paulo. Floresta é aquela parte verde do Vale do Ribeira, exatamente onde está a corredor da fome.



Quer dizer, miséria e proteção ambiental. Os mais desenvolvidos geram mais lixo. Quando geramos lixo, a miséria é protetora. Quer dizer, são provocações que acabam criando conflito entre produção, desenvolvimento econômico e a destruição ambiental, porque ela é real. Queremos a saída para que isso não aconteça. Mas, acho que essa indústria da reciclagem é um paradigma de que é essa a solução da humanidade, já que não podemos quebrar a questão da seqüência industrial proibindo, por exemplo, como o caso da Alemanha, o descartável. Então, ficamos criando alternativas para podermos resolver a questão do resíduo e encaixá-lo numa nova cadeia produtiva. E, logicamente que isso, pelo que se apresentou de forma muito interessante, mas eu vejo que não é solução para tudo. Não conseguimos fechar a sociedade num ambiente de proteção em cima dessa questão da reciclagem. Ela é solução parcial pra algumas questões e pode melhorar a nossa condição. Mas, tem uma coisa da sociedade de consumo que tem que ser modificado na fonte, se nós quisermos proteger. A outra questão é a questão da educação. Me arrepio com a questão da educação, porque já fui tentar fazer educação sanitária nos mananciais da Zona Sul, com as pessoas analfabetas, passando fome, com hepatite, com filho doente, morrendo, o nível de mortalidade infantil alto. E se chega lá para se fazer esse tipo de educação, vê-se que é difícil educar miséria. Isso é muito bom na Alemanha. Na miséria é difícil se promover qualquer processo de educação e de assimilação. É difícil se assimilar. Você explica o problema de um conta de água aqui em Pinheiros, porque ela está alta, é uma coisa. Você ir à periferia, na zona pré-rural, em Itapetininga, no bairro da fome, e explicar por que a conta cresceu, o tempo que você precisa é dez vezes maior para poder se explicar, porque aquelas pessoas não têm a capacidade de assimilarem, por exemplo, tarifa crescente. Então, a questão da educação na miséria é um desafio para nós. É um desafio que está colocado pra nós aqui no Brasil, e encaixar a questão do Sr. Darci, que pergunta ao professor Tundizzi, e entra exatamente nessa questão da miséria: “Como é possível alcançar populações marginalizadas das grandes cidades, com infra-estrutura de saneamento ambiental, urbanístico,



educação e saúde, todas essas questões fundamentais, para a conservação ambiental, a partir de uma política de privatização de serviços públicos essenciais, os quais passam a ser geridos muito mais com a finalidade de rendimentos financeiros e muito menos para a obtenção de qualidade ambiental e equilíbrio social”. Então, pediria que o Dr. Tundizzi abrisse a discussão e, aí, em seqüência, os outros palestrantes.

**SR. TUNDIZZI —** Muito obrigado, Sr. Darci, pela questão, muito obrigado nobre Deputado. É claro que esta é uma questão, e fico um pouco preocupado com o pessimismo em torno do problema. Sou um otimista, talvez até exagerado. Mas, parece que o mundo não tem solução então! O que vamos fazer com o conhecimento, com todo esse processo de mobilização da sociedade, que existe, mesmo no Brasil? Tenho acompanhado casos importantes de mobilização da sociedade. Então, me parece que temos que pensar um pouco nessa questão de como reverter o processo que foi instalado. De que forma vamos reverter o processo que foi instalado. Estava, há três semanas, julgando um conjunto de projetos na França, que foram submetidos ao Conselho Internacional das Academias de Ciência. E lá tinha um conjunto de projetos. E um dos projetos que nos chamou a atenção foi um projeto para integrar as periferias das grandes cidades aos centros. De que forma se integra a periferia das grandes cidades e, também, das cidades de pequeno porte. Não se fala somente aí nas periferias. As periferias, de um modo geral, estão separadas por uma série de barreiras geográficas, econômicas e sociais, dos centros dos municípios, sejam eles metrópoles ou cidades de pequeno porte. Mas, essa questão é muito difícil porque temos que achar um compromisso entre o desenvolvimento a partir dos investimentos do Estado e desenvolvimento que vem, inclusive, de recurso que podem ser derivados até da própria privatização. É muito difícil, mas não é insolúvel. Temos que trabalhar não só a questão de produzir mais conhecimento sobre as questões ambientais que são muito complexas. Como contei aqui a história do mar



de Aral, podia contar aqui, pelos menos, quatro ou cinco experiências que tenho em vários países, sobre os erros que foram cometidos porque não se conhece totalmente o problema ambiental. Então, a questão do tratamento da periferia, Sr. Darci, me parece que passa muito pelo fato de que o processo ambiental que é gerado na periferia, pode dar condições para uma reversão da participação da comunidade. Se se fizer um projeto de mega reflorestamento, como, por exemplo, se pensou durante a discussão do projeto Floran, isso pode servir como um projeto de participação. Vê-se uma marginal abandonada, uma marginal completamente abandonada. E se vê uma favela ao longo da marginal. Será possível que não se pode se fazer um projeto em que as populações que vivem ao longo da marginal participem de um projeto de reflorestamento? Isso dá trabalho. Isso melhora o ambiente e isso resgata a capacidade de reação da humanidade. Então, o que acho que é fundamental é que se deve procurar alguns projetos mobilizadores. Mesmo através da iniciativa privada. Darei um exemplo, outra vez, de São Carlos. Fizemos um projeto para a Fapesp, de políticas públicas. O projeto de políticas públicas da Fapesp apóia projetos que vão resolver ou que vão propor novas políticas públicas. Fizemos um projeto com o Septa de Pirassununga. O Septa é o maior centro de produção de peixes de tecnologias tropicais. A prefeitura, a Universidade de São Paulo, em São Carlos, o Septa vão produzir peixes em tanques rede na represa do Lobo. Para a produção desses peixes, vamos usar meninos de rua que serão treinados como técnicos. Esses peixes serão usados, em parte, para suprir a merenda escolar, e em parte para repovoar os rios do município, espécies de peixes nativos. São projetos de pequeno porte, mas são projetos que têm alto significado social. Não me parece que a questão seja possível de se resolver de uma forma homogênea. O meio ambiente é muito diverso. O meio ambiente em São Paulo, na periferia de São Paulo, na zona leste, não é a mesma da periferia de São Paulo no oeste. Há processos diferentes, sociais, econômicos, de transporte, de saúde, etc. As questões ambientais não podem ser tratadas de uma forma igual em nenhum país do mundo, em nenhuma região, em nenhuma cidade. Elas têm que ser



tratadas do ponto de vista de integrar as populações humanas no processo procurando resolver problemas locais. Acho que nunca na história da humanidade essa famosa frase que, às vezes, foi até usada inconseqüentemente, de “pensar globalmente e agir localmente” é tão importante quanto agora. Outro exemplo recente. Estamos fazendo um levantamento das hortas da cidade de São Carlos para sabermos qual é a qualidade da água que está sendo usada para irrigar essas hortas e de forma que estas hortas estão sendo irrigadas. Algumas são irrigadas com água de poços artesianos, de excelente qualidade e outras são irrigadas com água de rios que estão contaminados. Isso é um fator de deterioração da saúde pública fundamental. Sabe quanto custou isso? Duas bolsas de iniciação científica. R\$500,00 por mês. Existem vários exemplos de que uma ação localizada, uma ação pontual, com a participação da comunidade, porque isso é fundamental. Não existe nenhum caso de um lago ter sido recuperado com a força bruta da tecnologia somente. Não existe exemplo. Todos os lagos e represas que conheço que tiveram projetos de recuperação da qualidade de água, tiveram um fator fundamental: participação da comunidade ativa. E como que se dá essa participação da comunidade? Das mais diversas formas. É claro que educação é uma delas. Mas, por exemplo, as escolas da periferia não poderiam ser usadas também para se educar as famílias? A escola deve ser um ponto de integração da família. E não só dos meninos que vão lá estudar. Tem que se trazer a família para a escola e se fazer processo de educação para a família, em conjunto. Não se pode separar. É preciso integrar esse processo. E, portanto, é claro que precisamos trabalhar na direção de produzir uma sociedade que tenha ações criativas. A situação é gravíssima. Essas algas tóxicas que estão nos nossos mananciais produzem substâncias hepatotóxicas. Isso está acontecendo no mundo todo. E no mundo todo está se procurando uma solução. Visitei, recentemente, uma represa nos Estados Unidos, na cidade de Santa Bárbara, e é um manancial para Santa Bárbara e que é cercada. Ninguém pode entrar. Não tem recreação. Não tem nada. E se vai fazer isso na Billings, na Guarapiranga? Tem gente querendo viver desse manancial para



turismo, para pesca etc... Enfim, esses conflitos que são exacerbados em países em transição, em desenvolvimento, existem também em todos os países. Mas, acho que as soluções, primeiro, não são uniformes. Da mesma forma que o ambiente é diverso e complexo, as soluções também são complexas. As soluções têm que ser procuradas e as raízes estão na participação da sociedade e, evidentemente, na ampliação e no aprofundamento do conhecimento local, regional, com a participação da sociedade. Ações pontuais são importantes porque elas servem como exemplos e não custam caro. Tenho vários exemplos que posso dar, em vários países do mundo, em que a participação da comunidade foi efetiva e custou zero. Custou muito pouco. O meio ambiente é uma das áreas mais sensíveis ao exercício da cidadania, porque pode resgatar nos cidadãos a capacidade de participação. Participação em campanhas, em educação. Uma vez, fui visitar uma universidade na China e o reitor me disse que a universidade estava vazia porque estavam todos plantando árvores. E mais, ele disse que a meta da universidade era plantar na região 40 milhões de árvores e todos, desde serventes, professores, diretores, alunos, pesquisadores. Essa capacidade de mobilização da comunidade deve ser estimulada. A interação das universidades com as escolas, porque também é um outro aspecto. Um projeto que fizemos em São Carlos, os professores da universidade vão às escolas dar palestras. Fizemos 200 palestras em seis meses nas escolas, principalmente, das periferias. Então, quer dizer, há soluções que precisam ser encontradas. Não estou aqui desenhando uma utopia. Trabalhei em 38 países, com questões ambientais ligadas principalmente a recursos hídricos e vi exemplos de sucessos impressionantes! Como são baratos, mas, realmente, têm que haver esse componente de educação, de participação da comunidade. Acho que não tem uma fórmula. Mas, não acho também, que a privatização, embora seja preocupante, seja também o mal principal. Temos que trabalhar com gerenciamento muito mais efetivo. Como foi o gerenciamento no século 20? Ele foi local, foi setorizado e foi de resposta. Os gerentes foram treinados para apagarem incêndios. Foram treinados para resolverem problemas de última hora. Eles não foram



treinados para terem ações preditivas. Como será o gerenciamento no século 21? O gerenciamento vai ser preditivo, vai ser integrado e vai ser com uma visão sistêmica. Ele vai ter que incluir todos os componentes do problema. Daí vem o treinamento que o Dr. Lúcio expressou tão bem. Os nossos cursos e as universidades não estão realmente preparados. E não é só no Brasil. Essa questão de se trabalhar a formação de recursos para se ter uma visão integrada, para se ter uma visão mais ampla que englobe os problemas, e tenha uma ação preditiva, é também um outro aspecto que me parece importante. É claro, temos que encontrar técnicas de educação. Técnicas diferenciadas de educação. O professor Márcio Ayres, que teve um grande apoio meu quando era presidente do CNPq, me fez o projeto Instituto de Desenvolvimento Sustentado, um projeto admirável. Um projeto que gostaria que os senhores pudessem visitar. É um projeto de uma reserva e um milhão e duzentos mil hectares na Amazônia, onde há uma participação comunitária efetiva. Onde a comunidade, inclusive, agora está treinando para dar cursos de ecoturismo para estrangeiros, onde existe um processo de desenvolvimento sustentado planejado pela comunidade. O projeto é tão importante que ele está colocado entre os quatro projetos que foram selecionados, entre 180, para o prêmio da Bélgica. Ou seja, há exemplos de soluções. Muito obrigado.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Passarei a palavra ao Dr. Lúcio, mas já introduzindo uma pergunta da Sra. Mercedes, que é a seguinte: “Dr. Lúcio, até que ponto o peso nas propostas de reciclagem é dado à prevenção? E, neste caso, o quanto se fala na mudança de uso de insumos ou de tecnologias?”

**SR. LÚCIO BRAGA** – A questão desse programa, não vai se justificar só tecnicamente. Quer dizer, tem que haver uma coisa de humanidade. E, aí, a colocação do Sr. Nelson é muito interessante, porque no ano passado, vivemos um momento diferente na humanidade. Em 31 de dezembro de 1999, pela primeira vez





tivemos o conceito de humanidade concretamente, que foi a história do *bug* do milênio. Então, temos um movimento diferente. Temos uma onda diferente. Quer dizer, o mundo chegou num ponto diferente. Nós estamos num lugar diferente. Essa é a primeira percepção. E quando o Sr. falou da questão do otimismo fiquei pensando, eu sou físico. E todo físico é otimista. Tem um história que é um clássico da questão ambiental, que era um povo que vivia de um lado da floresta e comia os porcos da floresta. É muito interessante. É o fato de que, cada vez que tinha que se comer, ia-se lá e pegava os porcos e se comia. Um dia, caiu um raio na floresta e queimou tudo. E as pessoas comeram os porcos assim mesmo assados, porque elas tinha que comer. E essas pessoas descobriram que era muito melhor comer os porcos assados que os comer crus. Daí que começou o problema. De vez em quando, tinha que se colocar fogo na floresta para se comer porco assado. E, aí, pelo manejo inadequado da floresta, ela começou a terminar. Daí, se criou uma universidade para estudar a recomposição da floresta. Daí começou a se trabalhar com florestas, aprender como se semeava. Como é que se reproduzia. Até que um dia, um excluído, a solução pontual, colocava à noite uns pedacinhos de madeira, colocava fogo e punha o porco para assar. Aí, chamaram o governador para ver aquela solução. E o governador disse: “Mas, que maravilha! Que genialidade! É muito mais fácil!” E perguntaram ao governador: “Então, podemos adotar?” “Mas, o que eu faço com aquela universidade?”. Então, a transição do conhecimento é algo muito complexo. E a questão que se colocou da responsabilidade do pós-consumo, tem que ser da empresa e tem que ser de quem consome também. Não tem que ser só de um. não pode é ninguém assumir a responsabilidade. Que é o que está acontecendo hoje. Então, por exemplo, sexta-feira tenho uma reunião com o Sr. Esperidião Amin, o Governador de Santa Catarina e tive uma reunião com a Sra. Ângela, que é prefeita de lá e é presidente da Fundação de Meio Ambiente, e é irmã do Esperidião. Então, fica tudo em família. Mas, é muito interessante isso. Como é que foi o modelo das entregadoras da Sadia, da Perdigão e da Chapecó? É pegar o menor preço para conciliar um mercado mundial. Todos os senhores gostam de



comer embutidos. A empresa ganha dinheiro com isso. Só que é o seguinte, onde é que vamos jogar o resíduo? Joga-se na água. então, o Rio do Peixe, por exemplo, não tem mais peixe. Peixe é uma lenda. Hoje, para os senhores terem uma idéia, 32% dos doadores de sangue estão com hepatite. Quem é que paga o preço disso? Vai fechar? Então, vamos fechar a Sadia, a Perdigão? Se não se resolver o problema, e se mudar a forma de fazer. Temos uma fundação e criamos um módulo para a criação de 400 porcos. Isso está sendo feito em Toledo, onde se termina com todo o problema. Mas, isso tem que ser feito. Então, o que aconteceu? A Sadia veio discutir conosco e disse que tudo bem, desde que o produtor pague o investimento. Mas, temos que fazer uma pergunta, como é que temos 4 milhões e 300 mil porcos no Paraná e, praticamente, está sendo inviabilizado? Vai ser uma crise. E a China tem 143 milhões e não polui? Quais são as soluções? A produção do arroz asiático, que todos dizem que é barato. Mas, qual é a diferença? São as grandes monoculturas. Então, para se mudar isso tem que se falar com o prefeito, tem que se falar com o pessoal do licenciamento ambiental, tem que se falar com o instituto tecnológico. E a pergunta que se fez, da questão da prevenção os insumos, das tecnologias. O grande esforço que estamos fazendo hoje no Brasil, inclusive o Banco do Brasil vai criar um prêmio, o Sebrae vai criar um outro prêmio, para desenvolvimento de tecnologias de aproveitamento de resíduos. Ou seja, como é que se pode pegar um resíduo, agregar valor a ele, de forma que ele tenha valor econômico. Então, realmente, a prevenção, a Coca-Cola, tenho já duas pessoas que nos procuraram, que são dois pequenos produtores: a Coca-Cola e a Tetra Park. Hoje, pegando-se qualquer livro sobre meio ambiente, o maior exemplo de aberração é a latinha de alumínio. Por quê? Porque se se pegar o custo energético ambiental para se fazer uma latinha que é consumida em três segundos, ninguém mais usaria. A questão das Tubaínas, que a Coca-Cola reclama tanto. Por que as Tubaínas se tornaram viáveis? Porque a embalagem é descartável. Hoje somos superassediados pelo “pet” mundial, porque é o país que mais consome “pet” praticamente. Em Porto Alegre tínhamos 11 mil garrafas de “pet” boiando no Guaíba.



É o pós-consumo. É claro que quando vamos ao supermercado, não queremos levar garrafa. É a grande contribuição. Nunca ninguém faz nada sozinho. Aí não dá para se pegar aquela visão romântica de que existe mocinho e bandido. O mundo está como em *Missão Impossível*. Todo mundo está participando de um jogo. É só se olhar as ruas de São Paulo. É um imenso vídeo game se olhar de cima. Acho que mais do que *Missão Impossível*, é aquele *Matrix*. Aquele foi um filme que mostrou claramente que o que temos que fazer na questão ambiental é o que dizia o mestre para o discípulo: “Pare de tentar. Faça.” Então, a questão da responsabilidade final pelo produto, a disposição final, a questão da produção. Qual é o impacto ambiental que gera no meio ambiente a produção da matéria-prima? Alguém vai ter que se responsabilizar. Hoje, a sociedade européia é o melhor mercado do mundo. Tem 400 milhões de pessoas na Europa. O que está acontecendo? Esta sociedade está funcionando como indicador e competitividade. É a grande contribuição que eles estão dando para o mundo inteiro. Eu tenho uma metáfora que sempre uso. Somos, mais ou menos, aquele camarada que mora na esquina, vende fruta, verdura para o outro cara que mora na esquina, que é todo o resto do quarteirão. E ele é explorado. E cada dia que ele vai dormir, ele pensa: “Tomara que amanhã ele compre as minhas frutas.” A nossa situação é, mais ou menos, essa. O explorado que espera o tempo todo ser explorado no outro dia. Então, estão exigindo mais da gente. Hoje tem 150 selos ambientais na Europa. Esse movimento que a sociedade Européia tem, e é uma sociedade deprimida, e está ficando muito exigente. Todo deprimido é mais exigente. É muito mais neurótico. Por isso que disse que iria falar um pouco do humano. Uma sociedade assim como a carioca, não está nem aí. Por que ele é feliz. Vamos parar de tentar proteger o meio ambiente. Vamos começar a proteger mesmo. Fazendo legislação, regulamentação. E uma coisa que foi colocado, há alguns anos, achávamos que tínhamos governo de mais. Hoje achamos que temos governo de menos. Isso porque precisamos de um síndico dessa organização social. Tanto que papel do governo é harmonizar os interesses. Todo mundo tem que ser ouvido, porque



democracia é isso. Por isso que o programa ainda não foi colocado. Não é tecnicamente que ele foi aprovado. Ele tem que ser aceito pela sociedade. E tem um livro chamado “A Vingança da Tecnologia”, em que é analisada toda a evolução. O Sr. falou aqui, por exemplo, que os Grandes Lagos foram recuperados. Mas, não daquela conchinha que gruda em tudo. Aquela conchinha veio da Europa e ela só conseguiu chegar nos Grandes Lagos porque ela veio no casco de um navio. Os navios, até então, só atravessavam o oceano em mais de dez dias. Quando eles conseguiram a melhoria dos motores, a mecânica e conseguiram atravessar em uma semana, ele detonou com os Grandes Lagos. A poluição veio no casco do navio. As distâncias não são mais biológicas. Então, essas questões são relativas à vigilância do governo. O governo é o único instrumento de vigilância da sociedade. Então, o grande papel hoje, e isso tenho certeza, porque temos convênios com todas as universidades de ponta do mundo, a tecnologia está nas empresas. Não está mais nas universidades. Hoje as empresas detêm tecnologias que ninguém tem idéia de como se faz.. A questão da competência técnica hoje, é as universidades estão sofrendo para acompanhar essa tecnologia. E a competência técnica que temos hoje no Brasil, instalada, não consegue acompanhar as novas tecnologias que estão aí disponíveis. Os transgênicos são o grande exemplo. E quem sempre teve a competência para legislar a respeito disso foi o governo. Exemplo clássico: flores na Holanda. O Governo holandês proibiu a plantação de flores no solo, por causa da contaminação da água. Hoje eles plantam em solo artificial de lã e vidro e têm a melhor flor do mundo. O melhor negócio do mundo. Ou seja, a regulamentação do governo criou o melhor negócio de flores do mundo. Então, esse programa é baseado em duas pernas. Uma é a vigilância e a regulamentação pesada e a outra é ajudar a atender a regulamentação. Apoiar as empresas. E isso é experiência americana *versus* européia. A européia foi uma experiência gradativa, colocando-se desafio seqüencialmente. E a americana foi de repente. E o que aconteceu? A americana não funcionou. É um horror os Estados Unidos. A Europa está mais preocupada. O Japão agora está adotando o modelo europeu. Então,



essa capacidade de vigilância tem que ser exercida e o governo tem que ajudar as pessoas a atingir os níveis de exigência que ele impõe. Essa que é a idéia desse programa.

**SR. OSVALDO** – Usarei muito pouco tempo, porque faço coro às palavras dos senhores. Só queria dizer que, realmente, a visão que trouxe, é uma visão de cautela. Acho que o Sr. Rodolfo tocou num ponto extremamente delicado. Vivi nos últimos quatro anos dirigindo o Instituto Florestal. E pude constatar situações semelhantes as que ele vivenciou na gestão dos mananciais. A floresta atlântica está bastante ameaçada. E tive a oportunidade de conviver com o problema, na região de Cubatão, na Água Fria, onde além de ter o problema de invasão de uma área de conservação ambiental, tem-se esse grupo instalado exatamente na cabeceira do Rio Pinheiros. Um dia eles vão ter que sair de lá. Veio a duplicação da Imigrantes. E a sugestão que tínhamos no Instituto Florestal é que parte da compensação financeira fosse utilizada, justamente, para se salvar a floresta. Salvar a floresta seria reassentar esse grupo humano em outros locais. Só que o Ministério Público achou diferente. Achou que o Estado é que deve fazer isso, os recursos oriundos da duplicação da Imigrantes devem ser usados para recuperação de áreas degradadas, a floresta, mas não para reassentamento humano. O que quis trazer aqui, sei que os problemas maiores para lidar com a questão ambiental, residem, na realização social. Só que tenho a sensação que não é só dela que podemos esperar uma solução para os problemas ambientais. Até mesmo porque eles assumiram proporções como aqui foram expostas. Tanto a questão dos resíduos sólidos, como do manejo das águas, das florestas produtoras de água, tem-se alguma perspectiva que há de se investir em ciência e tecnologia para que busquemos alternativas. Juntamente com mudanças no comportamento social possam dar conta de resolver problemas dessa natureza. O outro, é o problema privado. É o problema da empresa privada, que está dentro de um mundo globalizado e entrou nesse mundo com a regulamentação de países e que vai além da fronteira desses países. Para se



exportar um produto qualquer para a Europa, depende-se de condições de manejo equilibradas. E isso a empresa privada, particularmente, a paulista, ou entende ou não participa desse mercado. Ou tem claro isso ou fica do lado de fora. E é isso, quando disse no meu texto que parcela do empresariado já compreendeu que o problema não é de custo, mas sim de competitividade, casou um pouco com o que o Sr. Ângelo falou. Sei que não é todo o empresariado, porém há sinais evidentes de que isso começa a fazer parte da agenda, inclusive do setor privado. E, por razões absolutamente estimuladas pela presença do Estado regulador e das exigências do consumidor dos mercados internacionais. Era isso que queria deixar. A preocupação mesmo é voltar a investir em ciência e em tecnologia, embora a responsabilidade não esteja só nas mãos do Estado.

**SR. ÂNGELO** – O que a indústria tem reclamado é que o que falta nesse país, na verdade, e com todo o respeito, é governo. Estamos assistindo, de maneira muito melancólica, a fraqueza do Governo Federal para fazer as reformas que ele precisa fazer e quando quis fazer a mudança de legislação para mais um mandato do Presidente da República, o governo conseguiu. Vendeu a alma, como se coloca, e conseguiu. A reforma tributária que o país precisa, eles não têm a competência e a clareza de se definir. Vai e volta como nuvens em dia de chuva. Então, o que nos preocupa, é que falta muito mais cientista político do que outro cientista. A indústria paulista, e isso posso assegurar aos senhores, está muito preocupada com tudo isso, porque, senão não vamos ter indústria aqui, não vamos ter concorrência. Queremos fazer tudo. Queremos ser co-responsáveis, queremos estar junto. Queremos fazer parceria, mas sem governo sério, não teremos indústria. Talvez vamos ter, como por exemplo, o Vale do Ribeira, que é o verde mais bonito e o cinturão mais pobre do Estado de São Paulo. É uma vergonha o Vale do Ribeira. É uma proteção interessante, mas é um povo pobre. Pobre de saúde, pobre de recursos, pobre de educação. Então, essa é a preocupação. Precisamos é de governo, de reformas, de governo sério. O grande projeto da Fiesp para esse



segundo semestre e para os próximos anos, chama-se “Recicla São Paulo”. E demos até um nome bem próprio. “Recicla São Paulo” não é só o aspecto de reciclagem. Reciclar, inclusive, na cultura do empresário, querendo transformar o problema do resíduo numa oportunidade de negócio, de forma que busquemos essa solução com esse projeto. Porque só naquela linha de altruísmo, do social, não sairemos do lugar. Temos que transformar em oportunidade de negócio para que tenhamos interessados. Por quê? Há anos se falava que o Estado de São Paulo gerava 30 milhões de toneladas por ano de resíduos sólidos. Hoje, se fala que ele gera em torno de 20 milhões de toneladas. E resíduo é custo. Voltando ao projeto “Recicla” estamos buscando implementar na cabeça do empresário que esses 20 milhões ele precisa reduzir ao máximo possível para que tenha melhorado o seu resultado de negócio. E, pasmem, conseguimos cuidar desses 20 milhões, 15% ou 20%, no máximo, têm uma destinação séria. Hoje a Cavo tem um mega projeto em Caieiras, onde tenta aprovar um centro tecnológico de resíduos. Já são cinco anos na Secretaria. O governo não consegue definir o que fazer. Não consegue ajudar, não consegue orientar. E o que estamos trabalhando forte também, a Fiesp firmou no mês passado, um convênio com a Suíça, junto com o nosso Senai aqui em São Paulo. Num primeiro momento, são os primeiros cinco anos e alguns milhões de dólares para trazermos para o Brasil novas tecnologias. Para que possamos, principalmente para as micros e médias indústria, para que possamos transferir novas tecnologias e, principalmente, tecnologias limpas. Com isso, buscando reduzir efetivamente esse impacto da produção. O produto descartável é, em média, 30% mais caro. Em Mogi das Cruzes tínhamos uma fábrica da Coca-Cola que empregava 1.000 pessoas. Ela fechou há três anos porque era uma fábrica de retornável. Esse produto retornável custava mais barato 30%, só que ninguém compra. A nossa população não gosta. Hoje, ela produz Água Cristal e tem 250 funcionários. Isso para verificarmos a dificuldade do consumidor, que prefere pagar, em média, 30% mais caro e comprar “pet” e jogar no rio. Porque o grande problema nosso ainda fica na questão de coleta de lixo, junto com educação e tudo mais.



Porque a grande parte dos resíduos jogados, são de periferia. E, repito, que a indústria, e essa é uma posição muito forte, temos que participar dessa discussão e vamos assumir a parte que nos cabe, junto com os outros atores dessa história. E entendo que o grande desafio nosso, junto com o novo milênio, é conseguirmos um programa de geração de empregos, porque esse é o grande problema que temos hoje. O que está faltando, efetivamente, é perspectiva. O jovem, da todas as classes, está sem perspectiva. Estamos no impulso da globalização, investindo em mais e em melhor tecnologia, reestruturando os negócios e as empresas e não criando, e sim, reduzindo os empregos. Acho que esse é o grande desafio nosso na conclusão de tudo o que temos que fazer iniciando esse novo milênio.

**SR. RODOLFO COSTA E SILVA** – Muito obrigado Dr. Ângelo. Então, encerrando o nosso seminário, queria pedir aos apresentadores o material que pudesse contribuir para o nosso relatório de Recursos Naturais, inclusive propostas que os senhores tenham. Gostaria, também, de convidar o Dr. Lúcio para quando o programa nacional estiver pronto, pudesse vir aqui à Assembléia Legislativa. Então, depois das eleições faremos a apresentação. Vamos também fazer uma mobilização para o lançamento da Frente Parlamentar do Lixo e da Cidadania, que é uma questão importante. A verdade tem faces múltiplas, como dizia Nietzsche. Então, tudo o que se foca em relação a esse tema é verdade. É questão para se saber por onde se caminha e como é que se junta isso tudo. Achei muito interessante quando o Dr. Lúcio falou sobre a questão da Alemanha. Se falou em regulamentação, que falta governo, mas a questão da regulamentação, eu acredito muito em participação popular. A minha vida toda foi promovendo essas comissões de participação da população nas áreas de mananciais para se discutir problemas hídricos. Acho que conseguimos levantar uma série de questões aqui. A questão da marca São Paulo. Tem uma série de linhas que podem apontar soluções importantes nessa área. Esse seminário foi muito bom, do ponto de vista das contribuições que os apresentadores fizeram e desde já agradeço.





debates - a sociedade se manifesta – Recursos Naturais e Meio Ambiente

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

***Deputado Vanderlei Macris***

Relator Geral do Fórum São Paulo Século 21

***Deputado Arnaldo Jardim***

